UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU

Alice Viana de Araújo

ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO EM OURO PRETO-MG:
Heranças Históricas, Desafios Contemporâneos

Belo Horizonte
2018

Alice Viana de Araújo

ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO EM OURO PRETO-MG:
Heranças Históricas, Desafios Contemporâneos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Linha de pesquisa: Produção, Projeto e Experiência do Espaço

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Malard

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

A658e

Araújo, Alice Viana de.

Espaços livres de uso público em Ouro Preto-MG [manuscrito] : heranças históricas, desafios contemporâneos / Alice Viana de Araújo. - 2018.

708 p. : il.

Orientadora: Maria Lúcia Malard.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaços públicos - Ouro Preto (MG) - Teses. 2. Patrimônio cultural-Proteção – Ouro Preto (MG) - Teses. 3. Patrimônio histórico – Ouro Preto (MG) - Teses. 4. Renovação urbana - Teses. I. Malard, Maria Lúcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 363.69

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Alice Viana de Araújo

ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO EM OURO PRETO-MG:
Heranças Históricas, Desafios Contemporâneos

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 23 de novembro de 2018 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Maria Lucia Malard (Orientadora - EA-UFMG) _____

Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade (EA-UFMG) _____

Prof. Dr. André Luiz Prado de Oliveira (EA-UFMG) _____

Prof. Dr. Marcos Tognon (UNICAMP) _____

Profa. Dra. Sandra Maria Antunes Nogueira (UFOP) _____

Belo Horizonte

2018

Dedico este trabalho à minha família de origem e à minha nova família, cujos mais novos integrantes (Francisco e Zoé) acabaram de vir ao mundo.

Em especial, dedico ao meu pai, Antônio, que me ensinou a ler e a gostar de descobrir as coisas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora Maria Lúcia Malard, pelo sério acompanhamento do trabalho, pelas críticas que possibilitaram seu amadurecimento e por ter sido sempre um exemplo profissional para mim.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFOP por ter me concedido o afastamento e o apoio necessários ao desenvolvimento de grande parte desse trabalho, em especial às Profas. Dras. Sandra Antunes Nogueira e Monique Sanches Marques, aos demais colegas professores e também ao servidor Gilberto Cézar Alves de Faria, com quem sempre pude contar. Agradeço igualmente aos meus alunos, com os quais tanto aprendi nesses anos de docência, e que tanto me inspiraram e incentivaram a realizar este trabalho. Agradeço particularmente às bolsistas Keila Caldeira, Laura Lanna, Yara Fonseca e Larissa Faloni, que colaboraram na coleta de parte dos dados aqui encontrados e que se dispuseram a tantas horas de conversa sobre as dinâmicas dos espaços públicos de Ouro Preto. Às ex-alunas, agora arquitetas ouropretanas, Ana Rocha Trópia e Karine Flávia pelo particular apoio e informações sobre a cidade.

Ao Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, Sr. Ângelo Oswaldo, pela disponibilidade em me ceder informações preciosas sobre a história recente dos espaços públicos de Ouro Preto e sobre suas experiências como gestor municipal.

À equipe do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, em especial à historiadora Helenice Afonso de Oliveira, pela disponibilidade e pelas ricas informações a mim passadas e ao chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Ouro Preto, André Macieira.

À Prefeitura Municipal de Ouro Preto e às equipes de suas secretarias, principalmente a da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, em especial à Cristina Cairo e Polyana Coelho. Agradeço também à valiosa colaboração do Comandante da Guarda Civil Municipal de Ouro Preto, Jonathan Marotta.

À Jennifer Mello, pela fiel companhia e incentivo ao longo de tantos anos.

Agradeço, finalmente, aos meus pais e à Carol pelos anos de ensinamentos, apoio e confiança neste trabalho, e ao Victor pelo imenso apoio e amor.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender as razões pelas quais os espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto, apesar de serem tão vivos durante alguns eventos festivos, aparentam ser tão pouco convidativos no quotidiano. No dia-a-dia vemos que os numerosos largos e praças contidos no centro antigo acabam servindo mais como espaços de passagem e de estacionamento de veículos, do que como equipamentos dedicados às atividades de lazer passivo (contemplação, descanso, sociabilização, entretenimento pessoal) e de lazer ativo (esportes e recreação). Vemos que a falta de oportunidades de permanência nesses espaços atinge não apenas a população local, mas também a atividade turística, fazendo com que grande parte das experiências de lazer e de trocas ocorra em ambientes fechados, e não raro, privados. Assim, nos dedicamos a realizar um breve inventário de todos os espaços públicos contidos no centro histórico, levantando sua história, seus problemas e potencialidades, assim como a articulação desses em um sistema de espaços livres de uso público. Buscamos levantar também todos os condicionantes físicos, sociais e legais que pudessem impactar as apropriações nesses espaços e verificar quais são os reais desafios para que esses possam ser adaptados às variadas demandas da sociedade contemporânea, ultrapassando seu valor histórico-patrimonial e atingindo uma nova significação.

Palavras-chave: Ouro Preto. Espaços livres de uso público. Centro histórico. Reabilitação urbana. Gestão municipal.

ABSTRACT

This research aims to understand the reasons why the public open spaces of the Historic Center of Ouro Preto, although being so alive during some festive events, appear to be so uninviting in daily life. In day-to-day life, the numerous squares and other open spaces of the old center end up being more used as spaces of passage and parking of vehicles, than as equipments dedicated to leisure activities, both of passive (contemplation, rest, socialization, personal entertainment) and active nature (sports and recreation). The lack of opportunities to stay in these places affects not only the local population but also the tourists, and much of the leisure and exchange experiences end up taking place in closed, and often private, environments. Thus, we made a brief inventory of all public open spaces contained in the historic center, researching its history, its problems and potentialities, as well as their articulation in a system of public open spaces. We also searched all the physical, social and legal restraints that could impact the appropriations in these spaces and also sought to identify the real challenges for their adaptation to the various demands of contemporary society, surpassing its historical-patrimonial value and reaching a new meaning.

Palavras-chave: Ouro Preto. Public Open Spaces. Historic City Centre. Urban Rehabilitation. City Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Cours Saint Émilion/Bercy Village em Paris-FR 47

FIGURA 2: Leicester Square em 1874 55

FIGURA 3: Brinquedos infantis no Parque da Cidade, em Brasília-DF 57

FIGURA 4: EXPO 98 em Lisboa, Portugal 62

FIGURA 5: Cinema ao ar livre no CINE-OP, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto-MG 65

FIGURA 6: Patinação no gelo em frente ao Hôtel de Ville/Paris-FR 65

FIGURAS 7 e 8: Escultura interativa em parque em Arnhem, Holanda 75

FIGURAS 9 e 10: Parvis da Notre Dame e Place Vendôme, Paris, anos 1960 83

QUADRO 1: Visão das principais cartas patrimoniais sobre a conservação e as intervenções nos espaços públicos das cidades históricas 114

FIGURA 11: Renovação da área de Puerto Madero, em Buenos Aires, Argentina 119

FIGURA 12: Ladeira do Pelourinho, anos 1960 123

FIGURA 13: Avenida Central, 1906 124

FIGURA 14: Porto Maravilha, Rio de Janeiro 125

FIGURAS 15, 16 e 17: Praça São Francisco em 1942 (à esq.), em 2005, antes da intervenção do Monumenta (à dir.) e após a intervenção (abaixo) 132

FIGURA 18: Jardim Botânico segundo o Plano de Viana de Lima 152

FIGURA 19: Espaços públicos na antiga Rua da Glória (como encontrado e proposta) 162

FIGURA 20: Ações apoiadas pelo Programa Monumenta em Ouro Preto - MG 165

FIGURA 21: Inserção de Ouro Preto na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte 172

FIGURA 22: Ouro Preto e os municípios que fazem limite ao seu território 172

FIGURA 23: Ouro Preto e seus 13 distritos, com zona urbana da sede em destaque 173

FIGURA 24: Zoneamento do perímetro urbano do distrito-sede de Ouro Preto-MG 174

FIGURA 25: Bairros do Distrito-sede e ZPE 175

FIGURA 26: Planta de Macro-Setorização do Polígono de Tombamento do IPHAN 177

FIGURA 27: Ouro Preto Tênis Clube visto a partir do Morro da Forca 178

FIGURA 28: Dualidade de nomes em placas na Rua Direita 181

FIGURAS 29 e 30: Largo Frei Vicente Botelho (à esq.) e Praça Juvenal Santos (à dir.) 183

TABELA 1: Espaços Livres de Uso Público no Centro Histórico de Ouro Preto 184

FIGURA 31: Identificação dos ELUPs da ZPE da Sede de Ouro Preto 186
FIGURA 32: Comparação de áreas entre praças secas no Brasil e no mundo 188
GRÁFICO 1: Áreas dos ELUPs da ZPE 189
FIGURA 33: Implantação da Igreja do Carmo em platô 190
FIGURA 34: Praça barão do Rio Branco (Praça da Prefeitura) 191
FIGURA 35: Panorama do Centro Histórico visto através da Rua Padre Rolim 193
FIGURA 36: Panorama do Centro Histórico visto através da Rua Teixeira de Amaral 195
FIGURA 37: Vista do Pico do Itacolomi a partir do Largo do Coimbra 195
FIGURA 38: Vista do Pico do Itacolomi a partir da Praça Tiradentes 195
FIGURA 39: Mapa Hipsométrico da sede de Ouro Preto com destaque para ZPE 196
FIGURA 40: Mapa de risco geotéctnico e ELUPs da ZPE já afetados ou em risco 198
FIGURA 41: Mapa das Bacias Hidrográficas de MG com destaque para Ouro Preto 199
FIGURA 42: Mapa da Macrobacia do Rio Doce com destaque para Ouro Preto 200
FIGURA 43: Córrego do Caquende 200
FIGURA 44: Mapa da Rede Hidrográfica visível na ZPE da Sede de Ouro Preto 201
FIGURAS 45 e 46: Córrego do Sobreira visto da Ponte do Ant. Dias e Ponte da Barra 201
FIGURA 47: Plaza San Francisco no verão 204
FIGURA 48: Apropriações sob a sombra do Monumento a Tiradentes 204
FIGURA 49: Neblina às 11:30h na Praça Tiradentes 206
FIGURAS 50 e 51: Exemplos de vegetação ornamental nos ELUPS do centro histórico: Praça Américo Lopes e Praça da UFOP 207
FIGURA 52: Espaços públicos da ZPE e identificação das ZPAMs da sede 208
FIGURA 53: Planta de Faixas Edificáveis 209
FIGURA 54: Miolo de quadra situado entre os bairros Cabeça e Vila São José 210
FIGURAS 55 e 56: Praça da Ponte Seca e Vale dos Contos 211
FIGURA 57: Canteiro da Praça da Prefeitura 211
FIGURA 58: Distribuição dos ELUPs nos setores censitários na ZPE 214
FIGURA 59: Distribuição da população residente na ZPE de Ouro Preto 216
FIGURA 60: Renda média mensal dos responsáveis por domicílio na ZPE de O.P. 218
FIGURA 61: Inativos - Distribuição de crianças e adolescentes na ZPE de Ouro Preto 219

FIGURA 62: Inativos - Distribuição de idosos na ZPE de Ouro Preto 220

FIGURA 63: Atrações Turísticas na ZPE da Sede de Ouro Preto 225

FIGURA 64: Espacialização dos usos na ZPE da Sede de Ouro Preto 229

FIGURA 65: Movimento na Rua São José no trecho compreendido entre o Largo do Cinema e a Ponte dos Contos 230

FIGURA 66: Equipamentos comunitários na ZPE da Sede de Ouro Preto 233

FIGURA 67: Mobilidade na ZPE da Sede de Ouro Preto 235

FIGURAS 68 e 69: Rua da Escadinha e Praça Américo Lopes 238

TABELA 2: Dimensionamento de rampas segundo a NBR9050 239

FIGURAS 70, 71 e 72: Estacionamentos no Largo da Alegria, no Largo do Cinema e no Largo Orlando Trópia 242

FIGURA 73: Carnaval na Praça Tiradentes 243

QUADRO 2: Calendário de eventos recorrentes na ZPE da sede de Ouro Preto 244

FIGURA 74: Carnaval no Largo do Cinema 246

FIGURAS 75 e 76: Tapetes de serragem no Largo do Rosário na Semana Santa - 2018 248

FIGURA 77: Confecção de tapetes de serragem na Semana Santa 248

FIGURAS 78, 79 e 80: Programação da Semana Santa - Encenação no Adro da Igreja de N.S. do Rosário, Procissão noturna, Saída de procissão no Largo do Coimbra 249

FIGURA 81: Reinado de N. S. do Rosário no Adro da Capela do Padre Faria 250

FIGURAS 82, 83, 84, 85 e 86: Guarda de Congo de N. S. do Rosário em frente ao Adro de Santa Efigênia, no Largo do Cinema, no Largo da Alegria, no Largo do Rosário e no Adro do Rosário.251

FIGURA 87: Eventos recorrentes em ELUPs da ZPE da Sede de Ouro Preto 253

FIGURA 88: Impactos viários do Carnaval na ZPE da Sede de Ouro Preto 255

FIGURA 89: Coletor de lixo subdimensionado no Largo do Cinema 261

FIGURA 90: Vitrine adaptada no Largo do Cinema 262

FIGURA 91: Planta de Planos de Ocupação Específicos da Portaria nº312 do IPHAN 267

QUADRO 3: Condicionantes legais para intervenções nos ELUPs da ZPE de O. P. 269

FIGURA 92: Separação clara entre espaços do Largo do Rosário e do Adro do Rosário 284

FIGURA 93: Posicionamento dos largos e chafarizes na área de estudo 288

FIGURA 94: Praça Tiradentes no último quartel do século XVIII 292

FIGURA 95: Praça Tiradentes 295

FIGURA 96: Mapa de Vila Rica em 1775: chafarizes, pontes e templos 296

FIGURA 97: Ponte da Barra em 1927 298

FIGURA 98: Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto em 1862 (de H. Gerber) 303

FIGURA 99: Jardim da Praça da Independência na segunda metade do séc. XIX 308

FIGURA 100: Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto em 1888 (de W. Brosenius) 310

FIGURA 101: Planta de Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto 313

FIGURA 102: Planta de Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto (ampliação) 313

FIGURA 103: Praça Tiradentes arborizada na década de 1920 316

FIGURA 104: Anúncios de espetáculos de companhias circenses nos jornais de Ouro Preto do final do século XIX 318

FIGURA 105: Parque Natural Municipal das Andorinhas 327

FIGURA 106: Conjunto dos espaços públicos originados no Período Colonial 331

FIGURA 107: Conjunto dos espaços públicos originados no Período Imperial 332

FIGURA 108: Conjunto dos espaços públicos originados no Período Republicano 334

FIGURA 109: Conjunto dos espaços públicos originados no Período Turístico 335

FIGURA 110: Conjunto dos espaços públicos originados entre 1698 e 2018 336

FIGURA 111: Espaços públicos por períodos históricos x atrações turísticas 338

FIGURA 112: Espaços públicos por períodos históricos x diversidade de usos 338

FIGURA 113: Densidade e distribuição de ELUPs no sistema 344

FIGURA 114: Reclamações sobre práticas esportivas/recreativas nos adros das igrejas 345

FIGURA 115: Funções predominantes dos ELUPs do sistema 346

FIGURA 116: Praça Esportiva do Alto das Dores 347

FIGURA 117: Recomendações para a amplificação do uso quotidiano dos esquipamentos presentes no sistema de ELUPs do Centro Histórico de Ouro Preto 352

FIGURAS 118 e 119: Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco 359

QUADRO 4: Reivindicações de melhorias na Praça da Ponte Seca entre 2013 e 2018 359

FIGURA 120: Exemplo de planta esquemática de espaço público com legenda 412

FIGURA 121: Exemplo de adro 413

FIGURA 122: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e vista para as montanhas 413

FIGURA 123: Mapa de localização dos adros 414

FIGURA 124: Mapas-chave dos adros do Centro Histórico de Ouro Preto 415

FIGURA 125: Adro da Igreja de Bom Jesus do Matozinhos 416

FIGURA 126: Adro da Igreja de Bom Jesus do Matozinhos ……416

FIGURAS 127 e 128: Adro da Igreja de Bom Jesus do Matozinhos nos anos 1920 e em 2017.417

FIGURA 129: Bairro Cabeças no final do século XIX ……418

FIGURA 130: Chafariz do Alto das Cabeças ……418

FIGURAS 131 e 132: Chafarizes na proximidade da Igreja de Bom Jesus e Matozinhos no final do século XVIII ……419

FIGURA 133: Chafariz do Alto das Cabeças nos anos 1930 ……420

QUADRO-RESUMO 1: Adro da Igreja de Bom Jesus do Matozinhos (02) ……421

FIGURA 134: Adro da Igreja de N. S. do Rosário ……422

FIGURA 135: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no início do século XIX ……422

FIGURA 136: Adro da Igreja de N. S. do Rosário ……423

FIGURA 137: Vista de Ouro Preto, 1875 ……423

FIGURAS 138 e 139: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário - parte posterior ……424

QUADRO-RESUMO 2: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (07)……424

FIGURA 140: Adro da Igreja de São Francisco de Paula ……425

FIGURAS 141 e 142: Adro da Igreja de São Francisco de Paula nos anos 1920 e em 2017 ….425

FIGURA 143: Local do adro da Igreja de São Francisco de Paula no início do séc. XIX ……426

FIGURAS 144 e 145: Adro da Igreja de São Francisco de Paula ……426

QUADRO-RESUMO 3: Adro da Igreja de São Francisco de Paula (11) ……427

FIGURA 146: Adro da Igreja de São José ……428

FIGURA 147: Adro da Igreja de São José no final do século XIX ……428

FIGURAS 148, 149 e 150: Adro da Igreja de São José e vista da mesma a partir da Igreja de São Francisco de Paula ……429

QUADRO-RESUMO 4: Adro da Igreja de São José (12) ……430

FIGURA 151: Adro da Igreja de N. S. das Mercês de Cima ……431

FIGURAS 152 e 153: Adro da Igreja de N. S. das Mercês de Cima no século XIX ……431

FIGURAS 154 e 155: Adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Cima ……432

FIGURA 156: Adro da Igreja de N. S. das Mercês de Cima nos anos 1920 ……432

FIGURA 157: Adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Cima ……433

QUADRO-RESUMO 5: Adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Cima (19) ……433

FIGURA 158: Adro da Igreja de N. S. do Carmo ……434

FIGURAS 159 e 160: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo 434
FIGURA 161: Caminho da Igreja do Pilar até a Igreja do Carmo no final do século XVIII 435
FIGURA 162: Adro da Igreja do Carmo em 1862 435
FIGURA 163: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo 436
FIGURA 164: Vista Parcial da Cidade de Ouro Preto no final do século XIX 437
FIGURAS 165 e 166: Igreja de Nossa Senhora do Carmo com gradil 437
FIGURAS 167 e 168: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo 438
QUADRO-RESUMO 6: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (21) 438
FIGURA 169: Adro da Igreja de S. F. de Assis 439
FIGURA 170: Adro da Igreja de S. Francisco de Assis 439
FIGURAS 171 e 172: Adro da Igreja de S. F. de Assis com árvores nos anos 1920 440
FIGURAS 173 e 174: Apropriações na lateral esquerda do adro de S. F. de Assis 440
FIGURA 175: Apropriações na parte frontal do adro de São Francisco de Assis 441
FIGURAS 176 e 177: Ambulantes e evento religioso no adro de S. Francisco de Assis 441
QUADRO-RESUMO 7: Adro da Igreja de São Francisco de Assis (24) 442
FIGURA 178: Adro da Igreja de N. S. das Mercês de Baixo 443
FIGURA 179: Vista parcial de Ouro Preto na primeira metade do século XX 443
FIGURA 180: Adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Baixo 444
FIGURAS 181 e 182: Adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Baixo 444
QUADRO-RESUMO 8: Adro da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Baixo (25) 445
FIGURA 183: Adro da Igreja de N. S. do Pilar 446
FIGURA 184: Adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar 446
FIGURA 185: Adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar no final do séc. XVIII 447
FIGURAS 186 e 187: Adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar no séc. XIX 447
FIGURAS 188 e 189: Apropriações no adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar 448
FIGURA 190: Adro do Pilar com trânsito parcialmente interrompido 449
QUADRO-RESUMO 9: Adro da Igreja de Nossa Senhora do Pilar (30) 450
FIGURA 191: Adro da Capela do Bonfim 451
FIGURA 192: Gravura mostrando a Capela do Bonfim em 1853 451
FIGURA 193: Capela do Bonfim em 1922 452

FIGURA 194: Chafariz da Glória 452

FIGURAS 195 e 196: Adro da Capela do Bonfim 453

QUADRO-RESUMO 10: Adro da Capela de Nosso Senhor do Bonfim (31) 453

FIGURA 197: Adro da Igreja de N. S. da Conceição 454

FIGURA 198: Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias 454

FIGURA 199: Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição 455

FIGURAS 200 e 201: Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição 455

QUADRO-RESUMO 11: Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (43) 456

FIGURA 202: Adro da Igreja de N. S. das Dores 457

FIGURAS 203 e 204: Igreja de N. S. das Dores no final do séc. XIX / início do séc. XX 457

FIGURA 205: Localização da Capela de N. S. das Dores no último quartel do séc. XVIII 458

FIGURAS 206 e 207: Adro da Igreja de Nossa Senhora das Dores 459

QUADRO-RESUMO 12: Adro da Igreja de Nossa Senhora das Dores (51) 459

FIGURA 208: Adro da Igreja de Santa Efigênia 460

FIGURAS 209 e 210: Igreja de Sta. Efigênia no início do séc. XXI e no início do séc. XX 460

FIGURAS 211 e 212: Adro da Igreja de Santa Efigênia 461

FIGURA 213: Vista do adro da Igreja de Santa Efigênia 461

QUADRO-RESUMO 13: Adro da Igreja de Santa Efigênia (53) 462

FIGURA 214: Adro da Capela de N. Senhora das Necessidades 463

FIGURAS 215 e 216: Local do adro da Capela de Nossa Senhora das Necessidades no final dos séculos XVIII e XIX 464

FIGURAS 217 e 218: Adro da Capela de Nossa Senhora das Necessidades 464

QUADRO-RESUMO 14: Adro da Capela de Nossa Senhora das Necessidades (58) 465

FIGURA 219: Adro da Capela do Padre Faria 466

FIGURA 220: Adro da Capela do Padre Faria com sua Cruz Pontifical 466

FIGURA 221: Capela do Padre Faria no início do séc. XIX 467

FIGURAS 222 e 223: Adro do Padre Faria no início do séc. XXI e na metade do séc. XX 467

FIGURAS 224 e 225: Apropriações e restrições de apropriação no Adro do Padre Faria 468

QUADRO-RESUMO 15: Adro da Capela do Padre Faria (59) 469

FIGURA 226: Exemplo de Largo 470

FIGURA 227: Largo do Cinema com vista, ao fundo, da Casa dos Contos 470
FIGURA 228: Mapa de localização dos largos 471
FIGURA 229: Mapas-chave dos largos do Centro Histórico de Ouro Preto 472
FIGURA 230: Praça Padre Lobo 473
FIGURA 231: Praça Padre Lobo 473
FIGURAS 232 e 233: Praça Padre Lobo no final do séc. XVIII e no início do séc. XIX 474
FIGURAS 234 e 235: Praça Padre Lobo no século XIX 474
FIGURAS 236 e 237: Praça Padre Lobo em 1949 475
FIGURA 238: Praça Padre Lobo 476
QUADRO-RESUMO 16: Praça Padre Lobo (03) 476
FIGURA 239: Largo Prof. José Benedito Neves 477
FIGURAS 240 e 241: Largo Professor José Benedito Neves 477
FIGURA 242: Largo Professor José Benedito Neves no início do século XX 478
QUADRO-RESUMO 17: Largo Professor José Benedito Neves (05) 478
FIGURA 243: Largo do Rosário 479
FIGURA 244: Largo do Rosário 479
FIGURA 245: Largo do Rosário no final do século XVIII 480
FIGURA 246: Procissão no Largo do Rosário na primeira metade do século XX 480
FIGURAS 247, 248 e 249: Largo do Rosário 481
QUADRO-RESUMO 18: Largo do Rosário (08) 482
FIGURA 250: Largo da Alegria 483
FIGURA 251: Vista para o Pico do Itacolomi a partir do Largo da Alegria 483
FIGURA 252: Largo da Alegria no final do séc. XVIII 484
FIGURA 253: Largo da Alegria em 1888 484
FIGURA 254: Largo da Alegria nos anos 1930 485
FIGURAS 255 e 256: Largo da alegria nos anos 1950 485
FIGURAS 257 e 258: Largo da Alegria no quotidiano (à esq.) e durante o carnaval (à dir.) 486
QUADRO-RESUMO 19: Largo da Alegria (14) 487
FIGURA 259: Largo do Cinema 488
FIGURA 260: Largo do Cinema visto da Casa dos Contos 488

FIGURA 261: Largo do Cinema no final do séc. XVIII 489
FIGURA 262: Casa dos Contos 490
FIGURA 263: Largo do Cinema no séc. XIX 491
FIGURAS 264 e 265: Largo do Cinema na década de 1880 491
FIGURA 266: Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto 492
FIGURAS 267 e 268: Jardim do Banco Commércio e Indústria de Minas Gerais 493
FIGURA 269: Largo do Cinema com bomba de gasolina 493
FIGURA 270: Vista do bairro Centro de Ouro Preto em 1980 494
FIGURA 271: Fila do Cine Vila Rica no Largo do Cinema 494
FIGURAS 272 e 273: Apropriações nas bordas do espaço - Largo do Cinema 495
FIGURA 274: Manifestação política (Fora Temer) no Largo do Cinema 496
QUADRO-RESUMO 20: Largo do Cinema (17) 496
FIGURA 275: Largo Orlando Trópia 497
FIGURA 276: Largo Orlando Trópia e vista da paisagem natural circundante 497
FIGURA 277: Vista do bairro Centro na década de 1880 498
FIGURA 278: Vista do bairro Centro na década de 1920 498
FIGURA 279: Largo Orlando Trópia - anos 1920 499
FIGURA 280: Largo Orlando Trópia em 1939 499
QUADRO-RESUMO 21: Largo Orlando Trópia (18) 501
FIGURA 281: Largo Farm. Vicente E. Trópia 502
FIGURAS 282 e 283: Largo Farmacêutico Vicente Éllena Trópia no século XIX 502
FIGURA 284: Largo Farmacêutico Vicente Éllena Trópia na primeira metade do séc. XX 503
FIGURAS 285 e 286: Largo Farmacêutico Vicente Éllena Trópia 503
QUADRO-RESUMO 22: Largo Farmacêutico Vicente Éllena Trópia (22) 504
FIGURA 287: Largo do Coimbra 505
FIGURA 288: Largo do Coimbra 505
FIGURAS 289 e 290: Largo do Coimbra no final do séc. XVIII e no início do séc. XIX 506
FIGURA 291: Vista de Vila Rica em 1820 e ampliação mostrando o Largo do Coimbra 507
FIGURAS 292 e 293: Pelourinho no Largo do Coimbra e Esboço para novo pelourinho 507
FIGURA 294: Largo do Coimbra com mercado de tropeiros nos anos 1880 509

FIGURAS 295 e 296: Mercado de tropeiros no Largo do Coimbra no século XIX 509
FIGURAS 297 e 298: Mercado de tropeiros no Largo do Coimbra no final dos anos 1930 511
FIGURA 299: Mercado de tropeiros no Largo do Coimbra nos anos 1930 512
FIGURA 300: Escola Normal nos anos 1920 512
FIGURA 301: Anteprojeto de Lúcio Costa para o Largo do Coimbra 513
FIGURA 302: Largo do Coimbra após a demolição do mercado 513
FIGURA 303: Guignard no Largo do Coimbra 514
FIGURAS 304 e 305: Vista do Largo do Coimbra nos anos 1960 e 1970 514
FIGURAS 306 e 307: Largo do Coimbra nos anos 1970 515
FIGURAS 308, 309 e 310: Referências ao Largo do Coimbra nos jornais dos anos 1980 516
FIGURA 311: Largo do Coimbra no final dos anos 1980 517
FIGURAS 312 e 313: Procissão no Largo do Coimbra em 1956 518
FIGURAS 314 e 315: Apropriações no Largo do Coimbra 519
FIGURA 316: Feira de Artesanato no Largo do Coimbra 519
QUADRO-RESUMO 23: Largo do Coimbra (14) 520
FIGURA 317: Largo Mus. José dos Anjos Costa 521
FIGURA 318: Largo Musicista José dos Anjos Costa 521
FIGURA 319: Largo Musicista José dos Anjos Costa no final do séc XIX 522
FIGURAS 320 e 321: Largo Mus. José dos Anjos Costa na primeira metade do séc. XX 522
FIGURA 322: Largo Mus. José dos Anjos Costa nos anos 1970 522
QUADRO-RESUMO 24: Largo Musicista José dos Anjos Costa (26) 523
FIGURA 323: Largo do Pilar 524
FIGURA 324: Largo do Pilar no final do séc. XVIII 524
FIGURA 325: Largo do Pilar no final do séc. XIX 525
FIGURA 326: Largo do Pilar no início do séc. XX 526
FIGURA 327: Largo do Pilar nos anos 1970 526
FIGURAS 328 e 329: Largo do Pilar utilizado como estacionamento 527
QUADRO-RESUMO 25: Largo do Pilar (34) 527
FIGURA 330: Largo do Marília 528
FIGURA 331: Largo do Marília visto através da Ponte dos Suspiros 528

FIGURA 332: Largo do Marília no final do séc. XVIII 529

FIGURA 333: Vista do Largo do Marília do alto do bairro Antônio Dias 529

FIGURA 334: Vista do Largo do Marília e do edifício da atual E.E. Marília de Dirceu 530

FIGURA 335: Largo do Marília nos anos 1960 530

FIGURAS 336 e 337: Apropriações no espaço no Largo do Marília 531

QUADRO-RESUMO 26: Largo do Marília (46) 532

FIGURA 338: Largo da Rua Alagoas 533

FIGURA 339: Largo da Rua Alagoas nos anos 1980 533

FIGURA 340: Largo da Rua Alagoas no final do séc. XVIII 534

FIGURAS 341 e 342: Aspecto da área ocupada pelo Largo da Rua Alagoas no final do séc. XIX e início do séc. XX 534

FIGURA 343: Largo da Rua Alagoas nos anos 1970 535

FIGURA 344: Passagem (sob a Ponte do Antônio Dias) de acesso à Rua Padre Epifânio 535

FIGURA 345: Proposta de bolsão de estacionamento próxima a área do atual Largo da Rua Alagoas 536

FIGURA 346: Largo da Rua Alagoas utilizado como estacionamento 536

QUADRO-RESUMO 27: Largo da Rua Alagoas (47) 537

FIGURA 347: Praça Maestro P. X. Guilherme 538

FIGURA 348 e 349: Praça Maestro Pedro Xisto Guilherme em 1888 e em 1975 538

FIGURA 350: Praça Maestro P. X. Guilherme 539

QUADRO-RESUMO 28: Praça Maestro Pedro Xisto Guilherme (48) 539

FIGURA 351: Praça Ver. Aderilho Fernandes 540

FIGURAS 352 e 353: Praça Vereador Aderilho Fernandes 540

FIGURAS 354 e 355: Praça Vereador Aderilho Fernandes no século XIX 541

FIGURA 356: Praça Vereador Aderilho Fernandes nos anos 1920 541

QUADRO-RESUMO 29: Praça Vereador Aderilho Fernandes (49) 542

FIGURA 357: Largo Célio Inácio 543

FIGURA 358: Largo Célio Inácio no início do séc. XIX 543

FIGURAS 359 e 360: Largo Célio Inácio em 1888 e em 1975 544

FIGURA 361: Largo Célio Inácio 544

QUADRO-RESUMO 30: Largo Célio Inácio (56) 545

FIGURA 362: Exemplo de Praça 546

FIGURA 363: Exemplo de praça ajardinada - Praça Cezário Alvim 546

FIGURA 364: Mapa de localização das praças 547

FIGURA 365: Mapas-chave das praças do Centro Histórico de Ouro Preto 548

FIGURA 366: Mapas-chave das praças do Centro Histórico de Ouro Preto 549

FIGURA 367: Pracinha do Chafariz da Coluna 550

FIGURAS 368 e 369: Local onde hoje se encontra o Chafariz da Coluna no final do séc. XVIII / início do séc. XIX 550

FIGURA 370: Estudo do IPHAN para agenciamento do Chafariz da Coluna (1958) 551

FIGURAS 371 e 372: Pracinha do Chafariz da Coluna 551

QUADRO-RESUMO 31: Pracinha do Chafariz da Coluna (01) 552

FIGURA 373: Praça de Lazer Carlos A. Nolasco 553

FIGURA 374: Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco 553

FIGURAS 375 e 376: Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco - vista para o centro histórico e degradação das estruturas existentes 554

FIGURA 377: Evento de gastronomia na Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco 555

QUADRO-RESUMO 32: Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco (04) 555

FIGURA 378: Praça da Ponte Seca 556

FIGURA 379: Praça da Ponte Seca (área verde à direita) 556

FIGURAS 380 e 381: Praça da Ponte Seca 557

QUADRO-RESUMO 33: Praça da Ponte Seca (09) 558

FIGURA 382: Praça Pres. Tancredo Neves 559

FIGURAS 383 e 384: Local da Praça Presidente Tancredo Neves no século XIX 559

FIGURA 385: Local da Praça Pres. Tancredo Neves em 1975 560

FIGURAS 386 e 387: Praça Presidente Tancredo Neves 560

QUADRO-RESUMO 34: Praça Presidente Tancredo Neves (10) 561

FIGURA 388: Praça Tiradentes 562

FIGURA 389: Praça Tiradentes no último quartel do século XVIII 564

FIGURA 390: Praça Tiradentes no final do séc. XVIII 566

FIGURA 391: Praça Tiradentes em 1862 566

FIGURA 392: Praça Tiradentes em 1865 567

FIGURA 393: Praça Tiradentes em 1870 567
FIGURA 394: Jardim da Praça da Independência 568
FIGURA 395: Praça Tiradentes em 1894 568
FIGURA 396: Praça Tiradentes em 1888 com jardim inglês 569
FIGURA 397: Praça Tiradentes arborizada em 1911 574
FIGURA 398: Praça Tiradentes arborizada em 1922 575
FIGURA 399: Praça Tiradentes arborizada em 1927 576
FIGURA 400: Fórum da Comarca de Ouro Preto 577
FIGURA 401: Comemoração do Bicentenário de Ouro Preto na Praça Tiradentes 578
FIGURAS 402 e 403: Praça Tiradentes na década de 1920 579
FIGURA 404: Praça Tiradentes em 1929 580
FIGURA 405: Praça Tiradentes na década de 1930 - Penitenciária de Ouro Preto 580
FIGURA 406: Praça Tiradentes na década de 1930 - Escola de Minas 581
FIGURA 407: Corpus Christi na Praça Tiradentes 581
FIGURAS 408 e 409: Praça Tiradentes em 1956 e em 1967 582
FIGURAS 410 e 411: Estacionamento na Praça Tiradentes nos anos 1970 e 2000 583
FIGURAS 412 e 413: Praça Tiradentes em 2008 e em 2009 584
FIGURA 414: Planta esquemática da reforma da Praça Tiradentes de 2008 584
FIGURA 415: Praça Tiradentes em 2017 585
FIGURA 416: Carnaval na Praça Tiradentes 587
FIGURA 417: Apropriações quotidianas na Praça Tiradentes 588
QUADRO-RESUMO 35: Praça Tiradentes (20) 590
FIGURA 418: Praça Afonso Ferreira Bretas 591
FIGURAS 419 e 420: Praça Afonso Ferreira Bretas 591
QUADRO-RESUMO 36: Praça Afonso Ferreira Bretas (28) 592
FIGURA 421: Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães 593
FIGURAS 422 e 423: Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães 593
FIGURA 424: Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães em 1975 594
FIGURA 425: Desarticulação dos acessos da praça com as esquinas 594
QUADRO-RESUMO 37: Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães (29) 595

FIGURA 426: Praça Américo Lopes 596
FIGURAS 427, 428 e 429: Praça Américo Lopes nos séculos XVIII e XIX 596
FIGURA 430: Local da Praça Américo Lopes no final do século XIX 597
FIGURA 431: Praça Américo Lopes 598
QUADRO-RESUMO 38: Praça Américo Lopes (32) 598
FIGURA 432: Praça Juvenal Santos 599
FIGURAS 433 e 434: Local da Praça Juvenal Santos em 1888 e em 1975 599
FIGURA 435: Praça Juvenal Santos 600
QUADRO-RESUMO 39: Praça Juvenal Santos (35) 601
FIGURA 436: Praça Barão do Rio Branco. 602
FIGURA 437: Praça Barão do Rio Branco (Praça da Prefeitura) 602
FIGURA 438: Região da Antiga Praia do Circo no século XIX 604
FIGURA 439: Local da Praça Barão do Rio Branco no final do século XIX 605
FIGURA 440: Hotel na Praça Barão do Rio Branco no início do século XX 606
FIGURA 441: Praça Barão do Rio Branco no início do século XX 606
FIGURA 442: Praça Barão do Rio Branco na primeira metade do século XX 607
FIGURA 443: Estruturas de arquibancada na Praça Barão do Rio Branco 607
FIGURAS 444 e 445: Praça Barão do Rio Branco 608
QUADRO-RESUMO 40: Praça Barão do Rio Branco (36) 609
FIGURA 446: Praça da UFOP 610
FIGURA 447: Praça da UFOP vista através da Rua Vitorino Dias 610
FIGURA 448: Estrutura circense desmontada no local da atual Praça da UFOP 611
FIGURA 449: Praça da UFOP em 1975 612
FIGURAS 450 e 451: Praça da UFOP no quotidiano e adaptada para Festa Junina. 613
QUADRO-RESUMO 41: Praça da UFOP (37) 614
FIGURA 452: Praça Cezário Alvim 615
FIGURA 453: Coluna Saldanha Marinho na Praça Cezário Alvim 615
FIGURA 454: Praça Cezário Alvim no final do século XIX 616
FIGURA 455: Praça Cezário Alvim em 1922 616
FIGURAS 456 e 457: Praça Cezário Alvim com jardim em frente à Estação Ferroviária 617

FIGURA 458: Projeto Arquitetônico da reforma da Praça Cezário Alvim e do Terminal de Integração Zé de Duca 618

FIGURAS 459 e 460: Praça Cezário Alvim - Estação, jardim e coreto 619

QUADRO-RESUMO 42: Praça Cezário Alvim (39) 620

FIGURA 461: Praça Pref. Amadeu Barbosa 621

FIGURA 462: Praça Prefeito Amadeu Barbosa 621

FIGURAS 463 e 464: Praça Prefeito Amadeu Barbosa em 1862 e em 1888 622

FIGURA 465: Praça Prefeito Amadeu Barbosa em 1975 623

FIGURA 466: Proposta da FJP para a reforma da Praça Prefeito Amadeu Barbosa 623

FIGURA 467: Praça Prefeito Amadeu Barbosa em 1993 624

FIGURA 468: Projeto de reforma da Praça Prefeito Amadeu Barbosa feita em 2010 625

FIGURAS 469 e 470: Praça Pref. Amadeu Barbosa - chafariz e apropriações noturnas 626

QUADRO-RESUMO 43: Praça Prefeito Amadeu Barbosa (40) 627

FIGURA 471: Largo Frei Vicente Botelho 628

FIGURA 472: Largo Frei Vicente Botelho 628

FIGURA 473: Local do atual Largo Frei Vicente Botelho no início do séc. XIX 630

FIGURA 474: Largo Frei Vicente Botelho em 1862 630

FIGURA 475: Largo Frei Vicente Botelho em 1888 631

FIGURA 476: Largo Frei Vicente Botelho nas primeiras décadas do séc. XX 631

FIGURA 477: Proposta de reestruturação do Largo Frei Vicente Botelho 633

FIGURAS 478 e 479: Largo Frei Vicente Botelho 634

QUADRO-RESUMO 44: Largo Frei Vicente Botelho (42) 635

FIGURA 480: Praça Antônio Dias 636

FIGURAS 481 e 482: Praça Antônio Dias no final do século XVIII e em 1862 636

FIGURAS 483 e 484: Praça Antônio Dias em 1969 e em 2017 637

FIGURA 485: Praça Antônio Dias 637

FIGURA 486: Praça Antônio Dias 638

QUADRO-RESUMO 45: Praça Antônio Dias (44) 638

FIGURA 487: Praça da Igreja de N.S. das Dores 639

FIGURA 488: Entorno da Igreja de N.S. das Dores em 1888 639

FIGURA 489: Entorno da Igreja de N.S. das Dores em 2016 639
FIGURA 490: Praça da Igreja de Nossa Senhora das Dores 640
FIGURA 491: Praça da Igreja de Nossa Senhora das Dores 640
FIGURA 492: Vista da praça da Igreja de N. S. das Dores para o centro histórico 641
QUADRO-RESUMO 46: Praça da Igreja de Nossa Senhora das Dores (50) 642
FIGURA 493: Praça Esportiva do Alto das Dores 643
FIGURAS 494 e 495: Praça Esportiva do Alto das Dores em 2003 e em 2008 643
FIGURA 496: Praça Esportiva do Alto das Dores 644
FIGURA 497: Praça Esportiva do Alto das Dores 644
FIGURA 498: Vista da Praça Esportiva do Alto das Dores para o centro histórico 645
QUADRO-RESUMO 47: Praça Esportiva do Alto das Dores (52) 645
FIGURA 499: Praça Dirceu Alves de Brito 646
FIGURAS 500, 501, 502 e 503: Local da Praça Dirceu Alves de Brito em 1775, 1862, 1888 e 1975 646
FIGURA 504: Praça Dirceu Alves de Brito 647
QUADRO-RESUMO 48: Praça Dirceu Alves de Brito (54) 647
FIGURA 505: Pracinha do Chafariz do Alto da Cruz 648
FIGURAS 506 e 507: Local do Chafariz do Alto da Cruz em 1775 e em 1888 648
FIGURA 508: Projeto de agenciamento do local do Chafariz do Alto da Cruz de 1959 649
FIGURA 509: Praça do Chafariz do Alto da Cruz em 1974 649
FIGURA 510: Projeto de intervenção na Praça do Chafariz do Alto da Cruz de 2011 650
FIGURA 511: Pracinha do Chafariz do Alto da Cruz em 2017 650
QUADRO-RESUMO 49: Pracinha do Chafariz do Alto da Cruz (55) 651
FIGURA 512: Praça Agostinho F. Guimarães 652
FIGURA 513: Praça Agostinho Ferreira Guimarães 652
FIGURA 514: Praça Agostinho Ferreira Guimarães 653
FIGURA 515: Praça Agostinho F. Guimarães 654
FIGURA 516: Projeto Bem Viver na Praça Agostinho Ferreira Guimarães 654
QUADRO-RESUMO 50: Praça Agostinho Ferreira Guimarães (58) 655
FIGURA 517: Exemplo de Parque 657

FIGURA 518: Parque Natural Municipal Horto dos Contos 657
FIGURA 519: Mapa de localização dos parques 658
FIGURA 520: Parque Nat. Mun. Horto dos Contos 659
FIGURA 521: Mapa do Horto Botânico de Vila Rica 660
FIGURA 522: Terraços remanescentes do antigo Horto Botânico de Vila Rica 660
FIGURA 523: Mirante no Horto dos Contos 661
FIGURA 524: Proposta da FJP para intervenção no Horto dos Contos 662
FIGURA 525: Horto/Vale dos Contos, 1888 662
FIGURA 526: Proposta para parque no vale do Córrego dos Contos 663
FIGURA 527: Proposta para Parque Tarquínio José Barbosa de Oliveira 664
FIGURA 528: Proposta de Villaescusa para parque no vale do Córrego dos Contos 665
FIGURAS 529 e 530: Espaços para lazer passivo e ativo no Parque Horto dos Contos 666
FIGURA 531: Mapa do Parque Natural Municipal Horto dos Contos 667
FIGURA 532: Vista do Vale dos Contos a partir de edificação do Largo do Cinema 668
FIGURAS 533 e 534: Vista do Vale dos Contos após fechamento - Portaria Sul 669
FIGURAS 535 e 536: Vistas aéreas do Vale dos Contos em 2011 e 2016 670
QUADRO-RESUMO 51: Parque Natural Municipal Horto dos Contos (16) 671
FIGURA 537: Exemplo de ponte 672
FIGURA 538: Ponte dos Suspiros (Ponte do Antônio Dias) 672
FIGURA 539: Mapa de localização das pontes 673
FIGURA 540: Mapas-chave das pontes do Centro Histórico de Ouro Preto 674
FIGURA 541: Ponte do Rosário 675
FIGURA 542: Caminho sob a Ponte do Rosário (Ponte do Caquende) 675
FIGURAS 543 e 544: Ponte do Rosário e vista para o norte a partir dela 676
QUADRO-RESUMO 52: Ponte do Rosário (06) 676
FIGURA 545: Ponte dos Contos 677
FIGURA 546: Ponte dos Contos 677
FIGURA 547: Ponte dos Contos nos anos 1930 678
FIGURAS 548 e 549: Apropriações quotidianas na Ponte dos Contos 678
QUADRO-RESUMO 53: Ponte dos Contos (15) 679

FIGURA 550: Ponte do Pilar 680
FIGURAS 551 e 552: Ponte do Pilar - usos que desestimulam a permanência 680
QUADRO-RESUMO 54: Ponte do Pilar (33) 681
FIGURA 553: Ponte do Funil 682
FIGURA 554: Antiga Ponte do Funil em 1881 682
FIGURA 555: Ponte do Funil 683
FIGURA 556: Ponte do Funil 683
QUADRO-RESUMO 55: Ponte do Funil (38) 684
FIGURA 557: Ponte da Barra 685
FIGURA 558: Ponte da Barra 685
FIGURAS 559 e 560: Apropriações na Ponte da Barra 686
QUADRO-RESUMO 56: Ponte da Barra (41) 686
FIGURA 561: Ponte do Antônio Dias 687
FIGURA 562: Apropriações na Ponte do Antônio Dias 687
FIGURA 563: Ponte do Antônio Dias 688
FIGURA 564: Festa de Santa Cruz na Ponte do Antônio Dias em 1929 688
QUADRO-RESUMO 57: Ponte do Antônio Dias (45) 689
FIGURA 565: Exemplo de Mirante 690
FIGURA 566: Mirante da Rua Getúlio Vargas 690
FIGURA 567: Mapa de localização dos mirantes 691
FIGURA 568: Mapas-chave dos mirantes do Centro Histórico de Ouro Preto 692
FIGURA 569: Mirante da Rua Getúlio Vargas 693
FIGURA 570: Mirante da Rua Getúlio Vargas em 1775 693
FIGURA 571: Mirante da Rua Getúlio Vargas 694
FIGURA 572: Mirante da Rua Getúlio Vargas 694
QUADRO-RESUMO 58: Mirante da Rua Getúlio Vargas (13) 695
FIGURA 573: Morro da Forca 696
FIGURA 574: Morro da Forca no último quartel do séc. XVIII 696
FIGURA 575: Projeto de H. Gerber para pavilhão permanente no Morro da Forca 697
FIGURA 576: Morro da Forca no final do século XIX 700

FIGURA 577: Morro da Forca na primeira metade do século XX 701
FIGURAS 578 e 579: Portão e escadaria de acesso ao Morro da Forca 702
FIGURA 580: Platô no alto do Morro da Forca 702
FIGURAS 581 e 582: Morro da Forca em 1888 e 2016 703
FIGURA 583: Morro da Forca - brinquedos danificados e antigo pedestal 704
QUADRO-RESUMO 59: Morro da Forca (27) 706

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP	Área de Preservação Permanente
ANS	Arquivo Noronha Santos
APM	Arquivo Público Mineiro
APMOP	Arquivo Público Municipal de Ouro Preto
BHTRANS	Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMOP	Câmara Municipal de Ouro Preto
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ELUP	Espaço Livre de Uso Público
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MC	Ministério das Cidades
MinC	Ministério da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Ouro Preto
PMOP	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
SEMAE	Serviço Municipal de Água e Esgoto
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……34

2 ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO FRENTE AS DEMANDAS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA ……42

2.1 Transformações socio-espaciais e o surgimento da cultura de defesa do espaço público ……42

2.1.1 Espaços públicos como objeto de estudo ……43

2.1.2 A cultura de defesa do espaço público: mais do que um modismo ……46

2.1.3 Espaço público como lugar do encontro, do isolamento, e do contato com a diversidade ……48

2.1.4 Espaço público como ferramenta de valorização do espaço urbano ……54

2.1.5 A democratização do ócio e a ampliação do conceito de lazer ……56

2.1.6 O ambientalismo e seus impactos na escala urbana ……59

2.1.7 A competitividade entre os espaços públicos e os semi-públicos ……60

2.1.8 O turismo e o empreendedorismo urbano ……62

2.2 Funções dos espaços livres de uso público na cidade contemporânea ……63

2.2.1 Circulação e estacionamento ……66

2.2.2 Práticas de lazer passivo e consumo ……68

2.2.3 Práticas de lazer ativo e esportes ……73

2.2.4 Eventos: festas sagradas ou profanas, manifestações cívicas e políticas ……76

3 OS DESAFIOS DA ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS HISTÓRICOS ÀS DEMANDAS ATUAIS ……80

3.1 Crescimento urbano, decadência e preservação dos espaços públicos históricos……81

3.1.1 Crescimento urbano e decadência dos espaços públicos das áreas centrais ……81

3.1.2 Surgimento da cultura de preservação dos centros históricos ……84

3.1.3 A evolução da posição das cartas patrimoniais sobre a salvaguarda dos espaços públicos ao longo do tempo ……89

3.2 Diferentes posturas de intervenção: a espetacularização e o uso quotidiano …118

3.2.1 "Casos de sucesso" - a requalificação dos espaços públicos históricos na lógica do Planejamento Estratégico ……119

3.2.2 A reabilitação de espaços públicos históricos no planejamento brasileiro - entre o uso turístico e o uso comum 127
3.2.3 As iniciativas de preservação dos espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto ao longo do tempo e seu panorama no século XXI - espaços para quem? 140

4 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO 170
4.1 Contextualização da área e dos objetos de estudo 171
4.1.1 Inserção geográfica 171
4.1.2 Área e divisões administrativas 173
4.1.3 Apresentação do recorte: o Centro Histórico do Distrito-sede 174
4.1.4 O sistema de espaços públicos do centro histórico: identificação e mapeamento .177
4.1.5 Primeiras observações: áreas e posicionamentos planialtimétricos 187
4.2 Caracterização físico-ambiental e impactos na apropriação dos espaços públicos da área de estudo 193
4.2.1 Paisagem urbana 193
4.2.2 Relevo 194
4.2.3 Aspectos geotécnicos e geodinâmicos 197
4.2.4 Hidrografia 199
4.2.5 Clima 203
4.2.6 Vegetação 206
4.3 Apresentação das dinâmicas urbanas e sua relação com os espaços públicos do centro histórico 212
4.3.1 Cruzamento das principais características populacionais com a distribuição dos ELUPs 215
4.3.2 O papel do turismo na dinamização dos espaços públicos 222
4.3.3 As pressões dos usos e fluxos quotidianos 227
4.3.4 Mobilidade e acessibilidade - impactos sobre os espaços públicos 234
4.3.5 Os eventos e as transformações efêmeras do espaço público 243
4.4 Condicionantes legais da área de estudo e rebatimentos no funcionamento dos espaços livres de uso público 257
4.4.1 A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo 257
4.4.2 O Código de Posturas 260
4.4.3 A Portaria nº312 do IPHAN 265

5 ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DENSO E DIVERSO 272
5.1 Processo metodológico de datação dos espaços públicos 274
5.2 Período Colonial 281
5.2.1 O papel dos adros 282
5.2.2 O surgimento dos largos 286
5.2.3 A criação da "Praça" 291
5.2.4 O embelezamento urbano da vila e a reconstrução das pontes 296
5.2.5 O período de declínio do ouro e a criação do Horto Botânico de Vila Rica 298
5.3 Período Imperial 302
5.3.1 A criação do Jardim Botânico de Ouro Preto 304
5.3.2 O Jardim da Praça da Independência 306
5.3.3 O Morro da Forca 308
5.3.4 O impacto das novas tecnologias sobre o sistema de espaços públicos 308
5.4 Período Republicano 310
5.4.1 A importância dos espaços públicos no Plano de Melhoramentos da Capital 311
5.4.2 A construção do Monumento a Tiradentes 314
5.4.3 A arborização dos espaços públicos 315
5.4.4 A opção pela paisagem colonial 316
5.4.5 O desenvolvimento do eixo Pilar-Barra: novos usos e praças ajardinadas 317
5.4.6 As novas vocações da cidade e as conseqüências do crescimento urbano 320
5.5 Período Turístico 323
5.5.1 A manutenção do cenário colonial nos espaços tradicionais 324
5.5.2 A criação do Parque Natural Municipal Horto dos Contos 324
5.5.3 A discreta inserção de praças recreativo-esportivas na malha histórica 328

6 CONCLUSÕES SOBRE A CONQUISTA DO LAZER QUOTIDIANO: DESAFIOS PARA A MELHORIA DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO 330
6.1 Questões histórico-patrimoniais e legais 330
6.1.1 Análise da estrutura temporal do sistema 330
6.1.2 Reflexões sobre origem, atratividade e flexibilidade 336
6.2 Questões ambientais 340
6.2.1 Problemas relacionados à qualidade das águas urbanas 340
6.2.2 A necessidade de criação de ilhas de conforto climático 341
6.3 Questões socioespaciais 341

6.3.1 Reflexões sobre a organização sistêmica dos espaços públicos e seus impactos socio-espaciais ……341
6.3.2 Densidade e distribuição - lidando com hiatos relevantes ……343
6.3.3 Funções, hierarquia e complementariedade ……345
6.3.4 Os impactos dos problemas de mobilidade na conectividade do sistema ……353
6.4 Questões político-administrativas ……355
6.4.1 Breve balanço sobre ações pregressas de destaque ……355
6.4.2 A necessidade de organização da gestão ……358
6.4.3 A importância da participação popular e da continuidade das ações ……361

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS ……365

REFERÊNCIAS ……370

APÊNDICES ……408
APÊNDICE A: Metodologia de análise dos espaços públicos da área de estudo ……410
APÊNDICE B: Atlas dos Espaços Públicos do Centro Histórico de Ouro Preto ……413

1 INTRODUÇÃO

As cidades históricas são localidades que parecem despertar no homem contemporâneo um certo fascínio. Sejam pequenas urbanizações aparentemente estagnadas no tempo, ou centros antigos ilhados por grandes expansões de épocas mais recentes, esses espaços urbanos costumam exercer sobre nós uma curiosidade natural sobre o passado. Neles, nos deparamos com grandes monumentos que nos ensinam, ou fazem relembrar, fatos importantes da história dos povos. Também revivemos costumes já esquecidos, que colaboraram na estruturação de nossa cultura atual, e fazemos contato com formas, técnicas e materiais muitas vezes desaparecidos, suplantados por outras maneiras de se "fazer cidade".

Percebendo a preciosidade desses locais e dos bens nele inseridos, vemos que a cultura contemporânea tem se esforçado, não apenas em conservar os centros históricos, recuperando estruturas degradadas e valorizando seus atributos mais originais, mas também em propiciar que eles sejam devidamente desfrutados, não apenas pela comunidade local, mas também por turistas de diversas origens. A apreensão dos conjuntos arquitetônicos, monumentos e paisagens, no entanto, geralmente é feita através dos espaços livres de uso público presentes nesses tecidos históricos: as ruas, os largos, as praças, os adros das igrejas, entre outros. Esses espaços, indo muito além da sua função de prover circulação e acesso aos bens protegidos, são responsáveis por oferecer a oportunidade de uma contemplação mais prolongada das riquezas do sítio. Quando bem equipados, podem igualmente propiciar mais tempo de permanência nessas localidades, possibilitando, assim, trocas sociais entre conhecidos e desconhecidos, uma melhor apreensão do espírito do lugar, e uma maior fixação daquela experiência em nossas memórias. Podem, também, auxiliar na criação de vínculos profundos da população com o espaço urbano e com sua própria história.

A fruição dos centros históricos através de seus espaços públicos, no entanto, costuma enfrentar alguns desafios. Um deles é o dilema vivenciado por algumas administrações municipais e instâncias de proteção ao patrimônio entre as diversas formas de conservação dos sítios, se dividindo entre propostas mais conservadoras - que chegam a promover um congelamento da paisagem de épocas passadas na tentativa de garantir sua autenticidade, e entre abordagens mais progressistas - que já admitem a inserção de elementos contemporâneos que facilitem as apropriações e motivem as pessoas a desfrutar melhor das riquezas desses espaços. A essa questão se soma também a dificuldade de compatibilização das estruturas antigas ali presentes às infraestruturas e serviços modernos, como: postes, lixeiras, placas e outras adaptações para a

circulação veicular, que muitas vezes são agentes, não apenas de descaracterização, mas também se tornam inibidores da própria fruição do espaço. Outro desafio é saber conduzir as ações de preservação pensando nos vários públicos que circulam pelos centros históricos, tentando não privilegiar a atividade turística em detrimento da população local, ou permitir que as forças do mercado acabem gentrificando esses preciosos espaços, favorecendo a permanência e o desfrute deles apenas pelas classes de renda mais alta.

Aparentemente, esses desafios se encontram presentes em muitas localidades históricas, e suas estratégias de superação variam muito de cultura para cultura. O caso brasileiro não é diferente, pois mesmo dentro de uma única realidade nacional, vemos que cada centro histórico tem uma dinâmica própria, que é reflexo de muitas variáveis locais (clima, topografia, costumes, atividades econômicas, normas legais, etc.). Uma variável, no entanto, parece se sobressair perante as demais - o papel do centro histórico na estrutura intra-urbana, ou seja, se esse centro ainda se mantém vivo e dinâmico, sendo uma referência como *locus* de trabalho, consumo, serviços e lazer, ou se esse já foi suplantado por outras centralidades, mantendo-se como espaço cenarizado, voltado apenas ao turismo e ao lazer eventual de parte da população local.

O reflexo dessas diferentes dinâmicas nos espaços públicos é bastante direto, pois define as pressões sob as quais esses se encontram sujeitos. Vemos que a cultura contemporânea tem valorizado cada vez mais esses equipamentos urbanos, e atualmente são muitas as funções atribuídas a eles. Centros vivos e dinâmicos geralmente atribuem a seus espaços públicos a função de serem espaços, não apenas de circulação, mas também de descanso, de contemplação, de sociabilização, de entretenimento individual, de consumo, de recreação, de esportes, e ainda de comemorações e de manifestações de descontentamento. São equipamentos de suporte às atividades quotidianas, e também de relaxamento das pressões da vida nas cidades; são espaços de conexão com a cidade em si, e com os outros que compartilham essa mesma realidade urbana. Espaços públicos de centros cenarizados não apenas tem uma diversidade de funções muito reduzida, mas também apresentam uma redução considerável na diversidade de perfis de usuários. Se limitam muito às atividades de contemplação e de consumo, e assim permitem o desfrute de um “espírito do lugar” que se torna genérico e artificializado, no qual as qualidades históricas do espaço muitas vezes se resumem à boa conservação de fachadas antigas.

No Brasil, são muitos os centros históricos que ainda conservam o papel de centralidade principal, tanto em cidades pequenas, quanto em grandes metrópoles. Vemos que alguns desses centros são muito valorizados pela atividade turística, como os núcleos urbanos originários do Período

Colonial, encontrados em grande número no litoral, mas também longe da costa, como no interior do estado de Minas Gerais. Dentre eles, se destaca o Centro Histórico de Ouro Preto, o primeiro núcleo urbano a receber tombamento nacional e o primeiro centro histórico brasileiro a ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO. Seus espaços públicos - objetos de estudo desta pesquisa - são numerosos, e alguns deles se tornaram sinônimos do próprio centro histórico, como é o caso da Praça Tiradentes. Dela se contempla o Monumento a Tiradentes, o Museu da Inconfidência e o antigo Palácio dos Governadores. Também se destaca o Largo do Coimbra, de onde se aprecia a Igreja de São Francisco de Assis e a popular Feirinha de Pedra Sabão, duas grandes atrações de Ouro Preto.

Percebe-se que os espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto são hoje espaços relativamente bem conservados graças, não apenas ao título conferido pela UNESCO, mas principalmente à manutenção do papel desse centro como centralidade principal de todo o município, chegando a polarizar também alguns núcleos urbanos de municípios vizinhos. Seu dinamismo, associado à forte visitação turística que ele recebe durante todo o ano, faz com que sejam exercidas diferentes pressões sobre os espaços públicos ali inseridos. No entanto, apesar de não se apresentarem como espaços degradados, observa-se que eles também não parecem responder muito bem a essas pressões, servindo mais como espaços de passagem e de estacionamento de veículos, do que como espaços dedicados às várias formas hoje praticadas de lazer passivo e ativo. Salvo durante os numerosos eventos de seu calendário religioso-cultural, os espaços públicos aparentam ser pouco capazes de reter a população em seus momentos de ócio, e são frequentes as queixas relativas à falta de oportunidades de lazer na cidade.

Através de vivências pessoais e de pesquisas acadêmicas, nos deparamos com vários espaços públicos de cidades históricas, brasileiras e estrangeiras, que se mantém como os locais favoritos das populações locais e flutuantes para o desfrute desses centros antigos. São espaços carregados de elementos históricos, mas bem adaptados para diversas demandas contemporâneas, oferecendo mobiliário e outras facilidades que propiciem a permanência em seus recintos: bancos, mesas, cadeiras, boa iluminação, vegetação ornamental, banheiros públicos, pontos de água potável e de energia elétrica, acesso à internet sem fio, entre outros. A partir dessas observações, delineamos como objetivo principal desta pesquisa investigar por que os espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, aparentemente tão especiais e dinâmicos, são tão pouco convidativos à permanência no quotidiano. Alguns motivos nos parecem bastante óbvios - há falta de mobiliário e excesso de veículos. No entanto, nos interrogamos por que, em pleno século XXI, essa situação ainda não foi contornada. Quais seriam

os desafios impostos a um melhor usufruto desses espaços históricos pela sociedade contemporânea e, em especial, pela população local?

Uma das hipóteses inicialmente levantadas foi a de que o tipo de proteção legal/patrimonial ao qual o centro histórico estaria sujeito fosse expressamente voltado ao congelamento da paisagem colonial, impossibilitando intervenções de qualquer tipo - mesmo as que fizessem uso de mobiliário e estruturas efêmeras e removíveis. Outra hipótese seria de que a própria natureza morfológica dos espaços públicos coloniais dificultasse a sua adaptação às demandas mais contemporâneas - considerando que a maioria dos espaços presentes na área de estudo fosse mesmo de origem colonial. Outras explicações seriam relativas à falta de pressões por uso dos espaços livres de uso público - talvez porque a população local não teria anseios pela ocupação do tempo ocioso ao ar livre, inibida, talvez, por questões culturais, ou ainda por condições climáticas locais desfavoráveis. Talvez esses espaços não fossem muito acessíveis, ou sua manutenção não fosse adequada, aparentando descaso e desleixo por parte do poder público; ou seus entornos não oferecessem equipamentos que atraíssem fluxos quotidianos; ou talvez o problema fosse a falta de uma programação mais constante e inclusiva que fizesse com que as praças, largos e demais espaços públicos do centro histórico se tornassem referências de locais de lazer para toda a cidade.

Para responder a essa questão, tentando abordar o máximo possível de explicações para o problema, procuramos dividir os conteúdos produzidos em cinco capítulos. No Capítulo 2 nos dedicamos, inicialmente, a compreender melhor o papel do espaço público na sociedade contemporânea, analisando de que maneira esse tipo de equipamento urbano vem sendo mesmo valorizado pela população, ou se sua importância se deve a um certo romantismo teórico, um apego a um tipo de equipamento do passado que tende à obsolescência, ou a uma estratégia de vendas do mercado imobiliário. Muito tem se falado sobre os espaços públicos, defendendo sua importância para a sociedade, e muitas críticas também vem sendo feitas à essa valorização, como se a sua produção e reabilitação fizessem parte de um conjunto de ferramentas de exclusão no, já tão segregado, tecido urbano. Nos dedicamos também a investigar quais seriam as funções hoje atribuídas a esse tipo de espaço - desde as mais antigas e ainda conservadas, como as pequenas práticas de sociabilização, até as mais contemporâneas e próprias ao nosso tempo, como a recreação e os esportes. Nos interessamos, também, em saber quais seriam os elementos necessários para fazer com que essas funções pudessem ser absorvidas pelos espaços públicos - tipos de mobiliário, de fluxos, proteções à intempéries, entre outros.

No Capítulo 3 foi dado um enfoque à questão específica dos espaços públicos presentes nos centros históricos, discutindo de que maneira eles foram sofrendo pressões para se adaptar a novas demandas e de que forma foram sendo gradualmente incluídos nas pautas da preservação patrimonial. Vemos que o reconhecimento da sua importância como bens a serem também inventariados e protegidos é bastante recente, e ainda suscita várias discussões, como já mencionado, sobre a que tipo de proteção devam ser sujeitos: a manutenção quase exclusiva de suas características originais, ou a permissividade a algumas intervenções contemporâneas para que se mantenham como espaços valorizados pela população, principalmente a local. Em outras palavras, desejou-se analisar de que maneira esses espaços históricos poderiam receber elementos incentivadores de práticas mais contemporâneas sem que fossem descaracterizados. Apresentamos, assim, a visão das cartas patrimoniais sobre essas questões, e também alguns exemplos de experiências recentes de reabilitação e de requalificação de espaços públicos em centros históricos e suas diferentes consequências.

Ainda no Capítulo 3, buscamos conhecer a evolução da preservação de centros históricos no Brasil através, principalmente, da análise das políticas públicas direcionadas para esse fim implementadas desde a primeira metade do século XX. Procuramos, também, identificar a partir de qual momento os espaços públicos começaram a ser valorizados dentro dessas políticas, e quais foram os incentivos mais especificamente direcionados à sua preservação desde então. Apresentamos o caso do Centro Histórico de Ouro Preto como localidade de destaque no cenário nacional e internacional, identificando, inicialmente, alguns problemas e potencialidades de seus espaços públicos. Buscamos identificar quais foram as iniciativas em prol de sua preservação ao longo dos anos, dando especial destaque para as propostas de intervenção capazes de atualizar esses espaços, oferecendo melhores condições de lazer e desfrute do ambiente urbano, especialmente, para a população local.

Já no Capítulo 4 procuramos tecer um panorama recente do Centro Histórico de Ouro Preto, realizando uma breve contextualização deste diante de sua condição local e regional. Explicitamos o recorte específico desta pesquisa, ou seja, qual foi o perímetro considerado como centro histórico e fizemos um reconhecimento de todos os espaços livres de uso público inseridos nesse recorte. Buscamos, também, levantar uma grande variedade de condicionantes que pudessem impactar positivamente ou negativamente as apropriações nesses espaços públicos - desde questões físico-ambientais (como a influência do clima e da topografia), passando por questões próprias às dinâmicas urbanas (como dados socioeconômicos, relação com as centralidades, problemas associados à mobilidade, impactos do turismo e dos eventos) e chegando até as questões legais (normas legais de regulação do espaço urbano e da questão patrimonial). Para a

elaboração deste capítulo, graças à carência geral de análises prévias sobre os espaços públicos da área de estudo e sobre cada um dos condicionantes de suas apropriações, muitos dados tiveram que ser levantados ou sistematizados pela primeira vez, resultando em um conjunto de informações inéditas e que podem ser futuramente aproveitadas para estudos de naturezas diversas sobre o centro histórico.

Através dos levantamentos e análises feitos no Capítulo 4, procuramos diagnosticar variados tipos de problemas ligados a questões que não se relacionam especificamente com as características históricas do sítio, verificando se os motivos para a falta de uma maior atratividade dos espaços públicos da área de estudo poderiam estar ligados a questões urbanas mais gerais. Já na análise das questões legais, avaliamos se, efetivamente, haviam normas que, graças ao tombamento, colocavam impedimentos expressos a intervenções que poderiam melhor qualificar os espaços públicos para um uso quotidiano mais amplo. Verificamos, também, a atualidade dessas normas e sua coerência com as diretrizes colocadas nas cartas patrimoniais já apresentadas.

Se o Capítulo 4 buscou levantar características urbanas mais gerais que poderiam comprometer ou incentivar o uso dos espaços públicos no Centro Histórico de Ouro Preto, no Capítulo 5 foi feito um levantamento histórico específico da área de estudo com o objetivo de identificar as origens e analisar a evolução do sistema hoje existente. Buscou-se compreender a real autenticidade desses espaços públicos, avaliando de que maneira ela seria comprometida através de intervenções que pudessem ampliar sua atratividade quotidiana. Para a elaboração desse capítulo foi necessário realizar, não apenas uma pesquisa bibliográfica sobre a história de Ouro Preto - sobre a qual já foram escritas várias obras clássicas e muitos trabalhos científicos recentes - mas também sobre a história de cada um dos espaços públicos presentes no recorte deste trabalho, sobre o qual muito pouco foi publicado. Assim, nos dedicamos a um extenso - mas, infelizmente, não extensivo - levantamento feito através de fontes primárias em acervos diversos (iconográficos, cartográficos, hemerotecas, relatos, entre outros) para compreender, não apenas as origens mas, principalmente, a evolução de cada um desses espaços ao longo do desenvolvimento de Ouro Preto. Tentamos, assim, identificar de que forma os adros, largos, praças, entre outros espaços públicos da área de estudo, mantiveram, realmente, suas características originais, ou já haviam sido adaptados, ao longo dos anos, segundo as demandas das sociedades passadas.

Procuramos, igualmente, compreender melhor as características do tipo de espaços encontrados, identificando em quais períodos surgiram, e até que ponto mantiveram sua destinação original. Para facilitar a sistematização das informações levantadas e para melhor compreender a relação entre questões políticas, sociais, econômicas e culturais e a produção de espaços públicos ao

longo dos anos, optamos por dividir a história de Ouro Preto em quatro períodos distintos: Período Colonial, Período Imperial, Período Republicano e Período Turístico. Esse estudo foi essencial para melhor entendermos a lógica compositiva dos espaços públicos presentes no recorte, assim como o significado da presença (e da ausência) de determinados tipos de elementos encontrados em cada um deles. Foi igualmente importante analisar a relevância que esses espaços e elementos ainda guardam junto à comunidade local, nos conscientizando de seu valor, nem sempre óbvio, para as práticas culturais ainda vigentes.

Para facilitar a leitura deste trabalho, no entanto, decidimos apresentar no Capítulo 5 apenas um resumo da pesquisa histórica efetuada, transferindo ao Apêndice a análise detalhada do histórico e do estado de conservação atual de cada um dos equipamentos componentes do sistema de espaços públicos da área de estudo. Para facilitar a comparação entre espaços análogos, optamos por apresentar essa pesquisa em forma de fichas organizadas, não pela ordem numérica encontrada no mapa de levantamento dos espaços públicos, mas sistematizadas segundo os tipos identificados no centro histórico: adros, largos, praças, parques, pontes e mirantes.

No Capítulo 6, enfim, foi apresentado um diagnóstico final sobre todos os problemas encontrados no Centro Histórico de Ouro Preto que pudessem influenciar o uso dos seus espaços livres de uso público. Optamos por dividir esses problemas em: 1) Questões histórico-patrimoniais e legais; 2) Questões ambientais; 3) Questões socio-espaciais e; 4) Questões político-administrativas. Assim, concluímos esta pesquisa destacando os principais desafios a serem enfrentados por Ouro Preto para que o sistema de espaços públicos do centro histórico da sua sede atenda melhor as demandas contemporâneas da sua população local, assim como as dos turistas. Como complemento final, baseado nas descobertas e aprendizados conquistados com o desenvolvimento deste trabalho, buscamos tecer algumas sugestões de diferentes naturezas que pudessem contribuir para que esses desafios fossem mais facilmente superados.

2 ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO FRENTE AS DEMANDAS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

2.1 Transformações socioespaciais e o surgimento da cultura de defesa do espaço público

Seja no ambiente acadêmico, na mídia, na política, ou nos círculos mais informais, o tema "espaço público" parece onipresente, como se houvesse sido recém-descoberto pelo homem contemporâneo. Argumenta-se que o espaço público seja o lugar do encontro, da festa, mas também do embate e da manifestação do descontentamento; é o espaço urbano por excelência, aquele que melhor espelha o sentimento de coletividade, mas é também o lugar do isolamento e do anonimato. O tema pode ser visto estampando capas de livros, jornais e revistas, fazendo da luta pelo espaço público um símbolo de salvaguarda da própria vida urbana.

Desde a década de 1960 tem crescido expressivamente o número de estudos e de publicações voltadas ao assunto[1], abordado de diferentes formas e com diferentes objetivos pelas áreas da sociologia, da arquitetura, do urbanismo, da geografia, das ciências políticas, da saúde, entre outros[2]. Alguns desses estudos, como as obras de Sennett (2014) e Delgado (2011), oferecem uma visão bastante pessimista em relação aos espaços públicos, argumentando que as cidades e as sociedades urbanas contemporâneas vêm desenvolvendo características que negam a vida pública, buscando cada vez mais ambientes privados para a satisfação de suas demandas de lazer e sociabilização.

Contrariamente, outros autores, como Harvey (2014) ou ainda Borja e Muxì (2000), argumentam que o valor dos espaços públicos ainda é enorme, não apenas para os momentos de lazer no quotidiano, mas principalmente nos momentos de luta, de organização social. Outros, como Aelbrecht (2016), ainda argumentam que os espaços públicos tradicionais não se encontram de todo ameaçados, mas que, no momento atual, a esfera pública ultrapassa esses ambientes e que novos espaços coletivos de sociabilização, físicos e virtuais, também precisam ser considerados nas pesquisas socio-espaciais. A própria noção de espaço público como a entendemos hoje é, por si só, bastante recente, o que explica a intensa produção acadêmica nos últimos anos. Além

---

[1] Cabe, no entanto, frisar que a maioria dessas pesquisas foram desenvolvidas em países centrais, como a Inglaterra, a Dinamarca e os Estados Unidos. No Brasil o número de pesquisas sobre o tema ainda é muito tímido, destacando-se, entretanto, a produção do grupo QUAPÁ - Quadro do Paisagismo no Brasil, da FAU-USP, coordenado pelos professores Sílvio Soares Macedo e Eugenio Fernandes Queiroga, notadamente a Revista Paisagem e Ambiente.

[2] MEHTA, 2014.

de recente, esta pode variar de acordo com a cultura na qual esses estão inseridos, fazendo com que seja necessária a explanação do que consideraremos como “espaço público” nesta pesquisa.

2.1.1 Espaços públicos como objeto de estudo

Ainda que o termo “público” possa ter se originado inicialmente de “publicizar” - ou seja, de tornar de conhecimento de todos - observa-se que seu uso e de seus derivados (como dinheiro público, saúde pública, terreno público, entre outros) nos dias de hoje, está muito relacionado à relações de propriedade, direito ou posse em relação a algum bem ou serviço. Em relação ao espaço público, assim explicam Montal e Noisette: “On peut considérer l’espace public comme la partie du domaine public non bâti, affectée à des usages publics. L’espace public est donc formé par une propriété et par une affectation d’usage” (MONTAL; NOISETTE, In: MERLIN; CHOAY, 2005, p. 355)[3], mostrando que este tipo de bem pode ser compreendido como um espaço de propriedade pública, e/ou de apropriação pública

Observamos que alguns autores, como Aelbrecht (2016), consideram como público todo o espaço que é acessível ao público de forma geral, onde se manifesta a esfera pública (as relações sociais entre desconhecidos), mesmo que esses sejam espaços privados. Percebemos que essa visão, que considera como público todo local de apropriação pública, é bastante aceita em algumas culturas, em especial no hemisfério norte e junto aos países centrais. Em outras realidades, entretanto, a questão da natureza da propriedade é imperante e decisiva. Nesta pesquisa, por melhor aplicação em nossa cultura e por considerarmos fundamental a inclusão do maior número de perfis de usuários em nossas análises, consideraremos como públicos apenas os espaços físicos acessíveis ao público que são, efetivamente, de propriedade pública.

Atualmente, no Brasil, juridicamente considera-se espaço público um espaço físico urbano, edificado ou não, cuja propriedade pertença ao poder público (seja ele municipal, estadual ou federal) que é o responsável por sua gestão. É um espaço que pertence a todos os cidadãos e a nenhum em particular. Pode ser representado por equipamentos comunitários edificados (escolas, postos de saúde, bibliotecas ou prédios administrativos) ou por espaços livres (como praças e parques). É importante salientar, entretanto, que o fato de serem públicos não os impede de ter um regimento que regule seu uso, limitando o horário de abertura e proibindo a realização de algumas atividades, como o uso de bicicletas, a prática de esportes com bola ou a entrada acompanhada de animais.

---

[3] Podemos considerar como espaço público a parte do domínio público não edificado, afetado aos usos públicos. O espaço público é então formado por uma propriedade e por uma afetação de uso. (Tradução da autora)

Em termos de propriedade, a formação do conceito de público em oposição ao privado no Brasil é relativamente recente; basta lembrar que até a promulgação da Lei de Terras[4] no séc. XIX, todo o território, em suas áreas urbanas e rurais, pertencia à Coroa Portuguesa e, mais tarde, ao Império, que permitia que as pessoas explorassem terrenos através de concessões de uso (sistema de aforamentos). Em termos de apropriação, entretanto, existiam códigos culturais que determinavam, até mesmo nas residências, a diferenciação entre espaços mais "públicos" e espaços mais íntimos, reservados apenas aos membros das famílias, aos escravos e demais serviçais.

No espaço urbano existia de fato a noção de espaço compartilhado, entendido como os espaços de circulação e de encontro, como as ruas e largos, os adros das igrejas e as poucas praças existentes. No entanto, não existia a noção de espaço público como a conhecemos hoje - como algo de responsabilidade de manutenção e gestão por parte do poder público em benefício dos cidadãos. Marx (1989) ilustra essa situação ao nos lembrar que até o século XVIII, mesmo a responsabilidade pela manutenção do sistema viário era imputada aos habitantes comuns, que deveriam carpir a rua em frente às suas casas periodicamente, como uma obrigação de cada um em relação às cidades "do rei". Apenas após a promulgação da Lei de 1º de outubro de 1828, por Dom Pedro I, é que as responsabilidades das Câmaras Municipais em relação à manutenção do espaço público ficaram mais claras:

> Art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito á policia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objectos seguintes:
>
> § 1º Alinhamento, limpeza, illuminação, e desempachamento das ruas, cães e praças, conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edificios, e prisões publicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques, e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decôro e ornamento das povoações. (BRASIL, 1828)

Atualmente, em nossa cultura, consideramos que espaços livres de uso público (ELUPs) são os espaços públicos livres de edificação, destinados ao descanso e ao lazer da população de uma cidade, sendo geralmente delimitados por vias públicas ou por construções. Seus principais tipos são as ruas[5], os largos, as praças, pontes, jardins e parques. As ruas, pontes, largos e praças secas (não ajardinadas) são as mais tradicionais; fazem parte do sistema de circulação das cidades e, geralmente, são as mais diretamente integradas à vida urbana. Podem oferecer ou não elementos de indução à permanência, como bancos ou demais áreas assentáveis. Já os jardins e os elementos de maiores dimensões, como os parques, tem limites mais definidos, sendo

---

[4] BRASIL, 1850.

[5] A rua em todos os seus componentes: passeio, leito carroçável e canteiros, quando existentes.

normalmente (embora não obrigatoriamente) fechados por muros, cercas ou grades, e costumam conter em seu recinto uma diversidade de áreas e elementos de permanência. Quem regula o uso do espaço livre de uso público (ELUP) de uma cidade é, geralmente, a lei municipal conhecida como "Código de Posturas", ou outras que fazem sua vez, mas alguns ELUPs podem ter normas complementares e específicas, como os regimentos internos já mencionados.

Como previamente destacado, além dos espaços públicos, existem outros espaços destinados ao lazer e ao convívio da população nos quais a esfera pública também pode se manifestar. Os espaços semi-públicos são espaços livres ou edificados que pertencem ao poder privado (representado por um indivíduo ou grupo) mas que são acessíveis ao público em geral; ou seja, são de propriedade privada, mas de apropriação pública. A responsabilidade pela sua manutenção e conservação incide sobre seus proprietários e a sua extinção pode ocorrer sem a necessidade de autorização governamental ou consulta popular.

Alguns desses espaços, como bares, restaurantes e shopping centers, tem se mostrado como espaços de grande vitalidade, oferecendo aos cidadãos oportunidades diversas de lazer e sociabilização, competindo diretamente com os tradicionais espaços públicos citadinos[6]. Como espaços privados, esses tem o direito de restringir acessos e práticas, desde que não infrinjam as leis vigentes, principalmente no tocante a qualquer tipo de discriminação. Alguns desses espaços podem ser confundidos com espaços públicos, como as praças de acesso a instituições (p.e. sedes de empresas, hospitais e universidades privadas), que não raro servem como áreas de transição das ruas para as edificações localizadas em pontos mais internos aos lotes[7].

---

[6] Este tipo de espaço é incluído por Oldenburg (1999) no grupo de *third places* (terceiros lugares), ou *third spaces* (terceiros espaços), ocupantes do terceiro lugar na hierarquia da vida quotidiana (sendo o primeiro o local de residência e o segundo o local de trabalho) e são considerados por muitos como os verdadeiros centros de vivência das comunidades. Muitas vezes são fortes manifestações culturais de um povo, como o *pub* inglês, o *café-terrasse* francês ou o *diner* americano, locais tradicionais de encontro e sociabilização da vizinhança. Fazemos apenas uma ponderação de que, apesar de serem espaços de genuíno valor cultural, estes não deixam de ser espaços de consumo, logo, de fruição associada ao poder de compra dos indivíduos, e assim, à existência de capital excedente para tal.

[7] Muitas das praças consideradas públicas de algumas cidades são, na verdade, espaços livres semi-públicos, especialmente se conectadas à edificações comerciais ou torres de escritórios. Whyte (1980) nos descreve como a Prefeitura de Nova York nos anos 1960 criou um incentivo legal aos empreendedores imobiliários que destinassem parte da superfície térrea de seus terrenos ao uso público, criando praças de acesso às edificações. A contrapartida pública seria a permissão para se construir mais superfície vendável nos últimos pavimentos, acima do permitido pelo zoneamento vigente na época, em porcentagem direta à área térrea destinada à apropriação pública. A regulamentação dessa iniciativa determinava que os proprietários do terreno não poderiam restringir de forma alguma a livre apropriação e manifestação popular, desde que obediente às leis locais, equiparando-os aos verdadeiros espaços públicos, mas transferia ao poder privado a responsabilidade da manutenção e gestão desses espaços. O resultado desta medida foi a criação em curto prazo de muitas áreas livres que até hoje servem de apoio ao lazer e ao descanso em meio a um ambiente urbano denso e dinâmico, sem onerar os cofres públicos nem no ato de instalação, nem na conservação destes espaços ao longo dos anos. Ainda que contestável por alguns aspectos, como a permissividade de crescimento em altura mediante moeda de troca, sem considerar suas consequências urbanísticas e ambientais, a iniciativa não deixou de apresentar impactos positivos para o interesse coletivo.

Ainda podemos citar a existência de um outro tipo de espaço coletivo, que não tem nenhuma relação direta com os espaços públicos em termos de propriedade, mas sim em termos de tipos de apropriação, partilhando com eles algumas funções. Espaços coletivos de uso privado podem se manifestar como espaços físicos edificados ou não, de posse de grupos organizados em forma de agremiações, cujo acesso é limitado a seus membros, como as áreas comuns de um condomínio fechado ou de um clube recreativo. O acesso ao público em geral pode ser feito mediante convite ou pagamento de entrada, mas normalmente o uso é voltado apenas aos seus filiados, que não necessariamente são conhecidos entre si.

Independentemente de serem espaços de propriedade pública ou privada, os termos e exemplos apresentados se referem a espaços nos quais a coletividade se manifesta de formas muito tangíveis. São essenciais à vida urbana e todos tem, inegavelmente, seu valor. Contudo, nesta pesquisa daremos enfoque aos espaços livres de uso público, considerando que estes, por serem "livres"[8], são aqueles que possuem relação mais direta e indissociável com o espaço urbano, e por serem "públicos", tem um alcance socioeconômico mais amplo do que os espaços semi-públicos e que os espaços coletivos privados. Assim, buscamos compreender neste capítulo o que tem impulsionado a sua valorização e produção e quais são os diferentes interesses que estão em jogo; quais são as expectativas da população em relação a esses espaços, quais são as funções a eles atribuídas e de que maneira estão aptos a atender a essas demandas.

2.1.2 A cultura de defesa do espaço público: mais do que um modismo

Apesar de estar presente nas cidades desde o início dos assentamentos, o espaço público já teve vários significados para o homem, sendo há muito pouco tempo considerado como um local de natureza mais democrática e tão carregada de funções. Delgado (2011) observa que mesmo as grandes obras literárias publicadas até o final da década de 1980[9] sobre a temática dos espaços públicos mal mencionavam o termo, preferindo se referir a elementos mais específicos, como rua, calçadas ou praças. A própria distinção entre espaço público e espaço privado é, decerto, algo compreendido há pouco tempo[10]. O autor vê com muita crítica a ideia atual de espaço público como o espaço do lazer e da sociabilidade, da manifestação pacífica das diferenças, da democracia como estilo de vida, dizendo que essa imagem é um dos ingredientes básicos da

---

[8] No sentido de abertos e não-edificados.

[9] Notadamente os trabalhos de Jane Jacobs, William H. Whyte, Raymond Ledrut, entre outros.

[10] Santos Filho (2004) aponta que previamente à noção de "espaço público" existia a noção de "espaço comum", derivado da palavra latina *communis,* vinculada à ideia de comunidade. Este era o espaço de mercado, um espaço físico - ruas, praças, lugar de trocas comerciais e, consequentemente, sociais. O autor afirma que a palavra "público", vinda do latim *publicus,* só aparece no século XIV, designando "aquilo que é acessível a todos" e que apenas a partir dos séculos XVI e XVII, com a separação entre o sagrado e o temporal, este se torna também um espaço simbólico.

ideologia cidadã, própria aos grupos da classe média de esquerda e de parte dos movimentos operários. Assim, denuncia que, na prática, o espaço público contemporâneo como vem sendo veiculado nada mais é do que uma moda, bastante útil ao capital:

> No en vano la noción de espacio público se puso de moda entre los planificadores, sobre todo a partir de las grandes iniciativas de reconversión urbana, como una forma de hacerlas apetecibles para la especulación, el turismo y las demandas institucionales en materia de legitimidad. (DELGADO, 2011, p.9)

Este discorre sobre duas diferentes correntes de percepções da importância do espaço público na cidade contemporânea: 1) a social, que vê nas ruas e praças locais de manifestação de "toda essa imensa trama de acordos automáticos entre desconhecidos ou conhecidos de vista que nos proporciona o espetáculo de uma sociedade sem fim, transbordante de mal entendidos e acasos" (DELGADO, 2011, s./p.); e 2) a do urbanismo oficial, no qual o espaço público cumpre sua função ao ser "um espaço asseado e bem arrumado que deverá servir para que as construções rentáveis ou os edifícios públicos diante dos quais ele se estende tenham garantida a segurança e a previsibilidade" (DELGADO, 1995, s/p.) (FIGURA 1).

Figura 1: Cours Saint Émilion/Bercy Village em Paris-FR

Cours Saint Émilion/Bercy Village, é um espaço público em Paris (França) que ocupa um antigo depósito de vinhos. Foi promovido por iniciativa público-privada como estratégia de valorização urbana. S./d. Autor desconhecido.
Fonte: (IBIS..., 2017).

Apesar de concordarmos parcialmente com essas ponderações, a análise de importantes transformações pelas quais as cidades e sociedades ocidentais vem sofrendo ao longo dos séculos nos faz acreditar que a crescente valorização do tema não se reduz a um simples modismo, ou mesmo que venha atender somente ao interesse especulativo. Nesta pesquisa verificamos que alguns fatores (ou grupos de fatores) parecem ser particularmente importantes para o surgimento da cultura contemporânea de defesa do espaço público, muitos deles sendo

consequências imediatas do processo de industrialização que acometeu as cidades a partir do final do séc. XVIII. Um desses fatores é o crescimento da individualização da sociedade, assim como os complexos impactos desta no espaço urbano, como veremos a seguir.

2.1.3 Espaço público como lugar do encontro, do isolamento, e do contato com a diversidade

Sennett (2014), ao investigar a origem da distinção entre público e privado, argumenta que a partir do século XVIII, as cidades ocidentais começaram a passar por um processo de crescimento acelerado, especialmente após a industrialização, o que acarretou inúmeras consequências sociais. Uma delas foi o surgimento do homem cosmopolita - aquele que divide o espaço citadino não mais somente com sujeitos pertencentes ao seu círculo familiar, de amigos, de vizinhos, ou até mesmo de "estranhos familiares"[11], mas com uma grande variedade de indivíduos totalmente desconhecidos.

Os espaços livres nas cidades antigas aparentemente eram partilhados com pessoas relativamente conhecidas, o que fazia com que esses espaços tivessem um caráter mais íntimo, comunitário ou "de todos", distante do que muitas vezes é hoje chamado de "público", como se isto significasse "de ninguém". Segundo Sennett (2014), a presença de desconhecidos circulando em tempo integral pelo espaço urbano vai despertar junto às comunidades uma série de reações de curiosidade, de estranhamento e de retração social, causando uma cisão entre os comportamentos manifestos quando estes estão entre os seus (esfera privada) e quando estão entre os demais (esfera pública). O autor discute que, a partir dessa cisão, o espaço público citadino vai deixar de ser somente o espaço do encontro, da civilidade e do decoro junto aos conhecidos, e passa a ser também o espaço do contato com o desconhecido, do anonimato, da libertação comportamental; permitindo, e até incentivando, reações e comportamentos que jamais seriam aceitos em espaços domésticos.

Simmel (1969)[12], em sua análise sobre as transformações sociais presenciadas no final do século XIX e no início do século XX, não analisa a convivência com os desconhecidos pelo ângulo da libertação, mas afirma que o comportamento de retração social nos espaços coletivos é uma resposta psíquica natural do homem ao excesso de estímulos causados pela vivência nas grandes cidades (comportamento "*blasé"* ou indiferente). Entre esses estímulos estão os provocados pela

---

[11] Aelbrecht (2016) chama de estranhos familiares (*familiar strangers*) aqueles mesmos desconhecidos com os quais nos encontramos com regularidade em nosso quotidiano, como nos espaços de consumo ou nos transportes públicos, o que faz com que sejam reconhecíveis por nós.

[12] Texto publicado pela primeira vez em 1902.

convivência com diferentes padrões comportamentais, com as excentricidades e também com as tragédias do quotidiano alheio. Como forma de autopreservação, o cidadão desenvolve formas mais frias e distantes de se relacionar com esse grande grupo de desconhecidos, ou semi-desconhecidos, limitando a esses as interações de cunho intelectual ou monetário, extirpando do espaço público as pequenas interações de sociabilidade e de cooperação, antes comuns quando o espaço era dividido somente entre conhecidos. Desta maneira, separa de forma clara os tipos de relação que ocorrem nos espaços públicos (compartilhados com estranhos) das que ocorrem nos ambientes privados (compartilhados com conhecidos).

Apesar desses autores discorrerem sobre realidades urbanas temporalmente e culturalmente bastante distintas da época da industrialização brasileira[13], conseguimos reconhecer em suas observações algumas similaridades entre as relações socio-espaciais desenvolvidas nos âmbitos públicos e privados, tanto no momento da nossa formação urbana, mais expressiva a partir do século XVIII, quanto no momento da explosão da nossa urbanização, ocorrida já no século XX. Também percebemos algumas diferenças singulares que fazem com que algumas cidades escapem das realidades descritas pelos autores. Faz-se importante, novamente, lembrar, que no século XVIII o Brasil ainda estava longe de vivenciar as experiências de uma Revolução Industrial, mas se encontrava no início da formação efetiva de sua rede urbana.

Diferentemente de muitos países nos quais a urbanização ocorreu através de um longo processo de sedentarização de sociedades tribais e de desenvolvimento de técnicas e estruturas que aos poucos foram criando núcleos urbanos cada vez mais complexos, a urbanização do Brasil foi fruto de um plano de colonização baseado, principalmente, em princípios extrativistas. Assim, observamos que muitas cidades, como as mineradoras, já nasceram compostas por grupos de estranhos, como aventureiros vindos de diferentes regiões de Portugal, escravos trazidos de diferentes regiões da África, índios catequizados, ou mesmo de exploradores e curiosos vindos de diferentes regiões do Brasil (os descendentes dos primeiros colonizadores) que nem sempre procuravam estabelecer vínculos entre si ou com o espaço ocupado. Tais grupos eram obrigados a partilhar, desde o início, os espaços comuns desses núcleos urbanos primitivos com indivíduos de características e costumes muito diferentes, o que não raro provocava, assim como discutido por Sennett, um sentimento de retração e de desconfiança nos espaços públicos, mas também de liberação e de irresponsabilidade.

Lembramos aqui que a própria criação oficial das vilas no período colonial era uma estratégia da Coroa Portuguesa para controlar as revoltas, saques, brigas e outros atos violentos nas

[13] Podemos também dizer das realidades brasileiras, graças às grandes dimensões e formações culturais de nosso país.

ocupações de caráter mais extrativista, como os relatados ainda no início do século XVIII pelo Conde de Assumar[14]. A imposição da religião católica e a obrigação de participar de todos os eventos promovidos nos espaços públicos existentes por ela e pelo estado, à época indivisíveis, pode também ser analisada como uma forma de se forçar uma maior coesão social, e de despertar nesses grupos uma maior civilidade e um sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade urbana obediente à Coroa e a Deus.

Fora desses eventos festivos, entretanto, a ocupação do espaço público não era tão inclusiva, nem tão bem vista - basta lembrar que nas cidades coloniais, e até mesmo no período imperial, parte das mulheres se restringia ao espaço doméstico, e quem saía às ruas e perambulava pelos largos e praças quotidianamente para realizar as compras, fazer entregas ou coletar água eram os escravos e os desprovidos desses, também considerados em situação inferior. Sobre essa diferenciação de gênero e renda na frequentação do espaço público, Schettino (2012) comenta:

> As mulheres poderiam sair às ruas e frequentar os locais de lazer destinados à elite. Porém, essa tarefa não era fácil, as condições das calçadas, a sujeira e os escravos que por ali transitavam são apontados como fatores desestimulantes para as damas da sociedade. Essas mulheres preferiam fazer suas compras com ambulantes ou mandar seus escravos às lojas. (SCHETTINO, 2012, P. 82)

Percebemos que durante muito tempo a coexistência de diferentes grupos nos espaços públicos brasileiros no quotidiano das cidades foi assim coibida graças aos diferentes costumes e códigos de conduta, à falta de atrativos, ou mesmo através da proibição da manifestação de culturas diferentes. Basta lembrar que na Constituição Imperial de 1824, seu primeiro título já clarifica que:

> Art. 5º A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. (BRASIL, 1824)

Desta forma, o Império não impedia outras preferências religiosas e suas manifestações culturais no país, desde que jamais fossem manifestadas nos espaços públicos, seja através de cultos ou eventos festivos realizados nas ruas, largos e praças, seja através do impacto arquitetônico que templos de diferentes culturas pudessem provocar nas paisagens urbanas. Esse tipo de repressão em uma sociedade tão heterogênea deu origem a diversas manifestações sincréticas, hoje chamadas de folclóricas, como as *Folias de Reis* e *Congados*, nas quais, através de cantos e danças realizados em espaços públicos, vemos uma fusão de influências católicas e africanas.

---

[14] VASCONCELLOS, 1956. D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, terceiro a receber o título de Conde de Assumar, 3º Governador e Capitão-mor da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, conhecido por suas ações extremas de repressão no episódio conhecido como Revolta de Filipe dos Santos (1720).

É importante lembrar que as diferenças raciais e socioeconômicas eram muito mais exacerbadas na sociedade brasileira colonial e imperial no que na atual, fazendo com que os negros, por exemplo, mesmo os alforriados, não fossem devidamente reconhecidos como membros da comunidade. Entre outros direitos que os eram negados, estavam não apenas a manifestação de seus verdadeiros costumes culturais e religiosos, mas também o pleno acesso à vida social e religiosa dos considerados brancos. Isso impulsionou a formação de irmandades negras, que construíram igrejas próprias para que pudessem frequentar livremente e formar assim seus locais de culto e de manifestação cultural devidamente reconhecidos.

Os eventos como os reisados e congados, eram assim organizados pelas irmandades negras de forma similar às procissões já tradicionais na cultura cristã européia. Neles, os santos católicos eram reverenciados através de práticas ritualísticas originárias de outras religiões, e os escravos do dia a dia eram reconhecidos como reis, rainhas, príncipes e princesas, transmutando, ao menos entre os seus, sua miserável condição quotidiana.

> No dia 6 de Janeiro o Rei, a Rainha e os Principes vestidos como taes eram conduzidos em ruidosas festas africanas à Igreja para assistirem a Missa Cantada; e depois percorríam em dansas caracteristicas, tocando instrumentos musicos indigenas d'Africa, pelas ruas. Era o Reinado do Rosario, festas que se imitaram em todos os povoados das Minas. […] No Alto da Cruz ainda se ve a pia de pedra na qual as negras empoadas de ouro lavavam a cabeça para deixa-lo naquelle dia por esmola, ou donativo. (VASCONCELLOS, 1904, p. 324)

Assim, vemos que para que fossem exercidas abertamente em meio urbano, algumas práticas negras antigas acabaram se transformando em algo original, mais palatável às classes dominantes. Vemos que o espaço público foi assim um facilitador da aproximação dessas culturas, mesmo que a sociedade ainda fosse bastante estratificada e segregada no quotidiano.

Mesmo no período republicano, observamos que, independente do seu tamanho, cidades cuja composição social se formou através do compartilhamento do espaço urbano por grupos vindos de localidades distantes que migraram em busca de um novo destino, tenderam a repetir esse processo de enclausuramento junto aos seus iguais e de desconfiança junto aos outros. Esse fenômeno, hoje ocasionalmente chamado de "bairrismo"[15] é comum a muitos bairros periféricos ou pericentrais presentes em capitais de estado, metrópoles e cidades planejadas. Assim, embora situados em ambientes urbanos muitas vezes bastante desenvolvidos, essas localidades tendem a exibir práticas sociais comuns às cidades pequenas. Nessas cidades os espaços públicos

[15] Em outras realidades, esse fenômeno de isolamento entre iguais também é chamado de "guetificação", mas no Brasil contemporâneo ele se manifesta mais pelo agrupamento em determinados locais de grupos vindos de cidades menos desenvolvidas, ou de outras regiões do país, do que de grupos de diferentes países ou etnias.

centrais ou fronteiriços entre bairros se fazem especialmente úteis, pois muitas vezes é através deles que são feitos os primeiros contatos entre grupos distintos.

No Brasil, um aumento da população nas cidades similar ao vivenciado por Simmel só foi ocorrer na segunda metade do século XX, fruto principalmente de ondas migratórias originárias de áreas menos desenvolvidas em direção aos centros mais consolidados no momento de nossa industrialização. O crescimento urbano decorrente do aumento populacional veio acrescido de um aumento nas desigualdades socio-espaciais, e assim, da violência e da criminalidade. Isto agravou a desconfiança em relação ao outro, ao estranho, a partir de então frequente nos principais espaços públicos das cidades - os principais espaços compartilhados, geralmente centrais e de significação comum a todos.

Essas diferenças temporais, culturais e econômicas, fazem também com que a literatura específica sobre o tema dos espaços públicos, majoritariamente estrangeira, tenha que ser adotada com bastante parcimônia na análise das nossas cidades. Algumas semelhanças entre os fenômenos mais contemporâneos, no entanto, são significativas, como o crescimento do individualismo e da necessidade de diferenciação entre grupos de classes socioeconômicas distintas, e até mesmo entre indivíduos de uma mesma classe. Esses podem ser frutos não apenas de um maior desenvolvimento do país, equiparando parcialmente as nossas realidades urbanas com as dos países centrais, mas também com os desdobramentos da própria globalização.

Ao analisar os efeitos da complexidade social oriunda do grande crescimento demográfico das cidades no século XX, Bourdin (2005) pondera que, no lugar de grandes grupos sociais estáveis e sólidos, de grandes representações coletivas de referência e de normas sociais amplamente estabelecidas e aceitas, a cidade se tornou um local de uma multiplicidade de pequenos grupos, que podem apresentar características preferenciais e comportamentais bem distintas. Essas mudanças podem ser analisadas de forma associada com as transformações sociais descritas por Sennett e Simmel. Assim, vemos também que a sociedade e suas demandas, seja no contexto estrangeiro ou nacional, aparentemente se tornam cada vez mais difíceis de se compreender e definir. Ascher (2001) explica esse fenômeno ao analisar que ele resulta da interação de três dinâmicas antropológicas em curso desde o final da Idade Média: a individualização, a racionalização e a diferenciação social (o efetivo surgimento da modernidade).

A individualização, como descrita por Ascher (2011) pode ser explicada como a representação do mundo a partir de si próprio, e não mais a partir do grupo ao qual pertencemos. A racionalização significa uma substituição progressiva da tradição pela razão na decisão sobre os atos. A

diferenciação social é analisada como um processo oriundo da divisão técnica do trabalho e que, ampliando a diversidade e as desigualdades, gera uma sociedade muito mais complexa. Essas três dinâmicas resultam em uma sociedade na qual se multiplicam muitos perfis, de estilos de vida muito diferentes, tornando difícil o sentimento de pertencimento a grandes grupos sociais. Esses perfis apresentam expectativas em relação ao espaço urbano e ao espaço público muito diversas, se apropriando desses de maneiras também distintas.

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que os indivíduos se enxergam cada vez menos em grandes grupos e tendem a conferir maior valorização aos círculos íntimos, esses parecem cada vez mais atraídos pelos espaços coletivos. Esse fenômeno de implosão/explosão da sociabilidade talvez se explique, justamente, tanto pela possibilidade de anonimato e de libertação oferecidas pelos espaços públicos, quanto pela necessidade do contato, ainda que apenas visual, com os numerosos outros grupos que não o próprio. Observamos que os sentimentos de solidão e isolamento igualmente acentuados pelo crescimento da cultura do individualismo, também vão acarretar em uma procura cada vez maior pelo uso dos espaços públicos, o que pode ser explicado pela própria natureza do homem como um ser inerentemente social[16]. Assim, a simples presença em um espaço público pode acarretar em uma suavização desses sentimentos, principalmente pela possibilidade de se estabelecer várias escalas de contato com o outro, e aparentemente isto vem ficando cada vez mais claro para a sociedade.

As diferentes escalas de intensidade de contatos sociais possibilitadas pela presença em um espaço público são apresentadas por Jan Gehl em sua obra *Life Between Buildings* (2011)[17], indo desde o tipo mais fraco - o contato passivo, representado por apenas ver e ouvir o outro, até o tipo mais intenso - o dos relacionamentos próximos, que permite o diálogo e o toque. Segundo o autor, nos espaços públicos o tipo mais frequente e mais numeroso de interações é caracterizado por apenas ver e ouvir as outras pessoas, mas ele argumenta que, mesmo que represente uma menor intensidade de interação, este tipo de sociabilização é de grande valia para a sociedade contemporânea. É uma interação que não exige de nós nenhum vínculo, sendo assim simples e

---

[16] Mark C. Childs (2006), em sua análise sobre o ser humano e sua relação com o espaço livre público, observa quatro características comportamentais de destaque. As duas primeiras têm um caráter social: (1) o homem é um ser gregário - basta observar seu costume de se filiar, formal ou informalmente, a grupos artísticos, esportivos, políticos, religiosos, profissionais - de buscar se inserir em grupos onde provavelmente encontrará semelhantes; ao mesmo tempo em que (2) o homem precisa de privacidade, de momentos de isolamento para recobrar suas forças e exercer sua plena individualidade. Os dois outros traços comportamentais possuem um cunho mais espacial: (3) o homem valoriza o ambiente edificado, se reconhecendo histórica e culturalmente nesse espaço, tecendo com ele uma relação de pertencimento (assim como o faz com os grupos sociais que nele habitam); e (4) o homem valoriza a natureza, reconhecendo, inclusive, não apenas seu valor estético, mas também sua capacidade de restaurar sua saúde física e psíquica.

[17] Originalmente publicada na década de 1970.

confortável, mas que ao mesmo tempo nos faz sentir parte de uma comunidade, de uma cidade, de um grupo. Os contatos superficiais são importantes pois representam um estágio intermediário entre estar com alguém e estar sozinho, e é um tipo de sociabilização que não requer um histórico, e nem uma promessa de futuro.

Assim, vemos que o potencial dos contatos passivos para a sociedade é grande, pois deles podem surgir outros níveis de contato social, além de nos transmitir uma sensação de pertencimento a um todo e de incentivar as práticas de civilidade entre desconhecidos. Basta lembrar da visão de Aelbrecht (2016) sobre os "estranhos familiares", que nos trazem sensação de conforto e segurança graças às pequenas interações repetidas durante um intervalo de tempo; assim como as pequenas relações quotidianas com os comerciantes locais tão valorizada por Jacobs (2011). Apesar deste tipo de contato ser também possível de ser realizado em outros tipos de espaço coletivo que não os espaços públicos, percebe-se que nestes os usuários têm uma maior possibilidade de encontrar indivíduos de círculos e grupos mais diversos - de diferentes idades, faixas de renda, religiões, profissões, entre outros, e que esse encontro é fundamental para que se diminua o preconceito entre grupos e para que se desenvolva maior tolerância com a diversidade em meio urbano. Assim, independentemente da realidade urbana na qual se encontram inseridos (resultantes de diferentes contextos históricos, geográficos ou sociais), os espaços públicos parecem ter essa mesma potencialidade e benefícios para as sociedades.

2.1.4 Espaço público como ferramenta de valorização do espaço urbano

Se o crescimento do individualismo nas últimas décadas parece ter provocado uma maior demanda por espaços públicos, observamos que a apropriação desses nem sempre foi muito favorecida por alguns impactos decorrentes da industrialização, notadamente pela degradação de muitos espaços livres presentes nos centros antigos. A industrialização trouxe às cidades uma série de avanços e facilidades, mas também provocou um crescimento muito acelerado, tanto populacional, quanto espacial, adensando as áreas centrais, comprometendo suas estruturas e espraiando o tecido urbano. Observamos que a possibilidade do melhor aproveitamento dos terrenos graças aos avanços tecnológicos na construção civil[18] provocou uma grande valorização dos lotes urbanos centrais, incentivando a edificação de todas as áreas disponíveis e contribuindo para o esgotamento das áreas livres existentes. O excesso de contingente populacional trabalhando nas áreas centrais e morando em periferias motivou o desenvolvimento do transporte

[18] Notadamente através da utilização das estruturas metálicas em edifícios comerciais (e depois residenciais) praticada e defendida pelos integrantes da chamada Escola de Chicago; à invenção de máquinas específicas para a movimentação de terra e para a construção de fundações, avanços liderados pela indústria francesa; e também à invenção do elevador - todos característicos do século XIX.

coletivo, mas também da indústria automobilística, saturando a malha viária e trazendo aos centros das cidades diversos tipos de poluição - visual, do ar e sonora.

Este panorama, que ocorreu em tempos diacrônicos em diferentes cidades do globo, não raro conferiu a muitas áreas centrais um forte aspecto de degradação e decadência. Muitas residências centrais e pericentrais pertencentes às classes médias foram abandonadas em troca de habitações periféricas, seja nos subúrbios ajardinados do século XIX e início do século XX, característicos dos países centrais; seja nos loteamentos e condomínios fechados da segunda metade do século XX e do início deste século, mais típicos de países como o Brasil. Já nos extremos de renda, percebe-se que, tanto as classes mais abastadas, quanto as menos confortáveis, tenderam a permanecer nas áreas centrais, mas em setores muito distintos. De suas diferenças, talvez a maior delas seja o nível de qualidade urbanística, manifesta não apenas pela proximidade dos melhores serviços e equipamentos, mas também pela disponibilidade de áreas verdes, públicas ou semi-públicas. Essas ainda são frequentemente encontradas nas vizinhanças das classes dominantes, mas são raridade nos bairros mais pobres. Quando existentes, costumam ser aquelas de difícil apropriação (grandes declividades ou alagadiças) e/ou de baixa qualidade ambiental (existências de córregos poluídos, entre outros).

Assim como foi visto no Renascimento e no Barroco em relação às praças secas e aos jardins paisagísticos das cortes reais e imperiais, no século XIX a residência na proximidade dos *squares* ingleses, dos *boulevards* franceses, e dos grandes jardins urbanos (como o Central Park, em Nova York-EUA), se torna claro elemento de distinção, de comprovação de *status* socioeconômico, e de competitividade no meio urbano[19]. O aspecto decadente dos centros e o distanciamento cada vez maior do campo vai provocar um sentimento de urgência na qualificação do espaço urbano por parte das classes

Figura 2: Leicester Square em 1874

Leicester Square foi durante os séculos XVII e XVIII um dos endereços mais nobres de Londres (Inglaterra), tendo em seu centro um jardim privado de uso coletivo. Foi convertido em espaço público apenas na segunda metade do século XIX.
The Illustrated London News. Autor desconhecido.
Fonte: (LEICESTER..., 2017).

[19] Esta competitividade nos remete aos estudos sobre Ecologia Urbana desenvolvidas por Robert Park e outros estudiosos da Escola de Sociologia de Chicago, que associa as escolhas locacionais em meio urbano às teorias biológicas de "sobrevivência dos mais fortes". No caso, os mais fortes são os detentores de maior capital, que podem escolher suas áreas de residência, remetendo os mais fracos (mais pobres) às áreas de pior qualidade urbana (SOUZA, 2005).

dominantes, buscando o embelezamento de suas estruturas através, principalmente, da criação de áreas verdes. Estas áreas, de acordo com os valores da época, eram vistas não apenas como recursos meramente ornamentais, mas também higiênicos, símbolos de salubridade. O dispêndio de áreas urbanas centrais para a criação de jardins públicos ou coletivos indicava não só a disponibilidade de recursos para não precisar explorar esses terrenos, mas também era visto, somado a outras estratégias, como ferramenta de valorização imobiliária e de controle social da vizinhança (FIGURA 2).

Percebemos assim que quanto mais adensado e mais decadente se tornou o espaço urbano, maior foi a demanda pela criação de espaços públicos que pudessem devolver ao centro seu caráter de referência não apenas de centralidade, mas de área nobre, de residência das classes dominantes. No Brasil percebemos que esta realidade só começou a ser mais acentuada em nossas cidades a partir do século XX, quando finalmente o país passou por seu processo de industrialização, de urbanização acelerada e de forte ocupação de áreas livres urbanas. Como destacam Sakata e Macedo (2010):

> Durante a primeira metade do século, os parques são construídos em pequeno número, concentrando-se em algumas das grandes cidades - capitais ou não - e estâncias de veraneio, ficando restritos praticamente a áreas centrais e a bairros de elite.
>
> Nos anos 50 e 60, era flagrante a carência de espaços ao ar livre para o lazer de massa. […] O espaço para lazer de muitas das áreas vazias que entremeavam as áreas de moradia e trabalho foi eliminado, os riachos e rios, antes apropriados ao banho e aos esportes náuticos, tornaram-se poluídos (no caso de São Paulo, em especial). (SAKATA; MACEDO, 2010, p.34)

Com essa observação, percebemos que na segunda metade do século XX, já existiam demandas de outro tipo de atividades de lazer que não aquelas de natureza mais inerte, como o desfile e o encontro, e que o próprio direito ao lazer já se encontrava mais distribuído entre as classes, como veremos adiante.

2.1.5 A democratização do ócio e a ampliação do conceito de lazer

Se no começo da industrialização era praticamente impossível às classes menos abastadas a moradia em bairros com maior presença de áreas livres voltadas ao uso público, as longas jornadas de trabalho e o envolvimento de quase todos os membros da família em atividades produtivas fazia com que esses não tivessem tempo livre, o que de certa forma também justificava a ausência de praças e parques na proximidade dos bairros mais pobres. No entanto, o desenvolvimento progressivo da sociedade industrial e o surgimento das leis trabalhistas foi aos poucos fazendo com que o operariado também tivesse acesso a horas ociosas.

Desta forma, observamos que a democratização do tempo livre, associada ao diminuto espaço das residências populares, ampliou a demanda por áreas livres públicas, provocando não apenas uma maior utilização dos parques e praças urbanas centrais, mas também uma pressão pela criação de áreas livres periféricas dedicadas ao lazer das massas. A democratização do ócio associada às novas pesquisas nas áreas da saúde e da psicologia, fez com que os tipos de atividades consideradas comuns no espaço público formal[20] também começassem a sofrer transformações.

Podemos observar que no século XIX o uso das áreas livres era caracterizado pelo desfile, o descanso e a sociabilização das elites urbanas, práticas que até o final do século XVIII eram mais restritas às elites rurais e às cortes reais - os poucos grupos que dispunham de áreas livres para a realização destas atividades. No século XX, entretanto, a cultura modernista promoveu a valorização de outro tipo de lazer, mais caracterizado pelas atividades de movimento - a recreação e os esportes, do que as atividades tradicionais de maior inércia. Essas são resultado, ao mesmo tempo, de uma maior pesquisa sobre o desenvolvimento físico e psicológico do homem desde a infância, mas também sobre a saúde de modo geral. Reconhece-se a importância de se separar melhor as atividades infantis das juvenis e das realizadas por adultos, criminalizando o trabalho infantil e valorizando a recreação e o esporte para o aprendizado das crianças e jovens (FIGURA 3).

Figura 3: Brinquedos infantis no Parque da Cidade, em Brasília-DF

Estruturas de recreação infantil no antigo Parque Rogério Phiton Farias (atual Parque Sarah Kubistchek) em Brasília-DF. [1970-1980]. Autor desconhecido. Imagem original do Arquivo Público do Distrito Federal.
Fonte: (FOGUETINHO..., 2017).

Assim, a regulação do trabalho, a popularização das horas livres, a inibição do trabalho infantil e a própria criação do conceito contemporâneo de infância vai fazer com que os espaços públicos se tornem também o lugar da família, que ao invés do desfile, busca locais propícios à recreação. Esta, como bem salienta Miranda Magnoli, não é uma atividade necessariamente dependente de

[20] Os espaços criados pela ação antrópica de forma deliberada, como as praças, largos e parques, desconsiderando áreas livres mais naturais, como o leito dos rios, os banhados, entre outros ocasionalmente apropriados pelas classes trabalhadoras em suas escassas horas livres.

estruturas específicas, mas prescinde antes de tudo, de espaço, da disponibilidade de áreas livres acessíveis ao público:

> Em geral, um dos papéis mais atribuídos ao espaço livre é o de propiciar recreação. Às atividades de "não-trabalho" corresponde um espectro variado e diversificado que não tem nada a ver com os eventuais equipamentos que venham a ser, eventualmente, postos em um lugar. (MAGNOLI, 2006, p. 182.)

Além da recreação, vimos que os avanços na área da medicina ao longo do século XX trouxeram à luz os diversos benefícios das práticas esportivas para a saúde física e mental, fazendo com que essas se popularizassem e se manifestassem também nas áreas livres públicas[21]. Outros fatores que colaboraram para a incorporação do esporte em áreas públicas foram a crescente exaltação do indivíduo e a grande preocupação com a aparência do corpo, que passou a ser exibido com menos pudor tanto na prática de esportes, quanto no bronzeamento da pele, a partir de então visto como sinal de saúde e também como novo valor estético.

Ainda em relação ao sol, Harrison (In: CHILDS, 2006) salienta a importância dos parques e demais espaços livres para a exposição solar e sua relevância para a saúde dos idosos. Vimos que as transformações nos modos de morar decorrentes do processo de urbanização do século XX provocaram o desaparecimento de muitos quintais[22]. Assim, cada vez mais, um maior número de cidadãos ficaram dependentes da existência de espaços livres públicos para desfrutar de um mínimo de contato direto com o verde e com a luz solar, imprescindível para a saúde de todos, mas especialmente para a das crianças e para os cidadãos mais velhos[23]. Essas transformações vão colaborar também para o surgimento de uma consciência ecológica, que vai aos poucos se somando ao conjunto de valores dessa nova cultura urbana.

---

[21] São recentes as experiências de culto à forma e à saúde corpóreas, especialmente após o período do Modernismo, não se relacionando exatamente com a forma como os esportes em ambientes livres públicos eram praticados nas cidades das civilizações primárias e secundárias, nem nas cidades medievais, nas quais as práticas esportivas tinham um caráter ritualístico ou competitivo. Nas cidades do classicismo romano, por exemplo, apesar das atividades de competição ocorrerem também em áreas livres, como nos *circus*, as atividades esportivas de culto ao corpo ocorriam mais especificamente nos ambientes fechados, como as termas.

[22] A redução do espaço de moradia, além de uma modernização no estilo de vida contemporâneo - famílias menores, custo de vida mais alto, busca de praticidade pela dificuldade de manutenção de empregados domésticos por grande parte da população - , é fruto de uma relação de competitividade no espaço urbano. Nota-se que o elevado valor da terra nas cidades promove a substituição gradual das edificações unifamiliares, especialmente nas áreas centrais, por torres residenciais. Nestas unidades, a área privativa limita-se ao apartamento em si, sendo as áreas livres, quando existentes, compartilhadas com todos os moradores.

[23] A exposição diária e direta ao sol por, no mínimo, alguns minutos, se tornou uma recomendação médica generalizada para que haja absorção e sintetização da vitamina D, fundamental para a saúde óssea. No Brasil estima-se que aproximadamente 60% da população tenha insuficiência ou deficiência de vitamina D (valores para 2013). Fonte: Rádio Câmara. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/456333-VITAMINA-D-TEMPO-IDEAL-DE-EXPOSICAO-AO-SOL-DEPENDE-DO-TOM-DE-PELE.html>. Acesso em: 23 mai. 2017.

2.1.6 O ambientalismo e seus impactos na escala urbana

Na segunda metade do século XX os cumulativos impactos ambientais decorrentes de uma industrialização mais generalizada fizeram com que termos como ambientalismo e desenvolvimento sustentável[24] saíssem dos círculos dos ativistas e/ou acadêmicos e fossem incluídos nas pautas urbanas de cidades de grande parte do mundo. Henrique (2009) destaca como a questão ambiental também foi bastante incorporada como valor na sociedade brasileira nas últimas décadas, afirmando que:

> A demanda pela proteção da natureza, bem como a busca pela proximidade com a natureza nas cidades, tornou-se onipresente em todos os planos de governos, planos diretores e outros instrumentos de planejamento. A sua concretização ocorre através de reservas, florestas nacionais, praças, jardins e parques públicos. É praticamente impossível encontrar uma pessoa ou grupo que se posicione contrariamente à construção de uma praça ou à manutenção de uma grande área verde em um espaço altamente adensado de uma cidade[25]. (HENRIQUE, 2009, p.20)

Desta maneira, presenciamos a difusão de parques urbanos, que intendem não somente prover espaços de contemplação e lazer passivo à população, como os jardins urbanos de natureza antropizada dos séculos XVIII e XIX, mas também colaborar ativamente tanto na interação do homem com os elementos naturais, quanto na preservação de matas nativas, de cursos d'água e de formações geológicas; criando espaços de permanência da fauna em meio urbano e melhorando as questões climáticas como um todo. Nos centros mais desenvolvidos, deixa-se de pensar as áreas verdes como elementos isolados e começa-se a enxergá-los como parte de um sistema, essencial à sobrevivência da natureza em meio urbano. Esses espaços também se tornam importantes espaços educacionais, principalmente se possuírem caráter informativo em relação às riquezas que se propõem a proteger. Além dos parques, destacam-se hoje as áreas de preservação permanente e as áreas deliberadamente alagáveis (bacias de contenção e de retenção) que podem estar associadas a outros espaços livres de uso público, tendo importantes papéis ambientais em meio urbano.

---

[24] Em um sentido bem amplo, entende-se por desenvolvimento sustentável a capacidade de se resolver os problemas da vida contemporânea sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras. Este tema vem sido amplamente difundido após alguns marcos ambientais importantes, como a publicação do livro Primavera Silenciosa, de Rachel Carson (1962), a fundação do Clube de Roma (1968), a realização da Conferência de Estocolmo (1972) e da Eco 92 - Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), na qual foi criada a Agenda 21 - o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis . Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-mundial>. Acesso em: 23 mai. 2017.

[25] Concordamos parcialmente com a posição do autor, ressaltando apenas que não é somente possível, mas sim recorrente a defesa da extinção de algumas áreas verdes em meio urbano por parte dos proprietários dessas terras e também junto a alguns promotores imobiliários. Não raro também encontramos opiniões de grupos dizendo que são a favor do verde, mas que entendem outras áreas, como a saúde ou a educação, como prioritárias de investimento.

2.1.7 A competitividade entre os espaços públicos e os semi-públicos

Além de novos tipos de espaços livres de uso público, como as praças esportivas e os parques, observamos que ao longo dos séculos XX e XXI se ampliou também a oferta de muitos tipos de espaços semi-públicos (espaços privados abertos ao uso coletivo) voltados ao lazer e ao esporte - clubes e agremiações, parques de diversão, shopping centers, academias de ginásticas, entre outros. Entretanto, vemos que a separação entre um e outro tipo de espaço ainda não é muito clara para parte da população, que não raro exige dos espaços públicos o nível de manutenção e qualidade que geralmente só os espaços privados conseguem suprir, ao mesmo tempo que exigem dos espaços privados um grau de liberdade de apropriação e de inclusão que nem sempre lhes interessa oferecer.

Outro fator que faz proliferar a oferta de espaços semi-públicos voltados ao entretenimento das horas ociosas dos cidadãos é o crescimento da cultura de consumo, na qual o ato de comprar é associado não somente à satisfação de necessidades físicas, mas também psíquicas[26]. Assim, com o desenvolvimento do capitalismo, vemos o consumo sendo cada vez mais reafirmado como experiência de lazer e de diferenciação social, criando elementos urbanos inteiramente dedicados a ele e oferecendo, indiretamente, oportunidades de sociabilização.

Graça (2011), ao discorrer sobre as transformações urbanas ocorridas no cenário Europeu nos séculos XX e XXI, também aponta que a demanda por espaços de lazer e sociabilização não parece ter esmaecido, mas ter sido parcialmente transferida dos espaços públicos aos espaços coletivos de âmbito comercial.

> Liberta dos seus centro e limites, por um novo modelo de cidadania consumidora, a vivência da cidade já não se constrói através de vínculos com os espaços urbanos centrais ou representativos. Substituindo-se a estes, surgem novos espaços privados que se multiplicam nos seus centros e zonas suburbanas. (…) Numa Europa em que os equipamentos lúdico-comerciais substituem progressivamente a rede de espaços públicos urbanos, em que se introduzem mecanismos privados na produção de espaços públicos e usos colectivos em espaços privados, verifica-se que já não é clara a fronteira entre os domínios público e privado da cidade. (GRAÇA, 2011, p.7-9)

É importante, contudo, lembrar que a produção de espaços semi-públicos dedicados ao consumo, mas também ao encontro e à sociabilização não é algo tão recente, tendo marcado decisivamente as sociedades urbanas européias no século XIX com a construção das galerias comerciais (*passages couverts*) e também das grandes lojas de departamento (*grands magasins*). Estes espaços multi-uso chegavam a oferecer em seus andares superiores salões de chá e de

[26] FEATHERSTONE, 2007.

leitura, que eram escolhidos pelas elites locais como seus espaços preferidos de sociabilização[27]. Assim como os jardins urbanos, esses também eram espaços de desfile, porém, ao abrigo das intempéries e com mobiliário, iluminação e limpeza que lhes garantia maior conforto e segurança. Hoje em dia, esses tipos de espaços ainda são presentes em algumas cidades; também são representados por seus derivados, como os shopping centers, e por muitos outros equipamentos, incluindo espaços livres, nos quais se compartilham experiências com conhecidos e desconhecidos de perfis similares.

Assim, vários autores (MEHTA, 2014; AELBRECHT, 2016; OLDENBURG, 1999, entre outros), questionam a visão de que a esfera pública seja manifesta apenas nos espaços públicos tradicionais, como praças e parques, e defendem que alguns espaços semi-públicos representam hoje locais de intensa sociabilização e até mesmo de inclusão e representatividade. Para esses autores, espaços coletivos - públicos ou semi-públicos, teriam importâncias muito similares, pois consideram que todos são espaços de materialização da vida social. Cabe, entretanto, ressaltar aqui que essas visões são pautadas em realidades socioeconômicas bastante distintas da brasileira, e que em países nos quais as desigualdades de renda não são tão expressivas, os espaços privados podem não são ser tão igualmente excludentes. Ao mesmo tempo, observamos que nesses países, os espaços públicos costumam ser bastante atrativos graças aos investimentos constantes na sua conservação e também à baixa taxa de criminalidade e violência vivenciada nos espaços urbanos. Assim, espaços públicos e semi-públicos podem realmente funcionar como espaços complementares, e não somente concorrentes.

No Brasil as desigualdades ainda são muito latentes, e vemos que o mercado privado tende a reproduzi-las, criando ambientes de lazer bem separados para diferentes faixas de renda, explorando as classes socioeconômicas de acordo com sua capacidade de consumo. Percebemos então que, junto aos menos favorecidos, a falta de excedente de capital para se investir nessas opções privadas de lazer vai fortalecer ainda mais a dependência dos espaços livres de uso público para a ocupação das horas livres, aumentando assim a demanda pela sua produção e conservação. Assim, percebemos que a frequentação de parques e praças nos finais de semana pode significar a única opção de lazer em espaços coletivos para os mais pobres, e as pequenas viagens a municípios próximos, uma opção de entretenimento para as férias anuais, nos quais os espaços públicos também desempenham um papel importante.

---

[27] Podemos desfrutar de uma descrição detalhada de um destes ambientes e de seu quotidiano na obra de Émile Zola intitulada *Au Bonheur des Dames* (1998), publicada inicialmente em 1883, sobre uma grande loja de departamento homônima. O romance sobre esta loja fictícia, muito provavelmente inspirada no *Au Bon Marché* (referência parisiense desde 1838), retrata o impacto físico e social da implantação deste tipo de equipamento para o comércio local, modificando as relações de consumo, mas também a vivência do próprio espaço urbano.

2.1.8 O turismo e o empreendedorismo urbano

Desde o final do século XX muitas áreas urbanas vem recebendo melhorias urbanísticas em nome de uma competitividade global entre cidades para atrair empresas, indústrias e investimentos. Se antigamente a isenção temporária de impostos e a disponibilidade de mão-de-obra pouco qualificada era o suficiente para se atrair esses equipamentos, atualmente se observa que a diversificação dos setores secundário e terciário demandam melhorias no espaço urbano como um todo. Dependendo do tipo de empreendimento, não é necessário garantir somente a proximidade de boas rodovias, mas também de aeroportos, de bons hospitais e escolas, e também de espaços públicos de qualidade, criando uma ambiência urbana que possa atrair e reter bons funcionários, especialmente os mais qualificados.

Figura 4: EXPO 98 em Lisboa, Portugal

Expo-98, Parque das Nações em Lisboa, Portugal. [2015]. Autor desconhecido.
Fonte: (CAIS..., 2017).

Essa relação vem, inclusive, sendo bastante explorada dentro dos preceitos do Planejamento Estratégico[28], no qual o investimento na criação e na recuperação dos espaços públicos é peça fundamental para se elevar a competitividade urbana. Para o setor do turismo, então, essa competitividade é fundamental, pois a destinação turística, é uma escolha muito baseada na qualidade e no conforto da experiência no local. Como é através do espaço público que o turista apreende a cidade, o investimento nessas estruturas se torna de grande relevância para a construção de uma paisagem urbana atrativa e "vendável", capaz de inserir a cidade nos roteiros preferidos dos viajantes e gerar emprego e renda para a população local[29]. São exemplos de competitividade os esforços para sediar grandes eventos, como as Exposições Universais (FIGURA 4), as Copas do Mundo e as Olimpíadas, mas também os esforços para que essas cidades tenham suas qualidades urbanas reconhecidas e divulgadas por instituições internacionais, como, por exemplo, a UNESCO.

---

[28] Planejamento estratégico é uma forma de gestão urbana em crescimento desde o final da década de 1980 que associa a administração das cidades com a administração de grandes empresas. Nesse se destaca, principalmente, o princípio da competitividade - pelos investimentos de capital, pela atração de instalação de indústrias, sedes de empresas, serviços - tudo o que for possível para atrair impostos, gerar postos de emprego e melhorar a qualidade urbana, principalmente nas áreas centrais. (VAINER in: ARANTES et al., 2002)

[29] Ampliaremos a discussão sobre este tema no Capítulo 3.

Assim, se todos os fatores supracitados parecem ter influenciado a cultura contemporânea, criando um crescimento contínuo da valorização dos espaços públicos, para alguns autores, como Borja e Muxì (2000)[30], ainda há outros que mereçam ser mencionados. Segundo esses, fatores econômicos e políticos são os principais responsáveis pelo valor atualmente atribuído ao espaço público, sendo uma reação quase natural a um período de contínua degradação sócio-espacial:

> Hay una reacción periódica que se presenta regularmente en la história de la ciudad y del urbanismo cuando las formas del crecimiento urbano, o la evolución de la ciudad existente da prioridad a la edificación y / o la vialidad, cuando los espacios se especializan debido a la segregación social o a la zonificación funcional, cuando la ciudad pierde cualidad de autorepresentación, se produce una reacción social y cultural de retorno al espacio público. (BORJA e MUXÌ, 2000, p. 8)

Sendo produto de um conjunto de transformações socio-espaciais, uma reação natural a um processo de decadência urbana ou uma ferramenta de valorização do mercado imobiliário, é fato que, talvez mais do que nunca, vemos uma ampla adoção do tema dos espaços públicos nas pautas urbanas. É crescente a demanda pela implantação de novos parques e praças em áreas periféricas, até pouco tempo desprovidas deste tipo de equipamento. Ao mesmo tempo, testemunhamos um esforço pela recuperação de espaços públicos históricos nas antigas áreas centrais, muitos já desgastados pela ação do tempo, ou que viram suas estruturas cair em obsolescência devido à transformações no entorno e no modo de vida da sociedade, que agora urge por suas atualizações.

Em seguida discorreremos um pouco mais sobre essas demandas- ou seja, sobre as funções atualmente atribuídas aos espaços públicos pela sociedade atual, analisando melhor seus condicionantes e seus desdobramentos no meio urbano.

2.2 Funções dos espaços livres de uso público na cidade contemporânea

Através da observação das mudanças sociais ocorridas a partir do século XVIII e das transformações espaciais decorrentes dessas, podemos deduzir que, com o passar dos anos, novos tipos de funções foram atribuídas aos espaços públicos. Assim, observamos que a

---

[30] O autor catalão Jordi Borja ficou conhecido mundialmente pelas proposições para a requalificação de espaços públicos na cidade de Barcelona e por várias de suas publicações nas quais defende a adoção de medidas pertencentes ao planejamento estratégico para a recuperação de centros urbanos. Por esta postura, foi imensamente criticado (inclusive por seu conterrâneo Manuel Delgado) por ignorar os efeitos nocivos destas medidas, em especial sua potencialidade de exclusão. Entretanto, consideramos sua produção intelectual de grande valia, especialmente por discutir o papel dos espaços públicos na qualidade de vida urbana.

relevância dos ELUPs para as cidades se torna diretamente proporcional às diversas funções que esses carregam, como: meio de circulação e comunicação, espaço político, religioso, comercial, cívico e social[31]. Nem sempre todas essas precisam ser observadas em um mesmo espaço público, mas o acúmulo de funções geralmente revela um alto grau de importância desse para a sociedade local. Um exemplo é a tradicional praça central das cidades pequenas brasileiras, que costuma servir de espaço de sociabilização, passeio, recreação, consumo, manifestação política e também local de eventos festivos, sendo uma importante, senão a maior, referência municipal.

Normalmente, no momento do estabelecimento de um espaço público, esse apresenta uma função de acordo com sua natureza[32], recebendo características arquitetônicas que permitam a realização das atividades previstas. Assim, jardins públicos de contemplação e descanso normalmente são concebidos com vegetação ornamental e assentos, assim como barreiras para elementos do entorno que poderiam comprometer a sensação de isolamento do caos urbano tão necessária a essas atividades. No entanto, com o passar do tempo, espaços públicos como esses podem tanto perder funções antigas, como a de ser local de desfile das classes mais abastadas, quanto receber novas funções, como a de espaço de prática de caminhada esportiva.

Algumas funções não-previstas inicialmente podem ser adaptadas a espaços públicos pré-existentes, dependendo somente da montagem de estruturas efêmeras. Podemos citar como exemplo a utilização de espaços públicos como local de exibição de filmes, prescindindo apenas de espaço livre o suficiente para a colocação de telas infláveis e área disponível para a congregação de espectadores, como ocorre anualmente em Ouro Preto-MG (FIGURA 5). Outro exemplo é a montagem de estruturas temporárias de vôlei de praia ou de patinação no gelo, como já é tradicional em algumas cidades européias, para a comemoração da chegada das estações de verão e inverno, respectivamente (FIGURA 6). Ocasionalmente, alguns espaços podem adquirir novas funções apenas com a interdição de alguns tipos de atividade, mesmo que temporariamente, como a interrupção do trânsito de veículos no Elevado João Goulart[33], na cidade de São Paulo, aos finais de semana, para que o espaço seja utilizado como área de lazer e prática de esportes.

---

[31] MEHTA, 2014.

[32] Nesta pesquisa optamos pelos termos “natureza” ou, ocasionalmente, “vocação” para designar as potencialidades de um espaço livre de uso público conferidas a ele por suas características arquitetônicas e urbanísticas, e “função” para o tipo de utilização que este apresenta na prática. Por exemplo, a existência de uma quadra esportiva em uma praça lhe confere a natureza de espaço de lazer ativo. Entretanto, se esta quadra se encontra constantemente vazia, por não haver público para esta atividade, ou por esta não apresentar condições de uso, consideramos que a prática de lazer ativo não seja a sua função, mas apenas um potencial não-explorado. Ao mesmo tempo, um largo de uma cidade histórica, cujas paisagens naturais e sociais sejam preciosas, não pode ser considerado como uma área que tenha “natureza” de espaço de estacionamento, mas ele pode exercer essa função enquanto assim lhe for permitido.

[33] Antigo Elevado Costa e Silva, chamado popularmente de Minhocão.

Figura 5: Cinema ao ar livre no CINE-OP, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto-MG

Cinema ao ar livre em festival de cinema (CineOP) realizado anualmente em Ouro Preto-MG. Autor: Leo Lara, s./d.
Fonte: PRADO, 2017.

Figura 6: Patinação no gelo em frente ao Hôtel de Ville/Paris-FR

Ringue de patinação no gelo montado temporariamente na *Place de Grève*, praça seca em frente ao *Hôtel de Ville* (sede da prefeitura municipal) em Paris, na França. Autor desconhecido.
Fonte: PARISIAN, 2017.

Dependendo do tipo de funções a serem absorvidas posteriormente, no entanto, os espaços públicos podem prescindir de adaptações físicas mais expressivas, que podem complementar suas funções originais, ou substituí-las. Tomemos como exemplo o caso da Quinta da Boa Vista[34], parque municipal carioca que nos anos 1940 foi adaptado para receber o Jardim Zoológico do Rio

[34] Antiga fazenda nos tempos coloniais, que foi convertida em residência da família real portuguesa, depois utilizada como residência da família imperial brasileira, e depois transformada em parque aberto à população.

de Janeiro; ou mesmo a recente inclusão em espaços públicos brasileiros de mobiliários pré-fabricados destinados à prática de musculação. Observamos assim que a adaptação a novas demandas pode ser bem sucedida e causar poucos impactos nos espaços públicos, ou ao menos causar poucos impactos negativos, fazendo com que esses respondam a demandas mais contemporâneas e fujam do risco de cair em obsolescência. Entretanto, em alguns casos a adoção de algumas funções pode comprometer práticas pré-existentes, colaborando até mesmo para a degradação dos espaços públicos.

Desta forma, compreendemos que as funções exercidas pelos espaços públicos podem estar em acordo com suas potencialidades, ou podem estar em desacordo, se revelando como verdadeiros problemas. Apresentaremos assim algumas funções atualmente atribuídas aos espaços livres de uso público, discorrendo sobre suas relevâncias para a cidade e para a sociedade contemporâneas, e sobre alguns conflitos comuns decorrentes da sua ressignificação. Discutiremos também os elementos capazes de atribuir funções a um espaço, comparando visões de alguns especialistas.

2.2.1 Circulação e estacionamento

Geralmente as vias e os largos são os primeiros espaços públicos de toda e qualquer ocupação, servindo à circulação de um ponto ao outro do território. Logicamente, para que esses e outros espaços públicos sejam espaços de circulação é necessário que sirvam de elementos de ligação entre pontos distintos do assentamento, podendo permitir a passagem simultânea de pedestres, de animais e de veículos, ou restringindo o acesso a qualquer um destes tipos. Essa circulação pode ocorrer: 1) através dos recintos dos espaços públicos, sendo direcionada em múltiplos caminhos, como nos parques e em algumas praças ajardinadas; 2) por todo o espaço de forma indistinta, como nos largos e praças secas; ou 3) de forma marginal a ele, como é comum nas praças e jardins que tomam a forma de ilhas viárias, cujo centro é inteiramente destinado à vegetação.

Percebemos que a circulação de pedestres tende a ser proporcional à vitalidade dos espaços públicos, sendo a circulação amplamente aceita como ponto de partida para as demais formas de apropriação. Entretanto, a circulação de veículos não é garantia de sucesso (nem de insucesso) de um espaço público; podemos apenas ponderar que quanto maior for a circulação de veículos, maior deverá ser a atenção dada aos possíveis conflitos decorrentes da coexistência desta com os demais tipos de circulação e com outras formas de apropriação. Assim, podemos perceber que espaços públicos de tipologias mais antigas e indissociáveis do sistema viário, como os largos e praças secas presentes nos centros históricos, naturalmente estarão mais sujeitos à

circulação veicular, e consequentemente mais sujeitos aos impactos negativos que podem ser gerados por essa.

Geralmente espaços que apresentam conflitos entre circulação veicular e de pedestres demandam moderadores de tráfego, como sinalização específica, pisos trepidantes e outros redutores de velocidade. Assim, vemos através de várias experiências mundiais[35] que para se garantir a segurança da circulação de pedestres, muita vezes não é necessário desarticulá-la completamente da circulação veicular como um todo, como defendia o urbanismo modernista. Faz-se útil, no entanto, reduzir o espaço dedicado aos veículos e impor uma velocidade máxima a esses, fazendo com que os demais tipos de circulação tenham prioridade no espaço compartilhado. Entretanto, em espaços mais centrais, cuja aglomeração de pessoas e fluxos seja muito grande, é essencial que se invista paralelamente em modais de transporte público de diferentes capacidades, coibindo a utilização dos carros e reduzindo a necessidade de seu emprego. É importante também que se planeje locais destinados ao estacionamento de veículos, pois os espaços públicos podem ser muito impactados pelos mesmos.

Para que um espaço seja utilizado como estacionamento (de animais ou de veículos) é necessário, antes de tudo, que ele disponha de espaço sobressalente à circulação. Nas centralidades principais, onde normalmente se encontra a grande parte dos espaços públicos das cidades, basta a existência de espaço sobressalente para que ele se encontre constantemente ocupado por veículos estacionados. Vemos pela experiência que, quanto maior o espaço, mais esse será lembrado pela população como referência de local de estacionamento, e maior será o número de concorrentes às suas vagas. Assim como na questão da circulação, os espaços públicos históricos, como os largos e as praças secas, são particularmente ameaçados por este uso.

Podemos afirmar que a disponibilidade de estacionamento é atualmente um dos maiores problemas nos centros urbanos, pois devido à ampla adoção dos automóveis como meio de transporte, essa nunca parece ser suficiente; ao mesmo tempo observamos que os estacionamentos também podem provocar vários problemas quando existentes (poluição visual, ocupação desmesurada do espaço público, conflitos com outras formas de apropriação, etc.). A construção de prédios de estacionamentos ou de estacionamentos subterrâneos é uma iniciativa interessante, mas é dispendiosa e muitas vezes provoca impactos consideráveis no entorno. O

---

[35] Como as experiências européias do grupo "30km/h (20mph)", que defende a velocidade máxima de 30km/h em várias zonas urbanas, argumentando que este limite resulta em um número consideravelmente menor de acidentes, menor emissão de gases, menor produção de ruídos, menores congestionamentos e uma maior compatibilidade com outras formas de transporte, como a mobilidade pedestre, o uso de bicicletas e o transporte público de forma geral. Dentro do grupo de pedestres, destacam-se os benefícios para as crianças, os idosos e todos os demais perfis de pessoas com mobilidade reduzida. Disponível em: <http://en.30kmh.eu>. Acesso em: 17 out. 2017.

que aprendemos através das últimas décadas é que esse é um problema que aparentemente não será solucionado enquanto a circulação de carros particulares não for mesmo deliberadamente inibida, principalmente nas culturas nas quais há muita desigualdade de renda. Nestas, a costumeira precariedade de transportes públicos vai fazer com que a posse de um carro seja almejada por grande parte da população, sendo um instrumento de diferenciação social e também, essencialmente, um facilitador da vida quotidiana.

2.2.2 Práticas de lazer passivo e consumo

Além da circulação, as funções ligadas ao lazer passivo (ou contemplativo) são consideradas algumas das mais comumente associadas aos espaços públicos, podendo se dividir em funções de contemplação (de vistas naturais ou culturais/edificadas), de sociabilização (ativa ou passiva[36]) e de entretenimento pessoal (leitura, prática de instrumentos musicais, uso de *smartphones*, reflexão e meditação, entre outros)[37]. Geralmente essas funções não se encontram de forma dissociada, pois os atributos para que ocorram costumam ser os mesmos. Essas atividades geralmente são as mais numerosas em qualquer espaço público porque são mais ligadas às práticas quotidianas e se caracterizam pela sua natureza mais inerte. Podem ser breves e ocorrer entre as atividades do dia-a-dia, mas para que sejam mais frequentes e duradouras, estas demandam não apenas qualidades urbanísticas no entorno, mas também o investimento na qualidade espacial do espaço público em si.

As atividades de lazer passivo são muito ligadas aos espaços públicos produzidos a partir do final do século XVIII, como os jardins urbanos, cuja composição bucólica e solo muito ocupado por vegetação refletia a cultura de lazer da época - a contemplação da paisagem, o desfile, a pequena sociabilização. Entretanto, essas atividades não se limitam a esse modelo de espaço público, pois a sua independência de estruturas específicas permitem que essas sejam desempenhadas em quase qualquer lugar. Podemos tomar como exemplo a contemplação - as ruas, praças e largos das nossas cidades costumam oferecer acesso a monumentos históricos ou locais importantes para a memória coletiva, que também são objetos de observação de de admiração. Magnoli (2006) nos lembra que através dos espaços livres públicos é que ratificamos a importância simbólica dos poderes urbanos tradicionais, manifestos nas edificações monumentais do Estado e

---

[36] Atividade por vezes chamada na cultura anglo-saxônica de "*people-watching*" - o ato de se observar as pessoas em ambientes públicos ou semi-públicos sem dar a nenhuma delas atenção especial. Nesta prática o indivíduo se sente parte da vida urbana sem necessariamente realizar nenhum contato ativo (conversação ou toque), recebendo informações apenas através da visão e da audição. (GEHL, 2010).

[37] O descanso do corpo não é considerado inicialmente uma atividade de lazer, mas o incluímos neste grupo por considerarmos que a partir de um momento de descanso, geralmente desenvolvemos pelo menos uma das atividades de lazer passivo - contemplação, sociabilização (mesmo que apenas passiva) e entretenimento pessoal.

da Igreja. Suas formas, materiais e ornamentos também são testemunhos da cultura histórico-urbanística da cidade.

Outra atividade bastante tradicional e rotineira no espaço público é o consumo, em especial o de gêneros alimentícios. Estamos nos referindo tanto aos produtos alimentícios de abastecimento primário, como os hortifrutigranjeiros comercializados em feiras e por vendedores ambulantes, quanto aos produtos de consumo imediato (alimentos preparados), como sanduíches, sucos, entre outros. Observa-se que as praças e largos das cidades antigas sempre foram espaços de trocas, pois sediavam feiras bem antes da existência de lojas e outros equipamentos comerciais, responsáveis por grande parte da animação urbana. Assim, a disponibilidade de comércios e serviços alimentícios ainda é considerada como um grande influenciador da permanência nos espaços públicos, atraindo e retendo usuários. Além dos produtos alimentícios, a venda de vários outros produtos, tanto nas edificações do entorno, quanto na forma de ambulantes, podem dinamizar os espaços públicos. Quando os espaço públicos são ocupados pela exposição de produtos ou de *stands* de venda, o movimento de pessoas atraídas por esses geralmente é responsável pela atração de outras pessoas, e a disposição de mesas e cadeiras em seus recintos para dar suporte a esse consumo pode incentivar a permanência e a sociabilização[38].

Na clássica obra de William H. Whyte, *The Social Life of Small Urban Places* (1980), o autor nos apresenta o resultado de um trabalho de anos de observação do movimento quotidiano de praças urbanas, nas quais a maior parte das atividades eram do tipo de lazer passivo e consumo. Nesta pesquisa ele identifica como elementos-chave para a apropriação dos espaços públicos a existência de: áreas assentáveis (não necessariamente bancos, mas também degraus, canteiros e muretas); elementos de qualificação ambiental (áreas ensolaradas e sombreadas, circulação de ar, a presença de árvores e também de elementos aquáticos tangíveis); oportunidades de alimentação (fixa ou ambulante); proximidade de via com fluxos razoáveis de pedestre; e elementos de triangulação (elementos como artistas de rua, monumentos, alguma coisa ou assunto em comum que possa fazer com que um contato inicial entre estranhos aconteça).

As áreas assentáveis são o ponto de partida para a fixação dos usuários - logicamente fazem com que exista a possibilidade do descanso do corpo, da permanência (em contraposição à simples passagem), permitindo que ali se desenvolvam as atividades de contemplação, de sociabilização e de entretenimento pessoal. Assim, são imprescindíveis para os espaços públicos que se

---

[38] Compreendemos, entretanto, que esta questão é controversa, pois por vezes a exposição de produtos gera prejuízo para a circulação. Defendemos também que a exploração de parte do espaço público por empresas privadas deve ser feito através de licitação; deve ser de comprovado benefício público e não deve exigir qualquer obrigação de consumo mínimo por parte da população.

destinam a estas funções, e a mera existência deste tipo de elemento confere aos espaços públicos o potencial para que se exerçam essas atividades. Os demais elementos identificados por Whyte vão qualificar a experiência dessa permanência no espaço, potencializar as apropriações, fazendo com que essas sejam mais agradáveis, e por consequência, mais numerosas, mais frequentes e mais duradouras.

Entretanto, para que existam apropriações é necessário antes garantir que existam pessoas frequentando o espaço circundante, ou seja, fluxos constantes nas vias que lhe dão acesso. Assim, observa-se que os espaços livres de uso público tendem a ser mais utilizados para o lazer passivo quando seu entorno tem geradores de fluxo, como comércios, serviços e instituições. Harrison (In: CHILDS, 2006) argumenta ainda que, se a diversidade de usos funciona como um atrativo para a população, um espaço público atrativo pode também incentivar o estabelecimento de comércios e serviços no entorno, assim como a presença de ambulantes, formas importantes de geração de emprego e renda para os cidadãos. Em contextos turísticos, observa-se que o fortalecimento do setor terciário, em especial dos estabelecimentos de hotelaria e alimentação[39], é fundamental para a economia local, sendo seu sucesso diretamente proporcional à qualidade dos espaços públicos aos quais se encontra conectado.

Gordon Cullen, em sua obra *Paisagem Urbana*[40], também diz que "abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível são as causas mais frequentes da apropriação de espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais" (2010, p. 25). Em seu estudo mostra que a instalação de elementos de caráter permanente podem transformar espaços urbanos considerados apenas de passagem (fluidos, porém monótonos) em espaços de constantes "ocupações periódicas", ou seja, de apropriações de curta a média duração. Ou seja, como Whyte, esse identifica que um local que já possui uma certa vitalidade graças à circulação de pessoas, pode se tornar também um local com potencial para outras atividades caso receba mobiliário que ofereça oportunidades de apropriação. Entretanto, apesar do autor não se ater a esta questão, percebemos que a disposição destes elementos no espaço público não deva ser algo aleatório, mas que sua implantação prescinde de uma observação atenta das características espaciais e funcionais do recinto. Outra questão a ser pensada é que a permanência desses elementos não necessariamente exige que esses sejam do tipo fixo; ou seja, podemos ambientar um espaço com mobiliários móveis, mas de forma que esses estejam quotidianamente presentes no espaço.

---

[39] Na França utiliza-se o termo HORECA (*Hôtels, Restaurants et Cafés*) para este conjunto de atividades econômicas, extremamente ligados à atividade turística e às centralidades em geral, e são numerosas as pesquisas sobre o tema.

[40] Publicado originalmente em 1961.

A questão da disposição de elementos é abordada em *Criando Paisagens*, do paisagista Benedito Abbud (2006), que defende que, no ato projetual, os espaços livres devam ser pensados como "cômodos externos". Esses, assim como os internos, apresentam planos de piso (revestimentos inertes, gramados, espelhos d'água), planos verticais (fachadas das edificações, muros, cercas, taludes, montanhas e maciços vegetais verticais) e planos de teto (copas das árvores, pergolados, marquises), e devem ter um *layout* que facilite as apropriações. O mesmo argumento é levantado por Childs (2006), que o completa dizendo que, assim como as salas de estar, bons espaços públicos tem bordas repletas de áreas assentáveis, centros abertos e desobstruídos, facilitando a circulação, a visibilidade e as livres-apropriações. Esse, assim como Whyte (1980), levanta ainda o importante papel das esculturas e outras obras de arte no espaço público pois, além de serem elementos de contemplação e de discussão, podem servir de marcos, de pontos de encontro, de estruturas identitárias do lugar[41].

Jan Gehl, em sua influente obra *Cities for People* (2010), retoma muitas das discussões iniciadas em *Life Between Buildings* (2011)[42], dentre as quais a necessidade de uma boa qualidade espacial para que as pessoas busquem os espaços públicos para o desenvolvimento de atividades além das obrigatórias, criando com esses um número maior de vínculos. Para se atingir a qualidade espacial desejada, o autor defende que é preciso se compreender certos aspectos da natureza humana, como o funcionamento dos sentidos, a escala corpórea e as dimensões mínimas e máximas para que os contatos ocorram. O autor faz um estudo sobre a relação entre os espaços públicos e os privados, se detendo sobre como os indivíduos tendem a se reter nos espaços intermediários entre esses (nas bordas), principalmente para as atividades de contemplação e sociabilização. Assim, ressalta a importância de fachadas ativas e também da existência de geradores de fluxos nas praças urbanas.

Em relação às características arquitetônicas, Gehl (2010) defende a implantação de várias estruturas de sustentação do corpo, tanto do tipo assentável, mas também dos tipos que servem de apoio à postura em pé, atraindo apropriações intermediárias entre a breve passagem e a permanência de maior duração. Esses são considerados úteis principalmente para momentos de

---

41 Lembramos aqui do incrível magnetismo da escultura *Cloud Gate* (2006) do artista indo-britânico Anish Kapoor no Millennium Park, em Chicago (EUA). A possibilidade de tocar na escultura, de se passar por baixo desta e de ver a si mesmo e a paisagem urbana refletida em sua superfície curva provoca um vínculo imediato e irresistível dos usuários do local com a obra de arte. Nos anos 1970 e 1980 testemunhávamos uma reação similar, ainda que não tão forte, dos visitantes do edifício do Congresso Nacional, em Brasília - DF, projeto de Oscar Niemeyer, com o terraço que dá acesso às cúpulas dos plenários do Senado Federal e da Câmara Federal. A cúpula do plenário do Senado (voltada para baixo) era constantemente apropriada pelos visitantes, que competiam por quem conseguisse alcançar o topo primeiro. O terraço todo, antigamente utilizado como praça seca por turistas e pela população local, em especial nos finais de semana, hoje se encontra interditado à visitação comum.

42 Inicialmente publicada em 1971.

sociabilização entre estranhos ou de espera entre compromissos do dia. Diferentemente de Whyte (1980), Gehl não chega a oferecer medidas e quantidades ideais para os elementos qualificadores, mas oferece uma "caixa de ferramentas" contendo doze critérios de qualidade espacial divididos em três grupos: proteção (contra tráfego e acidentes; contra o crime e a violência; contra condições climáticas adversas), conforto (oportunidades para caminhar, permanecer em pé, sentar, ver, ouvir, brincar e praticar atividades físicas) e prazer (observância da escala humana, oferta das boas sensações térmicas e promoção de outras experiências sensoriais positivas).

Em relação às atividades de sociabilização, autores de outras áreas do conhecimento também ressaltam que as características arquitetônicas dos espaços públicos podem ser bastante definidoras dos tipos de interação que neles ocorrem. A socióloga Lyn Lofland, em *The Public Realm* (2009), ao investigar as interações entre desconhecidos, destaca o papel universal de espectador dos usuários do espaço público, papel este que pode ser ocasionalmente revertido em papel de ator - aquele que é o observado[43]. A autora discorre sobre como a atratividade do espaço público se deve, em grande parte, não apenas a vistas naturais e culturais de destaque, mas a este jogo de ver e ser visto - da constante troca entre os papéis de ator e espectador. Platôs, pisos elevados, muretas assentáveis e escadarias, são elementos que geralmente colocam seus usuários em posição de destaque, sendo apropriados por indivíduos ou grupos que, se não estão à busca de exposição, ao menos não se sentem constrangidos ao serem observados pelos demais.

Assim como defende Childs (2010) e também Sitte (1996), em sua clássica obra *L'art de bâtir les villes - L'urbanisme selon ses fondements artistiques*[44], acreditamos que a manutenção de espaços centrais desobstruídos em ambientes livres públicos seja fundamental. Não queremos dizer com isto que um espaço público não precise de mobiliários, ou que possa ser apenas um mero vazio. Acreditamos, no entanto, que áreas desobstruídas em alguns casos facilitem, não apenas a contemplação do conjunto edificado e o jogo de observação como descrito por Lofland, mas também uma maior flexibilidade de ocupação, de transmutação do espaço. Uma maior moderação na ocupação do recinto com elementos fixos faz com que este possa ser utilizado

---

[43] São cinco os princípios de interação entre desconhecidos (*principles of stranger interaction*) identificados por Lofland em sua obra *The Public Realm* (2009): (1) *Cooperative Motility* - movimentos quase coreografados entre pedestres e veículos de forma que eles nunca colidam; (2) *Civil Innatention* - forma de se reconhecer o direito à presença do outro e ao mesmo tempo ignorá-lo para que este se sinta à vontade no espaço coletivo; (3) *Audience Role Prominence* - atividade na qual o usuário do espaço é, primordialmente, audiência para a vida urbana, para as ações do outro; (4) *Restrained Helpfulness* - pequenas gentilezas que são feitas a estranhos sem a criação de maiores vínculos, como informar as horas ou uma direção e (5) *Civility toward Diversity* - o tratamento cordial universal, independentemente de sua cor, sexo, religiosidade, ou aparência de forma geral.

[44] Originalmente publicado em alemão em 1889.

para a colocação de mobiliários móveis, e também apropriado para a realização de atividades de lazer ativo e de eventos.

Desta forma, podemos observar que espaços livres de uso público que não disponham de elementos que incentivem apropriações em seu recinto podem ser apenas vazios urbanos; ao mesmo tempo em que, sem um entorno dinâmico, alguns espaços podem ser agraciados com vários tipos de mobiliários e outros elementos, e ainda sim não serem muito apropriados. Ou seja, o sucesso dos espaços públicos como locais de encontro, sociabilização, contemplação e entretenimento é dependente de uma observação sensível de suas características e de seus potenciais, e o que funciona para um, pode não funcionar para os demais. Assim, apesar de considerarmos de grande relevância o trabalho de todos estes autores, percebemos que os elementos por eles defendidos - inserção em ambientes urbanos já dinâmicos e disponibilidade de mobiliários - não são necessariamente garantia de sucesso dos espaços públicos, mas a experiência nos faz considerar que esses sejam fortes potenciais atratores de apropriações.

É importante perceber que a observância a conjuntos complexos de critérios de qualidade, como a "caixa de ferramentas" estabelecida por Gehl (2010) chega a soar como algo utópico ou pertinente apenas a espaços públicos de grande alcance espacial e que tenham que suprir a deficiência de muitos outros em termos de programa de atividades[45]. No entanto, acreditamos que estes critérios possam ser aplicados não necessariamente todos em um mesmo espaço, mas em um conjunto de espaços públicos bem interligados, que funcionem como um sistema de áreas livres complementares. Assim, podem permitir que diversas atividades ligadas ao lazer passivo, ao consumo e a outras atividades se distribuam de forma distinta nos espaços públicos das cidades, gerando uma maior adequação às diferentes intenções e perfis de usuários.

2.2.3 Práticas de lazer ativo e esportes

A prática de esportes, independentemente de sua motivação, e a recreação são tipos de atividades que, diferentemente do descanso e do lazer passivo, são mais dinâmicas, apresentando uma maior intensidade de movimentos. Como previamente discutido, estas práticas só foram consideradas nos programas de atividades dos espaços públicos a partir do modernismo, quando começam a fazer parte da rotina de muitos indivíduos. A adoção de elementos voltados ao esporte e à recreação em espaços públicos ocorreu de forma simultânea à

---

[45] Apesar da grande validade destes trabalhos, é importante observar que as realidades política, histórica, econômica, e até mesmo ambiental a qual os espaços públicos brasileiros estão submetidas diferem muito das realidades européias ou norte-americanas. Enquanto as praças observadas por Whyte representam espaços livres de uma metrópole de influência mundial, o centro histórico de Ouro Preto, objeto de estudo deste trabalho, apesar da relevância patrimonial e turística, é uma área central de uma cidade pequena, de menos de 50.000 habitantes e cujas atividades econômicas são bastante limitadas.

criação de muitos parques que, diferentemente dos grandes jardins públicos urbanos, já apresentavam um maior equilíbrio entre áreas secas e ajardinadas. Observa-se que esses elementos vem sendo também implantados em praças e em outros espaços públicos mais naturalmente conectados às dinâmicas urbanas, não apenas nos ambientes mais contemporâneos, mas também nos espaços considerados históricos. Um exemplo é o caso da reforma da Praça Floriano Peixoto, em Belo Horizonte, de origem do final do século XIX e de inspiração clássica, que nas últimas décadas foi adaptada para ser local não apenas de lazer passivo, mas também de recreação e esportes.

> A praça moderna foi ratificada socialmente como elemento necessário à vida na cidade. […] O lazer contemplativo e o caráter de conveniência social continuam sempre presentes; o lazer esportivo e a recreação infantil foram definitivamente incorporados; e o lazer cultural começou a se manifestar com vigor no programa moderno. Os equipamentos como quadras esportivas, *playgrounds* e brinquedos infantis, palcos e anfiteatros ao ar livre, passaram a ser implantados com freqüência, confirmando essas novas formas de uso da praça. (ROBBA; MACEDO, 2010, p.37-38)

Atualmente, muitos espaços públicos vem sendo repensados para incluir em seus recintos ao menos algum tipo de atividade de lazer ativo, e proliferam-se equipamentos produzidos em massa, tanto para a recreação, quanto para a prática de atividades esportivas. Acreditamos que a adoção desses nos espaços livres de uso público, no entanto, deveria ser feita de forma mais crítica, pois muitas vezes os modelos utilizados não são adaptados para as condições climáticas locais, oferecendo temperaturas pouco confortáveis ao toque, ou mesmo materiais pouco resistentes às chuvas e à umidade. A implantação desses equipamentos pode também inibir outras formas de apropriação, principalmente quando feita sem um estudo das características e anseios da população usuária do espaço[46]. Assim, esses podem trazer benefícios ao espaço público, ampliando o rol de opções de entretenimento, mas podem também serem verdadeiros entraves à fruição do local.

Observamos que, mesmo com a disponibilidade desses equipamentos, muitos indivíduos buscam nos espaços públicos a possibilidade de realização de atividades esportivas mais livres, como a prática de caminhada e corrida, necessitando para isso apenas de uma superfície com um tipo de pavimentação mais regular e de uma extensão grande apenas o suficiente para que o percurso não seja tão repetitivo. Algumas atividades coletivas, como o yoga e o tai-chi-chuan também não necessitam de suporte específico, apenas de área livre e relativamente plana, com pavimentação um pouco mais lisa, ainda que antiderrapante. A constatação desse fato nos mostra que muitas atividades esportivas poderiam ser incluídas em espaços públicos que não foram inicialmente

---

[46] Discutiremos um exemplo concreto desse tipo de intervenção no Apêndice, no qual apresentaremos um dos objetos de estudo desta pesquisa - a Praça Agostinho Ferreira Guimarães, em Ouro Preto - MG.

pensados para propiciá-las, bastando talvez gerenciar possíveis conflitos com outras atividades e incentivá-las através de uma programação regular.

Em relação à recreação, observa-se também que embora existam brinquedos produzidos especificamente para a instalação em áreas externas e em espaços públicos, há uma tendência em muitos projetos contemporâneos internacionais de criação de *playgrounds* com elementos menos direcionados a um tipo específico de apropriação (FIGURAS 7 e 8). Compreendemos que, embora os brinquedos infantis tradicionais sejam adequados, muitas vezes as crianças se apropriam muito bem de áreas mais livres e de pequenos desafios, como a escalada de topografias artificiais e de mobiliários de uso mais flexível. É possível também trabalhar com mobiliários móveis, como estruturas infláveis ou mesmo desmontáveis, caso o espaço precise ser desobstruído em algumas datas. Este tipo de mobiliário de recreação é especialmente útil quando se tem espaços públicos com limitações de intervenção, que devam ser compartilhados com outros usos, ou que tenham diferentes tipos de apropriação em diferentes horas do dia. Assim, voltamos a defender a flexibilidade ao menos parcial do espaço, particularmente facilitada pela não-ocupação de algumas áreas com mobiliário fixo, específico ou vegetação[47].

Figuras 7 e 8: Escultura interativa em parque em Arnhem, Holanda

Espaço público na cidade de Arnhem, na Holanda, com escultura interativa de Florentijn Hofman, denominada Partyaadvark. Autor: Inge Hondebrink. [2013].
Fonte: LANDEZINE, 2017.

Consideramos, igualmente, que a disponibilidade de espaço desobstruído e plano (ou de declividade suave) seja apenas um ponto de partida para que ocorram atividades recreativas e esportivas. Outros elementos de qualificação, no entanto, como estruturas de sombreamento, iluminação adequada, pisos especiais e vestiários, por exemplo, poderiam potencializar estas

[47] É, no entanto, importante lembrar que a recreação é uma atividade que muitas vezes prescinde não apenas de espaço livre e de mobiliários específicos ou ao menos interativos e seguros, mas também de áreas assentáveis, protegidas do sol excessivo, pois as crianças geralmente frequentam os espaços públicos acompanhadas de adultos, que muitas vezes não tomam parte nas brincadeiras e permanecem às margens dessas na função de observação atenta.

experiências, podendo atrair e reter um número maior de usuários e também oferecer condições de uso em horários diferentes.

2.2.4 Eventos: festas sagradas ou profanas, manifestações cívicas e políticas

Como bem coloca Childs (2006), quando presenciamos um sentimento coletivo de alegria ou de perda é comum buscarmos uns aos outros, e o espaço normalmente eleito para esta reunião em grande escala é o da esfera pública. Mesmo com a grande potencialidade de sociabilização nos meios digitais, percebe-se que o espaço público ainda é fortemente requerido como espaço de encontro e manifestação. É nele que podemos perceber, com todos os nossos sentidos, que fazemos parte de um grupo. Dessa maneira, compreendemos que uma praça possa ser utilizada como espaço de encontro por vários pequenos grupos de conhecidos, em um tipo de sociabilização que ainda se mantém na esfera privada (ainda que o espaço em si seja público), ou possa ser inteiramente ocupada por um grande grupo de desconhecidos ou semi-desconhecidos, reunidos por uma causa em comum, conferindo sentido realmente público aquele lugar.

O espaço livre de uso público pode assim servir de lugar tanto para as festas e manifestações artísticas e culturais mais tradicionais como o Carnaval, as festas juninas e as procissões religiosas, ainda muito comuns nas cidades brasileiras, como também para eventos de costume mais recente como os grandes festivais contemporâneos de cinema, de teatro e de música. Além disso, pode abrigar manifestações de caráter cívico, como a comemoração de um fato importante para a história daquela localidade, ou para as manifestações de contentamento ou descontentamento de cunho político. Childs (2006) salienta ainda que, embora espaços livres públicos geralmente sejam mais utilizados quando o clima está ameno e agradável, alguns eventos são capazes de atrair multidões, mesmo sob calor ou frio intenso. A capacidade de atrair a população mesmo quando as condições climáticas são mais intensas vai depender da forma como o espaço público é capaz de minimizar essas sensações (proteção aos ventos mais frios, disponibilidade de sombreamentos agradáveis, etc.), especialmente quando esses eventos estão ligados à sensações de prazer, como as propiciadas pelas festas culturais. Observa-se, no entanto, que alguns outros eventos, como os de caráter mais político, não parecem tão dependentes das características que oferecem conforto, sendo mais ligadas aos elementos simbólicos do espaço em si.

As funções cívica e política andam sendo muito discutidas nos últimos anos graças a numerosos eventos recentes de ocupações de espaços públicos por massas descontentes em diversas realidades urbanas globais. Borja e Muxì (2000) atribuem estas funções aos espaços públicos por serem os locais responsáveis por permitir a expressão coletiva, as manifestações, a visibilidade

dos diferentes grupos sociais, tanto nas áreas centrais, quanto nos bairros. Argumentam que o espaço público é um meio de cidadania para os marginalizados, um local que faz crescer sua autoestima e onde esses percebem que não estão sozinhos em sua luta. A cidadania, segundo os autores, representa um desafio político, social e especificamente urbano, fazendo com que as centralidades, a mobilidade e a acessibilidade, a qualidade e visibilidade dos bairros, e, principalmente, a força de integração dos espaços públicos, contribuam para dar sentido à vida cotidiana.

Harvey (2014) chama a atenção para a importância dos espaços públicos como espaços políticos, pois estes são locais essenciais para debates e discussões sobre as instâncias de poder, suas atuações, e sobre as possíveis formas de se opor à sua força esmagadora. Ao discutir o movimento *Occupy Wall Street*[48], o autor lembra as várias praças ocupadas pelo mundo nas manifestações recentes contra os regimes políticos e econômicos, dizendo que "o poder coletivo dos corpos no espaço público ainda é o instrumento mais eficaz de oposição quando todos os outros meios de acesso encontram-se bloqueados." (HARVEY, 2014, p.281). Voltamos a lembrar que essas praças não eram apenas espaços vazios capazes de reunir um grande grupo de manifestantes, mas em todos os casos eram espaços de considerável relevância simbólica para aquelas populações.

Percebemos assim que esses diversos tipos de eventos, em especial os de maior alcance, são naturais aos espaços públicos, mas não a qualquer tipo de espaço público. Para que um espaço público tenha essas vocações, ele prescinde de dois elementos básicos: espaço suficiente para a congregação de um número significativo de pessoas e a presença de usos e/ou monumentos simbólicos (edifícios-sede do poder administrativo, igrejas, monumentos patrióticos, entre outros). Para uma melhor condição de sediar estes eventos, entretanto, o espaço disponível deve ser idealmente desobstruído, ou seja, deve oferecer uma área ampla na qual não existam canteiros ajardinados ou mobiliários fixos em seu espaço central. Como esses tipos de elementos causam obstrução na passagem das massas e são frequentemente danificados durante esses eventos, os espaços públicos que tem muitos desses são geralmente evitados para grandes concentrações. A existência de áreas desobstruídas também é particularmente útil para a instalação de estruturas temporárias, como palcos e arquibancadas, utilizadas nesses e em outros tipos de eventos.

---

[48] Movimento de protesto norte-americano contra os abusos do sistema capitalista avançado adotado nos Estados Unidos e em algumas outras realidades mundiais, que traz como consequência grandes desigualdades socioeconômicas. O movimento teve início em 2011 ao ocupar alguns espaços públicos de Wall Street, em Manhattan, Nova York (EUA) - um dos distritos financeiros mais importantes do mundo, onde grandes decisões que impactam o globo são tomadas diariamente.

Por todas essas características, observa-se que esses eventos são normalmente sediados mais em espaços centrais e históricos, como os largos e praças secas, e apenas ocasionalmente em praças ajardinadas ou parques. A utilização mais constante desses espaços por eventos, entretanto, vem gerando algumas críticas, em especial quando se tratam de eventos voltados ao lazer. Essas se justificam porque alguns desses eventos são organizados a partir de grupos privados e com interesses lucrativos, explorando para isso bens públicos. Este tipo de utilização, na qual o espaço deixa de ser acessado de forma indiscriminada e passa a ser limitado aos que adquiriram ingressos, é chamado, junto a iniciativas semelhantes, de "privatização do espaço público".

Outras críticas são relacionadas às ocasionais ameaças representadas por esses eventos ao patrimônio histórico, composto tanto por esses espaços livres públicos, quanto pelas edificações que compõem os seus entornos. Em alguns casos percebemos que esses espaços possuem elementos realmente frágeis e pouco adaptados para as grandes aglomerações populares contemporâneas. Em outros casos observamos que essa ameaça é muitas vezes utilizada como um argumento para evitar que os espaços públicos históricos sejam utilizados para apropriações de massa, fazendo com que muitos largos e praças antigas sejam restritas, mais uma vez, à atividades de contemplação e desfile, ou mesmo limitadas as atividades características das classes socioeconômicas de renda mais elevada. A adaptação de espaços públicos históricos para as demandas contemporâneas, entretanto, perpassa essas questões, tendo sido alvo de muitas discussões nos últimos anos, como veremos a seguir.

3 OS DESAFIOS DA ADAPTAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS HISTÓRICOS ÀS DEMANDAS ATUAIS

Como previamente discutido, os tipos de funções atribuídas aos espaços públicos vem se modificando e se ampliando com o passar do tempo. Alguns espaços, notadamente os de origens mais recentes, como as praças recreativas e parques, possuem uma maior flexibilidade de adaptação a novas funções, seja pela sua própria natureza morfológica, de traçados e composições menos rígidas, seja porque não são ainda, em grande parte dos casos, considerados como patrimônio histórico e protegidos contra intervenções. Já a adoção de novas funções pelos espaços públicos mais antigos vêm sendo objeto de muitos debates, nos quais questiona-se até que ponto as intervenções necessárias para a realização dessas adaptações seriam adequadas.

A temática da atualização dos espaços públicos antigos está inserida em uma discussão mais ampla - a própria cultura de preservação do patrimônio histórico adotada hoje pelas sociedades. Esta surgiu como uma resposta a um crescente processo de degradação de antigas áreas urbanas e vem se desenvolvendo muito, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Alguns grupos defendem a intervenção em áreas históricas, justificando que é importante que os espaços públicos acompanhem as transformações nos modos de vida da sociedade; outros argumentam que esses espaços, em especial os tombados pelas instâncias de patrimônio, sejam conservados em sua aparência mais original o possível, pois são o registro histórico de épocas passadas, sendo fundamentais para a preservação da memória coletiva dos povos.

A adaptação a novas funções nos parece, ao mesmo tempo, uma demanda legítima da população dos centros históricos, mas também uma justificativa para a readequação dos espaços públicos dessas áreas ao gosto das classes dominantes e dos turistas. Devido ao risco de se tornar uma ferramenta de exclusão, acreditamos que essa deva ser empreendida de forma muito cuidadosa. Assim, graças a experiências recentes, vemos que o forte jogo de interesses presente nas áreas centrais vem motivando intervenções em vários antigos largos, praças e parques pelos centros históricos do mundo afora. Dessas intervenções, resultam exemplos considerados positivos, que provocaram eficientes renovações de paisagens, revalorização de espaços simbólicos e dinamização da economia em centro decadentes; mas também exemplos negativos, com esvaziamento de funções tradicionais, expulsão de populações mais pobres e espetacularização turística.

Apresentaremos a seguir um pouco mais sobre o surgimento da cultura de preservação patrimonial, sobre as normas nacionais e internacionais que hoje baseiam as decisões sobre a preservação, sobre a construção dos atuais modelos de intervenção e sobre as diferentes visões sobre a relevância e o papel dos espaços públicos nestes processos. Muito foi feito até agora, deixando importantes legados e motivando a discussão acerca das diferentes experiências testemunhadas. No entanto, muito há ainda a ser feito para que os ELUPs antigos possam ser utilizados pela sociedade contemporânea de forma mais útil, mais prazeirosa e mais democrática sem, no entanto, serem desrespeitados em sua condição histórico-patrimonial.

3.1 Crescimento urbano, decadência e preservação dos espaços públicos históricos

3.1.1 Crescimento urbano e decadência dos espaços públicos das áreas centrais

De acordo com o discutido no capítulo anterior, vemos que os espaços livres de uso público frequentemente são encontrados em maior número e expressividade nas áreas urbanas centrais. Compreendendo que grande parte das cidades ainda são mononucleadas[1], e que sua expansão ocorreu de forma radial, é natural que seus centros antigos guardem uma diversidade de usos e uma concentração de equipamentos bem maior do que pode ser encontrado nas áreas mais periféricas, mais recentes e de função mais residencial. Villaça (2012) defende, inclusive, que a localização dos equipamentos mais importantes, de maior alcance, se mantenha nas áreas centrais, pois esse, pelo menos em teoria, seria o ponto de acessibilidade máxima da cidade:

> Tudo o que está no centro atende melhor o conjunto da cidade, e vice-versa: só atende melhor o conjunto da cidade aquilo que está no centro. É por isso que o centro é a mais justa e democrática localização para os equipamentos únicos, raros e/ou mais importantes da cidade. […] O centro é o ponto que, teoricamente, minimizaria os tempos de deslocamento de toda a população da metrópole, pelos meios habituais de deslocamento das diversas camadas dessa população se ela tivesse que se reunir nesse ponto. (VILLAÇA, 2012, p. 92, 94)

Assim, era de se esperar que um local detentor de tantos equipamentos relevantes para toda a população citadina fosse aquele mais valorizado (em muitos sentidos, não apenas o econômico), e cujas estruturas estivessem sempre bem cuidadas e mantidas. No entanto, nas últimas décadas, como vimos anteriormente, testemunhamos um processo de decadência dos centros antigos de muitas cidades. Essa decadência foi resultante de um processo de crescimento urbano acelerado atrelado aos fenômenos da industrialização e, nos casos de algumas cidades maiores, também da metropolização. Esse crescimento não foi, infelizmente, sempre acompanhado de um

[1] Cidades que conservam apenas uma centralidade, ou seja, um núcleo capaz de oferecer quantidade e variedade de comércios, serviços, instituições e outros equipamentos, e que seja referência como local de geração de emprego e renda para a maior parte da população de uma cidade.

desenvolvimento urbano autêntico, como pautado por Souza (2005), como um processo de mudança para melhor e para todos, mas sim pela expansão do tecido urbano motivada por um inchaço populacional e guiada pelas lógicas especulativas de um capitalismo avançado. Como consequências, vimos as cidades crescerem de forma fragmentada e segregada, produzindo ocupações informais, loteamentos distantes e, muitas vezes, diametralmente opostos segundo as faixas de renda de seus ocupantes-consumidores.

Nesse modelo de crescimento urbano, o centro passou a ser visto por alguns grupos como uma área decadente e caótica, longe do ideal de ambiente sadio para se viver que vinha sendo propagado desde o final do século XIX[2]. O desenvolvimento dos transportes permitiu para alguns, como os proprietários de automóveis, uma grande liberdade de ir e vir, possibilitando manter postos de trabalho no centro e residências nas periferias "nobres"[3] - áreas mais verdes e menos adensadas. Para outros, os dependentes de transporte público, também significou a possibilidade de se morar em áreas mais distantes, mas mais economicamente acessíveis, ainda que de menor qualidade urbanística (menor acesso a comércios, serviços, instituições e áreas de lazer).

Como consequência do esvaziamento residencial e da especialização em outras atividades, vimos no século XX alguns centros antigos serem bastante negligenciados, desprovidos de investimentos do poder público, a não ser pelas reformas viárias para acomodar o ir e vir gerado pela periferização. Em algumas cidades maiores, essas reformas foram responsáveis pela criação de vários viadutos e túneis, deixando o tecido urbano entrecortado por barreiras físicas e visuais e colaborando ainda mais para a degradação de sua paisagem. No entanto, até mesmo em cidades menores observamos a demolição de antigas estruturas e a adaptação das vias para a acomodação dos transportes públicos e do número excessivo de carros particulares, com a eventual diminuição de calçadas, remoção de canteiros centrais e de arborização, entre outros.

Como consequência do espraiamento urbano, vimos algumas atividades antes próprias às áreas pericentrais, como alguns tipos de atividades industriais, portuárias ou mesmo agrícolas, serem engolidas pela urbanização, o que impactou suas logísticas, forçando seu encerramento ou transferência para outras localidades. Muitas dessas atividades acabaram migrando para bairros, regiões, ou mesmo países periféricos, esvaziando uma série de grandes edificações que aos poucos entraram em processo de ruína. Assim, deixaram em seus lugares um aspecto de abandono e de insegurança, colaborando para a decadência da paisagem urbana. Algumas

---

[2] É interessante aqui relembrar as utopias urbanísticas dos séculos XIX e XX como a Cidade Jardim de Ebenezer Howard e a *Ciudad Lineal* de Arturo Soria y Mata, entre várias outras.

[3] Áreas com belas paisagens, distantes das zonas industriais e bem conectadas ao centro por rodovias e/ou ferrovias.

dessas áreas foram reintegradas às dinâmicas urbanas na forma de espaços públicos, como o notável caso do *Parc de la Villette, em Paris*[4]. Outras foram alvo de especulação imobiliária e acabaram criando bolsões de riqueza em áreas de localização privilegiada; e outras ainda se encontram como áreas mortas, à espera de intervenção capaz de lhes dar nova vida.

Como espaços indissociáveis das dinâmicas urbanas, observamos que muitos espaços públicos centrais, apesar de bem localizados e próximos a importantes equipamentos, comércios e serviços, também passaram por um processo de esvaziamento de apropriações e até mesmo de significado. Alguns foram sendo evitados por terem se tornado território quase exclusivo de alguns grupos; por serem considerados locais de violência e criminalidade, e assim, por não inspirarem segurança em parte da população. Outros foram progressivamente esvaziados por não se encontrarem em bom estado de conservação, transparecendo seu abandono por parte do poder público; por terem sido afetados cada vez mais pelo grande número de carros circulando ou mesmo estacionados em seu recinto ou entorno (FIGURAS 9 e 10); ou por não oferecerem muito o que fazer, se desvinculando das demandas mais contemporâneas e sendo assim substituídos ocasionalmente por ambientes privados ou periféricos.

Figuras 9 e 10: *Parvis* da Notre Dame e *Place Vendôme*, Paris, anos 1960

O *Parvis* da Notre Dame e a *Place Vendôme*, ambas praças secas situadas no centro de Paris, capital francesa, são hoje localidades que apresentam um dos metros quadrados mais caros do mundo. Hoje a passagem de veículos em suas laterais ainda é permitida, mas o estacionamento em superfície, não. Autores desconhecidos. 1960 e 1968.
Fonte: (UN JOUR..., 2017).

[4] Este, que é o maior parque intra-urbano de Paris, situa-se em uma antiga área de matadouros, criada por iniciativa do Barão de Haussmann e inaugurada em 1867. Fechado em 1974, o antigo matadouro ficou abandonado e a área se tornou um grande problema urbano até que, em 1982, foi objeto de concurso internacional. O governo francês desejava que nela fosse instalado um parque que contivesse uma série de atrações culturais e que funcionasse como ferramenta de integração entre áreas problemáticas da cidade. O concurso foi vencido por Bernard Tschumi, e a área serve hoje não apenas como local democrático de lazer, recreação e esportes, mas também abriga grandes equipamentos de cultura e educação, como o teatro *Le Zenith*, a *Cité des Sciences et de L'industrie* e a *Cité de la Musiqu*e. Fonte: Site oficial do *Parc de La Villette*. Disponível em: <https://lavillette.com/histoire/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

As grandes perdas, entretanto, foram observadas nos centros históricos, muitos de origem medieval ou barroca, ou ainda colonial, como no caso brasileiro, que passaram por um grande processo de degradação de seus antigos tecidos urbanos. As ruas estreitas e tortuosas, assim como os largos e praças secas, de pavimentação irregular de pedra e com edificações coladas à testada dos lotes, foram extremamente impactadas ao longo desses processos. As dificuldades de instalação e modernização das redes de infraestrutura (abastecimento de água e coleta/ tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos, distribuição de energia elétrica, drenagem urbana e mobilidade) e a inadequação de alguns elementos mais modernos (mobiliário urbano, placas e anúncios publicitários) evidenciaram conflitos entre as demandas contemporâneas e as estruturas urbanas antigas, causando, entre outros, grande impacto na paisagem histórica[5]. A instalação de alguns equipamentos urbanos, como os postes de iluminação pública e de distribuição de energia elétrica, ou ainda as lixeiras e os coletores de lixo, causaram, além de poluição visual na paisagem histórica, muitos conflitos com a própria mobilidade, pois implicaram em obstrução significativa das calçadas estreitas, comumente encontradas nos centros antigos.

Dentre os problemas mais recorrentes, entretanto, destacamos a ineficiência das gestões municipais na manutenção dos espaços públicos; a deterioração de suas paisagens e estruturas provocada pela ampla ocupação dos seus recintos pelos carros; e também a obsolescência desses espaços, por não oferecerem atividades de lazer e entretenimento mais características dos tempos atuais. Desta forma, muitos espaços públicos históricos se viram envolvidos em um processo cíclico de abandono e decadência, que chegou até a motivar o desaparecimento de alguns destes, mas também provocou reações por parte de alguns grupos que começaram a lutar pela sua salvaguarda.

3.1.2 Surgimento da cultura de preservação dos centros históricos

A ideia de monumento e patrimônio histórico edificado vinha se construindo lentamente, em especial a partir da segunda metade do século XVIII, mas é a partir do século XIX, motivado pelos processos de decadência supracitados, que começa a se construir a ideia de preservação também do espaço urbano. Outro importante motivo para a valorização dos centros urbanos históricos foi a ameaça de destruição representada pela disseminação das reformas urbanísticas higienistas e embelezadoras baseadas na Reforma Haussmanniana de Paris[6]. Nessa, antigos

---

[5] BRASIL/MINISTÉRIO DAS CIDADES/IPHAN, 2011.

[6] Reforma urbanística idealizada por Napoleão III e empreendida entre 1852 e 1870 pelo Barão de Haussmann, à época, Prefeito de Paris. Nessa reforma foi empreendida a demolição da antiga muralha e de muitos antigos quarteirões de origem medieval considerados insalubres e de difícil circulação, permitindo uma melhor conexão entre importantes sub-centros, a instalação de redes de infraestrutura, a criação de um sistema de áreas livres verdes e a modernização da paisagem da capital francesa. Apesar dos muitos benefícios empreendidos por Haussmann, a reforma foi controversa por desconsiderar áreas de valor histórico-cultural e por provocar grande segregação sócio-espacial na cidade.

quarteirões medievais, entre outros espaços históricos, foram demolidos para dar lugar a amplos *boulevards,* repletos de arborização e mobiliário urbano, considerados indispensáveis na cidade e no modo de vida modernos. Este tipo de "modernização" das antigas estruturas urbanas vai ganhar muitos adeptos, mas também opositores, enxergando nas ruas, largos e edificações dos bairros mais antigos, tanto valor histórico quanto artístico.

Sobre este tema destaca-se a obra de Françoise Choay - *A Alegoria do Patrimônio* (2000)[7], na qual a autora faz um resgate histórico e crítico dos principais passos na direção, entre outros, da conservação dos centros históricos. Choay (2000) aponta a relevância da contribuição de John Ruskin[8] à discussão da preservação urbana, sendo o britânico um dos primeiros a chamar a atenção para o valor das edificações não-palacianas, da arquitetura doméstica, como partes integrantes do tecido histórico, reconhecendo assim não apenas as edificações isoladas, mas também os conjuntos urbanos como importantes testemunhos do passado.

Ao reconhecimento dos centros antigos como monumentos de valor histórico, mas principalmente artístico, se soma a importante obra de Camillo Sitte - *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*[9]*,* originalmente publicada em 1889. Nela, através de uma análise morfológica clara e concisa, Sitte (1996) faz uma crítica severa aos espaços públicos produzidos após a época barroca, reconhecendo em seu desprezo pela tradição, sua falta de preocupação estética e também funcional. Através de numerosos exemplos ilustrados, o autor faz um elogio às praças das cidades antigas, demonstrando como essas mantinham com seu entorno (suas faces) um diálogo harmônico, resultando não em um simples vazio, mas em um espaço tridimensional pleno, reforçado pelo contraste com o sistema de vias estreitas e irregulares que lhes davam acesso.

Apesar de muito criticada pela cultura modernista, a obra de Sitte (1996) se mantém até os dias atuais como um dos textos que mais tem influenciado a cultura de preservação dos sítios históricos, em especial, na conservação e valorização dos espaços públicos antigos. Apesar de não pregar a conservação em si, já anunciava no século XIX algumas questões presentes até os

---

7 Originalmente publicado em 1992.

8 Intelectual britânico (1819-1900), autor de *Seven Lamps of Architecture* (1849) e *The Stones of Venice* (1851-1853).

9 Arquiteto austríaco (1843-1903) autor da obra que tem como tradução "A urbanização de acordo com seus princípios artísticos". Nesta pesquisa utilizamos a edição francesa de 1996, que recebeu o título de *L'art de bâtir les villes: L'urbanisme selon ses fondements artistiques* (A arte de construir as cidades: O urbanismo segundo seus fundamentos artísticos - Tradução da autora).

dias de hoje, como a dissociação simbólica e funcional entre os espaços livres e os edificados, e o uso indiscriminado dos espaços públicos para o estacionamento de veículos[10]:

> […] au Moyen Age et pendant la Renaissance les places urbaines jouaient encore un rôle vital dans la vie publique, et que par conséquent il existait encore une relation fondamentale ente ces places et les édifices publics qui les bordaient, alors qu'aujourd'hui elles servent tout au plus au stationnement des voitures, et que tout lien artistique entre places et bâtiments a pratiquement disparu[11]. (SITTE, 1996, p.16)

Sitte, apesar de pesaroso, se mostra resignado às transformações sociais e tecnológicas que esvaziaram de significado os antigos espaços públicos, destacando: 1) o surgimento dos jornais como forma de veiculação de notícias, substituindo os anúncios orais, antes feitos na praça principal das cidades; 2) o deslocamento dos feirantes do espaço público para os edifícios dos mercados, levando com eles muito da animação das trocas; 3) o abastecimento doméstico de água, que fez com que as antigas fontes públicas perdessem seu caráter funcional e importância para a sobrevivência, passando a serem apenas um ornamento urbano; 4) o surgimento da cultura dos museus, que fez com que estes, e não os espaços públicos, fossem o destino das obras de arte; e também 5) o desaparecimento progressivo das festas populares que se ambientavam nos espaços públicos das cidades, dinamizando-os e reforçando seus significados. Desta forma o autor reconhece que nada se podia fazer em relação a essas transformações, mas que mesmo que outras funções fossem atribuídas aos espaços públicos no presente e futuro, seria preciso estudar objetivamente os métodos compositivos empregados no passado para que não se abandonasse definitivamente o caráter artístico desses espaços. Esta valorização do espaço urbano considerado histórico como espaço artístico é bastante pioneira dentro do conjunto crítico e teórico moderno.

Já no início do século XX, deve-se a Gustavo Giovannoni[12] a consciência da compreensão da cidade histórica como monumento, na qual se reconhece o valor não apenas dos seus edifícios históricos de destaque, ou dos seus conjuntos edificados, mas também da sua estrutura topográfica e do seu aspecto paisagístico, assim como o próprio caráter de suas vias e outros aspectos da sua urbanização. Neste sentido, Giovannoni avançou também em relação aos seus predecessores ao reconhecer a cidade histórica como um "tecido vivo", possuindo além de um

---

[10] Obviamente, ao fim do século XIX Sitte se referia ainda às carruagens, pois os veículos automotores ainda eram uma raridade nos centros urbanos.

[11] […] na Idade Média e na Renascença as praças urbanas desempenhavam um papel vital na vida pública, e por conseqüência existia uma relação fundamental entre estas praças e os edifícios públicos em seu entorno, enquanto hoje elas servem acima de tudo ao estacionamento de veículos, e que toda a ligação artística entre praças e edificações praticamente desapareceu. (Tradução da autora)

[12] Engenheiro, arquiteto e urbanista italiano (1873-1947), autor de *Vecchie Città ed Edilizia Nuova* (1931).

legado arquitetônico e urbanístico do passado, um conjunto social que habita no tempo presente e que demanda atualizações do espaço citadino. Defendia assim as intervenções em monumentos capazes de responder às demandas do presente, desde que estas respeitassem o ambiente e o espírito histórico do lugar[13].

Na primeira metade do século XX, no entanto, as duas grandes guerras mundiais, associadas ao avanço progressivo da sociedade industrial, culminaram no surgimento da cultura modernista. Essa, em resposta às destruições causadas pelos conflitos, e graças à uma compreensão mais aprofundada da modificação dos processos produtivos e de seus potenciais, vai defender o abandono definitivo dos modelos históricos, tanto em relação às edificações, quanto ao espaço urbano. Graças à disseminação de suas ideias, e à perigosa adoção apenas parcial de seus preceitos, vimos surgir uma modificação de valores a níveis mundiais, substituindo o antigo exemplo de embelezamento urbano parisiense (que já era partidário da destruição parcial dos centros antigos para a acomodação de novas demandas de higiene e lazer), pelo exemplo americano de cidade, que defendia destruições ainda maiores de localidades históricas consideradas obsoletas, que disseminava a construção de subúrbios homogêneos, e que impunha a construção de megaestruturas para resolver as demandas, principalmente, da mobilidade motorizada.

Podemos observar que os inúmeros problemas de adaptação dos centros antigos às demandas da sociedade industrial vão criar defensores até mesmo de estratégias de tabula rasa, dos quais se destaca, em especial, o arquiteto franco-suíço Le Corbusier. Em seu conhecido *Plan Voisin*, um estudo teórico para as cidades do futuro apresentado em 1925, Le Corbusier usa como exemplo o arrasamento de parte substancial do centro antigo de Paris para a construção de um novo traçado urbano, nos quais podemos identificar os pontos centrais defendidos por esse em suas publicações: amplas vias para facilitar a circulação veicular, separação de funções urbanas, concentração da massa edificada em arranha-céus e liberação do solo para a criação de vastas áreas permeáveis. A implantação deste plano no antigo bairro do Marais, imediatamente vizinho ao Louvre e em grande proximidade à Notre-Dame de Paris, demonstra a diferente visão modernista sobre o que era considerado adequado em relação à intervenção em centros históricos. Como bem coloca Meniconi, “Como a cidade antiga não correspondia aos pressupostos do racionalismo, ela deveria ser eliminada e substituída, conservando-se apenas as suas edificações excepcionais, ou seja, os seus monumentos” (MENICONI, 1999, p. 28).

---

[13] CHOAY, 2000.

Na visão modernista, tão relevante quanto a manutenção de monumentos antigos, era a construção de edifícios do presente (e também do futuro), não existindo uma hierarquia de importância temporal na constituição da paisagem. Além disso, propunha a construção de cidades-parque, tornando o espaço público onipresente, fazendo com que este permeasse o interstício entre todas as edificações, como foi definitivamente aplicado nas superquadras do Plano Piloto de Brasília - DF. Assim, defendia, em nome da salubridade e da defesa da natureza, numerosos jardins e áreas de lazer e encontro que não se relacionavam necessariamente nem com as edificações, nem com as dinâmicas urbanas, e que mesmo que fossem contempladas com um extenso programa de recreação e esportes, estariam fadadas ao esvaziamento graças à sua falta de proporção urbana. Assim, ao invés do potencial congregador percebido nos espaços públicos das cidades antigas, o espaço modernista tinha um forte potencial dispersor da população. Assim, vemos que mesmo que a distribuição do verde e dos vazios nas cidades apresentem suas vantagens, especialmente ambientais, não se pode dizer o mesmo sobre as questões sociais, nem administrativas desse modelo.

Observamos que a disseminação de ideias como as de Le Corbusier provocou uma forte reação por parte dos defensores tanto do patrimônio histórico quando da sociologia urbana, fazendo surgir obras, hoje clássicas, de crítica ao modernismo, das quais se destacam: *Morte e Vida de Grandes Cidades* (2011), de Jane Jacobs; *A Arquitetura da Cidade* (2001), de Aldo Rossi; *A city is not a tree* (1966), de Christopher Alexander; e, notadamente, *Paisagem Urbana* (2010), de Gordon Cullen, todas publicadas originalmente nos anos 1960. Após a Segunda Guerra Mundial também surgiram diversas instâncias de proteção à cultura e ao patrimônio, inclusive internacionais, como a ONU (Organizações das Nações Unidas), em 1945; a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1946; e o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), em 1965. Essas organizações promoveram, ao longo das últimas décadas, encontros e conferências cujas maiores expressões são as chamadas cartas patrimoniais - documentos contendo diretrizes voltadas para a proteção e conservação do patrimônio cultural.

Entre cartas, recomendações e normas, vimos surgir ao longo dos séculos XX e XXI a construção de uma ideia de patrimônio que foi evoluindo e se consolidando, fazendo com que os espaços públicos históricos também fossem reconhecidos como monumentos dignos de serem preservados e valorizados.

> As áreas públicas dão ambiência e qualidade ao espaço urbano e, por vezes, determinam e caracterizam o território, como é o caso das frentes d'água (margens de rios, lagos e mar), das áreas ferroviárias, das áreas verdes que conformam parques, largos, praças e parques até chegar à escala das alamedas e vias arborizadas. São importantes componentes do espaço urbano, fundamentais para a reabilitação das áreas centrais e

> parte importante dos atributos culturais de uma cidade histórica. (BRASIL/MINISTÉRIO DAS CIDADES/IPHAN, 2011, p.64)

As cartas mais recentes, inclusive, tem apresentado uma abordagem cada vez menos conservadora, reconhecendo a importância de se preservar os espaços públicos históricos sem, para isso, congelá-los, esvaziando-os de uso e de significado contemporâneos, como veremos a seguir.

3.1.3 A evolução da posição das cartas patrimoniais internacionais sobre a salvaguarda dos espaços públicos ao longo do tempo

> Uma cidade não é uma peça de museu, parada no tempo. Para permanecer como um núcleo vivo, utilizado pelos cidadãos do século XXI, com suas necessidades e costumes, Ouro Preto precisa se modificar. A questão consiste em saber como modificá-la. Portanto, novas intervenções urbanas em sítios históricos são bem-vindas, desde que obedeçam a critérios básicos, respeitem o patrimônio e, sobretudo, contem com um bom projeto - uma "boa arquitetura". A qualidade do projeto deve ser avaliada como a pedra angular da intervenção, capaz de garantir um excelente resultado ou levar a um desastre. (BONDUKI, 2012, p. 227.)

Como apresentado anteriormente, vimos que a cultura de preservação do patrimônio cultural é um fenômeno relativamente recente na história das cidades. Ao longo dos últimos séculos, ela tem evoluído gradualmente, ampliando a compreensão dos objetos de preservação (incluindo entre eles os espaços livres de uso público) e também modificando suas posturas para facilitar a coexistência entre o antigo e o novo. Os documentos responsáveis pela consolidação dessas posturas e pela disseminação das diretrizes de preservação pelo mundo são as cartas patrimoniais, que começaram a ser produzidas ainda na primeira metade do século XX, antes mesmo da criação dos grandes órgãos internacionais como a UNESCO.

Apresentaremos a seguir, em ordem cronológica, uma descrição das principais cartas patrimoniais que abordaram direta ou indiretamente a temática dos espaços públicos, identificando os momentos-chave nos quais esses começaram a ser também vistos como objetos de preservação. Pretendeu-se, com essa revisão, identificar também a maneira a qual a visão de preservação desses espaços foi evoluindo com o passar dos anos, passando de uma postura preocupada apenas com a preservação dos bens em si, garantindo sua permanência no tempo, até alcançar uma dimensão mais social, preocupada também com o bem estar da população do local que guarda o bem, buscando alcançar uma harmonia entre os testemunhos do passado e a vida presente[14].

---

[14] Para facilitar a compreensão dessa evolução, foi feito um resumo das principais contribuições das cartas aqui analisadas, disponível no Quadro 1 (pág. 114-117)

De forma geral, detectamos três diferentes “eras” na produção das cartas patrimoniais, que refletem, entre outros, o alcance geográfico, científico e multidisciplinar que a discussão sobre o patrimônio histórico foi ganhando ao longo dos anos. A primeira diz respeito às décadas de 1930 a 1960, nas quais a discussão ainda era muito focada na preservação das edificações e de outros monumentos antigos, vistos como elementos a serem congelados e valorizados de maneira quase individual. Nela, percebe-se que os centros históricos ainda eram vistos como ambientes a serem mantidos estáticos e o turismo começava a ser visto como um grande aliado no processo de preservação, devendo ser intensamente incentivado.

A segunda era diz respeito às décadas de 1970 e 1980, nas quais cartas muito relevantes foram publicadas, dando um novo direcionamento à visão de preservação. Nela já se reconheceu verdadeiramente o ambiente urbano histórico todo como alvo de salvaguarda, e não mais somente os seus monumentos de destaque. Reconheceu-se também os efeitos nefastos do desenvolvimento turístico descontrolado e das iniciativas de gentrificação para os sítios e para as comunidades locais, a partir de então vistas como o grupo mais importante a ser atingido pelas políticas preservacionistas. Foi justamente nessas décadas que os espaços públicos começaram igualmente a ser incluídos no rol de bens a serem preservados, sendo inclusive, vistos como objetos de inventário.

A terceira era é marcada pela década de 1990 até os dias atuais, nas quais evidencia-se a compreensão de que os centros históricos são organismos vivos, em constante adaptação entre o antigo e o contemporâneo, e que além dos monumentos e dos traçados, os fenômenos imateriais também deveriam ser considerados como elementos formadores do “espírito do lugar” - o verdadeiro bem a ser preservado. Nesta era as intervenções contemporâneas já são mais bem vistas e defendidas, desde que sejam respeitosas com o ambiente histórico, não o ofuscando. Os espaços públicos já são abertamente encarados como objetos de salvaguarda e reconhece-se a incompatibilidade de sua preservação com a onipresença veicular nos centros históricos.

Veremos adiante com mais detalhes os avanços promovidos por algumas das mais importantes cartas patrimoniais publicadas nas três eras supra-citadas, destacando suas contribuições para a atual valorização dos espaços públicos históricos. Por fim, apresentaremos algumas cartas patrimoniais nacionais, identificando especificidades em relação à nossa cultura e trato no espaço público, e mostrando de que forma essas têm se adequado às diretrizes internacionais.

Primeira era (década de 1930 ao final da década de 1960)

O primeiro documento considerado uma carta patrimonial internacional, comumente chamado de Carta de Restauro de Atenas, surge da Conferência Internacional de Atenas, realizada em 1931, na Grécia, de iniciativa do Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações. Nesse, pela primeira vez considera-se os monumentos como de interesse internacional, pois são vistos como produtos de valor histórico não apenas para a cultura da qual se originaram, mas como expressão maior da civilização como um todo. Esse recomenda, inclusive, uma centralização das informações a respeito dos monumentos históricos em um órgão internacional e também a disseminação de iniciativas de educação das populações em relação à importância da proteção desses elementos.

A Carta de Restauro de Atenas revelou um certo consenso internacional na defesa da manutenção e preservação dos monumentos, condenando a reconstrução livre ou a reconstituição destes ao que deveriam ser ou poderiam ter sido, como anteriormente defendido por Viollet-le-Duc[15] e outros que, como esse, tiveram muita influência no século XIX. Graças a presença de Giovannoni e de pensadores com ideias semelhantes, a conferência deixou explícita a preocupação também com a paisagem urbana histórica, vendo com bons olhos a prioridade na manutenção das ambiências antigas ao se construir, em suas proximidades, novas edificações. Esta carta recomendava também que as peças originais fossem deixadas em seus locais de origem sempre que possível, e que se eliminasse elementos de interferência visual como placas de publicidade, postes e fios na proximidade dessas. Observa-se que estas primeiras recomendações ainda são muito utilizadas nas medidas de proteção do patrimônio urbano, quase noventa anos depois.

A também chamada Carta de Atenas[16], de 1933, trata-se de um outro documento bastante relevante, principalmente em relação ao avanço na discussão sobre os espaços públicos (históricos ou não) e seu papel na sociedade. Essa carta foi fruto das discussões ocorridas no 4º CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), tendo como um de seus redatores o próprio Le Corbusier, que imprimiu ao texto muito de sua assertividade e, aparentemente, sua parcialidade em relação a alguns temas. Essa carta, de grande influência para a cultura do século XX, trouxe pontos que ratificavam a importância dos monumentos históricos para a cidade e para a cultura urbana, reconhecendo-os como uma herança de caráter mundial que deveria ser

[15] Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um arquiteto parisiense muito conhecido por sua atuação prática e teórica na área de restauração de monumentos históricos. Este foi considerado o principal oponente das ideias de John Ruskin, defendendo o intervencionismo e não apenas o conservacionismo.

[16] CIAM, 1933

transmitida intacta para as gerações futuras. Em outros pontos, porém, mostrou-se bastante polêmica, chegando mesmo a se contradizer.

Apesar de se colocar como defensora das obras primas dos gênios do passado, em seu texto percebe-se um tom de censura em relação à forma de se fazer cidade dos povos antigos, em especial na falta de regularidade das vias e em sua estreiteza, acentuada pelas construções coladas ao alinhamento frontal. Justificou-se na carta o desenvolvimento desse tipo de traçado pelos diferentes modos de vida e de deslocamentos existentes no passado, mas condenou-se a continuidade dessa cultura urbanística na expansão das cidades do (então) presente. O texto defendia a necessidade de preservação das ambiências históricas ao sugerir, por exemplo, a interdição dos veículos mecânicos em espaços urbanos de caráter monumental, mas a justificativa para tanto é que estas foram desenvolvidas para o trânsito de pedestres e de carruagens, e que suas composições não permitiam a adaptação às novas velocidades, causando engarrafamentos, atraso e ocasionalmente, perigo. Ou seja, aparentemente não há uma real valorização da composição artística em si dos antigos largos e praças, nem da qualidade das ambiências geradas por ele, nem dos seus impactos nas relações sociais, apenas uma conformidade em relação à sua obsolescência e a concordância na preservação.

Em outros pontos esta carta se contrapõe radicalmente à carta de 1931, escrita apenas dois anos antes, como na defesa de que alguns sacrifícios deveriam ser feitos em nome do progresso e no reconhecimento de que a destruição de algumas ambiências seculares era “uma coisa lamentável, mas inevitável”[17]. Outro ponto que a distancia muito da sua predecessora é a recusa absoluta em aceitar o emprego de menções a estilos do passado em novas construções, defendendo que as paisagens urbanas sempre foram formadas por uma conjunção de obras de diferentes gerações, cada qual com sua “maneira de pensar, suas concepções, sua estética”[18]. É interessante observar que essa discussão ainda parece muito viva nos dias de hoje, dividindo a posição dos atores em sítios históricos[19].

Para além da discussão do patrimônio histórico, consideramos que este documento trouxe muitos avanços em relação à discussão sobre os espaços públicos de modo geral. Esse reconheceu a

---

[17] CIAM, 1933.

[18] CIAM, 1933.

[19] Cita-se como exemplo as discussões que nortearam a reconstrução do edifício do Hotel Pilão na Praça Tiradentes, em Ouro Preto. A antiga edificação do início do séc. XIX foi quase toda consumida por um incêndio em 2003. Após muito debate em relação ao destino do terreno, optou-se por reedificar o antigo casarão, mantendo suas fachadas idênticas às que foram destruídas, mas deixando no interior registros da antiga estrutura de pedra, adotando para o restante materiais e técnicas modernas. É possível visualizar nas fachadas resquícios da antiga edificação. Imagens do incêndio estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=uSZ_rbRyykc>. Acesso em: 25 out. 2017.

necessidade de horas livres para todos, especialmente como contrapartida às sufocantes horas de trabalho e ao stress imposto pela vida nas cidades, e afirmou a necessidade de se desenvolver espaços específicos para as horas livres quotidianas (do dia-a-dia), semanais (aos finais de semana) e anuais (férias). Sintetizando o pensamento da época, defendeu que os espaços públicos não fossem mais apenas instrumentos de embelezamento urbano em bairros centrais e/ou pertencentes às classes privilegiadas, mas que fossem bem distribuídos pela cidade e que oferecessem efetivamente contato com o sol e com a vegetação, além de estruturas que possibilitassem o exercício da recreação e da prática de esportes.

Apesar da grande relevância da Carta de Atenas de 1933 para a discussão sobre o futuro das cidades e da sua influência internacional, culminando na inauguração de Brasília em 1960, no decorrer do século XX se ampliaram e se fortaleceram correntes de pensamento que a contestaram, como as lideradas por Jane Jacobs, Christopher Alexander e outros anteriormente mencionados. A partir dos anos 1940, como previamente apresentado, também se multiplicaram as instâncias internacionais de proteção ao patrimônio, fazendo com que as conferências dedicadas ao tema fossem cada vez mais frequentes e que contivessem a representação de cada vez mais países. Observamos que a compreensão do valor do ambiente urbano e natural como algo a ser preservado também foi ganhando cada vez mais espaço, sendo tema da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizada em Paris em 1962.

Na carta resultante desse encontro, chamada de Recomendação de Paris de 1962, destacou-se o valor tanto das paisagens naturais, quanto das antropizadas, ambas consideradas “um poderoso regenerador físico, moral e espiritual e por contribuírem para a vida artística e cultural dos povos”[20], e recomendou-se sua preservação e, se necessário, a reconstituição de seus aspectos característicos. Nela destacou-se também a preocupação especial com os sítios e paisagens urbanas e com a ameaça a eles imposta pela especulação imobiliária. A carta colocou como motivos de atenção elementos que impactam direta e indiretamente os espaços livres de uso público, como: 1) a construção de toda e qualquer edificação nos sítios de interesse, condenando as imitações de estilo, mas também salientando a importância da garantia de seu valor estético em si e a harmonia com a ambiência local; 2) questões ligadas à construção e instalação de elementos de suporte aos serviços de infraestrutura - estradas, linhas de eletricidade, captação de água, depósitos de lixo, entre outros; 3) cartazes e anúncios publicitários; 4) atividades ligadas à mineração; 5) desmatamentos; entre outros.

[20] RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962

É interessante observar que esses elementos de risco às paisagens e sítios delineados na Recomendação de Paris ainda são motivos de preocupação, em especial em países como o Brasil, nos quais encontramos grande dificuldade técnica e administrativa para lidar com os sítios de interesse patrimonial, e nos quais observamos grande desigualdade socioespacial. Essa desigualdade não raro provoca a ocupação de áreas de risco e a deterioração dos recursos naturais da paisagem. Assim, ao mesmo tempo em que se observa em nossos sítios históricos um avanço em alguns pontos, como a proibição de letreiros e placas luminosas, ou a imposição de restrições construtivas em áreas tombadas, ainda é possível testemunhar o lançamento de esgotos nos cursos d'água em pleno meio urbano, o que, além de problemas ligados à saúde, afeta diretamente a fruição de vários espaços públicos. Ciente deste tipo de problema, recorrente em muitos sítios de interesse patrimonial, esta carta demonstrou preocupação sugerindo que "A proteção legal deveria implicar na proibição de contaminar os terrenos, o ar e as águas"[21].

Observamos ainda que nessa carta também ficou manifesta uma cultura de planejamento urbano que vinha se fortalecendo a partir da Segunda Guerra Mundial. Esta propôs como medidas de salvaguarda a inserção de restrições nos planos de urbanização de acordo com zoneamentos específicos e a criação e manutenção de reservas naturais e parques nacionais voltadas ao lazer, à preservação e também à educação ambiental. Assim, ficaram definidas como ferramentas de preservação não só a conservação dos espaços urbanos históricos consolidados através de zoneamentos restritivos, mas também a proteção às áreas verdes, ameaçadas de extinção graças aos avanços da urbanização. Como podemos observar, apesar de também defender a existência de áreas verdes, esta postura de salvaguarda por zonas é bastante antagônica à visão de preservação presente na Carta de Atenas de 1933, demonstrando já uma certa superação de alguns dos preceitos modernistas[22]. Ao criar áreas inteiras com restrições de altimetria e até mesmo de utilização de cores e materiais, tolhia-se bastante certas liberdades individuais do arquiteto em nome da harmonia da paisagem histórica.

Posteriormente a essa data, vemos que um dos mais importantes documentos para a evolução do conceito de proteção do patrimônio histórico urbano - e, consequentemente, de seus espaços públicos - foi a Carta de Veneza[23], publicada pelo ICOMOS em 1964. Esse documento teve como objetivo ratificar e atualizar a discussão iniciada com a Carta de Atenas de 1931, sendo mais clara

---

[21] RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962

[22] É importante observar, no entanto, que a Carta de Atenas de 1933 não foi um documento especificamente direcionado à preservação dos monumentos históricos, mas à temática das cidades como um todo perante as transformações impostas pela evolução da sociedade industrial.

[23] Resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, organizado pelo ICOMOS em Veneza, em maio de 1964.

e mais específica do que essa. A Carta de Veneza iniciou seu texto reforçando a importância da internacionalização dos monumentos, considerando-os um patrimônio comum a toda a humanidade. Assim, cada vez mais, buscava defender a proteção destes da visão individual de cada ator local, destacando a importância do envolvimento de todas as nações na elaboração dos planos internacionais de preservação.

Nó tópico relativo à conservação, a carta relembrou que para que houvesse conservação, seria necessário garantir a manutenção permanente dos bens, e, sobretudo lhe destinar uma função útil à sociedade. Nela se admitiu a adequação à evolução dos usos e dos costumes, desde que não se alterasse a disposição ou a decoração dos edifícios antigos, e proibiu-se toda modificação que pudesse resultar em uma alteração de volumes e de cores em um conjunto protegido, tanto através da implantação de novas construções, quanto na intervenção ou demolição das antigas. Percebe-se que nela não houve menção ao espaço público em si, mas sim a presença de diretrizes de congelamento da paisagem das faces edificadas, ou seja, de seus planos verticais.

Em relação à restauração, há um artigo especialmente interessante quando aplicado à realidade dos espaços públicos históricos:

> Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração; a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto. (CARTA DE VENEZA, 1964)

A postura manifesta nesse artigo condena, em nossa interpretação, a reconstituição de espaços a estados anteriores visando criar uma cenarização de uma época específica, considerada de maior interesse histórico-patrimonial em relação às demais por um indivíduo ou grupo. Já o Artigo 13 menciona que acréscimos seriam tolerados, desde que respeitassem “todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente”[24].

Ampliando os horizontes da discussão sobre a preservação para além da realidade européia, em 1967 foi realizada em Quito, no Equador, por iniciativa da OEA (Organização dos Estados Americanos), uma conferência para discutir a questão da conservação e utilização dos monumentos históricos nas Américas. Desta resultou a carta conhecida como Normas de Quito,

[24] CARTA DE VENEZA, 1964.

nas qual se sugeriu um maior detalhamento nas ferramentas legais de proteção aos monumentos, em especial o zoneamento urbanístico especial, introduzido na Recomendação de Paris de 1962, dividindo-o em três escalas:

> a) zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente;
> b) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância;
> c) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante.
>
> (NORMAS DE QUITO, 1967)

Este tipo de zoneamento, que visava criar uma transição entre as antigas paisagens centrais e as recentes paisagens periféricas, foi bastante influente junto aos órgãos de patrimônio no Brasil, tendo sido aplicado nas medidas legais de proteção de vários centros históricos, como é o caso de Ouro Preto. Esta norma também foi uma das primeiras a mencionar a isenção fiscal como ferramenta auxiliar na preservação dos monumentos, mas seu foco principal foi a discussão da relação entre monumentos e atividade turística.

Dada a dificuldade de algumas nações em relação à conservação de seus patrimônios monumentais, percebeu-se ao longo dos anos 1960, uma tendência à conjugar as iniciativas de preservação e de restauração do patrimônio histórico ao desenvolvimento do turismo. Este, graças ao seu potencial de dinamização da economia, foi visto nas Normas de Quito como um fundamental parceiro na preservação dos sítios históricos, gerando os recursos necessários para a conservação dos monumentos, mas também promovendo o desenvolvimento local como um todo. Desta forma, esta carta sugeria que, em primeiro lugar, os Estados fizessem o reconhecimento formal de seus monumentos, protegendo-os do "vandalismo urbanístico" em nome do progresso que caracterizava o momento; que educassem suas populações para que estas soubessem ver valor nos monumentos históricos, buscando visitá-los; e depois que soubessem explorar estes monumentos através das atividades turísticas, desde que essas não fossem prejudiciais à conservação dos mesmos[25].

Muito inspiradas no sucesso econômico resultante da preservação histórica dos monumentos das cidades européias, o tom "empresarial" que as Normas de Quito adotaram e a ênfase dada à necessidade de "valorização" dos monumentos foi, ao mesmo tempo, realista e preocupante. Percebe-se hoje, claramente, que a valorização do patrimônio histórico através das iniciativas de conservação resultam indiretamente na valorização econômica dos imóveis do entorno imediato e

---

[25] A associação entre a preservação de monumentos e a exploração do turismo nacional e internacional é também ratificada pela Recomendação de Paris de 1968, produto da 15ª Conferência Geral da UNESCO, que versava sobre as ameaças ao patrimônio impostas pela realização de obras públicas e privadas.

também expandido dos bens protegidos. Aparentemente, naquele momento ainda não se observava uma preocupação muito forte com os impactos sociais negativos dessa valorização, nem da especialização da atividade turística para os sítios:

> De outra parte, a valorização de um monumento exerce uma benéfica ação reflexa sobre o perímetro urbano em que se encontra implantado e ainda transborda dessa área imediata, estendendo seus efeitos a zonas mais distantes. Esse incremento de valor real de um bem maior por uma ação reflexa constitui uma forma de mais valia que há de se levar em consideração.
>
> É evidente que, na medida em que um monumento atrai a atenção do visitante, aumentará a demanda de comerciantes interessados em instalar estabelecimentos apropriados a sua sombra protetora. Essa é outra conseqüência previsível da valorização e implica a prévia adoção de medidas reguladoras que, ao mesmo tempo em que facilitem e estimulem a iniciativa privada, impeçam a desnaturalização do lugar e a perda das finalidades primordiais que se perseguem.
>
> (NORMAS DE QUITO, 1967)

Podemos perceber que essas questões se tornam onipresentes nos centros históricos durante as décadas seguintes, acentuadas, sem dúvida, pela grande expansão do turismo nacional e internacional possibilitada pelo desenvolvimento dos transportes e sua progressiva democratização. Através da valorização das viagens como experiência ligada ao lazer e de uma maior divulgação dos monumentos e cidades históricas pelo mundo, percebemos que essas se tornaram, cada vez mais, objeto de fetiche e também de diferenciação social. Muitos centros históricos assim deixaram de ser apenas localidades comuns no quotidiano dos moradores locais e passaram a ser constantemente visitados por turistas de locais variados, curiosos por experienciar as ambiências provocadas pelas medidas de conservação patrimonial. Como os espaços públicos são o local no qual ocorre a primeira apreciação de todo e qualquer monumento, sendo seu meio de acesso, esses passaram também a ser fortemente impactados pela atividade turística.

Segunda era (década de 1970 ao final da década de 1980)

Até o final dos anos 1960 pudemos observar que as cartas patrimoniais normalmente discorriam sobre a preservação de sítios urbanos (considerando seus aspectos naturais e antropizados), monumentos arquitetônicos (incluindo todos os seus elementos), pinturas, esculturas e outras manifestações artístico-culturais. Nelas, os espaços livres de uso público dificilmente eram mencionados[26], mas sua preservação era aconselhada indiretamente pela conservação de seus diferentes elementos - a proteção ao seu desenho planimétrico era garantido pelo respeito ao traçado urbano antigo; suas faces eram preservadas pela conservação das fachadas das edificações que os limitam; sua volumetria era assegurada pelo tombamento de conjuntos, que

[26] Com exceção da Carta de Atenas de 1933 que, como já destacado, não se trata exatamente de uma carta patrimonial, mas de um manifesto urbanístico que, entre outros tópicos, também discorre sobre os monumentos históricos.

garantia a preservação da escala das novas edificações e a interdição de demolições; e seus ornamentos (fontes, chafarizes, bustos e esculturas, entre outros) eram garantidos pelo tombamento individual.

A partir dos anos 1970, no entanto, as cartas patrimoniais começaram a fazer menções claras a elementos urbanos como praças, jardins e parques. Percebemos também que a partir dessa década se multiplicaram os encontros das organizações preocupadas com o destino do patrimônio natural e cultural, bastante ameaçado com o avanço da industrialização, do turismo e dos seus impactos sobre os meios urbanos. Um grande marco para o patrimônio natural foi a Declaração de Estocolmo, fruto da Assembléia Geral da ONU para o Meio Ambiente, realizada na Suécia em 1972, que colocava o homem como responsável pela preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A partir dessa carta, assim como a subsequente Carta do Rio, de 1992[27], observamos uma significativa ampliação da consciência e da educação ambiental, que refletiu também na criação de parques ecológicos e na sua valorização pela população.

Outro documento muito influente publicado nesse mesmo ano foi a Carta do Restauro, elaborada pelo Ministério de Instrução Pública do Governo da Itália com a intenção de nortear as intervenções de restauração nas obras de arte desse país. Apesar de não ter sido elaborada como uma carta internacional, esta se tornou uma referência para as nações por um bom tempo, trazendo importantes avanços na visão do que seria válido preservar. Uma de suas posturas mais interessantes é a de considerar como objeto da carta as obras de arte de todos os períodos, não apenas as históricas, mas até mesmo as produzidas no momento contemporâneo. Assim, apesar de ser denominada “Carta do Restauro”, deixa claro em seus artigos e anexos que a melhor ação para qualquer obra é sempre a conservação desde a sua origem, ou seja, a manutenção constante, e que o restauro só deve ser empreendido como último recurso.

Em relação aos espaços públicos históricos essa carta trouxe dois avanços: o primeiro foi o reconhecimento de jardins, parques e praças como objetos também da conservação e do restauro; e o segundo foi a criação de um anexo exclusivamente destinado à orientações para a tutela dos centros históricos. Assim, a carta foi além da menção aos conjuntos edificados, compreendendo que as áreas centrais antigas possuem uma escala e uma complexidade bem maior do que os agrupamentos isolados de edificações de interesse patrimonial. Esta recomendava que se identificasse e se buscasse a salvaguarda dos centros antigos que “eventualmente tenham adquirido um valor especial como testemunho histórico ou características

[27] A Carta do Rio foi fruto da Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

urbanísticas ou arquitetônicas particulares"[28] e dizia que "as intervenções de restauração nos centros históricos têm a finalidade de garantir [...] a permanência no tempo dos valores que caracterizam esses conjuntos"[29].

Para garantir a salvaguarda desses espaços, a Carta do Restauro (1972), assim como a Carta de Veneza (1964), apostou nas estratégias do planejamento urbano, destacando três tipos principais de intervenção: 1) reestruturação urbanística, incluindo questões de escala mais territorial, planejando o crescimento da cidade de forma a não ameaçar nem o centro histórico, nem seu contexto ambiental; 2) reordenamento viário, criando uma revisão dos fluxos afim de "reconduzir o uso do centro histórico a funções compatíveis com as estruturas de outros tempos"[30], facilitando assim sua recuperação; e 3) revisão dos equipamentos urbanos "ruas, praças e todos os espaços livres existentes [...] com o objetivo de obter uma conexão homogênea entre edifícios e espaços exteriores"[31].

A questão dos fluxos é particularmente interessante e se mostra um desafio até o presente, pois o centro histórico muitas vezes se mantém ao longo dos séculos como a centralidade principal das cidades, mas essas dificilmente conservam seu tamanho geográfico e populacional por esse mesmo tempo. Assim, a quantidade de pedestres e de veículos que por ele transitam cotidianamente nos dias atuais muitas vezes é incompatível com suas estruturas antigas, causando danos não apenas ao espaço físico e edificado, mas também aos espaços livres de uso público e às atividades humanas ali instaladas, tradicionais ou não. Sendo assim, faz-se imprescindível que se estude a reordenação dos fluxos, não os desviando completamente, pois isso poderia afetar negativamente as dinâmicas do centro histórico, mas cuidando para que exista uma revisão dos deslocamentos e da prioridade das formas de transporte aceitas em seu recinto. A sensibilidade manifesta na Carta do Restauro para essa questão foi especialmente importante para as discussões sobre a reabilitação dos espaços públicos que começaram a se proliferar a partir daquele momento.

Também em 1972, outro documento de grande relevância para o tema da preservação foi publicado: a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, fruto da Conferência Geral da UNESCO realizada entre outubro e novembro daquele mesmo ano na

---

[28] CARTA DO RESTAURO, 1972.

[29] CARTA DO RESTAURO, 1972.

[30] CARTA DO RESTAURO, 1972.

[31] CARTA DO RESTAURO, 1972.

cidade de Paris. A partir dessa convenção se criou o Comitê do Patrimônio Mundial, o Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial, e também a Lista do Patrimônio Mundial, composta por bens naturais e culturais considerados de valor universal excepcional, indicados por cada país signatário. Determinou-se que esta lista devesse ser permanentemente atualizada e divulgada a cada dois anos, para que se desse amplo conhecimento dos monumentos a todos.

Determinou-se a criação também da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, com a lista de bens severamente ameaçados, inclusive, pelo desenvolvimento turístico acelerado. Reconheceu-se nessa convenção, como nas Normas de Quito (1967), que algumas nações, fosse por falta de recursos financeiros, científicos ou técnicos, não conseguiam oferecer proteção satisfatória aos bens considerados de interesse mundial, e para isso sugeriu-se que estas solicitassem assistência e cooperação internacional. A convenção determinou que todas as nações participantes reunissem esforços no sentido de se organizar para melhor proteger esses bens criando políticas e órgãos de proteção ao patrimônio, desenvolvendo pesquisas e normas de conservação e criando centros de formação específica nesta área. Exigiu também que as nações se comprometessem a não prejudicar, direta ou indiretamente a conservação dos bens considerados de valor internacional, promovendo, inclusive, programas educativos para "intensificar o respeito e o apreço de seu povo pelo patrimônio cultural e natural"[32].

Os impactos da Convenção de 1972 para a preservação do patrimônio foram grandes, e percebe-se que, a partir daquele momento, garantir a inclusão de localidades na Lista do Patrimônio Mundial se tornou um sério objetivo de muitos governos municipais, inclusive brasileiros. Além de seguir as diretrizes de criação de órgãos de proteção local e de elaboração de normativas específicas para cada realidade municipal, através da inclusão na lista, tinha-se a expectativa, não apenas de se conseguir auxílio financeiro e técnico para a conservação dos centros históricos, mas também de que o "Título UNESCO" pudesse alavancar a atividade turística, dando novas perspectivas econômicas para essas antigas localidades. Com o passar dos anos vimos que o reconhecimento do valor histórico de sítios e monumentos, a inclusão desses na lista mundial e sua divulgação pela UNESCO, efetivamente conseguiram mudar o panorama de muitas cidades. Essas viram suas antigas áreas centrais serem invadidas por grandes grupos de turistas vindos de países distantes em busca de ampliar seu repertório de experiências de viagens e de testemunhar ao vivo a grandiosidade artístico-cultural das estruturas de tempos passados.

---

[32] CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972

Ao longo dessa década, a valorização e a proteção dos sítios históricos, independentemente de sua localização e porte, foi se tornando algo cada vez mais disseminado. Poucos anos depois da Conferência Geral de Paris, em 1975, a cidade de Bruges (Bélgica), sediou o Colóquio Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas e a cidade de Rothenburg, na Alemanha, o Simpósio Internacional sobre a Conservação de Cidades Históricas Pequenas, ambos parte da 4ª Assembléia Geral do ICOMOS. Do primeiro evento, resultou a carta chamada Resoluções de Bruges, ou *Les résolutions de Bruges: principes de réhabilitation des villes historiques* (1975), que segue aproximadamente as mesmas linhas do que já vinha sendo discutido nas cartas precedentes, reconhecendo as cidades históricas por sua escala humana, sua beleza e sensibilidade, e contrapondo-as com as cidades fruto da cultura modernista assim dizendo:

> La difficulté rencontrée par l'urbanisme et l'architecture moderne de créer des cadres de vie équivalents a fait ressortir, plus que par le passé, les qualités exceptionnelles de ces villes, malgré leur inadaptation à certains aspects de la vie contemporaine. La sauvegarde des villes historiques se justifie certes par leurs valeurs culturelle et esthétique. Elle se motive davantage encore par les fonctions sociales qu'elle remplit comme lieu de rencontre privilégié de la communauté urbaine et comme habitat diversifié.[33] (LES RÉSOLUTIONS DE BRUGES, 1975)

As Resoluções de Bruges chamaram ainda a atenção para a importância da população local das cidades históricas, dizendo que as ações de reabilitação deveriam respeitar o direito dessas pessoas, particularmente dos menos favorecidos, ajudando-as face aos problemas financeiros que a preservação poderia impor. Defendia também que a salvaguarda das cidades históricas exigia a adaptação dessas às necessidades da vida contemporânea, sem que se perdesse o respeito pela história, substância e estrutura dessas localidades.

Já as Resoluções do Simpósio Internacional sobre a Conservação de Cidades Históricas Pequenas trouxeram interessantes reflexões sobre os impactos da industrialização para essas localidades. Essa carta destacava o fato de que o centro antigo, área que tradicionalmente concentra o maior número de monumentos e guarda a maior parte do traçado original da cidade, nas cidades históricas de pequeno porte costuma ainda guardar o papel de principal (senão único) centro funcional. Sendo assim, esse é ainda mais impactado por ações como a periferização, que é diretamente dependente da circulação veicular, e a exploração turística, que geralmente traz ao quotidiano da cidade um número muito maior de pessoas do que esta tem estrutura para suportar. Assim, a carta colocou como essencial o uso não apenas de estratégias de planejamento urbano

---

[33] A dificuldade encontrada pelo urbanismo e a arquitetura moderna de criar quadros de vida equivalentes fez com que se destacasse, mais do que pelo passado, as qualidades excepcionais dessas cidades, apesar de sua inadaptação a certos aspectos da vida contemporânea. A salvaguarda das cidades históricas se justifica pelos seus valores culturais e estéticos. Ela se motiva ainda mais pelas funções sociais que ela desempenha como lugar de encontro privilegiado da comunidade urbana e como habitat diversificado. Tradução da autora.

na conservação desses centros históricos, mas também do planejamento regional, compreendendo a limitação de escala dessas cidades, coibindo usos e funções em seu entorno e também distribuindo-os em sua região quando possível. Esse tipo de estratégia foi aplicado no Brasil em alguns casos isolados, como o estudo multidisciplinar desenvolvido entre 1973 e 1975 pela Fundação João Pinheiro para as cidades de Ouro Preto e Mariana, que será abordado em momento posterior nesse trabalho.

Sentidos tanto nas cidades históricas de pequeno porte, quanto nos centros maiores, os impactos da exploração turística, inicialmente tão bem vista pelas Normas de Quito (1967), também foram motivo de preocupação da Carta de Turismo Cultural, publicada pelo ICOMOS em 1976, resultante do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo realizado em Bruxelas, no mesmo ano. Esta carta denunciou as repercussões negativas da intensa exploração turística dos monumentos históricos, mostrando que o turismo poderia ser um aliado na conservação do patrimônio, mas que a atividade não poderia desconsiderar as limitações de uso e de densidade de algumas localidades em prol apenas dos benefícios econômicos gerados por esta. Como uma das bases de atuação para controlar os impactos negativos, colocou a responsabilidade na educação patrimonial como ferramenta para "modificar a atual atitude do público em geral sobre os grandes fenômenos desencadeados pelo desenvolvimento massivo do turismo"[34].

Naquele mesmo ano, a cidade de Nairóbi, no Quênia, já tinha sido palco de uma conferência da UNESCO que teve como um dos produtos a formulação da Recomendação de Nairóbi, carta destinada "à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea"[35]. Esta carta foi um marco muito importante, pois destacou alguns problemas sérios resultantes da forte onda de restaurações patrimoniais e exploração turística que vinha se disseminando pelos centros antigos, como a especulação imobiliária decorrente da valorização dos monumentos e a consequente exclusão da população mais vulnerável de seus arredores, causando uma "ruptura da trama social"[36]. A manifestação da preocupação internacional com esses impactos sociais salientou que, apesar da relevância mundial dos monumentos, estes não deixavam de fazer parte do quotidiano da população local, e que as atividades humanas também faziam parte da ambiência patrimonial, devendo ser preservadas.

---

[34] CARTA DO TURISMO CULTURAL, 1976.

[35] RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976.

[36] RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976.

Assim, a Recomendação de Nairóbi (1976) estipulou diretrizes bastante específicas em relação à elaboração de planos de salvaguarda, reforçando a necessidade de que esses fossem multidisciplinares, mas também participativos, incluindo a população habitante e também usuária dos centros históricos em todos os níveis de planejamento e ação. Como medidas combativas à especulação e à exclusão social, essa carta indicou ferramentas utilizadas no planejamento urbano, como o direito de preempção e também a expropriação de bens em função do interesse coletivo. Essas e outras medidas também se tornaram essenciais para a garantia da diversidade socioeconômica, muito ameaçada por alguns planos de reabilitação de centros históricos que se tornaram famosos por sucumbirem aos interesses privados, resumindo a questão patrimonial a uma forma de enriquecimento.

Em relação aos espaços livres de uso público, percebe-se que essa carta deu um grande salto ao equipará-los em importância com os monumentos edificados, determinando que também fossem realizados os seus inventários, contendo informações sobre sua evolução espacial, dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos e econômicos. Ao condenar o isolamento dos monumentos através da supressão de seus entornos, também colaborou para a estabilização dos vazios nos centro históricos, impedindo que sua volumetria fosse alterada. A Recomendação de Nairóbi também trouxe avanços significativos ao colocar claramente o problema do conflito entre a conservação dos centros históricos e o trânsito automobilístico, sendo bem mais específica que a Carta do Restauro de 1972. Recomendou assim que:

> […] os Estados Membros deveriam estimular e ajudar as autoridades locais a encontrar soluções para esse problema. Para consegui-lo e para favorecer o trânsito de pedestres, conviria estudar com extremo cuidado a localização e o acesso dos parques de estacionamento não só dos periféricos como dos centrais, e estabelecer redes de transporte que facilitem ao mesmo tempo a circulação dos pedestres, o acesso aos serviços e o transporte público. (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976)

Alguns anos mais tarde também foram publicadas duas cartas importantes para o tema dos espaços públicos históricos: a Carta de Florença e a Carta de Washington, ambas elaboradas pelo ICOMOS em 1981 e 1987, respectivamente. A Carta de Florença ficou conhecida também como a Carta dos Jardins Históricos, agindo como um complemento à Carta de Veneza, que não considerava ainda, à época de sua elaboração, equipamentos como jardins sendo objeto específico de salvaguarda. Assim como na Recomendação de Nairóbi (1976), esta ressaltou a importância de que os jardins históricos fossem identificados, inventariados e conservados, podendo em casos específicos e bem justificados, também ser alvos de restauração e

reconstrução[37]. Reconheceu também as questões específicas dos jardins como sendo um conjunto de elementos cujo principal material - a vegetação - é vivo, e tendo assim ciclos e sendo essencialmente renovável - reflexão de grande valia e que mostra a peculiaridade desses espaços frente aos demais monumentos. Compreendendo a fragilidade desse tipo de espaço, a carta salientou a importância da manutenção contínua dos canteiros, assim como da periódica renovação de espécies, admitindo suas substituições desde que fossem observados os usos estabelecidos, as zonas botânicas e culturais.

Consciente da transformação das sociedades, a Carta de Florença (1981) reconheceu que os jardins são, em essência, locais de repouso e contemplação no quotidiano, mas que poderiam, excepcionalmente, funcionar como local de acontecimentos festivos. Recomendou, entretanto, que se definissem "as condições de visita aos jardins históricos, de tal sorte que tais acontecimentos, acolhidos excepcionalmente, possam por si mesmos exaltar o espetáculo do jardim e não desnaturá-lo ou degradá-lo"[38]. Além dos eventos, colocou a preocupação com o uso dos jardins históricos para a prática de jogos e esportes, recomendando que, caso a procura dos jardins para essas atividades fosse frequente, deveria-se criar "paralelamente aos jardins históricos, terrenos apropriados aos jogos vivos e violentos e aos esportes, de tal maneira que se atenda a essa demanda social sem que ela prejudique a conservação de jardins e dos sítios históricos"[39]. Assim, não se colocou favorável à intervenções nesses espaços que desvirtuassem seu caráter contemplativo, mas pelo menos reconheceu as novas formas de lazer e as novas funções atribuídas aos espaços públicos e defendeu a criação de novas áreas na proximidade dos jardins históricos capazes de satisfazer a essas novas demandas da população.

Por fim, a Carta de Florença colocou em evidência um dos principais problemas concernentes à presença de jardins públicos (históricos ou não) em nossas cidades - o custo da manutenção destes, que deveriam ser assumidos pelas autoridades responsáveis. Sendo a boa conservação desses espaços dependentes de limpeza, regas, podas, replantios, adubação, controle de pragas, boa drenagem, manutenção dos mobiliários expostos à intempéries e, eventualmente, iluminação, percebemos que este tipo de bem normalmente exige bastante dos recursos públicos. Observamos igualmente que o fato de sua manutenção ser custosa (em termos financeiros e

---

[37] Compreende-se restauração pelos processos de recondução de um espaço (ou bem) à um estado anterior conhecido apenas através de anastilose (reposição de peças originais, mas eventualmente desconectadas do bem) ou de mínimas inserções de novos materiais apenas para se garantir a estabilidade do todo. Já reconstrução é um processo baseado na recomposição total de um bem a um estado anterior conhecido prescindindo do uso significativo de novos materiais.

[38] CARTA DE FLORENÇA, 1981.

[39] CARTA DE FLORENÇA, 1981.

também técnicos) faz com que, em realidades econômicas menos confortáveis, como em muitas cidades brasileiras, a conservação dos jardins históricos não seja vista como uma prioridade, o que não raro ameaça a sua sobrevivência. Apesar dessas questões, o reconhecimento da relevância dos jardins históricos através de uma carta patrimonial internacional já representou um grande avanço na conservação dos espaços públicos citadinos.

Percebemos até aqui que, enquanto os jardins ganharam uma atenção particular através dos tempos, os demais espaços públicos se mantiveram ignorados, ou apenas mencionados nas cartas, mas sem receber maior atenção. Acreditamos que isso tenha ocorrido porque alguns desses espaços são recentes nas cidades (parques e praças esportivas), e assim não considerados ainda como objetos de salvaguarda, ou pela dificuldade da dissociação de alguns deles com o sistema viário (praças secas e largos), e por isso continuaram sendo desprezados nas cartas ou analisados como parte do traçado urbano. Esta posição ainda foi observada na Carta de Washington (1987), também conhecida como a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, que não mencionou tipos de espaços públicos, mas salientou que devessem ser preservadas "as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres" e também "as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem"[40].

A Carta de Washington, entretanto, trouxe alguns posicionamentos mais favoráveis em relação às adaptações dos centros antigos às novas demandas da sociedade, não colocando a questão turística como atividade foco da discussão, se destacando assim das suas predecessoras e evidenciando uma mudança de postura das instituições. Destacou que são medidas de salvaguarda tanto a proteção e a conservação dos bens, quanto a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea, reconhecendo essa necessidade para que as cidades históricas continuassem dinâmicas. Ao invés da visitação turística, colocou que "Não deve ser esquecido que a salvaguarda das cidades e dos bairros históricos diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes"[41], admitindo, inclusive, que "A introdução de elementos de caráter contemporâneo, desde que não perturbem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento"[42]. Em relação ao trânsito, entretanto, continuou com posição firme, argumentando que a circulação veicular deveria ser rigorosamente regulamentada e que os estacionamentos não deveriam degradar o ambiente envolvente. Esses, como já brevemente demonstrado nos tópicos anteriores, se tornaram grandes desafios para as cidades históricas, pois dominaram grande parte dos

---

40 CARTA DE WASHINGTON, 1987.

41 CARTA DE WASHINGTON, 1987.

42 CARTA DE WASHINGTON, 1987.

espaços livres disponíveis em seus tecidos urbanos, em sua maioria expressos por largos e praças secas.

No final dos anos 1970 testemunhou-se um outro passo de importância para o patrimônio, representado pela Carta de Burra publicada pelo ICOMOS Austrália ainda em 1979, mas revisada em 1981, 1988, 1999 e em 2013. Apesar de ser uma carta nacional, inicialmente voltada para o contexto australiano, assim como a Carta do Restauro (1972), foi amplamente difundida e debatida, servindo de referência internacional. Essa carta tratou dos lugares de especial significado cultural[43] e trouxe várias contribuições à discussão dos centros históricos, apesar dessa não mencionar o termo ”centro histórico” em si. Uma delas está presente em seu primeiro artigo, que esclareceu as diferenças entre conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, entre outros termos, ampliando a definição de conservação para “todos os processos de cuidado com um lugar para que este conserve seu significado cultural”[44]. Outra contribuição relevante foi a dedicação de um artigo inteiro à questão da intervenção (Artigo 15 - *Change*), cujo conteúdo foi se modificando e se ampliando com o passar das sucessivas revisões desse documento.

Compreendendo que o significado cultural de um sítio pode mudar com o tempo e com o uso, esta carta assumiu que o processo de conservação de um espaço histórico poderia aceitar ações de modificação através de adaptações[45], adições e introdução de novos usos, desde que essas não viessem a distorcer ou obscurecer o significado cultural do lugar.

> 3.1 *Conservation* is based on a respect for the existing *fabric*, *use*, *associations* and *meanings*. It requires a cautious approach of changing as much as necessary but as little as possible.
> […]
> 15.1 Change may be necessary to retain *cultural significance*, but is undesirable where it reduces cultural significance. The amount of change to a *place* and its use should be guided by the *cultural significance* of the place and its appropriate *interpretation*.[46]
>
> (THE BURRA CHARTER, 2013)

---

[43] Segundo a Carta de Burra (THE BURRA CHARTER, 2013), o significado cultural está relacionado com valores estéticos, históricos, científicos, sociais e espirituais de um lugar para as gerações do passado, do presente e do futuro.

[44] THE BURRA CHARTER, 2013.

[45] Definido pela Carta de Burra (THE BURRA CHARTER, 2013) como a modificação de um lugar para se servir a um uso existente ou a um uso proposto.

[46] 3.1 Conservação é baseada no respeito pelo tecido, uso, associações e significados existentes. Requer uma aproximação cautelosa de modificar o tanto necessário, mas o mínimo possível. […] 15.1 Mudanças podem ser necessárias para que se conserve a significância cultural, mas são indesejáveis quando esta é diminuída. A medida de modificações de um lugar e de seus usos deve ser guiada pelo significado do lugar e pela sua apropriada interpretação. Tradução da autora.

Podemos observar pelo texto que essa postura de conservação - colocada como o respeito pelo tecido, usos, associações e significados existentes - é ampla e abrangente, evitando que a carta servisse como uma norma rígida e permitindo que suas diretrizes pudessem ser adaptadas às realidades locais de cada ambiente protegido. Esse tipo de postura é respeitosa com as diferenças culturais, mas ao mesmo tempo coloca uma grande responsabilidade nos ombros das instâncias locais de preservação do patrimônio, que devem avaliar se as modificações propostas nos projetos de intervenção apresentados efetivamente colaboram na manutenção do significado cultural dos lugares, ou se auxiliam no desvirtuamento desse. Ou seja, faz com que cada proposta tenha que ser avaliada caso a caso, de maneira cuidadosa e comprometida, tanto com a preservação, quanto com as mudanças necessárias para que os espaços protegidos continuem a ser relevantes na vida da população dos centros históricos

Assim, consideramos que esta carta patrimonial tenha desafiado a tradicional interpretação de que os processos de conservação de um sítio histórico, e por consequência, de seus espaços públicos, sejam exclusivamente pautados pelo congelamento da paisagem em um determinado momento do passado. Fica claro na carta que se deva ter especial atenção às eventuais modificações que um espaço patrimonial venha a sofrer em um processo de intervenção, mas também que essas podem ser essenciais para a própria conservação do espaço ao lhe conferir um uso real, adaptado às necessidades do presente. Ou seja, coloca-se mais ênfase no significado cultural do lugar, sem, no entanto, desprezar o valor de suas estruturas físicas.

Percebe-se assim um grande desenvolvimento da cultura da preservação patrimonial ao longo dessas duas décadas, e que as cartas publicadas nesse período ainda se mostram atuais em muitos sentidos, sendo constantemente referenciadas nas cartas mais recentes, como veremos a seguir. A partir dos anos 1990 vemos que há ainda uma maior conscientização não apenas da importância da salvaguarda dos espaços históricos, mas também uma reflexão mais aprofundada sobre o que realmente compunha a preciosidade desses ambientes, colaborando, entre outros, na formação de um conjunto de normas ainda mais consciente e mais includente.

Terceira era (década de 1990 aos dias atuais)

Além da Carta de Burra, outras cartas também recentes vieram a contribuir para a ampliação da discussão da preservação dos centros históricos e de seus espaços públicos colocando em foco algumas questões bastante relevantes, como foi o caso da Declaração de San Antonio de 1996. Esse documento foi fruto de um simpósio interamericano realizado pelo ICOMOS no Texas para que se discutisse a questão da autenticidade em nível regional, compreendendo a falta de

homogeneidade natural ao tema quando comparado com outras partes do globo[47]. Nesse evento discutiu-se uma particularidade das nações americanas de serem culturalmente muito heterogêneas, tendo heranças significativas das populações autóctones, dos primeiros europeus a chegar no continente, dos africanos trazidos como escravos e de uma segunda onda de migração européia já nos séculos XIX e XX. Essa carta patrimonial defende que não exista uma hierarquia entre essas culturas e que se proteja tal pluriculturalismo dos riscos da homogeneização cultural e dos esteriótipos que vem atingindo cidades históricas de todo o mundo, frutos, principalmente, dos interesses comerciais e turísticos.

A Declaração de San Antonio afirma que a identificação da autenticidade de um sítio depende fortemente da compreensão do significado desse para a população envolvida, a qual afirma que o bem a ser protegido faz parte da sua história. Assim, defende a necessidade do estudo das origens e da evolução do sítio, assim como os valores que são tradicionalmente associados a ele, mesmo que esses tenham sofrido transformações com o passar do tempo, demonstrando conflitos entre grupos - algo que não deve ser mascarado em nome de uma unidade formal. Chama também a atenção para todas as manifestações culturais que o sítio histórico pode ainda abrigar, muitas vezes fundamentais para a identidade da população local. Reconhecemos assim, no texto dessa carta, muito da realidade dos centros históricos brasileiros, cujos espaços públicos servem de espaço para tantas manifestações sincréticas, de origens e práticas tão arraigadas nesses sítios. Reconhecemos também o risco de perda de autenticidade que algumas consequências da globalização e das pressões do mercado vem impondo a esses locais, manifestas na presença cada vez mais numerosa das franquias como Subway, Starbucks, Burger King, entre outras multinacionais que vem se instalando nas faces das ruas, largos e praças dos nossos centros históricos.

Mesmo que se tenha consciência crítica a respeito desse processo de internacionalização da paisagem comercial, não devemos interpretar a Declaração de San Antonio como conservadora, pois esta reconhece que todo centro histórico dinâmico só o é porque foi fruto de sucessivas adaptações ao longo do tempo para que conservasse sua utilidade para a população local, diferentemente de sítios protegidos estáticos, frutos de civilizações já extintas. Sobre a intervenção nesses centros, a carta reconhece, inclusive, que

> Some physical changes associated with maintaining the traditional patterns of communal use of the heritage site do not necessarily diminish its significance and may actually

[47] Esta carta pretendia colocar uma alternativa, ou fazer um aprofundamento regional, nas questões discutidas na Conferência de Nara, realizada em Nara, no Japão, em 1994, centrada, entre outros, no tema da autenticidade.

> enhance it. Therefore, such material changes may be acceptable as part of on-going evolution[48]. (THE DECLARATION OF SAN ANTONIO, 1996)

Outras cartas, como a Declaração de Xian (2005), a Declaração de Quebec (2008), e os Princípios de La Valette (Paris, 2011) também trouxeram contribuições significativas advogando em favor do contexto e do "espírito do lugar" histórico, dizendo que estes são compostos tanto pelas características materiais dos sítios (monumentos, paisagens, objetos, etc.), quanto imateriais (rituais, festivais, saberes, etc.) - ambos presentes nos espaços públicos e componentes de suas ambiências. Todas essas últimas cartas reforçam a visão de que um sítio histórico é um organismo vivo, formado por um palimpsesto de experiências de diferentes épocas; expressa assim a evolução de uma sociedade e de sua identidade cultural no tempo, servindo de testemunha do passado, mas não presos nesse.

> Les villes et ensembles urbains historiques, en tant qu'organismes vivants, sont soumis à des changements continus. Ces changements concernent tous les éléments constitutifs de la ville (naturels et humains, matériels et immatériels).
>
> Le changement, dirigé avec à-propos, peut être une opportunité pour améliorer la qualité des villes et ensembles urbains historiques sur la base de leurs caractéristiques historiques[49]. (PRINCIPES DE LA VALETTE POUR LA SAUVEGARDE ET LA GESTION DES VILLES ET ENSEMBLES URBAINS HISTORIQUES, 2011)

Os Princípios de La Valette (2011) reafirmam muitas das diretrizes colocadas na Carta de Washington (1987), voltando a defender que a introdução de elementos contemporâneos, desde que respeitem os valores históricos do sítio, podem contribuir muito ao enriquecimento da cidade, dando continuidade à sua história estética. Coloca, entretanto, um apelo aos arquitetos e urbanistas para que esses sejam sensíveis ao contexto urbano histórico, evitando os efeitos negativos de contrastes muito drásticos e de fragmentações impostas ao tecido urbano. Salienta assim que, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos, as intervenções contemporâneas devam ser realizadas com moderação para que não ocorra um desvirtuamento da ambiência histórica.

Apesar de defensora das boas intervenções, assim como na Carta de Nairóbi (1976), chama atenção também aos riscos que algumas mudanças de usos e funções apresentam aos centros históricos, principalmente as capazes de expulsar a população tradicional, transformando-os em

---

[48] Algumas transformações físicas associadas à manutenção de padrões tradicionais de usos comunitários dos sítios protegidos não necessariamente diminuem seu significado e podem, na verdade, potencializá-lo. Portanto, tais transformações materiais podem ser aceitas como parte de uma evolução contínua. (Tradução da autora)

[49] As cidades e conjuntos urbanos históricos, como organismos vivos, estão sujeitos à mudanças contínuas. Essas mudanças dizem respeito a todos os elementos constitutivos da cidade (naturais e humanos, materiais e imateriais). A mudança, direcionada com um propósito, pode ser uma oportunidade para melhorar a qualidade das cidades e conjuntos urbanos históricos baseado em suas características históricas. (Tradução da autora)

zonas monofuncionais, voltadas apenas ao turismo e ao lazer, distanciando-os da realidade urbana quotidiana. Essa carta demostra assim uma preocupação sincera com os efeitos nocivos da gentrificação, reconhecendo seu potencial para esvaziar os espaços históricos de seus significados verdadeiros, de sua autenticidade.

Na seção de Propostas e Estratégias, os Princípios de La Valette definem que perspectivas, pontos focais e corredores visuais são partes importantes da percepção dos centros históricos, devendo ser respeitados em caso de intervenção. A carta também assume uma postura clara de defesa dos espaços livres de uso público ao lembrar que esses não são apenas espaços destinados à circulação, mas sim locais onde se pode desfrutar verdadeiramente da cidade, e recomenda que seu uso como espaço consagrado às relações sociais seja fortemente promovido. Assim recomenda, complementarmente, que a circulação de veículos e que as vagas de estacionamento no centros históricos sejam drasticamente reduzidas, que os estacionamentos sejam ofertados fora das áreas protegidas e que se faça investimento em sistemas de transporte público leves, adaptados e não poluentes.

Por fim, a última e mais recente carta analisada nesta pesquisa foi a Carta de Nova Delhi de 2017, ou o Documento IFLA sobre Parques Públicos Históricos[50], resultante da 19a Assembléia Geral do ICOMOS em Nova Delhi, na Índia. Esta carta dá continuidade à Carta de Florença, versando mais especificamente sobre o caso dos parques públicos urbanos, reconhecendo-os como um tipo de jardim histórico. Como inovação, essa carta traz o reconhecimento de que os valores representados por esse tipo de espaço público são muitos, não apenas estéticos, mas sociais, ambientais/ecológicos e também cívicos, pois não raro servem de local para manifestações e comemorações de natureza coletiva. Essa carta inova também ao reconhecer a importância dos sistemas verdes em ambientes urbanos, recomendando a salvaguarda não apenas dos parques históricos de forma isolada, mas a extensão da proteção aos corredores verdes responsáveis por realizar a conexão ambiental entre eles (corredores ecológicos), independentemente da sua época de criação.

Através dessa retrospectiva, compreendemos que a discussão acerca da preservação dos centros históricos e dos espaços públicos neles contidos vem ganhando cada vez mais fôlego com o passar dos anos. Esse fenômeno também serve de confirmação do crescimento da valorização do espaço público pela sociedade contemporânea discutido no Capítulo 2, que provoca tanto a preocupação com a conservação dos equipamentos antigos, quanto o aumento da pressão pela adaptação desses a novas funções e pela criação de espaços públicos

[50] ICOMOS-IFLA Document on Historic Urban Public Parks (2017).

contemporâneos que possam satisfazer mais facilmente as novas demandas da sociedade. Percebemos que cada vez mais o tema dos espaços públicos vem sendo mencionado nas cartas patrimoniais e que algumas delas já foram integralmente dedicadas a eles, denunciando, inclusive, a fragilidade de alguns tipos de espaços e a seriedade do empenho necessário para mantê-los.

O panorama brasileiro e as cartas nacionais

Embora as cartas patrimoniais apresentadas sejam, em sua maioria, diretrizes internacionais relativas à salvaguarda do patrimônio histórico, vemos que diferentes realidades urbanas vão fazer com que essas sejam mais ou menos facilmente aplicadas na prática. Em relação às cidades brasileiras, observa-se ainda bastante dificuldade ao lidar com alguns desafios já identificados em cartas publicadas há décadas - especialmente no tocante à preservação do espaço público dos nossos centros históricos. Entre eles estão a compatibilização entre a circulação veicular e a salvaguarda das outras funções dos espaços públicos e a própria manutenção das estruturas dos nossos largos, praças, jardins e parques. No entanto, esse descompasso não ocorre, aparentemente, por um atraso brasileiro na discussão histórico-patrimonial, tendo o Brasil começado a publicar normas legais de proteção ao patrimônio ainda nos anos 1930 e ingressado nas organizações mundiais como a UNESCO logo após sua criação.

Apesar de ter iniciado as discussões sobre o patrimônio histórico ainda na primeira metade do século XX, o Brasil inaugurou sua produção de cartas patrimoniais apenas em 1970, com a publicação do Compromisso de Brasília, oriundo do *1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais* ocorrido em Brasília, em abril daquele ano, em pleno regime militar. A ela, se seguiu o Compromisso de Salvador (1971), fruto do 2º Encontro de Governadores, a Carta de Petrópolis (1987), a Carta de Cabo Frio (1989), a Declaração de São Paulo (1989), a Carta do Rio (1992), a Carta de Brasília (1995), a Declaração de São Paulo II (1996), a Carta de Fortaleza (1997), a Carta de Nova Olinda (2009), a Carta de Brasília (2010) e, finalmente, a Carta de Juiz de Fora, ou Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (2010)[51].

O Compromisso de Brasília (1970) seguiu basicamente as mesmas linhas das cartas patrimoniais internacionais que a precederam, recomendando a descentralização da responsabilidade sob o patrimônio e a colaboração vertical, a qualificação da mão-de-obra capaz de atuar nas ações de salvaguarda, a educação patrimonial, entre outros, servindo mais como um momento de expressão do compromisso nacional com o tema do que como uma carta inovadora. Apresentou, no entanto, uma questão importante para a nossa realidade que é a "necessidade premente do

[51] Fonte: IPHAN. Disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>; Acesso em: 21 mai. 2018.

entrosamento com a hierarquia eclesiástica e superiores de ordens religiosas e confrarias", pois no Brasil é a Igreja Católica a responsável pela manutenção de grande parte dos templos religiosos históricos, bem como de seus adros - importantes espaços livres das cidades históricas brasileiras. Esta carta, no entanto, ainda se mostrou muito direcionada apenas aos monumentos, nada mencionando sobre a escala urbana, ou sobre os espaços livres de uso público. A inclusão de outros tipos de bens, como os parques, praias, conjuntos urbanos, entre outros só foi manifesta na carta que a sucedeu - o Compromisso de Salvador (1971), que serviu de complemento à primeira, incluindo também discussões como a importância do turismo e do envolvimento das universidades no processo de conservação patrimonial.

As demais cartas que se seguiram demostraram ser documentos ora de ratificação do conteúdo das cartas internacionais publicadas previamente, ora documentos preparatórios para assembléias gerais futuras dos órgãos internacionais, cujas reflexões podem ser reconhecidas nas normas já apresentadas. De especial interesse para esta pesquisa é a Carta de Juiz de Fora, ou Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, publicada em 2010, resultante do I Encontro nacional de Gestores de Jardins Históricos organizado pelo IPHAN, pela Fundação Museu Mariano Procópio e pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Essa carta toma como base a Carta de Florença (1981), atualizando-a e adaptando-a ao contexto dos jardins brasileiros. A própria definição de jardim histórico é ampliada, sendo considerados como tal:

> os sítios e paisagens agenciadas pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros. (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010)

A Carta de Juiz de Fora coloca especial atenção no valor da autenticidade dos jardins históricos, argumentando que essa está diretamente relacionada à originalidade ou genuinidade de seus materiais, ainda que se considere o envelhecimento de suas estruturas e as mudanças que os afetaram ao longo do tempo. Segundo essa visão, quanto mais originais forem os elementos neles encontrados, mais autênticos podem ser considerados. Em um tom geral, a carta não se diz contrária a qualquer tipo de intervenção, mas percebe-se um tom mais conservador, denunciando que muitas intervenções realizadas sob o pretexto de resolver questões urbanas ou sociais foram responsáveis pela degradação desses espaços. Como outros fatores responsáveis, a carta cita a falta de interesse político na conservação desses, a exploração dos espaços pela especulação imobiliária em seus entornos, a utilização dos jardins como sede de eventos agressivos, a desconsideração do desenho original, assim como a substituição da vegetação por espécies não

compatíveis com seus estilos, a inexistência de dados anteriores, a falta de bancos de mudas voltados à manutenção dos canteiros históricos e a falta de mão-de-obra especializada de todos os tipos.

Apesar do peso conferido à questão da autenticidade, essa carta admite, no entanto, algumas formas de intervenção que possibilitam sua atualização perante algumas demandas sociais mais contemporâneas. Algumas de suas recomendações para a preservação e manutenção desses espaços incluem a programação das atividades de lazer e recreação, a confecção de mobiliários adequados às características do jardim e o controle de veículos, mas outras colocam a ressalva de que essas intervenções devam ser reversíveis e que a visibilidade do conjunto ou de suas partes não deva ser obstruída ou alterada.

A Carta de Juiz de Fora é um documento muito relevante para a história recente da preservação dos espaços públicos no Brasil, pois reconhece a grande importância dos jardins históricos para as cidades, argumentando, entre outros, que como esses "contribuem para o equilíbrio microclimático das grandes áreas urbanizadas bem como para a preservação da diversidade ecológica e genética, tornam-se especialmente um fator de valorização social e de reforço da identidade cultural." (CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010).

Asim, podemos concluir que, tanto na esfera internacional, quanto na nacional, a discussão sobre a preservação dos espaços públicos históricos foi crescendo e ganhando cada vez mais relevância. Ao longo do último quartel do século XX e do início do século XXI, pudemos perceber os rebatimentos dessas discussões em intervenções concretas realizadas nos centros históricos de várias cidades. No próximo sub-capítulo apresentaremos algumas experiências que nos permitiram identificar diferentes interpretações das diretrizes contidas nas cartas patrimoniais, resultando em diferentes consequências para os espaços públicos antigos e para seus usuários.

Quadro 1: Visão das principais cartas patrimoniais sobre a conservação e as intervenções nos espaços públicos das cidades históricas

Data/Local/Editor	Carta	Contribuições à discussão
		PRIMEIRA ERA (1930-1969)
1931 Atenas Escritório Internacional dos Museus / Sociedade das Nações	Carta de Atenas	Defesa da internacionalização dos monumentos históricos **Defesa da manutenção e preservação da paisagem histórica** **Recomendação da supressão de elementos de interferência visual na proximidade de monumentos (placas, postes, etc.)**
1933 Atenas Congresso Internacional de Arquitetura Moderna	Carta de Atenas	**Crítica ao espaço livre como mero embelezamento e defesa do ócio e lazer para todos** Reconhecimento do patrimônio como uma herança que deve ser transmitida intacta para as gerações futuras Reconhecimento da inadequação das vias antigas aos meios de transporte modernos Defesa da demolição de estruturas insalubres ao redor dos monumentos para a criação de áreas verdes Crítica ao "Estilo Patrimônio" - inibição da manifestação cultural do presente
1962 Paris Escritório Internacional dos Museus / Sociedade das Nações	Recomendação de Paris	Reconhecimento da importância das paisagens naturais e antropizadas Reconhecimento da especulação imobiliária como ameaça ao patrimônio Defesa do uso de ferramentas do planejamento urbano como medidas de salvaguarda (ex: zoneamentos)
1964 Veneza ICOMOS	Carta de Veneza	Defesa da garantia de função útil dos monumentos à sociedade, mas restrições severas à intervenções que pudessem descaracterizar suas fachadas e volumes Crítica à eliminação de elementos de outras épocas apenas para se obter uma unidade de estilo - reconhecimento do valor das contribuições de todas as épocas na construção da paisagem
1967 Quito OEA - Organização dos Estados Americanos	Normas de Quito	Crítica ao vandalismo urbanístico em nome do progresso Defesa da conciliação entre modernização e preservação Associação entre patrimônio, preservação, valorização, turismo, desenvolvimento econômico e função social Defesa de zoneamentos progressivos de proteção e de isenção fiscal aos proprietários dos bens tombados
		SEGUNDA ERA (1970-1989)
1972 Estocolmo Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente	Declaração de Estocolmo	Reconhecimento da responsabilidade em se preservar o patrimônio natural para as gerações futuras

Data/Local/Editor	Carta	Contribuições à discussão
1972 Itália Ministério de Instrução Pública do Governo da Itália	Carta do Restauro	**Primeira menção à salvaguarda de jardins e parques** Orientações específicas para a tutela dos centros históricos baseadas em princípios do planejamento urbano **Abertura à possibilidade de integração do mobiliário moderno às estruturas antigas**
1972 Paris UNESCO	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultura e Natural	Reconhecimento da incapacidade de algumas localidades de protegerem seus bens sem auxílio externo Criação de mecanismos de assistência e cooperação internacional Criação da Lista do Patrimônio Mundial e da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo
1975 Bruges ICOMOS	Resoluções de Bruges: princípios de reabilitação das cidades históricas	Reconhecimento da escala humana, da beleza, da riqueza, da sensibilidade e da diversidade das cidades históricas **Defesa da proteção da população local face às consequências da preservação e da necessidade de se adaptar as cidades históricas às necessidades da vida contemporânea**
1975 Rothenburg ICOMOS	Resoluções do Simpósio Internacional sobre a Conservação das Pequenas Cidades Históricas	Reconhecimento da manutenção dos centros antigos nas pequenas cidades históricas como centralidades principais e da vulnerabilidade desses perante o crescimento da atividade turística Defesa da adoção de medidas próprias ao planejamento regional para o auxílio da proteção das cidades históricas de pequeno porte
1976 Paris ICOMOS	Carta do Turismo Cultural	Reconhecimento dos potenciais tanto positivos, quanto negativos do turismo para os monumentos e sítios Orientação para que o movimento turístico respeite as limitações de uso e de densidade das localidades
1976 Nairóbi UNESCO	Recomendação de Nairóbi	Crítica à uniformização e despersonalização dos conjuntos históricos Recomendação de criação de leis nacionais de proteção ao patrimônio Crítica à descaracterização dos conjuntos históricos através de deteriorações, acréscimos supérfluos ou transformações abusivas e também provocadas pela poluição Defesa da proteção dos bens contra a alta especulativa dos valores imobiliários nas zonas protegidas; conscientização dos riscos da gentrificação para a trama social existente Defesa da criação de planos e documentos de salvaguarda embasados em estudos científicos desenvolvidos por equipes multidisciplinares **Defesa da importância da realização de inventários também em espaços abertos, assim como de sua vegetação** **Reconhecimento dos conflitos existentes nos conjuntos históricos entre o trânsito automobilístico e o trânsito de pedestres e incentivo à construção de parques de estacionamento periféricos e ao investimento em redes de transporte público**
1979 (Revisada em 1981, 1988, 1999 e 2013) Burra Australia ICOMOS	Carta de Burra	Aceitação de que intervenções possam ser necessárias para se conservar o significado cultural de um lugar. Essas devem ser facilmente identificáveis e devem respeitar a condição histórica do lugar

Data/Local/Editor	Carta	Contribuições à discussão
1981 Florença ICOMOS	Carta de Florença	**Defesa da identificação, inventário e salvaguarda dos jardins históricos** **Visão dos jardins como locais de lazer passivo e, apenas excepcionalmente, como locais de eventos**
1987 Washington ICOMOS	Carta de Washington	Reconhecimento da ameaça às civilizações urbanas tradicionais imposta pelas consequências da industrialização Reconhecimento de que a salvaguarda das cidades históricas diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes Reconhecimento de que salvaguarda quer dizer preservação associada ao desenvolvimento das cidades históricas, bem como a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea **Defesa de que a introdução respeitosa de elementos contemporâneos pode contribuir para o enriquecimento dos conjuntos históricos**
TERCEIRA ERA (1990-dias atuais)		
1996 San Antonio ICOMOS	Declaração de San Antonio	Reconhecimento da pluriculturalidade dos sítios históricos do continente americano e defesa da não hierarquização dessas culturas frente à preservação Reconhecimento do risco à autenticidade dos sítios imposto pela homogeneização cultural para fins comerciais **Defesa da compreensão dos sítios históricos dinâmicos como locais em constante adaptação, inerente à sua continuidade no tempo como espaços úteis. Aceitação de mudanças físicas que possam auxiliar nessa adaptação e ao mesmo tempo valorizar o significado cultural dos sítios**
1999 Cidade do México ICOMOS	Carta Internacional do Turismo Cultural	Defesa de um turismo cultural benéfico e controlado, que garanta recursos para a conservação do patrimônio, sirva de meio para a informação e educação das populações sobre o passado, sem prejudicar as populações locais
2008 Québec ICOMOS	Declaração de Québec	Recomendação de salvaguarda do "espírito do lugar" que paira sobre sítios históricos, composto tanto por elementos materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos), quanto imateriais (documentos, rituais, saberes, cheiros, etc.)
2011 Paris ICOMOS	Princípios de La Valette para a salvaguarda e gestão das cidades e conjuntos urbanos históricos	Revisão e atualização dos conteúdos da Carta de Washington e da Recomendação de Nairóbi Reconhecimento da importância do papel do espaço público nas trocas coletivas Defesa de que a introdução de elementos contemporâneos pode contribuir para o enriquecimento do sítio histórico e de toda a cidade Alerta aos riscos da perda ou substituição de usos tradicionais, tendo como consequências a monofuncionalidade e a gentrificação Defesa de que o espaço público seja voltado às relações sociais, e não apenas à circulação. Defesa da garantia da prioridade pedestre no sistema de circulações, da redução drástica dos estacionamentos e do incentivo aos transportes públicos leves

Data/Local/Editor	Carta	Contribuições à discussão
2011 Paris ICOMOS	Declaração de Paris	Alerta para os riscos que a globalização impõe aos centros históricos, achatando a diversidade cultural presente nesses
2017 Nova Delhi ICOMOS	Documento IFLA sobre parques públicos históricos	Reconhecimento da importância dos parques como espaços públicos de valor histórico, como elementos constitutivos do tecido urbano Reconhecimento da articulação de parques em sistemas, quando conectados através de boulevards ou outros tipos de artérias verdes. Nesse caso, recomenda-se a preservação do conjunto como um todo, indiferentemente de suas diferentes épocas originárias Recomendação da preservação de todos os valores próprios aos parques - sociais, estéticos, ecológicos e cívicos Aceitação de interferências contemporâneas funcionais, desde que muito discretas e recomendação da criação de novos parques para evitar o saturamento dos parques históricos e danos aos seus elementos Recomendação de realização de adaptações necessárias para que os parques históricos sejam universalmente acessíveis, e que essas adaptações sejam o mais discretas o possível e não criem opções segregadas para grupos com necessidades especiais
		CARTAS BRASILEIRAS
1970 Brasília IPHAN	Compromisso de Brasília	Reconhecimento da necessidade de articulação com o poder eclesiástico na preservação de edificações e áreas em posse da Igreja Católica
2010 Juiz de Fora IPHAN	Carta de Juiz de Fora (Carta dos Jardins Históricos Brasileiros)	Ampliação da definição de jardim histórico, incluindo espaços como largos, praças, entre outros Defesa da manutenção das características e materiais originais dos espaços públicos para a preservação da sua autenticidade, mas admissão de intervenções, sobretudo as reversíveis.

Fonte: Cartas patrimoniais disponíveis nos sites oficiais do IPHAN, do ICOMOS e da UNESCO.

3.2 Diferentes posturas de intervenção: a espetacularização e o uso quotidiano

Como discutido no sub-capítulo prévio, vimos que ao longo dos séculos XX e XXI os centros históricos das cidades antigas se tornaram alvo de preocupação mundial, motivando o surgimento de órgãos e normas voltados à sua recuperação e preservação. As cartas patrimoniais resultantes de muitas conferências, simpósios e assembléias nacionais, regionais e internacionais foram aos poucos tentando compreender todos os ângulos da preservação para tecer diretrizes capazes de nortear as ações de salvaguarda dos centros históricos ameaçados de descaracterização, esvaziamento e, até mesmo, desaparecimento. Juntamente com o crescimento da discussão em torno do tema, começaram a se proliferar as ações concretas de intervenção nos centros históricos, que quase sempre, englobaram intervenções nos espaços públicos ali situados.

Observamos que, ao mesmo tempo em que a ideia de conservação dos centros históricos foi se modernizando, distanciando-se do congelamento simples da paisagem de tempos passados, vimos também que a campanha de divulgação e de valorização desses locais incentivada pelas cartas patrimoniais acabou gerando alguns efeitos perversos. Um deles foi a grande valorização imobiliária resultante dos processos de conservação dos sítios históricos, que em alguns casos teve como consequência a expulsão de grupos menos favorecidos dos centros antigos e de suas imediações. Outro foi a especialização dos centros históricos em atividades turísticas, sobrecarregando suas estruturas, provocando danos aos monumentos e desvirtuando assim a própria ação da conservação.

Assim, em ambos os casos, observou-se o esvaziamento de muitos espaços públicos das apropriações quotidianas da população local - as pequenas atividades de lazer e sociabilização. Observou-se também o forte uso do valor patrimonial em benefício dos ganhos econômicos particulares, evidenciando um desequilíbrio entre o interesse público e o interesse privado. Este tipo de associação, entretanto, apresenta-se ainda como uma forte tendência nos últimos anos, sendo considerados por muitos empresários e também gestores municipais como exemplos de "boa intervenção"; mas seus efeitos negativos também já foram percebidos, criticados e denunciados nas próprias cartas patrimoniais, e vem despertando novos olhares para a questão, como apresentaremos a seguir.

3.2.1 "Casos de sucesso" - a requalificação dos espaços públicos históricos na lógica do Planejamento Estratégico

Desde a década de 1980 viemos testemunhando alguns casos de intervenção em áreas centrais que mais tarde foram considerados por alguns administradores e empreendedores, tanto públicos como privados, como grandes "exemplos de sucesso". Desses, podemos citar os exemplos internacionais: das *London Docklands*, de iniciativa do governo Tatcher, visando a criação de uma nova centralidade no leste de Londres na região das antigas docas reais[52]; dos bairros do *Greenwich Village*, *Soho* e *Upper West Side*, produto da atuação contínua do mercado imobiliário para a reacomodação das classes médias em áreas centrais da cidade de Nova York[53]; da *Ciutat Vella*, fruto de políticas públicas para a adequação da cidade de Barcelona aos jogos olímpicos[54]; e da área de *Puerto Madero*, novo reduto do poder empresarial e das experiências gastronômicas de Buenos Aires[55] (FIGURA 11). Em todos esses casos as áreas afetadas eram locais de interesse histórico-patrimonial carregadas de bastante identidade e autenticidade, que souberam ser exploradas pelo poder privado resultando em negócios bastante lucrativos.

Figura 11: Renovação da área de Puerto Madero, em Buenos Aires, Argentina

A área de Puerto Madero foi desenvolvida como um espaço de uso misto, oferecendo oportunidades de moradia e de de ocupação comercial, de consumo, de experiências gastronômicas e culturais voltadas às classes médias, altas e à exploração turística. Para isso empreendeu a renovação de estruturas históricas, mas também a construção de edificações modernas e até mesmo o emprego de celebridades do meio arquitetônico para a construção de novas estruturas. Autor desconhecido. s/d.

Fonte: (PUERTO..., 2017).

---

[52] CLOUT, 1999.

[53] BIDOU-ZACHARIASEN, 2006.

[54] DELGADO, 2010.

[55] SOMEKH e CAMPOS, 2005.

Independentemente das diferenças entre seus antigos usos ou funções urbanas, várias dessas áreas tinham sido gradualmente abandonadas pelas classes médias e/ou altas desde que essas cidades começaram a exibir os impactos negativos dos processos de industrialização. Enquanto essas classes se deslocavam para centralidades emergentes (nas bordas dos antigos centros, ou mesmo em novos loteamentos em áreas suburbanas) em busca de melhor qualidade de vida, o esvaziamento habitacional progressivo acentuou a decadência dos centros antigos e provocou a queda dos valores dos imóveis, o que acabou atraindo grupos de menor renda. No entanto, principalmente a partir dos anos 1980, o mercado imobiliário, reconhecendo alguns inconvenientes da expansão urbana (como a saturação do sistema viário e a ausência de vitalidade na maioria das áreas periféricas), voltou a enxergar nas áreas centrais uma oportunidade de reprodução do capital com a chance de se adquirir imóveis de grande valor cultural e excelente localização por preços módicos. Assim, reconheceu também valores importantes presentes nas antigas centralidades, como o fácil acesso a uma grande diversidade de comércios e serviços, a possibilidade de se deslocar a pé para as tarefas quotidianas, a herança cultural manifesta nas edificações e nas instituições presentes, e a densidade e qualidade dos espaços públicos ali localizados. Podemos dizer que ocorreu uma reinvenção de valores essencialmente urbanos.

A partir desse novo olhar sobre os centros antigos, o poder privado promoveu sua valorização através da conservação de monumentos, da renovação de edificações e de espaços públicos, de atrações de novos usos e do desenvolvimento dos meios de transporte para, mais uma vez, atrair para esses locais os cidadãos das classes médias e altas das cidades (grupos economicamente competitivos) expulsando assim, direta ou indiretamente, os cidadãos mais pobres. Este efeito, intencional ou não, de exclusão de grupos sociais menos competitivos de algumas áreas urbanas através da realização de melhorias vem sendo chamado de gentrificação[56], ação considerada nefasta por alguns grupos, mas de natureza perfeitamente condizente com a lógica capitalista. Em alguns casos, essas iniciativas privadas ocorreram de maneira independente; em outros foram fruto da articulação do mercado imobiliário com os interesses dos poderes públicos locais que se identificavam com as lógicas do Planejamento Estratégico.

> A visão estratégica salientou a possibilidade de aproveitar essas oportunidades de renovação para a implementação de projetos que combinassem atratividade para eventuais investidores, alta visibilidade e atividades afinadas com tendências econômicas emergentes, concentradas no setor terciário e nos serviços especializados - escritórios, lazer, turismo, gastronomia, esportes, alta tecnologia e assim por diante. (SOMEKH e CAMPOS, 2005, s/p.)

---

[56] Entende-se por gentrificação a substituição da população mais pobre por uma de maior poder aquisitivo mediante iniciativas de renovação e requalificação de um espaço urbano. (SILVA, in: BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). O nome vem de *gentry*, o termo anglo-saxão utilizado para "aristocracia rural", e se refere tanto à substituição da população moradora, mas também a que frequenta o espaço em questão para fins de trabalho, consumo ou lazer. Foi utilizado pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964 em seu livro *London: Aspects of Change*.

Somekh e Campos (2005) defendem que nessa iniciativa de retorno aos centros, a qualidade espacial e urbanística seriam trunfos para se garantir o sucesso dos empreendimentos. O espaço público vem assim se tornando uma peça principal nesses processos pois é através dele que se circula, que se têm visibilidade dos conjuntos edificados, que se aprecia o contexto urbano e que se desfruta da paisagem. Sua função estética é importante na "venda" dessa ambiência renovada e sua atratividade potencializa os comércios e serviços do entorno. Assim, observa-se que a recuperação de uma praça (com a instalação de vegetação ornamental, de mobiliários, de revestimentos de qualidade, entre outros) provoca uma imediata valorização dos imóveis e pontos comerciais do entorno, pois significa que, muito provavelmente, esses serão beneficiados com o fluxo de pessoas que a intervenção passará a atrair. Um conjunto de edifícios renovados cujo acesso é feito através de um espaço público histórico, porém degradado, não é suficientemente atrativo para as classes mais altas e a compreensão desse fato fez com que a renovação dos espaços públicos entrasse definitivamente na agenda dos investidores.

Assim, vemos que o reconhecimento da superior riqueza estética e espacial dos conjuntos edificados dos centros antigos, assim como de seus espaços públicos, em relação aos bairros de origem mais recente vai provocar uma onda de reabilitação desses, para que pudessem ser novamente apropriados pelos grupos economicamente dominantes. Entretanto, a renovação desses nem sempre provocou uma real atualização dos mesmos em relação às demandas da população como um todo, evitando-se incluir em seus programas atrações mais populares, que pudessem incentivar o uso do espaço por aqueles cidadãos de menor renda. Esse embelezamento dos espaços públicos faz parte do que Delgado (1995) chamou de "transformação do espaço urbano em um parque temático", elaborado segundo o gosto internacional, para que os turistas (ou os usuários das classes médias e altas) se sentissem seguros e confortáveis e, principalmente, prontos para consumir. Paola Berenstein Jacques associa, inclusive, essa espetacularização da cidade às estratégias de *marketing* e de *branding*, nas quais os espaços públicos são vistos como táticos para a criação de uma imagem competitiva da cidade como uma marca, "são pensados enquanto peças publicitárias, para consumo imediato" (JACQUES, 2009, s./p.).

Nas décadas subsequentes ficou claro que essa estratégia de renovação dos centros antigos resulta muitas vezes na valorização imobiliária e na higienização social, fugindo do ideal de que a recuperação de áreas históricas degradadas ou obsoletas seria empreendida para o bem estar geral. Assim, percebemos que em muitos casos, no momento em que o poder público volta sua atenção para as praças, largos e parques urbanos, começa a aflorar um entendimento de que

para que sejam vistos como locais agradáveis é preciso adequá-los a esse padrão internacional, especialmente em cidades turísticas. Segundo essa visão, seria preciso não apenas utilizar materiais nobres em sua renovação, mas também remover todo e qualquer tipo de imperfeição - física e social. Observa-se, então, mais uma vez a aplicação de códigos de conduta/posturas muito próximos aos utilizados nos jardins paisagísticos do século XIX, ou em espaços coletivos privados contemporâneos, como os shopping centers - nos quais se observa a proibição de molhar as mãos e pés nas fontes, de se sentar nos degraus das escadarias ou nas muretas, de entrar com cachorros, de deitar nos bancos públicos, etc. Jacques (2009) denuncia que a referência das intervenções nos espaços públicos ultimamente anda mesmo sendo o modelo de espaço coletivo privado, com toda a sua padronização e inexpressividade de acabamentos, sua intensa vigilância e toda a ausência de conflitos que caracteriza suas apropriações.

Mesmo nos abstendo de generalizações, observamos que muitos espaços públicos de centros históricos vem sendo compreendidos exclusivamente como espaços turísticos, e não como espaços do uso quotidiano da população local, e assim vem sendo adequados a esse padrão internacional. Se algumas praças e parques recebem grandes projetos arquitetônico-urbanísticos de renovação com alguns dispositivos "anti-mendigo", dificultando a apropriação confortável de seus mobiliários ou o acesso às águas paradas ou correntes, em alguns outros espaços públicos chega-se a propor a remoção total dos elementos de permanência - tamanho se torna o medo dos indivíduos que Whyte (1980) chama ironicamente de "indesejáveis". Em outras palavras, cria-se uma cultura de que todas as formas de apropriação que difiram do modelo de civilidade esperado tornam-se temidas, e faz-se de tudo para que sejam erradicadas dos locais públicos. Assim busca-se eliminar o medo e garantir a segurança psicológica necessária para que os grupos privilegiados se sintam confortáveis para se apropriar desses espaços.

Em realidades urbanas onde as desigualdades sociais são muito latentes, como a brasileira, essas estratégias de renovação de centros históricos fazendo uso, não somente da renovação das estruturas físicas, mas também da higienização social, se tornam muito tentadoras para os grupos dominantes - e muito danosas à população como um todo. Uma das primeiras experiências de intervenção em centros históricos no Brasil que teve como impacto inegável a gentrificação foi o caso da primeira reforma na região do Pelourinho, em Salvador, na Bahia. Criado pelo Governo do Estado da Bahia no início da década de 1990, o Programa de Recuperação do Pelourinho tinha como objetivos recuperar os casarões históricos, muitos já em estado de ruína, e implementar um ambicioso projeto turístico. A área já havia sido esvaziada pelas elites há muitos anos e ficou muito associada ao tráfico de drogas e à prostituição, mas também a uma efervescente produção cultural (FIGURA 12).

Figura 12: Ladeira do Pelourinho, anos 1960

Centro Histórico de Salvador bastante degradado, com edificações descaracterizadas, poluição visual causada por sujeira, infraestruturas e carros. [196X]. Autor desconhecido. Arquivo original da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.
Fonte: CAO, 2017.

Com a implementação do programa, parte da população que ocupava as edificações a serem reformadas foi praticamente expulsa pelo poder público, pois muitos imóveis eram ocupados informalmente. É importante destacar que nem todas as intervenções que ocorreram no Pelourinho tiveram como conseqüência a expulsão da população moradora, se destacando como iniciativa inclusiva a ação do Programa Monumenta empreendida em 2005, que teve como um dos objetivos a melhoria da área com a manutenção dos grupos sociais pré-existentes no local. Entretanto, a expansão da área de especulação imobiliária provocada pelo poder privado resultante dessa primeira iniciativa, expansão essa que subsiste ainda hoje, também resultou em ondas sucessivas de substituição da população do entorno, incapacitada de arcar com os novos valores de moradia, que chegaram a aumentar vinte vezes[57]. Mesmo com todos os revezes do projeto, os espaços públicos, antes vistos como decadentes e perigosos, começaram a receber de volta a classe média (como frequentadora/consumidora, mas nem tanto como residente do entorno) e também os turistas nacionais e internacionais:

> […] tal projeto de fato alterou a estrutura e a trama urbana original da cidade para introduzir novos usos voltados exclusivamente para o turismo. Nos miolos dos quarteirões - formados pelos antigos fundos de lotes - criaram-se praças dotadas de palcos para a realização de shows, para onde se abriram novas fachadas, nas quais se instalaram bares, restaurantes e lojas. Edificações foram eliminadas para permitir o acesso ao centro dos quarteirões, descaracterizando-se a rua colonial, marcada pela continuidade de fachadas. Ademais, alterou-se profundamente o tecido social, despovoando-se uma antiga área residencial de baixa renda para destiná-la a atividades voltadas ao turismo. (BONDUKI, 2012, p.226)

Apesar da abertura de bares e restaurantes mais adequados ao padrão internacional, que ocasionalmente ocupam os largos e praças com mesas e cadeiras, e da intensa programação de shows que se espacializam nessa parte do centro histórico, percebemos que os espaços públicos do Pelourinho ainda não oferecem à população local muitas oportunidades de apropriação no quotidiano. Os moradores do entorno ainda não afetado pela valorização imobiliária

[57] RIBEIRO, 2014.

muitas vezes se encontram presentes, mas como ambulantes, pedintes e até mesmo como personagens de "decoração social" do ambiente[58], além de perpetuarem as atividades já tradicionais de consumo e tráfico de drogas, e de prostituição, agora incluindo também uma clientela de renda mais alta.

No Brasil podemos citar um exemplo histórico deste tipo de relação entre espaço público e higienização social como o ocorrido na implantação da Reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro, na primeira década do século XX. Contrariamente à reforma do Pelourinho, essa não foi uma reforma com o objetivo de conservação e valorização do patrimônio dos centros antigos, mas sim uma modernização de suas estruturas para, entre outros, atrair o capital estrangeiro ao país. Nela uma série de práticas consideradas desagradáveis pelas elites cariocas sofreram repressão legal e policial, criando na Avenida Central uma paisagem mimética e miniaturalizada da Paris Haussmanniana (FIGURA 13).

> Para as autoridades da época, a reforma da cidade ficaria incompleta se não houvesse também uma mudança de costumes. Por isso, a administração de Pereira Passos recuperou uma série de antigas posturas municipais e criou novas, com o intuito de disciplinar os hábitos da população. (...) Uma dessas posturas visava diretamente os carregadores que usavam "carrinhos de mão" sobre os trilhos de ferro das companhias de bondes, provocando um barulho ensurdecedor. Na mesma época, também não foram mais permitidos vendedores ambulantes circulando sem licença pelas ruas da cidade, nem tampouco os vendedores ambulantes de leite que ordenhavam suas vacas nas vias públicas (KOK, 2005, p. 45-46)

Figura 13: Avenida Central, 1906

Avenida Central, hoje Av. Rio Branco, via de maior importância da Reforma Pereira Passos. 1906. Autor: Augusto Malta
Fonte: KOK, 2005, p.82.

Kok (2005) ainda nos relata como foi proibida a presença de mendigos, encaminhados à força para asilos, e como foram exterminados os cães de rua, elementos ora constantes na área central. Outro elemento erradicado foram os quiosques que, ao contrário dos parisienses, não se destinavam à venda de jornais, mas a pequenos lanches, bebidas alcóolicas e artigos de fumo. Junto com esses importantes pontos de animação do espaço público, foi proibida também a circulação de quitandeiras, tão tradicional à nossa

[58] Toma-se como exemplo as baianas em trajes típicos da cultura afrobrasileira que vendem sua participação em fotos.

cultura desde os tempos coloniais. Extinguia-se assim a venda de produtos alimentícios no espaço público carioca, obrigando aqueles desejosos de comidas e bebidas, mas também de contato social, a se dirigir ao interior dos cafés, bares e restaurantes - todos espaços privados.

Ainda no Rio de Janeiro podemos encontrar uma das maiores iniciativas contemporâneas de intervenção em espaços públicos em áreas centrais com aspectos de higienização social, resultante, assim como ocorreu em Barcelona, da escolha da cidade para o acolhimento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. O chamado Porto Maravilha foi fruto da criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro e da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, que alterou o plano diretor vigente com o objetivo de "alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental" na antiga área portuária[59]. Assim como o projeto neoliberal de requalificação das antigas *London Docklands,* todas as obras foram viabilizadas a partir de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Apesar do projeto inicial se basear em propostas de requalificação através de recuperação do patrimônio histórico edificado, do crescimento do número de moradias (inclusive com habitação de interesse social) e da diversificação funcional, na prática o Porto Maravilha se tornou mais um exemplo de gentrificação. A população de baixa renda que habitava a região foi removida para possibilitar a recuperação dos imóveis de interesse histórico, sendo direcionada para imóveis situados a longas distâncias da área requalificada, desaparecendo da paisagem local.

Figura 14: Porto Maravilha, Rio de Janeiro

Mural de autoria do artista conhecido por Cobra, em frente aos Galpões da Gamboa, no Porto Maravilha, Rio de Janeiro. [201X]. Autor desconhecido.
Fonte: (TI INSIDE..., 2017).

Ao transitar pelo amplo espaço aberto formado pelo conjunto da renovada Praça Mauá, pela área circundante do Museu do Amanhã, e pelo corredor dos Galpões da Gamboa, percebe-se que o projeto priorizou a criação de uma ambiência árida e monumental, feita para a contemplação do conjunto, e não para a utilização do espaço dentro das práticas quotidianas. Assim, ele se destina ao turista que por ali circula rapidamente, permanecendo por poucos minutos até buscar abrigo dentro dos museus e serviços do entorno (FIGURA 14). O incremento na acessibilidade com a

[59] FASE, 2014.

implantação do VLT[60] segue os padrões internacionais, mas o valor da passagem é incompatível com a realidade econômica da maior parte da população. A programação cultural criada para atrair usuários para o complexo, conferindo vitalidade ao vazio desproporcional, segue também os gostos das classes médias, apresentando festivais de *food truck*[61] e outras experiências gastronômicas, degustação de cervejas artesanais, exposições de arte e espetáculos de dança contemporânea[62].

Com o exemplo dessas experiências internacionais e nacionais, vemos que a intervenção em espaços públicos pode provocar efeitos positivos, mas também negativos para a coletividade, sendo muitas vezes indutora da valorização econômica dos imóveis do entorno e da substituição da sua população moradora ou frequentadora. Talvez este seja um dos maiores desafios urbanos da contemporaneidade - lidar com os impactos econômicos privados decorrentes do investimento em áreas públicas. O beneficiamento da iniciativa privada através de uma decisão política, como o direcionamento de verbas para a construção de um parque ou revitalização de uma praça, pode ser bastante perigoso para a sociedade, criando não apenas situações passíveis de corrupção, mas também, como visto nesses exemplos, resultando em graves processos de exclusão.

A experiência do Porto Maravilha é apenas um exemplo dentre vários processos de intervenção em espaços públicos de centros antigos que provocaram não apenas o acirramento da segregação socioespacial, mas também a produção de espaços extremamente inóspitos, atendendo muito mais às funções econômicas e estéticas do que as sociais, recreativas e ambientais. Ou seja, com a desculpa de recuperação e de atualização de espaços públicos de interesse histórico-patrimonial cria-se espaços que valorizam seus entornos edificados, mas que não passam de vazios, que não induzem uma diversidade de apropriações, e não atraem uma real diversidade social, fazendo com cumpram apenas superficialmente seu papel de serem efetivamente públicos.

Pode-se argumentar que os espaços públicos presentes nos locais supracitados são espaços de exceção, de importância que transcende suas vizinhanças e assim devam ter um programa que reflita suas abrangências. No entanto, vemos que até pequenos centros históricos, como o da cidade de Tiradentes, em Minas Gerais, ou do antigo distrito pesqueiro de Trancoso, na Bahia,

---

60 Veículo Leve sobre Trilhos - uma versão mais contemporânea dos antigos bondes.

61 Veículos adaptados para produção e comercialização de alimentos de consumo imediato. São uma variação de uma prática antiga de serviços alimentícios ambulantes nos centros urbanos, a qual foi atrelada uma imagem não de ocupação informal, mas de jovem empreendedorismo.

62 Fonte: Site oficial do Porto Maravilha. Disponível em: <http://portomaravilhario.com.br/calendario>. Acesso em: 02 jun. 2017.

podem ser alvo de gentrificação, de substituição de residentes e de usuários dos antigos espaços centrais em nome da acomodação de uma classe turística ou do estabelecimento de segundas residências de alguns poucos afortunados[63].

Desta forma, percebe-se um outro modelo de atuação, no qual os espaços públicos históricos não recebem intervenções modernizadoras, com a promessa de acolher novos usos (mesmo que esses sejam acessíveis a uma parcela pequena da população), mas um congelamento da paisagem histórica, valiosíssima para a economia turística, no qual os largos e praças antigos muitas vezes deixam de se atualizar. Assim, são preservados, mas deixam de oferecer conforto e entretenimento contemporâneos para a população local. Esta, que ocasionalmente já é diretamente excluída dos espaços privados das áreas centrais com forte exploração turística, passa assim a ser indiretamente excluída também dos seus espaços públicos.

Os modelos excludentes de intervenção resultantes de iniciativas como as do Planejamento Estratégico, no entanto, não são os únicos existentes dentro das propostas de intervenção em centros históricos, nem no Brasil, nem no mundo. As várias críticas surgidas a eles vem impulsionando o desenvolvimento de outras vertentes, mais focadas nas necessidades tanto de preservação das estruturas físicas, quanto das riquezas sociais e culturais locais. Desta forma, visam desassociar a ideia de preservação e de renovação urbanas voltadas exclusivamente à exploração turística e à especulação imobiliária, criando estratégias de intervenção mais inclusivas, promovendo o desenvolvimento local e a apropriação dos espaços pelo uso comum[64]. Essas estratégias, entretanto, são o produto de muitos anos de tentativas e erros, e de uma compreensão mais profunda de que tipo de realidade urbana se deseja para os centros históricos, em especial, em países como o Brasil, onde há muitas desigualdades.

3.2.2 A reabilitação de espaços públicos históricos no planejamento brasileiro: entre o uso turístico e o uso comum

A degradação de antigos centros urbanos, como previamente abordado, não é um fato raro no Brasil, tampouco recente. No século XX, em especial no seu último quartel, o país vivenciou um processo de industrialização progressiva que provocou não apenas o crescimento acelerado de muitas cidades já consideradas como grandes e consolidadas, transformando-as em metrópoles, mas também fez crescer a urbanização como um todo no país. Já há algumas décadas o Brasil tem uma população urbana muito expressiva, representando 84,72% do total de seus

---

[63] Residências secundárias, utilizadas somente em finais de semanas ou nos períodos de férias.

[64] BONDUKI, 2012.

habitantes[65], estando distribuída em 5.570 municípios[66]. Esse intenso crescimento urbano, entretanto, foi reflexo não apenas do desenvolvimento industrial, mas também da existência de grandes desigualdades de renda no país, e de sua distribuição geográfica muito desequilibrada.

As grandes migrações intra e interestaduais resultantes desse processo impactaram as nossas cidades de forma muito contundente, tanto as que receberam, quanto as que perderam população. As que receberam um grande contingente migratório viram suas antigas áreas centrais se adensarem muito, e, graças às desigualdades socioeconômicas, produzirem um número expressivo de cortiços e favelas. Além da superpopulação central, essas cidades sofreram também um forte espraiamento, representativo de um crescimento não planejado, que desenvolveu cidades extensas, mas não polinucleadas. Assim, a dependência do centro antigo para empregos, consumo e serviços, fez com que suas estruturas fossem superutilizadas, acelerando sua decadência. Já as cidades que perderam população acabaram sofrendo, consequentemente, um declínio econômico e fiscal, que chegou a empobrecer seus núcleos citadinos como um todo. De todas as áreas, os centros foram os mais impactados, cuja paisagem de edificações abandonadas e pouca movimentação dificultou a atração de novas atividades e nova população.

O declínio das áreas centrais também significou uma perda, em alguns casos irreparável, para o patrimônio histórico brasileiro, na qual muitos imóveis entraram em processo avançado de deterioração, e outros foram demolidos para permitir sua substituição por edificações mais modernas. Apesar da preocupação com o patrimônio histórico no Brasil ter surgido relativamente cedo[67], observa-se que a efetivação de planos e programas de salvaguarda do patrimônio, ainda mais em escala urbana, fez parte de um processo lento e gradual. A criação de uma instituição protetora do patrimônio em nível federal, o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura), foi um avanço importante na recuperação dos centros históricos, sem a qual hoje muito mais do nosso patrimônio teria se perdido.

---

65 Dados de 2015. Fonte: IBGE. Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacoa/populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.

66 Dados de 2013. Fonte: Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>. Acesso em: 10 nov. 2017.

67 No início da década de 1930 já se observa o reconhecimento legal dos valores histórico-patrimoniais de algumas cidades, como ocorre em 1933 com a cidade de Ouro Preto através do Decreto Federal nº22.928. Em 1937 a Lei Federal nº378 cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje, IPHAN) e outro decreto, o Decreto-lei nº25 coloca sob sua responsabilidade a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Segundo Bonduki (2012), o foco da preservação na primeira metade do século XX empreendido pelo SPHAN (que em 1946 recebe o nome de DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) era a criação de uma identidade nacional e de uma base cultural para o país, algo plenamente condizente com o momento político vivido no Brasil. O estilo escolhido como representativo de nossa cultura pelo conjunto de intelectuais modernistas, dentre eles, muitos arquitetos, foi o colonial, fazendo de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, seu núcleo incontestável de inspiração. No entanto, os bens considerados por esse grupo como dignos de preservação foram grandes monumentos símbolos de poder e, na busca por valorizá-los, destruiram-se vários exemplares notáveis do século XIX e XX, descontextualizando-os e "criando, em muitas situações, perspectivas falsas que inexistiam anteriormente" (BONDUKI, 2012, p.26), alterando as dimensões e as ambiências de seus espaços públicos circundantes. Essa postura já havia sido muito empregada em centros antigos de outros países, especialmente no século XIX, quando o gótico foi o estilo eleito como digno de conservação e valorização por grande parte da Europa. Desta forma, observamos que nesse momento ainda não havia uma atenção específica para a conservação dos espaços públicos como espaços positivos, mas apenas como vazios necessários para a contemplação dos monumentos edificados.

Após a falência do Estado Novo, a questão do patrimônio histórico parece ter sumido das agendas políticas nacionais, dando ao DPHAN, ainda conduzido segundo os ideais modernistas[68], bastante autonomia, mas poucos recursos para empreender as ações de conservação. Só após a criação das instituições internacionais de proteção ao patrimônio, como a UNESCO, e com o intercâmbio de informações oriundo desta, é que a consciência patrimonial brasileira foi se renovando, ampliando a compreensão de bens a serem preservados, assim como seus métodos. Foi essencial a influência de algumas cartas patrimoniais que finalmente reconheciam a importância dos conjuntos urbanos e de seus espaços públicos como bens a serem preservados. Também podemos destacar as primeiras cartas nacionais de compromisso com a preservação do patrimônio - o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971), que resultaram na criação das agências estaduais de preservação - os IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico). Outro marco no avanço da preservação dos núcleos urbanos foram as várias missões de peritos da UNESCO que visitaram o Brasil com o objetivo de incluir o país no Programa das Nações Unidas de Incentivo ao Turismo Cultural e, consequentemente, implantar a adoção do patrimônio cultural no planejamento urbano dos estados e municípios[69].

---

[68] Muito das posturas do IPHAN se devem, claramente, ao entendimento de preservação de seu mais longevo presidente, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu no cargo desde a sua criação, em 1937 até o ano de sua morte, em 1967. Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em: 15 nov. 2017.

[69] IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em 15 nov. 2017.

Uma grande comprovação dessa mudança de postura foi a criação do *Programa das Cidades Históricas* (PCH), criado em 1973 através de uma articulação do IPHAN (antigo DPHAN) com o Ministério do Planejamento, entre outros ministérios. O PCH foi um programa de destaque, principalmente graças à sua preocupação em reconhecer o espaço urbano como bem a ser protegido e em criar intervenções que propusessem não apenas a preservação patrimonial, mas também o desenvolvimento urbano. Sua estratégia principal foi descentralizar as responsabilidades, confiando aos estados da federação a elaboração e implementação dos projetos. No entanto, o programa, considerado o primeiro programa federal a investir recursos na recuperação do patrimônio cultural urbano[70], ainda se baseava muito no fortalecimento do turismo, mas conseguiu, efetivamente, dar usos contemporâneos a muitos monumentos protegidos, chegando a executar 1.337 ações[71].

Apesar de ter sido bastante prolífico, este programa não chegou a contemplar a intervenção em espaços públicos, considerando como conjunto urbano apenas o conjunto de edificações que compunham os tecidos históricos. Os espaços públicos eram assim beneficiados indiretamente ao verem as edificações de seus entornos serem recuperadas, mas seus recintos raras vezes foram alvo de atenção. O mesmo pode ser dito de outro programa criado em 1982 junto ao BNH (Banco Nacional de Habitação), o *Programa de Recuperação de Áreas Habitacionais Deterioradas em Núcleos Históricos*, cujo projeto piloto em Olinda ganhou bastante projeção nacional e internacional[72].

Apesar desses programas terem deixado uma importante contribuição para a preservação do patrimônio urbano do país, observa-se que a criação e, principalmente, a implantação de planos de preservação mais específicos e mais integrados a outras questões urbanas foi muito dificultada pelo tipo de administração pública municipal existente no país até o final da década de 1980. Resultado de uma política centralizadora herdada da colonização, reforçada pelo coronelismo típico do país e por um governo militar ditatorial e tecnocrata, a municipalidade foi um poder tímido até a redemocratização e, em especial, até a promulgação da Constituição de 1988. Esta deu maior autonomia aos governos municipais, trazendo à tona a consciência de que questões locais deveriam ser resolvidas por instâncias locais, fazendo com que fossem propostas soluções específicas para cada problema, pensadas de acordo com as realidades de cada localidade. Desde então observamos um processo de amadurecimento da gestão do patrimônio no Brasil

---

[70] IPHAN. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em 15 nov. 2017.

[71] BONDUKI, 2012.

[72] GALIZA, 2009.

que, entre dificuldades financeiras, técnicas, administrativas e políticas, vem se esforçando para criar programas e ações de salvaguarda dos centros antigos e de suas estruturas através de cooperações verticais e horizontais. Assim, mesmo que os municípios participem de programas nacionais de conservação, hoje esses tem maior autonomia não apenas para concorrer à participação, mas também para captar recursos de outras maneiras, inclusive através de negociações fiscais.

Talvez o maior agente da preservação do patrimônio histórico urbano, e consequentemente dos espaços públicos antigos, ainda seja o IPHAN. Abrigado no Ministério da Cultura (MinC) desde a criação deste, em 1985, o IPHAN promoveu dois programas nos últimos anos de grande relevância para as intervenções nos sítios tombados, entre eles o *Programa Monumenta* (iniciado em 1996, mas efetivado apenas em 1999) e o *PAC Cidades Históricas* (lançado em 2013). O *Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - Monumenta* foi inicialmente proposto pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, que propunha o desenvolvimento de políticas que proporcionassem intervenções mais sustentáveis nos centros históricos, fazendo com que o desenvolvimento local pudesse garantir a manutenção do patrimônio, eximindo o poder público de arcar sozinho com a responsabilidade financeira desta[73]. Após uma maior articulação com as demais políticas públicas e a transferência da maior parte das competências ao MinC, o programa foi lançado com o objetivo de viabilizar intervenções que fossem

> além dos programas tradicionais de preservação, voltadas para o restauro de monumentos e edifícios históricos. Enquadram-se nesta categoria a recuperação de imóveis privados; as obras de requalificação de logradouros públicos e de orlas marítimas ou fluviais; as intervenções em praças e parques; a reabilitação de mercados públicos; a implantação de *campi* universitários em edifícios arruinados e a reciclagem de imóveis históricos visando o desenvolvimento de projetos de habitação social. (BONDUKI, 2012, p.12; grifo da autora)

Assim, o programa expressamente visava recuperar antigas estruturas presentes nos centros históricos destinando-as à melhoria da qualidade de vida da população local, tanto moradora, quanto usuária, voltando-as ao uso comum. Sua intenção não era descartar o potencial turístico dessas melhorias, e inclusive, ele incentivava o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas ao turismo como uma forma de viabilizar a sustentabilidade das intervenções. Entretanto, o programa propunha que os bens recuperados não fossem exclusivamente vinculados às dinâmicas do mercado, tornando-as uma ferramenta de cenarização ou de gentrificação. Entre as obras empreendidas pelo programa, observa-se que o tipo de intervenção urbana mais frequente foi a reabilitação de praças, largos e outros espaços públicos. Das 235 obras que foram

[73] BONDUKI, 2012.

realizadas, 67 foram requalificações em logradouros públicos, 62 foram intervenções em praças e parques e 02 foram a criação de dois parques novos em áreas históricas consolidadas[74].

Em relação às supostas melhorias alcançadas nos espaços públicos protegidos, observa-se que o *Monumenta* apresentou tanto propostas mais contemporâneas, quanto mais conservadoras. Ao atuar em espaços públicos de algumas localidades, como em Icó, no Ceará, propôs não apenas a recuperação de elementos degradados e a valorização de monumentos no entorno, mas também a implantação de novos mobiliários e até mesmo de uma área de recreação infantil e lazer, buscando incentivar o uso mais quotidiano do espaço. Já em São Cristóvão, no Sergipe, observa-se que o projeto de reabilitação da Praça São Francisco removeu as interferências feitas no século XX, como a instalação de fiação aérea, prejudicial à paisagem, mas também os canteiros arborizados e os bancos, resgatando a antiga praça seca existente[75] (FIGURAS 15, 16 e 17).

Figuras 15, 16 e 17: Praça São Francisco em 1942 (à esq.), em 2005, antes da intervenção do Monumenta (à dir.) e após a intervenção (abaixo)

Praça São Francisco, em São Cristóvão, Sergipe. A reabilitação da praça removeu muitos dos incentivos à apropriação, fazendo com que hoje esta tenha se tornado mais um espaço cenográfico do que um espaço público que reflita as demandas reais da população local. A única oportunidade de assento sob a sombra hoje é materializada nos bancos ao redor da única árvore sobrevivente à intervenção (Figura 17). Autores das imagens: desconhecido (1942); Anderson Schneider (2005); desconhecido [20XX].
Fonte: BRASIL, 2007, p. 13, 18.

[74] BONDUKI, 2012.

[75] A descrição completa dos projetos citados se encontra disponível na obra de Bonduki (2012).

Em relação às questões históricas e artísticas, compreende-se claramente a postura do programa, pois a paisagem antes da intervenção empobrecia o conjunto edificado que conforma a praça. Entretanto, em relação ao uso da praça pela população local, o projeto parece ter mais subtraído do que acrescentado, diminuindo consideravelmente as oportunidades de apropriação. Ao remover sombras e bancos considerados inapropriados, o projeto não substituiu esses confortos por outros mais adequados à paisagem histórica, nem fixos, nem móveis, limitando a permanência em dias ensolarados a um único ponto (sob a copa da árvore vista na Figura 17). Desta forma, se questiona de que forma muitos projetos como este não provocaram um esvaziamento quotidiano dos espaços públicos históricos em prol apenas da contemplação turística.

Apesar de ter sido um programa vasto e poderoso, investindo cerca de 125 milhões de dólares[76] em dezenas de centros urbanos, o *Monumenta* sofreu muitas críticas. Uma delas é de que este não foi capaz de atingir um dos seus maiores objetivos - a sustentabilidade das intervenções. Um dos principais instrumentos propostos pelo programa era a criação dos Fundos Municipais de Preservação, que deveriam ser criados e geridos pelos municípios, responsáveis também pela execução de todas as obras, mas muitos não o empreenderam. Este insucesso não é aplicável a todas as experiências, mas foi especialmente marcante em alguns casos, como a obra de *Recuperação e tratamento paisagístico do Vale dos Contos e Horto Botânico* em Ouro Preto, uma das intervenções mais caras do programa e a primeira a incorporar um espaço público novo em um centro urbano tombado. Após apenas alguns anos de funcionamento, o parque foi fechado devido, entre outros problemas, à falta de previsão de fundos para a sua manutenção.

Além da ocasional falta de sustentação das ações, observa-se que, embora contrário às diretrizes do próprio programa, alguns municípios parecem expressamente terem se aproveitado do *Monumenta* para criar intervenções que estivessem mais acordadas com os interesses particulares do que com o interesse coletivo. Segundo Bonduki (2012), esta ação parece não ter sido inibida ao longo da duração do programa, sendo a justificativa econômica abertamente um fator de peso na eleição das ações a serem empreendidas. Ainda assim, muitos projetos nos quais o interesse público era uma prioridade inegável foram aprovados. A troca de gestões municipais e a desmobilização da população resultante das diversas interrupções do processo (e da falta de interesse de muitos municípios em empreender processos participativos) também foram fatores dificultadores de um maior sucesso do programa, mas que ainda sim, resta como uma das iniciativas mais relevantes na preservação dos espaços públicos da história do país.

---

[76] BONDUKI, 2012. Bonduki argumenta que esse valor, na época ainda inédito no emprego de medidas de salvaguarda do patrimônio urbano, ainda é tímido se comparado ao investimento em outros tipos de obra empreendidos no país.

O *Programa Monumenta* foi efetivamente encerrado no ano de 2012 e a ele se sucedeu, no ano seguinte, o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC) - *Cidades Históricas*, se beneficiando muito com as experiências, boas e ruins, do programa anterior. O PAC, programa do governo federal coordenado pelo Ministério do Planejamento, teve início em 2007 com a intenção de promover a retomada do crescimento do país através "do planejamento e da execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética"[77]. Em 2013 foi autorizada a abertura de uma linha específica para intervenções em centros históricos protegidos pelo IPHAN, sendo disponibilizados R$ 1,6 bilhão a serem destinados a 425 obras, dentre as quais, a restauração de diversos espaços públicos, se configurando como "o maior programa de investimento no patrimônio cultural que o Brasil já teve"[78].

O PAC-CH, que conta com recursos e abrangência bem maiores do que os do *Programa Monumenta*, tem "como foco o desenvolvimento local, usando as potencialidades do patrimônio histórico e cultural, em cidades onde há proteção de bens culturais, concluídos ou em processo, em nível federal." (BRASIL/MINISTÉRIO DAS CIDADES/IPHAN, 2011, p.33). Diferentemente de seu antecessor, o programa também não se vincula tanto ao sucesso econômico das iniciativas, devendo ser articulado com outras políticas públicas que prezem pelo bem-estar quotidiano da população local. O PAC-CH trouxe também avanços significativos em relação ao *Monumenta* ao fornecer apoio específico à iniciativas de infraestrutura, como saneamento ambiental e melhoria do transporte público, afetando direta e indiretamente a conservação dos espaços públicos e podendo melhorar mais efetivamente a qualidade de vida da população local. A duração deste programa nacional ainda não é certa, mas há previsão para sua conclusão em 2018, coincidindo com o encerramento do atual governo[79].

Além dessas importantes iniciativas voltadas à preservação do patrimônio histórico e a tentativa de dar a elas um caráter mais democrático e menos mercadológico do que as empreendidas por alguns governos anteriores ou estrangeiros, observa-se que outras medidas foram importantes para a recuperação dos centros urbanos do país e, consequentemente, para seus espaços públicos. Um dos mais importantes marcos legais para o desenvolvimento urbano como um todo, não apenas para recuperação das áreas centrais, foi a promulgação da Lei Federal nº 10.257, conhecida como o Estatuto da Cidade. Esta lei regulamentou os artigos 182 e 183 da

---

[77] IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

[78] MinC. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/2016/12/09/pac-cidades-historicas-avanca-na-restauracao-do-patrimonio/>. Acesso em: 13 de nov. 2017.

[79] Esses programas costumam ser previstos nos PPAs (Programas Plurianuais), podendo ser renovados caso haja necessidade ou interesse político.

Constituição Federal de 1988, os únicos que compunham o capítulo sobre Política Urbana. Esses artigos tinham como objetivo principal "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes."[80]. A forma como isso seria garantido, entretanto, não ficava muito clara, sendo dependente da elaboração de lei mais específica, motivando assim a elaboração do Estatuto da Cidade. No entanto, complexidade das discussões urbanas e os conflitos decorrentes dos interesses de diversos grupos, fez com que a promulgação desse demorasse mais de doze anos para ser efetivada.

Mesmo com o enfraquecimento de muitas discussões resultante de um necessário consenso político, vemos que, já em seus primeiros artigos, o Estatuto da Cidade se posicionou em defesa do interesse público, afirmando que esta lei "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental."[81]. Esta dispôs como objetivos a serem perseguidos, entre outros, a preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; a coibição da especulação imobiliária e também da deteriorização das áreas urbanizadas. Além disso, reconheceu o acesso ao lazer como um direito dos cidadãos, motivando e justificando o investimento na regeneração e na criação de espaços públicos.

O Estatuto da Cidade criou uma série de instrumentos que pudessem ser incluídos nas legislações municipais afim de possibilitar atingir esses objetivos. Desses instrumentos, o mais relevante é o Plano Diretor Municipal, que tem como papel determinar as diretrizes de desenvolvimento e de proteção intentadas para a cidade para o qual será elaborado, abrigando nele e em suas leis complementares, os demais instrumentos considerados adequados para as demandas locais (Direito de Preempção, IPTU Progressivo, Operações Urbanas Consorciadas, entre outros). Apesar de sua importância, percebe-se que a aplicação das diretrizes e instrumentos apresentados pelo Estatuto não foi imediata, se configurando ainda como um desafio para muitos municípios, principalmente os de pequeno porte. Estes, não raro sofrem com a falta de receita, mas também de corpo técnico que possa possibilitar o desenvolvimento não só de Planos Diretores, mas também de ações práticas visando agir sobre a decadência dos espaços centrais, a falta de espaços públicos, a deficiência na mobilidade, entre outros.

Como forma de assessoramento dos municípios nas questões urbanas, foi então criado em 2003 o Ministério da Cidade, outro marco de grande importância para o desenvolvimento urbano no país. Desde então este vem criando programas específicos para auxiliar os governos municipais a

---

[80] BRASIL, 1988.

[81] BRASIL, 2001.

aplicar, entre outros, os instrumentos do Estatuto da Cidade[82]. Um de seus programas mais relevantes foi o *Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Centrais*, no qual, consciente da importância dos centros antigos e dos malefícios dos processos gentrificatórios oriundos de alguns tipos de intervenção, colocou como principais diretrizes a promoção de diversificação social e de atividades nesses espaços; as ações integradas de planejamento, e a inclusão da participação popular nos processos de decisão. A própria escolha do termo "reabilitação" é cuidadosa, indicando que um dos objetivos do programa era o de gerenciar os conflitos entre usos novos e pré-existentes sem eclipsar a identidade do lugar, proporcionando a participação e a negociação entre os diversos atores envolvidos.

> Reabilitar um centro urbano significa recompor, através de políticas públicas e de incentivo às iniciativas privadas, suas atividades e vocações, habilitando novamente o espaço para o exercício das múltiplas funções urbanas, historicamente localizadas naquela área, que fizeram de sua centralidade uma referência para o desenvolvimento da cidade.
> […]
> O Programa de Reabilitação deve e pode ser um instrumento para garantir o uso e a ocupação democrática a sustentável dos centros urbanos, assim como a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Ele deve também estimular a diversidade funcional, recuperar atividades econômicas e buscar a complementaridade entre os diferentes usos.
> […]
> Para isso, a intervenção regulatória do poder público nas áreas centrais, mediante os instrumentos do Estatuto da Cidade, é fundamental, pois, à medida que as ações de recuperação começam a ser implementadas, cresce a possibilidade de aumentar a disputa pelos imóveis, tornando-os demasiado caros para a continuidade dos programas habitacionais e para as atividades econômicas tradicionais. (BRASIL/MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008, Apresentação e p.13)

Dessa forma, verificamos que nesse programa, que ocorreu durante alguns anos em paralelo ao *Monumenta*, o Ministério das Cidades (MC) se aproximou do conceito de Conservação Integrada (conservação de bens antigos tornando-os úteis para as novas funções da vida moderna), manifestando preocupação com os impactos sociais das intervenções. Assim, preteriu outras estratégias mais tendenciosas aos interesses do poder privado, como a Renovação Urbana (que implica em demolições de antigas estruturas e substituição de edificações e de população); a Revitalização Urbana (que consiste em dar nova vida a uma área obsoleta ou decadente, que tenha sido abandonada ou muito degradada); e a Requalificação Urbana (que tende a conferir novas qualidades a uma área já ocupada, aumentando sua atratividade e competitividade). Consideramos que este posicionamento, como um direcionamento institucional de nível federal, foi extremamente relevante, além de ser coerente com as posturas internacionais dos órgãos de conservação do patrimônio.

> A memória da história das cidades, guardada nos espaços públicos e nos imóveis edificados, não deve ser vista apenas como registro do passado dessas cidades. Os diferenciais dessas áreas, sua escala humana, a historicidade de suas construções, seu

[82] Como o como o Programa Nacional de Capacitação das Cidades, por exemplo.

> caráter didático e sua vocação para cultura, lazer e turismo, são importantes trunfos de desenvolvimento, atualidade e qualidade de vida. (BRASIL/MINISTÉRIO DAS CIDADES/ IPHAN, 2011, p.12, grifo da autora)

O Ministério das Cidades aponta ainda que, mesmo que as áreas centrais passíveis de reabilitação tenham suas especificidades, geralmente elas se manifestam como áreas que têm muitas potencialidades em comum: 1) áreas de interesse histórico cultural; 2) convergência de fluxos de circulação; 3) existência de áreas e edificações disponíveis para serem incluídas no programa; 4) áreas com potencial para abrigar atividades econômicas para a geração de emprego e renda e; 5) áreas com infraestrutura consolidada. Além das potencialidades, expõe problemas recorrentes das mesmas: 1) edificações e espaços públicos degradados; 2) conflitos de mobilidade; 3) áreas abandonadas, vazias e subutilizadas; 4) áreas com lacunas de usos e atividades e; 5) áreas com deficiência ou inadequação de infraestrutura[83]. Observa-se que muitos centros antigos de cidades brasileiras (e também mundiais) se encaixam nessas descrições, e que se as intervenções não forem cuidadosamente monitoradas pelo Estado, seus potenciais seriam facilmente apropriados pelos interesses privados, indo contra as políticas públicas, e, logicamente, contra a diretriz nacional de sempre dar prioridade ao bem coletivo.

Em relação ao espaço público, o programa alerta que sua deterioração serve, muitas vezes, de justificativa para os "planos de revitalização" que tanto interessam ao grande capital imobiliário. Em alguns exemplos apresentados anteriormente, observamos que nesses planos os espaços públicos foram muito adequados aos padrões de exigência turística, servindo como espaços de contemplação do patrimônio, mas raramente foram equipados para acolher as atividades quotidianas da população local. Entendemos que atender a essas demandas é promover o acesso à cidade, fazendo com que a população central, mas também a periférica, possa usufruir das áreas urbanas mais bem equipadas e estruturadas, de forte valor simbólico e também cultural.

Assim, consideramos que para que um espaço público seja democrático, principalmente em áreas muito valorizadas, como as áreas centrais, é preciso que esse ofereça oportunidades variadas de apropriação em seu recinto, mas que também seja cercado por um entorno igualmente democrático. Este entorno deveria assim ser habitado por diferentes classes socioeconômicas, algo que, graças à natureza do mercado imobiliário, só costuma ser garantido através de programas governamentais de habitação de interesse social, incluindo a modalidade de locação social, muito exitosa em alguns países. Garantindo diversidade de residentes, o mercado de comércios e serviços geralmente identifica demandas, se ajustando à diversidade de consumidores locais. Caso não o faça, o governo local pode também, através de outros

[83] BRASIL/MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008

instrumentos do Estatuto da Cidade, gerenciar espaços de consumo popular. Outra forma de se democratizar o espaço público é garantir a presença de equipamentos públicos em seu entorno, como escolas, serviços de saúde e também administrativos. Ou seja, a riqueza de atividades e de perfis socioeconômicos no entorno, associada a um programa que reflita as demandas de lazer quotidianas da população, gera espaços públicos dinâmicos e democráticos, evitando assim a gentrificação e o esvaziamento fora das datas turísticas.

Reconhecendo essas questões, o *Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Centrais*, passou a oferecer subsídios à recuperação de espaços públicos, inclusive, com suporte financeiro a fundo perdido. No entanto, o *Programa de Reabilitação* não foi aberto a todos os municípios, se destinando apenas aos integrantes das Regiões Metropolitanas e também às capitais de estado. Excepcionalmente, foram incluídos aqueles que apresentavam "áreas deterioradas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental na área central"[84]. Assim, compreende-se que o programa foi destinado à áreas com maior população, ou cuja degradação atingia níveis muito preocupantes - prioridades justas, mas que consequentemente deixaram de beneficiar muitos municípios. Uma outra limitação do programa é que os recursos para realizar as obras eram oriundos do OGU - Orçamento Geral da União, garantidos apenas através de emendas parlamentares, oferecendo o risco de que questões políticas fossem colocadas acima das reais prioridades urbanas[85].

O *Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Centrais* foi oficialmente extinto em 2011, mas atualmente o Ministério das Cidades vem apoiando projetos similares através da *Ação 20NR - Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas*, vinculada ao Programa 2054 (*Planejamento Urbano*)[86]. Esta ação se destina a oferecer suporte à reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental, independente do porte municipal, avançando em relação à abrangência do programa anterior. Segundo seu próprio Manual de Apresentação de Propostas, o objetivo desta ação é o de "Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as

---

84 BRASIL/MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008

85 Em entrevista realizada em 09 de novembro de 2017, a Coordenadora do Conselho das Cidades (Ministério das Cidades), Letícia Miguel Teixeira, comentou que, com as mudanças de PPA (Planos Plurianuais), o programa passou por algumas mudanças, e que invariavelmente este tipo de programa sofre com a forma de financiamento vinda exclusivamente do OGU. Isto faz com que os programas acabem se tornando formas de suprir emendas parlamentares, fazendo parte do jogo político.

86 Letícia M. Teixeira também nos informou que, ao invés de programas independentes e mais fracionados, o Ministério das Cidades agora trabalha com macro-programas.

funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados." (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012, p.4)

As diretrizes apresentadas pela *Ação 20NR* demonstram a contemporaneidade do tipo de programa governamental adotado no país, em consonância não somente com o Estatuto da Cidade, mas também com as diretrizes internacionais de desenvolvimento urbano e de proteção ao patrimônio. Nelas, são manifestas preocupações com a melhoria de qualidade de vida da população local e dos usuários das áreas afetadas e com o cumprimento da função social da propriedade, e é recomendada a aplicação dos instrumentos previstos no EC para que haja uma regulação da valorização imobiliária provocada pelos investimentos públicos nas iniciativas de reabilitação. Recomenda-se também que as iniciativas sejam compatibilizadas com os planos já existentes para a localidade, como o próprio Plano Diretor Municipal, mas também com o *Plano de Ação do PAC Cidades Históricas*, caso o município também tenha sido contemplado por esse programa. Assim como no *Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Centrais*, esta ação busca incentivar a diversidade de atividades e de perfis socioeconômicos nas áreas, mas também incentivar especificamente o pequeno comerciante, a inclusão social da população de baixa renda que more ou trabalhe na área de intervenção, e ainda:

> 12 Garantir a existência de áreas para a instalação de equipamentos culturais de uso coletivo e de espaços públicos de qualidade com acessibilidade universal, favorecendo os deslocamentos não motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos do transporte motorizado individual. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012, p.5, grifo da autora)

Desta forma, ainda que tenhamos muitos desafios pela frente, dentre os quais as dificuldades impostas pelo sistema político vigente e pela persistente desigualdade de renda no país, observa-se que as posturas governamentais aparentemente estiveram caminhando na direção da promoção de cidades mais inclusivas e mais sustentáveis. Dentre os avanços, verificamos posturas que não apenas possibilitaram e apoiam as intervenções em centros históricos, mas que reconheceram que os espaços públicos desempenham um papel muito importante nessas localidades, servindo de espaço de contemplação e de fruição do patrimônio para os turistas, mas principalmente, como ponto de encontro, trabalho e lazer para a população local.

3.2.3 As iniciativas de preservação dos espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto ao longo do tempo e seu panorama no século XXI - espaços para quem?

Considerando as discussões apresentadas no capítulo e sub-capítulos anteriores, podemos perceber que os espaços livres de uso público têm, efetivamente, se tornado equipamentos urbanos cada vez mais valorizados e que as demandas em relação a eles tem sido cada vez mais complexas. Vimos que, ao mesmo tempo em que esse tipo de equipamento tenha hoje perpassado a localização apenas central, tendo sido produzido nos últimos anos também nas periferias, os espaços públicos centrais ainda são o foco de atenção de muitos atores. Um dos motivos é a sua maior abrangência, geralmente acompanhada de maior porte e também maior complexidade. Outro é preocupação de alguns grupos com a preservação das características históricas desses espaços, principalmente daqueles mais antigos, carregados de grande valor também artístico e simbólico. Por fim, vimos que os espaços públicos centrais também são vistos por alguns atores como elementos de grande potencial de valorização imobiliária, e que quando bem conservados, acabam influindo no preço dos imóveis e na rentabilidade dos negócios instalados em suas proximidades.

Vimos que nos últimos anos muitos centros históricos tem passado por processos de renovação, requalificação e de reabilitação, nos quais muitos espaços públicos foram alvo de intervenção. De acordo com essas experiências e com a evolução da discussão sobre preservação contida nas cartas patrimoniais apresentadas, percebemos que as intervenções em alguns desses espaços públicos foram muito direcionadas ao turismo e ao padrão de consumo das classes sociais mais privilegiadas. Ao mesmo tempo, outras iniciativas tem visado resgatar algumas características desses espaços livres históricos, ou mesmo requalificá-los, com a intenção de torná-los mais includentes e mais atrativos para as comunidades locais, muitas vezes excluídas das áreas que foram valorizadas pelas iniciativas de preservação. Apresentamos brevemente algumas experiências brasileiras que exemplificaram esses tipos de intervenção e vimos o importante papel das políticas públicas para que essas fossem empreendidas, ainda que o objetivo de algumas tenha se desvirtuado dos interesses sociais que deveriam ter prevalecido.

Após o levantamento de todas essas questões, nesta pesquisa buscamos investigar a situação dos espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto-MG, considerado um dos conjuntos históricos mais relevantes do país e do mundo, verificando de que maneira esses atendem hoje às diferentes demandas da população local e dos turistas, e de que forma se situam entre as ações de preservação do patrimônio e de adequação dos espaços antigos às necessidades contemporâneas de lazer e sociabilização, assim como entre as iniciativas de gentrificação.

Antes de apresentar a caracterização desses espaços com detalhes, mostrando suas inserções, seus condicionantes de uso e os resultados dos levantamentos realizados sobre o estado atual em que se encontram, achamos pertinente contextualizar o Centro Histórico de Ouro Preto em relação às iniciativas de preservação que já foram produzidas ao longo do tempo, tendo sido efetivamente empreendidas ou não. Através da análise dessas iniciativas, pudemos perceber a importância dada aos espaços públicos da área de estudo através dos anos, verificando de que maneira esses equipamentos foram percebidos como bens a serem conservados e atualizados, ou se estes foram considerados apenas em sua função de local de apreensão dos monumentos edificados do centro histórico. Acreditamos que a forma como esses espaços tenha sido percebida nessas iniciativas seja bastante relevante na compreensão de seus papéis atuais na cidade, tanto para o turismo, quanto para a população local.

Ao investigar a história da preservação do Centro Histórico de Ouro Preto vemos que esse, além de um ser um local de grande importância para o acervo histórico-patrimonial brasileiro, foi também uma localidade precursora dentro do quadro de iniciativas de preservação em âmbito nacional - alguns autores argumentam que o início da preservação de Ouro Preto como cidade histórica tenha se iniciado ainda no final do século XIX[87], logo após a transferência da capital para Belo Horizonte. A exaltação da grandeza dos fatos já acontecidos na cidade conferia certo acalento aos que ali permaneceram, e aos que, obrigados a se mudar junto com a sede do estado, se viram saudosos ao ponto de reproduzir, na praça principal da nova capital, um Pico do Itacolomy miniaturializado. Em 1911 observou-se um dos momentos máximos dessa exaltação na comemoração do Bicentenário de Ouro Preto, evento para o qual a cidade ganhou verba específica do governo estadual para que pudesse deixar suas antigas estruturas com um ar apresentável, dignas de tal comemoração.

> Além do Liceu, os prédios da Câmara, do Fórum, dos Correios (Casa dos Contos), da Escola Normal e o chafariz dos Contos, a Igreja do Carmo, a de São Francisco de Assis e a Matriz do Pilar passaram por reforma e pintura. Todas as ruas do centro, do Rosário ao Largo de Dirceu, foram capinadas […]. O beco da rua das Flores foi desembaraçado de entulhos […]. A rua da Escadinha teve diversas fachadas de casas pintadas. (DRUMMOND, 2011, p.20)

Nos três dias de duração da festa, imperavam discursos com os temas do "salvamento, soerguimento e transformação de Ouro Preto em santuário nacional, dada a importância de toda a *tradição cultural* que a cidade transmitia ao país" (DRUMMOND, 2011, p.34). No livro *Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica*[88], produto das comemorações e responsável por

---

[87] Meniconi (1999), Natal (2007), entre outros.

[88] Revisado e integralmente incluído em DRUMMOND (2011).

registrar sua grandeza e importância, essa atmosfera de idolatria à antiga capital é perpetuada, no qual lê-se que durante o evento "reinava uma atmosfera de amor e admiração pela Velha Heroína, envolvendo-a na mais quente simpatia, no mais carinhoso afeto" (SENNA, 1911 In: DRUMMOND, 2011, p.291).

Assim, através da presença e manifestações de personagens muito variados, transparece que o posicionamento em prol da conservação do patrimônio urbano de Ouro Preto sempre tenha tido, em alguma medida, representantes fervorosos tanto junto aos mudancistas, quanto aos anti-mudancistas[89]. No entanto, apesar da importância desse evento, parece haver um consenso em torno da ideia de que uma maior conscientização nacional da necessidade de proteção do sítio tenha surgido apenas após a célebre visita dos integrantes do Movimento Modernista à cidade feita em 1924[90]. Através dessa, como já previamente mencionado, o estilo colonial é eleito como nossa genuína identidade histórica nacional e a partir de então, medidas mais imediatas e mais concretas para a preservação do conjunto urbano começaram a surgir. Assim, em 1928, o governo do estado cedeu novamente recursos para a restauração dos bens mais ameaçados, que deveria ser supervisionada por Gustavo Barroso, à época diretor do Museu Histórico Nacional[91]. Já em 1931 destacaram-se duas importantes iniciativas locais - a criação do Instituto Histórico de Ouro Preto e a posse de João Baptista Ferreira Velloso como prefeito do município.

O Instituto Histórico de Ouro Preto foi sediado na Casa de Gonzaga, antiga Casa do Ouvidor, com o objetivo de reunir objetos e informações sobre a história da cidade[92]. Mais tarde este acervo foi destinado ao Museu da Inconfidência, criado em 1938, mas inaugurado apenas em 1944[93], sediado na antiga Penitenciária de Ouro Preto, edificação que já havia servido anteriormente como

---

89 Grupos de indivíduos favoráveis e desfavoráveis à mudança da sede do Estado de Minas Gerais para Belo Horizonte.

90 A partir do artigo publicado por Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) em 1916 intitulado "Pelo Passado Nacional", um grupo de intelectuais e artistas, entre eles Mário de Andrade, tomam conhecimento das riquezas ameaçadas de Ouro Preto e organizam, anos mais tarde, uma série de visitas à cidade, dentre as quais a mais famosa foi a de 1924 (MENICONI, 1999).

91 NATAL, 2007.

92 APMOP. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2011/05/instituto-historico-de-ouro-preto-um.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

93 DRUMMOND, 2011.

Casa de Câmara e Cadeia[94]. Já João Velloso[95], pessoalmente sensível em relação às questões patrimoniais e à preservação da paisagem ouropretana, através do Decreto nº13 de 19 de setembro de 1931 e do Decreto nº 15 de 3 de setembro de 1932, criou as primeiras leis de proteção ao patrimônio de Ouro Preto[96]. Nesses, considerava-se que:

> […] a cidade de Ouro Preto escrínio das tradições mineiras, deva conservar seu aspecto colonial, transmittido dos nossos antepassados; "considerando" que esta feição colonial de seus edifícios, de seus predios, das vias e praças, desperta grande interesse por parte dos turistas, que, frequentemente, vêm visitar a cidade e suas cercanias; "considerando" que ferem dolorosamente a sensibilidade dos turistas os predios que destoam o […] thypo colonial, decreta:
>
> Art 1º- Não é permittida, no perimetro urbano, a construcção de predios e de edificios em desaccôrdo com o estylo colonial da cidade.
>
> Art 2º- Os actuaes predios existentes no perimetro urbano em desaccôrdo com o artigo antecedente, deverão ser modificados nas respectivas fachadas, quando estas tenham de receber reparos. (OURO PRETO, 1931)

e ainda que:

> Art 3º- Nos reparos, concertos, reconstrucções e limpezas não é permittida a modificação externa do estylo antigo, quer nos telhados, quer nas fachadas ou cimalhas, em quaesquer detalhes.
>
> Art 4º- Não poderão receber pintura portaes, peitoris, columnas e outros quaesquer trabalhos em pedra existente externamente em quaesquer edificios e em construcções historicas ou artisticas, retirando-se a pintura, que ja exista, ao serem reparados ou limpos.
>
> Art 5º- Para construcções, reconstrucções, reparos e limpezas externas é necessario previo alvará da Prefeitura, sob as penas de demolição do serviço feito clandestinamente e de multa de […]. (OURO PRETO, 1932)

Com esses decretos, vemos que a cidade recebeu sua primeira verdadeira iniciativa concreta de preservação, mas também de congelamento da paisagem colonial, demonstrando desprezo e intolerância com os estilos arquitetônicos e transformações sofridas ao longo do séculos XIX e início do século XX. É curioso observar que no Decreto nº13/31 já havia menção clara à atividade turística e preocupação em não decepcionar aqueles que visitavam a cidade em busca do reconhecimento da ambiência colonial e da história impregnada nesta. A ampliação na demanda de serviços como acomodação, alimentação, guias, etc., incentivou não apenas o crescimento

---

[94] O edifício da antiga Casa de Câmara e Cadeia já se encontrava nessa época sob a custódia do Governo Estadual, que o cedeu à União para a instalação do Museu da Inconfidência em troca do financiamento do Grande Hotel de Ouro Preto. Essas informações se encontram em carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade, antigo diretor do SPHAN de 1938 ao Ministro (?), disponível no APMOP. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2011/05/instituto-historico-de-ouro-preto-um.html>. Acesso: em 15 nov. 2017.

[95] O mandato de João Velloso (1931-1936) teve como bandeira a defesa do patrimônio histórico e artístico da cidade, destacando-o em relação a seus predecessores e sucessores (DRUMMOND, 2011).

[96] APMOP. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2013/12/preservacao-do-patrimonio-de-ouro-preto.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

econômico, mas também populacional[97]. Assim, a visitação turística e a mística crescente em torno da cidade fez com que, em 1933, Ouro Preto fosse elevada à condição de monumento nacional e, em 1938, fosse tombada pelo SPHAN.

O primeiro reconhecimento oficial do valor histórico-patrimonial da cidade de Ouro Preto ocorreu através da criação do Decreto Federal nº22.928[98] de 1933, que reconheceu o núcleo urbano como monumento nacional. Apesar de considerar que a cidade tivesse sido testemunha de importantes fatos históricos, seu texto se dirigia mais especificamente aos monumentos, edificações e obras de arte, não mencionando o valor específico do espaço urbano em si; nada referente ao tipo de traçado ou aos elementos urbanos específicos da era colonial foi encontrado. A discussão patrimonial no Brasil naquele momento, entretanto, era ainda muito jovem, tendo passado por significativo aprofundamento nos anos subsequentes.

Em 1937 foi promulgado o Decreto-lei Federal nº25, que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional[99] no Brasil, na qual observou-se a ampliação do que se compreendia por patrimônio:

> Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
>
> §1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que se trata do Art. 4º desta lei.
>
> §2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937, grifo da autora)

Dessa forma observa-se a grande adequação do Centro Histórico de Ouro Preto ao que se passa a considerar como de valor patrimonial, pois esse se apresenta não apenas como um testemunho de importantes fatos históricos, mas também como um grande acervo artístico-arquitetônico de épocas passadas, como um sítio de grandes belezas naturais e, em especial, como um raro exemplar de domínio da técnica urbanística que fez possível o desenvolvimento de uma longeva ocupação frente a um terreno de tão difícil manejo.

---

[97] SANDOVAL, ARRUDA & SANTOS, 2009.

[98] BRASIL, 1933.

[99] BRASIL, 1937.

Em relação às intervenções nos bens tombados, o Decreto-lei 25 outorgava ao recém-criado SPHAN[100] muitos poderes e muitas responsabilidades, afirmando em seu Artigo 17 que as coisas tombadas não poderão ser "destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas (…)". O Artigo 18 complementava este texto afirmando que sem a prévia autorização deste, não se poderia fazer nenhuma intervenção na vizinhança da coisa tombada que criasse obstrução total ou parcial à visibilidade da obra. O Artigo 19 incumbia ao novo órgão da União a tarefa de arcar com as despesas das obras que necessitassem de reparo quando os proprietários comprovadamente não o pudessem fazer e o Artigo 20 atribuía a esse o dever se ser o vigilante permanente das coisas tombadas.

Apesar do decreto demonstrar uma grande centralização de poder sob a figura do SPHAN, em seu Artigo 23 ele explicitava que deveriam ser criados acordos entre União e Estados para que existisse uma coordenação, inclusive legal, na questão da proteção ao patrimônio. No entanto, é interessante lembrar que um maior empoderamento efetivo dos municípios só ocorreu após a promulgação da Constituição de 1988[101], e que até então grande parte das decisões importantes referentes às cidades eram tomadas nas esferas estaduais e federais.

Após o reconhecimento como monumento nacional e a criação do órgão responsável pela proteção do patrimônio, foram instituídos os Livros de Tombo e enfim o acervo de Ouro Preto foi, ao longo dos anos, sendo reconhecido, organizado e protegido. O centro histórico de Ouro Preto, em forma de conjunto arquitetônico e urbanístico, se encontra atualmente inscrito em três Livros de Tombo: no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Inscrição 098, de 1986), no Livro Histórico (Inscrição 512, de 1986) e no Livro de Belas Artes (Inscrição 039, de 1938), não existindo nenhuma menção à cidade, evidentemente, no Livro de Artes Aplicadas[102]. O conjunto arquitetônico e urbanístico é a única inscrição de Ouro Preto no no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O Livro Histórico conta com o conjunto e também com cinco edificações (uma atualmente em ruínas). O Livro de Belas Artes é aquele que mais possui inscrições relativas a Ouro Preto contando com o conjunto arquitetônico e urbanístico e com outras quarenta e três (43) inscrições.

---

[100] Criado pela Lei Federal nº378 de 13 de janeiro de 1937, que em 1946 recebe o nome de DPHAN - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, em 1970, o nome de IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

[101] BRASIL, 1988.

[102] Fonte: IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans/>. Acesso em: 12 mar. 2017.

As inscrições no Livro de Belas Artes ocorreram ao longo de muitos anos, e na lista hoje encontramos muitos monumentos que fazem parte de importantes espaços públicos do centro histórico. Desses, são classificados pelo IPHAN como "equipamentos e infraestrutura urbana"[103] seis chafarizes - Chafariz de Marília, Chafariz da Glória, Chafariz do Alto da Cruz, Chafariz do Alto das Cabeças, Chafariz do Passo de Antônio Dias e Chafariz dos Contos; e seis pontes - Ponte da Barra, Ponte de Antônio Dias, Ponte dos Contos, Ponte do Pilar, Ponte do Rosário e Ponte Seca. Sob a classificação de "edificação e acervo", encontramos cinco passos - Passo à Praça Tiradentes, Passo da Ponte Seca, Passo da Rua do Rosário, Passo da Rua São José e Passo de Antônio Dias; e, sob a classificação de "bens móveis e integrados", o Oratório da Rua Barão de Ouro Branco. Assim, independentemente das edificações que os emolduram, os espaços livres de uso público são também relembrados de seu valor histórico pela presença de tais elementos, quando não são o elemento tombado em si, como é o caso das pontes.

Observa-se que, a partir dessas iniciativas, ainda nos anos 1930, se iniciou um grande número de obras de restauro de edificações e também de alguns elementos presentes nos espaços públicos do centro histórico, mas também de anulação de seus adquiridos ecletismos, afirmando sua imagem idealizada como a de cidade colonial. Dessas, se destacou o *Plano de Restauração de Ouro Preto*, idealizado por Gustavo Barroso em 1935 e empreendido por Epaminondas Macedo[104]. Neste, observamos que, além dos principais templos religiosos, foram restaurados chafarizes e pontes com a intenção explícita de se recompor a imagem histórica, interferindo diretamente na paisagem e no uso dos espaços públicos[105]. Percebemos que esse tipo de iniciativa era condizente com o panorama da preservação que se moldava também em escala internacional, como visto no estudo das primeiras cartas patrimoniais.

Outra importante iniciativa de conservação do centro antigo de Ouro Preto ocorreu no final dos anos 1940 por iniciativa do DPHAN, em trabalho coordenado, entre outros[106], por Sylvio de Vasconcellos. Foi assim desenvolvido o *Estudo da Cidade de Ouro Preto*, no qual foi realizado um "inventário cadastral para a definição dos critérios de escolha dos imóveis que deveriam ser priorizados para a recuperação do casario da cidade" (SORGINE, 2008, p.10). Essa recuperação empregaria recursos exclusivamente particulares, a serem angariados através da campanha

---

[103] A classificação dos bens se encontra disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

[104] MENICONI, 1999.

[105] Entre outras ações, destaca-se a reativação dos chafarizes. Mais detalhes sobre essas recuperações serão apresentadas no histórico de cada espaço público, no Apêndice.

[106] Paulo Thedim Barreto, Renato Soeiro e Lúcio Costa (SORGINE, 2008).

Salvemos Ouro Preto[107]. Este estudo foi o primeiro no qual se apreendeu de forma aprofundada o preocupante estado de conservação dos imóveis históricos da cidade, evidenciando a ameaça não aos grandes monumentos, que já vinham sendo alvo de conservação ao longo dos anos, mas principalmente do casario comum, que compunha, e ainda compõe, grande parte da paisagem do centro antigo. Assim, esse não tinha como objetivo empreender intervenções diretas nos espaços públicos da cidade, mas ao promover intervenções nas edificações que compunham suas faces, acabou afetando indiretamente os largos e praças.

A participação de Lúcio Costa nessa e em outras ações do DPHAN, não apenas como chefe da Divisão de Estudos e Tombamento[108], mas como figura de destaque na defesa do modernismo, prolongou e fortaleceu a perseguição ao ecletismo e outros estilos historicistas na cidade, fazendo uma seleção subjetiva do que seria verdadeiramente histórico, e do que seria digno de ser preservado. Associada a essa postura, o entendimento de que a proteção do patrimônio histórico devesse ser voltada ao ambiente construído, e não às áreas livres produzidas no passado, deram margem à demolição de importantes edificações, como a do Mercado Municipal do Largo do Coimbra, desfigurando por completo o jogo de cheios e vazios já centenário daquele espaço público. Além da perseguição aos historicismos, a justificativa de que tal demolição deveria ser empreendida para que melhor se contemplasse a Igreja de São Francisco de Assis foi, no mínimo, contraditória, pois o barroco tem como uma de suas características o jogo de contrastes, e o templo já dispunha de adro grande o suficiente para que fosse apreciado. O espaço resultante da demolição fez com que a visão se perdesse no panorama da porção leste da cidade, prejudicando a percepção do vazio como um lugar[109].

Este tipo de atitude se manifestou ainda em várias ocasiões posteriores, como, por exemplo, a sugestão da demolição do atual edifício do Ministério Público (antigo Banco Commércio e Indústria de Minas Gerais) e o plantio de árvores em seu lugar, o que felizmente não foi empreendido. Outra de suas sugestões não acatadas foi a remoção do Monumento à Tiradentes da praça homônima, com o argumento de que este não se adequava ao conjunto do casario ali presente, devendo ser

---

[107] Esses recursos foram levantados através de festas e espetáculos beneficentes junto à alta sociedade e leilões, envolvendo empresários, políticos, artistas e intelectuais, entre outros grupos, refletindo o recurso a fins particulares quando o governo federal deixou o DPHAN com poucas condições de atuação graças à falta de repasse financeiro (SORGINE, 2008).

[108] SORGINE, 2008.

[109] A criação desse tipo de vazio é diametralmente oposta à ideia de ambiência mais íntima comum às praças antigas, como bem estudado por Sitte (1996) e já analisado no capítulo anterior

transferido para a região da Estação Ferroviária[110]. Este argumento, defendido também por Sylvio de Vasconcellos[111] e retomado posteriormente pelo português Viana de Lima (1970) em seu plano de conservação de Ouro Preto, justificava-se pela análise estética do espaço, mas mostrava pouca sensibilidade com a história da cidade além do período colonial. Evidenciava também a pequena compreensão da ligação que seus habitantes e visitantes tem com esses monumentos e também a ausência de participação da população local nesses planos e decisões.

Desta forma, observa-se que a cidade durante alguns anos ficou à mercê do que um pequeno grupo de intelectuais, por mais importantes que fossem para o cenário nacional e para a história da arquitetura nacional, considerou adequado para a preservação de sua imagem. Este grupo sem dúvida colaborou para a preservação do aspecto colonial e das estruturas que o compunham, mas foi representativo de uma visão de cidade que aparentemente desconsiderava a importância da coexistência de elementos de diferentes épocas. Desconsiderava também que esse conjunto de elementos, muitas vezes disforme e desengonçado, era a materialização da história da cidade e também do seu povo. Curiosamente, apesar da quase criminalização dos estilos arquitetônicos adotados ao longo do século XIX, não se lutou para a reversão de alguns aspectos urbanísticos que a cidade recebeu na mesma época, como a pavimentação em paralelepípedo de pedra, ou a construção de calçadas contínuas nas bordas das vias. Ainda assim, é inegável que a preservação de muitas características coloniais da cidade tenha resultado na construção de uma poderosa imagem, que fez com que a atividade turística se tornasse uma das principais atividades econômicas em Ouro Preto ao longo dos séculos XX e XXI.

O forte crescimento demográfico, o risco de deslizamento das encostas, a descaracterização de muitos imóveis antigos e as ameaças provocadas pela grande circulação de veículos, em especial os de carga pesada, motivou a preocupação não apenas dos poderes locais, mas também estaduais e federais, reconhecendo a necessidade de buscar auxílio junto às instituições internacionais. Assim, a UNESCO enviou, em 1966, uma missão liderada pelo francês Michel Parent com o objetivo de avaliar as condições locais dos principais sítios históricos e tecer diretrizes para sua conservação[112].

---

110 A estas diretrizes, presentes no *Plano Especial de Ouro Preto*, elaborado nos anos 1950 para as comemorações dos 250 anos de Ouro Preto (SORGINE, 2008), se somam outras, como a demanda pela alteração de fachadas de edificações ecléticas, dando-lhes aspectos coloniosos, percebidos na transformação das coberturas tanto do Cine Vila Rica (antigo Liceu), quanto do grupo escolar Marília de Dirceu (antiga Escola Normal), intervenções já bastante criticadas (MENICONI, 1999).

111 RIBEIRO, 2013.

112 MENICONI, 1999.

Nos 69 dias em que ficou no Brasil, Parent visitou os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, retornando em 1967, mas não visitando mais Ouro Preto, reconhecida por este como uma verdadeira "cidade de arte". No relatório fruto de sua missão, intitulado *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du dévéloppement touristique et économique*, publicado em 1968, este propôs como medidas principais a serem adotadas: o tombamento e a restauração de monumentos; a elaboração de um plano diretor e a implementação de infraestruturas (incluindo áreas verdes); e a captação de empréstimos para, entre outros, a promoção da publicidade e do investimento em serviços voltados ao turismo[113]. Desta forma, Parent propôs medidas mais genéricas, em acordo com o defendido nas cartas patrimoniais da época, mas deu um passo importante na história de Ouro Preto - um primeiro reconhecimento internacional de seu valor histórico e artístico.

Graças à complexidade da tarefa a ser empreendida, a UNESCO voltou a enviar um representante em 1968, o arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima, encarregado da elaboração de um plano de conservação específico para Ouro Preto, que ficou conhecido como *Plano Viana de Lima*. Este esteve inicialmente em Ouro Preto em duas missões, uma entre outubro e dezembro de 1968 e outra em 1970, na qual permaneceu na cidade por apenas uma semana. Este retornou posteriormente em 1972 e também em 1974, como consultor para a elaboração do Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana (1972-1975), coordenado pela Fundação João Pinheiro[114].

Nos dois relatórios produzidos em suas missões, ambos intitulados *Rénovation et mise en valeur d'Ouro Preto*, um publicado em 1970 e o outro em 1972, percebemos que as propostas avançaram muito em relação às diretrizes apontadas por Parent, especialmente por trazerem um estudo mais aprofundado do sítio, com diretrizes de planejamento que ultrapassavam a questão apenas turística, apesar de não abandoná-la de forma alguma. Muitas foram as sugestões feitas por Viana de Lima de intervenções nos espaços públicos do centro histórico, mostrando abordagens oramais conservadoras, com a subtração de elementos para a valorização de visadas consideradas artisticamente superiores, ora mais progressistas, com a indicação de instalação de elementos contemporâneos em plena área protegida.

---

[113] RIBEIRO, 2013. Percebe-se que essas iniciativas foram empreendidas dentro de um mesmo contexto que produziu as Normas de Quito (1968), que depositavam grandes expectativas na atividade turística como principal parceira na preservação dos centros históricos.

[114] RIBEIRO, 2013.

No primeiro relatório do arquiteto português, uma das medidas mais urgentes a serem tomadas seria a revisão da legislação para que se garantisse a proteção ao sítio até a execução de um plano diretor capaz de prever o crescimento da cidade sem que este afetasse o núcleo histórico. Nesse relatório, chegou a indicar em mapa as áreas que poderiam receber construção, as que poderiam ser melhor integradas ao conjunto (desde que feitas pequenas alterações) e as que deveriam ser demolidas. Através desta diretriz, percebe-se que Viana de Lima aparentemente ainda via a cidade como obra de arte, na qual deveriam ser eliminadas ou encobertas interferências posteriores em nome da composição de um cenário histórico ideal. Assim, as melhorias urbanísticas propostas tinham como foco principal a salvaguarda do centro, mas ainda com a perspectiva de transformá-lo em museu a céu aberto, como espaço turístico, não o reconhecendo ainda completamente como a centralidade principal de uma cidade viva e ativa.

Sua visão sobre preservação, no entanto, se mostrava mais abrangente do que aquela identificada no começo do modernismo, expressa na Carta de Atenas de 1933, e que tanto influenciou os arquitetos da sua geração. Acompanhando a tendência da época da missão, a conservação deveria ser centrada não apenas nos grandes monumentos, mas em todo o tecido urbano, inclusive em seus espaços públicos.

> En ce qui touche à la conservation properment[115] dite du secteur urbain, on devra avoir en vue la conservation des particularités de sa configuration générale intégrée dans le relief du sol, comme la disposition des rues, les caractéristiques architectoniques locales et la végétation des domaines publics ou privés. Par ailleurs, il conviendra de récupérer les valeurs culturelles ruinées ou amoindries et chercher les moyens de valoriser les perspectives urbaines les plus belles ou les plus expressives, les monuments les plus nobles comme les discret recoins[116]. (LIMA, 1970, p.18)

Viana de Lima alertou também para a grande ameaça à cidade-monumento imposta pela circulação e estacionamento desordenados de veículos, especialmente os de carga, para a pavimentação e para os monumentos do centro histórico, tecendo a sugestão de alterações na organização do trânsito na área considerada por este como de prioridade de intervenção - os arredores da Praça TIradentes. Observamos que suas sugestões, no entanto, trariam grandes impactos para outras vias e espaços públicos caso tivessem sido acatadas. Pareciam também desprezar a grande inclinação de algumas ruas para as quais o trânsito seria desviado, e os riscos do aumento da circulação por essas.

---

[115] Optamos por manter a grafia assim como encontrada no texto original.

[116] No tocante à conservação propriamente dita do setor urbano, dever-se-á ter em vista a conservação das particularidades da sua configuração geral integrada no relevo do solo, como a disposição das ruas, as características arquitetônicas locais e a vegetação nos domínios públicos ou privados. Além disso, será conveniente recuperar os valores culturais arruinados ou diminuídos e buscar os meios para valorizar as perspectivas urbanas mais belas ou as mais expressivas, os monumentos mais nobres como os recantos discretos. Tradução da autora.

Apesar do aparente desprezo por algumas importantes conexões viárias do sítio que seriam interrompidas, ou dificultadas com suas sugestões, Viana de Lima apresentou uma boa proposta de criação de bolsões de estacionamento periféricos à região mais central, sugerindo que o estacionamento ao longo das vias e de todas as praças fosse proibido. Já em relação à Praça Tiradentes, observamos que ele não apenas recomendou a proibição completa do estacionamento e uma redução drástica na circulação veicular[117], assim como a afamada remoção do Monumento à Tiradentes, mas também uma questão de uso fundamental - a retomada da praça como espaço simbólico ao transformar o antigo prédio do Palácio dos Governadores em um "Palácio da Cidade"[118]. Este também recomendava fortemente que a praça voltasse a ser um espaço de passeio, e que fosse utilizada para todo tipo de manifestações culturais, como concertos, teatros e *ballets*, retomando a tradição de espetáculos ao ar livre que ali se espacializavam nos tempos passados[119]. Uma outra diretriz interessante encontrada no plano foi a substituição da toponímia geral atual pela antiga que, como como será abordado no próximo capítulo, ainda é a efetivamente utilizada pela população.

Viana de Lima defendia também a demolição urgente da sala de cinema representada pelo Cine Vila Rica, que deveria ser substituída por outra edificação multi-uso a ser situada em local periférico ao centro histórico. Sugeria igualmente a construção de um parque desportivo na região hoje ocupada pelo bairro Jardim Alvorada, de um teatro ao ar livre na região chamada de Lages e a implantação de um novo jardim botânico na área que compreende o vale superior do Córrego dos Contos[120], que chegou a sediar o primeiro jardim botânico da cidade (e um dos primeiros do Brasil), desaparecido há séculos. Este projeto deveria ser coordenado, segundo o plano, por "M. Burke[121] Marx, un des meilleurs paysagistes du monde"[122] (LIMA, 1970, p. 26), e deveria ser complementado com a construção de um Museu Botânico, diretamente conectado ao jardim.

---

117 Este sugere a manutenção apenas da importante conexão entre as ruas Direita e do Ouvidor (Conde de Bobadela e Cláudio Manoel).

118 Não é possível compreender ao certo no plano elaborado por Viana de Lima se este "Palácio da Cidade" seria uma espécie de museu sobre a história da cidade, ou se seria efetivamente o retorno da edificação a uma função administrativa, como a sede da Prefeitura Municipal. Graças à menção posterior sobre a necessidade do estabelecimento de um centro cívico em outra região da cidade, acreditamos que a primeira hipótese seja a mais provável.

119 LIMA, 1970.

120 Anos mais tarde transformado em Parque Natural Municipal Horto dos Contos, que se encontra atualmente desativado.

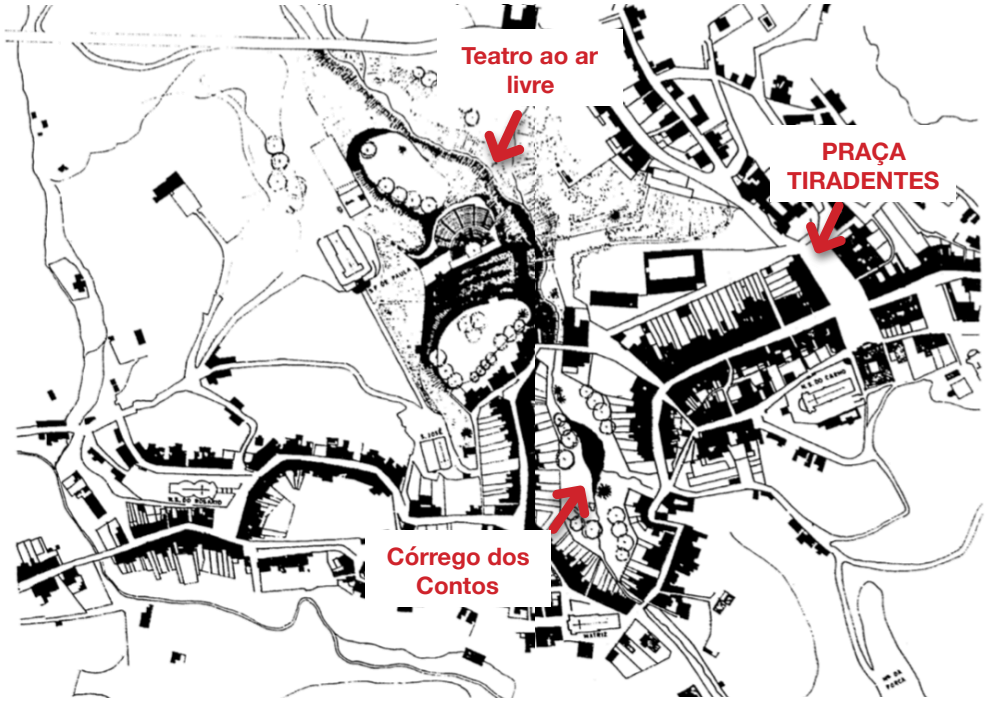
121 Optamos por manter a grafia assim como encontrada no texto original.

122 Senhor Burle Marx, um dos melhores paisagistas do mundo. Tradução da autora.

Lima também sugeria que a Escola de Farmácia fosse transferida para o campus, no Morro do Cruzeiro, e que em seu lugar fosse criado um Museu de Farmácia. Ainda em relação à criação museus, este indicou a construção de um Museu de Arte Contemporânea na região da Barra, local onde desde o século XVIII se encontravam referências ao "jogo da bola" e onde ainda hoje existe um grande campo de futebol administrado pelo OPTC (Ouro Preto Tênis Clube). Em relação ao adros, este fez inúmeras sugestões indo desde a melhoria da iluminação, a repavimentação de algumas áreas, o replantio de espécies, até a remoção de brinquedos infantis existentes à época no adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário[123].

Em seu segundo relatório, fruto da missão de 1970, Lima ratificou muitos posicionamentos feitos anteriormente, detalhando-os e estabelecendo prioridades que facilitassem sua implantação. Entretanto, em relação aos espaços públicos, verificamos que o teatro ao ar livre, anteriormente proposto para o caminho das Lages, parece ter sido relocado para o Jardim Botânico, cujo desenho foi finalmente apresentado[124]. Este aparentemente ocuparia tanto o vale superior, quanto o inferior do Córrego dos Contos, coincidindo exatamente com o local do projeto implementado anos depois através do apoio do *Monumenta* (FIGURA 18).

Figura 18: Jardim Botânico segundo o Plano de Viana de Lima



Modificado pela autora
Fonte: LIMA, 1972.

[123] Esses e outros locais aqui citados serão apresentados com maiores detalhes nos capítulos seguintes, para que se possa compreender sua inserção urbana e articulação com o sistema de espaços públicos do centro histórico.

[124] Essa modificação de localização parece ter sido motivada também graças ao relatório geológico que concluiu que a região das Lages estava sujeita a sérios deslizamentos de terra.

A defesa da implantação do novo jardim botânico foi um dos temas centrais do segundo relatório de Viana de Lima, que se mostrou inconformado com a falta de lugares de passeio e encontro na cidade, conforme deixou transparecer no seguinte trecho:

> Une des caractéristiques d'Ouro Preto est la qualité de son cadre naturel. Pourtant, le désintérêt pour les parcs et jardins de la ville est frappant. Leur aspect négligé déprécie le paysage urbain. Une action éducative paraît nécessaire pour convaincre la population de l'intérêt de recréer une ambiance urbaine plus raffinée, non seulement du point de vue de la propagande touristique mais aussi pour la satisfaction esthétique des citadins.
>
> Dans le même ordre d'idées, il manque des lieux de promenade et de détente tels que des jardins publics, des parcs, des belvédères[125]. (LIMA, 1972, p.10)

Assim, pela primeira fez fala claramente das necessidades de lazer e encontro da população local, mas o tom do discurso ainda é um autoritário, dizendo que a população precisaria ser educada para apreciar o tipo de espaço público que esse considerava adequado, ao invés de investigar que tipo de atividades essa população praticava, ou gostaria de praticar, ao ar livre e em qual local da cidade. Outro fator que consideramos importante na análise do uso dos espaços púbicos no Centro Histórico de Ouro Preto é a observação atenta e aprofundada das características climáticas locais, a serem discutidas no próximo capítulo. Muito provavelmente graças ao pouco tempo que Viana de Lima passou na cidade, e graças à complexidade e extensão da tarefa a ele incumbida, vimos que este não pôde, efetivamente, chegar a compreender a fundo nem o clima, nem a relação da população local com os espaços livres do centro antigo.

Ainda assim, consideramos de grande valia a atenção dada por Viana de Lima à questão do espaço público, além do reconhecimento da urgência em se modificar a relação da cidade com o trânsito, defendendo em seu segundo relatório ainda mais a inibição da circulação veicular, buscando dar prioridade aos deslocamentos pedestres e também rever os locais de estacionamento no centro histórico, dissociando-os dos largos e praças. Este apostou também na pedestrianização de várias vias e na substituição do tipo de pavimento encontrado na época de sua visita (paralelepípedo de pedra, ainda sendo o tipo predominante no centro histórico) pelo revestimento antigo da cidade (seixos), considerado por esse mais antiderrapante, e mais seguro para os deslocamentos à pé. Segundo ele, a revisão das circulações naturalmente facilitaria um melhor usufruto dos espaços livres de uso público do centro antigo.

---

[125] Uma das características de Ouro Preto é a qualidade do seu quadro natural. No entanto, a falta de interesse pelos parques e jardins da cidade é impressionante. Seu aspecto negligenciado deprecia a paisagem urbana. Uma ação educacional parece necessária para convencer a população do interesse de recriar uma ambiência urbana mais refinada, não somente do ponto de vista da propaganda turística, mas também da satisfação estética dos cidadãos. Da mesma maneira, faltam lugares para caminhar e relaxar, como jardins públicos, parques, mirantes. Tradução da autora.

> Il n'est pas concevable que se poursuivra la coexistence des piétons et des véhicules sur un tracé urbain d'un tel dessin et d'un tel profil.
>
> Sans doute l'adaptation d'Ouro Preto aux besoins de la vie moderne doit être assurée mais, en même temps, ce sont les déplacements à pied qui permettent de jouir le caractère et du charme de ses rues, de ses édifices et de ses panoramas. […]
>
> Une circulation bien réglée faciliterait aussi la création de lieux de repos, espaces verts publics, belvédères, terrasses, etc… qui manquent si cruellement à Ouro Preto[126]. (LIMA, 1972, p.19)

Apesar da validade e da atualidade de todas essas observações, percebe-se que Lima não traçou um projeto concreto alternativo à inibição da circulação veicular, e não mencionou a questão do transporte público ou deu indícios de quais modais poderiam ser utilizados no traçado histórico. Outro problema detectado é que seu plano criticava o crescimento da atividade mineradora, industrial e habitacional no sentido Saramenha (área de expansão urbana ao sul do centro histórico), mas não apontava outra alternativa de desenvolvimento econômico para a cidade que não fosse o turismo, até hoje uma atividade importante, mas que representa uma fatia pequena do PIB local. Assim, além do plano ter sido altamente impopular junto aos atores locais[127], muitas de suas propostas foram consideradas utópicas ou, naquele momento, técnica e financeiramente inviáveis, e assim o plano foi quase todo abandonado[128]. Entretanto, alguns anos mais tarde foi parcialmente retomado através de uma iniciativa de âmbito nacional, mais compreensiva das realidades locais e mais conceitualmente audaciosa, que contou também com a colaboração do arquiteto português.

Em 1973 a Fundação João Pinheiro foi contratada através de um convênio entre o IPHAN, o IEPHA-MG, a PMOP e a PMP[129] para o desenvolvimento de uma revisão do Plano Viana de Lima, expandindo-o e aprofundando-o, que ficou conhecida como *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*[130]. A FJP, na época, era uma instituição considerada jovem e prolífica, na qual preponderava o discurso de um planejamento integrado e mais

---

126 Não é concebível que se dará continuidade à coexistência de pedestres e de veículos em um traçado urbano de tal desenho e de tal perfil. Sem dúvida a adaptação de Ouro Preto às necessidades da vida moderna deve ser assegurada, mas, ao mesmo tempo, são os deslocamentos a pé que permitem o desfrute do caráter e do charme de suas ruas, de seus edifícios e de seus panoramas. […] Uma circulação bem regulamentada também facilitaria a criação de locais de repouso, espaços verdes públicos, mirantes, terraços, etc... que fazem tão cruelmente falta à Ouro Preto. Tradução da autora.

127 MACHADO, 2014a.

128 MENICONI, 1999.

129 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Ouro Preto e Prefeitura Municipal de Mariana, respectivamente.

130 FUNDAÇÃO…, 1975v.

compreensivo do território, voltado tanto ao desenvolvimento econômico quanto social[131]. A equipe, de caráter multidisciplinar e que contava com 120 integrantes, trabalhou no plano por mais de um ano, produzindo ao final deste prazo muitos relatórios setoriais e um relatório síntese. O *Relatório Síntese* foi bastante divulgado à época, sendo produzidas 500 cópias, algumas ainda disponíveis em bibliotecas universitárias e de instituições governamentais. Os relatórios setoriais, no entanto, são de menor conhecimento público, pois foram direcionados apenas aos setores que seriam responsáveis pela aplicação e gerenciamento das propostas. Esses contém informações bastante valiosas, especialmente no tocante aos espaços públicos, como veremos mais adiante.

O *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana* da FJP se destacou em relação aos anteriores principalmente por dois motivos; um deles foi o fato de considerar não apenas o Centro Histórico de Ouro Preto como objeto de estudo, mas também o Centro Histórico de Mariana, levando em conta o fato de que os dois núcleos efetivamente formavam uma aglomeração, sendo interdependentes em diversas circunstâncias. Em segundo lugar, destacou-se a recusa da equipe em enxergar nos problemas dessas cidades apenas as questões de cunho histórico-patrimonial; assim, o plano visava, antes de tudo, cuidar dos problemas urbanos considerados comuns, presentes em muitas das cidades brasileiras: ocupações informais, precariedade residencial e expansões não planejadas; conflitos entre trânsito e tecido urbano e deficiências no transporte público; problemas de saneamento básico, com lançamento de resíduos nos córregos e contaminações; entre outros. Segundo a visão da FJP, se esses problemas não fossem tratados, a preservação seria uma tarefa quase impossível[132]. Podemos perceber que esse tipo de visão também se mostrava bastante atual em relação às discussões internacionais da época, especialmente no tocante à percepção da importância do contexto regional.

Assim como no Plano Viana de Lima, o estudo da FJP denunciou a incompatibilidade do sistema viário da área central com a utilização veicular intensa. Este registrou que, na medida em que o centro era a área que concentrava equipamentos básicos municipais e ainda a maior parte das atrações turísticas, suas vias eram superutilizadas, e espaços com grande interesse paisagístico, como a Praça Tiradentes, o Largo do Cinema e o Largo da Alegria, se tornaram estacionamentos improvisados[133]. Na cartografia de *Classificação das vias* (FUNDAÇÃO…, 1975v, Mapa 2.10)

---

131 TEIXEIRA, 2015.

132 MACHADO, 2014a.

133 É interessante destacar também que, na época do levantamento, o transporte público ainda era muito insipiente e, por não utilizar ainda os microônibus, mais compatíveis com a rede viária local, era bastante dificultado. Assim, a utilização dos veículos particulares para os moradores e turistas acabou sendo incentivada, criando uma cultura hoje difícil de ser revertida - embora, não impossível.

pode se identificar que, na época do levantamento, eram utilizados como estacionamento, além dos locais supramencionados, o Largo Orlando Trópia, um trecho no caminho das Lajes, uma área na entrada do OPTC, e o Largo do Pilar (chamado antigamente de *Fundos do Ouro Preto*, vazio entre os fundos da igreja do Pilar e a Ponte do Pilar). Atualmente, de todos esses espaços públicos, o único no qual o estacionamento foi banido foi a Praça Tiradentes[134].

Em suas propostas relativas ao sistema viário, também sugeria, assim como no plano precedente, a criação de bolsões de estacionamento para o desafogamento das vias e espaços públicos. Esses foram propostos em vários pontos, mas de todas essas áreas, apenas a da Igreja de São Francisco de Paula foi efetivada, sendo o estacionamento criado no bairro do Pilar exclusivo aos eventos promovidos no Centro de Convenções da UFOP. O plano chegou também a apresentar três diferentes hipóteses de alteração nas circulações do centro histórico para privilegiar os deslocamentos pedestres. Essas deveriam, se possível, serem implementadas progressivamente, dado que a última visava retirar totalmente a circulação veicular de algumas ruas centrais. No entanto, ao analisar o material gráfico produzido, não acreditamos que nenhuma das hipóteses fosse realmente viável, pois o desvio dos carros acarretaria, aparentemente, uma sobrecarga de fluxos em vias nada adequadas à circulação.

Apesar disso, consideramos que o inventário dessas e de outras muitas informações sobre a cidade (histórico, evolução da ocupação, aspectos físicos, estrutura urbana, infraestrutura, dinâmica urbana, entre outros) e sua espacialização em uma cartografia temática generosa[135] tenha sido, não apenas essencial para o desenvolvimento do diagnóstico do plano, mas também se tornou um produto inédito para Ouro Preto. Em linhas bem gerais, após a conclusão do diagnóstico, o plano apresentou uma proposta de congelamento do adensamento no centro histórico, sugerindo várias intervenções para a melhoria da qualidade de vida e da qualidade da visitação turística neste. Uma das saídas vistas para sua degradação era a inibição de sua função de concentração de comércios e serviços a nível regional e o incentivo das funções de cultura e lazer. Ao mesmo tempo, como compensação, sugeria a expansão residencial e comercial em núcleos distantes, principalmente em Saramenha e em Passagem de Mariana[136].

---

134 Trataremos dessa intervenção nos próximos capítulos.

135 Apesar de ser um pouco imprecisa na localização de alguns equipamentos, como os de recreação, por exemplo (Mapa 2.8), e também de alguns elementos turísticos e de ornamentação do espaço público, como os chafarizes (Mapa 2.9). Observou-se também a ausência da representação de alguns elementos-chave, como o Chafariz de Marília, no Antônio Dias (FUNDAÇÃO…, 1975v).

136 Distrito da cidade de Mariana localizado no limite entre esse município e o município de Ouro Preto.

> Considerando-se indesejável qualquer nova edificação, tanto em expansão do tecido urbano, como no adensamento das áreas já urbanizadas, as intervenções possíveis ficam praticamente restritas aos projetos de paisagismo e restauração, às reformas internas de edificações existentes e à reconstrução daqueles que ruíram. (FUNDAÇÃO…, 1975v, p. 47)

Consideramos que o plano desenvolvido pela FJP teve, efetivamente, muito valor, e que uma das análises mais inéditas e mais interessantes apresentadas sobre o sítio foi a avaliação do atendimento às demandas de recreação, lazer e cultura. Observamos assim que esse diagnóstico apontou, ainda nos anos 1970, as mesmas deficiências que detectamos hoje, mais de quarenta anos depois[137]:

> Ouro Preto oferece à sua população poucas possibilidades para a prática de atividades de recreação e lazer. Os parques desportivos não são suficientes para o atendimento de todas as faixas da população […].
>
> Desta forma, obtém-se o baixíssimo índice de pouco mais de $1m^2$[138] de área de recreação por habitante. Como em toda cidade desse porte, esta carência é em parte compensada pela proximidade do espaço rural. É importante, no entanto, considerar a quase inexistência de equipamentos destinados às crianças, tais como parques infantis, de uso público ou vinculados a entidades privadas. (FUNDAÇÃO…, 1975v, p.17)

Diferentemente do Plano Viana de Lima, o Plano da FJP realizou uma pesquisa identificando os tipos de atividades de lazer preferidos pela população, que foi separada em três faixas etárias - crianças (0 a 13 anos), adolescentes (14 a 18 anos) e adultos (19 ou mais anos), detalhadas no *Relatório Setorial 2.5 - O Lazer em Ouro Preto e Mariana*[139]. Nesse, podemos ver que a participação em atividades de lazer em Ouro Preto se mostrou, de um modo geral, fraca, e nos

---

[137] É interessante observar que, segundo o nosso levantamento, realizado entre os anos 2015 e 2017, o Centro Histórico já conta hoje com algumas opções de espaços que tenham equipamentos direcionados às crianças, embora situados em regiões mais periféricas e mais desconectadas dos grandes fluxos. A qualidade desses equipamentos e a vitalidade dos espaços, entretanto, deixam a desejar, como discutiremos posteriormente nos próximos capítulos.

[138] Já para Mariana, verificamos a relação de $3m^2$ de área de recreação por habitante, o que mesmo que considerada insuficiente segundo os padrões nacionais e internacionais, já se mostrava muito superior à de Ouro Preto. A maior quantidade de área proporcional ao número de habitantes e o tipo e qualidade do espaço público encontrado na cidade vizinha (jardins, praças mais bem equipadas, áreas mais planas), explica, em parte, os deslocamentos dos ouropretanos para Mariana aos finais de semana. Este hábito de deslocamento inter-municipal para este fim foi confirmado através de breves entrevistas realizadas com moradores locais que tinham filhos - comerciantes, balconistas, seguranças, funcionários da prefeitura, professores da UFOP, entre outros. Não foram produzidos para esta pesquisa, dados quantitativos que nos dêem uma porcentagem da população que realiza esse deslocamento regularmente, mas achamos interessante apresentar aqui essa realidade.

[139] Achamos interessante informar que, segundo dados do relatório setorial da área de lazer sobre a metodologia empregada na pesquisa, foram entrevistados: presidentes de clubes sociais/desportivos, diretores de colégios, presidentes de clubes de serviço, políticos locais, professores de educação física ou pessoas ligadas ao esporte, presidentes/diretores de entidades culturais e líderes locais. Além disso foram realizados levantamentos sistemáticos de todos os equipamentos e áreas destinados ao lazer e pesquisas domiciliares com chefes de família por amostragem. (FUNDAÇÃO…, 1975a)

impressionou constatar que mais de 81% das crianças não participavam de nenhuma forma de lazer[140]. Já entre o grupo dos adultos, esse percentual caía para um pouco mais de 65%[141].

Para fins de pesquisa, as atividades de lazer foram divididas em atividades culturais (a ida a teatros, concertos, bibliotecas, museus e cinema); as sociais (como visitas a amigos, parentes, vizinhos e a freqüência a bares, restaurantes, boates e bailes); as recreacionais ativas (como a freqüência a praças, clubes e práticas de esportes); e as recreacionais passivas (como a assistência a jogos de futebol e TV). Verificou-se que as práticas de lazer ativo, as quais consideramos mais efetivamente dependentes da qualificação dos espaços livres de uso público, eram mais comuns entre adultos, chegando a representar quase 94% das atividades daqueles que se envolviam em atividades de lazer. Entre as crianças e adolescentes predominava o lazer passivo, principalmente, o dedicado à televisão, que entre os adolescentes chegava a mais de 46% do total. Segundo a investigação da equipe, o lazer cultural parecia não despertar interesse em nenhuma faixa etária, corroborando com a nossa impressão de que muitos dos equipamentos culturais da cidade fossem verdadeiramente interessantes apenas para os turistas, talvez por uma falta de adequação da programação desses às características do perfil dos moradores.

Em relação ao detalhamento das atividades de recreação ativa junto ao grupo infantil, consideramos interessante o destaque para as brincadeiras em adros de Igreja. Esses, no Centro Histórico de Ouro Preto, são realmente áreas livres de grande relevância, sendo muitas vezes as únicas áreas planas mais amplas, pavimentadas ou gramadas, existentes nos bairros. Entretanto, em alguns desses adros, como detalharemos nos capítulos seguintes, possuem proibições expressas quanto à utilização de seus recintos para esses fins. Já entre os jovens e adultos, detectamos que, entre as atividades documentadas, as que se mais se relacionavam com o espaço público era o "footing" na Rua São José e a "curtição" na Praça Tiradentes[142].

Este relatório setorial se propôs também a realizar um levantamento dos equipamentos existentes, nos quais as áreas para recreação foram divididas em *áreas livres* e *outras áreas*. As áreas livres por sua vez, foram agrupadas em *vegetação tratada* (jardins e áreas gramadas), *vegetação não tratada* (sem tratamento mas chamadas de praça), *espaço improvisado* (sem equipamentos indutores de atividades de lazer, mas apropriados para este fim) e *lajeado* (pavimentados em pedra, como os adros, ou as inclusas no sistema viário). Nessas áreas a pesquisa identificou,

---

[140] O que se explica pela inexistência de espaços públicos com equipamentos infantis na cidade à época do levantamento.

[141] FUNDAÇÃO…, 1975a.

[142] Ainda que em desuso atualmente, optamos por conservar os termos como adotados originalmente na pesquisa.

respectivamente, 3.960m², 19,000m², 8.000m² e 7.550m². Apesar de pioneiro, esse levantamento e classificação não foi adotada na presente pesquisa, pois consideramos que esses dados eram por demais vagos, e a cartografia temática desenvolvida era imprecisa e confusa. O relatório ainda apresentava um calendário de datas comemorativas da cidade, onde se pôde perceber que havia comemorações em todos os meses, e que esse ainda se assemelha muito ao calendário de eventos atual da cidade, evidenciando uma tradição cultural forte e estável.

Nas conclusões desse diagnóstico setorial destacamos as deficiências que tinham relação mais direta com os espaços públicos: falta de clubes desportivos para todas as faixas social e de renda; falta de incentivo à vida noturna; falta de parques infantis e falta de áreas livres gramadas e jardins. Também destacamos nas demandas de aspectos culturais um interesse em se desenvolver maior intercâmbio entre a UFOP e a população local "com o objetivo de produzir realizações culturais e recreacionais" e também a necessidade de "maior incentivo por parte da Prefeitura às atividades culturais, notadamente nos fins de semana", atendendo ao mesmo tempo a população local e os turistas (FUNDAÇÃO…, 1975a, p.20-21). Podemos observar que nessas demandas todo o foco foi dado ao lazer quotidiano, e que, mesmo que as melhorias favorecessem também o turista, estas estavam muito mais voltadas à elevação da qualidade de vida local. O relatório também chamou a atenção para a necessidade de maior participação da administração pública na questão do lazer, reforçando a responsabilidade da Prefeitura em fortalecer o atendimento à população local, mais do que ao turismo. Esse tipo de abordagem evidencia também o crescimento da importância do espaço público junto à comunidade científica e à sociedade, algo que aparentemente foi apenas ganhando mais força com o passar do tempo.

No anexo do relatório setorial de lazer, encontramos uma lista de cinco áreas prioritárias nas quais se recomendou a instalação de equipamentos de lazer para que pudessem cumprir as funções recreativas e turísticas[143]. A primeira área prioritária foi considerada a Praça Tiradentes, na qual se recomendou a limitação do tráfego de veículos e a interdição do estacionamento, a ocupação das calçadas por mesas de bar e a retirada das correntes em torno do monumento central, "a fim de que o mesmo seja usado espontaneamente", assim como a instalação de "bancos discretos, que não alterando a fisionomia da Praça, possam servir de assento aos seus frequentadores" (FUNDAÇÃO…, 1975a, p.28). Assim, observa-se que uma das principais demandas identificadas era justamente a criação de elementos que permitissem uma permanência mais longa no espaço, favorecendo a contemplação e também a sociabilização. Percebemos que

[143] As propostas para essas cinco áreas prioritárias se encontram detalhadas em outros relatórios - os relatórios de paisagismo das Unidades de Proposição, como veremos mais adiante.

dessas recomendações, infelizmente obedeceu-se somente à interdição de estacionamento (e só do final dos anos 2000) e à liberação da livre apropriação no Monumento à Tiradentes.

O segundo e o terceiro locais indicados eram ambos, à época do levantamento, miolos de quadra. Em um deles, hoje conhecido como Vale dos Contos, se recomendou a limpeza da área, o saneamento do córrego, a construção de passagens de pedestre, a substituição dos dois campos de esporte improvisados por uma quadra poliesportiva, assim como a instalação de poucos equipamentos infantis, cuidando para que o local ainda fosse primordialmente utilizado como jardim natural e local de repouso. No outro, hoje se encontra a Praça da Ponte Seca, ou Jardim da Ponte Seca. No relatório foi recomendada a limpeza do terreno e a reforma dos quintais, com a efetiva transformação da área em jardim público. Entretanto, ao invés dos brinquedos infantis e equipamentos esportivos hoje ali instalados, imaginava-se que a área seria mais dedicada à apropriação dos alunos da FAOP, escola de artes cuja edificação faz parte do casario cujos quintais se voltam para o jardim. Percebemos que os dois miolos de quadra aqui destacados foram convertidos em espaços livres de uso público nos anos 2000, evidenciando a grande influência do plano nas intervenções futuras.

As duas últimas áreas consideradas prioritárias são espaços contíguos a córregos - o Córrego do Sobreira e o Córrego Caquende. Na área contígua ao Córrego do Sobreira, foram identificados os usos de passagem de pedestres e de prática de futebol. Assim, o relatório propôs o saneamento do córrego e a construção de calçadas, assim como a limpeza e o ajardinamento da área, fazendo com que essa fosse dedicada a pequenos shows ao ar livre e ao descanso. Já na área ao longo do Córrego do Caquende foi identificado o uso de passagem de pedestres e de brincadeiras infantis esporádicas. Propôs-se então a ratificação e o incentivo dessas atividades através do saneamento do córrego, da limpeza da área, do ajardinamento e da instalação de bancos discretos favorecendo também o repouso no local. Observa-se assim que todas essas medidas foram recomendadas para que se favorecesse a permanência em pontos bem localizados na malha urbana do Centro Histórico, ampliando a oferta de espaços de lazer e encontro para a população local, ainda que criassem também oportunidades de apropriação para o turista. Diferentemente dos exemplos anteriores, essas propostas foram apenas parcialmente desenvolvidas, também nos anos 2000, como veremos adiante.

Além das propostas contidas no *Relatório Setorial 2.5 - O Lazer em Ouro Preto e Mariana*, no *Relatório Síntese* também se encontra a sugestão de "criação de duas praças de esportes para atenderem às populações localizadas nas extremidades do Pilar e de Antônio Dias" (FUNDAÇÃO…, 1975v, p.45). O plano também chegou a propor um zoneamento

simplificado do solo, no qual percebe-se a criação de um *Setor Recreacional* junto à Barra envolvendo, inclusive, o Morro da Forca. Esse deveria ser objeto de um projeto especifico, que contemplasse a área com equipamentos esportivos e de recreação, além de comércios e instituições ligadas à atividade recreativa.

Outras várias propostas de intervenção em espaços públicos também foram encontradas nos relatórios setoriais relativos ao tema *Paisagismo - Unidades de Proposição*[144]. Nesses relatórios foi feito um diagnóstico mais detalhado de cada unidade paisagística da área de estudo (dividida em 23 áreas), para as quais foram elaborardes proposições como a substituição de coberturas, o enterramento da fiação aérea, e a demolição de algumas edificações mais recentes e de baixa qualidade arquitetônica, além de intervenções diretas nos espaços públicos - adros, largos e praças existentes, algumas destas apresentadas em forma de anteprojeto. São essas propostas, em nosso julgamento, que evidenciam a grande sensibilidade do plano em relação à qualidade de vida quotidiana na cidade. Nas propostas apresentadas percebemos uma clara intenção de se criar mais oportunidades de permanência no centro histórico, providenciando áreas de assento (inclusive sombreadas) para incentivar as atividades de sociabilização, de descanso e também mais oportunidades de recreação e de contemplação da paisagem.

Além da representação gráfica dos anteprojetos (FIGURA 19), nos relatórios encontramos a descrição textual das propostas e suas justificativas:

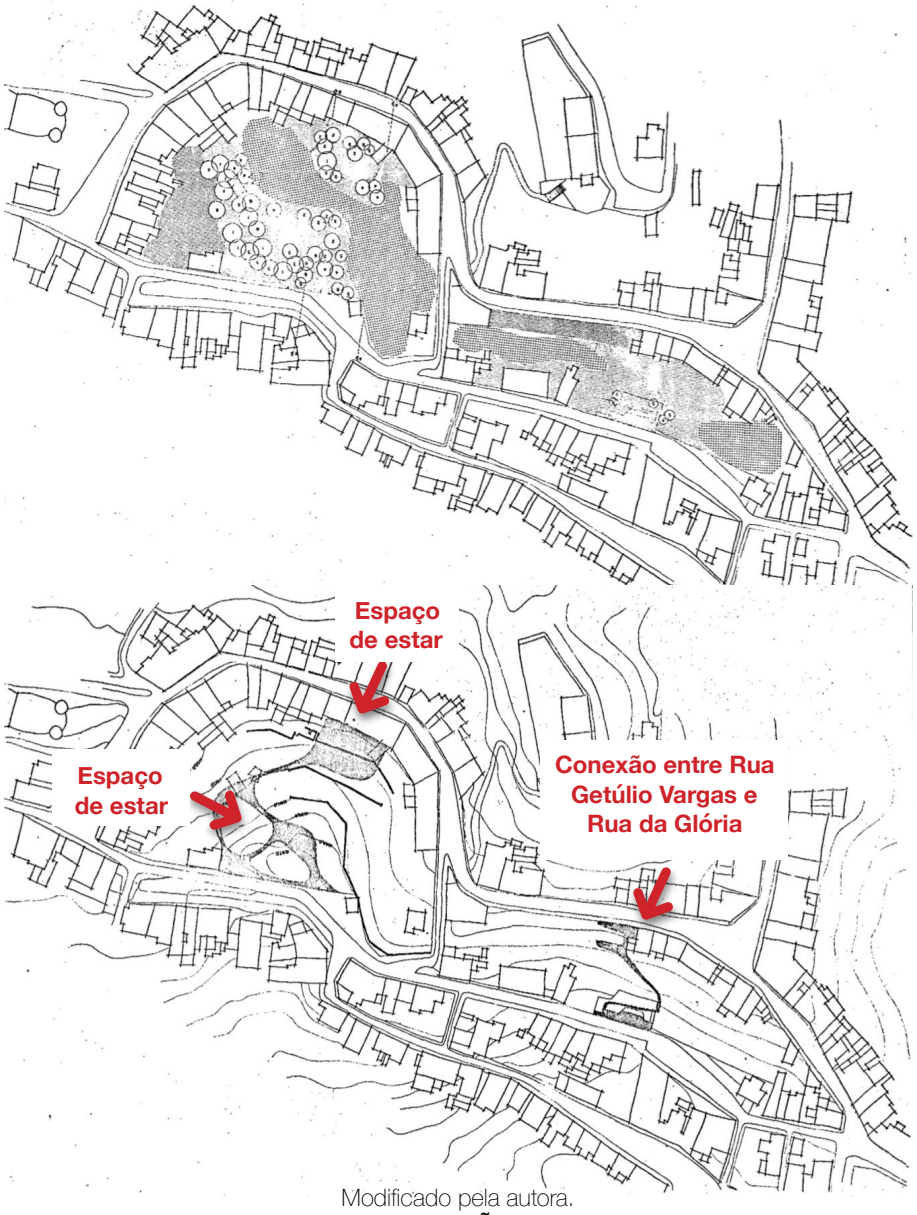
> […] procura-se o aproveitamento da áreas livres, anteriormente citadas, como locais de permanência ou de passeio agradável.
>
> Como local destinado a uma maior permanência, utilizamos a área entre a Ponte Seca e a Rua Getúlio Vargas. Aí, com um pequeno movimento de terra, pode-se obter dois planos de fácil apropriação pela população.
>
> 1. Ao lado do Passo da Ponte Seca, abre-se uma entrada à área em apreço, transformando-a em praça de uso público, parcialmente coberta por árvores de copa rala como Sibipiruna (Cesalpinia Peltophoroides) e Jacaranda Sp.[145]
>
> Nesta praça, os bancos deverão se dispor de maneira a permitir a formação de grupos de conversação ou cantoria. É possível, também, promover o uso da área por pessoas interessadas em jogos como xadrez ou gamão, desde que se programe torneios semanais, criando deste modo o hábito, ao qual a área se presta.
>
> 2. O segundo plano, mais elevado, fica sendo um patamar nos fundos da FAOP, onde esta possa desenvolver atividades ao ar livre, como exposição de esculturas, aulas de arte plástica ou expressão corporal e balé. (FUNDAÇÃO…, 1975c, s/p)

---

144 No *Relatório Síntese* encontra-se uma descrição simplificada do processo de análise multi-critérios desenvolvido para se classificar os espaços urbanos de Ouro Preto segundo sua importância paisagística. Através desta, foram criadas 23 Unidades de Proposição, muitas delas inseridas no centro histórico (FUNDAÇÃO…, 1975v).

145 Optamos por apresentar nesta citação a grafia original do texto, e não a notação correta dos nomes populares e científicos das espécies.

Figura 19: Espaços públicos na antiga Rua da Glória (como encontrado e proposta)



Modificado pela autora.
Fonte: FUNDAÇÃO..., 1975c.

Observa-se nas propostas da FJP a intenção de criação não apenas de intervenções pontuais, mas de um sistema de espaços públicos, conectando as novas áreas aos demais espaços presentes nas proximidades. Outro ponto de destaque é o reconhecimento da necessidade não apenas da instalação de mobiliários, mas também da criação de uma programação para incentivar o uso do espaço[146]. Assim, verificamos que em termos de diagnóstico e de propostas, o plano da FJP talvez tenha sido o mais importante estudo desenvolvido para o centro histórico no tocante aos seus espaços públicos, até hoje servindo de norte para muitas intervenções.

[146] Por mais que o tipo de atividade proposta não reflita mais as preferências dos jovens e demais usuários contemporâneos, a programação de eventos quotidianos em si ainda é vista como um instrumento extremamente válido para a dinamização dos espaços públicos.

A explicação para a não implementação de muitas das propostas apresentadas, por mais pertinentes que fossem, foi a de que, na época, a PMOP se apresentava como uma instituição, no geral, "desaparelhada para cumprir suas funções" (FUNDAÇÃO…, 1975, p.19), sem planejamento e cujas obras eram realizadas sem programação, apenas atendendo a necessidades imediatas. Consequentemente, vemos que apesar desse ser um plano bem mais completo que seus antecessores, contando com um diagnóstico muito detalhado, a fraqueza da administração municipal se colocou como um dos maiores problemas para a sua implantação.

> "A complexidade do instrumento, as dificuldades político-administrativas e o montante dos recursos necessários à sua implantação vão inviabilizar a execução do plano. […] Como na proposta de Vianna[147] de Lima, algumas indicações setoriais contidas no plano serão concretizadas, continuando válidas, todavia, muitas de suas análises e conclusões. (MENICONI, 1999, p. 119)

Já Teixeira (2015), através de entrevistas com alguns antigos membros da equipe, analisa as contribuições da iniciativa e atribui o fracasso do plano à falta de estudos mais aprofundados de viabilidade das propostas e ao "vazio institucional criado pela falta de entrosamento entre as prefeituras municipais e o IPHAN, o que, para a equipe, provinha da inexistência de planejamento das ações dos governos municipais" (TEIXEIRA, 2015, p.105). Assim, aponta que houve uma imposição hierárquica e um infeliz distanciamento entre o alto nível técnico dos integrantes e o posicionamento ambicioso do plano em relação à modesta realidade administrativa municipal, cujos técnicos eram ainda inexperientes em termos de planejamento. O corpo técnico local, composto pelos verdadeiros responsáveis pela gestão futura do plano, ficaram assim às margens das discussões, sem capacidade técnico-administrativa nem financeira para implementá-lo[148]. Machado (2014a) também salienta um outro fator importante no insucesso do plano - a falta de participação popular na sua elaboração, explicada em parte graças à falta de experiência em processos participativos generalizada no país, e em parte, segundo ele, pelo clima de repressão imposto pela ditadura, que fazia com que a população se sentisse inibida a expor seus reais posicionamentos.

O plano da Fundação João Pinheiro foi o último plano de conservação desse porte e complexidade desenvolvido para o centro histórico, ainda que outras iniciativas continuassem sendo produzidas esporadicamente. Um dos exemplos se deu no final de 1978 e início de 1979, quando a cidade foi acometida por chuvas torrenciais, que tiveram como consequência desabamentos, destruição de pontes e abalo de estruturas de alguns importantes monumentos

---

147 Grafia mantida como originalmente encontrada na obra do autor.

148 TEIXEIRA, 2015.

do centro histórico. Estes impactos motivaram a promoção do *Seminário de Ouro Preto* por iniciativa do SPHAN, que procurou reunir outros atores, além da Prefeitura Municipal, envolvidos na conservação do patrimônio, como a população local e também a UFOP. Nesse evento ficaram estabelecidas importantes recomendações, como a pressão pela aprovação de leis municipais que favorecessem a conservação da cidade; a construção imediata da via periférica e da rodoviária, impedindo que a Praça Tiradentes, e outros espaços públicos do centro histórico continuassem sendo ocupados por ônibus de viagem; a interdição da circulação de veículos de carga no centro histórico; a revisão imediata do plano de conservação desenvolvido pela FJP, entre muitas outras. Após o seminário foi estabelecido um convênio entre SPHAN, PMOP e UFOP denominado *Projeto Ouro Preto*, dos quais um dos produtos mais conhecidos foi a elaboração da *Carta Geotécnica de Ouro Preto*[149].

Percebe-se, entretanto, que, apesar da pertinência de muitas das recomendações estabelecidas no Seminário de Ouro Preto, a maioria permaneceu no plano das ideias. Medidas mais concretas de salvaguarda só tomaram força após o reconhecimento do valor universal excepcional do sítio pela UNESCO, em 1980, quando a cidade foi incluída na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade. Após essa data se expandiu incomparavelmente a atividade turística, que se tornou efetivamente uma fonte geradora de emprego e renda. Assim, observamos que o reconhecimento internacional foi muito importante para a preservação do sítio, e que além do desenvolvimento do turismo, esse impôs ao município um compromisso mais sério com a preservação do conjunto histórico, o que motivou a criação de várias leis específicas para garantir sua salvaguarda, evitando maiores descaracterizações.

A partir de 1980 finalmente a cidade começou a ganhar um conjunto de normas legais capaz de auxiliar as ações de preservação do centro histórico. Foi aprovado o novo Código de Posturas, centrado na manutenção da ambiência histórica, e também um primeiro projeto de lei de Plano Diretor Municipal, antes mesmo da criação do Estatuto da Cidade. A cidade, entretanto, teve seu primeiro Plano Diretor aprovado apenas em 1996, tendo sido revisado em 2006, após a constatação dos riscos à conservação do patrimônio, em grande parte imposta pela continuidade da degradação urbana, o que provocou a ameaça de perda do título de patrimônio cultural da humanidade[150]. Esse também foi revisado em 2010, ano da criação da importante Portaria nº312 do IPHAN que estabeleceu critérios mais objetivos para a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto[151].

---

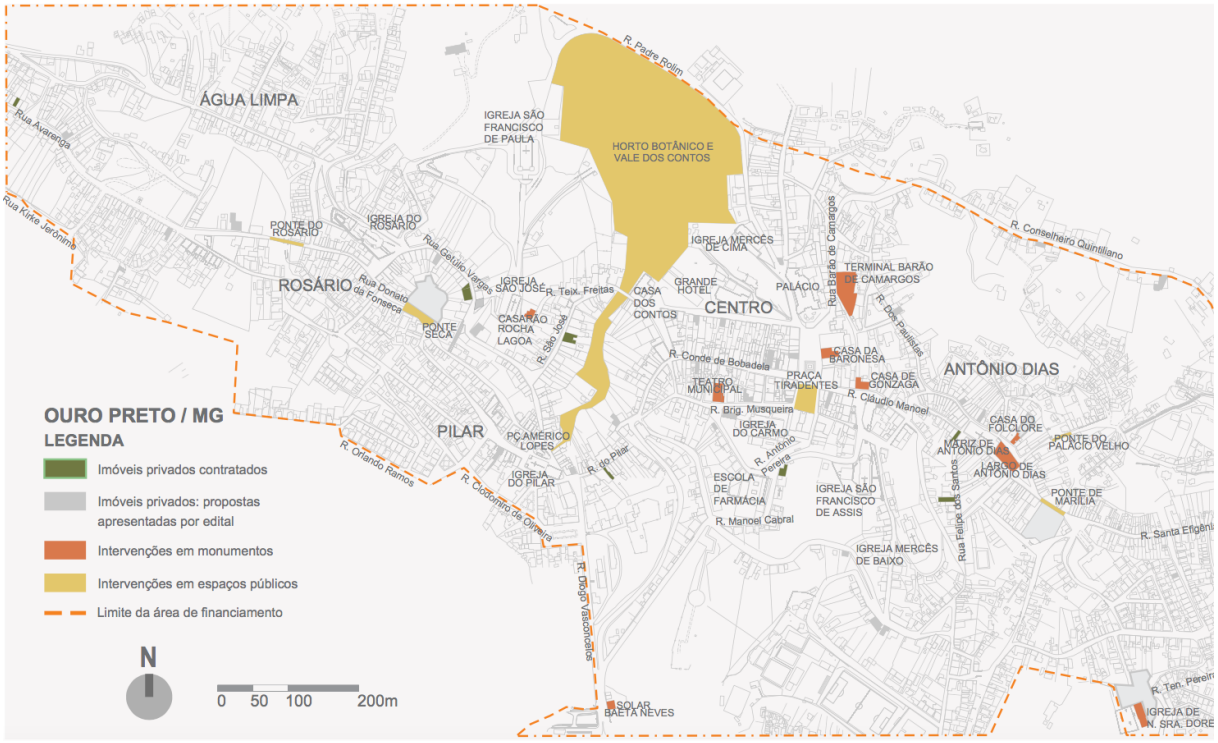
149 MENICONI, 1999.

150 A ameaça foi registrada em 2002, após visita de comitiva da UNESCO.

151 As legislações aqui citadas serão analisadas com mais detalhes no próximo capítulo.

Apesar dos avanços em termos legais, as iniciativas práticas de intervenção no centro histórico permaneceram bastante pontuais e isoladas até a criação do já citado *Programa Monumenta*. Esse programa governamental foi extremamente importante para Ouro Preto, que foi beneficiada com muitas ações, entre elas: a restauração de vários edifícios relevantes, a intervenção em espaços públicos existentes e mesmo a criação de novos espaços públicos em pleno perímetro protegido (FIGURA 20). Dessas, duas ações se destacam - a reabilitação da Praça Tiradentes, "objeto de uma pequena, mas significativa obra, que limitou o estacionamento de veículos que obstruía a visibilidade dos monumentos que circundam este que é o principal espaço público do mais importante núcleo histórico brasileiro"[152]; e a construção do Parque Natural Municipal Horto dos Contos, uma idéia que já tinha sido proposta no Plano da Fundação João Pinheiro, e que finalmente "permitiu introduzir um equipamento urbano novo, inexistente nos núcleos coloniais, no tecido urbano tradicional da mais importante cidade histórica brasileira"[153].

Figura 20: Ações apoiadas pelo Programa Monumenta em Ouro Preto-MG



Fonte: BONDUKI, 2012, p. 202

As intervenções do programa foram mesmo de grande relevância para o município, auxiliando na conservação da paisagem histórica. Entretanto, as intervenções executadas nos espaços públicos, como o alteamento da pavimentação central da Praça Tiradentes, e o consequente impedimento de estacionamento em seu recinto, não foram acompanhadas de uma maior

[152] BONDUKI, 2012, p.13.

[153] BONDUKI, 2012, p.15.

adequação espacial capaz de possibilitar uma melhor apropriação do espaço - nem pelos turistas, nem pela população local. O fechamento do Parque Horto dos Contos após pouquíssimos anos de funcionamento, evidencia também um dos maiores problemas da cidade - a ineficiência da gestão dos espaços públicos.

O Centro Histórico de Ouro Preto também foi contemplado recentemente por outro programa pré-mencionado, o *PAC-Cidades Históricas*. Entretanto, observamos que, diferentemente de muitas cidades históricas de vários estados e regiões que solicitaram apoio à intervenção, ou até mesmo na criação de espaços públicos em suas antigas áreas centrais, como Manaus (AM), Itaparica (BA), Fortaleza e Sobral (CE), São Luís (MA), Corumbá (MS), Cuiabá (MT), Belém (PA), Olinda (PE), e muitas outras; ou ainda das demais cidades históricas mineiras como Congonhas, Diamantina, Sabará, São João del Rei e Serro; as ações do *PAC-CH* em Ouro Preto foram quase todas destinadas à recuperação de edificações. As duas únicas ações indiretamente relacionadas aos espaços públicos foram a *Restauração dos Chafarizes do Centro Histórico* e a *Requalificação urbanística do entorno da Capela do Padre Faria (N. S. do Rosário dos Pretos)*[154].

Em entrevista realizada com a arquiteta Cristina Cairo, Superintendente da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da PMOP[155], nos foi informado que um dos motivos para que não tenham havido ações de intervenção em espaços públicos através do *PAC-Cidades Históricas* em Ouro Preto foi o fato de que o prazo para o envio de propostas foi demasiado curto, e o edital exigia projetos básicos já prontos para as áreas a serem contempladas. Ou seja, a inexistência de projetos em andamento de qualificação de largos, praças e outros espaços públicos, fez com que a administração local perdesse essa oportunidade de viabilização de melhorias no centro histórico.

Assim, observamos que apesar da cidade já ter sido alvo de muitos planos e programas ao longo dos anos, apenas a partir dos anos 1970 é que os espaços públicos começaram a ser reconhecidos como equipamentos independentes, dotados de funções e potencialidades que perpassam a mera contemplação do entorno edificado. O reconhecimento da carência de espaços destinados ao lazer ativo e passivo pelos estudos desenvolvidos a partir dessa data denuncia também uma mudança sociocultural, mostrando que a freqüência às atividades religiosas já não respondia mais ao amplo espectro de demandas da comunidade local contemporânea. Infelizmente, poucas propostas para os espaços públicos contidas nesses planos foram concretizadas, sendo as ações do *Monumenta* uma exceção.

---

154 Fonte: IPHAN. Disponível em:

155 Entrevista realizada em 27 de março de 2018.

Desta forma, vemos que mesmo depois do surgimento dos programas mais contemporâneos e mais includentes de conservação patrimonial, que possibilitaram o financiamento de diversas iniciativas, os principais espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto permaneceram oferecendo poucas oportunidades de apropriação para a população local. Durante a semana, algumas estruturas presentes nesses, como escadarias e degraus isolados, oferecem condições de descanso e tímidas oportunidades de lazer passivo para os trabalhadores em horário de almoço, ou ainda para os aposentados em suas práticas de pequena sociabilização quotidiana. Não é muito comum, entretanto, a freqüentação desses espaços por crianças ou famílias, nem é comum o uso desses para a prática de esporte ou outro tipo de lazer mais ativo, graças à falta de atrativos e de condições para a realização dessas atividades.

Aparentemente, as razões para a não concretização dos planos e projetos apresentados foram várias, mas poderiam ser sistematizadas em: falta de recursos financeiros; falta de projetos mais detalhados e/ou realistas; falta de organização da gestão municipal e; um certo conflito ideológico ou de interesses. Acreditamos também que por mais que muitas das intervenções sugeridas estivessem de acordo com as diretrizes internacionais de conservação do patrimônio, ainda há um receio em se descaracterizar a paisagem histórica colonial (mesmo quando os espaços em questão não são originários do período colonial). Ao mesmo tempo, controversamente, se permite a livre circulação e estacionamento de veículos nos principais espaços públicos, assim como a promoção de eventos nesses que causam grandes impactos na cidade.

Outro fato interessante a ser aqui colocado é que, ao mesmo tempo em que não houveram grandes intervenções nos principais espaços públicos do centro histórico voltados ao desfrute da população local, tampouco houveram empreendimentos que favorecessem fortemente a atividade turística ou outras formas mercadológicas de exploração do espaço, criando um ambiente verdadeiramente gentrificado. Assim, os largos, praças e outros espaços públicos da cidade não se vêem muito apropriados nem pelos turistas, nem pelas elites locais, nem pelos grupos mais populares, demostrando que há dificuldade (ou desinteresse) de se explorar melhor esses espaços tanto pelo poder público, quanto pelo poder privado.

Concluímos assim defendendo que os espaços públicos dos Centro Histórico de Ouro Preto não têm uma aparência séria de degradação, mas também não parecem proporcionar muito à sua população flutuante, e menos ainda à sua população local, se mantendo como espaço-cenário híbrido, contendo em seu entorno monumentos valorosos de um tempo passado, mas mantendo em seu recinto alguns inconvenientes da modernidade. Como o centro histórico se conserva ainda ativo e dinâmico, acreditamos que esse não prescinda de grandes projetos de requalificação, pois

esse não precisa ser competitivo para atrair mais atividades, sendo já uma das principais destinações turísticas do país, enquanto mantém sua importância como centralidade principal local e regional. Entretanto, precisa de espaços públicos mais acolhedores para sua população local, fazendo com que a área central seja mais democrática não apenas em relação aos comércios e serviços, mas também em relação ao lazer. Assim, compreendendo as limitações impostas pelas condições históricas e legais da cidade, nos próximos capítulos nos dedicaremos a conhecer melhor as características da área de estudo e também a investigar todos os espaços públicos presentes nesta, verificando de que maneira atendem as demandas dos grupos populacionais que a frequentam, e de que maneira estariam aptos a sofrer intervenções.

4 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO

Como salientado no capítulo anterior, esta pesquisa tem como objeto de estudo os espaços livres de uso público inseridos no perímetro do Centro Histórico de Ouro Preto, município do estado de Minas Gerais, muito conhecido nacional e internacionalmente por seu acervo histórico patrimonial representante da época colonial brasileira. Considerando a origem de sua ocupação datada do final do século XVII, a consolidação de grande parte de seu traçado tendo ocorrido nos séculos XVIII e XIX, e a densificação do tecido urbano se prolongado até o século XXI, vemos que a área de estudo dispõe de espaços públicos provenientes de uma grande variedade de períodos históricos, apresentando características bem diferentes entre si. Essas características refletem as diferenças entre as culturas de épocas passadas, manifestas em diferentes tipos de ornamento, diferentes materiais e técnicas construtivas, e também indicam diferentes formas de apropriação, que estavam diretamente ligadas às funções atribuídas aos espaços públicos pelas sociedades pregressas.

Sendo o objeto de estudo desta tese os espaços livres - ou seja, não-edificados - de uso público, é compreensível que esses sejam bastante impactados não apenas por suas diferentes origens no tempo, mas também pelas características físico-ambientais do sítio (paisagem, relevo, geotecnia, hidrografia, clima e vegetação), e pelas dinâmicas sócio-econômicas de seus entornos imediatos e expandidos (distribuição da população, renda, atividades econômicas, localização das centralidades, fluxos, entre outros). Acreditamos também ser importante conhecer qual é o conjunto das legislações de caráter tanto urbanístico, quanto patrimonial, que incide sobre o centro histórico, compreendendo a responsabilidade dessas não apenas pela formação e manutenção da paisagem edificada, mas sobretudo pelo uso e funcionamento do espaço público.

De qualquer forma, independentemente de suas origens ou características, é importante reconhecer que os espaços públicos do centro histórico tem uma grande relevância na qualidade de vida não apenas da população que reside em seu entorno, mas também na de todos os grupos que por ele circulam quotidianamente. Diferentemente de outras realidades urbanas, percebemos que até hoje esse abriga a centralidade principal do município, não se limitando às funções simbólicas ou turísticas, mas se sustentando como um centro funcional e dinâmico. A centralidade principal é concentrada principalmente no bairro Centro, mas o núcleo histórico abrange um território que compreende quase a metade do distrito-sede, envolvendo áreas pertencentes a 12 bairros. Assim, melhorar a qualidade dos espaços públicos nele inseridos é

oferecer melhores condições de fruição da cidade a toda a população que o frequenta, garantindo também à população flutuante melhores condições de apreensão de suas singularidades.

Para melhor contextualizar os espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, apresentaremos primeiramente uma caracterização do município e do recorte considerado nesta tese como área de estudo. Através dessa caracterização pretendemos compreender sua relevância local, municipal e regional; apresentando em sequência suas características físico-ambientais, sócio-econômicas e os condicionantes legais que tem relação direta com a apropriação dos espaços livres de uso público nela contidas.

4.1 Contextualização da área e dos objetos de estudo

4.1.1 Inserção geográfica

Ouro Preto é um município do Quadrilátero Ferrífero, pertencente à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, situando-se a, aproximadamente, 95 km de distância do centro da capital do estado (FIGURA 21). Seu território faz divisa com os municípios de Itabirito e Santa Bárbara ao Norte; Mariana e Piranga ao Leste; Catas Altas da Noruega, Itaverava, Ouro Branco e Congonhas ao Sul; Belo Vale e Moeda a Oeste (FIGURA 22). Junto com Diogo de Vasconcellos, Itabirito e Mariana, compõe a Microrregião de Ouro Preto[1], que se caracteriza hoje como importante centro nacional de extração de minério de ferro, além de forte destino turístico regional, nacional e internacional.

O principal acesso a Ouro Preto se dá pela rodovia federal BR 356, que liga Belo Horizonte ao município, passando antes por Itabirito, tangenciando o distrito-sede ao sul e chegando até Mariana (FIGURA 23). O acesso à sede é feito não só pela BR356, mas também pela Rua Padre Rolim, que conecta a entrada da cidade até a Praça Tiradentes, seu centro funcional e simbólico. A rodovia estadual MG129 conecta a sede de Ouro Preto ao município de Ouro Branco e chega até a rodovia federal BR040, outra conexão de grande relevância para a região, pois leva ao Rio de Janeiro. A linha férrea existente atualmente liga o centro histórico à Mariana, funcionando apenas como uma linha turística, e não como meio de transporte quotidiano entre os dois municípios. O aeroporto mais próximo, o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, se situa em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a 142km da Praça Tiradentes.

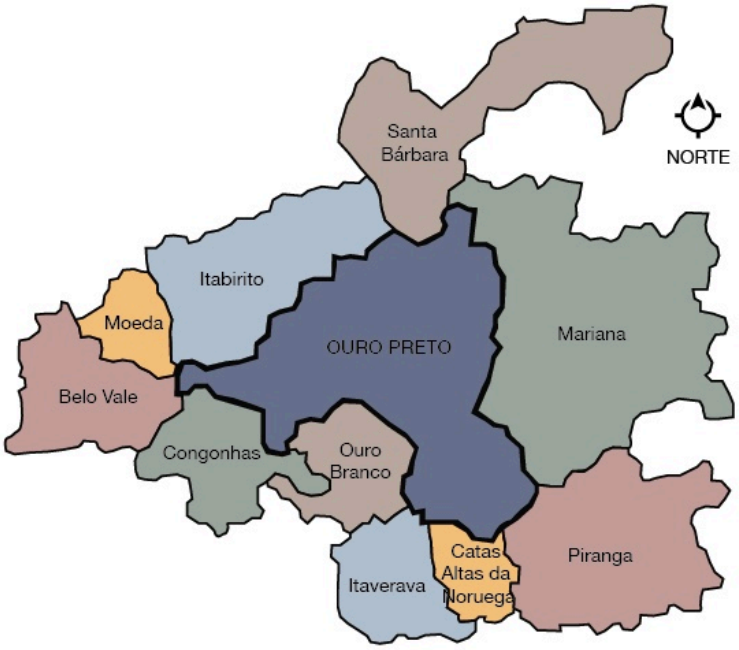
---

[1] As microrregiões são subdivisões das mesorregiões, conformando-se como conjuntos de municípios que apresentam especificidades quanto à organização do espaço e à estrutura de produção (agro-pecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca) resultantes da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares. Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao>. Acesso em: 12 mai. 2017.

Figura 21: Inserção de Ouro Preto na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte

Modificado pela autora a partir do original de Raphael Lorenzeto de Abreu.
Fonte: OURO..., 2017

Figura 22: Ouro Preto e os municípios que fazem limite com o seu território



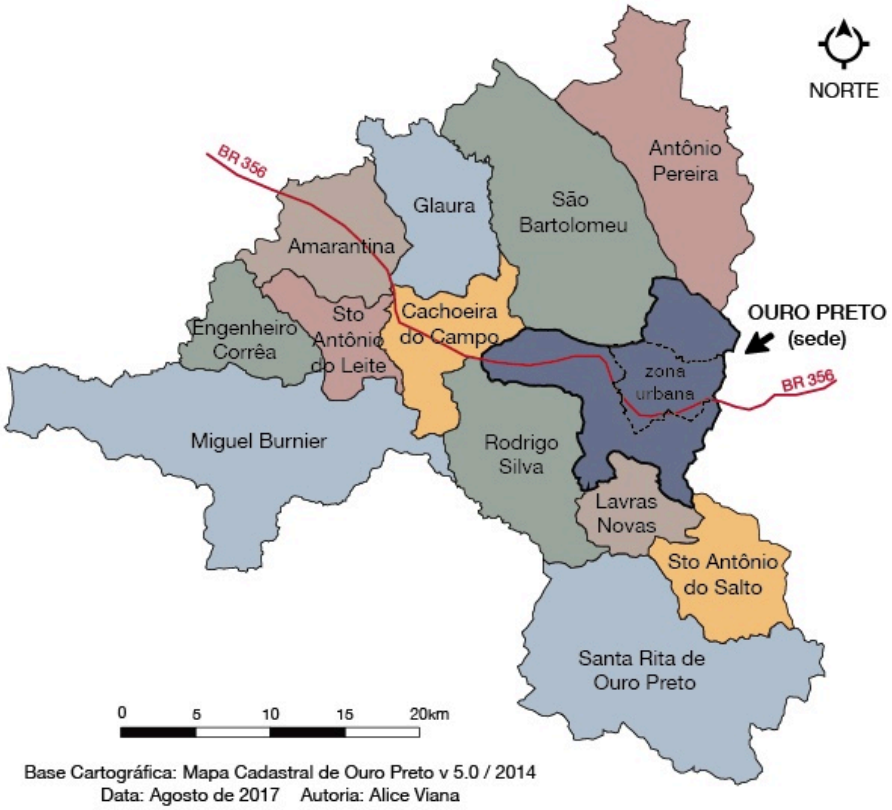
Elaborado pela autora a partir do Mapa Político do Estado de Minas Gerais - IBGE.
Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

4.1.2 Área e divisões administrativas

O município de Ouro Preto foi um relevante centro urbano no período colonial, sendo sua ocupação uma das mais antigas do estado e também do país. Seu relevo muito acidentado imprime à paisagem sua característica montanhosa, sendo um dos mais fortes condicionantes para que o território tenha sido proporcionalmente pouco ocupado e para que sua estrutura tenha se desenvolvido de forma tão fragmentada.

Em 1.246km^2 de território municipal, 120,3km^2 pertencem à sede, sendo o restante da área dividido em outros 12 distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Corrêa, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu (FIGURA 23). Da área total da sede, apenas 29,86km^2 são ocupados pelo perímetro urbano, distribuídos entre 38 bairros de dimensões modestas (FIGURA 25). A área restante se encontra distribuída em grandes superfícies verdes externas aos limites dos bairros, áreas de grande declividade e, em sua maioria, consideradas como de preservação permanente.

Figura 23: Ouro Preto e seus 13 distritos, com zona urbana da sede em destaque



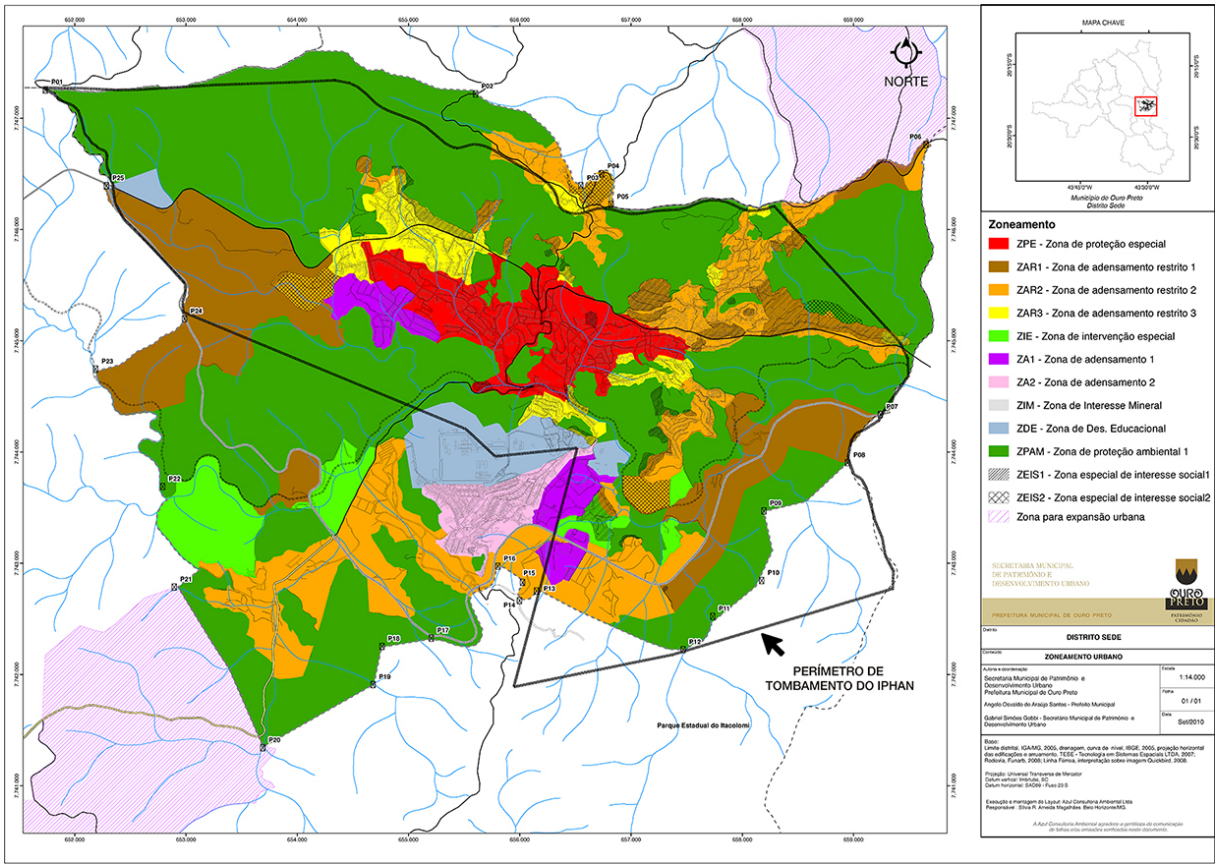
Elaborado a partir do Mapa Cadastral do Município v 5.0/2014, cedido pela PMOP

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

4.1.3 Apresentação do recorte: o Centro Histórico do Distrito-sede

Nesta pesquisa selecionamos o Centro Histórico da Sede de Ouro Preto como área de estudo por várias razões: 1) por concentrar um grande número de espaços livres de uso público, característica de difícil observação em cidades mais recentes; 2) por acreditarmos que esses ELUPs, por terem se formado em um tempo muito diferente do atual, apresentam muitas riquezas, mas também muitos conflitos entre sua forma original e as demandas da sociedade contemporânea e; 3) por defendermos a ideia de que esses espaços possam ser adaptados, promovendo uma melhor qualidade de vida para a população, sem necessariamente desrespeitar suas condições históricas, nem provocar uma expulsão da população local de suas dinâmicas.

Figura 24: Zoneamento do perímetro urbano do distrito-sede de Ouro Preto-MG



Verifica-se neste mapa o Perímetro de Tombamento do IPHAN e para a Zona de Proteção Especial (em vermelho).
Fonte: PMOP, 2010. Modificado pela autora

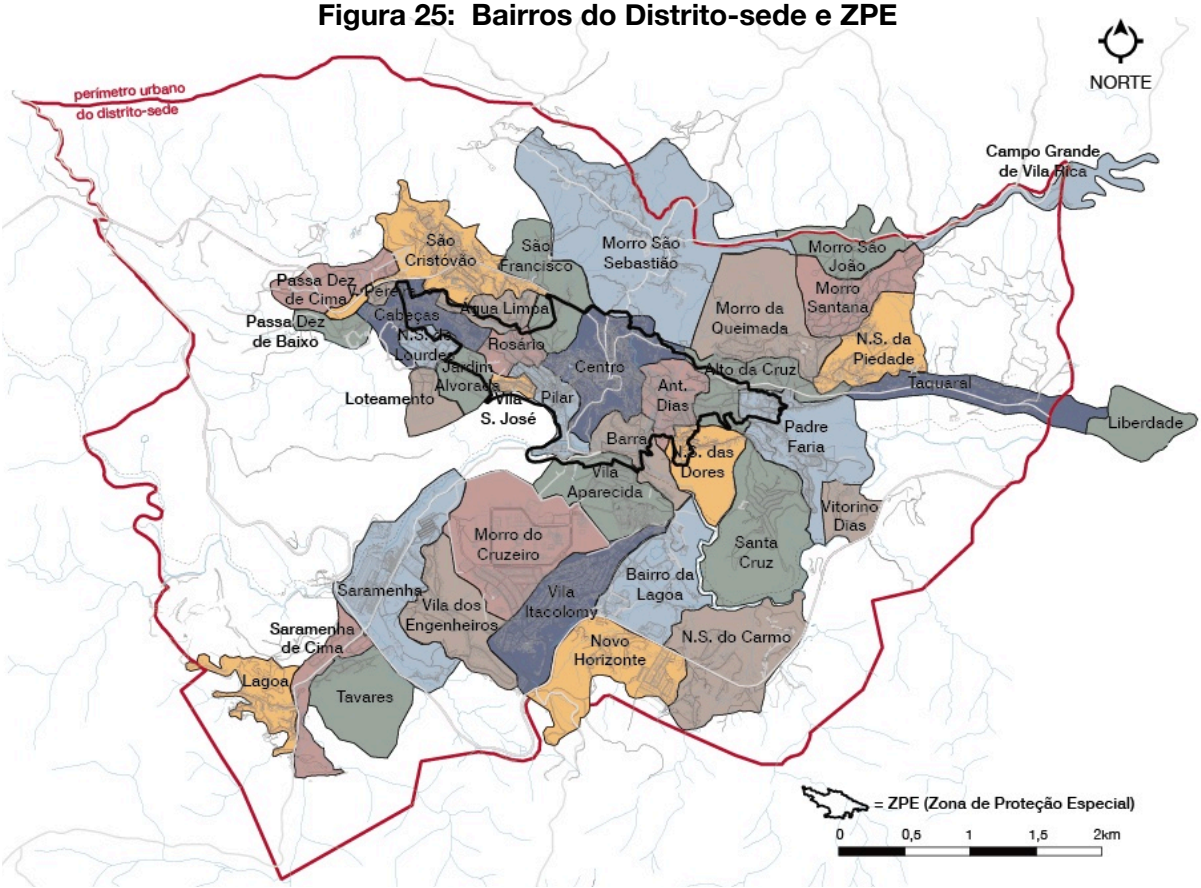
Para a população em geral, os limites do centro histórico são um tanto abstratos, pois existem edificações históricas distribuídas em quase toda a porção norte da cidade. Entre os órgãos administrativos também há certo dissenso em relação a esses limites, havendo uma delimitação de proteção criada pelo IPHAN e outra pela PMOP. Enquanto o IPHAN definiu[2] um perímetro que incluísse não apenas o tecido edificado, mas também a paisagem avistada de pontos marcantes

[2] A longa e controversa discussão que precedeu a definição desse limite é descrita por Lisboa (2017).

deste mesmo, a PMOP considerou apenas a área que concentra a maior parte do traçado antigo e um conjunto mais denso e homogêneo de edificações históricas. Este limite foi reconhecido por um zoneamento próprio, a ZPE - Zona de Proteção Especial (em vermelho na FIGURA 24)[3].

A área compreendida pela ZPE da sede de Ouro Preto foi delimitada pelo Art.41 do Plano Diretor Municipal[4] e descrita como aquela que representa parte considerável do traçado urbano original da cidade do século XVIII[5]. Possui, aproximadamente, 1,82km^2, e é nela que se localiza o bairro Centro que, como já mencionado, ainda hoje se mantém como a centralidade mais relevante de todo o município, na qual são encontrados os principais equipamentos geradores de fluxo e grande parte dos espaços livres de uso público da cidade. Além do Centro, também na ZPE se encontram os tradicionais bairros Pilar, Antônio Dias e Rosário, que concentram grande parte das atrações turísticas pelas quais Ouro Preto é reconhecida (ver FIGURA 25).

Figura 25: Bairros do Distrito-sede e ZPE



Elaborado a partir do Mapa Cadastral do Município v 5.0/2014, cedido pela PMOP

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

[3] Podemos observar na Fig. 24 que a ZPE ocupa parte considerável do tecido urbano, possuindo muitas áreas de contato com ZPAMs (Zonas de Proteção Ambiental), sendo também recortada por estas em seu interior. Essa área é quase idêntica à utilizada pela UNESCO como definição do sítio histórico inserido na Lista do Patrimônio Mundial.

[4] OURO PRETO, 2006.

[5] Além da sede, esse zoneamento pode ser igualmente encontrado no núcleo urbano de alguns distritos, como o de Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu, localidades que também se configuram como destinos turísticos.

Apesar do casario histórico ter grande visibilidade, seja em seus exemplares residenciais ou nos grandes monumentos, é importante frisar que a ZPE tem como preocupação fundamental a preservação do conjunto urbano como um todo. No Art.7 da LPOUS - Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, a ZPE está descrita como "[…] aquela composta por áreas que contêm os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença de traçado urbanístico original e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar"[6]. Desta maneira, busca-se preservar não apenas as edificações, mas principalmente a ambiência urbanística, da qual os espaços livres de uso público são indissociáveis.

Observa-se, entretanto, que apesar do perímetro da ZPE ser muito menor do que o Limite da Poligonal de Tombamento Federal do IPHAN[7], este também recebeu um zoneamento, ou setorização, como foi chamada sua divisão. Sua extensão foi dividida em três tipos de setores: APE (Área de Preservação Especial), APs (Áreas de Preservação) e APARQs (Áreas de Preservação Paisagística, Arqueológica e Ambiental) (FIGURA 26). As APARQs e as APs são áreas fragmentadas que gravitam em torno da APE, que por sua vez é coesa e:

> "corresponde ao núcleo de maior concentração de bens de interesse cultural, compreendida pelo arruamento de origem setecentista ou que guarda relação com este, áreas verdes de interesse paisagístico, bens e obras de arte tombados isoladamente, com edificações de construção de diferentes períodos" (BRASIL, 2010, p. 4)

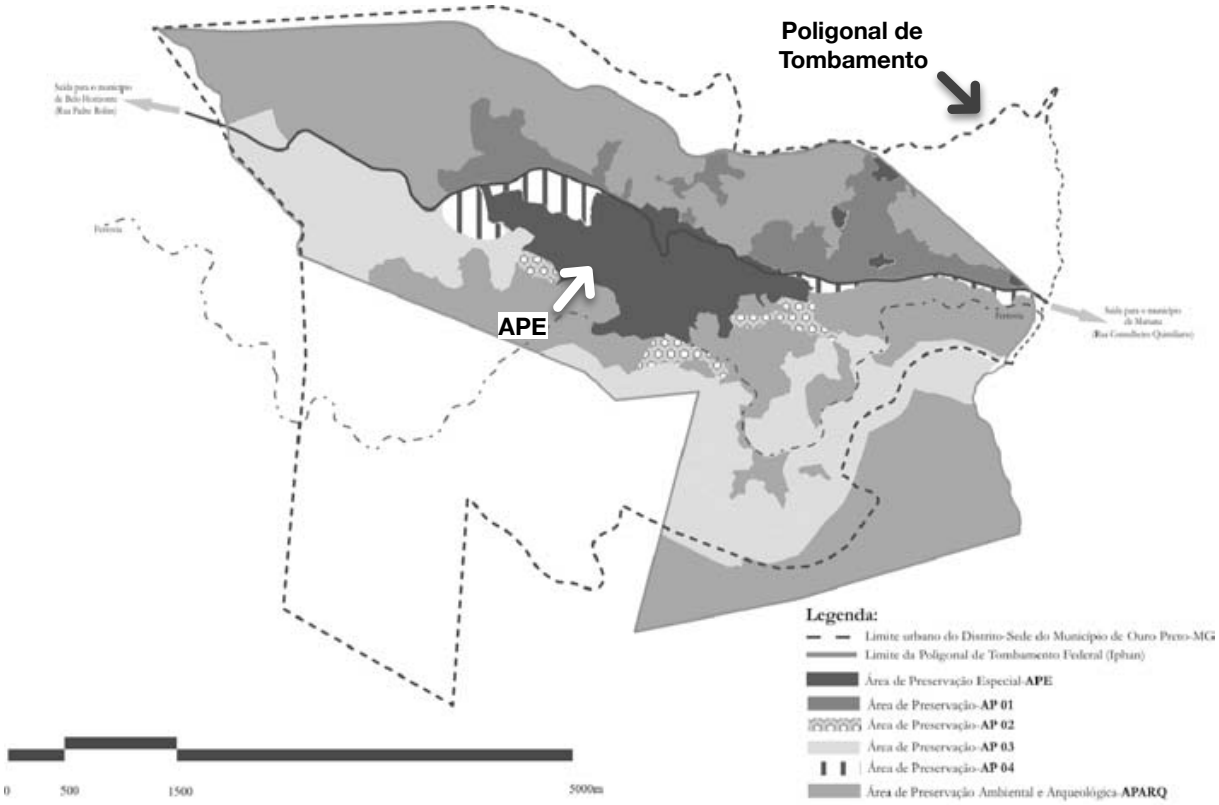
Percebemos assim, através da forma destacada na Figura 26 e da descrição textual de seu conteúdo, que há uma similaridade muito grande entre a ZPE (PMOP) e a APE (IPHAN). Desta forma, entendemos que, em ambos os órgãos, esta área é considerada como de proteção primordial do patrimônio de Ouro Preto e tudo o que está inserido nela está condicionado à respeitar tanto os parâmetros da ZPE, quanto as normas de preservação estabelecidas na Portaria nº 312 do IPHAN. Entretanto, optou-se para fins práticos de pesquisa, considerar a poligonal da ZPE como centro histórico e como área de observação, pois sobre este perímetro existe maior disponibilidade de materiais gráficos e de informações básicas. Se a ZPE foi considerada como área de estudo, consideramos como objeto de estudo o sistema formado por todos os espaços livres de uso público inseridos nesse perímetro, conforme apresentaremos a seguir.

---

[6] OURO PRETO, 2011.

[7] Definido pela Portaria nº312 de 20 de outubro de 2010 (BRASIL, 2010).

Figura 26: Planta de Macro-Setorização do Polígono de Tombamento do IPHAN



Planta de Macro-Setorização contendo as APs (Áreas de Preservação) presente no Anexo 1-A da Portaria Nº312, que dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto.
Modificado pela autora.
Fonte: BRASIL, 2010.

4.1.4 O sistema de espaços públicos do centro histórico: identificação e mapeamento

Ao olhar de quem transita pelas ruas do centro histórico, Ouro Preto parece uma cidade bem densa. As estreitas testadas dos lotes, a falta de afastamentos entre as edificações e a raridade de cruzamentos fazem com que os quarteirões formem longas massas compactas. Os espaços livres de edificação de maiores dimensões, como brevemente introduzido no item anterior, se concentram nas bordas da cidade em forma de um cinturão verde, nas APPs internas à ela e nos miolos de quadra, todas áreas de pouco contato com as dinâmicas urbanas. Na cidade vivenciada, entretanto, são os pequenos adros, largos e praças que nos oferecem, não apenas um contraste com a massa edificada, mas também a possibilidade de admirá-la.

Em Ouro Preto é pequena a oferta de espaços livres coletivos que não sejam públicos, como o OPTC[8] (Ouro Preto Tênis Clube - FIGURA 27), o que acentua ainda mais a importância dos espaços livres de uso público para as atividades de sociabilização. Nas áreas periféricas à cidade existem grandes parques, como o Parque Natural Municipal das Andorinhas e o Parque Estadual do Itacolomi, sem dúvida importantes para o lazer da população do município e também da região, mas esses estão desconectados das centralidades e do quotidiano da cidade. Neste sentido, podem ser considerados, segundo a visão da Carta de Atenas (1933)[9], como espaços de lazer semanal, mas não quotidiano, pelo menos para uma maioria da população.

Figura 27: Ouro Preto Tênis Clube visto a partir do Morro da Forca

Fonte: Foto da autora. Fevereiro de 2017.

Os espaços públicos mais frequentados pela população quotidianamente são justamente aqueles localizados em nossa área de estudo, naturalmente conectados ao espaço urbano e às suas dinâmicas. Neles se pode contemplar a riqueza de seu patrimônio histórico e conviver com a diversidade da composição social de seus moradores e da sua população flutuante. Assim, dedicamo-nos inicialmente a fazer uma tarefa de reconhecimento de todos os espaços livres de uso público presentes no centro histórico, para depois verificarmos quais são seus principais problemas e potencialidades de uso.

---

[8] Apesar de ter aspectos de espaço livre privado, o OPTC, antiga Praça de Esportes de Ouro Preto, se encontra em terreno público. Ele representa hoje o maior espaço livre voltado ao lazer e à prática de esportes de todo o município. Na Lei Municipal nº200 de 31 de outubro de 1967 o terreno de 11.345,50m^2 aparece como objeto de doação do município à Diretoria de Esportes de Minas Gerais, com a exigência de que este fosse sempre voltado ao desenvolvimento dos esportes na cidade e com a proibição de sua alienação ou doação a terceiros. Atualmente a permissionária de uso é a Associação Privada Ouro Preto Tênis Clube, e é vedada a esta a finalidade lucrativa e a remuneração de seus dirigentes. Pra maiores informações, ver Lei Municipal nº881 de 20 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_txt(14056).html>. Acesso em: 14 ago. 2017.

[9] CIAM, 1933.

No início desta pesquisa buscamos ter acesso às bases de dados municipais para tomarmos conhecimento do acervo local de espaços livres de uso público e para reunir informações diversas sobre cada um destes. No entanto, foi descoberto que no município não há uma fundação, secretaria, ou outro órgão responsável pelo gerenciamento de todos os espaços públicos - a responsabilidade sobre a manutenção desses se encontra atualmente distribuída entre várias secretarias, que não dispõem nem de uma relação com a listagem desses. Sendo assim, graças à falta de uma sistematização prévia e oficial, nos responsabilizamos pela tarefa de realizá-la. No entanto, primeiro foi-nos necessário ponderar sobre que tipo de espaço não edificado deveria ser incluído nesta pesquisa.

Após observações de campo e conversas informais com vários atores, compreendemos que para atingir nosso objetivo seria importante investigar aqueles espaços públicos considerados como oficiais e também os extra-oficiais, ainda em processo de consolidação ou ainda não reconhecidos oficialmente por mapa ou lei - não criados expressamente para servir de espaços de encontro e lazer, mas apropriados como tal. Assim, para fins de investigação, optamos por realizar um levantamento de todos os espaços livres que: 1) fossem reconhecidos oficialmente em leis e mapas como espaços públicos e; 2) mesmo não reconhecidos oficialmente, fossem de acesso público e recebessem usos voltados ao descanso e à contemplação, ao lazer e à sociabilização no quotidiano, ou; 3) tivessem, aparentemente, potencial considerável para tal.

Optamos por desconsiderar no levantamento os becos, travessas, ruas e avenidas[10], pois apesar de algumas dessas vias receberem outros usos durante certos eventos sazonais, como o Carnaval e a Semana Santa, no quotidiano essas são utilizadas majoritariamente como espaços de circulação e de sociabilização de curta duração, tendo uma variedade de tipos de apropriação limitada. Desta forma, consideramos como espaços públicos os adros de igrejas[11], os largos, as praças (secas, ajardinadas e recreativo-esportivas), as pontes, os parques e os mirantes, e optamos por desconsiderar igualmente, além das vias, alguns raros espaços residuais contíguos a estas (como canteiros gramados) que não apresentassem apropriações expressivas no dia a dia e nem tivessem, aparentemente, potencial para tal.

---

[10] Na literatura acadêmica as vias geralmente são consideradas como o primeiro espaço livre de uso público de toda e qualquer cidade.

[11] Ainda que os terrenos da Igreja não sejam espaços públicos em termos legais, mas de propriedade da Arquidiocese de Mariana (logo, da Igreja Católica), estes são acessados de forma indiscriminada e apropriados como verdadeiros espaços públicos, pois o ingresso a esses é gratuito e não há nenhuma expectativa de consumo. Tampouco é controlado por alguma forma de filiação ou distinção social, cabendo nesses espaços apenas as formas de controle vigentes para os demais espaços públicos da cidade, ou seja, a observância das leis.

Como base de dados para a elaboração da sistematização dos espaços públicos do centro histórico foram consideradas três fontes de informação complementares entre si: 1) a análise do Mapa Cadastral do Município, considerando todos os espaços marcados como “largos”, “praças” e “parques” (não tendo sido encontrada nenhuma outra forma textual de referência a outro tipo de espaço público considerado nesta pesquisa); 2) todas as leis de denominação de logradouro ou vias públicas disponíveis na CMOP - Câmara Municipal de Ouro Preto e; 3) observações obtidas através de numerosas visitas de campo, nas quais foram percorridas todas as ruas da área de estudo.

Consideramos as três fontes citadas como complementares porque na CMOP não foram encontradas as leis responsáveis por atribuir nomes a todos os espaços públicos identificados em mapa, principalmente aos espaços mais antigos e tradicionais como, por exemplo, o Largo do Coimbra. Em compensação, esses nomes aparecem no Mapa Cadastral do Município, sendo considerados assim como nomes oficiais. Alguns outros, como o Mirante da Rua Getúlio Vargas[12], são constantemente apropriados como espaços de descanso, lazer e sociabilização, mas não são reconhecidos como espaços públicos nem no Mapa Cadastral, nem através das leis de denominação de logradouro[13].

Ao longo do processo de identificação dos espaços livres de uso público nos deparamos com um fato curioso - nem sempre os nomes mencionados pela população coincidiam com os nomes oficiais, o que retardou inicialmente o processo de reconhecimento e mapeamento de alguns desses espaços. Assim, percebemos que nas leis municipais e no Mapa Cadastral não havia conflito entre os nomes dados aos espaços públicos, mas que muitos desses nomes não eram utilizados no quotidiano. Acredita-se que parte da população os desconhece por completo, como é o caso do Largo Farmacêutico Vicente Éllena Trópia, localizado em frente à antiga Escola de Farmácia, na confluência das ruas Costa Sena, Manuel Cabral e Antônio Pereira, no bairro Centro. Outros espaços já possuem, não apenas um conflito entre os nomes tradicionais e os nomes oficiais, como é o caso do Largo da Alegria (oficialmente denominado como Praça Silviano Brandão), mas também denominações populares variadas, como é o caso da Ponte do Antônio Dias (também chamada de Ponte dos Suspiros, Ponte de Marília ou Ponte de Dirceu).

---

12 Também chamado de Muro das Lamentações ou Mirante da Chocolateria, referindo-se à proximidade à cafeteria *Chocolates Ouro Preto*.

13 Este é o caso igualmente do Largo da Rua Alagoas (área em baixo da Ponte do Antônio Dias, no encontro da Rua Alagoas com a Rua Padre Tobias), que não recebe nome algum, mas foi assim denominado nesta pesquisa por este ser um espaço com muito potencial de apropriação

O fenômeno de abrigar mais de um nome é recorrente em Ouro Preto, e não está somente limitado aos espaços livres de uso público, mas também aos espaços edificados. Isto se explica, muito provavelmente, porque a população guarda em sua memória, e ainda utiliza como referência, os antigos nomes que os logradouros e os equipamentos públicos receberam no passado. Esta característica de que um mesmo logradouro guarde vários nomes simultaneamente é comprovadamente tradicional na cidade, sendo registrada desde suas primeiras décadas:

Figura 28: Dualidade de nomes em placas na Rua Direita

Fonte: Foto da autora. Outubro de 2017.

> Desta forma, a rua que ligava Ouro Preto a Antônio Dias, por exemplo, recebe mais de uma dezena de nomes num único códice - o de Aforamentos - entre os anos de 1712 e 1722. O mesmo ocorria com as outras ruas, os morros e, até mesmo, com capelas […], pontes e chafarizes. […] A grande rotatividade dos ocupantes dos cargos ligados ao Senado da Câmara, tanto quanto dos arrematantes das rendas auferidas por aquele órgão, contribui decisivamente para a permanência de referida confusão. Cada provedor ou arrematante, registrava, de forma distinta em suas prestações de contas ou anotações, as devidas denominações que poderiam ser tanto as oficiais quanto as que privilegiavam um ponto de referência importante ou um morador ilustre de cada rua. (MASSARA, 1989, pág. 143)

São exemplos contemporâneos a utilização dos nomes Rua das Flores, para se referir à Rua Senador Rocha Lagoa, e Rua Direita, para se referir à Rua Conde de Bobadela (FIGURA. 28). Outros nomes populares são atribuídos informalmente a logradouros segundo sua funcionalidade, como a Rua São José, que é referida por alguns grupos, principalmente pelos estudantes, como a Rua dos Bancos, ou da Praça Reinaldo Alves de Brito, chamada de Largo do Cinema, devido à presença do Cine-Teatro Vila Rica. Também é o caso do Largo do Coimbra, nome comum entre os moradores mais jovens, mas chamada pelos mais velhos de Largo de São Francisco, Largo do Ouvidor ou Praça de São Francisco de Assis, nome também utilizado pelos turistas.

Outro fato curioso que nos chamou a atenção foi a constatação de que a nomenclatura dada aos espaços públicos pela própria PMOP aparentemente não segue um critério muito claro, e não se

encontra de acordo com os conceitos acadêmicos[14]. Encontramos uma provável explicação para este fenômeno ao analisar o texto da Lei Municipal nº31 de 1991, que dispõe sobre as normas para denominação de vias e instalações públicas no Município de Ouro Preto, na qual são dadas as seguintes instruções para a denominação dos espaços públicos:

> Art. 4º - A via pública será caracterizada como:
> a) Praça: quando se tratar de espaço público de dimensões ampliadas, comportando, geralmente, a confluência de duas ou mais vias públicas;
> b) Largo: espaço público de dimensões ampliadas usado, preponderantemente, para lazer e diversão; (OURO PRETO, 1991)

Através desta interpretação, qualquer cruzamento de vias mais largas que tivesse como resultado a produção de um espaço livre amplo em relação ao contexto local poderia ser considerado uma praça, mesmo sem qualquer outra qualificação espacial e sem necessariamente servir para o lazer ou a sociabilização. Não existe também nenhuma referência à intencionalidade da criação do

---

[14] Na literatura sobre espaços públicos e sobre morfologia urbana existem múltiplas visões sobre o tema. Ao analisar os espaços públicos presentes em nossa área de estudo, tendemos a concordar com Santos (2008), que considera que o largo é um elemento cujo espaço irregular foi definido pelo alinhamento das edificações, estas construídas a partir da abertura de um caminho, sendo associado assim com um espaço não totalmente planejado. Os largos são frutos do crescimento espontâneo das cidades, cuja forma final é difícil de ser prevista, sendo estabelecida ao longo do tempo, e cujas transformações sofridas pela construção ou substituição de edificações não ameaçam sua unidade formal. Em contraposição ao largo, a praça "distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados - pela organização espacial e intencionalidade de desenho" (LAMAS, 1993, pág. 100). As edificações são construídas de maneira subordinada à forma do vazio, "edificando-o" e se relacionando intencionalmente a ele. Apesar de alguns autores considerarem os largos apenas como praças de forma irregular, ou informais (CARMONA *et al*, 2010), concordamos com a visão de Lamas (1993) de que a praça, independentemente de seu desenho, tem duas funções primordiais: a de estruturar o tecido urbano (ou parte dele), e de ser o lugar do encontro social. O largo, por sua vez, pode ser utilizado também com este fim, mas sua função primeira é a circulação - a não ser que tenha sido modificado de tal forma que esta tenha ficado em segundo plano, tornando-se assim uma praça.

É interessante observar que, justamente graças à intencionalidade de sua criação, as praças tendem a ser vazios mais estáveis na malha urbana, enquanto os largos presentes nos tecidos urbanos antigos são frequentemente frutos de intervenção durante sua evolução. Compreendemos, ainda mais após a análise da evolução do sistema de espaços públicos da área de estudo, que forma e função não são imutáveis e que um espaço pode ter servido de largo por muitos anos e depois ter sofrido intervenções que lhe aproximem mais da tipologia praça, como a ocupação do espaço central com jardins e mobiliários, criando propositadamente infraestrutura de suporte à atividades de lazer e sociabilização. Assim, ao analisar os mapas históricos de Ouro Preto, identificamos que alguns largos desapareceram por completo à medida em que a cidade foi crescendo e se adensando, especialmente aqueles que não pareciam conter em seu entorno nenhuma edificação com uso relevante para a coletividade. Seus espaços foram diminuídos até serem convertidos em simples cruzamentos de vias, seja pela substituição de algumas edificações existentes no entorno, que tomaram outros alinhamentos, seja pela construção de jardins como prolongamento das quadras, criando esquinas verdes. Nenhuma praça, entretanto, aparenta ter sido extinta ao longo do desenvolvimento da cidade.

Observamos que os largos e praças do Centro Histórico de Ouro Preto tem, acima da questão da intencionalidade inicial de seu traçado ou da sua vocação como espaço de encontro, uma diferenciação bastante relevante: a diferente importância funcional e simbólica dada ao centro e às bordas. Nos largos as apropriações são centrífugas, se aglomerando nas bordas e se mantendo muito dependentes dos usos das edificações do entorno. Já nas praças, as apropriações são ao mesmo tempo centrífugas e centrípetas - se distribuindo entre as bordas e o centro. Isto ocorre porque os centros destes espaços foram equipados com elementos de atração simbólica, ornamental ou funcional, como monumentos, jardins ou mobiliários urbanos, geralmente ausentes nos centros dos largos. Nos largos, os próprios centros são de difícil definição, funcionando mais como bissetrizes do que como pontos focais.

espaço para servir de área de convívio, mas uma confirmação da possibilidade de elevação, a qualquer momento, de um espaço sem maiores significados à condição legal de praça.

Além do conflito entre definições legais e acadêmicas, um exemplo da arbitrariedade da classificação dada pelo texto da Lei 31/91 é o caso de dois espaços públicos semelhantes que receberam denominações diferentes: o Largo Frei Vicente Botelho e a Praça Juvenal Santos (FIGURAS 29 e 30). Ambos tinham, ao se observar suas formas nos mapas históricos, características iniciais de largo, mas esses receberam intervenções posteriores qualificando suas áreas centrais, dotando-as de jardins e mobiliário urbano para que servissem de espaço de encontro e permanência. Atualmente, independentemente de seu desenho de origem, ambos tem características de praça, sendo assim considerados como tal nesta pesquisa[15].

Figuras 29 e 30: Largo Frei Vicente Botelho (à esq.) e Praça Juvenal Santos (à dir.)

Fonte: Fotos da autora. Novembro de 2014 e Julho de 2017.

No processo de investigação nos deparamos, enfim, com 59 exemplares de espaços livres de uso público de diferentes tipos e tamanhos, o que consideramos ser um número elevado para uma área relativamente modesta (menos de 2km^2), algo raro nas cidades mais recentes. Assim, os resultados obtidos foram sintetizados na Tabela 1 e no mapa da Figura 31, no qual é possível visualizar que, ao longo dos principais percursos do centro histórico, a distribuição dos espaços livres de uso público ocorre de forma relativamente ritmada e constante, provocando agradáveis áreas de respiro na malha de vias estreitas e tortuosas da antiga cidade colonial.

---

[15] É curioso observar que similar situação foi encontrada por Santos (2008) em seu estudo dos espaços públicos em Lisboa, no qual analisa comparativamente a Praça da Figueira, a Praça Luis de Camões e o Largo do Carmo que, apesar de denominado largo, possui características muito semelhantes as praças citadas, notadamente o formato regular e ocupação do centro com mobiliários de permanência. Este se difere muito dos demais largos comparados entre si na mesma pesquisa: o Largo do Chiado, o Largo de São Domingos e o Largo das Portas do Sol, todos bastante diferentes dos largos de Ouro Preto. Esses são muito mais adaptados à fruição do espaço, mas ainda são caracterizados pela circulação central e cujas atividades se encontram mais distribuídas nas bordas que nos centros. Uma provável explicação para esta confusão de denominação seja o fato de que alguns espaços possam ter sofrido intervenções ao longo do tempo, mas tenham conservado seu nome antigo. Caldeira (2007) ao apresentar o Largo do Carmo, no Rio de Janeiro, mostra diversas imagens que ilustram a mudança dos limites deste espaço público ao longo do tempo - se transmutando de um espaço mais amorfo ao formato regular conferido pela substituição gradual de edificações.

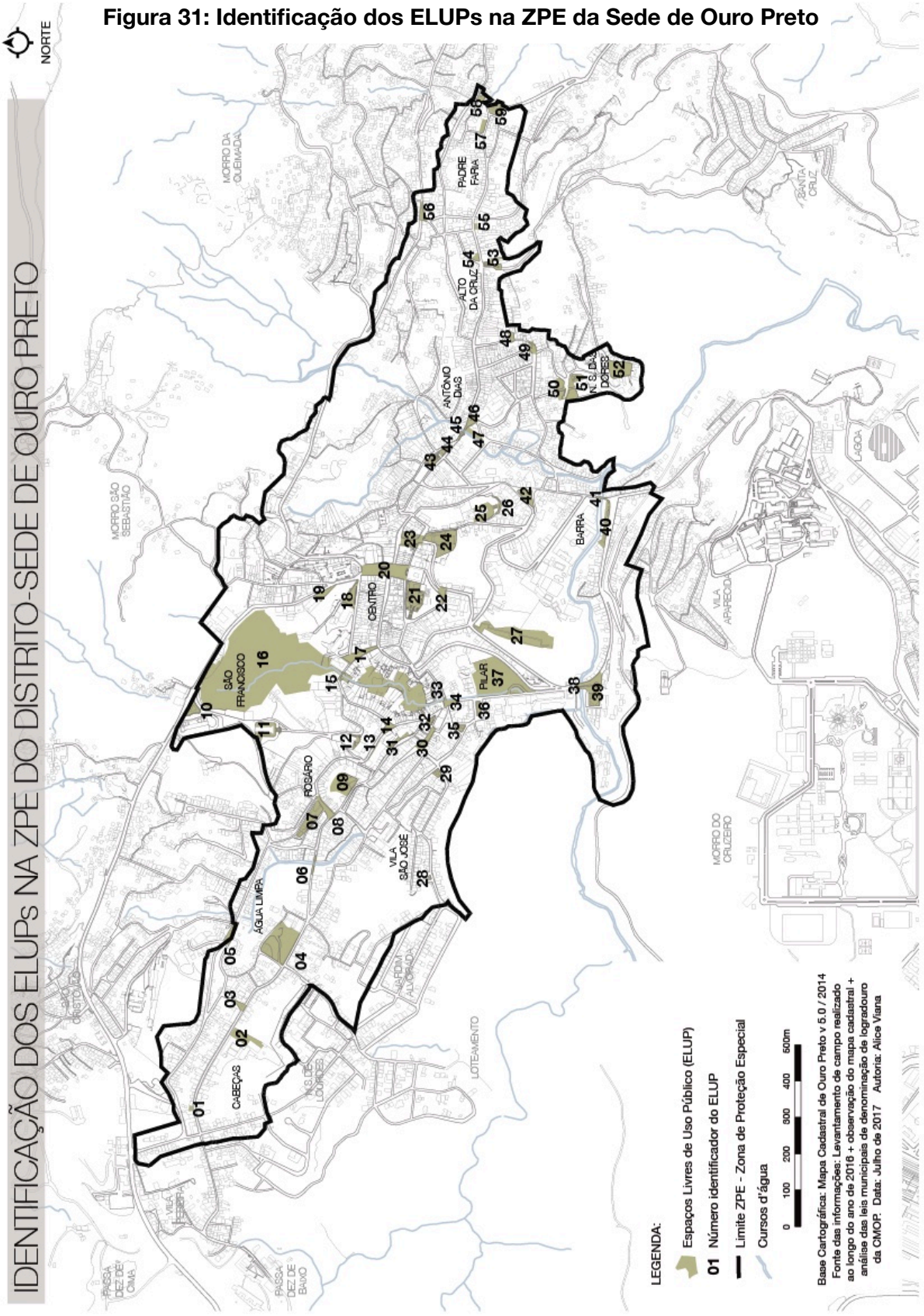
Tabela 1: Espaços Livres de Uso Público no Centro Histórico de Ouro Preto

Nº	NOME	ÁREA (m²)	C.A. (Cota Altimétrica	BAIRRO
01	Pracinha do Chafariz da Coluna	157	1165	Cabeças
02	Adro da Igreja de Bom Jesus do Matozinhos	1.809	1155	Cabeças
03	Praça Padre Lobo	468	1145	Cabeças
04	Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco	6.587	1135	Cabeças
05	Largo Professor José Benedito Neves	1.300	1120	Água Limpa
06	Ponte do Rosário	317	1100	Rosário
07	Adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	1.769	1105	Rosário
08	Largo do Rosário	1.093	1105	Rosário
09	Praça da Ponte Seca	3.132	1090	Rosário
10	Praça Presidente Tancredo Neves	993	1170	São Francisco
11	Adro da Igreja de São Francisco de Paula	1.659	1170	São Francisco
12	Adro da Igreja de São José	503	1130	Centro
13	Mirante da Rua Getúlio Vargas	114	1105	Centro
14	Largo da Alegria	771	1107	Centro
15	Ponte dos Contos	185	1105	Centro
16	Parque Natural Municipal Horto dos Contos	55.917	1070 a 1165	Centro
17	Largo do Cinema	1.711	1106	Centro
18	Largo Orlando Trópia	1.590	1134	Centro
19	Adro da Igreja de N.S. das Mercês de Cima	773	1155	Centro
20	Praça Tiradentes	4.611	1136	Centro
21	Adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo	2.828	1145	Centro
22	Largo Farmacêutico Vicente Ellena Trópia	694	1125	Centro
23	Largo do Coimbra	2.195	1120	Centro
24	Adro da Igreja de São Francisco de Assis	3.047	1120	Centro
25	Adro da Igreja de N.S. das Mercês de Baixo	1.765	1110	Centro
26	Largo Musicista José dos Anjos Costa	535	1095	Centro
27	Morro da Forca	6.983	1125	Centro
28	Praça Afonso Ferreira Bretas	85	1120	Vila São José
29	Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães	365	1075	Pilar
30	Adro da Igreja de N.S. do Pilar	1.267	1075	Pilar
31	Adro da Capela do Bonfim	701	1080	Pilar
32	Praça Américo Lopes	349	1078	Pilar
33	Ponte do Pilar	63	1070	Pilar

Nº	NOME	ÁREA (m²)	C.A. (Cota Altimétrica	BAIRRO
34	Largo do Pilar	767	1065	Pilar
35	Praça Juvenal Santos	413	1065	Pilar
36	Praça Barão do Rio Branco	469	1065	Pilar
37	Praça da UFOP	11.596	1065	Pilar
38	Ponte do Funil	476	1060	Pilar
39	Praça Cezário Alvim	2.911	1060	Pilar
40	Praça Prefeito Amadeu Barbosa	1.447	1065	Barra
41	Ponte da Barra	197	1065	Barra
42	Largo Frei Vicente Botelho	1.134	1070	Barra
43	Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	817	1080	Antônio Dias
44	Praça Antônio Dias	463	1075	Antônio Dias
45	Ponte dos Suspiros (Ponte do Antônio Dias)	390	1070	Antônio Dias
46	Largo do Marília	771	1070	Antônio Dias
47	Largo da Rua Alagoas	1.084	1065	Antônio Dias
48	Praça Maestro Pedro Xisto Guilherme	453	1085	Antônio Dias
49	Praça Vereador Aderilho Fernandes	814	1075	Antônio Dias
50	Praça da Igreja de Nossa Senhora das Dores	1.199	1080	Dores
51	Adro da Igreja de Nossa Senhora das Dores	1.916	1085	Dores
52	Praça esportiva do Alto das Dores	2.727	1125	Dores
53	Adro da Igreja de Santa Efigênia	1.020	1160	Alto da Cruz
54	Praça Dirceu Alves de Brito	295	1150	Alto da Cruz
55	Pracinha do Chafariz do Alto da Cruz	199	1135	Alto da Cruz
56	Largo Célio Inácio	701	1135	Alto da Cruz
57	Praça Agostinho Ferreira Guimarães	454	1080	Padre Faria
58	Adro da Capela de N. S. das Necessidades	292	1080	Padre Faria
59	Adro da Capela do Padre Faria	872	1085	Padre Faria

Fonte: Elaborado pela autora. Julho de 2017

Figura 31: Identificação dos ELUPs na ZPE da Sede de Ouro Preto



Elaborado a partir do Mapa Cadastral do Município v 5.0/2014, cedido pela PMOP

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

4.1.5 Primeiras observações: áreas e posicionamentos planialtimétricos

Podemos observar através do mapa na Figura 31 que, apesar de existirem espaços livres de uso público em todos os bairros no perímetro da ZPE, sua distribuição se concentra mais expressivamente no bairro Centro e nos bairros imediatamente vizinhos a este, como o Pilar, o Antônio Dias e o Rosário. No entanto, pode-se identificar também que as áreas nas quais existem menos espaços públicos são justamente aquelas que possuem menor ocupação, situadas nas porções nordeste e oeste do Centro Histórico, de urbanização dificultada pelas características do sítio. Na porção central não apenas existe um número maior de espaços públicos, mas estes se encontram melhor conectados, formando um sistema mais denso e contínuo. Ao nos dirigirmos tanto para as extremidades leste, e também oeste da ZPE[16], percebemos pequenas rupturas dessa continuidade - as distâncias entre agrupamentos de espaços se tornam maiores, a presença dos ELUPs de forma geral se torna mais discreta, e a área destes, menor.

Em relação às áreas ocupadas, podemos observar que os espaços públicos apresentam tamanhos bem variados. Estas foram contabilizadas na Tabela 1 para que se pudesse ter uma noção comparativa entre os espaços públicos da área de estudo, mas também em relação a espaços públicos de outras realidades urbanas. Assim, podemos observar que a Praça Tiradentes (ELUP nº20), praça seca de maiores dimensões do Centro Histórico de Ouro Preto e principal referência da cidade, tem uma área de 4.611m² - grande para a realidade ouropretana, mas tímida em relação às praças secas das cidades antigas européias, como a *Piazza del Campo*, em Siena, com quase 10.000m², ou a *Puerta del Sol*, em Madri, com aproximadamente 11.750m². Esta também é menor se comparada com as praças de armas das cidades coloniais fundadas pelos espanhóis na América, como a *Plaza Mayor de Bogotá*[17] (Plaza de Bolívar), com 13.903m², ou a *Plaza de la Independencia* de Quito, com aproximadamente 10.000m². Entretanto, em relação às demais praças secas brasileiras de origem colonial, como o Terreiro de Jesus, em Salvador, de 7.071m², ou ainda com a Praça da Sé da cidade vizinha de Mariana, com um pouco mais de 2.000m², verificamos uma maior analogia[18] (FIGURA 32).

Há de se levar em consideração, entretanto, que a Praça Tiradentes, como detalharemos melhor ao longo deste trabalho, é a principal praça da cidade, tendo ainda grande relevância simbólica e também funcional, enquanto algumas das demais praças supracitadas se tornaram espaços de

---

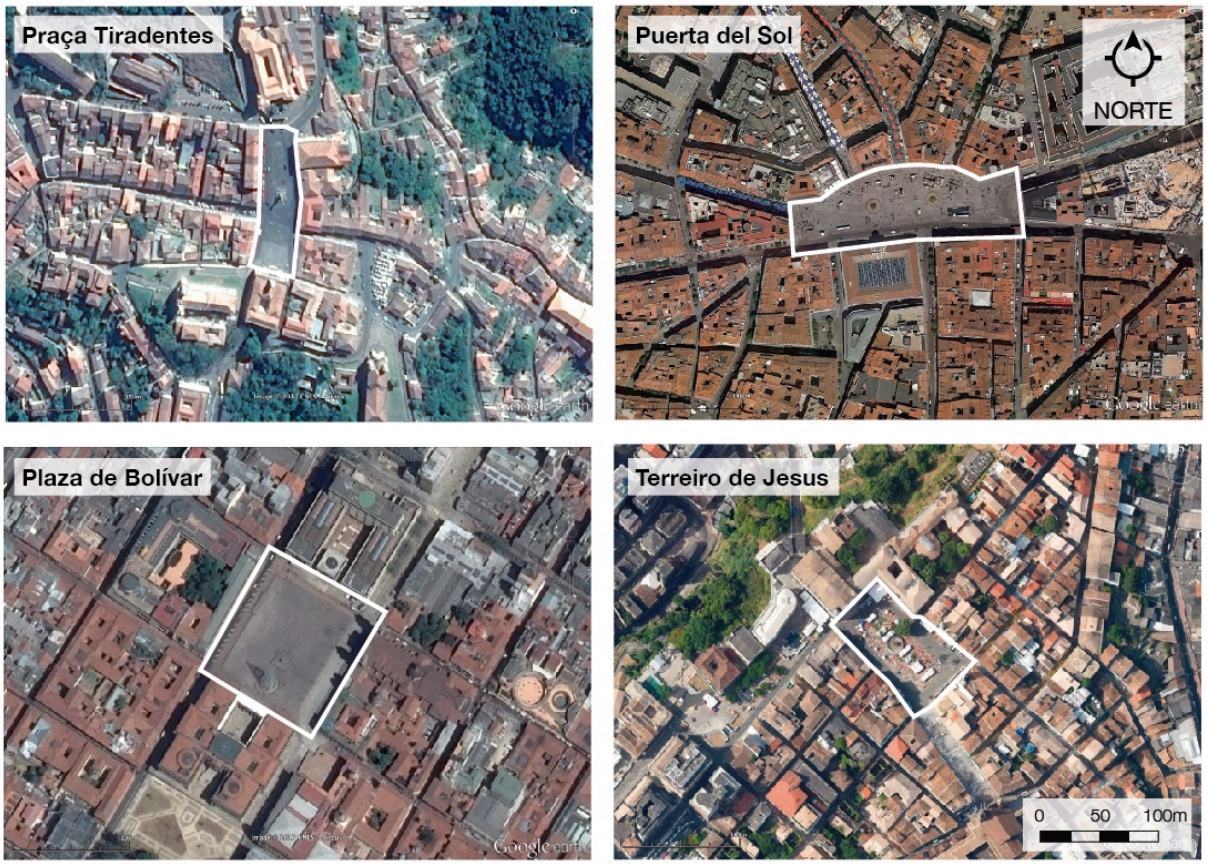
[16] Apesar de inseridas no limite da ZPE, essas são áreas que se adensaram de forma muito irregular e em um tempo mais recente.

[17] Fonte: Alcaldía Mayor de Bogotá. Disponível em: <http://www.bogota.gov.co/article/temas-de-ciudad/cultura-y-recreacion/lo-que-usted-no-conocia-de-la-plaza-de-bolivar-de-bogota>. Acesso em: 14 ago. 2017.

[18] A medição das praças secas européias e brasileiras foi efetuada através de ferramenta disponível no aplicativo Google Earth Pro, em 31 de agosto de 2017.

uso mais turístico, espaços quase cenográficos. É importante considerar também que embora Ouro Preto tenha sido uma cidade bastante relevante nos períodos colonial e imperial, tendo sido inclusive capital da Capitania, da Província e do Estado de Minas Gerais, ela jamais foi a capital do país, como é o caso de Salvador no contexto nacional, de Bogotá no contexto colombiano ou Madri, no contexto espanhol. Tampouco a cidade testemunhou tamanha expansão territorial como ocorreu nessas outras cidades. Esta diferença de papel político e de escala justifica parcialmente o tamanho relativamente pequeno de seus espaços públicos (não apenas a Praça Tiradentes), e também a supremacia dos espaços públicos da área central em relação ao resto do município, pois esta ainda abriga a centralidade principal.

Figura 32: Comparação de áreas entre praças secas no Brasil e no mundo

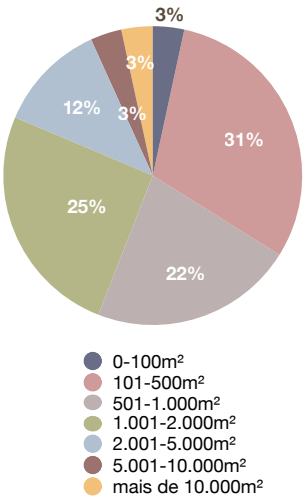


Comparação entre as áreas da Praça Tiradentes (Ouro Preto/Brasil), da Puerta del Sol (Madri/Espanha), da Plaza de Bolívar (Bogotá/Colômbia) e do Terreiro de Jesus (Salvador/Brasil). Elaborado a partir de imagens do Google Earth Pro.
Fonte: Elaborado pela autora. Agosto de 2017.

Podemos observar no Gráfico 1 que, mesmo que grande parte dos espaços públicos encontrados na área de estudos tenham dimensões modestas (31% têm entre 101 e 500m^2, 22% têm entre 501 e 1.000m^2, e 25% entre 1.001 e 2.000m^2), é possível observar em pleno centro histórico de origem colonial equipamentos de quase 56.000m^2, como o Parque Natural Municipal Horto dos Contos (ELUP nº16), ou de 11.596m^2, como a Praça da UFOP (nº37), e ainda dois espaços de mais de 6.000m^2, como a Praça de Lazer do Cabeças (nº04) e o Morro da Forca (nº27). Dentre seus espaços de menores dimensões destacam-se os de natureza linear, como as

pontes e o Mirante da Rua Getúlio Vargas (nº13), todos com menos de 200m², e a pequenina Praça Afonso Ferreira Bretas, no bairro Vila São José (nº28), com apenas 85m².

Gráfico 1: Áreas dos ELUPs da ZPE



Apesar de considerarmos válidas essas observações, consideramos também apropriado admitir que as áreas apresentadas na Tabela 1 não possuem um grau muito elevado de precisão, pois os perímetros de muitos espaços públicos da área de estudo não foram definidos por lei ou registrados em mapa. A lei de denominação de logradouros vigente, Lei Municipal nº31 de 25 de setembro de 1991[19], exige em seu Artigo 2, parágrafo 1º, que todo projeto de lei visando dar denominação à via pública contenha, além do currículo do homenageado, entre outras informações textuais, o croqui indicativo do local. Este croqui deveria ter, obrigatoriamente, a localização do espaço público, seu início e seu término bem delimitado. Entretanto, de todas as leis de denominação aprovadas encontradas durante esta pesquisa, apenas poucos exemplares continham o dito croqui em anexo, e alguns croquis não apresentavam muita definição na delimitação dos espaços em questão. A ausência de poligonais oficiais definindo o limite de muitos espaços públicos nos trouxe dúvidas, mas também a liberdade de decidir o que deveria ser considerado como o recinto destes. Além disto, as áreas aqui apresentadas foram estabelecidas através de poligonais aproximadas desenhadas no Mapa Cadastral do Município, que por sua vez, foi desenvolvido através de desenho sobre ortofoto, e não por levantamento planialtimétrico, o que também reduz sua precisão.

Em alguns casos, como o do Morro da Forca, a falta de reconhecimento legal por parte da PMOP e a falta de limites claros impostos pelo manejo do espaço, dificultou bastante a definição de seu perímetro, inteiramente inserido em uma ZPAM interior à ZPE, se sobrepondo a esta. Para tanto, contabilizamos como área aquela superfície realmente apropriável deste espaço público - a área de acesso, a área pavimentada e a área gramada inserida no platô localizado no topo da APP de declividade que lhe sustenta. A mesma lógica foi utilizada para adros de igrejas que se encontram em áreas de alta declividade, contendo taludes circundantes que são íngremes demais para serem apropriados, como o adro da Igreja de Mercês e Perdões, mais conhecida como Igreja das Mercês de Baixo (nº25), e o adro da Igreja do Carmo (nº21), cujo platô e escadaria frontal podem ser avistados na Figura 33.

[19] OURO PRETO, 1991.

Figura 33: Implantação da Igreja do Carmo em platô

Fonte: ALVES. 2012.

A definição dos recintos das diferentes praças não se mostrou uma tarefa menos complexa. Em relação às praças secas, assim como nos largos, consideramos como limite o alinhamento das edificações, pois esse lhes confere forma, além de separar clara e bruscamente o espaço público do privado. Mesmo que essas praças recebam circulação de veículos, observa-se que o espaço do leito carroçável é também bastante utilizado pelos pedestres, não existindo uma ruptura entre este e a área central. Desta forma, não há, por exemplo, dúvidas se alguma parte inserida no perímetro da Praça Tiradentes pertence efetivamente ou não à praça - todos os seus espaços são indissociáveis, mesmo que ali existam sub-áreas (área contígua ao Museu da Inconfidência ou área contígua ao Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas). Já nas praças ajardinadas, especialmente naquelas totalmente circundadas por vias (funcionando como ilhas viárias), nos questionamos inicialmente se o sistema viário deveria ser incluído no cálculo do limite ou não.

Em sua análise das praças das cidades antigas européias, Alex (2011) observa que os espaços livres constituídos inicialmente como praças secas eram indissociáveis do entorno, da arquitetura das edificações, alguns deles mantendo essa relação mesmo depois de receber ajardinamento, como é o caso da *Place des Vosges*, em Paris, cujo traçado original data do começo do século XVII. Entretanto, o autor argumenta que “Com a valorização do espaço aberto e do verde nas cidades do século XIX, os jardins da *place* e do *square* ganhariam destaque e autonomia, confundindo-se com a própria praça e tornando-se uma entidade independente de ruas e da arquitetura”. (ALEX, 2011, pág. 58). Acreditamos que essa observação possa ser estendida à maioria das praças do Centro Histórico de Ouro Preto que assumem a forma de ilha viária. Muitas dessas são resultantes da inclusão, já no século XX, de canteiros ajardinados nas áreas centrais

de antigos largos, como a Praça Barão do Rio Branco (nº 36, FIGURA 34) e também a Praça Américo Lopes (nº32). Em ambos os espaços observa-se que existe uma forte sensação de estar "na praça", quando se está próximo aos canteiros ajardinados, ou "fora da praça", quando nos encontramos nas calçadas do lado oposto da via, sendo o leito carroçável um divisor inquestionável de ambiências. Assim, após a observação da forma e das apropriações nesses espaços, optamos por considerar como recinto desse tipo de praça apenas as áreas delimitadas pelos jardins, seus passeios circundantes e internos, desprezando parcialmente as vias do entorno (leito carroçável e calçadas opostas).

Figura 34: Praça Barão do Rio Branco (Praça da Prefeitura)

Fonte: Foto da autora. Novembro de 2014. Planta elaborada pela autora, 2017.

Em relação ao posicionamento altimétrico, os dados apresentados também tem valor meramente comparativo, pois a informação topográfica encontrada de forma mais detalhada do município é aquela presente no Mapa Cadastral utilizado pela Prefeitura. Nele, as curvas de nível do centro histórico estão representadas com intervalos de dois em dois metros, o que nos daria uma excelente precisão para a análise dos espaços públicos; entretanto, o desenho destas tem inúmeros erros - curvas interrompidas, curvas faltantes, trechos com intervalos diferentes, entre outros. Ainda que com ressalvas, consideramos útil aproveitar essas informações, pois através delas pôde-se estimar algumas declividades e distâncias altimétricas entre espaços públicos pertencentes à área de estudo, permitindo vislumbrar os desafios da mobilidade entre eles.

Assim, podemos observar na Tabela 1 que existe uma diferença muito grande de cotas de implantação entre os espaços públicos do centro histórico, consequência imediata da grande declividade presente na área de estudo. Entre os espaços públicos da ZPE, aqueles situados na cota mais alta são encontrados no bairro São Francisco - a Praça Presidente Tancredo Neves (ou Praça da Rodoviária, nº10), e o Adro da Igreja de São Francisco de Paula, um dos principais mirantes da cidade (nº11), a aproximadamente 1170m de altitude. Os espaços implantados nas

cotas mais baixas são aqueles pertencentes ao bairro Barra, como a Praça Cezário Alvim (nº39), a Praça Prefeito Amadeu Barbosa (nº40) e a Ponte da Barra (nº41), variando entre as cotas 1065 e 1060 de altitude. Assim, é importante perceber que embora no nível planimétrico alguns espaços livres de uso público possam estar muito próximos, sua distância altimétrica faz com que exista uma grande desconexão prática entre eles, como observado na relação entre o Largo da Alegria (nº14), de cota 1107 e o Adro da Capela do Bonfim (nº31), de cota 1080.

Tendo assim sido realizado um primeiro reconhecimento dos espaços públicos existentes na área de estudo, registrando sua quantidade, nomes, localizações, áreas e cotas de implantação, nos dedicamos à tarefa de compreensão das demais características destes espaços, principalmente no tocante às qualidades que oferecem à população para que esta deles se aproprie. Compreendemos que a diversidade entre eles é grande, não apenas devido às suas distintas origens temporais, representando características de diferentes épocas, mas também em relação à forma, à articulação com o entorno e, principalmente, graças aos diferentes fins para os quais foram criados. Assim, nos chamou a atenção a unicidade de cada um desses espaços públicos, a forte identidade que possuem, fazendo com que esses sejam referências na malha urbana, dificilmente sendo confundidos[20].

Outro fato que nos chamou a atenção foi a raridade de alguns tipos de espaços públicos bastante presentes na área de estudo quando comparado a outras cidades; alguns deles, como os largos, já são considerados obsoletos, não sendo mais produzidos nos processos de parcelamento contemporâneos, ou foram modificados e extintos em outras realidades citadinas. Observamos igualmente que as origens antigas desses e dos demais espaços públicos encontrados no Centro Histórico de Ouro Preto, juntamente com o tombamento da área, aparentam em grande parte ser responsáveis pela ausência de elementos qualificadores de origem recentes, mais condizentes com as expectativas atuais em relação às atividades de lazer e sociabilização[21]. Entretanto, apesar dessa aparente incompatibilidade com a vida moderna, esses espaços guardam raras qualidades espaciais, reconhecidas e ainda valorizadas pela sociedade, cuja prova maior talvez seja o reconhecimento da UNESCO do sítio como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Nos dedicaremos a seguir a uma melhor compreensão da diversidade desse acervo de espaços públicos, à sua sistematização e à identificação de suas principais potencialidades e limites perante as demandas da sociedade contemporânea.

---

[20] Ao contrário das várias praças-rotatória de bairro, por exemplo, encontradas em outras cidades.

[21] Salvo algumas poucas exceções, como mencionados no sub-capítulo anterior.

4.2 Caracterização físico-ambiental e impactos na apropriação dos espaços públicos da área de estudo

Através do levantamento apresentado, podemos perceber que a ZPE da sede de Ouro Preto é uma área que possui um grande número de ELUPs. Entretanto, muitas vezes a apropriação nestes espaços difere um pouco do que o muitas vezes esperado em cidades turísticas, ou ainda em cidades universitárias. Como discutido previamente, através da observação constante da área de estudo, concluímos que muitos dos seus largos e praças não são muito apropriados no quotidiano, o que pode ser explicado em parte pelas dinâmicas urbanas, parte pelo tipo de atrativos que esses oferecem, mas também pelos condicionantes físicos do sítio, tanto de origem natural, quanto antrópica. Apresentaremos a seguir as características físico-ambientais mais relevantes da área, elucidando de que maneira essas se tornam agentes potencializadores, mas também inibidores do uso e da apropriação dos seus espaços livres de uso público.

4.2.1 Paisagem urbana

A beleza da paisagem do Centro Histórico da sede de Ouro Preto é marcada pela conjunção dos singulares atributos do seu suporte físico (topografia, hidrografia, clima e vegetação) e também pelas manifestações antrópicas ocorridas no sítio ao longo dos anos. Uma das suas visadas mais características é dada pelo conjunto do casario de origem (ou estilo) oitocentista que configura coloridos planos verticais contínuos. Essa forma de implantação, na qual são raros os afastamentos frontais e laterais, formam uma massa edificada bem coesa que, por contraste, valoriza e define os vazios formados pelos largos e praças. Entretanto, talvez a imagem que mais perpetue no imaginário coletivo seja a paisagem das edificações religiosas, de grande valor histórico-arquitetônico, posicionadas em pontos de destaque no relevo acidentado (FIGURA 35).

Figura 35: Panorama do Centro Histórico visto através da Rua Padre Rolim

Fonte: Foto da autora. Julho de 2017.

No Centro Histórico não há grandes eixos, salvo se considerarmos a linha longitudinal invisível que atravessa a Praça Tiradentes, ligando o antigo Palácio dos Governadores à antiga Casa de Câmara e Cadeia. À ausência de eixos, soma-se a ausência de simetria, de visibilidade do todo, e de previsibilidade. A paisagem ouropretana é assim um conjunto de visadas que surpreendem aqueles que pelo sítio se deslocam. Mesmo as amplas vistas apreciadas através dos mirantes, como os proporcionados pelo Morro da Forca, pela mureta da Rua Getúlio Vargas, pelos adros das Igrejas de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Paula, são de difícil compreensão. É comum, assim, a necessidade de se recorrer aos marcos culturais (como as igrejas) e naturais (como o Pico do Itacolomi e o vale do Córrego dos Contos) para se localizar no conjunto urbano.

Assim, uma grande parte dos espaços públicos da ZPE tem naturalmente um caráter contemplativo, pois são agraciados por vistas, em planos sucessivos, do casario, dos córregos, da vegetação que recobre as elevações e vales que irrompem no traçado urbano, e da grandiosidade das serras circundantes. A seguir apresentaremos uma descrição um pouco mais detalhada dos elementos naturais que compõem a paisagem local e analisaremos de que maneira esses se tornam condicionantes da fruição dos espaços públicos e da própria vida urbana.

4.2.2 Relevo

O município de Ouro Preto se encontra situado na Serra do Espinhaço, sendo a área urbana de seu distrito-sede emoldurada pelas Serras de Ouro Preto, ao norte, e pela Serra do Itacolomi, ao sul, o que lhe confere grande valor paisagístico. Sua altitude média é de 1.116 metros e apenas 5% do seu relevo pode ser classificado como plano, sendo 40% ondulado e 55% montanhoso[22]. Este relevo é caracterizado por cristas rochosas, vertentes ravinadas e vales profundos[23] que possibilitaram a urbanização no sítio. Seu ponto mais alto é o Pico do Itacolomi, que atinge 1.722m de altitude e é um dos mais fortes marcos na paisagem da região, sendo avistado de vários espaços públicos da cidade (FIGURAS 36 a 38).

---

[22] Fonte: PMOP. Disponível em: <http://turismo.ouropreto.mg.gov.br/dados-geograficos>. Acesso em: 14 mar. 2017.

[23] LUCON, 2011

Figura 36: Panorama do Centro Histórico visto através da Rua Teixeira de Amaral

Destaque para a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ao centro, e para o Pico do Itacolomy, ao fundo à direita.
Fonte: Foto da autora. Julho de 2017.

Figura 37: Vista do Pico do Itacolomi a partir do Largo do Coimbra

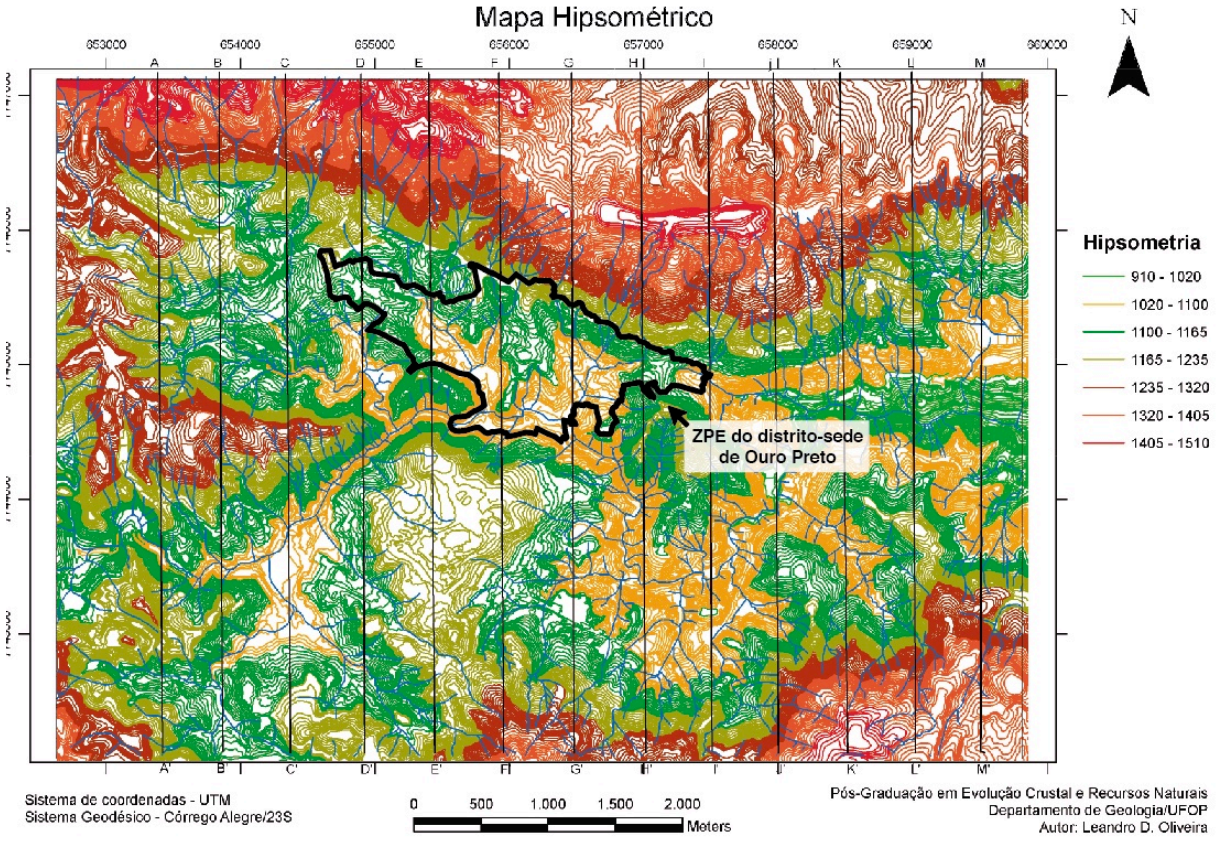
Fonte: Foto da autora. Novembro de 2016.

Figura 38: Vista do Pico do Itacolomi a partir da Praça Tiradentes

Fonte: Foto da autora. Julho de 2017.

Assim, observamos que o relevo acidentado se manifestou como um grande condicionante da morfologia do traçado urbano da sede, que tem seu desenho alongado no sentido leste-oeste, desenvolvendo-se, principalmente, nos fundos de vales e encostas (FIGURA 39). Apesar da ocasional tentativa de aproveitamento das curvas de nível para a abertura de vias mais planas, como a Rua São José e a Rua Getúlio Vargas, algumas das principais ruas do centro histórico apresentam uma declividade considerável, o que até os dias atuais impõe uma série de dificuldades em relação à mobilidade pedestre e veicular[24]. Esta característica também teve um impacto muito direto na formação dos espaços livres de uso público, explicando suas tímidas dimensões, pois verifica-se a quase indisponibilidade de superfícies planas mais amplas no sítio.

Figura 39: Mapa Hipsométrico da sede de Ouro Preto com destaque para ZPE



Modificado pela autora.
Fonte: OLIVEIRA, 2012, p.79.

Além das grandes declividades definirem a forma do tecido urbano, a distribuição de áreas livres e de áreas ocupadas também é explicada pelas características geotécnicas do sítio, que apresenta muitas áreas de instabilidade do solo, consideradas inaptas para ocupação, como veremos a seguir.

[24] Informações mais precisas sobre a declividade das vias serão oferecidas nos próximos tópicos, junto às discussões sobre mobilidade.

4.2.3 Aspectos geotécnicos e geodinâmicos

Em nossa área de estudo observamos que ainda se encontram presentes muitas áreas não ocupadas, fato explicado não apenas pela acentuada declividade do sítio, como previamente mencionado, mas também pelas características de formação do seu solo, cuja complexidade e, por vezes, instabilidade, se deve a uma grande diversidade litológica. Assim, observamos que o conhecimento da coexistência de rochas do tipo dura (de alta resistência à compressão) e do tipo branda (que sedem facilmente à pressão, provocando desprendimentos e deslizamentos) em muitas das encostas presentes no sítio, norteou durante muito tempo a estruturação do tecido urbano, que buscou se desenvolver em áreas de comportamento rochoso mais previsível[25].

Este comportamento de evitamento de áreas de solo instável (com presença de alguns tipos de Quartzito, Filito, Itabirito e Xisto) marcou a ocupação durante o período colonial e imperial, mas foi alterado a partir da segunda metade do século XX, quando a aceleração do processo de urbanização e a carência de áreas residenciais economicamente acessíveis no centro antigo provocou uma expansão do tecido em direção aos morros. Essas áreas, muitas delas antigas áreas de mineração do ouro, desde então tem estado constantemente em situação de risco, especialmente em épocas de alto índice pluviométrico, nas quais já se presenciou sérios desastres. Um dos mais recentes ocorreu em janeiro de 2012, no qual o deslocamento de uma encosta no bairro São Francisco provocou a morte de dois taxistas, o soterramento parcial do Terminal Rodoviário e da Praça Presidente Tancredo Neves e o bloqueio do acesso ao centro histórico pela Rua Padre Rolim. Além dessa encosta, no verão desse mesmo ano ocorreram também deslizamentos no Morro da Forca e no Morro São João, ao norte da ZPE[26].

Apesar do cuidado português em preservar a segurança da ocupação evitando áreas críticas, percebemos, no entanto, que o domínio da condição do solo no passado não deveria ser tão aprofundado assim, pois outros grandes deslizamentos ocorridos ao longo do tempo vieram a impactar alguns dos principais espaços públicos da sede ameaçando, inclusive, importantes monumentos históricos em seus entornos (FIGURA 40). Os adros de algumas igrejas foram os que mais apresentaram deslizamentos ou risco de serem afetados devido ao tipo do solo sobre o qual se encontram apoiados: a encosta sobre o qual se apoia o adro da Igreja das Mercês de Cima (Mercês e Misericórdia) já desmoronou em duas ocasiões, nos anos 1970 e em 1991 (afetando também o Largo Orlando Trópia), exigindo a reconstrução do adro e o atirantamento deste e do templo para garantir sua estabilidade; o adro da Igreja de São José também sofreu intervenção

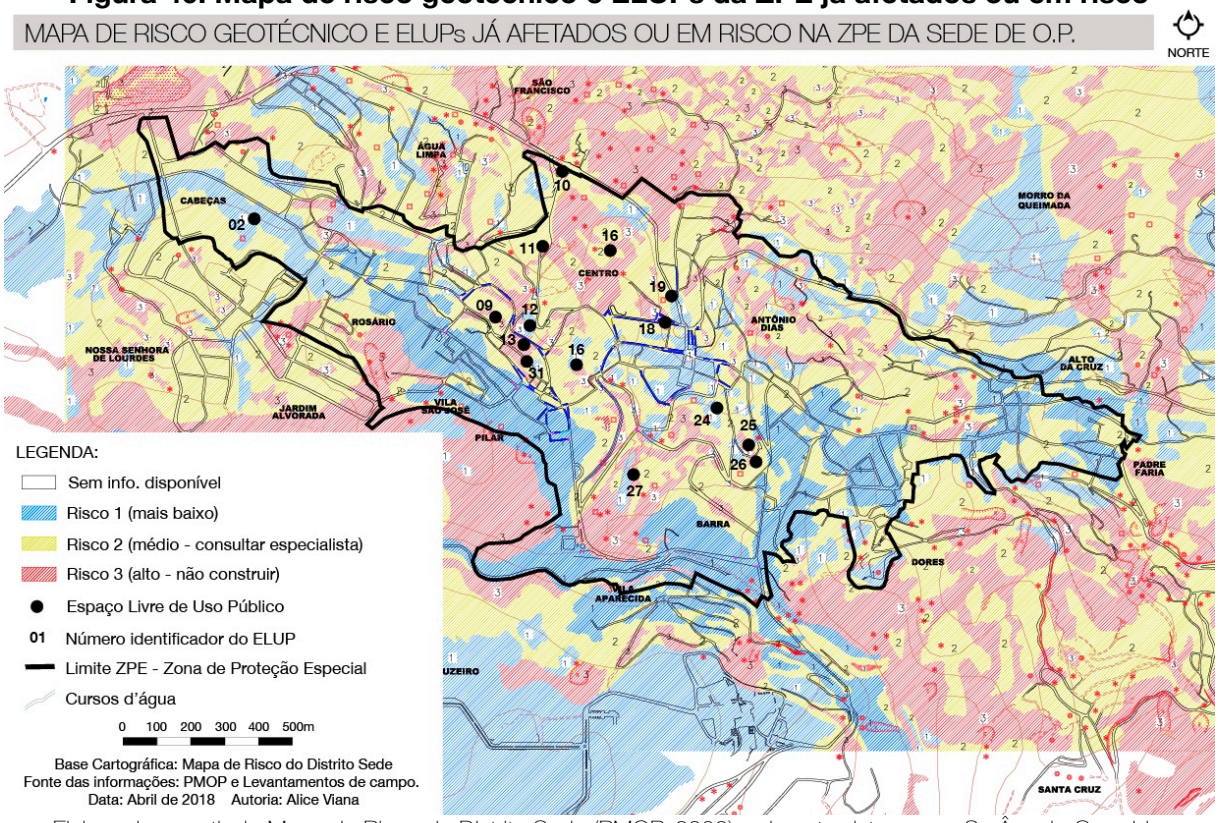
---

[25] OLIVEIRA, 2012.

[26] Fonte: G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/01/deslizamentos-de-terra-em-2-morros-deixam-ouro-preto-em-atencao.html>. Acesso em: 03 abr. 2018.

recente para garantir sua estabilidade, ameaçada pela movimentação de terra no promontório onde se encontra assentado; parte do adro da Igreja de Bom Jesus do Matozinhos, assim como seu templo, se encontram ainda ameaçados graças à instabilidade da encosta onde se apoiam; parte do adro da Igreja das Mercês de Baixo (Mercês e Perdões) também já veio abaixo afetando algumas residências do entorno; a encosta acima da Capela do Bonfim, que sustenta o Mirante da Rua Getúlio Vargas, se encontra permanentemente em estado de observação, assim como a área circundante da Igreja de São Francisco de Paula e os terrenos situados na Rua Xavier da Veiga atrás do adro da Igreja de São Francisco de Assis[27]. O Parque Natural Municipal Horto dos Contos também já teve parte de sua área afetada por deslizamentos de terra ocorridos em janeiro de 2013, forçando o fechamento total do espaço por alguns meses[28].

Figura 40: Mapa de risco geotécnico e ELUPs da ZPE já afetados ou em risco



Elaborado a partir do Mapa de Risco do Distrito Sede (PMOP, 2009) e de entrevista com o Sr. Ângelo Oswaldo. 02- Adro da Igreja de B. J. do Matozinhos, 09- Praça da Ponte Seca, 10- Praça Pres. Tancredo Neves, 11- Adro da Igreja de S. Francisco de Paula, 12- Adro da Igreja de S. José, 13- Mirante da Rua Getúlio Vargas, 16- Parque Nat. Mun. Horto dos Contos, 18- Largo Orlando Trópia, 19- Adro da Igreja das Mercês de Cima, 24- Adro da Igreja de S. Francisco de Assis, 25- Adro da Igreja das Mercês de Baixo, 26- Largo Mus. José dos Anjos Costa, 27- Morro da Forca, 31- Adro da Capela do Bonfim.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

---

[27] Informações obtidas através de entrevista realizada em 02 de abril de 2018 com o ex-Secretário de Turismo da PMOP, ex-Prefeito de Ouro Preto (gestões 1993-1996, 2005-2008 e 2009-2012) e atual Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos.

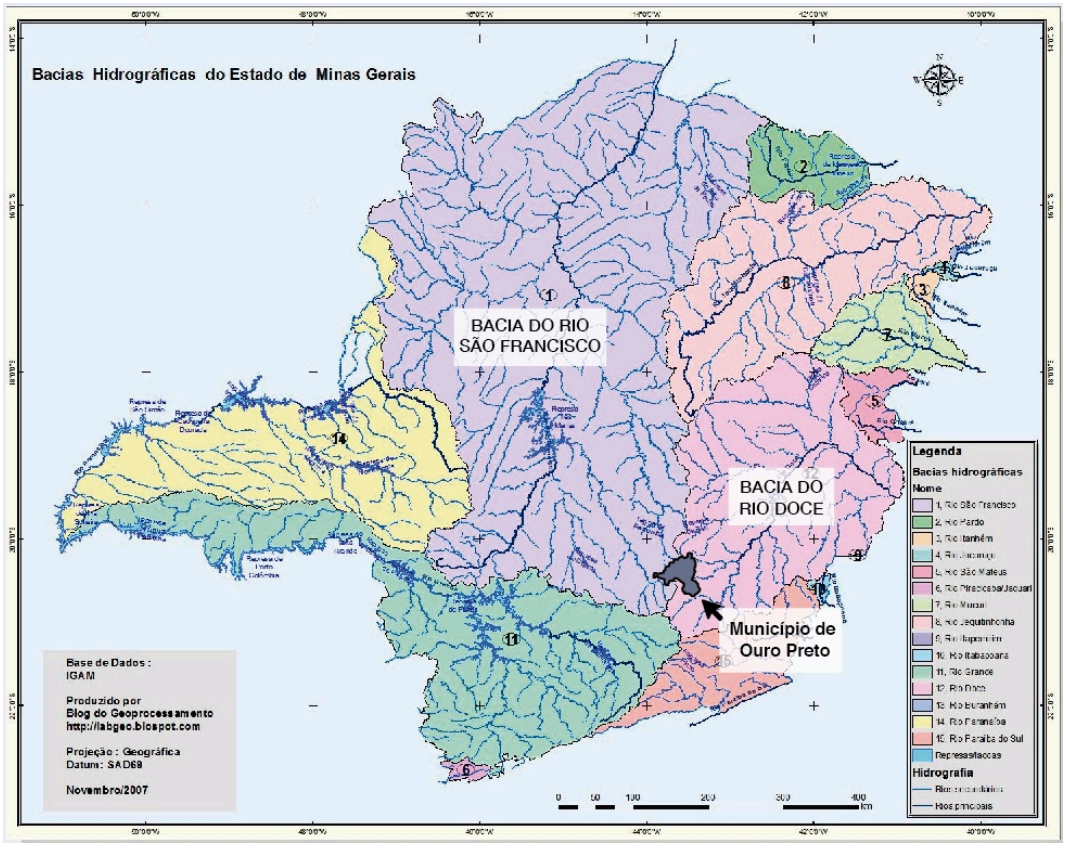
[28] Fonte: Jornal O Liberal. Disponível em: <http://www.jornaloliberal.net/noticia/vale-dos-contos-reaberto/>. Acesso em: 03 abr. 2018.

Podemos assim concluir que parte da responsabilidade pela existência de alguns dos espaços livres de uso público na área de estudo se deu graças à impropriedade do solo para edificação, o que gerou vazios aproveitados posteriormente para as funções de lazer e sociabilização. Vimos também que parte dos espaços componentes do sistema ainda se encontram ameaçados, em especial aqueles que mais se destinam à contemplação do sítio, justamente por se localizarem em áreas de notável destaque no relevo. Assim, consideramos fundamental levar em consideração essas características geotécnicas no momento de propor intervenções, ainda que leves, nesses vazios.

4.2.4 Hidrografia

Além do relevo e da geologia, Ouro Preto teve em sua densa rede hidrográfica outro importante condicionante de sua ocupação. O município faz parte das Bacias do Rio São Francisco e do Rio Doce, duas grandes macrobacias hidrográficas brasileiras, divididas localmente pela Serra de Ouro Preto (FIGURA 41).

Figura 41: Mapa das Bacias Hidrográficas de MG com destaque para Ouro Preto



Modificado pela autora.
Fonte: LABGEO, 2007.

A maior parte dos cursos d'água visíveis no centro histórico da sede fazem parte da Microbacia do Rio do Carmo, integrante da Bacia do Rio Piranga, (Macrobacia do Rio Doce) (FIGURA 42). Em

Ouro Preto o Rio do Carmo (ou Ribeirão do Carmo, como é também conhecido) é formado pelo Córrego do Tripuí e pelo Ribeirão do Funil, que corre no sentido leste-oeste, e cujos pontos de maior contato visual com a área de estudo se fazem nos bairros do Pilar e Barra.

Figura 42: Mapa da Macrobacia do Rio Doce com destaque para Ouro Preto

Modificado pela autora.

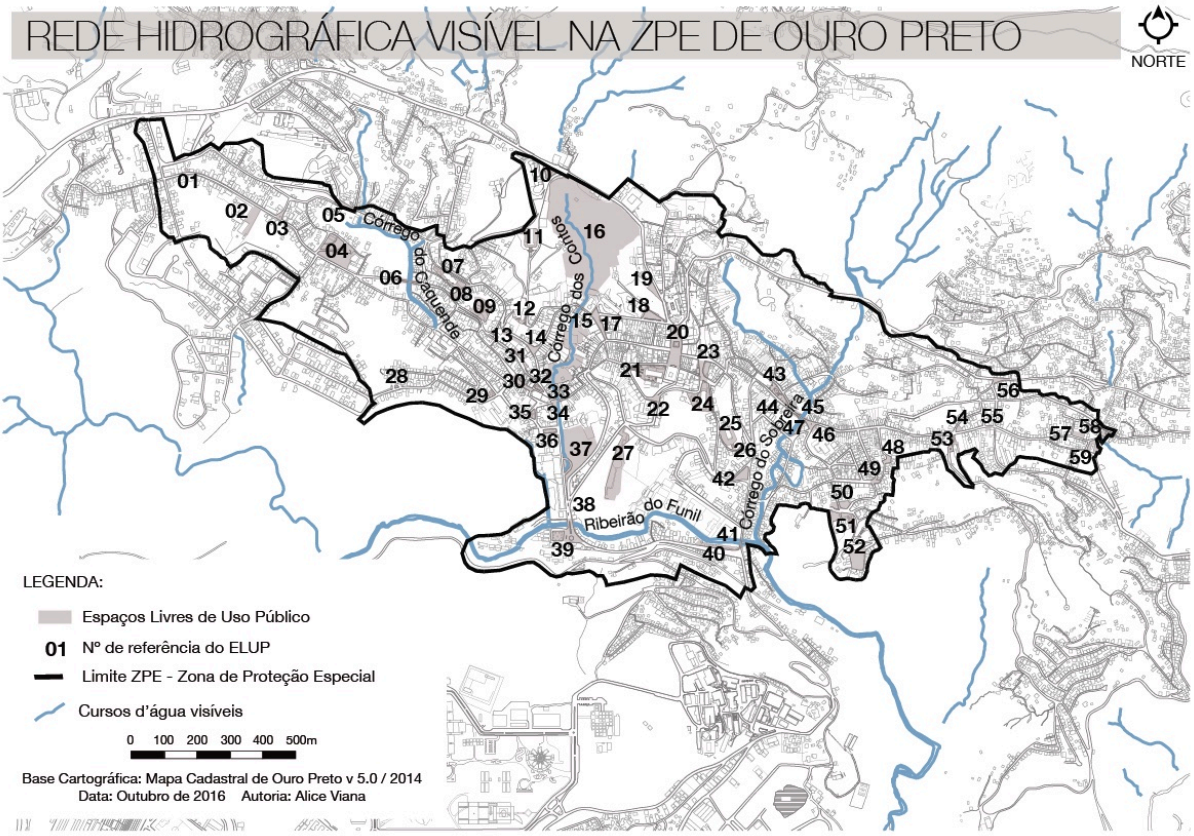
Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. 2017.

Parte considerável dos cursos d'água da sede já foram canalizados e cobertos no processo de urbanização, alguns se tornando invisíveis, outros podendo ser avistados em fundos de lotes e em alguns espaços livres de uso público do centro histórico, como é o caso do Córrego do Caquende, visível da Ponte do Caquende, ou Ponte do Rosário (ELUP nº06), situado no bairro homônimo (FIGURAS 43 e 44).

Figura 43: Córrego do Caquende

Fonte: Foto da autora. Fevereiro de 2017.

Figura 44: Mapa da Rede Hidrográfica visível na ZPE da Sede de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Outros espaços livres de uso público de destaque que possuem contato mais direto com cursos d'água são a Ponte dos Contos e o Parque Natural Municipal Horto dos Contos (nº15 e 16), dos quais se tem contato com o Córrego dos Contos (ou Córrego do Ouro Preto); a Ponte do Antônio Dias e o Largo da Rua Alagoas (nº 45 e 47), dos quais se tem contato com o Córrego do Sobreira (FIGURA 45); e as Pontes do Funil e da Barra (nº38 e 41), a Praça Cezário Alvim e a Praça Prefeito Amadeu Barbosa (nº 39 e 40), de onde avistamos o Córrego do Funil (FIGURA 46).

Figuras 45 e 46: Córrego do Sobreira visto da Ponte do Ant. Dias e Ponte da Barra

Fonte: Fotos da autora. Fevereiro de 2017 / Fevereiro de 2015.

Apesar da rede hidrográfica ter sido um elemento muito relevante no processo de ocupação de Ouro Preto, tanto pelos sistemas utilizados na exploração do ouro, quanto pela importância da disponibilidade de água para a sedentarização, a salubridade dos córregos hoje é motivo de grande preocupação. Verificamos que, no processo de urbanização, um grande número de edificações foram construídas com fundos para os cursos d'água, utilizando-os para a mineração, para o abastecimento doméstico, e como destino das águas servidas. Este posicionamento das edificações fez com que os cursos d'água ficassem ocultos na maior parte do centro histórico e também colaborou muito para sua degradação.

Apesar de haverem transcorridos séculos desde o início da ocupação, a rede pública de coleta de esgotos ainda não é onipresente nas áreas urbanizadas e parte das edificações ainda despeja as águas servidas diretamente nos cursos d'água encontrados nos fundos dos lotes. Segundo levantamento da FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente realizado entre os anos de 2013 e 2014, 95,7% da população dos municípios da Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Piranga, dentre os quais, Ouro Preto, lançam os esgotos *in natura*, sem nenhum tipo de tratamento, na bacia hidrográfica. Essa porcentagem populacional equivale a quase 455 mil habitantes. Em Ouro Preto a porcentagem da população atendida por tratamento de esgotos é de apenas 2,32% e não existe nenhuma ETE - Estação de Tratamento de Esgotos em funcionamento na sede do município[29]. A construção de uma ETE na sede foi iniciada em 2010, mas as obras estão paralisadas e não há previsão para conclusão[30].

Como consequência do frágil sistema de esgotamento sanitário, a presença dos córregos abertos em meio urbano, ocasionalmente visíveis e integrados aos espaços públicos, ainda é percebida por parte da população mais como um incômodo do que como uma riqueza natural. Nos dias mais secos do inverno, mas também nos dias mais quentes do verão, o mau-cheiro que emana destes cursos d'água é intenso e chega a desincentivar a permanência em suas proximidades. Além do lançamento de esgotos, o que provoca a contaminação das águas por *Escherichia coli*[31], o Relatório Anual da Qualidade das Águas Superficiais de Minas Gerais em 2016, desenvolvido pelo IGAM, ainda detectou a contaminação por diversas substâncias tóxicas, dentre elas o

---

29 Fonte: FEAM. Disponível em: <http://www.feam.br/minas-trata-esgoto/bacia-do-rio-piranga>. Acesso em: 09 mai. 2017.

30 Fonte: SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto, a autarquia responsável pelo saneamento básico no município.

31 Essa contaminação já havia sido denunciada por Viana de Lima em seu segundo relatório para a UNESCO, no qual mencionava que 80% das crianças em idade escolar já tinham sofrido de doenças relacionadas à ela (LIMA, 1972, p. 20).

Arsênio[32]. A longa exposição ao Arsênio, entre outras patologias, pode desenvolver alguns tipos de câncer, como o de pele, de pulmão, próstata, bexiga, rim e fígado[33]. Este tipo de contaminação também apresenta impacto relevante no estudo dos espaços públicos de Ouro Preto, pois torna a interação com a água, elemento de grande atratividade, como visto no Capítulo 2, algo perigoso e desaconselhado.

4.2.5 Clima

Outro aspecto natural que tem impacto muito direto sobre as apropriações que ocorrem nos espaços públicos é o clima, que pode fazer com que as pessoas se refugiem nas áreas livres ou busquem proteção em ambientes fechados. Assim, acreditamos que o conhecimento das características climáticas de um sítio também seja essencial na compreensão das relações de seus habitantes (ou visitantes) com os espaços públicos.

O clima de Ouro Preto é tropical de altitude[34], característico das áreas montanhosas da região, que se traduz em invernos secos e verões chuvosos. A temperatura média anual é de 18,5º, considerada amena, e o índice pluviométrico é relativamente alto, chegando a uma média anual de 1600mm. A umidade relativa do ar varia de 78,7% na estação seca e 86,2% na estação chuvosa, o que indica um clima relativamente úmido o ano todo, mesmo na ausência de chuvas[35]. Essas características climáticas, somadas à grande altitude local, são bastante relevantes na análise da relação dos cidadãos e visitantes com os espaços livres da área de estudo, distanciando muito as dinâmicas locais das de outros centros históricos brasileiros de origem colonial como, por exemplo, os localizados em cidades costeiras.

Ao analisarmos as sensações de conforto térmico nas áreas livres estudadas, percebemos que a localização entre as montanhas muitas vezes se coloca como um desafio para o desfrute das horas ociosas em espaços abertos. Durante as horas de insolação é difícil permanecer em ambientes livres e desprotegidos, pois têm-se a sensação de que os raios solares são demasiado quentes. Até mesmo nos meses frios, apesar das áreas ensolaradas parecerem atrativas para se esquentar o corpo, a permanência nessas só se faz possível por curtos períodos de tempo. No entanto, fora do alcance do sol a sensação térmica é de frio, especialmente se o espaço livre está

---

[32] Fonte: IGAM. Disponível em: <http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/publicacoes-tecnicas/qualidade-das-aguas/qualidade-das-aguas-superficiais/relatorios-de-avaliacao-de-qualidade-das-aguas-superficiais/relatorios-anuais/2016/12172-resumoexecutivocompleto-2016>. Acesso em: 09 mai. 2017.

[33] BORBA et al, 2004.

[34] Mais especificamente, do tipo Cwb, na classificação climática de Köppen-Geiger - tropical de altitude com verões temperados.

[35] LUCON, 2011.

sujeito a correntes de vento. Ou seja - a percepção da diferença de temperatura nas áreas ensolaradas e sombreadas é bastante expressiva, situação para a qual seria adequado o plantio de árvores caducifólias[36], a instalação de pergolados, ou de outros elementos de filtragem capazes de equilibrar a relação entre sol e sombra, ou ainda de elementos provisórios de sombreamento. Em sítios com características climáticas semelhantes, recomendaria-se a instalação desse tipo de elementos para promover conforto térmico e, consequentemente, ampliar o tempo de permanência nas áreas externas. Entretanto, a adoção de medidas como essas em sítios históricos é controversa, apesar de não ser algo impossível ou inédito (FIGURA 47).

Figura 47: *Plaza San Francisco* no verão

A *Plaza San Francisco* se localiza no Centro Histórico de Sevilha, no sul da Espanha. Assim como outros logradouros da cidade, esta recebe estruturas efêmeras para suavizar a insolação intensa dos meses quentes.
Fonte: SEVILLA..., 2007.

No Centro Histórico de Ouro Preto podemos observar que não há muitas oportunidades de assento conjugadas com estruturas de sombreamento, e a competição para garantir um lugar à sombra é acirrada. Esta situação é particularmente visível em alguns espaços públicos mais amplos, cujos espaços localizados mais ao centro não são agraciados pela sombra das edificações que compõem o entorno

Figura 48: Apropriações sob a sombra do Monumento a Tiradentes

Fonte: Foto da autora. Fevereiro de 2017.

[36] Ou decíduas, ou seja, que perdem suas folhas em estações de temperaturas mais frias.

imediato. Talvez o melhor exemplo dessa situação ocorra na Praça Tiradentes, na qual a base do Monumento a Tiradentes, um dos poucos espaços assentáveis da praça, serve de palco para o constante balé de pessoas que se deslocam para acompanhar o caminho da sombra projetada por ele em todas as estações do ano (FIGURA 48).

No inverno e nas meias-estações há grande amplitude térmica, ou seja, a temperatura ambiente varia consideravelmente durante o dia, provocando grande sensação de frio antes do nascer do sol e após o pôr do mesmo, surpreendendo os visitantes e refletindo diretamente na saúde da população, como já destacado por Vasconcellos (1956):

> Por sua vez, as sombras e os ventos frios, compensam-se por um sol ardente, próprio da altitude. São estas alternâncias de temperatura, aliadas à umidade dos ruços de inverno ou das copiosas chuvas de verão, as responsáveis pelos achaques das vias respiratórias a que aludem os cronistas. (VASCONCELLOS, 1956, p.96)

Assim, vemos que a sensação de desconforto térmico nos espaços livres é provocada não apenas pela forte insolação, mas também por essas quedas de temperatura e pelas frias correntes de ar resultantes do posicionamento da mancha urbana na estreita garganta entre a Serra de Ouro Preto e a Serra do Itacolomi. As correntes de ar fazem com que as áreas livres mais desprotegidas sejam evitadas nos meses frios, pois a permanência nesses espaços se torna muito desconfortável. Em compensação, espaços livres de menores dimensões e cujas faces são inteiramente edificadas criam agradáveis áreas de refúgio.

Deve-se levar também em conta as densas neblinas que ocasionalmente pairam sobre a cidade (FIGURA 49), fato registrado nos relatos de viagem de alguns estrangeiros, como Mawe (1816) e Burton (1869), que visitaram a cidade ainda no século XIX. A neblina esfria o ambiente, mas o incômodo maior é causado pela associação da fina garoa com as rajadas de vento, parecendo vir de todas as direções[37], compelindo a população a procurar abrigo em espaços fechados.

> La grande élévation de la ville y occasionne, dans le même jour, de fréquens changemens du chaud au froid, et il y pleut souvent. Le soleil est quelquefois obscurci par des vapeurs et des brouillards si épais, qu'ils ne se dissipent que très-avant dans la matinée. (MAWE, 1816, p.295)[38]

---

[37] Chamada de forma irônica pelos jovens locais de "chuva 3D".

[38] A grande elevação da cidade ocasiona, no mesmo dia, frequentes mudanças do quente ao frio, e chove frequentemente. O sol é, ocasionalmente, escurecido por vapores e neblinas tão espessas, que não se dissipam até bem tarde na manhã. Tradução da autora (na citação foi conservada a grafia original do texto impresso, diferente da norma ortográfica francófona atualmente vigente).

> […] the altitude, the accidents of ground, and the peculiar position, make it subject to extremes of diurnal variation and to great uncertainty. Now it has the sun of Italy, then the fogs of England. (BURTON, 1869, p. 345)[39]

Figura 49: Neblina às 11:30h na Praça Tiradentes

Fonte: Foto da autora. 2016.

Dessa forma podemos constatar que mesmo que os espaços públicos locais ofereçam uma paisagem natural e cultural valiosa e que tenham fluxos constantes, sem elementos de proteção a alguns dos fenômenos supracitados, as apropriações de maior duração - que incentivam e reforçam as relações entre as pessoas e com o sítio, se tornam muito dificultadas. Assim, o tratamento desses espaços em relação ao conforto térmico e climático se torna uma tarefa importante e delicada, devendo ser levada muito a sério por parte dos planejadores, caso queiram realmente potencializar o uso dos espaços públicos na cidade. A disposição da vegetação no sítio em relação à urbanização é outro fator que, entre outros, deve ser levada em consideração por ser responsável por parte das sensações térmicas na área de estudo, como veremos a seguir.

4.2.6 Vegetação

O município de Ouro Preto se situa em uma região cujo bioma predominante é a Mata Atlântica, apesar de apresentar espécies do Cerrado e também dos Campos Rupestres, ainda que em menor número[40]. Estes biomas se manifestam através de ecossistemas variados, indo de florestas estacionais semideciduais a campos de altitude, representados por espécies muito ornamentais como: o *Jacaranda cuspidifolia* (jacarandá-de-minas), a *Araucaria angustifolia* (pinheiro-do-paraná),

---

[39] […] a altitude, os acidentes do solo e a posição peculiar, tornam-na sujeita a extremos de variação diurna e a grande bruma. Agora ela tem o sol da Itália, depois a névoa da Inglaterra. Tradução da autora.

[40] Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=314610&search=minas-gerais|ouro-preto|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 09 mai. 2017.

a *Tibouchina granulosa* (quaresmeira), a *Cecropia hololeuca* (embaúba-prateada), o *Handroanthus serratifolia* e o *Handroanthus ochreaceus* (ipê-amarelo-de-bola e ipê-amarelo-do-campo), a *Ceiba speciosa* (paineira-rosa), o *Peltophorum dubium* (canafístula), a *Cedrela fissilis* (cedro-rosa) e a *Euterpe edulis* (palmito-juçara)[41]. Muitas dessas espécies estão presentes no perímetro urbano, tanto nas massas vegetais dos vales e encostas, quanto em alguns espaços públicos (FIGURAS 50 e 51).

Figuras 50 e 51: Exemplos de vegetação ornamental nos ELUPs do centro histórico: Praça Américo Lopes e Praça da UFOP

Euterpe edulis ao lado do chafariz da Praça Américo Lopes, e Cedrela fissilis e Jacaranda cuspidifolia, na Praça do Estacionamento da UFOP, ambas no bairro Pilar.
Fonte: Fotos da autora. Novembro de 2016.

A presença do verde na cidade, de maneira geral, é muito intensa. Apenas 24% da área do perímetro urbano é antropizada (área construída, arruamento e solo exposto), enquanto 76% do território ainda conserva áreas verdes (divididas entre vegetação herbácea, arbustiva, arbórea e revegetação com eucaliptos). Um dos fatores responsáveis pela onipresença do verde é a elevada área de APPs - Áreas de Preservação Permanente[42], que ocupam grande parte do perímetro urbano. Estas se dividem em APPs de declividade (declividade superior à 45% - 4,19km^2), APPs de topo de morro (10,28km^2), APPs de corpos de água corrente (5,52km^2) e ainda APPs de margens de águas paradas (0,06km^2), que somadas representam 69% do perímetro urbano[43]. Essas áreas, além de impactar positivamente a paisagem da sede, ainda guardam uma enorme

[41] Fontes: IPEF - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais e IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas. Disponíveis em: <http://www.ipef.br/identificacao/> e <http://flora.ipe.org.br/sp>. Acessos em: 9 e 10 mai. 2017.

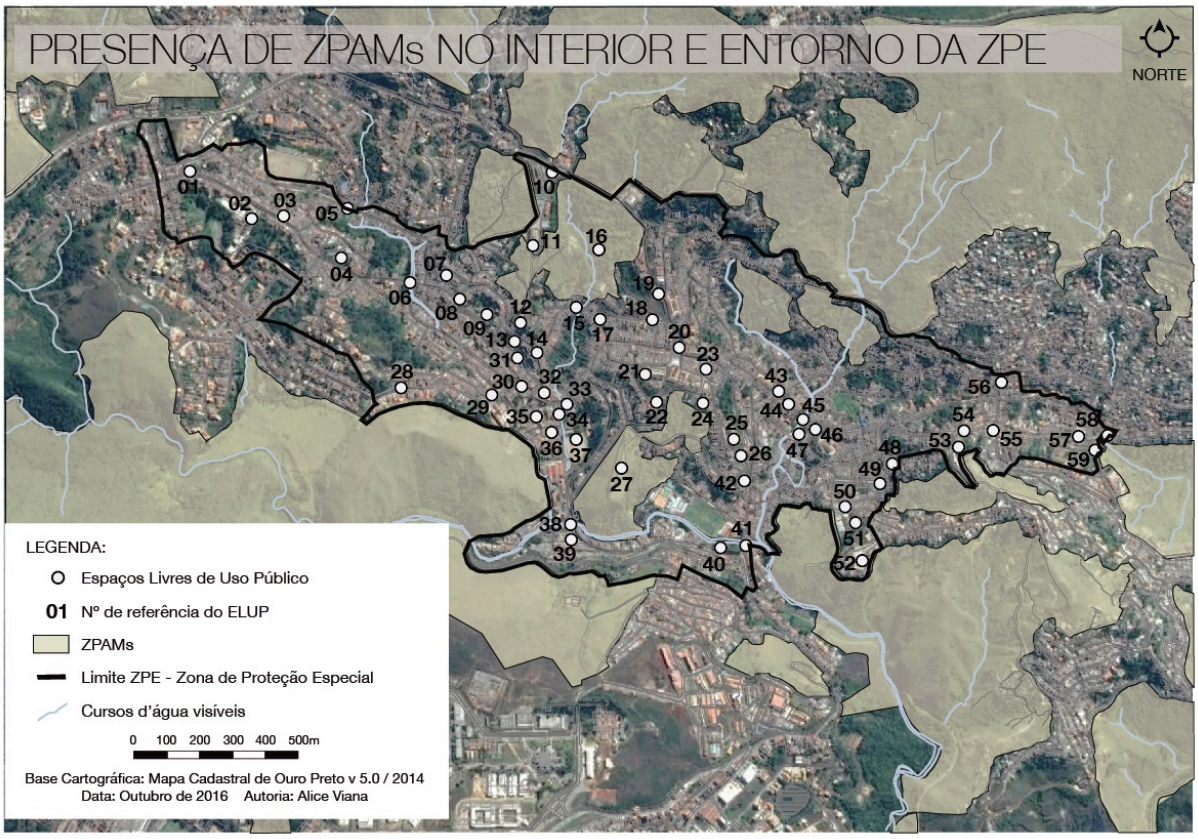
[42] As Áreas de Proteção Permanente foram criadas no Brasil com a instituição do Código Florestal de 1965, com a intenção de se preservar florestas e demais formas de vegetação do território nacional (BRASIL, 1965).

[43] É importante ressaltar que, mesmo resguardadas por lei, parte da área de APPs já se encontra parcialmente ou totalmente antropizadas, contendo edificações e arruamentos. Para mais informações sobre as intervenções nas APPs urbanas da sede de Ouro Preto, ver Lucon (2011).

importância ambiental, pois auxiliam na conservação dos recursos hídricos, na estabilidade do solo, no clima e na manutenção da diversidade de fauna e flora[44].

Grande parte das APPs do distrito-sede estão resguardadas em ZPAMs, as Zonas de Proteção Ambiental demarcadas pela LPOUS[45] de Ouro Preto. Estas ZPAMs criam uma espécie de cinturão verde ao redor do centro histórico, mas também irrompem em elevações e vales no meio deste, abrigando, inteira ou parcialmente, alguns espaços livres de uso público, como o Morro da Forca (nº27) e o Parque Natural Municipal Horto dos Contos (nº16) que, embora verdes, já se encontram bastante antropizados (FIGURA 52).

Figura 52: Espaços públicos da ZPE e identificação das ZPAMs da sede



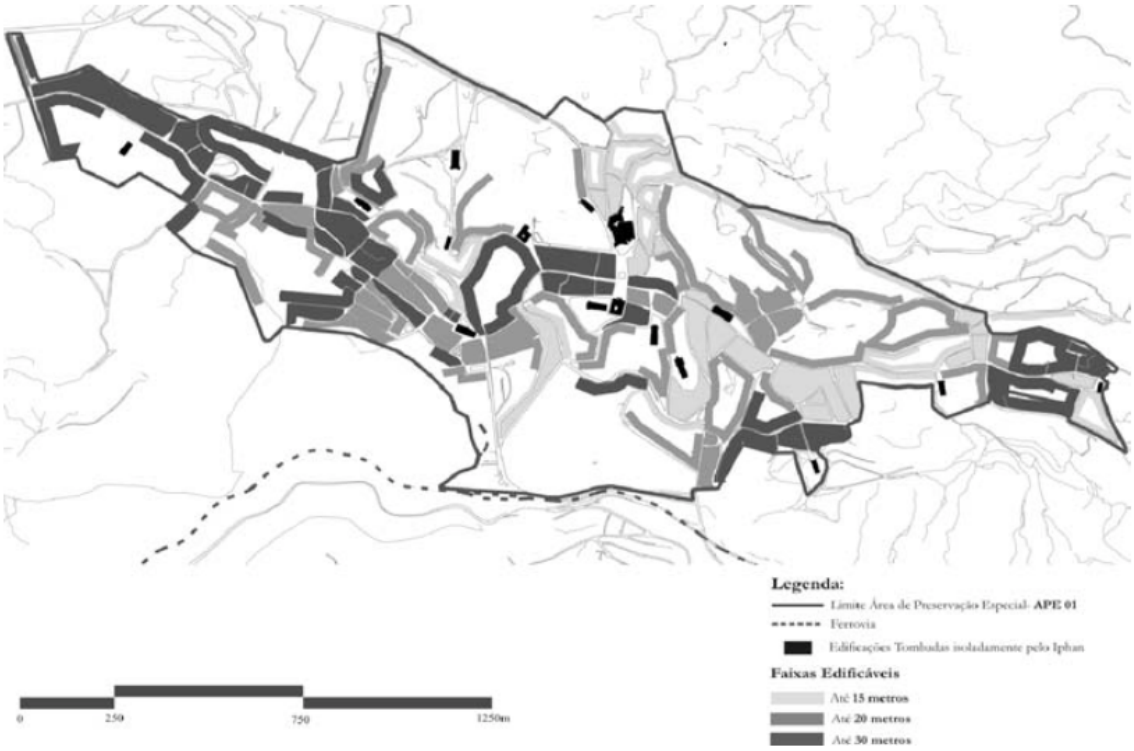
Elaborado a partir do Mapa Cadastral do Município v 5.0/2014, cedido pela PMOP e de imagem do Google Earth.
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

[44] LUCON, 2011.

[45] OURO PRETO, 2011.

Em observações em campo, mas também através da análise de fotos aéreas, percebe-se que na área de estudo a vegetação também se encontra presente em manchas localizadas nos fundos de lote, os chamados miolos de quadra (FIGURAS 52 e 54)[46]. Atualmente, visando a preservação dessas áreas verdes e a manutenção da paisagem natural histórica, a edificação dos miolos de quadra é regulada pelo IPHAN através da Portaria nº312 de 20 de outubro de 2010. Esta normativa estabelece faixas máximas edificáveis a partir da testada dos lotes, variando de 15 a 30 metros conforme a Planta de Faixas Edificáveis disponível em seu Anexo I-B (FIGURA 53).

Figura 53: Planta de Faixas Edificáveis



Planta de Faixas Edificáveis presente no Anexo 1-B da Portaria Nº312, que dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto. (IPHAN, 2010). Modificado pela autora.
Fonte: BRASIL, 2010.

[46] Os lotes do centro histórico seguem o tipo de parcelamento tradicional da colonização portuguesa, no qual as edificações são coladas ao alinhamento, sem afastamentos frontais ou laterais, deixando os fundos de lote livres e, em grande parte, vegetados. Esses lotes tem como característica a reprodução do lote de padrão medieval, de testada pequena e comprimento bastante alongado, muitas vezes de fim indefinido. A pequena dimensão das testadas foi ocasionada pela disputa pela implantação junto às principais vias de circulação e a extensão do comprimento se deve, sobretudo, à falta de limites definidos, característica da prática de aforamentos e da inexistência do modelo de lote privado, situação prévia à criação da Lei de Terras de 1850. Na época em que esta parte da cidade se desenvolveu, todo o território era considerado pertencente à Coroa Portuguesa e os terrenos urbanos eram pouco aproveitados para outros fins que não os de subsistência. Com a densificação do centro urbano iniciou-se um processo de construção de novas edificações diametralmente afastadas das primeiras, acessadas por caminhos informais, que depois exigiu a abertura oficial de vias paralelas às principais, e outras transversais para facilitar a circulação, criando assim as quadras, e a consequente delimitação dos miolos de quadra (COSTA e NETTO, 2015).

Tradicionalmente, a parte dos fundos dos lotes mais próxima às edificações tem sido utilizada como espaço de caráter funcional, dedicado aos serviços domésticos e ao cultivo de plantas medicinais, pequenas hortas e pomares. Ocasionalmente, encontra-se alguns espaços dedicados a jardins ornamentais ou a equipamentos de lazer e recreação, principalmente em lotes que se configuram como platôs escalonados, mas muitos quintais do centro histórico permanecem não edificados. Uma grande parte desses miolos de quadra se mantém verde não apenas pelos parâmetros urbanísticos impostos pela LPOUS ou pelas normativas do IPHAN, mas principalmente porque o aproveitamento para fins ediliícios, de lazer ou de cultivo mais expressivo se torna muito dificultado devido à grande declividade dos terrenos (mesmo que não se configurem como APPs).

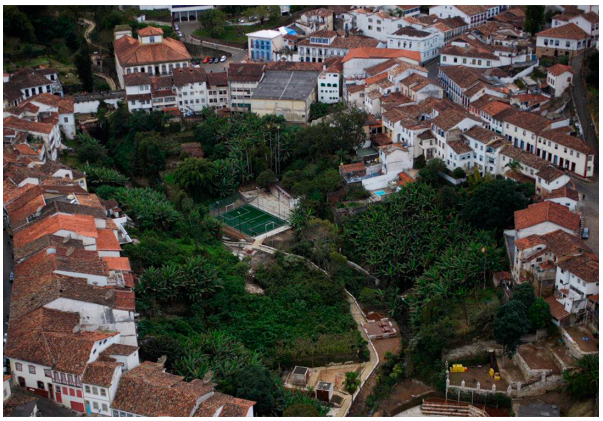
Figura 54: Miolo de quadra situado entre os bairros Cabeças e Vila São José

Fonte: Foto da autora. Fevereiro de 2017.

Em nossa área de estudo encontramos dois miolos de quadra que foram recentemente desapropriados para serem convertidos em espaços públicos: a parte sul do Parque Natural Municipal Horto dos Contos, também conhecido como Vale dos Contos (ELUP nº16), e a Praça da Ponte Seca[47] (nº 09, ver FIGURAS 52, 55 e 56). A Praça da UFOP (nº37), utilizada como estacionamento quando há eventos no Centro de Convenções, também é fruto do aproveitamento de antigo miolo de quadra para uso público, ainda que a vegetação nesta tenha se resumido à presente nas encostas circundantes).

[47] Ambas as desapropriações foram feitas através do Programa Monumenta, em uma gestão municipal que, aparentemente, tinha como premissa criar mais espaços públicos e recuperar eventuais danos aos já existentes. O Vale dos Contos, fruto da maior intervenção urbana já feita através do Programa Monumenta, e que custou R$3,5 milhões aos cofres públicos (mais de 90% deste valor sendo oriundo de recursos federais), se encontra atualmente fechado, sua visitação tendo sido interrompida após apenas sete anos de funcionamento. Fonte: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2047/monumenta-inaugura-parque-publico-em-ouro-preto-mg>. Acesso em: 13 ago. 2017. Discutiremos mais detalhadamente a situação desse parque nos capítulos seguintes.

Figuras 55 e 56: Praça da Ponte Seca e Vale dos Contos



Fonte: GOBBI, 2012.

Analisando a presença da vegetação nos diversos espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, pudemos perceber que esta aparece de formas bem variadas. Nas áreas mais antigas da cidade, esta sempre se encontra em outros planos que não o do usuário do espaço público - ou está escondida atrás das faces edificadas contínuas do casario histórico, ou então recobrindo os solos ambientalmente protegidos das montanhas ao longe. Tampouco há arborização urbana nas ruas, outro traço típico de cidades fundadas no período colonial. Entretanto, nas áreas cujo desenvolvimento foi originado no século XX, já é possível encontrar espaços públicos ajardinados[48], ainda que sejam jardins modestos, de composição pouco elaborada e, geralmente, pouco funcional (não oferecem barreiras aos ventos, nem sombreamento expressivo).

Figura 57: Canteiro da Praça da Prefeitura

Fonte: Foto da autora. Fevereiro de 2017.

Concluindo, neste sub-capítulo pudemos analisar que algumas características físicas do sítio, como a beleza do conjunto histórico edificado e da paisagem natural, trazem muitos incentivos à permanência nos espaços públicos. Entretanto, algumas outras características, em especial a hidrografia e o clima, podem trazer desconfortos sensoriais capazes de ser grandes inibidores de apropriações mais duradouras. Acreditamos que o reconhecimento dessas questões podem servir

[48] Observa-se em algumas praças a presença de vegetação exótica de porte herbáceo, arbustivo e arbóreo, característica do paisagismo dos séculos XIX e XX, como as asiáticas *Hemerocallis flava* (lírio-amarelo), *Camellia japonica* (camélia) e a africana *Spathodea campanulata* (espatódea), todas presentes na Praça Barão do Rio Branco (Praça da Prefeitura (FIGURA 57).

de norte a intervenções relevantes nesses espaços, qualificando-os, e dessa forma atraindo mais atividades eletivas de maior permanência.

Assim, podemos intuir que se os córregos que cortam o centro histórico fossem despoluídos, os espaços públicos que são por esses margeados teriam muito mais atratividade, ainda mais se o contato direto com a água fosse permitido. Da mesma forma, acreditamos que se alguns espaços públicos recebessem alguns elementos efêmeros capazes de proporcionar maior conforto térmico (coberturas leves, barreiras vegetais de vento, entre outros), esses seriam não somente mais visitados, mas a duração das apropriações poderia ser muito maior, conferindo a esses espaços mais vitalidade. No entanto, como previamente discutido no Capítulo 2, é de amplo conhecimento que a vitalidade dos espaços públicos se deve a muitos fatores. Alguns deles são relacionados às características físico-geográficas do sítio, como acabamos de apresentar; outros são mais relacionados às próprias dinâmicas urbanas, também capazes de incentivar ou inibir apropriações, como discutiremos adiante.

4.3 Apresentação das dinâmicas urbanas e sua relação com os espaços públicos do centro histórico

Podemos entender como dinâmicas urbanas o conjunto de processos sociais e de atividades humanas em um determinado espaço urbano que, junto com seus atributos físico-geográficos, lhes conferem uma identidade própria. Essas dinâmicas são diretamente influenciadas pela distribuição dos usos do solo (residencial, comercial, industrial, entre outros) no tecido urbano e também pelo conjunto de fluxos que essa distribuição provoca no território. Considera-se que quanto maior for a diversidade de usos em um espaço, geralmente maior será sua atratividade, maiores serão os fluxos gerados, e maior será a diversidade da origem e do destino final desses.

Dizemos que um espaço urbano que concentra muitos usos e muitos fluxos geralmente é um espaço mais dinâmico, no qual se observam várias formas de interação entre os cidadãos. Ao mesmo tempo, dizemos que espaços mais monofuncionais, ou seja, que guardam um único tipo de uso do solo, ou que tenham uma predominância muito grande de um uso em relação aos damais, tendem a ser espaços menos dinâmicos. Assim, podemos dizer que os espaços centrais, ou as centralidades de um município, por concentrarem usos além do residencial (naturalmente mais numeroso e onipresente nas cidades), são tradicionalmente mais dinâmicos que espaços mais periféricos, nos quais o uso residencial impera quase em absoluto.

Sabemos que quanto mais dinâmico for o espaço urbano, maior é a chance de que um espaço livre de uso público inserido em seu contexto seja apropriado no quotidiano, servindo de suporte às atividades ali presentes. Assim, para que um espaço público seja dinâmico, ele deve ser bem conectado ao seu entorno, criando uma relação positiva de suporte com ele, servindo especialmente como local de encontro, descanso e sociabilização[49]. Essa relação é independente do tipo de centralidade na qual o espaço se encontra inserido, podendo ocorrer em uma pequena subcentralidade local, na qual se destacam as relações entre vizinhos e outros conhecidos, ou em grandes centralidades de alcance municipal ou regional, propiciando o contato entre conhecidos e desconhecidos de diversas naturezas. Desta forma vemos que o estudo da localização dos espaços públicos na cidade e sua relação com as dinâmicas urbanas é essencial para a compreensão do seu potencial de apropriação. Assim, dedicaremos esse sub-capítulo ao estudo das dinâmicas urbanas do Centro Histórico de Ouro Preto e à análise da influência dessas na apropriação dos espaços livres de uso público nele inseridos.

Não existem muitos dados estatísticos disponíveis em relação ao Centro Histórico de Ouro Preto, nem em relação aos bairros inseridos no seu perímetro[50]. Os setores censitários utilizados pelo IBGE[51] são a fonte de dados mais relevante disponível, porém estes não coincidem nem com os limites dos bairros, nem com a poligonal da ZPE, o que dificulta certas análises mais próprias à natureza dos espaços públicos. Assim, neste trabalho apresentaremos alguns dados relativos à sede do município e, quando necessário, serão feitos recortes a partir dos setores censitários que estão majoritariamente inseridos no que consideramos centro histórico - o limite da ZPE, especialmente no tocante ao cruzamento de dados demográficos e distribuição dos espaços livres de uso público da área de estudo (FIGURA 58)[52].

---

[49] Outra forma de se atingir um dinamismo é oferecer equipamentos que propiciem uma grande variedade de entretenimento do tempo ocioso, especialmente voltados ao lazer ativo, para que esses espaços não sejam apenas um suporte das atividades que ocorrem no entorno, mas para que sejam um destino em si mesmos. Este tipo de atratividade, no entanto, está diretamente ligada à qualificação do espaço público através de mobiliários e outros equipamentos.

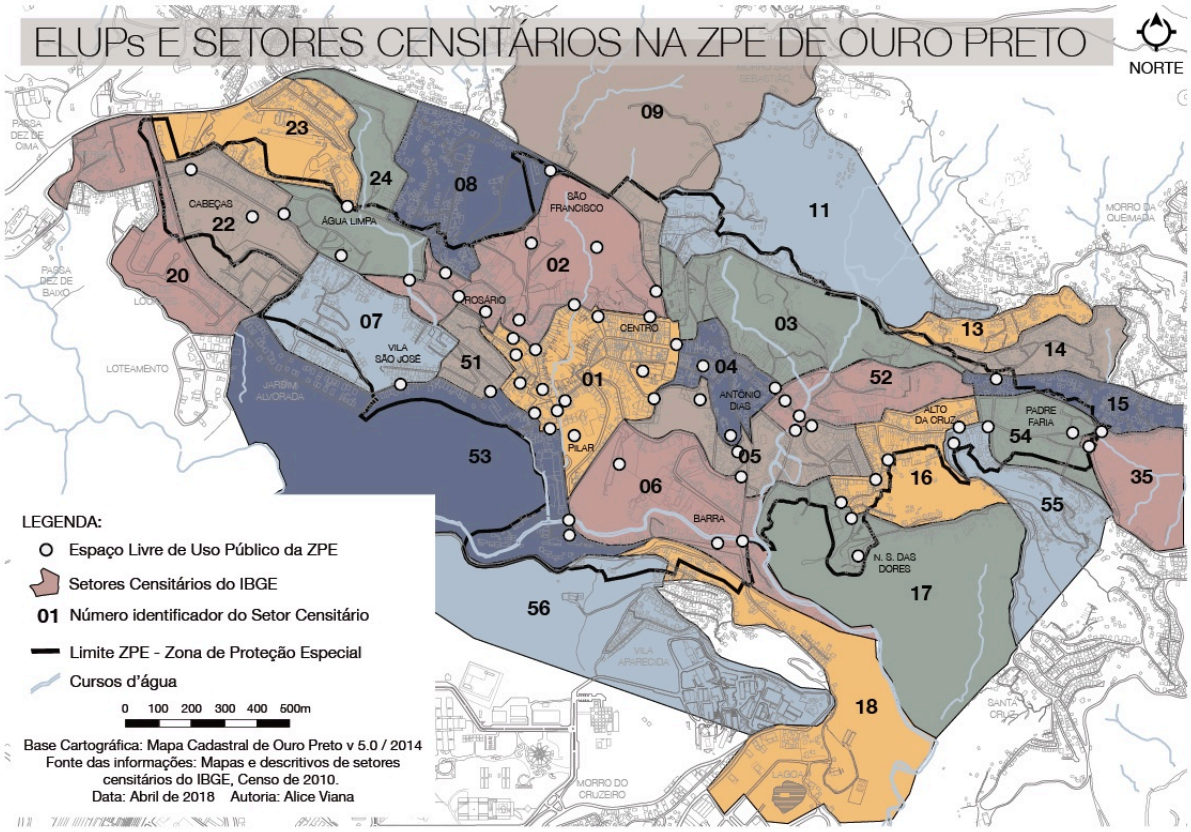
[50] Apesar da PMOP os utilizar quotidianamente como referência, os bairros não são oficialmente reconhecidos como unidades de planejamento.

[51] Fonte: IBGE. Perímetros disponíveis no canal de Geociências/Mapas; microdados relativos ao Censo de 2010 disponíveis no canal de Estatísticas/Downloads. Disponíveis em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm> e em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/downloads-estatisticas.html>. Acessos em: 08 ago. 2017 e 08 abr. 2018.

[52] No mapa da Figura 58 foram identificados e coloridos todos os setores censitários abrangidos todo ou parcialmente pela poligonal da ZPE. Para facilitar sua leitura, os números identificadores destes setores foram abreviados a seus dois últimos dígitos. Desta forma, o número 01 se refere ao setor censitário 314610705000001, o número 02 se refere ao setor 314610705000002, e assim por diante. Apesar de estarmos cientes de que esse recorte não é capaz de nos oferecer valores inteiramente confiáveis, consideramos que um maior rigor estatístico não é necessário para o tipo de análise demandada por este trabalho.

Assim, antes de adentrarmos nos dados estatísticos propriamente ditos, consideramos adequado mostrar, inicialmente, o mapa de distribuição dos espaços livres de uso público em relação à divisão da área de estudo em setores censitários. Podemos observar na Figura 58 que muitos dos setores censitários que tem parte do território inserido na ZPE, obviamente os mais periféricos, contém também uma porção, às vezes majoritária, de área fora do nosso perímetro de observação. Como os demais ELUPs fora dos limites da ZPE não foram levantados, não é possível realizar uma comparação quantitativa de todos os setores, identificando aqueles que possuem mais ou menos equipamentos desse tipo, ou cruzar o número de espaços públicos com suas populações ou com suas áreas. No entanto, nos foi possível tecer algumas considerações sobre aqueles que estão inteiramente, ou majoritariamente inseridos dentro desse limite.

Figura 58: Distribuição dos ELUPs nos setores censitários na ZPE



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A primeira consideração a ser aqui colocada está relacionada à grande heterogeneidade na distribuição de espaços públicos entre diferentes setores (e mesmo na sua espacialização dentro dos mesmos setores). Podemos perceber que o setor 01, que abrange grande parte do bairro Centro e a porção nordeste do bairro Pilar, é aquele que claramente concentra o maior número de espaços públicos da área de estudo, enquanto alguns detém poucos, ou mesmo nenhum espaço público, como é o caso do setor 03, que abriga a porção nordeste do bairro Centro e norte do bairro Antônio Dias.

Vemos, no entanto, através das informações cadastrais presentes no mapa, que alguns setores possuem um tecido urbano muito mais denso que outros, o que pode ser um grande colaborador dessa heterogeneidade de distribuição de ELUPs. Outra hipótese a ser considerada é a de que esses espaços públicos estão concentrados em setores como o 01 e o 02 porque essa é uma das áreas mais antigas do centro histórico, guardando ainda boa parte dos ELUPs criados sob uma lógica colonial - espaços de pequeno porte e à grande proximidade entre eles, acessíveis a pequenas distâncias à pé[53]

Outra consideração a ser feita é que vários espaços públicos da área de estudo se encontram situados no limite entre dois ou mais setores censitários vizinhos, fazendo com que esses sejam equipamentos que possam ser compreendidos como pertencentes a um setor ou a outros. Assim, consideramos de pouca valia comparar a simples presença (ou ausência) de espaços públicos nos diferentes setores, preferindo relacioná-la com dados de natureza demográfica, mais propícios a nos transmitirem informações relevantes sobre sua vitalidade e potencial de apropriação, como será apresentado adiante.

4.3.1 Cruzamento das principais características populacionais com a distribuição dos ELUPs

Para compreender melhor a relação entre os espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto e seus usuários, é importante se conscientizar que a área de estudo tem como uma de suas características principais a presença quotidiana de uma população bastante diversa, pois além de sua população local, ela conta com uma população flutuante considerável. Essa é conseqüência direta da polarização da cidade em relação aos demais municípios do entorno, da presença de muitos jovens atraídos por seus grandes equipamentos de ensino e da sua relevância como destino turístico nacional e internacional. Assim, percebemos que os usuários dos espaços públicos do centro histórico fazem parte de um universo de difícil definição e que esse ultrapassa muito aquele da população residente no entorno.

Se considerarmos apenas os moradores da área urbana da sede, em 2010, haviam 40.214 habitantes[54], representando 57% do total de 70.281 moradores do município[55]. Nos censos do IBGE, entretanto, não são contabilizados os moradores temporários, representados pelos

---

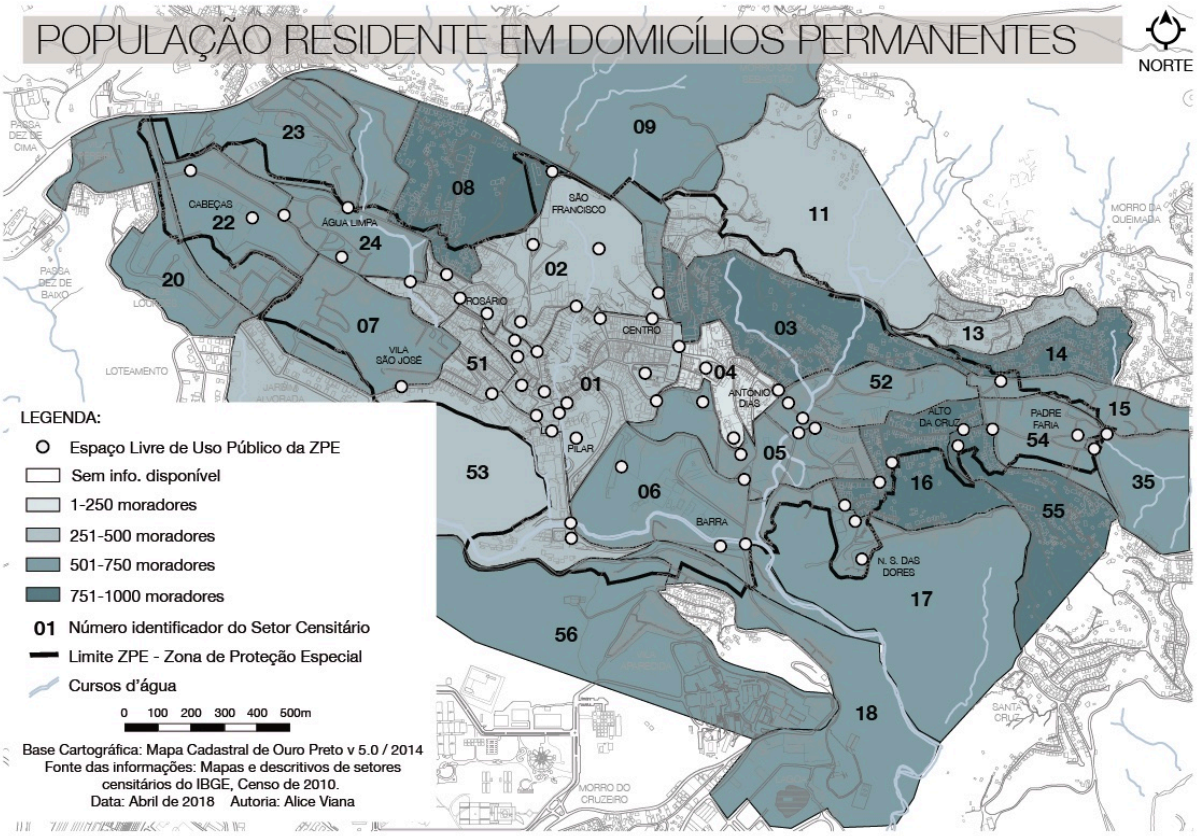
[53] Essas e outras hipóteses aqui apresentadas para a diferente distribuição dos espaços públicos na área de estudo serão melhor discutidas posteriormente neste trabalho.

[54] População na área urbana do distrito-sede, segundo Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=1>. Acesso em: 12 mar. 2017.

[55] A população estimada para 2017 era de 74.659 habitantes, segundo o portal IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>. Acesso em: 06 abr. 2018.

estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP[56] vindos de todo o país (aproximadamente 11.000 estudantes apenas no Campus de Ouro Preto[57]), e parte dos 2.250 alunos do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG[58], ambos grandes equipamentos situados no entorno do centro histórico. É importante, no entanto, frisar que graças ao comportamento de aglomeração de Ouro Preto com alguns de seus municípios vizinhos, parte desses estudantes reside em outros distritos, ou nos municípios de Mariana e Itabirito, realizando movimentos pendulares diários para acessar as instituições de ensino supracitadas. Ainda sim, a presença desse grupo na área de estudo, independentemente de seus locais de moradia, é relevante para a análise dos espaços públicos.

Figura 59: Distribuição da população residente na ZPE de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

---

[56] A Universidade Federal de Ouro Preto possui atividades distribuídas nos municípios de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, entretanto, é no distrito-sede de Ouro Preto que se encontram a Reitoria e a maior parte dos cursos oferecidos.

[57] Dado de março de 2015. Fonte: PRECAM - Prefeitura do Campus Universitário / PROPLAD - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFOP

[58] Dados do 1º semestre de 2009, presentes no Estudo de Impacto de Vizinhança desenvolvido pelo IFMG para este equipamento. Apesar de muitos alunos do IFMG serem moradores locais, ainda há um número considerável daqueles que tem como origem os municípios de Mariana e de Itabirito, ambos vizinhos à Ouro Preto, realizando movimentos pendulares quotidianos para acessar o local de estudo.

Para avaliar a influência das dinâmicas urbanas na apropriação desses espaços, no entanto, inicialmente iremos nos ater à influência do uso residencial e da distribuição da população em relação aos setores censitários e aos espaços públicos da área de estudo. Em relação à distribuição da população fixa residente em domicílios da ZPE, podemos observar no mapa da Figura 59 que alguns setores concentram bem mais população que outros e que, curiosamente, alguns setores com menor população residente, como o 01, o 02, o 04 e o 51 (que correspondem às partes de tecido mais antigo dos bairros Centro, Antônio Dias, Rosário e Pilar) são aqueles que concentram um maior número e densidade de espaços livres de uso público[59]. Observamos também que o setor 03, apesar de populoso e desprovido de espaços livres de uso público em seus limites, se encontra bem próximo de alguns ELUPs situados nos setores 01, 02, 04 e 52, o que teoricamente facilitaria o acesso a esses equipamentos.

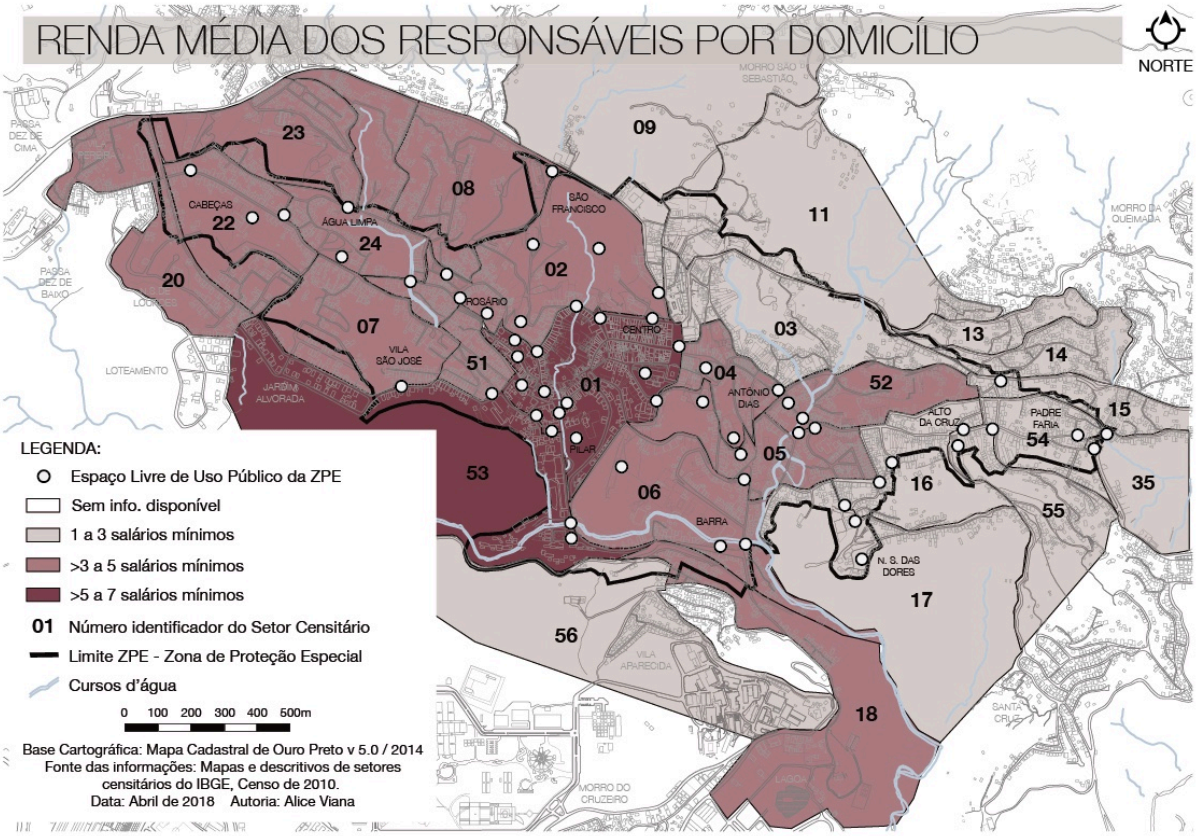
Uma explicação razoável para o fato de que a área mais central da ZPE tenha simultaneamente menor população e maior oferta de espaços públicos é a de que essa parte do centro histórico, além de ser uma das mais antigas, age como centralidade principal do município e, por isso, seria natural que concentrasse uma maior diversidade de usos e um grande número de equipamentos geradores de fluxos, motivando igualmente a criação de ELUPs. Assim podemos supor que a menor população residente nessa área se deve pela divisão do espaço urbano pelo uso residencial com os demais usos, especialmente os comércios e serviços, e que esses usos normalmente vem acompanhados de equipamentos de lazer e encontro voltados não apenas à sua população residente, mas à toda a população que frequenta diariamente a área, sendo assim, numerosos. Outra hipótese seria a de que essa área concentra uma população de renda mais alta, o que resultaria, hipoteticamente (mas não obrigatoriamente) em uma densidade habitacional menor concomitante a uma melhor provisão de equipamentos urbanos.

Ao analisar as informações sobre a renda média mensal do responsável pelos domicílios, podemos notar na Figura 60 que essa parece ser uma característica capaz de provocar uma separação bem clara da população no território analisado, concentrando rendas mais altas na sua porção centro e sudoeste (setores 01 e 53, que envolvem parte dos antigos bairros Centro e Pilar, mas também dos parcelamentos recentes destinados às classes médias, como o bairro Jardim Alvorada) e rendas mais baixas em um claro vetor nordeste e leste (exemplo dos setores 03, 16, 17 e 54, que possuem origens antigas, mas cujo adensamento mais significativo ocorreu de forma acelerada e não planejada no final do século XX e início do século XXI).

---

[59] Voltamos a destacar que no censo não foram considerados os moradores de repúblicas estudantis, usos habitacionais relativamente numerosos nesses setores censitários. Caso esses fossem contabilizados, acreditamos que a cartografia da distribuição da população seria diferente da apresentada na Figura 57.

Figura 60: Renda média mensal dos responsáveis por domicílio na ZPE de O. P.

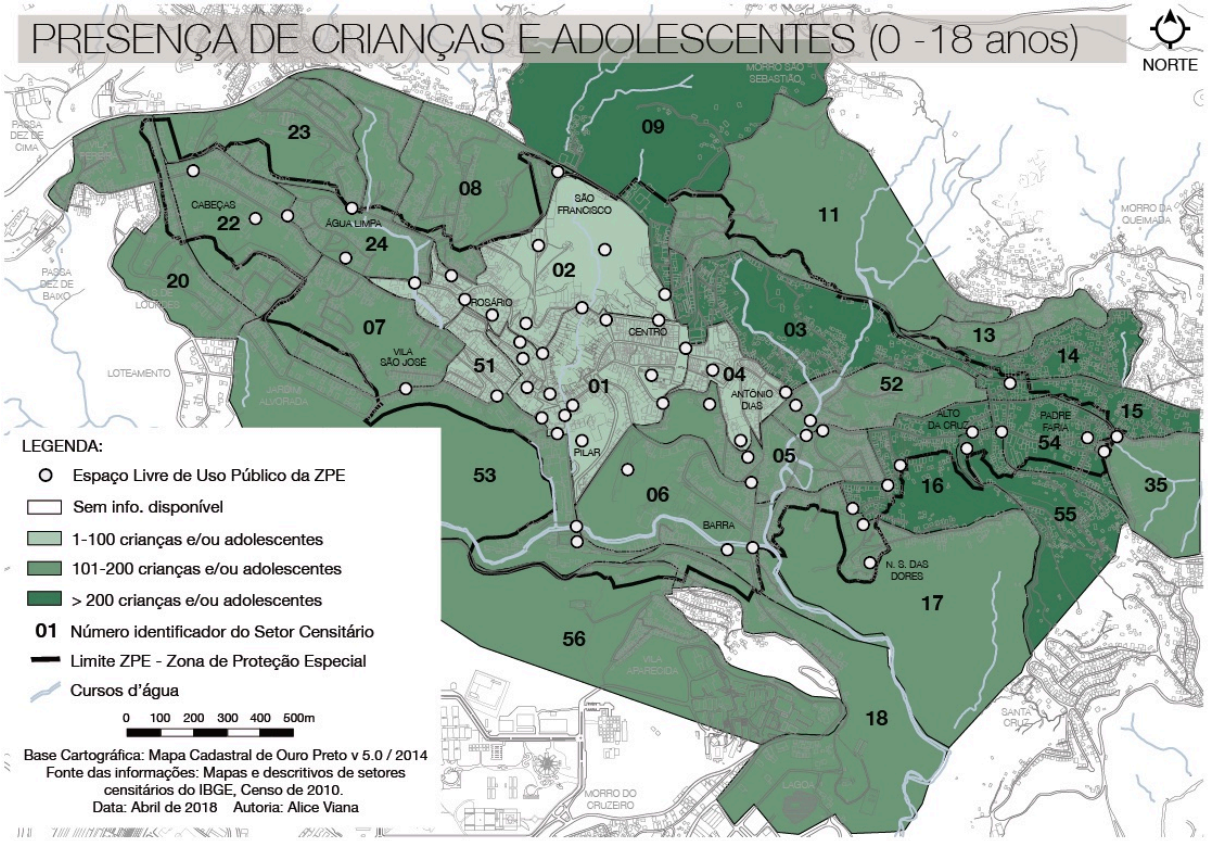


Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Sobre a distribuição dos espaços livres de uso público em relação à renda, observamos que há realmente uma certa tendência à maior disponibilidade de ELUPs no setor de renda mais alta (01), mas também há uma distribuição mais periférica e contínua destes em setores de renda mais baixa localizados à leste (16, 17 e 54, que envolvem a parte mais antiga dos bairros Alto da Cruz, Nossa Senhora das Dores e Padre Faria). Graças à coincidência da espacialização dos grupos de maior renda renda com a centralidade principal do município, consideramos difícil dissociar essas características, e achamos perigoso, apesar de tentador, atribuir a maior distribuição de ELUPs nessa área apenas à maior renda de seus habitantes, ainda mais quando observado que alguns dos setores mais pobres também dispõem de certas concentrações de espaços públicos, ainda que em menor escala. Nos sub-capítulos e capítulo seguintes desta tese, nos dedicaremos a investigar se a explicação dessa distribuição reside também nas dinâmicas relacionadas aos outros usos ou na origem histórica desses espaços, ou ainda se a implantação de espaços públicos nas áreas mais carentes e mais periféricas é resultado de políticas públicas voltadas ao incremento da qualidade de vida dessa população, justamente para contrabalancear outras deficiências.

Quando outras características da população são analisadas e confrontadas com o mapa de renda média do responsável por domicílio, a distribuição desigual dos espaços públicos na área de estudo se torna ainda mais relevante. As Figuras 61 e 62 nos mostram a distribuição da população chamada de inativa (ou potencialmente inativa) nos setores censitários que compõem a ZPE dividida em dois grupos - o correspondente aos moradores de 0 a 18 anos (crianças e adolescentes) e aos maiores de 65 anos (idosos). A análise da distribuição desses grupos no território e o cruzamento desses dados com a localização dos ELUPs é muito importante porque esses normalmente são aqueles que dispõe de mais tempo para a apropriação dos equipamentos de lazer e sociabilização, fazendo com que a ocupação desses não se restrinjam aos horários de pico (horários de almoço e de saída do trabalho). Ao mesmo tempo, esses grupos são aqueles também que normalmente possuem mobilidade mais reduzida e que, em muitos casos, dependem de indivíduos de outras faixas etárias para acompanhá-los em deslocamentos mais relevantes. Mesmo os adolescentes mais velhos, que dispõem de maior autonomia de ir e vir, tem mais limitações que os adultos se considerarmos sua ausência de renda própria. Assim, vemos que os integrantes do grupo de inativos são muito dependentes dos espaços públicos locais, situados na proximidade de suas residências, e quando são privados desses, tendem a se confinar nos ambientes residenciais e a vivenciar bem menos o espaço urbano.

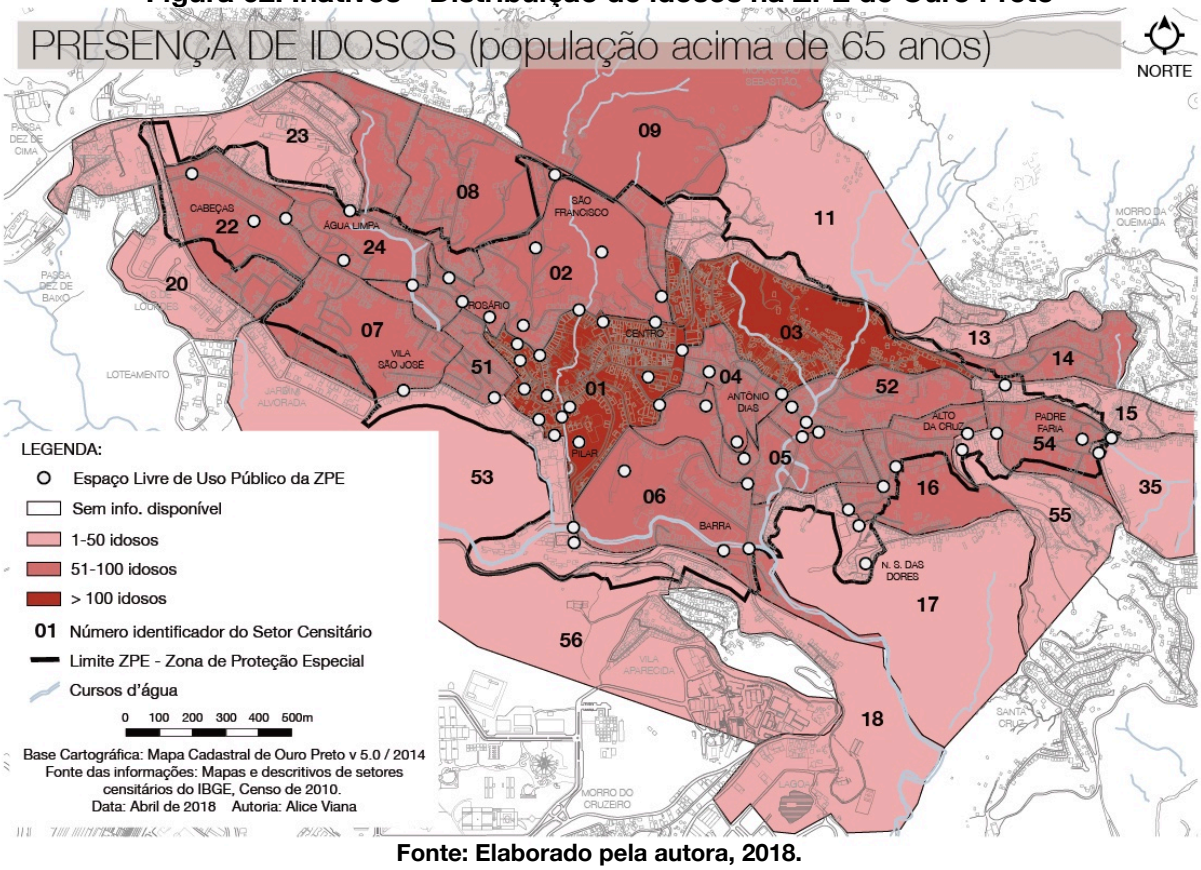
Figura 61: Inativos - Distribuição de crianças e adolescentes na ZPE de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Vemos no mapa da Figura 61 que a maior concentração de crianças e adolescentes é coincidente com grande parte dos setores censitários mais periféricos, e que a localização do maior número de integrantes desse grupo também coincide com os setores de menor concentração de renda e que menos dispõem de espaços livres de uso público em suas proximidades. Além do caso extremo do setor 03 (cuja proximidade aos ELUPs dos setores vizinhos já não pode ser mais tão considerada como alternativa viável para essa faixa etária graças a sua menor mobilidade), vemos também que outros setores, como o 06 (bairro Barra) e o 07 (bairros Vila São José, parte do Rosário e do Jardim Alvorada) também têm uma deficiência considerável de ELUPs. Ao cruzar essas informações com a renda desses setores, assim como outros em condição similar, verificamos que os grupos ali residentes se enquadram no perfil de moradores que ainda são bastante dependente dos espaços e serviços públicos para algumas atividades, como lazer passivo e ativo, não atingindo uma faixa de renda elevada o bastante que os possibilite buscar alternativas em espaços de lazer privados. Assim, podemos concluir que uma maior presença e melhor distribuição de espaços públicos nesses setores seria essencial para um aumento da qualidade de vida da população local.

Figura 62: Inativos - Distribuição de idosos na ZPE de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Em relação aos idosos, outra parte importante do grupo dos potencialmente inativos, percebemos que a localização mais expressiva desses parece se manifestar nos setores mais centrais, apesar desse grupo se encontrar distribuído de maneira mais uniforme e onipresente em quase toda a ZPE do que as crianças e adolescentes, por exemplo (FIGURA 62). Os setores 01 e 03 são os que apresentam um maior número de idosos, apesar de serem setores bastante diferentes em termos de renda e também de disponibilidade de espaços públicos. Enquanto o 01 apresenta, como já verificamos nos mapas anteriores, um grande número de ELUPs, o setor 03, que também continha mais de 100 idosos em 2010, é totalmente desprovido desse tipo de equipamento. Além desse setor, vemos que alguns setores situados na faixa entre 51 a 100 moradores idosos, dispõem de um número muito pequeno de ELUPs, como o 06, o 07, o 51 e o 52.

Ao analisar a disponibilidade de espaços públicos nos setores e sua relação com o grupo de inativos, achamos importante lembrar que o grupo das crianças e adolescentes têm nos ELUPs demandas mais ativas (recreação e esportes) exigindo mais de suas dependências, mas que, em relação à sociabilização, os indivíduos dessa faixa etária geralmente têm outras oportunidades de contato social fora das suas habitações, pois se encontram na fase escolar. Já os idosos normalmente encontram nos ELUPs de proximidade sua maior possibilidade de interação com os vizinhos, conhecidos e demais cidadãos, sendo esses espaços muito importantes nas suas relações fora do âmbito familiar, em especial nas faixas de menor renda, por terem menos acesso a formas de sociabilização que o poder privado pode oferecer[60]. Essa dependência ainda é acentuada pela menor inclusão digital desse grupo, apesar do crescimento da sua participação nas redes sociais nos últimos anos. Outro fator a ser considerado é que a falta de espaços públicos nas proximidades de regiões com muitos idosos, principalmente apropriados ao lazer passivo, faz com que esses indivíduos precisem se deslocar mais para ter acesso a esses equipamentos, ação bastante inibida pela topografia acidentada da área de estudo e pela fragilidade do sistema de transporte público observada em todo o município.

Através dessas análises pudemos conhecer um pouco mais sobre as características da população residente na ZPE e observar que existem certas particularidades na sua distribuição na área de estudo. Vimos que nos setores de localização mais central existe uma tendência não apenas de concentração de maior renda, mas também de um maior número de idosos e de um maior número de espaços livres de uso público. Vimos também que essa concentração de ELUPs favorece muito a população residente nesses setores e nos setores próximos, mas não deixa também de servir a toda a população, uma vez que o bairro Centro (em grande parte contido no

[60] Como cursos, filiação à clubes esportivos, viagens, entre outros. Aqui pode se observar o importante papel das Igrejas nas atividades de sociabilização desse grupo, pois existem várias ações voltadas para a inclusão dos idosos que são gratuitas, apesar de serem normalmente vinculadas ao sistema de crenças pregado por cada uma delas.

setor 01) ainda abriga a maior centralidade do município. Observamos também que existe uma disparidade muito grande entre o número de ELUPs nos diferentes setores, e que, graças às características das suas populações, alguns setores nos quais parece haver mais pressão por esse tipo de equipamento, se encontram desprovidos dos mesmos.

Entretanto, como já mencionado algumas vezes nesse trabalho, é válido lembrar que a importância do centro histórico e de seus equipamentos ultrapassa o caráter local, e até mesmo o regional, especialmente depois que este foi incluído na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO[61], sendo também muito frequentado por turistas de origens as mais variadas. Assim, ao analisar as dinâmicas urbanas, é importante verificar as questões relativas à distribuição da população residente, mas também conhecer um pouco mais sobre essa outra população que frequenta a área de estudo quotidianamente (mesmo que rotativamente), e que por não ter residência no município, pode apresentar diferentes demandas e expectativas em relação aos ELUPs.

4.3.2 O papel do turismo na dinamização dos espaços públicos

Como discutido anteriormente, o turismo é uma atividade que se intensificou muito no município de Ouro Preto na medida em que este passou a ter seu patrimônio reconhecido e protegido pelas instâncias local e nacional. No entanto, a partir de 1980, com a inclusão de seu centro histórico na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, vemos que o turismo não apenas se tornou uma atividade econômica bastante relevante, mas também provocou um impacto na paisagem urbana da nossa área de estudo. Este impacto se deve tanto ao aumento de medidas de conservação do patrimônio material e imaterial, mas também graças à nova composição social de pessoas que transitam diariamente pelo centro histórico.

A visão do turismo como elemento capaz de alavancar não somente a conservação patrimonial, mas também o desenvolvimento local, fez com que os espaços centrais começassem a se adaptar, multiplicando o número de comércios e serviços específicos voltados à essa população flutuante. No entanto, a região central continuou a atuar como centralidade principal do município, não sofrendo uma perda muito significativa nem de população, nem das atividades tradicionais, mas viu aumentar consideravelmente a intensidade de seus fluxos quotidianos graças ao desenvolvimento da atividade turística.

O turismo, apesar de intenso e importante para a geração de emprego e renda local, no entanto, não é base econômica do município. O posto de principal atividade econômica ainda é mantido

---

61 Para maiores informações, visitar o site da UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/124/>. Acesso em: 09 ago. 2017.

pela indústria, responsável por 67% do PIB, sendo o setor de serviços, no qual a atividade turística está inserida, responsável apenas por, aproximadamente, 27% do total desse[62]. Esses dois setores somam cerca de R$5.612 bi ao ano, mas é mineração que ainda movimenta a maior parte desses valores[63], estando presente não apenas nas atividades de extração e beneficiamento do minério de ferro, mas também do ouro e diversas pedras preciosas e semi-preciosas ainda encontradas no território municipal. Estas atividades, contudo, não se encontram presentes em nossa área de estudo, e consideramos que interferem muito indiretamente no uso dos espaços públicos da ZPE, ao contrário das atividades do setor terciário, nela muito fortemente presentes.

Os serviços voltados ao turismo se encontram atualmente distribuídos nos setores de receptivo, hotelaria, alimentação, comercialização de jóias e souvenires, empregando formalmente e informalmente moradores do município e do entorno. Em relação ao movimento turístico, não existem dados quantitativos oficiais sobre quantos turistas visitam o município ao ano; entretanto há estimativas de que nas datas de maior público, como a Semana Santa, que representa uma das principais comemorações religiosas e tradicionais da cidade, o número de turistas chegue a 12.000. No Carnaval, esta média é ainda superior; estima-se que a cidade receba cerca de 70.000 visitantes, quase dobrando o número total de pessoas no município[64].

Nos estudos do Plano Municipal de Turismo de Ouro Preto 2011-2021, feitos com auxílio do SEBRAE/MG[65], podemos encontrar uma análise do perfil do turista, na qual percebe-se o quão diverso esse é. Em relação à sua origem, o levantamento feito em 2014 e 2015, relata que 37,4% eram provenientes do estado de Minas Gerais, 49,4% do restante do país e 13,2% eram estrangeiros. Dos turistas de outros estados, a grande maioria vinha da Região Sudeste, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, que juntos representavam 65,8% das origens. Em relação aos visitantes estrangeiros, as principais origens foram, em ordem decrescente: Alemanha, França, Chile, Argentina e Estados Unidos da América. Percebe-se que a grande diversidade de origens coloca desafios ao acolhimento desses visitantes, pois alguns serviços importantes para a dinâmica turística, como o transporte público, não dispõem de informação em outras línguas.

---

62 Excluindo-se os serviços públicos, como administração, educação, saúde e seguridade social. Informações de 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/ouro-preto/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 08 ago. 2017.

63 É importante destacar que esses valores se referem à data anterior ao desastre ambiental ocorrido em Mariana em 2015 (rompimento da Barragem do Fundão em Bento Rodrigues), que afetou diretamente a atividade mineradora também no município de Ouro Preto, gerando desemprego e queda de receita municipal.

64 Informações do Jornal Hoje em Dia, em reportagem de 25/05/2014. Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/ouro-preto-cruza-os-braços-para-turistas-1.259998>. Acesso em: 08 ago. 2017.

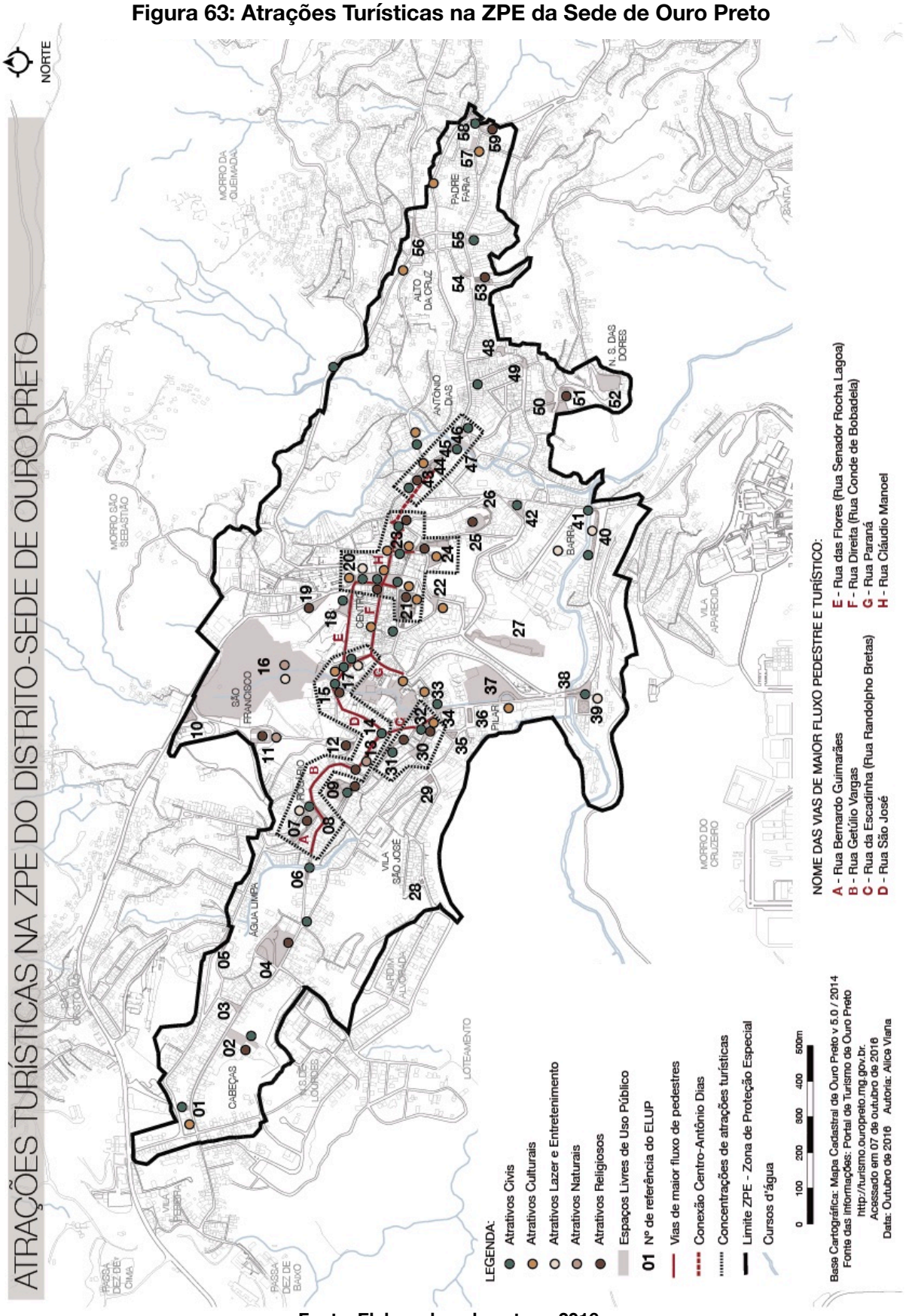
65 PMOP, 2015.

Em relação à idade, a maioria dos visitantes foi representada de forma equilibrada entre as faixas etárias compreendidas pela fase adulta, entre 26 a 50 anos de idade (somando ao todo 70,7%), havendo ainda uma representatividade considerável dos jovens turistas entre 19 e 25 anos (17,8%). A partir dos 51 anos, entretanto, o número de turistas se mostrou bastante inferior (8,3%), sendo quase insignificante para os maiores de 65 anos (0,4%). Os menores de 18 anos também apresentaram baixa representatividade, somando apenas 2,3% do total de visitantes. Esses dados são relevantes ao considerarmos que tipo de demandas são colocadas aos espaços públicos do centro histórico, e nos leva a questionar os motivos pelos quais algumas faixas etárias são tão pouco presentes. Algumas hipóteses são as de que o número de crianças é pequeno pela cidade não apresentar atrativos específicos, ou mesmo inclusivos, para esse grupo; e de que o ínfimo número de idosos se explica ou pelo simples fato dessa faixa etária talvez viajar menos, ou porque a cidade efetivamente impõe dificuldade à mobilidade dos mais velhos, desestimulando sua visita. O tipo de programação que compõe o calendário de eventos da cidade pode também oferecer alguns indícios da predominância de algumas faixas etárias, como veremos um pouco adiante.

Além dos eventos, observamos que mesmo no cenário quotidiano, e principalmente aos finais de semana, é a constante presença de turistas. Esses se aglomeram em pontos mais atrativos tirando fotos, observando a paisagem, pedindo informações e procurando locais para descansar antes de continuarem seus roteiros. Assim, podemos perceber que as ruas e demais espaços públicos são caracterizadas pelos sons de línguas estrangeiras e de sotaques regionais variados, e pelo ir e vir de indivíduos de diferentes origens e costumes. Apesar das diferentes proveniências, vemos que além da procura por informações gerais sobre deslocamentos e atrações turísticas, essa população geralmente tem expectativas bem similares em relação ao espaço público: a demanda pelo descanso do corpo, como supracitado; por áreas de contemplação e desfrute da ambiência urbana; pelo consumo de *souvenirs*; pelo consumo de produtos alimentícios; e por serviços de higiene - como o acesso a banheiros públicos. No entanto, o atendimento a todas essas demandas nem sempre é possível de ser satisfeito nos espaços públicos da área de estudo - nem mesmo em alguns dos espaços mais conhecidos e mais visitados, deixando uma lacuna relevante no desfrute do centro histórico.

Acreditamos que essas deficiências são capazes não apenas de fazer com que os turistas desprendam menos tempo nas áreas livres, procurando com mais frequência os ambientes edificados e privados para a satisfação dessas demandas, mas também de fazer com que as próprias estadias na cidade sejam encurtadas, uma vez que o ambiente urbano em si não propicia grande sedução para a passagem do tempo ocioso.

Figura 63: Atrações Turísticas na ZPE da Sede de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Em relação à distribuição das atrações turísticas em relação ao sistema de espaços públicos da área de estudo, vemos que existe uma sobreposição razoável de atrações de vários tipos com grande parte dos ELUPs do centro histórico, estando ambos os tipos de equipamentos dispostos de forma linear no eixo leste-oeste, mas mais concentrados na área central. Os espaços públicos mais demandados pelo fluxo turístico, e mais dinamizados por estes, como pode ser visualizado no mapa da Figura 63, chegam a formar pequenos *clusters* graças à proximidade que mantém entre eles e à densidade de atrações turísticas em seus entornos imediatos e nos pequenos caminhos que os ligam, sendo percebidos mais naturalmente como partes de um sistema. As concentrações mais relevantes são expressas nos conjuntos:

- Do Centro: Praça Tiradentes, Adro da Igreja do Carmo, Largo do Coimbra e Adro da Igreja São Francisco de Assis (nº 20, 21, 23 e 24), sendo tanto a Praça Tiradentes e a Igreja do Carmo, quanto o Largo do Coimbra e a Igreja de São Francisco de Assis diretamente conectados, os dois grupos separados entre si pela Rua Amália Bernhaus, ou pela mais movimentada Rua Cláudio Manoel (trecho H no mapa);

- Do Antônio Dias: Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Praça Antônio Dias, Ponte do Antônio Dias e Largo do Marília (nº 43, 44, 45 e 46), todos eles estando diretamente conectados;

- Do Rosário-Centro: O desenvolvimento linear que conecta o Adro da Igreja do Rosário, o Largo do Rosário, o Mirante da Rua Getúlio Vargas, o Largo da Alegria, a Ponte dos Contos e o Largo do Cinema (nº 07, 08, 13, 14, 15 e 17), conectados de forma linear através das quase planas Rua Getúlio Vargas e Rua São José (trechos B e D, respectivamente, no mapa);

- E do Pilar: Praça Américo Lopes, Adro da Igreja do Pilar e Adro da Capela do Bonfim (nº 32, 30 e 31, respectivamente).

Entre os anos de 2008 e 2012 existiu uma alternativa de conexão entre os conjuntos do Rosário-Centro e do Pilar possível de ser realizada internamente pelo Parque Horto dos Contos, ligando as partes alta e baixa do centro histórico através desse espaço público. Atualmente esse caminho se encontra desativado graças ao fechamento do parque e a conexão entre essas partes se faz através da Rua das Escadinhas (trecho C no mapa). A conexão entre os conjuntos Rosário-Centro e Centro é feita pela Rua das Flores (trecho E) ou pela Rua Direita (trecho F), e a conexão entre os conjuntos Centro e Antônio Dias é feita através do percurso pela Rua Cláudio Manoel, seguindo pela Rua do Aleijadinho e depois Rua da Conceição (prolongamentos do trecho H).

Podemos então observar que as atrações turísticas distribuídas ao longo do tecido colaboram para a sensação de que os vários vazios que conformam os espaços públicos da área de estudo atuem em sistema, alinhavando-os através, especialmente, dos fluxos pedestres. Assim, acreditamos que, mesmo que cada um deles não tenha condições de atender a todas as demandas colocadas pelos turistas, esses podem responder a elas de forma complementar, algo a ser considerado tanto no planejamento do espaço urbano, quanto da própria atividade turística.

4.3.3 As pressões dos usos e fluxos quotidianos

Apesar da atividade turística ser hoje justificadamente uma grande preocupação local, considerada como alternativa econômica à instável atividade mineradora, acreditamos que o centro histórico ainda seja majoritariamente um espaço da população residente, e deveria, antes de tudo, atender às demandas quotidianas dessa população. Assim, seus espaços públicos deveriam servir, não como meros espaços cenográficos, centrados em oferecer momentos de desfrute para a classe turística, mas principalmente como elementos de suporte às atividades comuns em meio urbano - estudo, trabalho, consumo, lazer.

Como brevemente mencionado, vemos que além de ser um pólo de vagas de emprego ligadas à atividade turística, a ZPE concentra também muitos postos de trabalho nos seus comércios, serviços, e instituições voltadas às necessidades quotidianas dos moradores do município e região. No entanto, apesar da concentração desses usos no centro histórico ser a maior do município e da microrregião, é importante lembrar também que Ouro Preto fica no limiar entre cidade pequena e média, sendo fortemente polarizada por Belo Horizonte, capital do estado[66]. Assim, apesar de ter alguns equipamentos de educação de grande porte e um grande número de pessoas circulando quotidianamente por seu tecido central, para a população residente, ela oferece serviços e oportunidades de consumo de aspecto mais local e isso tem um impacto não somente nas apropriações dos espaços públicos, mas até mesmo na visão que o poder municipal local tem sobre suas potencialidades.

Nos mapas das Figuras 64 e 66 encontra-se a distribuição dos demais geradores de fluxo da área de estudo (os não necessariamente vinculados à atividade turística, como os usos não exclusivamente residenciais e os equipamentos comunitários) que, como de costume nas demais cidades, tendem a se localizar na proximidade das vias de maior trânsito veicular e pedestre. Na ZPE, a concentração desses geradores de fluxo coincide com os percursos já destacados na Figura 63, de maior circulação turística. Podemos apontar como as vias de fluxos pedestres mais

---

66 Para mais informações sobre a classificação do porte de cidades ver o trabalho de Amorim Filho e os trabalhos mais recentes do IBGE, como "Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil" (IBGE, 2016). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

relevantes[67]: parte da Rua Bernardo Guimarães, a Rua Getúlio Vargas, a Rua da Escadinha (ou "das Escadinhas" - Rua Randolpho Bretas), a Rua São José (ou Rua dos Bancos), a Rua das Flores (Rua Senador Rocha Lagoa), a Rua Direita (Rua Conde de Bobadela), a Rua Paraná e a Rua Cláudio Manoel (antiga Rua do Ouvidor). Assim como previamente observado, vemos que todas essas vias servem de conexão a espaços livres de uso público de destaque no centro histórico.

Na Figura 64 podemos perceber que as edificações que formam o entorno imediato de alguns espaços públicos da área de estudo abrigam uma grande diversidade de usos[68]; que em alguns casos, a presença dos usos não exclusivamente residenciais representa uma grande porcentagem desse entorno; e que esses espaços públicos geralmente possuem uma conexão direta com os fluxos de pedestres atraídos por esses usos, formando assim *clusters* de ELUPs grande vitalidade. Como exemplo maior podemos destacar o conjunto Rosário-Centro, formado pelo Largo do Rosário, o Mirante da Chocolateria, o Largo da Alegria, a Ponte dos Contos, o Largo do Cinema, o Largo Orlando Trópia, a Praça Tiradentes e o Largo do Coimbra (nº 08, 13, 14, 15, 17, 18, 20 e 23), que se encontram linearmente conectados e marcam a centralidade principal do município. A diversidade de usos ao longo de todo o percurso faz com que as distâncias entre os espaços públicos desse conjunto mal seja percebida, pois o olhar do observador é constantemente capturado pelas fachadas ativas e pelo próprio fluxo de pedestres, onipresente enquanto os comércios, serviços e instituições se mantém abertos.

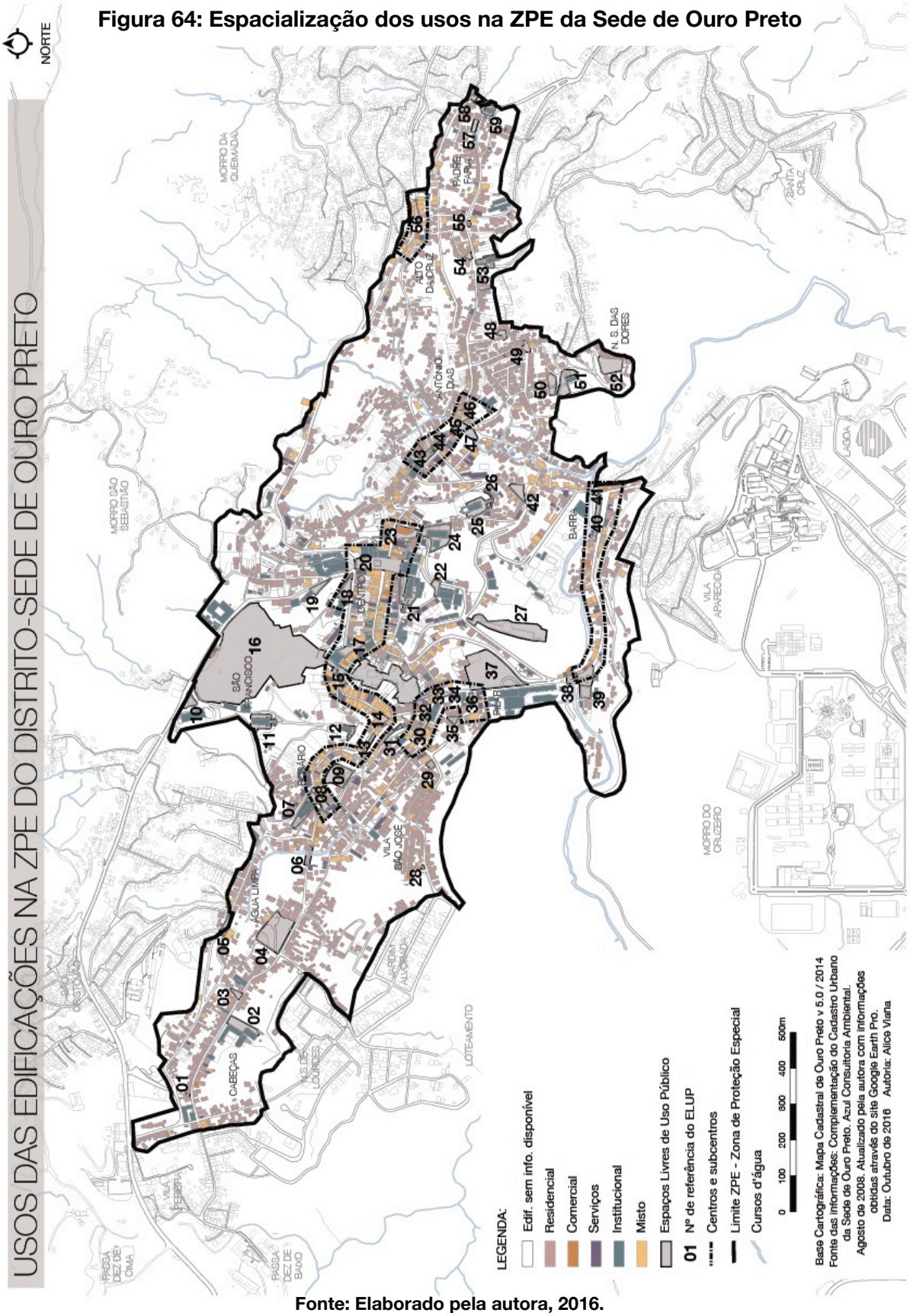
Percebe-se no trecho supracitado a existência de uma intensidade de fluxos, tanto de veículos, quanto de pedestres, que não tem equiparação no município, o que coloca em evidência a grande importância desses ELUPs para as dinâmicas locais. Ainda que alguns desses espaços públicos não ofereçam muitas condições de apropriação no quotidiano, nota-se que esses são bastante pressionados para que possam servir de apoio às atividades centrais, oferecendo, no mínimo, condições de descanso e sociabilização (ver apropriações nas fachadas comerciais na FIGURA 65). Assim, podemos perceber através do tipo de usos do entorno, e dos fluxos gerados por esses usos, que muitos dos ELUPs centrais tem um enorme potencial para serem mais apropriados no quotidiano, e que, aparentemente, o que falta para que isso ocorra é um melhor suporte para essas apropriações (espaços assentáveis, áreas sombreadas, mesas que possam servir de apoio ao serviços alimentícios, etc.).

---

[67] Estes dados vem de observações de campo e da experiência da autora com a área de estudo, alvo de sua atenção há mais de seis anos. O município não dispõe de um quantitativo sobre o de fluxo de pedestres, o mesmo não sendo desenvolvido nem para compor o Plano de Mobilidade de Ouro Preto, desenvolvido em 2014 pelo Instituto Rua Viva, sob encomenda da PMOP. Nesse foram apenas encontradas contagens volumétricas de viagens motorizadas (transporte individual e transporte coletivo).

[68] Ou seja, a presença de vários outros usos além do residencial, independentemente do número de edificações ocupadas por esses.

Figura 64: Espacialização dos usos na ZPE da Sede de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 65: Movimento na Rua São José no trecho compreendido entre o Largo do Cinema e a Ponte dos Contos

Fonte: Foto da autora. Julho de 2017.

Dessa forma, percebemos que, em termos de qualificação do espaço público, os tipos de demanda quotidiana não se diferenciam tanto assim das demandas da atividade turística sobre esses espaços, e que os agrupamentos de usos geradores de fluxos muitas vezes se sobrepõe aos agrupamentos de atrações turísticas, impactando duplamente alguns dos principais ELUPs do sistema.

Como indicado no mapa da Figura 64, na área de estudo existem alguns outros espaços públicos com entornos mais diversificados que também chegam a formar pequenos agrupamentos, como o da sub-centralidade do Antônio Dias, formado pela Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, pela Praça Antônio Dias, pela Ponte do Antônio Dias e pelo Largo do Marília (nº 43, 44, 45 e 46), todos diretamente conectados. O movimento nesses ELUPs, no entanto, tem características próprias de sub-centralidades, mesmo que contenham comércios e serviços que ultrapassem o caráter quotidiano, se aproximando mais da lógica turística (pousadas, lojas de souvenires, ateliês de arte, etc.). Ainda assim, graças à menor densidade de usos não residenciais, percebe-se que funcionam mais como ponto de encontro para a população local, em especial aos finais de semana, do que como uma centralidade de alcance municipal.

Tanto no bairro do Pilar, quanto no bairro da Barra, encontramos também pequenos agrupamentos de espaços públicos conectados a sub-centros, no entanto, esses apresentam uma ambiência um pouco mais dinâmica do que a observada na sub-centralidade do Antônio Dias, e um alcance um pouco maior graças ao tipo de usos e equipamentos que seus entornos oferecem. No Pilar encontramos uma concentração de usos diversos nas proximidades do Adro da Igreja do Pilar, da

Praça Américo Lopes, do Largo do Pilar, da Ponte do Pilar e da Praça Barão do Rio Branco (nº30, 32, 33, 34 e 36), todos situados a poucos metros de distância uns dos outros. No entanto, percebe-se que os usos situados em frente à Igreja do Pilar são mais voltados (embora não exclusivamente) às atividades turísticas, enquanto os localizados na parte posterior da Igreja - entornos do Largo do Pilar e da Praça Barão do Rio Branco, já são mais voltados às demandas da população local (padaria, academia, papelaria, loja de roupas, lanchonete, etc.) que ali reside, mas também trabalha (moradores de áreas muito diversas da sede e do município).

O sub-centro da Barra se desenvolve de forma linear pela Rua dos Inconfidentes, desde o encontro com a Praça Cezário Alvim (nº39), no Pilar, se estendendo até a Ponte da Barra (nº41), que juntamente com a Praça Prefeito Amadeu Barbosa (nº 40), formam um pólo de lazer passivo e consumo que atrai populações residentes em diversas localidades da sede. Esses ELUPs, inclusive, são hoje muito apropriados por jovens estudantes e pela população fixa como ponto de encontro e de consumo alimentício, pois nos fins de tarde e nos finais de semana, neles se instalam mesas e cadeiras exploradas pelos bares e restaurantes do entorno, quando o espaço se enche de vitalidade. Sua localização, em um *hub* de circulação que conecta o centro histórico à região da Bauxita (onde se localizam o IFMG e o Campus Morro do Cruzeiro da UFOP), faz desse local um importante nó urbano, favorecendo esse tipo de apropriação

Se o núcleo da Barra se tornou uma referência local para a integração entre espaço público e consumo alimentício, sendo reconhecido como uma das áreas mais animadas da cidade, o pequeno entroncamento no bairro Alto da Cruz que recebe o nome de Largo Célio Inácio (nº56) se tornou uma referência de outros tipos de comércios e serviços para toda a região leste da ZPE. Este ELUP, no entanto, se encontra mais isolado no sistema, não tendo em suas imediações outro espaço público que possa dividir com ele o papel de ponto de encontro, descanso ou desfrute da sub-centralidade. Pelo contrário, esse sobrecarregado espaço público tem um fluxo quotidiano bastante intenso de pedestres e veículos, mas não dispõe de nenhuma estrutura ou espaço disponível (como encontrado no sub-centro Barra) para acolher apropriações de caráter mais duradouro. Assim, apesar de muito dinâmico, é capaz de atrair, mas não de reter a população em seu espaço, se configurando fortemente como um espaço de passagem.

Ao nos dedicarmos mais atentamente às pressões que as concentrações de usos podem provocar nos espaços públicos, resolvemos investigar um pouco mais a fundo a força do uso institucional. Este uso é capaz de abrigar equipamentos comunitários geradores de grandes fluxos para a escala local e ao analisar sua distribuição no tecido observamos que há uma certa confirmação das centralidades apontadas no mapa da Figura 64. No mapa da Figura 66

encontramos um detalhamento da distribuição dos equipamentos comunitários por tipo (educação; saúde; segurança; cultura, lazer e esportes; religião e administração pública), no qual vemos que, apesar desses se encontrarem relativamente presentes em toda a ZPE, existe uma forte concentração em alguns pontos, notadamente conformando o entorno de alguns dos ELUPs de maior visibilidade, muitos deles já citados nos agrupamentos identificados anteriormente.

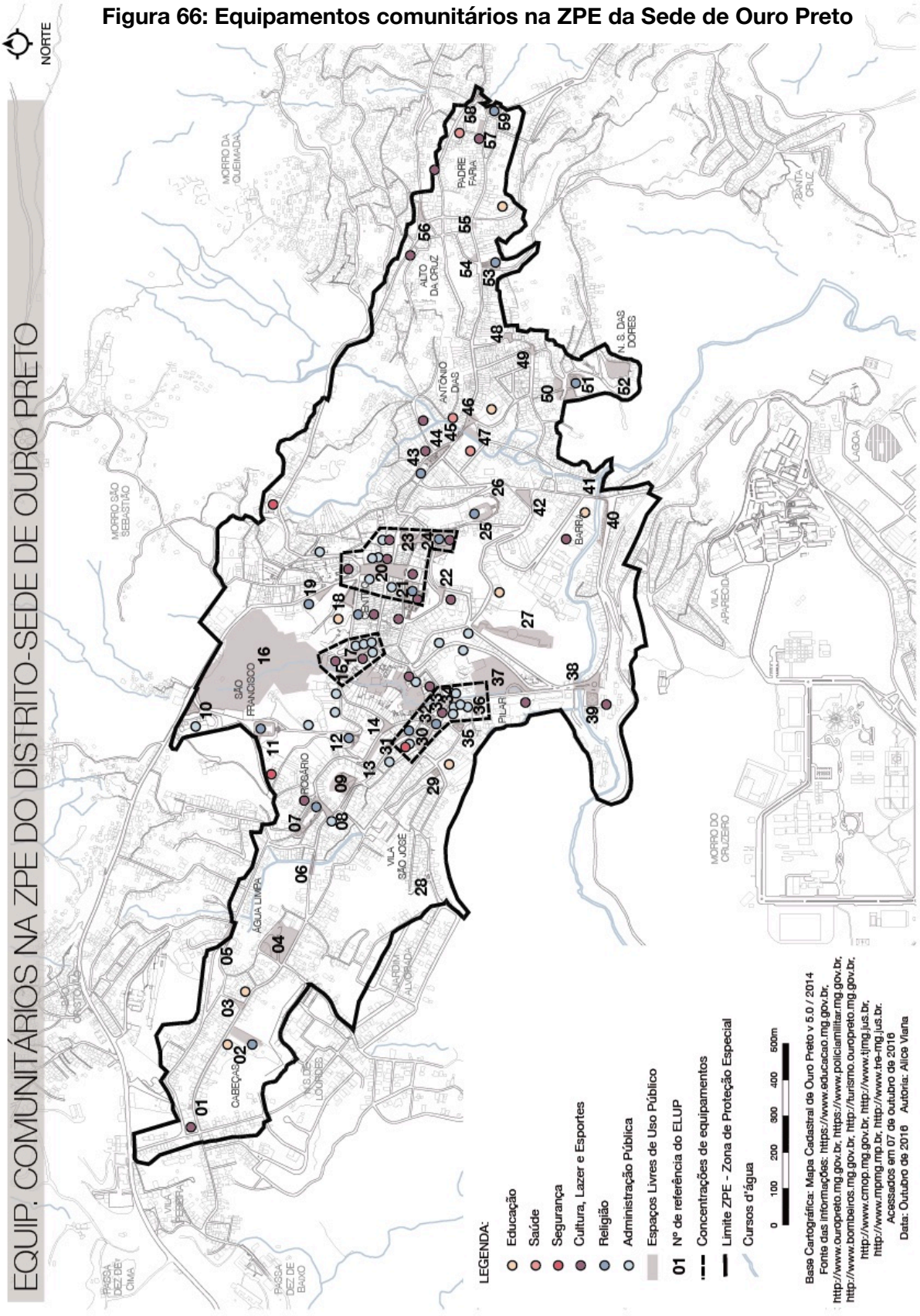
Entre os agrupamentos de equipamentos comunitários identificados, se destaca muito a concentração em torno da Praça Tiradentes, que abrange também o Adro da Igreja do Carmo, o Largo do Coimbra e o Adro da Igreja de São Francisco de Assis (Nº20, 21, 23 e 24). Essa concentra instituições religiosas de relevância, mas em termos numéricos, a maioria dos equipamentos ainda se encontra dividida entre os setores da cultura e da administração pública. Já o núcleo do Pilar (nº30, 32, 33, 34 e 36) reúne um grande número de equipamentos da administração pública, sendo reconhecido como o "centro administrativo municipal", que orbita principalmente ao redor do Largo do Pilar (nº34) e da Praça Barão do Rio Branco (nº36, também chamada de Praça da Prefeitura). A concentração que conforma o entorno da Ponte dos Contos e do Largo do Cinema (nº175 e 17) também conta com vários equipamentos de natureza administrativa, mas mais voltada à área jurídica (Ministério Público, Fórum, Tribunal Eleitoral), mas seu grande destaque são os equipamentos culturais - a Casa dos Contos, que é uma grande atração turística e o Cine Vila Rica, que é um dos principais equipamentos culturais voltados à população local e aos estudantes.

Fora desses agrupamentos, vemos que muitos dos demais espaços públicos do centro histórico tem, em sua maioria, apenas uma ou outra edificação em seus entornos imediatos que fogem do uso residencial, em especial aqueles situados nas áreas mais periféricas da ZPE. Assim, do ponto de vista das dinâmicas urbanas, consideramos que esses não possuam grande potencial de vitalidade, se configurando como áreas de caráter muito local[69]. No entanto, em alguns casos vemos que é possível que o potencial de vitalidade seja garantido por um único equipamento comunitário instalado nas imediações, que pode exercer uma forte pressão sobre o espaço público anexo a esse, e que esses dois tipos de equipamentos comunitários (edificados e livres) poderiam ter uma dinâmica muito mais simbiótica caso houvesse uma melhor qualificação desses ELUPs.

---

[69] Veremos nos capítulos seguintes que alguns exemplos isolados, graças à características específicas, como a disponibilidade de quadras esportivas ou equipamentos recreativos, podem servir por si só como atratores de usuários, sem necessariamente se apoiar em características do entorno. No entanto, mesmo com esse tipo de elemento qualificador, esses espaços normalmente não são muito dinâmicos, principalmente se comparados aos demais ELUPS encontrados nos *clusters* supracitados.

Figura 66: Equipamentos comunitários na ZPE da Sede de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Podemos citar como exemplo o Largo Orlando Trópia, que apesar de se situar na centralidade principal da sede, não parece ser reconhecido como um espaço público de grande relevância. Este tem como principal polarizador a Escola Estadual Dom Pedro II, instalada no local do antigo Quartel de Dragões, ambos geradores de fluxos que sempre exerceram domínio sobre o vazio anexo a ele. No entanto, atualmente a grande forma de apropriação onipresente no largo não reflete as demandas desse tipo de equipamento, como a acolhida da entrada e saída dos alunos e a sociabilização entre esses, mas é representada pelo estacionamento constante de veículos,. Essa se configura como uma das maiores pressões do centro histórico sobre todos os espaços públicos que se encontram integrados direta ou indiretamente à sua rede de circulações. Vemos que esse tipo de conflito - que na tentativa de solucionar um problema específico da mobilidade, provoca a inibição de outras funções e destinos dos espaços públicos, parece ser atualmente um dos principais desafios para a transformação do centro histórico em um espaço mais acolhedor, tanto para a população local, quanto para a população flutuante, como veremos a seguir.

4.3.4 Mobilidade e acessibilidade - impactos sobre os espaços públicos

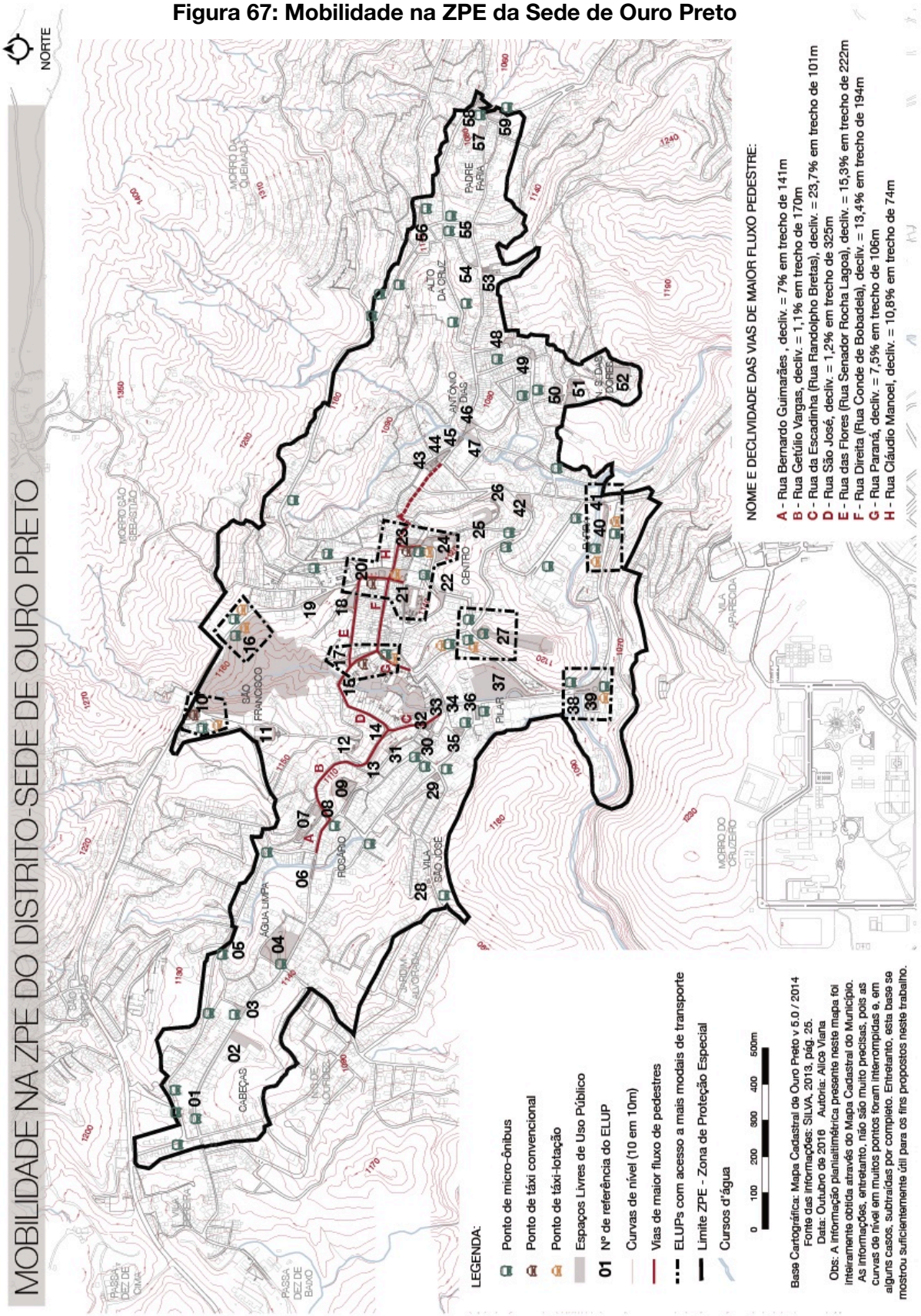
Sobre a mobilidade urbana[70], podemos observar que o Centro Histórico de Ouro Preto apresenta problemas comuns a muitos municípios brasileiros: conflitos entre o uso de veículos automotores e a mobilidade pedestre, falta de investimento em infraestruturas viárias, pouca diversidade de modais e serviço de transporte público deficitário. Esses problemas tem muitos rebatimentos na qualidade de vida da população local e na qualidade da experiência sentida pela população flutuante, impactando, como previamente assinalado, diretamente o uso dos espaços públicos.

Em relação ao transporte público, vemos que graças ao crescimento da conscientização histórico-patrimonial visto nas últimas décadas, esse vem sendo feito no perímetro da ZPE apenas por micro-ônibus, táxis e táxis-lotação - modais considerados relativamente adequados ao tecido histórico. Atualmente existem 15 linhas de micro-ônibus municipais, das quais 14 passam pelo centro histórico, sendo o local de maior concentração de linhas o Terminal de Integração José da Silva Araújo, situado na Praça Cezário Alvim, no bairro Pilar. Através do mapa da Figura 67 podemos observar que muitos outros ELUPs são desservidos por pontos de micro-ônibus; no entanto, vemos que nem sempre a qualidade do serviço e dos equipamentos de apoio (abrigos de ônibus, sinalização, sistema de informação, etc.), servem de incentivo ao uso desse modal de transporte público como forma de acesso a eles.

---

[70] Consideramos como mobilidade urbana neste trabalho a capacidade de deslocar bens e pessoas de um local a outro com eficiência por um espaço urbano. Esses deslocamentos são geralmente feitos através de meios/modais de transporte não motorizados (à pé, de bicicleta, skate, entre outros) ou motorizados (transportes sobre rodas, sobre trilhos, sobre água, etc.). Os meios de transporte podem ainda serem classificados por sua capacidade (pequena, média, grande), pelos responsáveis por sua administração (públicos ou privados) ou ainda pelo seu índice de coletividade (individuais ou coletivos).

Figura 67: Mobilidade na ZPE da Sede de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Dos 59 ELUPs da área de estudo, identificamos que dezessete contém pontos de ônibus em seus recintos ou em seus entornos imediatos (nº 01, 03, 04, 05, 08, 10, 23, 24, 29, 30, 36, 38, 39, 40, 56, 58 e 59; vinte e dois contam com um ponto de ônibus a menos de 100m de distância (nº 02, 07, 09, 17, 20, 22, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 37, 41, 42, 49, 50, 51, 54, 55 e 57) e treze dispõem de ao menos um ponto a menos de 200m de distância (nº 06, 11, 15, 16, 18, 19, 21, 33, 45, 46, 47, 48 e 53), o que totaliza 52 espaços públicos considerados como de fácil acesso via micro-ônibus (mais de 88% do total de ELUPs). Identificamos, no entanto, que os demais espaços públicos do centro histórico, apesar de conterem pontos de ônibus não muito distantes deles (distâncias entre 300 e 400m), tem no percurso entre eles e os pontos algumas características que podem afetar muito a mobilidade de alguns grupos, como declividades acentuadas, calçadas muito estreitas e pisos excessivamente trepidantes ou deslizantes (nº 12, 13, 14, 43, 44 e 52). O último ELUP ainda não citado, o Morro da Forca (nº27) tem pontos de ônibus ao lado e em frente de seu único acesso, mas o fato do plano útil desse espaço público se encontrar em uma cota altimétrica bem acima do plano dos pontos de ônibus, faz com que esse não possa ser exatamente considerado como totalmente acessível por transporte público (e por enquanto, por nenhum outro modal).

Apesar de podermos considerar que os espaços públicos do centro histórico sejam bem servidos por micro-ônibus, o Plano de Mobilidade Urbana desenvolvido para o município em 2014[71] apontou vários problemas em relação a esse modal de transporte coletivo, entre eles: a falta de licitação e de contrato com a empresa que realiza o serviço, itinerários muito longos e sem planejamento, e a falta de cumprimento dos serviços especificados. Com todos estes problemas, percebemos que o serviço de táxi-lotação, outro modal de transporte coletivo (mas de pequena capacidade) disponível na área de estudo, acaba sendo muito requisitado pela população local, devido tanto ao maior conforto oferecido aos usuários, quanto a maior agilidade e ao seu preço reduzido.

O serviço de táxi-lotação conta com duas linhas e pode ser acessado junto a alguns pontos de micro-ônibus da ZPE mas, infelizmente, os trajetos feitos pelos veículos não compreendem todo o distrito-sede, fazendo majoritariamente a conexão entre os pontos mais centrais e a região da Bauxita, onde se localizam o IFMG e a UFOP. Os ELUPs diretamente acessados por esse modal, ou distantes de poucos metros de suas paradas, são: a Praça da Rodoviária (nº 10) e a entrada do Parque Horto dos Contos feita pela Rua Padre Rolim (nº16), o Largo do Cinema (nº17), a Praça Tiradentes e o Adro da Igreja do Carmo (nº 20 e 21), o Largo do Coimbra e o Adro de São

[71] Apresentação do Plano de Mobilidade Urbana de Ouro Preto desenvolvido pelo Instituto Rua Viva em 2014. Disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/3386307/>. Acesso em: 09 ago. 2017.

Francisco de Assis (nº23 e 24), o Morro da Forca (nº27 - salientamos que o problema de acessibilidade aqui é o mesmo já destacado em relação aos micro-ônibus), a Ponte do Funil e a Praça Cezário Alvim (nº 38 e 39), e a Praça Prefeito Amadeu Barbosa e a Ponte da Barra (nº40 e 41). Vemos que muitos desses ELUPs são aqueles destacados no tópico anterior como inseridos em áreas urbanas bastante dinâmicas, com grande presença de atrações turísticas ou outros geradores de fluxos.

Já em relação aos pontos de táxi convencionais, vemos que esses se resumem a apenas quatro localidades na área de estudo, todos pontos de grande concentração turística: a Praça Presidente Tancredo Neves (da Rodoviária, nº10) no bairro São Francisco, o Largo do Cinema (nº17), a Praça Tiradentes (nº20) e o Largo do Coimbra (nº23), todos no bairro Centro. Além do reduzido número de pontos, vemos que o serviço de táxis comuns, apesar de ser considerado no Brasil um serviço público, funciona em Ouro Preto com características de transporte privado, pois não há licitação e nem regulação efetiva da atividade pelo poder municipal. Esse serviço apresenta problemas para os usuários como um todo, mas afeta principalmente os turistas, pois os veículos não possuem taxímetro, nem tabela fixa de deslocamentos, e é comum a prática de preços abusivos.

No município não há transporte alternativo feito por Über ou aplicativos similares[72] e o fato do serviço de ônibus não dispor de qualquer informação gráfica ou textual que informe seu itinerário faz com que aqueles não familiarizados com o sistema fiquem dependentes de informações perguntadas aos motoristas ou aos demais usuários, o que acaba excluindo os turistas estrangeiros do serviço. Alguns pontos de ônibus sequer são identificados por sinalização vertical ou qualquer outro tipo de elemento, ficando limitados aos usuários cativos, que já dominam as rotas realizadas pelos veículos. Esta deficiência faz com que os turistas fiquem ainda mais sujeitos à extorsões praticadas por alguns motoristas de táxi, pois vêem neste tipo de transporte sua única opção de mobilidade no centro histórico, além da mobilidade pedestre, que não é uma opção viável para muitos grupos graças a algumas características do sistema viário.

Como salientado, complementarmente aos problemas apresentados em relação ao transporte coletivo, as condições topográficas do sítio e as demais características do sistema viário em muitos pontos se apresentam como grandes inibidores da mobilidade pedestre. Das vias citadas como de maior fluxo pedonal, muitas possuem trechos que ultrapassam o limite máximo de declividade aceito pela trafegabilidade universal, chegando a atingir 23,7% de inclinação, como é o caso da Rua da Escadinha (FIGURA 68). Nesta, a calçada foi convertida em uma escadaria de 76

[72] Embora exista um forte serviço de transporte clandestino de pequena capacidade que faça a ligação entre Ouro Preto e municípios da região, chegando até Belo Horizonte.

degraus intercalados com pequenos platôs. A grande inclinação da via é icônica na cidade e o trânsito por ela é ocasionalmente interrompido segundo os direcionamentos de diferentes gestões municipais. Nela é frequente a perda de controle sobre os veículos e já foram registrados dois acidentes diferentes envolvendo a destruição parcial do chafariz histórico localizado na Praça Américo Lopes, no entorno imediato da Igreja do Pilar[73] (FIGURA 69). Outra via famosa por sua declividade, a Rua das Flores (Rua Senador Rocha Lagoa), que em menos de 230 metros conecta três espaços livres de uso público no bairro Centro, possui 15,3% de inclinação. Em março de 2008 o motorista de um caminhão perdeu o controle sobre o veículo, que se chocou com 11 carros estacionados, causou a morte de uma pessoa e deixou 12 pessoas feridas[74].

Figuras 68 e 69: Rua da Escadinha e Praça Américo Lopes

Fonte: Fotos da autora. Julho de 2017.

Através dos dados apresentado no mapa da Figura 65, podemos concluir que, no circuito pedestre nele destacado, apenas a Rua São José e a Rua Getúlio Vargas possuem declividade suave (1,2% e 1,1%, respectivamente), e talvez por isso sejam vias que concentram muitas agências bancárias, lojas, restaurantes e outros geradores de fluxo. Ao analisar a Tabela 2, entretanto, podemos observar que algumas outras vias deste circuito, como a Rua Paraná e a Rua Bernardo Guimarães, apresentam declividades relativamente compatíveis com a acessibilidade

---

73 Acidentes ocorridos em novembro de 2002 e agosto de 2003. Fonte: Estadão. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,chafariz-de-ouro-preto-de-novo-vitima-de-caminhao,20030826p8832>. Acesso em: 09 ago. 2017.

74 Fonte: Jornal O Tempo. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/caminhão-mata-em-ouro-preto-1.294174>. Acesso em: 09 ago. 2017.

universal (7,5% e 7%, respectivamente). No entanto, a declividade não é o único critério a ser observado para se garantir a ampla acessibilidade, sendo fundamental observar também o comprimento máximo do segmento de rampa e o número máximo de segmentos nos quais o plano inclinado pode ser dividido para que seja considerado acessível. Assim, para que essas duas últimas ruas fossem verdadeiramente acessíveis, teriam que se apresentar não como rampas contínuas, mas como um percurso no qual se intercalassem rampas suaves e platôs.

Tabela 2: Dimensionamento de rampas segundo a NBR9050

Declividade	Proporção máxima	comprimento máximo de segmento de rampa	número máximo de segmentos
0% - 3%	1:33	50m	ilimitado
3% - 5%	1:25	30m	ilimitado
5% - 6,25%	1:16	16m	ilimitado
6,25% - 8,33%	1:12	9,60m	15
8,33% - 10%*	1:10	2m	4
10% - 12,5%*	1:8	0,60m	1

* estas declividades não são compatíveis com rotas acessíveis e apenas são aceitas em casos excepcionais de acesso à equipamentos.

Fonte: Elaborado pela autora com base na ABNT, 2004.

Além da declividade acentuada das vias, as demais condições de caminhabilidade nas calçadas e demais áreas do espaço público do centro histórico deixam muito a desejar. Essas, quando existentes, são muito estreitas e irregulares, sendo a largura média encontrada bem inferior a 100cm. Essa largura, ao contrário do que se possa intuir, não é característica dos tempos coloniais, mas foi definida ao longo dos séculos XIX e XX pela necessidade de se criar maior comodidade para a circulação veicular. Acreditamos que, com pequenas intervenções, as calçadas do centro histórico poderiam ser ampliadas sem maiores impactos para a paisagem urbana, permitindo ainda a circulação veicular e aumentando consideravelmente o conforto dos pedestres.

Os estudos sobre mobilidade urbana e, sobretudo, sobre as estratégias de *traffic calming*, mostram que a largura de uma pista de rolamento para a passagem de veículos comuns em um só sentido (excluindo-se caminhões de grande porte e ônibus convencionais), não precisa ser superior a 2,75m[75]. Este valor é referente à vias cuja circulação de pedestres seja expressiva e cuja velocidade máxima seja de 30km/h. Apesar de algumas das vias de grande circulação de pedestres serem caracterizadas como vias arteriais e coletoras na hierarquização viária do

[75] BHTRANS, 2013.

município, o tipo de declividade do sítio do Centro Histórico de Ouro Preto e o tipo de pavimentação utilizada na pista de rolamento faz com que 30km/h (considerado o limite máximo de velocidade nas vias locais pelo Código de Trânsito Brasileiro[76]) seja efetivamente a velocidade máxima ideal para a circulação de veículos na área. Desta forma, ao adotar esses parâmetros, o espaço de circulação do pedestre poderia ser bastante ampliado; entretanto, a demanda, não apenas por circulação, mas também por estacionamentos, faz com que as calçadas ofereçam largura muito menor do que o necessário para uma boa caminhabilidade.

Outro complicador da mobilidade pedestre é o tipo de pavimentação estabelecida para todas as calçadas do perímetro tombado, de lajotas de Quartzito Ouro Preto[77], que se encontram muito desgastadas pelo tempo e pela circulação de pedestres, compondo superfícies rampadas e muito deslizantes. Além do tipo de pavimentação, as inúmeras tampas metálicas dos serviços de infraestrutura (CEMIG, SEMAE, telefonia, entre outros) presentes nas calçadas também provocam escorregamentos e quedas frequentes dos pedestres. Outro problema comum é a interrupção do passeio pelas escadas de acesso às edificações e rampas de garagem, presentes principalmente nas vias mais íngremes. A condição estreita das calçadas também provoca, indiretamente, outro problema de circulação, pois ao não disporem de faixa de serviço, fazem com que a instalação dos equipamentos urbanos (postes, lixeiras, placas, abrigos de ônibus, etc.) seja feita muitas vezes no eixo longitudinal do passeio.

Todos os problema supracitados relacionados às calçadas (largura insuficiente, pavimentação escorregadia e obstruções constantes) fazem com que as pessoas transitem também pelo leito carroçável, o que não seria um problema se o tipo de pavimentação desse - o paralelepípedo de pedra, não fosse tão trepidante e, ao mesmo tempo, tão escorregadio. Além deste fator, podemos citar também como desfavorável a insegurança de se transitar pelo espaço de circulação dos carros, pois a cultura local não estabelece como prioridade a mobilidade pedestre; basta observar que a velocidade atingida pelos carros em algumas ruas, mesmo com o tipo de piso sendo desfavorável a essa, é relativamente elevada para um contato tão próximo com as pessoas.

Se ao transitar pelas ruas estreitas do centro histórico o pedestre se vê em situação de conflito com o transporte motorizado, em muitos dos espaços públicos a situação ainda é pior. Isto se dá pelo fato dos espaços públicos serem, muitas vezes, partes integrantes do sistema viário, como os largos e praças secas, como é o caso da Praça Tiradentes. No Largo do Cinema, no Largo do Rosário, no Largo do Coimbra, entre outros, o alargamento do leito carroçável provocado pelo

---

[76] BRASIL, 1997.

[77] Material abundante na região, sendo extraído logo no contorno da área urbana.

encontro de vias em diferentes ângulos faz com que se amplie o espaço de circulação veicular, aumentando a distância entre as calçadas. Se efetivamente houvesse uma conscientização de que a prioridade deveria ser dada sempre aos pedestres, esses alargamentos não seriam um problema, pois em muitas cidades antigas, principalmente européias, pedestres e veículos compartilham o espaço de circulação. Essas cidades, entretanto, normalmente tem um sistema de transporte público bastante eficiente, além da aplicação de inúmeras medidas para desincentivar o uso dos carros e para aumentar o uso da mobilidade pedestre nos deslocamentos quotidianos.

Após apresentarmos os problemas relativos ao transporte coletivo e à mobilidade pedestre, vemos que a acessibilidade e a própria fruição dos espaços públicos da ZPE da sede de Ouro Preto enfrentam ainda um outro desafio - o espaço destinado ao estacionamento, como brevemente mencionado em relação ao uso do espaço no Largo Orlando Trópia. O grande crescimento da frota de veículos no município, que chegou a duplicar de tamanho apenas nos dez últimos anos[78], além do crescimento do turismo regional, provocou um saturamento de todo o espaço sobressalente no sistema vário. O excesso de carros impôs vários problemas à circulação pedestre e veicular, o que motivou a criação de políticas públicas voltadas ao controle do estacionamento. O estacionamento ao longo das vias foi proibido em muitos pontos importantes nos últimos anos, e vemos que as vagas disponíveis tem diminuído progressivamente.

Nos espaços públicos, entretanto, não observamos o mesmo empenho das gestões municipais para a diminuição dos estacionamentos e para a garantia de mais espaço, não só de circulação do pedestre, mas também de permanência da população. Ao contrário, vemos que apesar de algumas gestões passadas terem se esforçado para mudar este panorama com a remoção dos estacionamentos na Praça Tiradentes e a remoção parcial dos estacionamentos e alargamento das calçadas da Rua São José (que conecta o Largo do Cinema ao Largo da Alegria), alguns espaços públicos foram oficialmente destinados à função de acolher os veículos parados. Destaca-se essa situação no Largo da Alegria, no Largo do Cinema e, principalmente, no já citado Largo Orlando Trópia, cujo chafariz histórico fica constantemente encoberto pelos carros estacionados (FIGURAS 70 a 72).

Percebemos ao longo desta pesquisa que o tema da diminuição dos estacionamentos no Centro Histórico de Ouro Preto é um assunto bastante complexo e delicado, pois ao mesmo tempo em que a circulação e o estacionamento veicular impõem uma série de problemas, vemos que a topografia do sítio, especificamente, se mostra como uma grande dificultadora não só da

[78] A frota veicular em Ouro Preto atingiu o total de 33.323 veículos no ano de 2016. Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=314610&idtema=163&search=minas-gerais|ouro-preto|frota-2016>. Acesso em: 10 ago. 2017.

mobilidade pedestre, mas também da instalação de alguns modais que favoreceriam a opção pelo transporte público em detrimento do particular, diminuindo assim a necessidade de estacionamentos. Assim, percebemos que mesmo que os demais problemas relativos à caminhabilidade fossem resolvidos, a opção pelos veículos particulares ainda seria tentadora, a menos que se investisse em um sistema intermodal de transporte público muito confortável e muito eficiente para o sítio, ação que dependeria de grandes somas, aparentemente indisponíveis atualmente na esfera municipal.

Figuras 70, 71 e 72: Estacionamentos no Largo da Alegria, no Largo do Cinema e no Largo Orlando Trópia

Fonte: Fotos da autora. Julho de 2017.

Assim, através das informações apresentadas até o momento, podemos perceber que o centro histórico é um espaço efetivamente dinâmico, especialmente na área central, apresentando suficiente diversidade de usos, de equipamentos e também de perfis sociais para fazer com que seus espaços públicos fossem constantemente apropriados no quotidiano como espaços de lazer passivo e também ativo. Entretanto, notamos que devido a problemas ligados, entre outros, à mobilidade e à acessibilidade, alguns dos principais ELUPs, não oferecem muitas condições de apropriação. Observamos assim que a população local e a flutuante utilizam esses espaços mais como locais de passagem do que de permanência, sendo direcionadas a outros espaços públicos e, principalmente, a espaços privados para a ocupação de seu tempo ocioso.

No entanto, diferentemente do cenário quotidiano, em algumas datas do calendário local o trânsito de algumas das vias mais importantes da área de estudo é interrompido e o estacionamento nos

principais espaços públicos destacados é proibido, fazendo com que a paisagem física e social do centro histórico passe por uma grande transformação. São nas datas de realização dos eventos religiosos e não-religiosos que podemos contemplar toda a magnitude de muitos dos espaços públicos localizados na área de estudo, quotidianamente eclipsados pelo excesso de veículos distribuídos em seus recintos.

Assim, para concluir o estudo das dinâmicas urbanas, abordaremos no próximo item o calendário de eventos da sede de Ouro Preto, identificando sua importância e as formas como esses impactam os espaços públicos da área de estudo, impondo, inclusive, condicionantes específicos para possíveis intervenções futuras.

4.3.5 Os eventos e as transformações efêmeras do espaço público

Graças à sua condição de cidade histórica, de destino turístico nacional e internacional, e também de pólo de atividades acadêmicas, Ouro Preto é uma cidade que tem uma intensa programação de eventos ao longo do ano. Alguns dos eventos promovidos são acontecimentos isolados, como alguns eventos científicos, ou mesmo competições esportivas, de caráter nacional ou internacional, que a cada ano são sediados em cidades diferentes. Outros, no entanto, fazem parte do calendário fixo de eventos da cidade e já se tornaram datas tradicionais, ansiosamente aguardadas pela população local e também flutuante (ver QUADRO 2). Uma grande parte desses eventos ocorre justamente no centro histórico, sendo parte indissociável de suas dinâmicas.

Figura 73: Carnaval na Praça Tiradentes

Fonte: (POUSADA..., 2018).

Quadro 2: Calendário de eventos recorrentes na ZPE da sede de Ouro Preto

Mês	Evento	ELUPs ocupados
Janeiro	Reinado de Nossa Senhora do Rosário; Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz; Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz	Adro da Igreja de Santa Efigênia
Fevereiro	**Tradicional Carnaval Ouropretano**	Praça Tiradentes, Largo do Cinema, Largo da Alegria, Largo Orlando Trópia, Largo do Marília, Praça Antônio Dias, Largo do Rosário, Praça da Ponte Seca, Ponte da Barra, Praça Cezário Alvim, Praça Prefeito Amadeu Barbosa
Março	**Semana Santa com eventos característicos do século XVIII**	Adro da Igreja do Pilar, Adro das Mercês de Cima, Adro da Igreja do Carmo, Adro da Igreja de São José, Adro das Mercês de Baixo, Adro de Igreja de São Francisco de Paula, Praça Tiradentes, Adro da Igreja do Rosário, Adro do Bom Jesus do Matozinhos, Adro da Capela do Bonfim, Largo do Rosário, Praça da UFOP, Adro da Igreja das Dores
Abril	Festa de São Francisco de Paula; **Dia de Tiradentes (Comemorações cívicas organizadas pelo Governo Estadual)**	Adro de São Francisco de Paula Praça Tiradentes
Maio	Festa de Santa Cruz (Festa do Amendoim) e Reza do Ofício aos pés de Santa Cruz; **Semana Nacional de Museus;** **Corpus Christi – tradicional cortejo religioso com as Irmandades e Ordens Terceiras;** **Mostra de Cinema de Ouro Preto- CINEOP**	Ponte do Antônio Dias e Largo do Marília —- (ambientes internos) Adro de São Francisco de Assis, Largo do Coimbra, Largo do Rosário, Adro do Rosário Praça Tiradentes
Junho	Festas Juninas; Semana Guignard – Associação dos Amigos do Museu Casa Guignard	—- (festas nas escolas) —- (Rua Direita)
Julho	Semana da Cidade (Aniversário de Ouro Preto); **Festival de Inverno/Fórum das Artes**; Festa de Nossa Senhora do Carmo Festa de Santa Cruz (da Barra)	Praça Tiradentes Praça Tiradentes, Praça da UFOP, Largo do Cinema, Praça Cezário Alvim, Largo do Marília Adro da Igreja do Carmo Ponte da Barra
Agosto	Tríduo de Nossa Senhora dos Anjos e Festa de São Roque Festa de Nossa Senhora do Pilar – Padroeira de Ouro Preto; Concurso de Pipas e Papagaios da FAOP	Adro da Igreja de São Francisco de Assis Adro da Igreja do Pilar Morro da Forca

Mês	Evento	ELUPs ocupados
Setembro	**MIMO – Mostra Internacional de Música**;	Praça Tiradentes, (ambientes internos - Casa da Ópera, capelas e igrejas)
	Semana da Pátria;	Praça Tiradentes
	Festa de Santa Efigênia;	Adro da Igreja de Santa Efigênia
	Jubileu do Bom Jesus do Matozinhos	Adro do Bom Jesus do Matozinhos
	Festa de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia;	Adro das Mercês de Cima
	Festa de Nossa Senhora das Mercês e Perdões;	Adro das Mercês de Baixo
	Fórum das Letras	Praça Tiradentes, (ambientes internos - Cine Vila Rica, Biblioteca Pública, museus, Casa da Ópera, igrejas e capelas)
Outubro	Festa de Nossa Senhora do Rosário;	Adro do Rosário, Largo do Rosário
	Festa de São Francisco de Assis;	Adro de São Francisco de Assis
	Festa de São Judas Tadeu	Adro do Rosário, Adro de N.S. da Conceição
	Aniversário da Escola de Minas;	— - (ambientes internos - bares e repúblicas)
	Folia de Reis do Padre Faria	Adro da Capela do Padre Faria
Novembro	Semana do Aleijadinho;	Praça Tiradentes, Adro da Igreja de São Francisco de Assis (ambientes internos - capelas, igrejas e museus)
	Semana da Consciência Negra;	Praça Tiradentes, (ambientes internos - Biblioteca Pública, Casa do Folclore, escolas, museus, Câmara Municipal)
	Grupo de Pastorinhas do Padre Faria;	Adro da Capela do Padre Faria
	Guarda de Congo de N.Sra do Rosário e N.Sra das Graças	Adro da Capela do Padre Faria
Dezembro	Festa de Nossa Senhora da Conceição;	Adro de N.S. da Conceição
	Tudo É Jazz;	Largo do Rosário, Adro do Rosário, (ambientes fechados - Centro de Convenções, bares e restaurantes)
	Natal	Praça Tiradentes, Largo do Cinema, (ambientes internos - capelas e igrejas, Casa da Ópera)

Obs: Em negrito encontram-se destacados os eventos que atraem públicos de localidades variadas, indo do contexto regional ao internacional. Os eventos em texto normal são aqueles de caráter mais local, atraindo parte da população da sede e, ocasionalmente, de alguns distritos.

Fonte: Informações obtidas junto aos funcionários do Arquivo Público Municipal e da Secretaria de Turismo da PMOP em outubro de 2016 e disponíveis nos sites: < http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5516/carnaval-2017-confira-a-programacao-completa-do-carnaval-em-ouro-preto>; <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/52bpm/conteudo.action?conteudo=324&tipoConteudo=itemMenu>; <http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod_destino=2&cod_pgi=2241>, <http://www.forumdasletras.com.br/programacao>, <http://www.ouropreto.com.br/noticia/2318/40-semana-do-aleijadinho>, <http://www.carnavalouropreto.com/noticia/161/confira-a-programacao-do-festival-de-inverno-de-ouro-preto-e-mariana-2017>, <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=172:programacao-da-semana-municipal-da-consciencia-negra-ouro-preto-2006&catid=62:outros>, < http://www.carnavalouropreto.com/noticia/160/confira-a-programacao-do-corpus-christi-em-ouro-preto>, <https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/529> e < http://www.jornalvozativa.com/programacao-da-semana-santa-2018-em-ouro-preto-mg/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

Um dos eventos que atrai um público considerável, como já mencionado, é o Carnaval, que une as tradições locais, como o centenário Bloco Zé Pereira dos Lacaios, com as escolas de samba da cidade, os blocos carnavalescos promovidos pelas repúblicas estudantis e também shows de artistas nacionais. Esse evento ocorre por todo o centro histórico, ocupando dezenas de seus espaços livres de uso público de forma intercalada, mas também simultânea, fragmentando a festa para acolher um maior número de pessoas e satisfazer diferentes perfis de foliões (FIGURAS 73 e 74). Assim, oferece grandes shows nos espaços livres mais amplos, como a Praça Tiradentes e a Praça da UFOP, mas também pequenas concentrações em espaços de dimensões mais tímidas, como o Largo do Marília ou a Ponte da Barra.

Figura 74: Carnaval no Largo do Cinema

Fonte: (OURO..., 2018).

Dos eventos de vinculação acadêmica, voltados à comunidade científica, mas também à população de forma geral, se destacam o *Festival de Inverno*, que ocorre conjugado com o *Fórum das Artes*, no mês de julho, e o *Fórum das Letras*, evento de caráter literário que ocorre em setembro. Esses eventos geralmente se manifestam em uma grande variedade de locais, tanto edificados, quanto livres, na forma de festas, apresentações teatrais e musicais, oficinas, palestras e rodas de discussões. Dos espaços públicos mais frequentemente utilizados por eles se destacam a Praça Tiradentes e a Praça da UFOP.

Outros eventos de caráter não-religioso de destaque são a *Mostra de Cinema de Ouro Preto* (CineOP) - promovida através de uma iniciativa conjunta da Universo Produção com o Ministério do Turismo, o Ministério da Cultura, a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, entre outros atores; e os festivais de música *MIMO* e *Tudo é Jazz.* Esses dois últimos não são fixos ou anuais, mas são considerados uma tradição em Ouro Preto devido

às varias edições já sediadas na cidade. O *MIMO* é um festival internacional, também de produção mista entre atores públicos e organizações privadas, que tradicionalmente acontece em centros históricos brasileiros e, recentemente, também portugueses. Nele são realizadas apresentações musicais tanto no interior de igrejas e de outros espaços fechados, quanto nos espaços públicos das cidades que o acolhem. Já o *Tudo é Jazz* é um evento exclusivo de Ouro Preto que costuma oferecer atrações de peso nacionais e internacionais ligadas ao mundo do jazz, e que tem atraído em suas últimas edições um público expressivo. O *CineOP* geralmente ocupa a Praça Tiradentes, no qual é montada uma grande estrutura de cinema ao ar livre, com tela e platéia. O *MIMO* já ocorreu em vários endereços, inclusive na Praça Tiradentes e na Praça da UFOP, enquanto o *Tudo é Jazz*, apesar de ultimamente oferecer muitos shows no Centro de Convenções, tradicionalmente ocupa o Largo e o Adro do Rosário.

Outro evento notável não-religioso que atrai um grande público de fora da cidade são as comemorações do Dia de Tiradentes, em 21 de abril, organizadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Essa talvez seja uma das festas cívicas mais importantes do estado e, não raro, conta com a presença de presidentes da República, senadores e outras personalidades de destaque nacional nos meios político, mas também cultural e social. Sediado também na Praça Tiradentes, uma das maiores críticas a esse evento é que ele muitas vezes causa grande impacto na dinâmica central sem, no entanto, incluir a população local na sua programação, que muitas vezes fica completamente excluída (a entrada é rigorosamente controlada, sendo permitidos nos cordões de isolamento da Praça apenas convidados do governo)[79]. Em outras datas a Praça Tiradentes sedia outros eventos de cunho cívico e caráter mais local, como a Semana da Cidade (comemorativa do aniversário de Ouro Preto) e a Semana da Pátria (em comemoração ao Sete de Setembro, dia da Independência do Brasil).

Além disso, a cidade tem uma forte tradição religiosa, que se manifesta em eventos de diversos tipos ao longo do ano, dos quais os mais famosos são as comemorações da Semana Santa e do Corpus Christi (FIGURAS 75 a 80). Além desses grandes eventos, que tem um grande alcance nacional, as paróquias e irmandades religiosas promovem ao longo de todo o ano festas em homenagens aos seus padroeiros, que podem contar com celebrações apenas no interior das capelas e igrejas, mas não raro ocupam os adros, largos e praças contíguos a elas. Muitos dos eventos também ocorrem em forma de procissões passando pelas principais vias do centro

[79] Em sua edição de 2018, atendendo a pedidos da população, a PMOP negociou com o Governo do Estado a transferência parcial das atividades comemorativas para a região do Pilar, no Centro de Convenções da UFOP. Fonte: Jornal Voz Ativa. Disponível em: <http://www.jornalvozativa.com/alteracoes-no-transito-de-ouro-preto-mg-para-cerimonia-de-21-de-abril/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

histórico; mas mesmo que se desloquem pela área de estudo, geralmente essas tem nos adros e largos ponto de concentração que marcam suas partidas e chegadas.

Figuras 75 e 76: Tapetes de serragem no Largo do Rosário na Semana Santa - 2018

Fonte: CÂMARA, 2018.

Figura 77: Confecção de tapetes de serragem na Semana Santa

Fonte: CATARINA, 2017.

Figuras 78, 79 e 80: Programação da Semana Santa - Encenação no Adro da Igreja de N.S. do Rosário, Procissão noturna, Saída de procissão no Largo do Coimbra

Fonte: CATARINA, 2016.

Nos principais eventos religiosos destaca-se a confecção dos tapetes de serragem - trabalho artístico efêmero, de construção coletiva, e que recobre as principais ruas, largos e adros do

centro histórico. São também muito característicos os Reinados e os Congados - manifestações sincréticas tradicionais da cultura negra já abordadas previamente neste trabalho (FIGURAS 81 a 86).

Figura 81: Reinado de N. S. do Rosário no Adro da Capela do Padre Faria

Fonte: MONTE, 2018.

Em relação ao alcance dos eventos e ao tipo de público que atraem, vemos que há grande variação entre eles. Alguns dos eventos, religiosos e não-religiosos, tendem a atrair uma população numerosa e variada, motivada tanto pela unicidade do conteúdo cultural do evento (lançamentos de filmes no festival de cinema, apresentações musicais raras no país nos festivais de música, encontro com autores no festival literário), quanto pela fama dos eventos tradicionais religiosos e por seu papel de conservação de aspectos importantes da cultura brasileira (como na Semana Santa e no Corpus Christi), ou mesmo pelo clima festivo e libertário de eventos como o Carnaval. Durante esses eventos, a cidade costuma ter seu estoque hoteleiro inteiramente saturado e, ainda que as repúblicas ofereçam um grande número de leitos aos turistas, é comum que nas semanas, ou mesmo meses antes dessas datas, já seja difícil encontrar alojamentos disponíveis. Essa superlotação frequentemente provoca crises na infraestrutura local - falta de água, carência de leitos hospitalares, excesso de resíduos sólidos, entre outros.

Outro fator a ser destacado é a participação da população local nesses eventos. Os grandes eventos (majoritariamente localizados na área central) são muito associados à visitação turística, mas vemos que nos mais tradicionais, como o Carnaval, a Semana Santa e o Corpus Christi, a população local também é muito presente, mesmo que essa muitas vezes seja excluída direta ou indiretamente dos demais grandes eventos. Já os eventos de pequeno porte, em especial os religiosos, são melhor distribuídos na área de estudo e contam basicamente com a população

residente, que os frequenta conforme o local de moradia, a filiação à uma irmandade ou ao santo de devoção. Esses eventos, inclusive, se mostram como importantes aglutinadores sociais entre vizinhos e fortalecem a relação de pertencimento às centralidades da cidade, algo tão natural à sua história e estrutura urbana - o que será abordado com mais detalhes no próximo capítulo.

Figuras 82, 83, 84, 85 e 86: Guarda de Congo de N. S. do Rosário em frente ao Adro de Santa Efigênia, no Largo do Cinema, no Largo da Alegria, no Largo do Rosário e no Adro do Rosário

Fonte: GARSCHA, 2016.

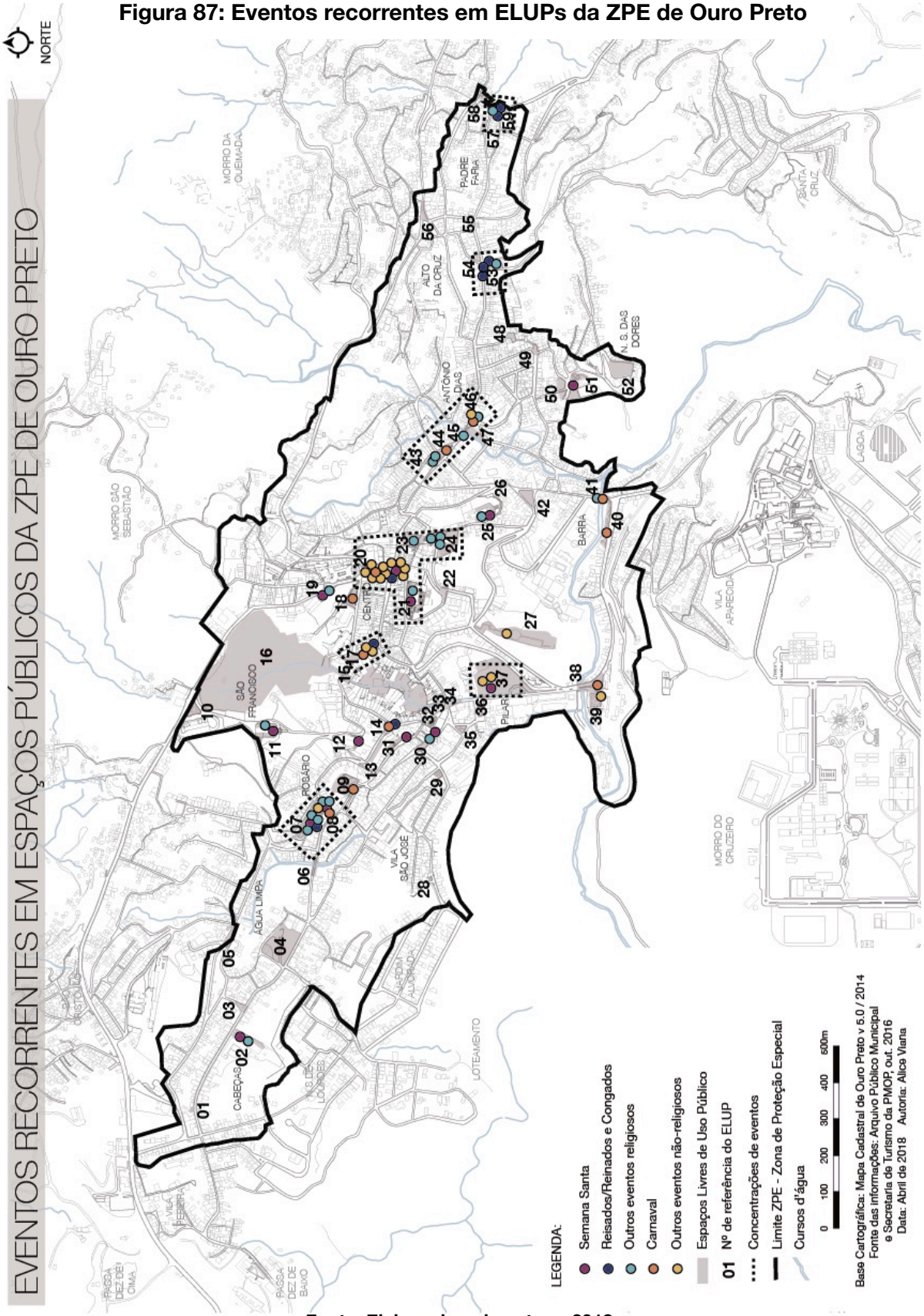
No mapa da Figura 87 fizemos um registro da localização de todos os eventos listados no Quadro 2 cuja programação ocorre, pelo menos parcialmente, nos ELUPs da área de estudo. Optamos por dividi-los em religiosos e não-religiosos, mas criamos também uma notação separada para a Semana Santa e para o Carnaval, dada a amplitude desses eventos e ao grande número de manifestações que esses promovem em diferentes áreas do centro histórico; e também uma notação em separado para os Congados e Reinados, que são manifestações folclóricas bastante particulares, associadas à cultura negra e a algumas localidades específicas de Ouro Preto.

Através da espacialização desses eventos e do cruzamento desses dados com a localização dos objetos de estudo, observamos que alguns espaços públicos são mais frequentemente utilizados nos eventos do que outros, e que, assim como vimos nos demais mapas apresentados nesse sub-capítulo, existe uma tendência de formação de *clusters* dos espaços utilizados. Quando analisados isoladamente, concluímos que a Praça Tiradentes (nº20) é, sem dúvida, o espaço livre mais demandado, sendo utilizada para festas de caráter cívico, cultural e para excepcionais festas de caráter religioso. Em grande proximidade a ela se encontram o Largo do Coimbra e o Adro da Igreja de São Francisco de Assis, assim como o Adro da Igreja do Carmo (nº23, 24 e 21), que costumam ser muito diretamente impactados por todos os eventos que a Praça acolhe.

O Largo do Cinema (nº17) é outro ELUP que frequentemente acolhe eventos, principalmente pela maior facilidade de instalação de palcos em sua porção norte, onde se encontra a fachada lateral direita da Casa dos Contos e o muro do Grande Hotel, faces que não contém fachadas ativas. Este é um espaço normalmente utilizado para eventos não-religiosos, principalmente por se tratar de uma área livre de tamanho razoável e não conter em suas imediações nenhum templo religioso que sirva de elemento dominante. No entanto, esse espaço, assim como a Praça Tiradentes e o Largo da Alegria, é também historicamente impactado nas principais datas religiosas.

A Praça Tiradentes, o Largo do Cinema e o Largo da Alegria (nº 20, 17 e 14) se encontram no caminho entre os adros dos templos de Nossa Senhora da Conceição e de São Francisco de Assis (nº44 e 24), pertencentes ao antigo arraial de Antônio Dias, e dos templos de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora do Pilar (nº07 e 30), tradicionais do antigo arraial do Pilar. Todos esses adros são pontos de partida ou chegada de importantes procissões e por isso, por mais que a Praça e os largos não tenham edificações religiosas em seus entornos imediatos, eles são também referências nesses eventos por serem importantes espaços de passagem. Graças ao contraste de sua amplitude espacial em relação às vias do entorno, servem ocasionalmente de pontos marcantes nas manifestações itinerantes, como durante os Congados (FIGURAS. 82 a 86).

Figura 87: Eventos recorrentes em ELUPs da ZPE de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

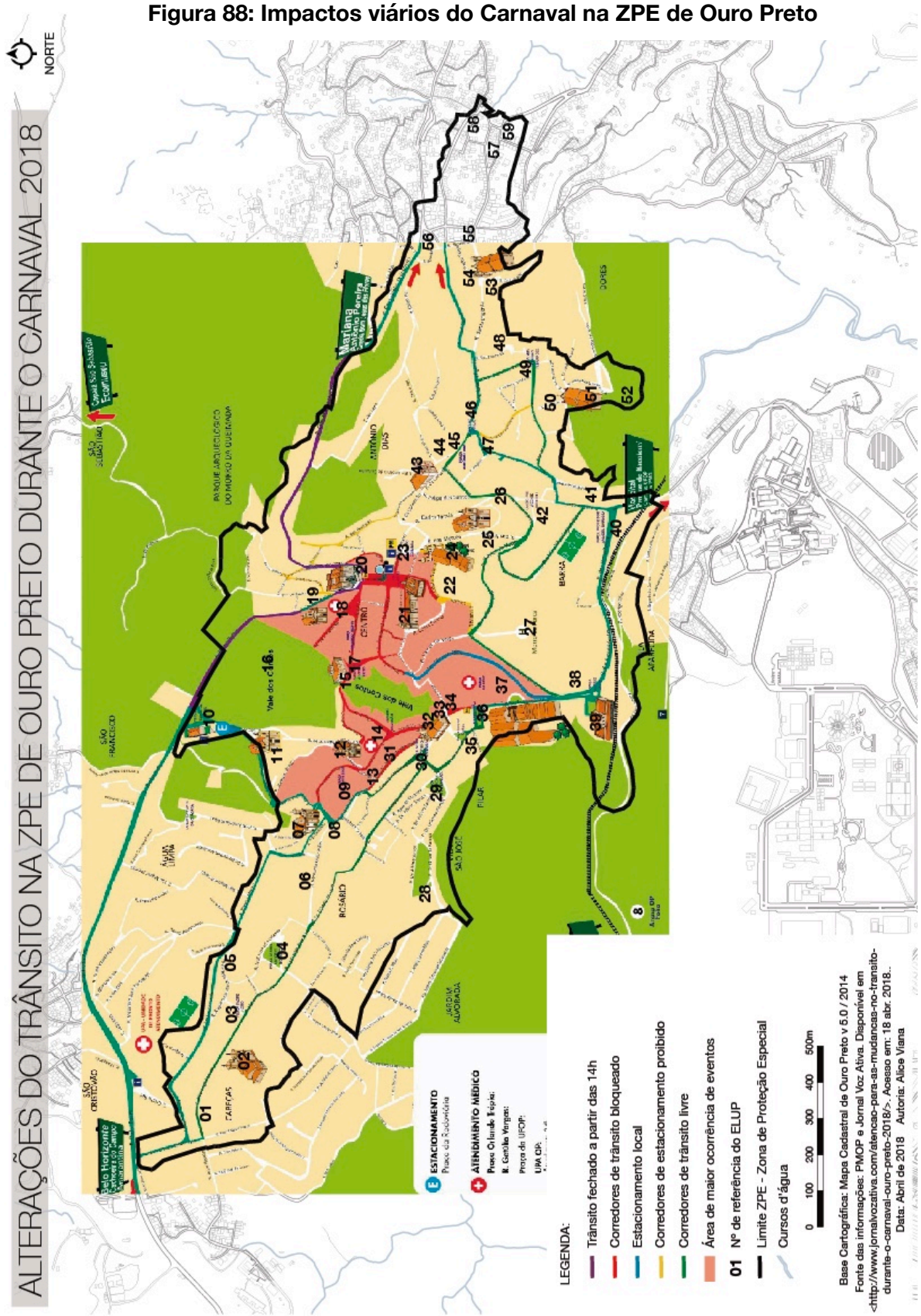
Um outro ELUP muito frequentemente utilizado para eventos não-religiosos é a Praça da UFOP, que serve de área livre de suporte para o Centro de Convenções da UFOP (antigo Parque Metalúrgico), que acolhe eventos diversos, não somente os de natureza acadêmica vinculados à Universidade. Além de sua grande área plana permitir a instalação de palcos maiores, essa praça não possui condicionantes patrimoniais tão fortes quanto a Praça Tiradentes, nem prescinde do isolamento das vias do entorno para a acomodação de maiores agrupamentos de pessoas, sendo assim, um espaço muito procurado para eventos isolados (Festivais de vinho e de cervejas artesanais, shows e outros eventos ainda não considerados como recorrentes, e que por isso não se encontram listados no Quadro 2 ou representados no mapa da Figura 87).

No vetor oeste da ZPE, dois ELUPs contíguos de origem antiga e muito tradicionais - o Adro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Largo do Rosário (nº07 e 08), formam um conjunto que também acolhe uma grande diversidade de eventos, o que os fortalece como referências de espaços públicos na cidade. Apesar da predominância dos eventos acolhidos ser de natureza religiosa (são pontos de extrema relevância nas festividades da Semana Santa), eles também acolhem eventos como o Carnaval e o Festival *Tudo é Jazz,* como já mencionado. No vetor leste percebemos que é na centralidade Antônio Dias, formada pelo Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Praça Antônio Dias, a Ponte dos Suspiros e o Largo do Marília (nº43, 45, e 46) que são sediados a maior parte dos eventos tanto religiosos, quanto não religiosos.

O extremo leste da ZPE se caracteriza por ELUPs que servem de apoio a manifestações de caráter mais exclusivamente religioso, como o conjunto Adro da Igreja de Santa Efigênia e Praça Dirceu Alves de Brito (nº 53 e 54) e o Adro da Capela do Padre Faria (nº 59). Como esses templos são dedicados à Nossa Senhora do Rosário, cujas origens estão muito associadas à própria história da escravidão em Ouro Preto, são nos espaços vazios contíguos a eles que se manifestam com maior força os Congados e Reinados. Em relação aos eventos de outras naturezas, percebemos que esses espaços já se mantém mais isolados, pois não se encontram inseridos nem nos sub-centros mais relevantes, nem estão entre as principais atrações turísticas da cidade (ainda que possuam elementos de inegável valor histórico e artístico). Assim, são fiéis às características de áreas livres mais periféricas, de pouca atratividade para o restante da população.

Como brevemente introduzido no tópico anterior, alguns dos espaços públicos analisados nesse trabalho tem sua paisagem bastante alterada durante os eventos, principalmente porque muitos deles, por ocupar o espaço do sistema viário, exigem a interrupção da circulação e do estacionamento de veículos para que possam ocorrer. De todos eles, aquele que mais impacta a circulação é o Carnaval, cujas alterações no centro histórico podem ser observadas na Figura 88.

Figura 88: Impactos viários do Carnaval na ZPE de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Através dessa imagem vemos que durante esse evento alguns dos ELUPs mais centrais, como a Praça Tiradentes, o Largo Orlando Trópia, o Largo do Cinema e o Largo da Alegria (nº20, 18, 17 e 14) são inteiramente desobstruídos de veículos, algo raro de ser visto ocorrendo simultaneamente. Esse fenômeno cria toda uma nova percepção da área central do centro histórico sob o olhar do pedestre, e por mais que essa área se encontre descontextualizada de sua dinâmica padrão durante o evento, é fácil apreender o potencial que seus espaços públicos teriam para uma maior variedade de apropriações caso o uso dos veículos particulares não fosse tão presente no quotidiano. Ao mesmo tempo em que nos deparamos com essa reflexão sobre a incompatibilidade do excesso de veículos com o melhor aproveitamento de muitos ELUPs da área de estudo, os eventos nos fazem também refletir sobre outra questão - a importância da flexibilidade do espaço para que esses ocorram.

Nos capítulos seguintes apresentaremos mais informações sobre algumas características históricas e arquitetônicas dos espaços públicos levantados mas, como já brevemente introduzido em diferentes tópicos ao longo desse trabalho, podemos perceber que uma das principais deficiências de alguns dos principais ELUPs é, além de sua utilização como estacionamentos, a falta de mobiliários que possam propiciar um maior número de apropriações e uma maior duração destas. No entanto, vemos que a grande variedade de eventos que esses espaços acolhem ao longo do ano, e o grande número de pessoas que muitos desses eventos atraem, fazem com que a ocupação de seus recintos por mobiliários, ao menos por elementos fixos, seja temida, pois limitaria sua capacidade de adaptação a diferentes demandas.

Assim, do ponto de vista das pressões exercidas pelas dinâmicas urbanas sobre os espaços públicos, vemos que em muitos deles há certo conflito entre as demandas das apropriações quotidianas - tanto da população residente, quanto dos turistas (demanda por assentos, mesas, locais sombreados, equipamentos recreativos e esportivos) - e as demandas dos eventos (demanda por locais vazios para a instalação de palcos, de barracas, de passagem das procissões e para a grandes aglomerações de pessoas). Nos questionamos, entretanto, se a necessidade de flexibilidade espacial para o acolhimento dos eventos seria a única justificativa para a falta de mobiliários e de outros elementos capazes de melhor atrair e reter os diferentes perfis de população no quotidiano, ou se essa se deve também: 1) às limitações impostas pelas legislações tanto municipais, quanto relativas à condição de tombamento; 2) às características próprias ao tipo de espaços públicos existentes na área de estudo, refletindo suas origens antigas ou; 3) à falta de interesse ou de condições financeiro-administrativas do poder público municipal para melhor qualificá-los. Assim, daremos continuidade à nossa investigação abordando primeiramente os condicionantes legais que interferem de forma direta ou indireta nos ELUPs do centro histórico.

4.4 Condicionantes legais da área de estudo e rebatimentos no funcionamento dos espaços livres de uso público

Os espaços livres de uso público de uma cidade, como visto no Capítulo 2, são áreas de propriedade pública, cuja responsabilidade de implantação e gestão está geralmente associada ao poder público municipal. É ele quem, normalmente, cuida da manutenção das ruas, largos, praças e parques, e é ele também quem determina, através de leis, decretos e portarias, as regras de intervenção e utilização desses espaços pelos cidadãos. Assim, através dessas normativas, ele deve considerar as demandas da população em relação a esses espaços e estabelecer medidas para prever conflitos, tanto no uso quotidiano, quanto durante a realização de eventos. Quando os espaços públicos em questão se encontram inseridos em um contexto histórico, outros tipos de normas legais, como as especificamente referentes à preservação patrimonial, podem se somar às normativas mais usuais, ou estas podem incorporar em seus textos os tópicos relativos à preservação.

Como já mencionado no sub-capítulo 4.1, na apresentação do recorte espacial dessa pesquisa, observamos que os objetos de estudo estão inseridos em limites sob os quais pairam normas de preservação tanto de escala municipal (a ZPE, da PMOP), quanto nacional (a APE, do IPHAN). Na escala municipal, as duas legislações que mais afetam os espaços públicos da ZPE são a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS)[80] e o Código de Posturas[81]. Apesar de não serem tipos de leis voltadas especificamente à preservação do patrimônio histórico, no caso de Ouro Preto, observa-se que essas também abrigam essa função, ainda que de forma indireta. Já na escala federal, a normativa mais importante a ser considerada é a Portaria nº312 de 20 de outubro de 2010, do IPHAN, que define, entre outros, os parâmetros de preservação que incidem sobre a APE do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, área de tombamento nacional.

4.4.1 A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo

Como a ZPE se trata de um zoneamento municipal, encontramos contidas na LPOUS as Diretrizes Básicas dessa zona, onde fica claro o objetivo da preservação de toda a ambiência urbana, e não apenas do conjunto arquitetônico incluído em seu tecido:

> Art. 84 A preservação da notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico é determinada através da manutenção das seguintes características:
> I. o quadro natural e a paisagem envolvente;

[80] OURO PRETO, 2011.

[81] OURO PRETO, 1980.

> II. a morfologia urbana e os traçados dos logradouros;
> III. a unidade dos conjuntos urbanos;
> IV. a relação entre as áreas edificadas e as não edificadas;
> V. as tipologias arquitetônicas;
> VI. a diversidade e a multiplicidade dos usos;
> VII. os espaços públicos de reunião e encontro;
> VIII. as manifestações culturais.
> (OURO PRETO, 2011, grifo da autora)

Assim, das oito características apresentadas no artigo supracitado, podemos observar que, apesar dos espaços públicos em si serem citados apenas no item VII, todos os demais itens a eles se relacionam. Os itens I, III e V formam os planos verticais que emolduram os espaços públicos; os itens II e IV lhes conferem forma e proporção, e os itens VI e VIII se referem às atividades neles desempenhadas, às apropriações que lhes garantem vitalidade.

Em relação à atualidade da legislação municipal e sua conformidade com as tendências internacionais de conservação do patrimônio, percebe-se que, ainda que a preservação do sítio seja um claro objetivo na LPOUS, não há a intenção de reprimir, para a garantia da manutenção do aspecto histórico, as necessidades de adaptação desse às demandas da sociedade contemporânea:

> Art. 85 A preservação do acervo urbanístico-arquitetônico é fator preponderante para a definição das intervenções neste sítio e, deverá:
> I. ser compatibilizada com os valores e necessidades da vida urbana atual e do desenvolvimento sócio-econômico;
> II. ser utilizada para a melhoria tanto da qualidade de vida na cidade, quanto do ambiente urbano.
> (OURO PRETO, 2011)

Desta maneira, entende-se que é preciso atingir um equilíbrio entre preservação e desenvolvimento, garantindo ao traçado de origem colonial sua permanência, valorizando sua unicidade, mas também oferecendo à população uma capacidade de vivência plena das práticas contemporâneas neste espaço protegido. Compreendemos que, em relação ao espaço púbico, tal compatibilização entre espaço físico antigo e demandas atuais poderia ser viabilizada através de intervenções leves e respeitosas, que ajudassem, inclusive, não apenas a desfrutar do espaço histórico, mas também a sensibilizar a população para a importância da conservação desse - algo já amplamente defendido nas cartas patrimoniais mais recentes, como visto no Capítulo 3.

Percebemos também, através da análise da LPOUS, que a intervenção nos espaços públicos é, de certa forma, favorecida pela flexibilidade de seu texto em relação às áreas não edificadas - ou seja, enquanto os parâmetros urbanísticos e arquitetônicos que dizem respeito às edificações

neste zoneamento são de caráter mais rígido[82], observa-se que em relação às áreas livres, pouco buscou-se regular, permitindo que as propostas pudessem ser discutidas caso-a-caso. Os únicos artigos que se relacionam mais diretamente com possíveis intervenções em espaços públicos são: o Art. 89, que diz que "A manutenção das principais visadas e perspectivas dos monumentos e conjuntos urbanos, a partir dos mirantes e eixos de visadas, constituem critério para a análise dos projetos e definição das diretrizes de intervenção"; o Art.90, que discorre sobre o sistema viário da ZPE, ratificando que "Deverão ser mantidos o sistema construtivo e a permeabilidade do revestimento do sistema viário"; e talvez o Art. 118, que informa que "Os letreiros e placas luminosas não serão admitidos dentro do perímetro da ZPE", visto que o impacto destes é sentido na paisagem (grifos da autora).

Em relação aos usos, percebe-se que nos Art. 92 e 93 a LPOUS se coloca como favorável à diversidade desses, desde que se compatibilize as demais funções com a função residencial, vista como prioritária. Esta é uma abordagem já reconhecida, não apenas em ambientes de interesse patrimonial, mas nas centralidades como um todo, visto que é a função residencial que garante a estabilidade do espaço mediante variações econômicas e influi até mesmo em aspectos de segurança. Enquanto a presença de usos mais diversificados, como o comércio e os serviços, estimulam um maior fluxo de pessoas em alguns horários específicos, a manutenção do uso residencial garante a circulação de pessoas independentemente dos horários e dias da semana.

Através dos artigos supracitados percebemos que não há nessa lei nenhuma orientação que exija a imutabilidade absoluta do espaço - nem do revestimento específico encontrado hoje no local, nem da divisão espacial atual existente entre calçadas e leito carroçável (o que não significaria uma alteração substancial das características nem do traçado, nem da morfologia), nem do posicionamento dos demais elementos (como postes, lixeiras, etc.) nos logradouros; abrindo brechas para intervenções que poderiam melhorar muito, por exemplo, a acessibilidade e a atratividade geral dos ELUPs ali inseridos.

[82] A LPUOS - Lei Complementar 93/2011, dedica vários artigos à normatização das características das edificações, como os Art. 95 a 116, incluindo especificações de tipos de telhas, esquadrias e pinturas. É importante salientar que como não há um código de obras ou de edificações no município, a LPUOS assume também a função de estabelecer os critérios para as edificações.

4.4.2 O Código de Posturas

Em relação às apropriações nos espaços públicos em si, a legislação mais relevante para nosso estudo é representada pelo Código de Posturas[83]. O Código de Posturas vigente no município foi aprovado em novembro de 1980, um pouco mais de um mês após a data em que o centro histórico foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Sendo esta lei aquela que estabelece as disposições de polícia administrativa, regulando o uso do espaço urbano e visando proporcionar uma convivência harmônica entre os habitantes da cidade, ela ganha em Ouro Preto também a função de colaborar na preservação de sua ambiência histórica.

Apesar de ser estruturada para evitar o uso inadequado do espaço urbano, e de ter numerosos capítulos versando sobre higiene, coleta de lixo, controle de poluição, entre outros, esta regulamentação, em muitos pontos, infelizmente evidencia o caso clássico de descompasso entre teoria e prática. Ao comparar o texto de alguns artigos com a realidade urbana local, nota-se o quanto a existência desses parece insuficiente para gerenciar alguns conflitos, em especial os que dizem respeito aos impactos ambientais em meio urbano resultantes da ocupação antrópica, que tanto podem afetar a qualidade dos espaços livres de uso público[84]. Podemos citar como exemplo o Título II, que rege a Higiene Pública, cujo Art. 7º afirma que

> Art. 7º É dever da população cooperar com a Prefeitura na conservação e limpeza da cidade, sendo proibidos:
> I. varrer, despejar, atirar ou queimar detritos de qualquer natureza sobre:
> a) leito ou ralo de qualquer via pública;
> b) leito ou margens de rio ou córrego;
> (…)
> IIV. utilizar chafarizes, fontes ou tanques situados em logradouros públicos para lavagem de roupas, animais e objetos de qualquer natureza;
> (…)
> §1º É proibido ainda, praticar ato, construir obra ou realizar serviço, quaisquer que sejam as circunstâncias que:
> a) impeça ou dificulte o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas.
> b) comprometa, por qualquer forma, as condições de potabilidade das águas destinadas ao consumo público ou particular.
> (OURO PRETO, 1980)

Apesar do Código de Posturas apontar como sendo um dever da população a cooperação com a limpeza dos recursos hídricos, vimos no sub-capítulo 4.2 que a cidade ainda possui ruas no centro histórico desprovidas de rede pública de esgoto; não há fiscalização das edificações para

---

[83] Lei Municipal nº178 de 21 de novembro de 1980, que Institui o Código de Posturas de Ouro Preto. (OURO PRETO, 1980).

[84] Como mostrado no sub-capítulo 4.2, muitos dos espaços públicos da ZPE se encontram posicionados às margens de cursos d'água, como é o caso da Praça Prefeito Amadeu Barbosa (Praça da Barra), a Ponte do Pilar, ou ainda o Largo do Marília (Largo do Dirceu). Nestes o contato com os córregos é bem próximo, sendo possível examinar o estado de opacidade da água, bem como sentir seu cheiro, por vezes fétido, o que em muito compromete a utilização destes espaços nos dias quentes

verificar quais estão ligadas ou não à rede existente e, mesmo que as ligações fossem feitas, a cidade não dispõe de uma estação de tratamento destes dejetos. Assim, mesmo que se preserve as ruas e o casario histórico, ao não cuidar efetivamente dos recursos naturais, desestimula-se a ocupação nos espaços públicos que os tangenciam (além de gerar outras consequências, como um grande impacto ambiental para o município e para os outros à jusante destes córregos).

Outra questão interessante de ser discutida é o despejo de objetos de qualquer natureza sobre via pública. Apesar da proibição apontada no artigo supracitado, observa-se que o próprio poder municipal nem sempre colabora muito para que a população possa deixar os espaços públicos limpos. Mesmo com a distribuição recente de coletores plásticos de lixo ao longo das principais vias, vemos que sua capacidade ainda parece aquém da demanda (FIGURA 89) e são poucas as lixeiras públicas em bom estado de conservação (quando existentes) observadas na maioria dos largos e praças[85]. Essa questão do lixo pode ser vista como um outro inibidor do uso dos ELUPs, não apenas pela falta de atratividade dos espaços sujos de forma geral, mas especialmente quando o acúmulo de lixo se dá próximo às áreas assentáveis. De uma certa maneira, a situação ainda poderia ser pior, caso nos espaços públicos se observasse uma maior presença de vendedores de gêneros alimentícios, tipo de consumo que gera uma demanda ainda maior por lixeiras.

Figura 89: Coletor de lixo subdimensionado no Largo do Cinema

Fonte: Foto da autora. Julho de 2017.

No Título III, que rege a "Defesa Estética e Paisagística da Cidade", no capítulo especificamente relativo à Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico vemos que o Art. 76 compreende por intervenção apenas "a execução de obras e instalação de aparelhos e equipamento nas fachadas e quaisquer elementos externos das edificações situadas na Área Histórica" (OURO PRETO, 1980), não incluindo na definição qualquer tipo de modificação que possa ocorrer no espaço público desvinculada das edificações do entorno. Em relação às intervenções nas fachadas, encontramos ainda, no Art.79, a proibição expressa de colocação de letreiros luminosos e

[85] Coletores de lixo são *containers* de maiores dimensões destinados a receber os resíduos sólidos ensacados provenientes das residências e dos demais usos. Lixeiras públicas, por sua vez, são pequenos equipamentos distribuídos ao longo das calçadas, implantados para a conveniência dos pedestres, destinados aos resíduos de pequeno porte não acondicionados.

também de “vitrines dirigidas diretamente para o logradouro público, bem como a instalação de mostruários nas paredes externas” (OURO PRETO, 1980).

Entendemos que essas modificações provavelmente desvirtuariam a ambiência que se deseja preservar no centro histórico, pois são características de épocas mais recentes. Contudo, achamos oportuno lembrar que as vitrines, especialmente, são importantes na manutenção do que chamamos de “fachadas ativas”, sendo elementos que contribuem bastante para a vitalidade das “bordas” dos espaços públicos. Em alguns ELUPs da área de estudo observa-se que alguns comerciantes, no entanto, adotaram como estratégias de comunicação de suas lojas com o exterior a colocação de expositores móveis que ocupam os vãos das antigas portas comerciais, sem realizar nenhum tipo de intervenção definitiva nas fachadas (FIGURA 90).

Figura 90: Vitrine adaptada no Largo do Cinema

Fonte: Foto da autora. Julho de 2017.

Em relação ao espaço público em si, o Art. 79 ainda priva os logradouros do centro histórico da colocação de bancas de jornais e revistas, outros elementos que são geradores de fluxo e de oportunidades de interação, ainda que nos últimos anos tenham diminuído sua atratividade graças ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Vemos também que a colocação de outros elementos, fixos ou móveis, mesmo quando é aparentemente permitida, é extremamente dificultada pelas condições espaciais exigidas para sua instalação e pela compatibilização com as características do sítio. É o caso da ocupação dos passeios por mesas e cadeiras, algo que também pode proporcionar bastante vitalidade ao espaço público. Segundo o Art. 87, já pertencente ao capítulo relativo à Paisagem Urbana, quando existentes, esses mobiliários devem apresentar “boa forma estética” e serem colocados de forma a não dificultar o trânsito nas calçadas, deixando o espaço livre mínimo de passeio de 2,00m[86], algo muito raro de ser encontrado no centro histórico. As mesas também devem estarem distantes de, no mínimo, 1,50m entre si, o que forçadamente dificultaria um grande aproveitamento da calçada por esse tipo de mobiliário.

[86] Entende-se como passeio a parte da calçada destinada exclusivamente à circulação, sendo deste excluídos todos os tipos de equipamentos urbanos, como postes, lixeiras e outros elementos de suporte às redes de infraestrutura.

Através da análise desses artigos, percebe-se que, a princípio, não existe uma indisposição legal com a instalação de mobiliários móveis, amplamente utilizados em centros históricos pelo mundo afora, apenas uma questão de inaplicabilidade graças às características atuais do sistema viário e à exigência da lei em relação à não-obstrução da circulação. Já a utilização de alguns elementos de conforto em relação ao clima e às intempéries, como os toldos e estores engastados nas fachadas, é proibida pelo Art. 101 em todo o município com exceção do Núcleo Urbano de Saramenha, bem distante da ZPE. Não se prevê, no entanto, uma proibição a toldos removíveis, de permanência efêmera, e que não toquem as fachadas, como visto no exemplo do Centro Histórico de Sevilha, na Espanha, ilustrado na Figura 47 do sub-capítulo 4.2.5.

Ainda no capítulo sobre paisagem urbana, vemos que a instalação de alguns tipos de elementos provisórios para a realização de eventos (que também dependem de licença prévia da Prefeitura, segundo o Art.117) é permitida pelo atual Código de Posturas:

> Art. 88. Para a realização de comícios públicos, festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que a Prefeitura o autorize e que sejam observadas as seguintes exigências:
> I. fiquem fora da faixa de rolamento do logradouro público e dos pontos de estrangulamento do tráfego;
> II. não prejudiquem o trânsito de veículos;
> III. não prejudiquem o trânsito de pedestres, quando localizados no passeio;
> IV. não se localizem em áreas ajardinadas;
> (…)
> (OURO PRETO, 1980)

É, de certa forma, curioso observar a preocupação do texto da lei em não perturbar as dinâmicas urbanas durante os eventos interditando o uso das faixas de rolamento para a colocação das instalações, garantindo o livre trânsito de veículos e colocando esta preocupação hierarquicamente acima daquela com o espaço da circulação pedestre. Entretanto, como abordado no sub-capítulo 4.3.5, alguns dos eventos mais tradicionais da cidade, como o Carnaval e a Semana Santa, tem como forte característica a interrupção do trânsito em vários pontos-chave da circulação veicular na ZPE, sem a qual seriam amplamente comprometidos. Aliás, muitos dos eventos que ocorrem na área de estudo prescindem da interrupção parcial e desvio do trânsito, operação atualmente conduzida pela Guarda Municipal[87].

No Art. 89 verifica-se que é permitida a instalação de barracas de área inferior à $6m^2$ durante os eventos, mas que "O licenciamento para liberação de barracas para fins comerciais nos passeios e

[87] No Capítulo 05 apresentaremos a discussão em torno de um polêmico projeto de lei municipal (Projeto de Lei nº02 de 2013) de autoria do vereador Chiquinho de Assis, que propunha o fechamento aos domingos de algumas ruas no centro histórico para a realização de atividades voltadas ao lazer, cultura, entretenimento e comércio.

nos leitos dos logradouros públicos será dado apenas às barracas móveis, nos dias e locais determinados pela Prefeitura" (PMOP, 1980). Esta proibição pode ser interpretada como uma tentativa não de coibição do uso do espaço público, mas como uma medida que visa proteger a ambiência histórica do risco de descaracterização com a inserção de elementos fixos de forma descuidada. Nesse caso, percebe-se a disparidade entre a lei criada nos anos 1980 e a situação contemporânea, pois alguns logradouros da nossa área de estudo contam com exatamente esse tipo de equipamento, como o já diversas vezes mencionado Largo Orlando Trópia e também o Largo do Coimbra.

A oficialização da sedentarização dos antigos *trailers* que ocupavam alguns dos espaços públicos do centro histórico[88], atualmente manifestos na forma de quiosques, é controversa no município. Encontramos opiniões divididas entre as vantagens da presença desses equipamentos para o conforto da população, para a dinamização desses espaços e para a sensação de segurança que muitas vezes esses ajudam a criar, e as desvantagens em relação ao prejuízo estético que esses proporcionam à paisagem e também às questões jurídicas de se permitir a exploração comercial fixa do espaço público por entes privados (especialmente quando não há licitação para tal). A mesma discussão se extende para as barracas que compõem a Feira de Artesanato do Largo do Coimbra (Feirinha de Pedra Sabão), constantemente ameaçada pelo Ministério Público, e que atualmente luta pelo reconhecimento como Patrimônio Imaterial para que possa permanecer naquele logradouro.

Em relação aos ambulantes de produtos alimentícios, atualmente considerados grandes aliados no incentivo à vitalidade dos espaços públicos, podemos encontrar ainda no Título II (referente à Higiene Pública) os artigos Art. 43 e Art. 44 que, felizmente, permitem a exploração do espaço urbano por esses, desde que se submetam ao processo de licenciamento e às normas relativas à higiene e salubridade requeridas. Entretanto, no Título V, que rege a "Localização e Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviço", vemos que essa norma, em seu Art. 159, não considera que esse seja um tipo de comércio ou serviço em caráter permanente, complementar às atividades quotidianas, mas uma atividade temporária e esporádica associada aos eventos:

> §1º Considera-se atividade ambulante ou eventual a exercida:
> a) individualmente, sem estabelecimento, instalação ou localização fixos;
> b) em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião dos festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.
> (OURO PRETO, 1980)

[88] Ocorrida durante as gestões 2005-2008 e 2009-2012 da PMOP.

o Art. 160 ainda limita sua flexibilidade de espacialização ao proibir que estes estacionem "nas vias públicas ou outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura" (OURO PRETO, 1980).

Por fim, vale ressaltar que o Código de Posturas é a lei responsável por regular os horários de funcionamento do comércio (Art. 161 e 162), uso fundamental para o dinamismo do espaço público, fixando-os de 08:00-18:00h nos dias úteis, de 08:00-12:00h aos sábados e estabelecendo que aos domingos e feriados estes deverão permanecer fechados. Contudo, alguns tipos de estabelecimento são autorizados a funcionar em horários especiais, como os varejistas de frutas, legumes e verduras, as padarias, os salões de beleza e as farmácias, entre outros. É interessante destacar que estabelecimentos de serviços alimentícios, como restaurantes e bares, podem funcionar até as 02:00h da manhã, e que, provavelmente em razão da intensa visitação turística, as lojas de artesanato funcionem até às 20:00h. Lembramos que essa variedade de horários de funcionamento é especialmente útil para que hajam fluxos nos espaços públicos fora dos horários comerciais (além de maior luminosidade proveniente desses estabelecimentos), o que aumenta muito a sensação de segurança nesses logradouros.

4.4.3 A Portaria nº312 do IPHAN

Ao voltar nossas atenções para a escala nacional, vemos que a Portaria nº312 tem assumidos como objetivos específicos dispor critérios para a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico tombado de Ouro Preto e regulamentar as intervenções que este eventualmente venha a receber. Esta ainda reitera a responsabilidade do IPHAN, disposta ainda no Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937, de analisar e verificar a possibilidade ou não de aprovação de "todas as intervenções em logradouros públicos, como calçadas, ruas, praças e largos" situados no sítio tombado. Assim, divide diretamente com a Prefeitura Municipal a responsabilidade sobre as intervenções nos espaços livres de uso público objetos desta pesquisa.

Apesar da Portaria nº312 versar sobre a proteção do conjunto urbano, no Título II, ao abordar o tema das intervenções - classificadas por essa normativa como 1) Reformas simplificadas; 2) Obras de reforma, demolições ou construções novas e; 3) Obras de restauração -, vemos que essa se concentra basicamente nas edificações, nunca mencionando o espaço livre, a não ser quando se refere à reforma de passeios. Os espaços públicos são mencionados no Capítulo I do Título IV, que apresenta os parâmetros de preservação para cada sub-área, e coloca como diretrizes para a APE-01 (coincidente com a área que chamamos de centro histórico neste trabalho)

> Art. 22. As intervenções na APE 01 deverão obedecer as seguintes diretrizes:
> I. Manutenção da harmonia de volumetria e orientação espacial das edificações;
> II. Manutenção das tipologias arquitetônicas predominantes, no que diz respeito aos planos e materiais de cobertura, ritmo e proporção de aberturas nas fachadas, cores, gabarito e implantação no lote, sendo recomendada a substituição e/ou adequação de construções incompatíveis com o SÍTIO TOMBADO;
> III. Manutenção da morfologia urbana, principalmente no que se refere ao arruamento, parcelamento do solo, áreas verdes, configuração dos lotes e espaços públicos;
> IV. Garantia da visibilidade e ambiência dos monumentos e seu entorno imediato;
> V. Garantia da reabilitação dos espaços públicos e requalificação da paisagem urbana e natural.
> (BRASIL, 2010, grifo da autora)

Apesar do Art. 22 definir as diretrizes gerais sobre as intervenções na área de nosso recorte espacial, mencionando literalmente os espaços públicos, no resto do capítulo observa-se que quase todos os demais artigos são dirigidos à conservação de elementos específicos das edificações, como as coberturas e as fachadas. Consideramos que esses artigos não deixam de ser relevantes para o espaço público, pois esses elementos conformam seus planos verticais. Apenas um único artigo, o Art. 29, refere-se especificamente ao espaço público existente, dizendo que "Os pavimentos em pedra deverão ser preservados em todas as vias públicas e nos passeios, incluindo os meios-fios" (BRASIL, 2010). Percebe-se que não há, no entanto, menção à preservação dos pisos originais[89], ou mesmo a um tipo de pedra ou paginação específica que deva ser preservada, apenas manteve-se a diretriz de preservação da utilização do material "pedra" em todos os elementos de revestimento do sistema viário.

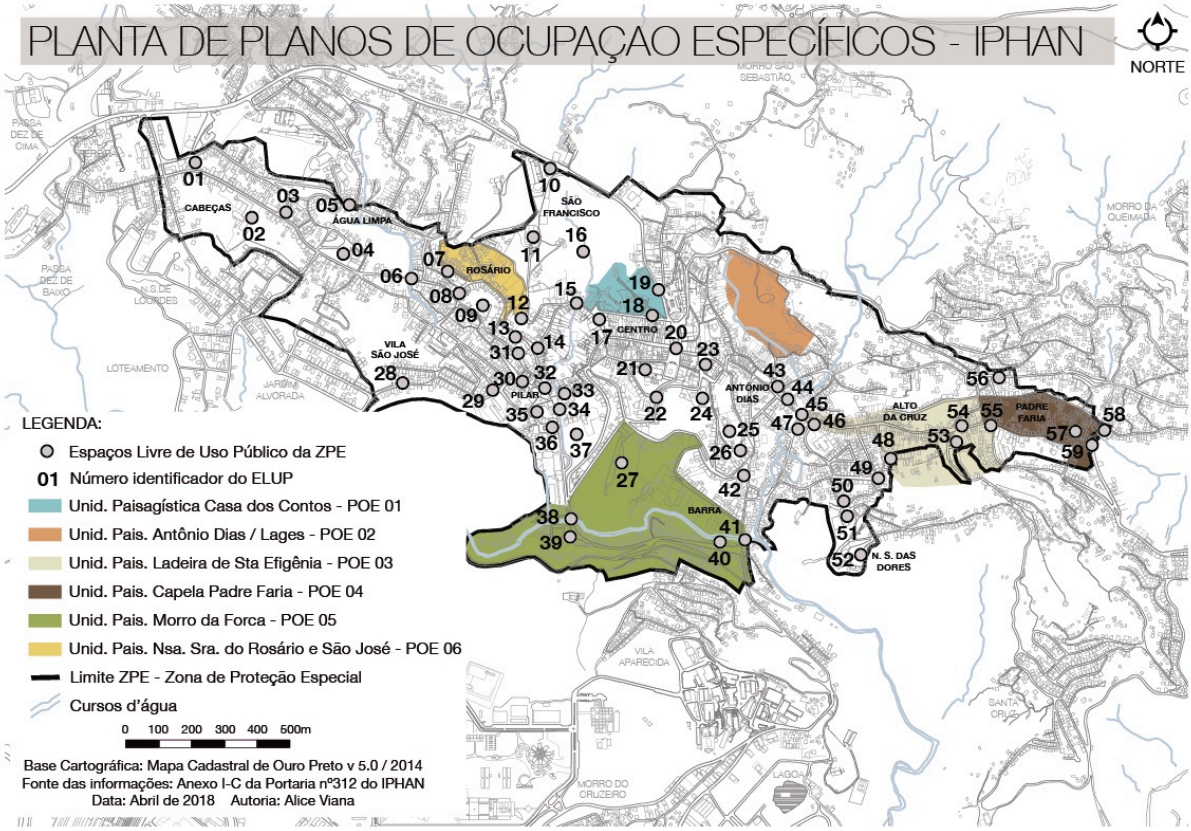
Já o Capítulo V do mesmo título foi inteiramente dedicado ao tema dos espaços públicos e das áreas verdes, independentemente da sub-área de preservação nas quais esses se encontrem inseridos. Nele, o Art. 64 assegura que a gestão do patrimônio cultural dos espaços públicos do sítio tombado será assegurada através das normas de preservação apresentadas na portaria, mas também com a realização de ações de reabilitação desses espaços e de requalificação da paisagem urbana. Em seu parágrafo único define que:

> Ações de reabilitação dos espaços e da paisagem compreendem humanização dos espaços públicos, elaboração de projetos de requalificação paisagística e ambiental, e revalorização arquitetônica dos conjuntos edificados, considerando-se aspectos de usos adequados de volumetria e composição. Intervenções em áreas pontuais, consideradas de relevante interesse paisagístico, serão também contempladas nos Planos de Ocupação Específicos e nas atividades de fiscalização e monitoramento. (BRASIL, 2010)

[89] O que no espaço público é algo difícil de se encontrar quando este passou por uso contínuo ao longo dos anos. Compreende-se a importância da preservação de revestimentos "originais" quando se trata de descoberta arqueológica relevante, quando os saberes em relação às técnicas já se perderam, ou quando os materiais já se encontram extintos. No caso de uma cidade em uso constante, é natural que os revestimentos de piso se desgastem e tenham que ser substituídos com o tempo. No entanto, percebe-se que entre os leigos, e principalmente entre os turistas, há uma certa ilusão de que os revestimentos hoje existentes no sistema viário do Centro Histórico de Ouro Preto realmente sejam originais da era colonial. Muitos acreditam que não há perspectiva de melhoria da acessibilidade porque as instâncias do patrimônio não permitiriam a substituição desses revestimentos ou de quaisquer outras características das vias e demais espaços públicos para assegurar a preservação da ambiência histórica.

Assim, percebemos uma orientação concreta vinda da instituição de patrimônio de âmbito federal, favorável à intervenção nos espaços públicos, assumidamente em prol de sua humanização, ou seja, seu tratamento para que esses não se resumam a espaços urbanos cenarizados, artificializados, e que não respondam às demandas reais da população.

Figura 91: Planta de Planos de Ocupação Específicos da Portaria nº312 do IPHAN



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Podemos observar que as unidades paisagísticas definidas nos Planos de Ocupação Específicos (POE) citados no Art. 64 e ilustrados no mapa no Anexo I-C da Portaria nº312 (FIGURA 91), englobam alguns dos ELUPs que são objetos de estudo nesta pesquisa. São eles o Adro da Igreja das Mercês de Cima e o Largo Orlando Trópia (nº18 e 19), ambos situados no POE 01; o Largo do Marília, a Praça Maestro Pedro Xisto Guilherme, o Adro da Igreja de Santa Efigênia e a Praça Dirceu Alves de Brito (nº 46, 48, 53 e 54), todos situados no POE 03; a Pracinha do Chafariz do Alto da Cruz, a Praça Agostinho Ferreira Guimarães, o Adro da Capela de N.S. das Necessidades e o Adro da Capela do Padre Faria (nº55, 57, 58 e 59), no POE 05; o Morro da Forca, a Ponte do Funil, a Praça Cezário Alvim, a Praça Prefeito Amadeu Barbosa e a Ponte da Barra (nº27, 38, 39, 40 e 41), situados no POE 06 e, finalmente; o Adro da Igreja de N.S. do Rosário e o Adro da Igreja de São José (nº07 e 12), situados no POE 06. No Apêndice deste trabalho encontra-se a descrição do histórico de cada um dos ELUPs da área de estudo, nos quais é possível perceber

que muitos dos espaços públicos pertencentes aos POE foram realmente alvos de intervenções após a publicação da Portaria nº312, apesar de nem todos terem recebido equipamentos que favorecessem, efetivamente, apropriações quotidianas em seus recintos.

No entanto, se o Art. 64 ainda fala sobre ações de reabilitação e requalificação dos espaços públicos de forma um pouco genérica, dois outros artigos do mesmo Capítulo V já são bem mais específicos em relação aos direcionamentos do IPHAN sobre as intervenções nesses equipamentos - os artigos 65 e 66. O Art. 65 recomenda que ao longo dos rios e córregos "deverão ser criadas condições para fruição da paisagem e acesso de pedestres, sendo estimulado o tratamento das áreas e permitida a instalação de equipamentos de apoio ao recreio e lazer" (BRASIL, 2010), desde que os projetos sejam submetidos à apreciação da Prefeitura Municipal e do IPHAN. Assim, novamente assume uma postura favorável à intervenção nos espaços públicos, dessa vez, os lindeiros aos cursos d'água, não apenas reconhecendo nesses os benefícios da exploração de seu caráter bucólico para o lazer passivo, voltado à contemplação e à sociabilização, mas recomendando abertamente o incentivo também ao lazer ativo ao autorizar a instalação de equipamentos voltados à recreação.

O Art. 66, por sua vez, define a horizontalidade preferencial no tratamento dos espaços livres, dizendo que "Os espaços públicos conformados pelas praças e largos públicos deverão ter tratamento marcado pelo realce de grandes superfícies planas, com mobiliário urbano discreto, não se admitindo canteiros de jardins elevados, salvo exceções tecnicamente justificadas." (BRASIL, 2010). Em nossa interpretação, compreendemos que o texto também não apresenta uma postura proibitiva em relação à instalação de novos elementos, desde que esses sejam discretos e que a sua inserção não prejudique o contraste entre a horizontalidade dos planos de piso e a verticalidade dos planos conformados pela massa edificada do casario histórico. O artigo até mesmo admite que possam existir exceções, desde que devidamente justificadas, para a inserção de elementos paisagísticos exóticos ao padrão existente, como os canteiros ajardinados.

Após a análise dessas três principais normativas, percebemos que, ao contrário do que se poderia imaginar, o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto não implica (ao menos em seus aspectos legais) em um congelamento absoluto da paisagem. Assim, apesar da condição histórica impôr algumas restrições, concluímos que não há um motivo legal que impeça os espaços públicos de receberem atualizações que favoreçam seu uso pela população. Ao contrário, tanto na esfera municipal, quanto na federal, há incentivos à intervenções que possam qualificar esses espaços, auxiliando assim na própria salvaguarda do centro histórico.

Para facilitar a compreensão das posturas adotadas tanto pela PMOP, quanto pelo IPHAN, sistematizamos as principais restrições e permissões expressas nas normativas supracitadas no Quadro 3.

Quadro 3: Condicionantes legais para intervenções nos ELUPs da ZPE de O. P.

Tópico	Determinações das normas legais	Comentário
Aspectos gerais	Recomendação da manutenção das características da morfologia urbana e dos traçados dos logradouros e dos espaços públicos de reunião e encontro. (LPOUS, Art. 84 e Portaria nº312, Art.22) Recomendação da manutenção das principais visadas e perspectivas dos monumentos e conjuntos urbanos, a partir dos mirantes e eixos de visadas. (LPOUS, Art. 89 e Portaria nº312, Art.22) Defesa da humanização dos ELUPs através de projetos de requalificação paisagística e ambiental e intervenção em áreas pontuais. (Portaria nº312, Art.64)	As normas não determinam especificamente quais são as características do traçado e dos espaços públicos a serem mantidas, o que deixa margem ao questionamento da possibilidade de mudança na divisão interna dos logradouros (desenho que define o que é calçada e o que é leito carroçável).
Revestimentos de piso	Indicação da obrigatoriedade da manutenção do sistema construtivo e da permeabilidade do revestimento do sistema viário. (LPOUS, Art. 90) Obrigatoriedade da preservação dos pavimentos em pedra em todas as vias públicas, incluindo os meios-fios. (Portaria nº312, Art. 29)	O sistema construtivo hoje utilizado no centro histórico é o assentamento de pedras sobre uma base de agregados miúdos, com juntas permeáveis. Nos leitos carroçáveis encontramos calçamentos utilizando paralelepípedos, calçamentos do tipo pé-de-moleque ou de seixos. O tipo de pedra geralmente utilizada é o gnaisse ou o granito; já nas calçadas são utilizadas pedras do tipo "lajjão", em grande maioria utilizando o Quartzito Ouro Preto - pedra abundante na região. Não há restrições expressas quanto à mudança de tipo de pedra ou da forma como essa se encontra disposta (paginação).
Fachadas ativas	É proibida a colocação de vitrines e mostruários diretamente dirigidos ao logradouro público. (Código de Posturas, Art. 79)	Alguns comerciantes já descobriram formas de criar vitrines que não alterem as fachadas das edificações, utilizando para tanto os mesmos vãos das portas de madeira ou expositores móveis que são guardados no interior das lojas ao cair da noite.

Tópico	Determinações das normas legais	Comentário
Instalação de mobiliários fixos	É proibida a instalação de bancas de jornal e revistas. (Código de Posturas, Art. 79) É proibida a instalação de estores e toldos nas fachadas das edificações. (Código de Posturas, Art. 101) É recomendada a instalação de equipamentos de apoio ao recreio e lazer nas áreas contíguas aos cursos d'água. (Portaria nº312, Art.65) É exigido que os mobiliários sejam discretos. (Portaria nº312, Art.66) É proibida a construção de canteiros elevados. (Portaria nº312, Art.66)	Percebe-se que existe certo descompasso (mas não conflito) entre o Código de Posturas, de visão mais conservadora, e a Portaria nº312, que não só aceita a inserção de mobiliários fixos nos espaços públicos, como incentiva também os equipamentos voltados ao lazer e à recreação em alguns pontos do sítio tombado.
Colocação de mobiliários e outras estruturas móveis	É permitida a colocação de mesas e cadeiras nas calçadas desde que mantenham 2,00m de passeio desobstruído. (Código de Posturas, Art. 87) É permitida a instalação de coretos e palanques provisórios em eventos desde que não prejudiquem o trânsito de veículos ou de pedestres. (Código de Posturas, Art. 88) É permitida a instalação de barracas móveis com área inferior a 6m^2. (Código de Posturas, Art. 89)	Apesar da permissão para a colocação de mesas e cadeiras nas calçadas, o desenho atual da maior parte dos logradouros dificulta muito a concretização dessa ação. Caso houvesse uma modificação na proporção calçada/leito carroçável, conferindo menor espaço à circulação veicular e maior conforto aos pedestres, muitos largos e praças poderiam contar com mobiliários móveis distribuídos ao longo desses ELUPs.
Comércio ou serviço ambulante	Vendedores eventuais e ambulantes de gêneros alimentícios e outros são permitidos, porém há proibição de que estacionem "nas vias públicas ou outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura". (Código de Posturas, Art. 43, 44, 159 e 160)	Nesse ponto o Código de Posturas se mostra um pouco ultrapassado, pois desconsidera a presença do ambulante como um ator complementar ao comércio fixo, colaborando na vitalidade e na segurança quotidiana dos espaços públicos. O nomadismo desses permite que possam atender a várias demandas no centro histórico, acompanhando melhor a programação que o sistema de ELUPs possa vir a ter.
Elementos visuais do entorno	São proibidos os letreiros e placas luminosas no perímetro da Área Histórica/ZPE. (Código de Posturas, Art. 79 e LPOUS, Art 118) É proibida a utilização de engenhos publicitários luminosos. A norma detalha bastante que tipos de outros engenhos podem ser utilizados. (Portaria nº312, Anexo III, Art. 5º, 6º e 7º)	O incentivo na conservação dos elementos arquitetônicos dos imóveis do entorno e a proteção desses da eventual descaracterização provocada por engenhos publicitários garante a unicidade da paisagem construída.
Fonte: OURO PRETO, 1980; OURO PRETO, 2011 e; IPHAN, 2010.		

Podemos perceber que não existem grandes contrastes entre as três normativas no tocante à visão de preservação. Não foram identificados conflitos, apenas posturas mais ou menos conservadoras. Observamos que o Código de Posturas, talvez por ser o tipo de norma que mais influa sobre a utilização do espaço público, é aquele que impõe mais restrições às intervenções no espaço histórico. Ainda sim, podemos perceber que esse permite a transformação relativa do espaço percebido e vivido através da disposição de mobiliários móveis. Talvez sua postura mais conservadora se deva, igualmente, à sua data de promulgação, trinta anos anterior à Portaria

nº312 do IPHAN. Consideramos que seria interessante que essa passasse por um processo de revisão visando melhor adequar as normas estabelecidas às realidades no século XXI.

Como conclusão geral sobre o sistema de espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, podemos, através das análises apresentadas, perceber que: 1) trata-se de um sistema denso e diverso, cujos espaços são mais caracterizados por pequenas áreas distribuídas ao longo dos principais percursos pedestres; 2) são mais numerosos na centralidade principal e em alguns subcentros, nos quais se encontram concentrados usos mais diversos, atrações turísticas e demais geradores de fluxo; 3) são menos numerosos nas áreas mais periféricas da ZPE, sobretudo em alguns setores censitários nos quais há uma pressão considerável por equipamentos de vizinhança (maior presença de crianças, adolescentes e idosos); 4) muitos deles são favorecidos pela beleza das paisagens naturais e culturais circundantes, o que lhes confere bastante atratividade; 5) o uso quotidiano de muitos deles é dificultado pela falta de maiores condições de apropriação (mobiliários e outros equipamentos) e pela falta de proteção a algumas características climáticas do sítio; 6) a maioria dos espaços é atingida por algum problema relativo à mobilidade (dificuldade de acesso, de caminhabilidade, conflito com os veículos) e; 7) os largos e praças mais centrais e mais dinâmicos são frequentemente utilizados para eventos de grande importância, o que requer flexibilidade espacial para que adaptações diversas sejam feitas.

Assim, compreendemos que para que esse sistema melhor se adequasse às necessidades contemporâneas, tanto da população local, quanto da flutuante, seria interessante que passasse por uma série de intervenções que possibilitassem um maior número e variedade de apropriações. Vimos no capítulo passado que as cartas patrimoniais nacionais e internacionais não se opõem à intervenções nos centros históricos, desde que empreendidas com responsabilidade e sensibilidade às riquezas dos bens protegidos. Vimos também que as normativas que incidem sobre o Centro Histórico de Ouro Preto colocam algumas restrições à intervenção e uso do espaço público na área tombada, mas não são avessas a transformações, compreendendo sua necessidade para que esse centro continue vivo e representativo para sua população.

Tendo já discorrido no Capítulo 2 sobre os tipos de função hoje atribuídas aos espaços livres de uso público e sobre os tipos de elementos capazes de propiciar o exercício dessas funções, nos resta investigar melhor o contexto histórico dos componentes do sistema de espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto para que possamos compreender as limitações de intervenção as quais possam estar sujeitas, evitando sua descaracterização. Nos dedicaremos à essa investigação no próximo capítulo, no qual avaliaremos o real peso da era colonial, e das demais subsequentes, na produção dos espaços públicos da área de estudo.

5 ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DENSO E DIVERSO

Como previamente apresentado, vemos que o Centro Histórico de Ouro Preto configura-se talvez como o mais importante núcleo histórico do país, sendo o primeiro a ser reconhecido como monumento nacional, o primeiro a ser tombado pelo IPHAN e o primeiro conjunto urbano brasileiro a ser reconhecido como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO. Em seu tecido observamos um número expressivo de espaços públicos, dos quais é possível não apenas contemplar o conjunto do casario e os monumentos culturais, mas também as belezas da paisagem natural que compõem o entorno do sítio.

A presença de grande densidade de espaços públicos na malha urbana é uma característica comum a centros históricos de origens pré-industriais, nos quais predominavam as distâncias percorríveis à pé, o que favorecia a articulação de sistemas de áreas livres bem integradas. No caso de Ouro Preto, ela também é um reflexo da acumulação da produção de diferentes tipos de espaços públicos ao longo de seus quase 320 anos de idade. Observamos, no entanto, que essa densidade não é o suficiente para garantir que os espaços públicos integrantes desse sistema sejam hoje bem apropriados pela população local, ou mesmo flutuante. Vemos que no quotidiano esses parecem pouco utilizados como espaços de lazer e encontro, ainda que transbordem de vitalidade durante os eventos do calendário anual da cidade. Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa observamos que, no quotidiano, muitos desses parecem funcionar apenas como espaços de passagem e estacionamento de veículos, além de dar suporte a momentos muito curtos de sociabilização, e que, aparentemente, nenhuma outra função lhes é atribuída, apesar de todo o seu potencial para receber mais atividades.

Observamos igualmente que a diversidade de origens temporais fez com que esses espaços fossem dotados de elementos compositivos muito diferentes entre si, pois foram criados em épocas nas quais os usos ali observados e as demandas da população em relação a eles eram também muito diferentes. A disparidade entre as demandas das sociedades passadas e as demandas da sociedade contemporânea nos fazem questionar se esses espaços não seriam melhor apropriados caso passassem por um respeitoso processo de reabilitação, propondo intervenções que, como demandam as cartas patrimoniais e as normas legais vigentes, garantissem a essência de suas características originais. No entanto, para isso seria necessário conhecer tais características através de uma investigação da história da área de estudo, da história

de cada um dos espaços públicos nela presentes, e da história dos tipos de espaços públicos que compõem o sistema.

Uma das hipóteses levantadas originalmente neste trabalho para a tímida apropriação dos espaços públicos existentes no Centro Histórico de Ouro Preto era a de que a falta de atratividade desses espaços se devia à incompatibilidade dos espaços públicos de origens mais antigas em acomodar atividades de lazer mais características da cultura contemporânea. Assim, desejou-se compreender a estruturação do sistema de espaços livres de uso público hoje presente no centro histórico ao longo do tempo, verificando se nele existe realmente uma predominância de paisagens e ambiências produzidas durante a fase Brasil-Colônia e Brasil-Império em relação aos períodos mais recentes, ou se os integrantes do sistema apresentavam origens mais heterogêneas, fazendo com que a falta de vitalidade quotidiana se devesse a outros fatores dissociados da condição histórica. Para tanto desenvolvemos uma análise da evolução desse sistema desde os primeiros anos de ocupação da área de estudo até o ano de 2018, no qual encerrou-se o momento de levantamento de informações para esta pesquisa.

Consideramos igualmente importante analisar as principais transformações pelas quais esses espaços públicos passaram, desde sua primeira utilização como espaços de encontro até os dias atuais, na busca de se compreender de que forma esses já foram submetidos a adaptações para atender às demandas das sociedades de diferentes épocas passadas. Ao detectar a existência ou não de certa flexibilidade morfológico-funcional desses ambientes ao longo do tempo, pudemos analisar com um melhor distanciamento a aparente (ou hipotética) imutabilidade atribuída a eles pela condição histórico-patrimonial. Essa ação nos permitiu relativizar alguns argumentos de tendências mais conservacionistas que muitas vezes impedem que novas adaptações sejam feitas a esses espaços. Pudemos concluir, em muitos dos espaços públicos observados, que suas paisagens hoje raramente são puristas, reflexos de uma só época passada, mas que essas se aproximam mais do tipo palimpsesto, ou seja, refletem um acúmulo de contribuições de várias épocas.

Outra hipótese levantada era a de que alguns dos espaços livres detectados no sistema talvez nunca tivessem guardado um significado muito relevante para a sociedade local, tendo sempre funcionado mais como elementos de circulação do que como espaços de verdadeira permanência e desfrute do ambiente urbano. Assim, considerou-se necessária a realização de um levantamento mais aprofundado sobre a história de Ouro Preto, buscando compreender quais eram os costumes das sociedades dos tempos passados e como esses se manifestavam nos espaços públicos da cidade. Tentamos identificar quais hábitos e costumes antigos são ainda

manifestos nos espaços públicos, quais passaram por processos de transformação e quais desapareceram por completo, dando lugar a novas formas de ocupação do espaço e das horas ociosas da população.

5.1 Processo metodológico de datação dos espaços públicos

Para analisar a evolução do sistema de espaços públicos da área de estudo, consideramos necessário, como ponto de partida, realizar uma identificação das datas aproximadas nas quais esses espaços livres começaram a ser reconhecidos e utilizados pela população local de tempos passados como espaços de lazer, encontro e sociabilização. No entanto, não foi encontrada em nenhuma referência bibliográfica ou base de dados consultada, oficial ou extra-oficial, uma relação dos espaços públicos existentes no Centro Histórico de Ouro Preto com uma datação de seus surgimentos. Esse foi, talvez, o principal desafio para a elaboração do presente trabalho, pois nos registros históricos encontramos informações sobre os pedidos de aforamento, listas de tombamento, documentos sobre arrematação de obras, entre outros - todos referentes à edificações, mas muito pouco sobre os ambientes não edificados de uso público. Assim, compreendemos que o empreendimento dessa tarefa talvez pudesse ser a mais valiosa contribuição deste trabalho ao avanço dos estudos sobre os espaços públicos de Ouro Preto, levantando também mais questionamentos sobre a forma de organização dos sistemas de espaços públicos das cidades coloniais brasileiras.

Tendo aceitado este desafio, o primeiro passo foi estabelecer quais seriam os parâmetros a serem considerados na datação a ser efetuada, pois alguns dos espaços públicos hoje presentes em nossa área de estudo aparentam já terem passado por muitas configurações diferentes, e até mesmo o início de sua utilização como espaço de encontro é de difícil precisão, tamanha é a insuficiência de dados sobre o assunto. Compreendendo que uma absoluta precisão talvez não nos fosse necessária para tecer as análises finais sobre a evolução do sistema de espaços públicos, optamos por agir da seguinte maneira:

1) Em relação aos adros, adotamos como marco de surgimento a data de construção das primeiras capelas naquele mesmo espaço - datas que já foram exploradas em obras clássicas, como a de Sylvio de Vasconcellos (1956) e também revisadas em pesquisas mais recentes, como a de Rafael Machado (2011) e a de Liliane Vieira (2016). Muitas datas também se encontram disponíveis na seção dos Livros de Tombo do portal digital do Arquivo Noronha Santos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ANS/IPHAN)[1].

[1] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans/>. Acesso em: 05 jan. 2018.

Ao pesquisar sobre a história dos templos, verificamos que muitos dos que se encontram em nossa área de estudo são reconstruções de edificações religiosas pré-existentes naquelas mesmas áreas, templos primitivos erigidos no início da ocupação daquelas regiões. Observamos que essas reconstruções ratificavam a importância e a consolidação daqueles locais como centralidades, e aparentemente eram empreendidas por três motivos além da fragilidade das primeiras estruturas: 1) a necessidade de ampliação do templo para abrigar uma população cada vez maior; 2) graças à maior disponibilidade de recursos que as comunidades foram alcançando conforme o assentamento foi se desenvolvendo, conjugada à vontade de se imprimir aos templos mais riqueza; ou 3) porque as antigas edificações foram assumidas por outras irmandades, desejosas de expressar nesses espaços novos ares, mais condizentes com a sua devoção.

Os terrenos escolhidos para a construção desses templos foram, desde os primeiros momentos, submetidos a critérios cuidadosos, como sendo os de melhor posicionamento na paisagem e de melhor articulação para o serviço das comunidades. Assim, percebemos que poucos foram os templos que desapareceram por completo, ou que abandonaram suas instalações em um local para se reerguer em outro. Desta forma, concluímos que, desde a construção das numerosas capelas primitivas ainda no Período Colonial, estes vazios vem sendo utilizados como espaços de encontro de forma ininterrupta, tendo grande significado histórico. Suas áreas e formas, entretanto, podem ter se mantido quase idênticas ao longo dos anos, ou terem sofrido intervenções significativas, principalmente decorrentes de transformações na malha urbana. Assim, alguns adros foram cercados para proteger seus recintos da circulação automotiva e da ocasional depredação, outros perderam parte de sua área ao verem seus entornos serem edificados, outros ainda cederam espaços para a abertura de vias, ou foram desmembrados em adro (espaço sagrado) e largo (espaço profano, dedicado à circulação e às trocas comerciais).

2) Os largos, as praças e os mirantes foram espaços que nos trouxeram maior dificuldade em lhes conferir uma data mais precisa de surgimento, pois, diferentemente dos adros, a origem desses nem sempre foi ligada à construção de uma edificação específica. Muitos desses espaços não dispõem de marcos edificados em seus entornos imediatos que tenham sido efetivamente datados, facilitando nossa orientação em relação à sua primeira ocupação como espaço de encontro. Assim, para sua datação, tomamos como referência uma variedade maior de fontes, tanto primárias quanto secundárias, envolvendo mapas, fotos, gravuras, desenhos e pinturas, documentos oficiais, livros, artigos e jornais.

Como principais fontes cartográficas utilizadas, destacam-os seguintes mapas históricos e recentes:

- o *Mappa de Villa Rica*, de data aproximada como sendo de 1775-1800[2], reproduzida na obra de Nestor Goulart Reis (2000);

- a *Planta de Villa Rica de N.S. do Pillar*, datada como sendo de 1800 (data aproximada), disponível no Acervo Cartográfico do Arquivo Público Mineiro[3];

- a *Planta Topographica do Ouro Preto*, de 1862, de autoria de Henrique Gerber, disponível em seu livro Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Gerais, reeditado pela FJP em 2013;

- a *Planta da cidade de Ouro Preto organisada[4] por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa presidente da Província*, de 1888, de autoria de Wilhelm Brosenius, disponível no Acervo Digital Cartográfico da Biblioteca Nacional[5];

- o *Plano da Sesmaria e da Cidade de Ouro Preto* de 1904, de autoria desconhecida, disponível no Acervo Cartográfico do Arquivo Público Mineiro[6];

- O *Mapa do Município de Ouro Preto* de 1939[7], reproduzido na tese de Liliane de Castro Vieira (2016);

- O conjunto de mapas temáticos de Ouro Preto desenvolvidos entre 1972 e 1975 pela Fundação João Pinheiro em seu Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana (1975).

- O Mapa Cadastral do Município na versão 5.0 de 2014, que nos foi cedido em formato digital em 2015 pela Secretaria de Obras e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

---

[2] Cujo original se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército.

[3] Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=153>. Acesso em: 29 set. 2017.

[4] Grafia original, como presente na fonte.

[5] Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542317/cart542317.jpg>. Acesso em: 29 set. 2107.

[6] Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=365>. Acesso em: 29 set. 2017.

[7] Cujo original se encontra sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

Esses mapas foram as melhores fontes cartográficas encontradas e, mesmo que tenham sido produzidos em intervalos muito irregulares, foram essenciais na identificação de, ao menos, em quais períodos históricos muitos dos espaços públicos foram criados. Desta maneira, ao comparar a evolução do traçado viário entre um mapa e outro, nos foi possível identificar o surgimento de vias secundárias a antigos caminhos importantes que proporcionaram a criação de largos, ou um ajustamento da largura de vias após a decisão por um novo alinhamento, ou mesmo a instalação de um equipamento público, como os chafarizes, fazendo com que alguns vazios urbanos pudessem proporcionar não apenas circulação, mas também outras formas de apropriação, dando outra significação a esses espaços. Percebemos que alguns espaços públicos apresentaram-se de formas diferentes em alguns mapas, indicando suas transformações ao passar dos anos. Contudo, algumas informações em certos mapas foram desprezadas, pois assumiu-se que a diferença no aspecto de alguns espaços públicos entre um mapa e outro muito provavelmente foi resultante de uma representação gráfica menos detalhada ou cuidadosa[8].

Como principais fontes iconográficas utilizadas destacaram-se:

- o Fundo da Secretaria da Agricultura, o Fundo Demerval José Pimenta, o Fundo Arthur da Silva Bernardes, a Coleção Municípios Mineiros, a Coleção Tipografia Guimarães, a Coleção Nelson Coelho de Senna, entre outras coleções, das quais utilizamos dezenas de fotografias, todas disponíveis no Acervo Iconográfico Digital do Arquivo Público Mineiro[9];

- o Acervo Iconográfico Digital da Biblioteca Nacional[10] e a Coleção Dona Teresa Cristina Maria, disponível no acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional[11];

- o Acervo Digital do IPHAN[12];

- o Acervo da Brasiliana Fotográfica Digital, uma iniciativa conjunta da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles[13];

---

8 Resultado de diferentes intenções representativas ou mesmo de dificuldades técnicas que foram superadas nas produções posteriores.

9 Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/>. Acesso em: 27 set. 2017.

10 Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 27 set. 2017.

11 Disponível em: <http://catcrd.bn.br/scripts/odwp102k.dll?search=ausente_pr:ausente>. Acesso em: 05 jan. 2018.

12 Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover>. Acesso em: 27 set. 2017.

13 Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/>. Acesso em: 27 set. 2017.

- o Acervo Luiz Fontana, disponível em formato digital na biblioteca do IFAC (Instituto de Filosofia, Arte e Cultura) da UFOP;

- o Acervo Iconográfico do Museu Casa Guignard[14];

- o Acervo Iconográfico da Biblioteca do IBGE[15];

- o Acervo Iconográfico do Museu da Independência;

- o Acervo Digital da Wikimedia Commons[16];

- Alguns acervos pessoais de famílias ouropretanas.

Muitas fotos antigas encontradas nos acervos supracitados nos permitiram não apenas vislumbrar as transformações pelas quais alguns espaços públicos passaram ao longo dos anos, mas também comprovar a existência de algumas atividades e elementos que já desapareceram. Percebemos que esses elementos, em alguns casos, foram se extinguindo naturalmente com as mudanças de costumes; mas alguns parecem ter sido removidos ou inibidos graças a fortes pressões para a acomodação de novas práticas, como a valorização dos monumentos coloniais ou mesmo a passagem e estacionamento de veículos automotores.

Como principais fontes impressas utilizamos relatos de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no século XIX, como as obras de John Mawe (1816), de Hippolyte Taunay e Ferdinand Denis (1822), de Auguste de Saint-Hilaire (1830), de George Gardner (1846) e de Richard Burton (1869). Esses relatos foram cruciais na identificação da relevância (ou irrelevância) dos adros, largos, praças e parques nas práticas sociais locais do século XIX, assim como na percepção da ambiência dos principais espaços públicos da época segundo o olhar de estrangeiros vindo de países nos quais a cultura dos espaços públicos já estava bem estabelecida. Segundo suas diferentes origens, formações, interesses e experiências, percebemos que alguns criticaram a falta de regularidade das praças; outros questionaram a falta de locais de encontro e discussão, principalmente a existência de cafés e *cabinets* literários (que, ainda que fossem espaços fechados e privados, faziam parte de um conjunto de usos capazes de movimentar o espaço

---

[14] Parcialmente disponível em: <http://www.museuguignard.mg.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=14>. Acesso em: 05 jan. 2018.

[15] Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 jan. 2018.

[16] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page>. Acesso em: 05 jan. 2018.

público adjacente a eles). Outros se mostraram bastante sensibilizados com a beleza do sítio, ainda que revelassem um certo desprezo pelas condições gerais de urbanização da cidade. Assim, ainda que os relatos fossem carregados de impressões subjetivas, eles nos auxiliaram a identificar informações históricas relevantes a respeito dos espaços públicos da área de estudo.

Outras fontes muito importantes de informação - talvez as mais relevantes no mapeamento do uso dos espaços em épocas passadas, foram os jornais locais dos períodos analisados, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional[17], e também na Coleção de Jornais Mineiros do Século XIX do Arquivo Público Mineiro[18]. Dentre eles, nos foram especialmente úteis algumas edições do *O Universal* (1825-1842), do *O Bom Senso* (1852-1856), do *A Província de Minas: Órgão do Partido Conservador* (1884-1887), do *O Jornal de Minas* (1890-1891), do *O Estado de Minas Geraes* (1891-1897), do *Minas Geraes: Orgam Official dos Poderes do Estado* (1892-1900), da *Tribuna de Ouro Preto* (1945-1947), do *Jornal de Ouro Preto* (1982), entre outros. Nesses jornais encontramos referências a vários dos espaços públicos analisados, comprovando sua existência nas diferentes épocas de publicação desses, possibilitando-nos compreender os usos a que se prestavam e a relevância desses no quotidiano das sociedades do passado. Também encontramos interessantes referências a nomes obsoletos, a reformas empreendidas e a planos de criação de passeios públicos e jardins que não se concretizaram, mas que comprovam os anseios da população de épocas passadas em relação à produção de mais espaços públicos na área de estudo, assim como à sua diversificação.

Assim como na datação dos adros, também utilizamos as preciosas informações dos Livros de Tombo, disponíveis no site do Arquivo Noronha Santos, do IPHAN; alguns documentos antigos da Câmara Municipal de Ouro Preto disponíveis no site do Arquivo Público Mineiro (CMOP/APM)[19] e de documentos presentes no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto; assim como outros documentos e obras que dispunham de registros da época de construção dos chafarizes e outros marcos presentes em alguns largos, como o *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana* da FJP (1975).

---

[17] Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 05 jan. 2018.

[18] Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0>. Acesso em: 05 jan. 2018.

[19] Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmop/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0>. Acesso em: 05 jan. 2018.

3) A datação dos parques foi a mais simples, não apenas porque existe um único parque na área de estudo, mas também porque a criação deste se deu já no século XXI, tendo sido perfeitamente documentada. Não encontramos referências a nenhum outro parque que tenha existido na área de estudo anteriormente a este, com a exceção dos antecessores deste tipo de equipamento - o Horto Botânico de Vila Rica (área onde hoje se encontra a porção norte do Parque Natural Municipal Horto dos Contos) e o Jardim Botânico de Ouro Preto (extinto ainda no séc. XIX, cujo terreno já foi fracionado, sendo parte deste doada à também já extinta FEBEM).

4) A datação das pontes atualmente visíveis no centro histórico também não ofereceu nenhuma dificuldade, pois são numerosas as referências as suas construções nos documentos da CMOP disponíveis no Arquivo Público Mineiro e também no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Essas também se encontram compiladas em algumas obras impressas, como no artigo de Pedro Telles (2000), publicado no nº407 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e também nos artigos intitulados Reminiscencias de Villa Rica, de autoria de Teófilo Feu de Carvalho, publicados na Revista do Arquivo Público Mineiro nos anos 1920, disponíveis também no APM[20]. É importante relembrar, entretanto, que as pontes atuais não foram as primeiras a serem edificadas na área de estudo mas, muito provavelmente, foram as primeiras a receberem estruturas (bancos, muretas assentáveis) que favorecessem sua apropriação como espaço de encontro e sociabilização.

Após a pesquisa do histórico de cada um dos 59 espaços públicos identificados na área de estudo e a análise de suas características, optou-se por dividi-los em quatro períodos segundo suas possíveis origens[21]. Assim, todos os espaços criados em data anterior a 1822 foram considerados dentro de um mesmo grupo - o Período Colonial; todos aqueles compreendidos entre 1822 e 1889 foram agrupados no chamado Período Imperial; todos produzidos a partir de 1890 até 1979 foram concentrados no Período Republicano; e todos produzidos a partir de 1980, data de reconhecimento do sítio pela UNESCO, foram classificados como pertencentes ao chamado Período Turístico.

Observa-se que nessa classificação tomamos como marcos-limite dos períodos analisados acontecimentos de diferentes naturezas, ora sendo mudanças de regime político (Colônia para

---

[20] Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=694>. Acesso em: 05 jan. 2018.

[21] Apesar de termos conseguido levantar muitas informações sobre a história dos espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, infelizmente, não foi encontrado nenhum mapa anterior ao final do século XVIII, o que limitou a datação de alguns espaços que possam ter surgido em datas anteriores a essa. Esse fato, associado à grande dificuldade em compreender a caligrafia presente em muitos documentos do século XVIII, impuseram certas limitações à pesquisa, e foram definitivos na escolha dos períodos nos quais os espaços públicos seriam agrupados.

Império e Império para República), ora marcos de natureza patrimonial (ainda que frutos também de negociação política) como a inserção do centro histórico na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. É interessante ponderar que esses marcos não refletem, entretanto, apenas questões político-administrativas, pois dizem também respeito à mudanças econômicas, sociais e culturais, de alcance que perpassam as escalas local a internacional e que, como veremos nos sub-capítulos seguintes, impactaram consideravelmente a produção dos espaços públicos na área de estudo. Pudemos observar com essa sistematização que cada um desses períodos ofereceu à cidade a produção de espaços públicos bastante condizentes com o tipo de cultura vigente naqueles momentos, exigindo diferentes tipos de ambiências para as atividades consideradas de lazer e de sociabilização de então, como veremos a seguir.

5.2 Período Colonial

Assume-se que a origem da ocupação do sítio de Ouro Preto remonte ao final do século XVII, mais precisamente a 1698, com a chegada do explorador paulista Antônio Dias de Oliveira e de seu grupo, que ali se instalou dando origem ao primeiro assentamento. A escolha do sítio, incrustado nas montanhas, não teve como justificativa principal facilitar a vigilância do entorno e a proteção em relação aos eventuais inimigos, como era comum em outras localidades da colônia, mas foi motivada pela existência de grandes riquezas minerais. A mineração parecia mesmo a justificativa única para a permanência em um sítio que, além de muito íngreme, era rochoso, frio e úmido, tornando o cultivo e a criação de animais uma tarefa quase impossível[22]. Depois que se espalharam as notícias do sucesso das primeiras explorações, o sítio atraiu grandes migrações, tanto internas à colônia, quanto vindas da própria metrópole, e foi assim crescendo e se complexificando.

Com a chegada de mais exploradores, o desenvolvimento da ocupação do sítio se fez na forma de múltiplos arraiais, pequenas aglomerações de casas ainda muito precárias, cujos habitantes estavam quase todos envolvidos na atividade mineradora. Por disposição das leis minerárias do Período Colonial, cada foco de exploração do ouro deveria estar distante um do outro de, pelo menos, meia légua[23], o que explica a estrutura original tão polinucleada da ocupação. Quase todos esses arraiais tinham como edificações principais as capelas erigidas em louvor aos santos de proteção da população local, feitas principalmente em agradecimento à descoberta do ouro. As

---

[22] VASCONCELLOS, 1956.

[23] VASCONCELLOS, 1904; VASCONCELLOS, 1956. A medida de légua no Período Colonial não era muito precisa, variando de 2 a 6km; assim, meia légua corresponderia a aproximadamente de 1 a 3 km. Não sabemos ao certo a localização das primeiras lavras, mas pode-se observar que a distância entre a Matriz do Pilar e a Matriz do Antônio Dias, dois importantes arraiais mineradores do início da ocupação, é de um pouco menos de 1 km, e a entre a Matriz do Antônio Dias e a Capela do Padre Faria, outro arraial minerador, é de um pouco mais de 1km (medidas no percurso da antiga Estrada-tronco através de ferramenta disponível no aplicativo Google Earth Pro).

residências dos habitantes mais influentes (os que detinham a licença de exploração do ouro e seus homens de confiança) iam aos poucos configurando o contingente construído do entorno dos adros dessas capelas, e à medida em que estas povoações iam se consolidando, outras residências iam se derramando pelos caminhos que levavam até os pontos de mineração ou até os demais arraiais[24].

Esses pequenos templos marcavam assim os núcleos desses primeiros povoados coloniais; posteriormente, a maior parte dessas capelas foram reconstruídas e, nos períodos de maior riqueza, algumas foram suplantadas por suntuosas igrejas. Símbolos do Período Colonial, seus adros circundantes ainda são alguns dos principais espaços livres de uso público da cidade.

5.2.1 O papel dos adros

Os adros dos templos religiosos foram, na história de Ouro Preto, assim como na de muitas cidades brasileiras, os primeiros vazios urbanos. Eram espaços tão fundamentais para o convívio da população das cidades antigas que a disponibilidade de terrenos específicos para este fim fazia parte do conjunto de exigências da Igreja Católica para a ereção de suas edificações. Além de área suficiente, as normas de implantação dos templos recomendavam, idealmente para estes, a escolha de um local alto, tanto por razões simbólicas, quanto sanitárias. Observa-se que em um sítio de relevo tão acidentado quanto o de Ouro Preto, não faltaram oportunidades para se colocar as igrejas em pontos de destaque na paisagem, o que conferiu a muitos de seus adros a vocação de serem não apenas locais de oração e de sociabilização, mas também de contemplação. Assim, pode-se perceber que, até os dias atuais, muitos desses adros são frequentados não apenas por seu caráter religioso, mas por serem alguns dos principais mirantes do centro histórico.

> 687 Conforme o direito Canonico, (1) as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acommodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre da humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos, e sordidos, e de casas particulares, e de outras paredes, em distancia que possão andar as Procissões (2) ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer ás festas, e se edifique em lugar povoado, (3) onde estiver o maior numero dos freguezes. (…)
>
> 688 (…) e haverá no ambito, e circunferencia dellas adros, e cemiterios capazes para nelles se enterrarem (14) os defuntos; os quaes adros serão demarcados por nosso (15) Provisor, ou Vigario Geral, como acima fica dito, e os autos (16) desta demarcação se guardarão no nosso Cartorio, e o traslado no Cartorio de cada uma das Igrejas. (VIDE, 1853, p.252-253, grifo da autora.)

[24] MONTE-MOR, 2001a

Segundo essas normas descritas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, texto que regia a Igreja Católica no Brasil-Colônia e também no Brasil-Império, os adros das igrejas eram determinados a serem espaços circundantes aos templos e conectados à cidade; seu destino era de serem espaços complementares às atividades religiosas, e não independentes delas. Suas localizações deveriam coincidir com os espaços mais adensados, para que um número maior de pessoas fossem beneficiadas e para que estas pudessem acessá-los facilmente. A área desses não era, entretanto, possível de ser pré-estabelecida em termos numéricos genéricos, mas deveria ser dimensionada conforme o tamanho da comunidade, para que essa pudesse reunir-se integralmente nestes espaços periodicamente. Portanto, é natural que a presença desses no conjunto urbano seja feita de forma espaçada, e suas formas sejam tão diversas, tendo que se adaptar às condições disponíveis do sítio e também à freguesias[25] de tamanhos diferentes.

Os adros eram assim considerados extensões a céu aberto dos templos, espaços sagrados, mas também espaços funcionais, responsáveis por acolher os fiéis nos momentos anteriores e posteriores às missas, na partida e chegada das procissões, e também por acolher as atividades menos solenes da comunidade, como as quermesses e as festas dos padroeiros, práticas ainda presentes nos dias atuais. Funcionavam como o principal ambiente de convívio de uma sociedade na qual a religião ocupava um lugar muito importante, e cujas festividades ligadas à Igreja fossem, talvez, sua única fonte de lazer público e socialmente aceito[26].

No Período Colonial os demais usos seculares como o comércio, os atos judiciais, e as festividades não-religiosas, eram formalmente proibidos nos adros, inclusive com pena de excomunhão[27]. No entanto, estas sérias proibições parecem não terem sido muito consideradas em nossas cidades na prática, principalmente pela mistura de natureza dos eventos cívicos e religiosos e pela carência de outros espaços coletivos abertos que fossem capazes de reunir grande parte da população. A própria religiosidade brasileira parece ter sido menos rígida, mais displicente e mais leve do que aquela presenciada na metrópole portuguesa. Destas características resultaram adros que tinham por base um aspecto solene e sagrado, mas eram também vistos pela população como espaços do encontro e da festa.

---

[25] Freguesia (ou paróquia) é um termo, já em desuso, bastante utilizado nos tempos coloniais para indicar a comunidade de fiéis (fregueses) que compunham uma mesma paróquia. É assim uma divisão administrativa empregada pelo poder eclesiástico. Sua sede é a igreja matriz, que por sua vez é responsável pela administração das atividades das capelas que fazem parte dos domínios da freguesia. No Período Colonial, esta organização fez com que os arraiais menores fossem polarizados pelos maiores, que se tornaram verdadeiras centralidades. (MACHADO, 2011; MORAES, 2005).

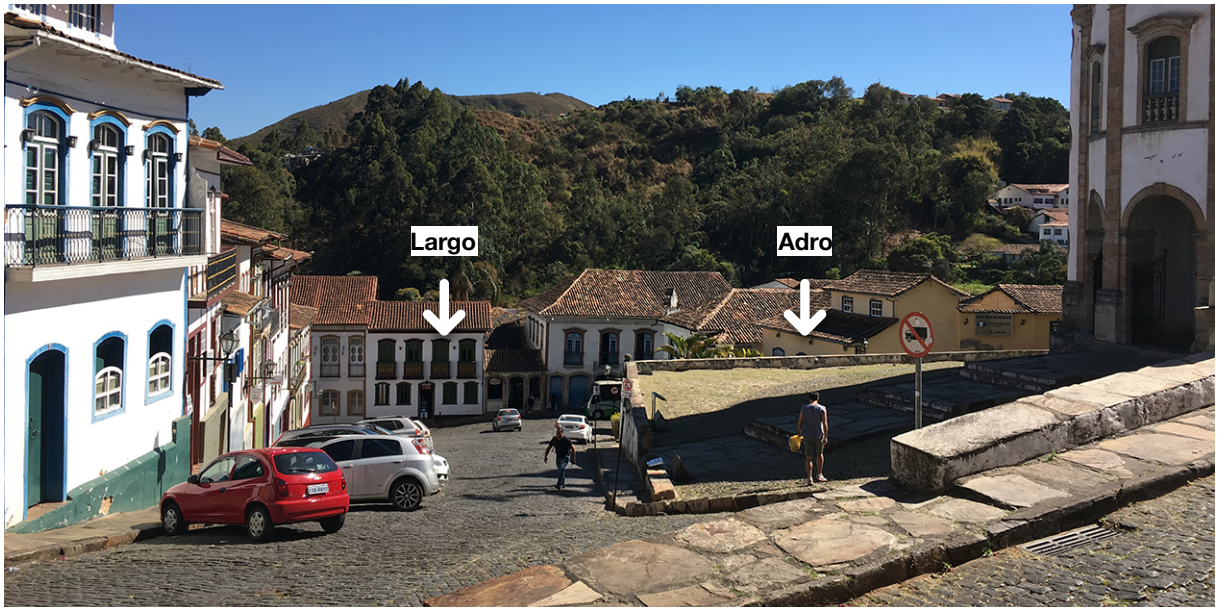
[26] MARX, 1989.

[27] Observa-se que a pena de excomunhão não era algo tão raro assim, sendo designada a uma série de comportamentos mal vistos pela Igreja. Hoje aquilo considerado como um direito, como o fato de um fiel poder assistir a uma procissão da janela de sua residência, era visto como falta gravíssima, podendo a punição ocorrer em forma de excomunhão e/ou multa.

> 738 A Casa de Deos, como elle nos ensina, é casa de Oração (1) e não lugar de negociação. Por tanto conformando-nos com a disposição de direito, mandamos, sob pena de excomunhão maior, e de dez cruzados para a fabrica da Igreja, e accusador, que nas Igrejas, e seus adros, se não fação feiras, ponhão tendas, nem se compre, (2) e venda, ou apregoe cousa alguma, posto que seja para comer, e beber: e que se não fação quaesquer outros contratos, escambos, ou escripturas. (VIDE, 1853, p.267, grifo da autora.)

Alguns autores, como Fábio Robba e Silvio S. Macedo corroboram com a posição de Murillo Marx de que em nossas cidades coloniais havia maior mistura de funções e atividades nos espaços públicos, pois ao redor dos adros muitas vezes eram construídas casas, vendas e até mesmo edifícios administrativos[28], dizendo que "No Brasil, por sua vez, a praça colonial permitia que todas essas funções acontecessem no mesmo logradouro, englobando as atividades sacras e profanas, civis e militares." (ROBBA; MACEDO, 2010). Entretanto, na realidade ouropretana vemos que a implantação dos templos religiosos precedeu a criação da maioria das praças, e seu posicionamento em terrenos bastante acidentados fez com que os adros, em sua grande maioria, tivessem um limite físico bastante tangível, distinguindo-os dos demais espaços livres da cidade mais voltados, por exemplo, à circulação ou ao comércio[29] (FIGURA 92).

Figura 92: Separação clara entre espaços do Largo do Rosário e do Adro do Rosário



Fonte: Foto da autora. Setembro de 2017.

Essa separação física foi um dos grandes responsáveis pela sua sobrevivência ao longo do processo de adensamento da cidade. No entanto, para se compreender a própria natureza das apropriações nos espaços públicos na época colonial é importante lembrar que, no Brasil, os

[28] MARX, 1980.

[29] São exceções o adro da Igreja Matriz do Pilar (formalmente denominado como Praça Monsenhor Castilho Barbosa), no bairro do Pilar, e o adro da Capela de Nossa Senhora das Necessidades, no bairro Padre Faria.

poderes da Igreja e Estado eram um só até o fim do Império, sendo quase indivisíveis no tempo colonial. Sendo assim, os eventos religiosos eram também eventos oficiais, dedicados à figura do rei e de sua família, inclusive sustentados pela administração municipal, como nos mostram vários registros da Câmara de Vila Rica, em solicitações de pagamentos referentes à festas religiosas e também de Aclamação do Rei[30].

A presença nos principais eventos representativos do Estado se fazia obrigatória a todos os cidadãos, servindo como confirmação tanto da devoção à fé católica, quanto da fidelidade à própria Coroa Portuguesa[31]. A falta a cada um dos muitos eventos religiosos do calendário anual das vilas e cidades era notada e punida, com multa e também prisão. Assim, graças à religião adotada por Portugal e imposta às suas colônias, os espaços públicos das cidades brasileiras, praticamente vazios e tediosos no quotidiano, se enchiam de imagens, de festa, de música, de fogos, de respeitos e desrespeitos, provando que naqueles modestos núcleos urbanos, como na Vila Rica setecentista, havia gente e havia vida.

Apesar da obrigatoriedade da presença aos principais eventos, observa-se que as festividades promovidas nos adros (e que muitas vezes se estendiam aos largos e ruas) não chegavam a ser exatamente momentos de inclusão e representatividade democrática. Muito pelo contrário; cada capela ou igreja era comandada por uma irmandade, ou por uma ordem terceira, que refletiam as diferenças socioeconômicas da população. Assim, existiam as irmandades das elites locais, cujos templos muitas vezes eram melhor localizados e cujos ornamentos eram mais ricamente detalhados e mais carregados de ouro e outros materiais preciosos; as irmandades dos cristãos mais pobres e as irmandades negras, ambas de templos mais singelos e de localização mais periférica. Assim, observa-se que em Ouro Preto, algumas igrejas, como a de Nossa Senhora do Pilar[32], a de Nossa Senhora do Carmo e a de São Francisco de Assis eram representativas dos grupos mais favorecidos, cujos adros se integravam melhor aos principais fluxos da cidade. Os templos dedicados à Nossa Senhora do Rosário, tradicionalmente vinculados à irmandades negras (Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Igreja de Santa Efigênia e Capela do Padre Faria) eram, no Período Colonial, aqueles cujos adros polarizavam espaços mais pobres e mais distantes.

---

30 "Solicitação do pagamento de 180 oitavas de ouro, referente às 03 óperas apresentadas na festa de aclamação do rei, no mês de maio". APM/CMOP, Cx. 25 Doc. 11. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmop/brtacervo.php?cid=1423>. Acesso em: 31 ago. 2017.

31 MARX, 1989.

32 Para uma melhor compreensão da localização desses espaços na área de estudo, sugerimos que a leitura desse capítulo seja acompanhada da visualização do mapa de *Identificação dos ELUPs na ZPE da Sede de Ouro Preto* (Fig. 31, pág. 186) e da Tabela 1 - *Espaços Livres de Uso Público no Centro Histórico de Ouro Preto* (pág. 159-160).

As diferenças socioculturais nos espaços públicos da Vila Rica colonial ficavam assim manifestas nos eventos promovidos pelas igrejas em seus adros. Os organizados pelas irmandades de portugueses ou de brasileiros tendiam a reproduzir canções, danças e costumes de origem portuguesa, enquanto os organizados pelas irmandades negras, apesar de serem considerados civilizados graças à conversão dos escravos e dos alforriados à religião católica, eram cheios de referências rituais africanas, mantendo suas heranças culturais[33]. A prática do congado em Ouro Preto, por exemplo, ainda é muito forte, especialmente graças à lenda de Chico Rei, ou Xico Rei, como contada por Diogo de Vasconcellos em sua obra *História Antiga de Minas Geraes* (1904)[34]. Muitas dessas festas ainda fazem parte do calendário anual de eventos da cidade, preservando a tradição religiosa-cultural que se tornou indissociável dos espaços públicos locais (ver Quadro 2, no Capítulo 4, pág. 244).

Assim, vemos que em Ouro Preto a importância dos adros como espaços de sociabilização se manteve estável por muitos anos. No entanto, no início do século XIX, com a proibição do enterro dos fiéis no interior das igrejas e capelas[35], alguns adros, como o da Igreja São José, acabaram cedendo espaço para o estabelecimento de pequenos cemitérios, diminuindo a porção de área livre destinada ao convívio dos "fregueses"[36]. Ao mesmo tempo, outros tipos de espaços públicos foram surgindo, trazendo novos elementos ao espaço urbano e acomodando outras formas de sociabilização.

5.2.2 O surgimento dos largos

Após passados os primeiros anos de exploração do ouro, e sendo percebido que a atividade mineradora poderia ser mais duradoura do que havia sido antes imaginado, observamos que as residências da população que ali havia se sedentarizado foram se afastando dos locais das lavras, e o desenvolvimento do traçado seguiu a tradição das ocupações da América Portuguesa, de instalação em áreas de acentuada declividade, onde os arraiais manifestavam "o cuidado lusitano

---

[33] CRUZ, 2007.

[34] Esta lenda tem forte tradição oral, mas ainda não foi comprovada por nenhum registro documental. Diz-se que Chico Rei foi um líder tribal trazido do Congo como escravo para trabalhar nas minas de ouro da antiga Vila Rica, mais especificamente na antiga Mina da Encardideira (ou do Palácio Velho), ainda na primeira metade do século XVIII. Este, tendo perdido sua esposa e filhos na viagem de vinda ao Brasil, conseguiu com sua força de trabalho, astúcia e espírito de liderança, adquirir sua alforria, a de seu único filho sobrevivente, e de vários outros escravos. Tornou-se um grande líder da comunidade negra local, comprou a mina na qual trabalhava (hoje conhecida como Mina do Chico Rei) e formou a primeira irmandade de negros livres de Vila Rica, a Irmandade de Santa Ifigênia, que construiu a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (hoje conhecida como Igreja Matriz de Santa Efigênia do Alto da Cruz).

[35] MENICONI, 1999.

[36] Fiéis que compunham a freguesia, que faziam parte da paróquia.

na escolha do sítio urbano, garantindo a elevação, o descortínio, a salubridade" (MONTE-MÓR, 2001a, p.2). As regiões montanhosas ofereciam ao mesmo tempo a disponibilidade de várias nascentes para o abastecimento de água, e também a inclinação favorável ao escoamento dos esgotos, sem a qual dificultava-se muito a sedentarização nos sítios. O assentamento na topografia acidentada demonstra o *savoir-faire* do urbanismo português, de tradição medieval, mas também uma essência barroca, exaltando o drama da religiosidade e das belezas naturais. Formou-se assim um traçado orgânico e imprevisível, composto por vias as quais "era comum a deliberada torção […] para seguir a topografia do terreno ou para as orientar para algum edifício notável ou algum acidente geográfico […]." (TEIXEIRA, 2009, p. 8).

Observamos que os arraiais, como previamente mencionado, se encontravam originalmente afastados uns dos outros, mas o desenvolvimento da ocupação fez com que esses fossem linearmente conectados ao longo de um caminho-tronco[37], percorrido constantemente por mercadores que, em seu ir e vir, possibilitavam a sobrevivência no sítio. Desse eixo estruturante[38], surgiram ruas secundárias e do encontro entre eles surgiram os largos que, até hoje, são também alguns dos mais importantes espaços livres de uso público da cidade. Assim, reiteramos que no caso de Ouro Preto, mesmo tendo sido ocupada a partir do final do século XVII, época em que já se privilegiava o traçado regular nas sociedades européias, a declividade do sítio e a relativa espontaneidade do crescimento inicial da cidade[39] fez com que sua malha urbana se assemelhasse mais às cidades medievais, nas quais se faziam presentes esses diversos vazios irregulares ao longo do tecido urbano, do que às barrocas[40].

---

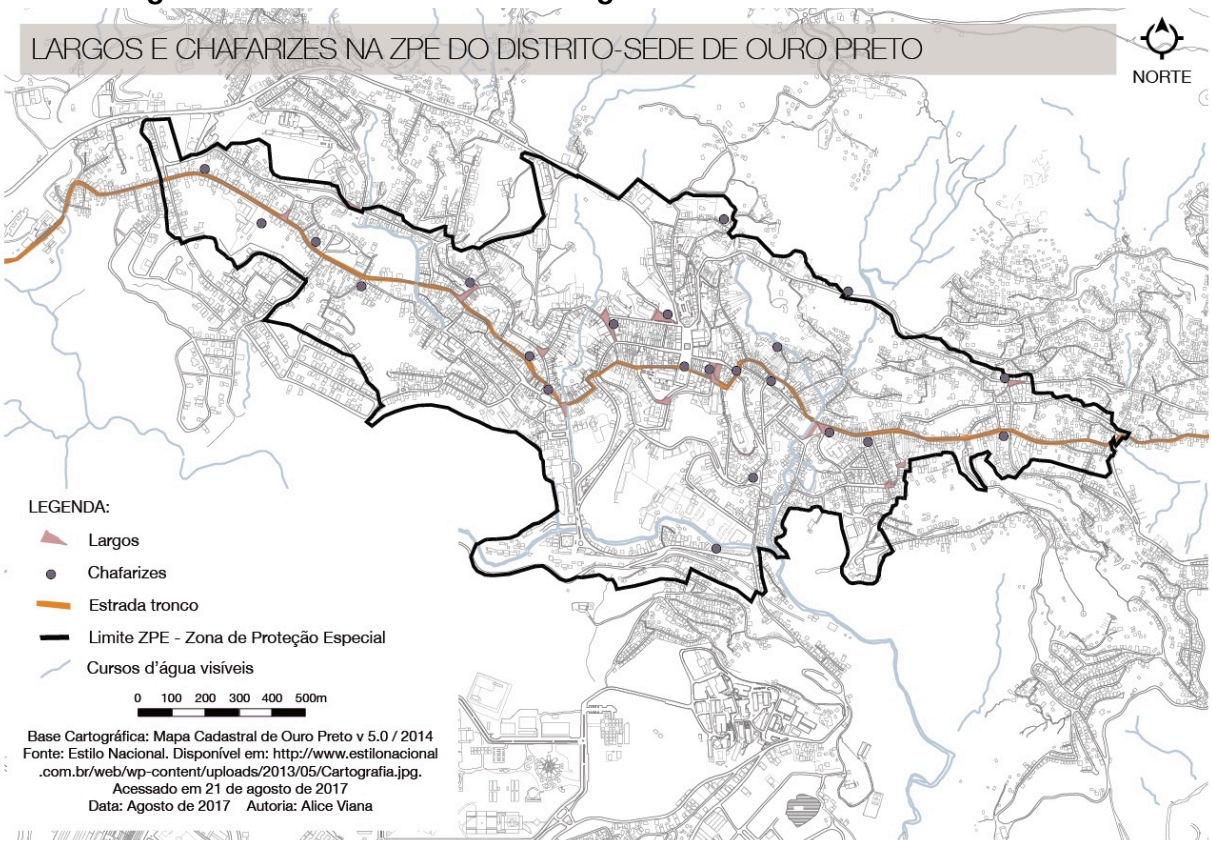
37 Caminho-tronco ou Estrada-tronco, termo cunhado por Sylvio de Vasconcellos em sua obra *Vila Rica: Formação e Desenvolvimento - Residências* (1956).

38 Ainda hoje, as antigas ruas estruturantes do caminho-tronco comportam a maioria dos deslocamentos intra-urbanos, sendo a Praça Tiradentes o principal nó de ligação entre elas. O crescimento da cidade, entretanto, em especial no século XX, associado às características do seu traçado original e à permanência do centro antigo como pólo de atividades, impôs uma série de conflitos, como já previamente introduzido no Capítulo 4.

39 Diz-se relativa pois já é há muito tempo questionada a desorganização da urbanização colonial apontada por autores como Sérgio Buarque de Holanda (1995). Ainda que a gênese de Ouro Preto tenha sido sim de natureza mais espontânea, observa-se que seu desenvolvimento respeitou, em grande parte, as normas de organização espacial descritas por Bastos (2014) como sendo representativas do "decoro" e da "conveniência" da cultura urbanística portuguesa.

40 Esta observação limita-se ao traçado das ruas, pois a ocupação da cidade tem elementos indiscutivelmente barrocos, como o posicionamento das igrejas de forma dramática na paisagem urbana (BAETA, 2003).

Figura 93: Posicionamento dos largos e chafarizes na área de estudo



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Além dos adros das igrejas, nos largos também testemunhava-se importantes atividades de caráter coletivo da sociedade colonial, algumas imprescindíveis para a sobrevivência no sítio. Das atividades quotidianas que acolhiam, talvez a mais essencial fosse a coleta diária da água de consumo doméstico nos chafarizes neles instalados a partir da metade do séc. XVIII[41], símbolos da presença da Câmara e da evolução urbana da vila. Parte das residências já dispunham de abastecimento de água feito diretamente nos cursos d'água nos fundos de seus lotes, mas à medida em que a vila foi se adensando, fez-se urgente prover a água em forma de serviço público. Assim observamos que grande parte desses equipamentos foi implantada ao longo da Estrada Tronco coincidindo com os largos, entroncamentos de maior fluxo, razão pela qual muitos desses vazios ainda possuem esse ornamento funcional histórico (FIGURA 93).

A instalação dos chafarizes muito provavelmente transformou alguns espaços antes vistos apenas como de circulação em espaços de encontro e convívio, embelezando-os e tornando-os

[41] O serviço de abastecimento público domiciliar de água só se torna uma constante no final do século XIX, mais precisamente a partir de 1887. Fonte: PMOP. Disponível em: <http://turismo.ouropreto.mg.gov.br/atrativos/civis/chafarizes/chafariz-da-coluna>. Acesso em: 12 out. 2016.

referências locais[42]. Isto nos faz recordar as observações de Mumford (2004) sobre a importância destes elementos para a sociedade medieval, quando as fontes e chafarizes se tornaram populares nas cidades européias, e suas reflexões sobre seu fim:

> (…) a fonte satisfazia a duas importantes funções, que mais tarde tenderam a desaparecer, com o aumento da eficiência tecnológica: a fonte pública era muitas vezes uma obra de arte, agradável à vista, ao mesmo tempo que capaz de matar a sede (…); e era, ademais, um foco de sociabilidade, dando ocasião para encontros e troca de mexericos, já que o chafariz ou a bomba, não menos que o salão de barris da taverna, faziam as vezes do jornal falado de um distrito. (MUMFORD, 2004, p.321-322, grifo da autora.)

Assim, sendo morfologicamente e funcionalmente espaços de congruência de fluxos, indissociáveis do sistema de circulação, os largos se tornavam também ponto de trocas materiais e sociais[43]. Da coleta de água quotidiana nesses espaços comuns, característica fortemente herdada da cultura medieval européia, surgiam encontros e pequenas práticas de sociabilização. O abastecimento de gêneros alimentícios, entre outros, também ocorria em grande parte nesses vazios através das feiras, da presença dos tropeiros que traziam mercadorias de localidades distantes, ou mesmo da venda, muitas vezes clandestina, de produtos de fabricação local pelas "negras de tabuleiro"[44]. A presença negra nesses espaços, inclusive, era um elemento bastante forte, uma vez que tanto a coleta de água, quanto o transporte das mercadorias adquiriras eram serviços braçais, realizados majoritariamente por escravos. O pequeno comércio era também muitas vezes exercido por negros alforriados, que encontravam nessa ocupação um modo de sobrevivência e de inserção social.

Para melhor compreender a importância dos chafarizes para a cidade colonial e a real dependência da população em relação à água coletada nesses, é interessante observar as várias

---

[42] Em nossa pesquisa observamos que alguns chafarizes parecem já terem sido implantados originalmente em largos; outros parecem ter sido implantados inicialmente em algumas vias, sendo depois transplantados para os principais entroncamentos, justamente por serem um bem público de tamanha relevância, como alguns supõem ser o caso do Chafariz dos Contos no Largo do Cinema. Alguns chafarizes, no entanto, não propiciaram tal transformação espacial, como o Chafariz do Passo do Antônio Dias, instalado em esquina estreita e de encontro de vias bastante íngremes - área de difícil permanência e utilização como espaço de encontro. Percebemos, através da observação de mapas históricos, que outros chafarizes também aparentemente chegaram a mudar de localização algumas vezes como o Chafariz do Alto do Cabeças e o Chafariz da Barra. Mais detalhes sobre os chafarizes e suas localizações se encontram disponíveis nas análises dos largos presentes na área de estudo constantes no Apêndice deste trabalho.

[43] É importante lembrar que as edificações dedicadas ao comércio no início do século XVIII tinham que compartilhar o espaço com a função de residência, sendo encontradas em número muito insuficiente para abrigar todas as atividades de troca necessárias para o bom funcionamento da cidade. A expansão dos estabelecimentos dedicados ao comércio e prestação de serviços só será mais expressiva no século XIX, especialmente depois da chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, quando se observa um desenvolvimento de todas as atividades ditas urbanas em nossas aglomerações.

[44] Sobre o papel das escravas cativas e alforriadas no abastecimento das vilas mineradoras, ver FIGUEIREDO e MAGALDI (1985).

reclamações publicadas nos jornais do século XIX[45] relativas ao mau funcionamento de alguns chafarizes da cidade, ou mesmo à ausência desses em locais de maior concentração residencial:

> *Sr, Redactor.* - E' notavel a falta de agua que soffrem os moradores da praça desta Cidade, rua direita, de Santa Quiteria, dita do Ouvidor, e outras. Ha no largo da viuva[46] um chafariz, em que a maior parte do tempo não corre agua; ha outro no largo do Quartel[47] em iguais circunstancias; outro no passo na descida para Antonio Dias, na mesma; de maneira que inda que em todas estas fontes corresse agua em abundância, parece que pela distancia em que ficam da Praça[48], e daquelas ruas nunca se poderia dispensar uma fonte publica, até por que é em todos os Paizes com que se embellezão as Praças, e aqui se torna uma necessidade: porque alem do excessivo preço a que estão elevados todos os géneros da primeira necessidade, acresce mais o da agua, que custa na praça 20 réis o barril; mas dizem, que as pessoas mais abastadas tem agua em suas Casas, e que por isso o Público tanto padece. Rogo pôs ao Sr. Redactor, o grande favor de mandar estampar na sua estimável folha estas linhas, servindo como de suplica aos muito dignos e patrióticos Camaristas afim mandarem edificar uma fonte, ou na frente da Casa da Camara, ou na do Palácio do Governo, até porque agora ha agua encanada mui próxima a praça para vender-se[49]. Com esta obra de suma utilidade publica, ganharão os Srs. Presidente, e Membros desta Camara Municipal mais um titulo á gratidão de seus Concidadãos. Com esta publicação muito obrigará o Sr. Redactor a um seu constante. *Leitor*. (SR. REDACTOR…, 1839)

Em relação ao entorno edificado, como geralmente esses largos foram resultados de processos de lento crescimento da malha urbana, às vezes se consolidando apenas após um século ou mais, seus edifícios dominantes são muito variados. Esses, inclusive, podem ter sido substituídos ao longo dos anos, ou ter abrigado usos diferentes, influindo no aspecto simbólico de cada largo - ao contrário dos adros, que se mantiveram dominados pelos templos religiosos que lhes deram origem. Esses edifícios dominantes poderiam ser representados por instituições de relevância pública, como o antigo Quartel dos Dragões (edifício que abriga hoje a Escola Estadual D. Pedro II, no Largo Orlando Trópia), ou a antiga Casa de Fundição (Casa dos Contos) no Largo do Cinema; mas também por residências de antigas famílias das classes dominantes e de suas atividades comerciais, como ocorria, por exemplo, no Largo da Alegria. Estas famílias ratificavam sua importância perante a sociedade local ao edificar casarões nas imediações dos adros, mas também nesses espaços de maior circulação e visibilidade em meio urbano.

---

[45] Ainda que tenhamos encontrado registro de queixas documentadas apenas no século XIX, quando a imprensa já estava bem estabelecida no município, pode-se deduzir que esses problemas eram também frequentes no Período Colonial. Uma prova de que esses elementos eram verdadeiramente imprescindíveis para a população ouropretana de tempos anteriores é a quantidade de documentos relativos à obras empreendidas em chafarizes durante todo o século XVIII pertencentes ao acervo da Câmara de Ouro Preto disponível no Arquivo Público Mineiro.

[46] Não conseguimos identificar a qual espaço este largo se referia.

[47] Atual Largo Orlando Trópia.

[48] É importante lembrar que essas distâncias parecem pequenas se observar a planta da cidade, mas ao se considerar suas diferentes cotas altimétricas, podemos perceber claramente que o esforço físico de se transportar água de um ponto ao outro era deveras grande e limitador.

[49] Como descrito na análise da Praça Tiradentes encontrada no Apêndice deste trabalho, durante algumas décadas a praça se viu desprovida desse tipo de elemento urbano, tendo o atual chafariz localizado em frente ao Museu da Inconfidência sido instalado apenas em 1846.

Vemos que o surgimento desses vazios tão flexíveis só foi possível graças ao tipo de traçado orgânico adotado na ocupação de Ouro Preto, que se contrapunha à malha reticulada adotada em outras localidades, de natureza demasiadamente controlada e também controladora. A grelha, por mais racional e adequada a outras realidades fosse, eliminava a chance de existirem vazios públicos mais imbuídos ao traçado, permitindo somente a existência daqueles espaços livres planejados e desenhados de forma cuidadosa e regular. Excluía assim o espaço social mais singelo, acidental, de escala menor e mais quotidiana, e impunha aos habitantes das cidades coloniais espanholas, por exemplo, uma única direção para todo e qualquer evento de natureza coletiva - a praça, que deveria concentrar os edifícios representativos dos poderes locais, temporais e seculares.

Na América Portuguesa a criação de uma praça como ponto de partida de uma urbanização nem sempre fazia sentido, especialmente porque, como já destacado, nem todas as cidades surgiram com o mesmo propósito. Muitas localidades nem mesmo foram pensadas como núcleos de ocupação definitiva, mas centros voltados à exploração de riquezas, cuja extensão era, geralmente, desconhecida. Mesmo nos assentamentos maiores era visível a falta de interesse em investimento urbanístico, pois o principal destino das riquezas ali exploradas deveria ser sempre Portugal[50]. Posteriormente, quando um assentamento ganhava a atenção da Coroa, seja por se tornar um foco de exploração relevante ou por concentrar uma população mais expressiva para a época, era elevado à categoria de vila, e talvez depois de cidade, como foi o caso de Ouro Preto e sua intensa atividade mineradora que se estendeu durante grande parte do século XVIII. A partir do momento em que esses assentamentos se tornavam relevantes para a metrópole, ganhavam uma sede administrativa - a Casa da Câmara[51], seu primeiro edifício verdadeiramente público, símbolo da presença da Coroa Portuguesa na povoação, e não raro, uma primeira praça cívica.

5.2.3 A criação da "Praça"

Como já discutido, percebemos que ao longo dos primeiros anos de existência de Ouro Preto a ocupação se deu de forma dispersa. Nesse momento destacavam-se como agrupamentos populacionais os arraiais do Antônio Dias e do Ouro Preto de Nossa Senhora do Pilar, rivais e de naturezas diferentes, o primeiro mais voltado à mineração e o segundo mais voltado aos comércios e serviços[52]. São esses dois arraias, mais desenvolvidos e polarizadores dos demais

---

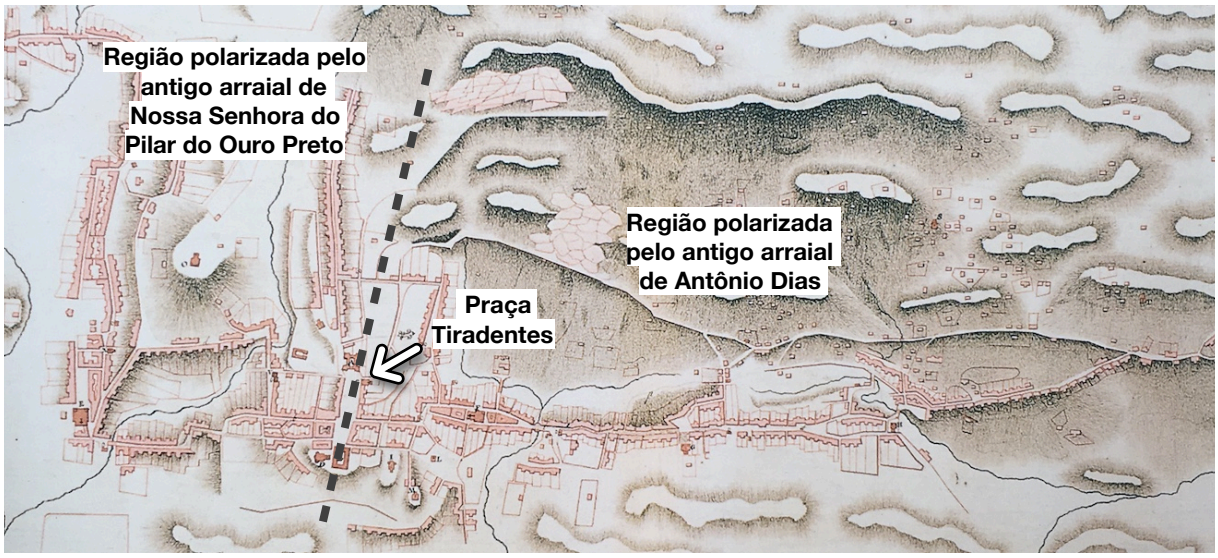
[50] HOLANDA, 1995.

[51] Essa, naquele momento, ainda concentrava as responsabilidades hoje distribuídas entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

[52] CAMPOS, 2012.

que, em 1711, são elevados à condição de vila pelo então capitão-general Antônio de Albuquerque, recebendo após o reconhecimento real, o nome de Villa Rica de Nossa Senhora do Pilar. A elevação à vila foi considerada uma medida importante para evitar o escoamento do ouro, considerado uma riqueza pertencente, antes de tudo, à metrópole, mas também para assegurar a contenção da ordem local, uma das várias atribuições da Câmara. Assim, com o sucesso cada vez maior das explorações, mais a vila cresceu, mais pessoas foram atraídas e mais poderosos se tornaram esses dois núcleos iniciais.

Figura 94: Praça Tiradentes no último quartel do século XVIII



Modificado pela autora.
Fonte: REIS, 2000.

Na junção entre os dois principais arraiais encontrava-se localizado o Morro de Santa Quitéria, cujo topo, mais tarde transformado em platô e em praça seca, recebeu vários nomes, e hoje é conhecido como Praça Tiradentes (FIGURA 94). Segundo ALVES (2010), em pouco tempo esse espaço de natureza e localização mediadoras se tornou o centro da vila, nele sendo instaladas, em 1712, a Casa da Câmara[53] e o primeiro pelourinho, marcos do poder local. Posteriormente, quando a vila se tornou sede da Capitania de Minas Gerais[54] (1720), a praça recebeu também o imponente Palácio do Governador (de obras iniciadas apenas em 1741), marco do poder

[53] Como detalhado no Apêndice, a Casa da Câmara instalada em 1712 no Morro de Santa Quitéria parece não ter sido a primeira, e não coincidia nem com o atual edifício da Câmara Municipal, nem com o edifício que hoje serve de sede ao Museu da Inconfidência. Como destaca Marx (1980), esses usos de importância coletiva, como a Casa da Câmara, a Casa do Ouvidor, o Quartel, ou as edificações de natureza alfandegária, geralmente ocupavam edificações modestas, muitas vezes alugadas, tendo que ser adaptadas para este fim. Entretanto, não raro se situavam nas imediações de espaços livres de maior porte, como as praças, largos ou mesmo adros, compartilhados ocasionalmente com as capelas e igrejas. Na primeira metade do século XVIII, observamos que Ouro Preto segue esse padrão de distribuição de edifícios públicos.

[54] Resultante da cisão da antiga Capitania de São Paulo e Minas de Ouro.

estadual[55]. A praça passou a se destacar assim na malha urbana não apenas por sua elevada posição altimétrica, por ser a maior área livre pública na sede, e por ser um importante ponto nodal nas circulações (desde antes mesmo da sua criação formal), mas também por sua força simbólica - por concentrar as sedes do poder local e também estadual, diametralmente opostas no grande plano ali estabelecido. Assim, na medida em que a Praça Tiradentes foi se consolidando, observamos que esta foi refletindo a consolidação da própria vila, ganhando aspecto mais regular, deixando de ser um mero ajuntado de edificações em volta de um vazio[56].

Holanda (1995) aponta que as cidades fundadas pelos espanhóis, diferentemente da cidades coloniais portuguesas, tinham por elemento ordenador do traçado a praça, algo como uma pedra fundamental em suas urbanizações, replicando a função da junção de *cardo* e *decumanus* das antigas cidades militares romanas. Segundo as Leis das Índias, se estabelecia assim, em primeiro lugar, o espaço social como centro, devendo este ser amplo e proporcional ao número de habitantes, a partir do qual se originavam as principais vias formando uma grelha. Essa prática denunciava a intenção da coroa espanhola de criar nas colônias um mimetismo do estilo de vida das cidades da metrópole, cujas *plazas mayores* funcionavam como grandes centros sociais e funcionais do espaço citadino. Ergueram-se assim cidades com maior rigor hipodâmico, materializando o domínio militar, mas também cultural dos espanhóis no Novo Mundo.

---

[55] Nos primeiros anos da vila, uma edificação de propriedade de Henrique Lopes, situada no Antônio Dias, servia de Palácio do Governador (chamado Palácio Velho) até que no momento de sua morte este destinou a edificação e grande parte de seus bens para a instalação de uma Santa Casa de Misericórdia, fazendo com que se tornasse necessária a já demandada construção de um novo palácio. Esta edificação particular funcionava como pouso dos governadores antes mesmo da transferência da sede da Capitania para Vila Rica (VASCONCELLOS, 1956).

[56] Também nas cidades antigas européias, fonte de inspiração para muitas das vilas coloniais, observamos que a forma dos vazios urbanos era inicialmente uma preocupação secundária, sendo moldada aos poucos e ocasionalmente reforçada através da inserção de elementos pontuais. Apenas a partir do Renascimento alguns desses espaços ganharam definitivamente outro *status* e outra razão compositiva. Assim, os principais vazios públicos dos núcleos urbanos deixaram de ser resultantes da disposição dos edifícios a seu redor, passando não apenas a regular a implantação destes, mas também a determinar sua aparência, se distanciando ainda mais dos largos. É a partir deste momento que, segundo a rigidez geométrica e estética característica da Renascença, começaram a surgir nessas cidades as praças regulares, simétricas, cujo entorno era edificado por construções idênticas (ou quase idênticas), reforçando a unidade daquele vazio e seu contraste com os demais espaços urbanos.

É interessante observar também que foi a partir do Renascimento que a estrutura político-geográfica européia foi ganhando moldes mais delineados, a noção de Estado foi ganhando cada vez mais força, e a praça cívica foi se fortalecendo cada vez mais como ante-sala dos espaços de poder. Posteriormente, no período barroco, a abertura de praças formais, regulares, geométricas, foi ainda mais acentuada (GOITIA, 2006), ampliando suas escalas com a proliferação das praças do tipo *Plaza Mayor* (ou *Plaza de Armas)* espanhola, a *Piazza* italiana e a *Place Royale* francesa, ou ainda a *Square* inglesa (ALEX, 2011. Salientamos que, apesar das *squares* inglesas possuírem, tradicionalmente, um núcleo ajardinado, observa-se que as edificações que determinam seu entorno seguem a mesma lógica de regularidade e uniformidade vistas nas praças secas das culturas espanholas, italianas ou francesas). Estas praças tinham em comum não apenas a homogeneidade e o rigor geométrico, se assemelhando mais aos pátios peristilos do que às ágoras e fóruns, mas também a função de servir de átrios a edifícios específicos, reforçando sua importância e monumentalidade. Este tipo de praça seca coexistiu com as praças medievais antigas, sendo os dois tipos importantes referências urbanísticas na época em que se fundaram as cidades coloniais nas Américas.

No caso brasileiro, observamos que as cidades coloniais portuguesas nem sempre seguiram regras tão rígidas, preferindo adaptar o traçado à topografia dos sítios, tanto no litoral, como no interior. Como discutido anteriormente, em sítios planos, as influências renascentistas e barrocas eram mais visíveis, pois permitiam um desenho urbano mais regular; já em regiões acidentadas, como a de Ouro Preto, estas acabavam por ceder lugar às inspirações medievais, se adaptando melhor aos vales e encostas. Compreendemos também que no caso de Ouro Preto, o estabelecimento de uma grande praça regular, ordenadora do traçado, não fazia sentido na sua gênese, pois seu caráter de exploração mineral não assegurava a perpetuação da ocupação do território. Por isso, em nossa área de estudo encontramos o espaço público fragmentado em muitos vazios de pequenas dimensões distribuídos na malha urbana, e em uma única praça seca realmente relevante - a Praça Tiradentes, edificada apenas após a definição dos principais núcleos de ocupação e dos principais caminhos de conexão entre eles[57].

Murillo Marx (1989) afirma que nos espaços públicos brasileiros, diferentemente de algumas cidades medievais européias, não existia distinção clara entre tipos de praça, pois Estado e Igreja eram um só e nossas cidades coloniais eram, em maioria, muito simples. Em Ouro Preto, entretanto, podemos observar que a estruturação original da cidade, bastante fragmentada graças à topografia e à logística mineradora, acabou polarizando a vida pública em adros (*locus* das atividades religiosas), largos (espaços de troca) e na Praça Tiradentes (praça cívica, sede do poder local e da capitania/província), cada um com características muito específicas. Assim, durante todo o Período Colonial, observa-se que não haviam outras praças[58], e a Praça Tiradentes guardava o papel inconfundível de praça cívica, não abrigando de forma relevante outras funções, mesmo na época em que essa chegou a abrigar a Capela de Sant'Anna, ligada às atividades da Santa Casa de Misericórdia ali também instalada.

Mesmo depois de passar por várias intervenções[59], a Praça Tiradentes ainda se apresenta como um vazio levemente irregular, mas sua discreta irregularidade em planta, e também topográfica,

---

[57] É interessante lembrar também que até a chegada do século XVIII nem as cidades portuguesas dispunham de grandes praças formais, sendo grande parte dos espaços públicos existentes oriundos de reformas em espaços residuais situados originalmente próximos às muralhas medievais. A partir dos Setecentos é que começam a se proliferar nas cidades da Metrópole as praças secas regulares fechadas, como as praças espanholas, pontuadas em seu centro por algum elemento de destaque - obelisco, busto, cruzeiro ou até mesmo um pelourinho. Assim como nas cidades medievais, caso existisse apenas uma praça na cidade portuguesa barroca, ela concentraria os edifícios principais dos poderes locais; caso existisse mais de uma praça, os poderes seriam divididos entre elas, que teriam funções distintas (CALDEIRA, 2007)

[58] Apesar de nos períodos subsequentes alguns dos espaços públicos que se originaram como partes de adros ou largos no Período Colonial, como a Praça Dirceu Alves de Brito (em frente à Igreja de Santa Efigênia), terem sido convertidos em praças.

[59] Ver análise detalhada da história da Praça Tiradentes no Apêndice.

não diminui seu status de praça. Ao contrário - a depressão central acentua o posicionamento hierárquico das duas grandes edificações-monumento em suas extremidades e a sua irregularidade planimétrica é irrelevante para a compreensão de sua importância como espaço público de peso (FIGURA 95). Entretanto, acreditamos que o fato de ser irregular, atravessada por ruas de grande circulação e de ter faces conformadas por edifícios heterogêneos (ainda que exista uma certa unidade ente eles) faz com que a Praça Tiradentes ainda se aproxime mais das praças cívicas medievais do que das praças européias barrocas. A irregularidade das praças das cidades antigas, inclusive, é vista por Camillo Sitte como um pormenor, destacando que:

> (…) les irrégularités des places anciennes se remarquent uniquement sur le plan, et passent inaperçues dans la réalité. La raison en est que les établissements anciens n'ont pas été conçus sur la planche à dessins, mais qu'ils se sont formés petit à petit *in natura*[60]. (SITTE, 1996, pág. 58)

Figura 95: Praça Tiradentes

Fonte: Foto da autora. Novembro de 2016.

Em Ouro Preto acreditamos que o estabelecimento da praça cívica tenha sido um marco de extrema importância para a vida pública, um verdadeiro ponto de partida para seu engrandecimento como núcleo urbano, espaço congregador de indivíduos conhecidos e desconhecidos, diferenciando-se dos pequenos vazios que reuniam a coletividade local dos pequenos arraiais. A partir desse momento, a vila começou a receber diversas outras melhorias que, entre outras, incentivavam a vida pública e o surgimento de maior orgulho cívico por parte da população.

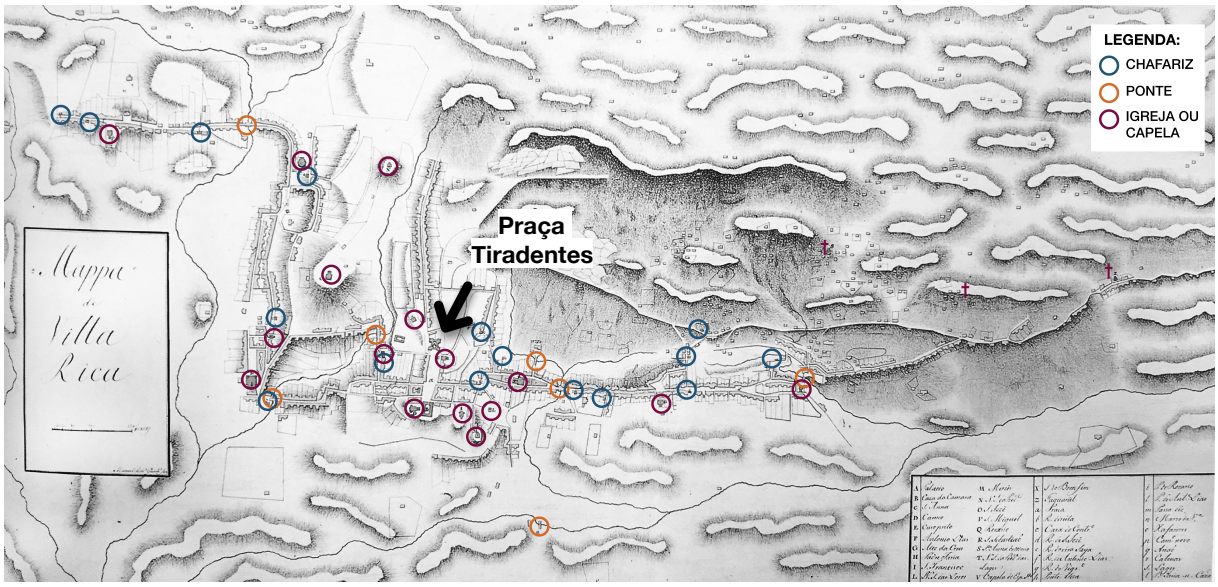
---

[60] As irregularidades das praças antigas se fazem perceber unicamente em planta, passando desapercebidas na realidade. A razão é que os estabelecimentos antigos não foram concebidos sobre a prancheta, mas foram formados pouco a pouco *in natura*. Tradução da autora.

5.2.4 O embelezamento urbano da vila e a reconstrução das pontes

Nos primeiros anos de ocupação vimos que os adros e largos eram referências importantes para a coletividade, mas a vida urbana era, aparentemente, muito incipiente, uma vez que não existiam serviços urbanos, prédios públicos, ou mesmo uma representação de poder que não fosse a igreja ou os líderes da povoação. Na medida em que a vila foi formalmente criada e que foi se enriquecendo, não apenas a Praça Tiradentes se tornou o mais importante espaço público da localidade, mas observa-se também que a vila passou a receber vários tipos de equipamentos que denotavam tanto sua importância como núcleo urbano, quanto sua prosperidade, ambas de muito destaque na colônia. Essas melhorias urbanas eram, talvez, a melhor forma de expressar a presença da Coroa Portuguesa no local, aumentando não só o controle sobre as atividades ali existentes, mas também o conforto e a auto-estima da população (FIGURA 96).

Figura 96: Mapa de Vila Rica em 1775: chafarizes, pontes e templos



Neste mapa do último quartel do século XVIII podemos analisar a distribuição dos chafarizes, das pontes e dos templos religiosos no tecido urbano, importantes referências urbanas no Período Colonial. Estes elementos indicam pontos de convergência no quotidiano do núcleo, espaços de encontro e de sociabilização.
Fonte: Elaborado pela autora com base em REIS, 2000.

Antigas vias começaram a ser retificadas, com seu alinhamento revisto e fiscalizado, e estabeleceram-se padrões construtivos, garantindo uma maior uniformidade da paisagem edificada. Desta forma, ao menos no tecido urbano entre as duas matrizes, locais de residência das classes mais privilegiadas, tentou-se obedecer as disposições das Ordenações Filipinas[61], seguindo melhor os costumes urbanos portugueses. Além disso, principalmente sob o governo de

[61] MENICONI, 1999. Ordenações Filipinas foram um conjunto de regras urbanísticas desenvolvidas no século XVI, e aplicadas no reinado de D. Manuel I, sendo ampliadas também à urbanização das colônias portuguesas.

Gomes Freire de Andrada[62], as frágeis pontes e chafarizes de madeira foram substituídas por elementos em pedra, material bem mais nobre e resistente. Esses elementos foram também ornamentados de acordo com os mais altos princípios artísticos da época, enobrecendo os espaços públicos urbanos.

Na história do Brasil colonial vemos que poucas foram as pontes construídas em estradas e caminhos, pois a travessia dos rios se fazia preferencialmente por embarcações. As raras pontes existentes geralmente eram feitas de madeira, precárias e incapazes de suportar muito peso, dificultando, inclusive, o transporte de cargas. As pontes de pedra eram elementos encontrados apenas em meio urbano, quase sempre utilizadas na transposição de pequenos córregos[63]. Na antiga Vila Rica, Silva (2007) observa que, até 1740, todas as pontes eram feitas de madeira, permitindo a ligação entre os arraiais que a compunham e marcando também os limites da urbanização. À medida em que a vila foi crescendo e exigindo uma expansão para além dos córregos, as pontes foram gradualmente sendo substituídas por estruturas mais definitivas feitas em pedra, e também mais artísticas, servindo de testemunho do seu desenvolvimento cívico.

As novas pontes, construídas com pedras retiradas da própria região de Ouro Preto, foram em sua maioria edificadas em cantaria e alvenaria ciclópica de pedra[64], apresentando arcos romanos plenos ou abatidos. A primeira ponte edificada em pedra foi a Ponte de São José, ou Ponte dos Contos, como é chamada atualmente. Construída em 1744, a partir de projeto vindo de Lisboa, esta apresenta um único arco pleno de cantaria, apoiada em dois grandes paredões de pedra, assento e cruzeiro também de pedra em um de seus lados. Silva (2007) aponta que esses dois elementos - a cruz e o assento, eram onipresentes nas pontes coloniais (FIGURA 97). Segundo o autor, acreditava-se que a cruz servia de proteção à ponte e aqueles que a atravessavam; já os assentos permitiam que as pontes fossem utilizadas como espaços de sociabilização no quotidiano, mas também apropriadas pelos devotos nas celebrações religiosas.

---

62 Ou Gomes de Andrade - foram encontradas as duas formas em registros históricos e referências bibliográficas. Neste trabalho preferimos adotar o nome Andrada, como encontrado em Gerber (2013). Conhecido também como o 1º Conde de Bobadela, este foi Governador da Capitania das Minas de 1735 a 1736, de 1737 a 1752 e de 1758 a 1763 (GERBER, 2013). Seu nome foi atribuído à via que é popularmente chamada hoje de Rua Direita (uma das várias Ruas Direitas que a cidade já teve mas, talvez, sua mais historicamente valorizada).

63 TELLES, 2000.

64 Tipo de construção que utiliza a pedra em grandes blocos, frequentemente sem o uso de argamassa entre eles.

Figura 97: Ponte da Barra em 1927

Trecho de Rua e Ponte da Barra com populares em Ouro Preto. 1927.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2017.

Assim, vemos que apesar de serem inicialmente concebidos como dispositivos de transposição de córregos, em Ouro Preto esses espaços de origem colonial também foram muito utilizados como espaços de permanência, e ainda o são, em especial as pontes situadas em áreas de grande circulação pedestre e próximas a equipamentos geradores de fluxo. Como uma das mais movimentadas, a Ponte dos Contos serviu de inspiração para as demais construídas ao longo dos séculos XVIII e XIX, constituindo o que foi considerado "o mais importante conjunto de pontes urbanas coloniais do Brasil" (TELLES, 2000, p.147). Apesar de existirem outras pontes em nossa área de estudo, nesta pesquisa iremos nos ater apenas às seis que foram equipadas com assentos e cruzeiro[65]: a Ponte do Rosário, a Ponte dos Contos, a Ponte do Pilar, a Ponte do Funil (do Período Imperial), a Ponte da Barra e a Ponte do Antônio Dias (ou Ponte dos Suspiros)[66].

5.2.5 O período de declínio do ouro e a criação do Horto Botânico de Vila Rica

Apesar do expressivo desenvolvimento da ocupação de Ouro Preto durante o século XVIII e da proliferação de espaços públicos resultante da expansão do traçado primitivo, o forte declínio da atividade mineradora no final do século, entretanto, rompeu com esse processo de enobrecimento urbano, fazendo com que a vila parasse de crescer e tivesse que apostar em outras formas de

---

[65] Com exceção da Ponte do Funil, que possui área assentável, mas não tem cruzeiro, nem é feita em alvenaria ciclópica, pois é bem mais recente que as demais encontradas na área de estudo.

[66] Foram assim desprezadas outras pontes antigas, como a Ponte do Palácio Velho, no bairro Antônio Dias e a Ponte do Padre Faria, situada na Rua Itapiocanga. Estas pontes possuem cruzeiro em pedra, mas não possuem bancos. Em ambas observamos parapeitos baixos de pedra, que mesmo tendo altura o suficiente para serem apropriadas como assento, a pequena largura das pontes força o contato com os carros, o que somado às suas alturas, desestimula a permanência em seus recintos.

subsistência[67]. Percebemos que, após findo o período de grande exploração mineral, houve uma interrupção tanto na produção de novos espaços públicos quanto na preocupação com o trato desses. A última grande ação indireta em relação à criação de um novo espaço livre na vila veio de um aviso régio de 1796, que determinava a criação de jardins botânicos no país; esses, entretanto, ainda não eram vistos como espaços ajardinados de lazer, como os parques contemporâneos, mas como "centros de pesquisa da flora tropical […] a fim de propiciar as bases de um intercâmbio de plantas úteis à economia portuguesa." (SAKATA; MACEDO, 2010, p. 22). É inegável, no entanto, que esse tipo de jardins sejam precursores de vários espaços públicos no Brasil[68].

Nessa época, ao mesmo tempo em que os grandes jardins de passeio se desenvolviam[69], começou a se multiplicar pela Europa outro tipo de espaço vegetado antropizado - os jardins botânicos, uma certa evolução dos antigos herbários presentes em muitos mosteiros medievais. Os primeiros jardins botânicos datam ainda do século XVI, e eram voltados, principalmente, ao estudo de plantas medicinais, e não ornamentais. Hill (1915) aponta que a botânica, então, era um assunto pertencente ao grupo de conhecimentos da medicina, pois as plantas eram a principal fonte de medicamentos naquela época, e era comum a venda de ervas medicinais "enganosas" aos médicos por alguns comerciantes. Assim, principalmente junto às universidades, monastérios

---

[67] Meniconi (1999) destaca que o maior declínio é sentido entre 1790 e 1840, e supõe que outro motivo de esvaziamento da antiga capital tenha sido o clima de perseguição política e policial estabelecido após o movimento batizado de Inconfidência Mineira, que eclodiu em 1789.

[68] A origem dos jardins segue uma linha contínua de desenvolvimento que pode ser traçada desde as sociedades primárias, quando o homem começa a manipular a paisagem natural para fins que ultrapassavam a sobrevivência. A criação de jardins, que são também antecessores dos parques, pode ser vista como uma domesticação dos recursos naturais para que estes se adequassem às intenções estéticas e funcionais dos povos, sendo encontradas desde a história antiga tanto do ocidente, quanto do oriente. Os grandes equipamentos das sociedades antigas e medievais européias, como os castelos, palácios e monastérios, comumente possuíam jardins de passeio, hortas e também herbários em seus recintos murados. Esses jardins enclausurados eram espaços totalmente antropizados, diferindo das matas naturais geralmente encontradas fora dos muros, mas também das produções agrícolas. Alguns desses jardins foram igualmente produzidos em ambientes urbanos, servindo de suporte, principalmente, aos espaços reais e eclesiásticos, sendo espaços privados dedicados ao uso coletivo, fechados ao público em geral.

Assim como o desenvolvimento das grandes praças secas formais, vemos que a valorização dessas áreas ajardinadas também remonta ao Renascimento, quando jardins privados de grande extensão começaram a adornar as residências das classes mais abastadas, colaborando para o desenvolvimento de uma ciência paisagística e reiterando o papel desses espaços como forma de expressão de poder socioeconômico. Graças aos princípios artísticos do Renascimento, mas também à ocupação islâmica da península ibérica e sua repercussão no mundo europeu, esses jardins receberam uma composição carregada de regras geométricas, como a axialidade, a simetria, a presença de elementos dispostos de forma ritmada e até mesmo a topiaria de espécies arbustivas em formas regulares. Esse tipo de composição atingiu seu auge no período barroco, no qual se destacaram os grandes jardins das cortes francesas, cujos maiores exemplos são os jardins do Palácio de Versalhes, nos arredores de Paris, e as demais criações de André Le Nôtre que os precederam, como os jardins dos castelos de Chantilly e de Vaux-le-Vicomte (Le Nôtre, 1613-1700, veio de uma família de "Jardineiros do Rei" chegando a assumir o posto de "Controlador Geral das Edificações, Artes e Manufaturas da França"). Esses espaços acolhiam as atividades de passeio e de desfile, as pequenas conversas e também as grandes festividades, sendo frequentemente limitados por grandes bosques que serviam como local de caça, o principal esporte da corte.

[69] BOULTS; SULLIVAN, 2010.

e hospitais, começaram a se desenvolver pequenos jardins enclausurados destinados exclusivamente ao cultivo monitorado das plantas consideradas corretas para o tratamento dos doentes. Com o tempo, esses jardins foram se complexificando a ganhando maiores dimensões, e assim, a partir do século XVI e, principalmente no século XVII, surgiram jardins botânicos em várias cidades européias[70], não ainda como locais de passeio, mas de pesquisa e de produção de bens naturais.

Com o passar dos anos, outras espécies também começaram a ser cultivadas nesses jardins, principalmente graças ao crescente interesse pela natureza característico da época, gerando uma certa competição entre eles para ver qual possuía a maior e mais rara coleção de espécies vegetais. A partir desse momento, alguns jardins botânicos começam a ser abertos ao público, que via nesses um local de reunião de curiosidades. Outra motivação para a criação de jardins botânicos, principalmente nas colônias européias dos trópicos, foi a necessidade de dominar o cultivo das especiarias, cujo sucesso teria como consequência imediata o enriquecimento dos países colonizadores. Assim, percebemos que os jardins botânicos tinham efetivamente esses objetivos principais: reunir espécies de diferentes origens, pesquisá-las e cultivá-las para explorar seus valores medicinais e também econômicos[71].

No continente americano os jardins botânicos começaram a surgir apenas no século XVIII, sendo o primeiro criado em 1728 na Filadélfia[72]. Na América Portuguesa, entretanto, o surgimento dos primeiros jardins data dos últimos anos do século XVIII[73], quando foram emitidos os supracitados documentos régios determinando a criação de espaços semelhantes nas colônias para a pesquisa e cultivo de plantas que pudessem ser úteis à economia portuguesa[74]. Esse atraso em relação às outras nações dominantes ocorreu porque o próprio governo português demorou muito a se interessar pela ciência botânica, sendo o primeiro Real Jardim Botânico de Portugal criado apenas em 1768[75]. Assim, o primeiro jardim desse tipo no Brasil foi criado em 1798, em Belém; o segundo em 1799, na então Vila Rica; sendo o do Rio de Janeiro apenas o terceiro, criado em

---

[70] Um dos primeiros jardins botânicos municipais de que se tem registro foi o de Pádua, aberto em 1545, seguido posteriormente pelo de Zurique, Bologna, Leyden, Leipzig, Montpellier e Paris, todos construídos ainda no século XVI; no século XVII a produção desses espaços continuou se alastrando por várias cidades européias (HILL, 1915).

[71] HILL, 1915.

[72] HILL, 1915.

[73] É importante relatar que na primeira metade do século XVII foi criado um jardim botânico no Recife, durante a ocupação holandesa, sob a iniciativa de Maurício de Nassau. Este, entretanto, desapareceu após a retomada do poder local pelos portugueses (MAIA, 2015).

[74] SAKATA; MACEDO, 2010.

[75] PEREIRA, 2015.

1808[76]. Sobre a pequena diferença de tempo entre a criação desses e dos que os seguiram, Pereira (2015) pondera que

> refletia o quanto Portugal se atentara, com alguns anos de atraso, para as vantagens que o mundo natural poderia oferecer para a economia do Reino, até então cambaleante economicamente desde a queda da produção aurífera. Para a Nação lusa, o objetivo principal dos novos hortos botânicos era atuar no aproveitamento dos recursos naturais das colônias em favor do desenvolvimento econômico do reino. (PEREIRA, 2015, p.3)

Como a maior parte dos jardins botânicos criados nessa época em território brasileiro, o Horto Botânico de Vila Rica, implantado bem ao lado da já célebre Casa dos Contos, teve a breve duração de, aparentemente, um pouco mais de dez anos. Acreditamos que o interesse pela pesquisa mineral tenha desviado a atenção e os recursos da coroa portuguesa da pesquisa vegetal, ainda que Joaquim Veloso de Miranda, o então diretor do Horto de Vila Rica, tivesse recebido ordens expressas de Portugal para investigar e desenvolver o cultivo de várias espécies economicamente interessantes, como o cravo-da-Índia, a canela e a pimenta, assim como árvores que poderiam servir à produção de papel[77]. Após o direcionamento de Miranda para outras responsabilidades, o Horto foi abandonado e hoje, no parque instalado nesse mesmo espaço em 2008, pouco pode ser percebido de seu projeto original[78].

Assim, percebemos que a maior parte dos espaços públicos produzidos no Período Colonial poderia se dividir entre os adros, de caráter religioso e frequentemente dotados de áreas permeáveis, e os demais vazios de natureza mais "seca", como os largos, a praça e as pontes, todos estes integrados ao sistema de circulação. De forma geral, observamos também que após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (1809) houve uma mudança gradual nos costumes sociais nos maiores centros urbanos da época, que foram se tornando cada vez mais sofisticados.

---

[76] O do Rio de Janeiro, talvez por ter servido aos prazeres da corte por muito tempo, é o mais longevo, e sobre ele Hill escreve no começo do século XIX: "It is a matter of regret to all botanists that South America, so rich a storehouse of botanical treasures, should contain so few important botanic gardens. The magnificent Garden at Rio de Janeiro, founded in 1808 […]. The botanical possibilities at Rio de Janeiro are very great, and the Garden, in addition to its collection of living plants, possesses the herbarium of Martius, a library and laboratories. When the interest in botanical science becomes fully aroused in Brazil, a striking development of the botanic garden may be confidently expected". (HILL, 1915, p.218)

[77] MAIA, 2015.

[78] A área ocupada pelo antigo Horto Botânico de Vila Rica faz hoje parte do Parque Natural Municipal Horto dos Contos, inaugurado em 2008. Como o antigo horto nunca foi utilizado verdadeiramente como espaço público, como não houve uma continuidade da ocupação desse espaço ao longo dos duzentos anos que separam essa iniciativa da construção do parque, e como projeto do parque não guarda semelhanças com o jardim botânico colonial, optamos por analisá-lo como um espaço originário do Período Turístico, apesar de considerarmos importante ter aqui ressaltado que, no mesmo terreno, já havia funcionado esse outro tipo de área livre. Consideramos assim que o parque não tenha qualquer vinculação com o Período Colonial, sendo uma iniciativa mais ligada à disponibilidade de terreno central para a criação de um espaço livre de uso público de grande porte, do que um resgate da memória de um espaço público colonial de relevância e já desaparecido. Informações mais detalhadas sobre o Horto Botânico e suas transformações ao longo dos anos encontram-se disponíveis no Apêndice.

Aos poucos foram surgindo e/ou se multiplicando outras formas de lazer, como as salas de teatro e música, os salões literários e os desfiles em passeios públicos. Verificamos que esses ambientes, mesmo quando ainda não existentes em Ouro Preto, influenciaram os costumes urbanos locais, que foram se tornando cada vez mais ligados à cultura, à ciência e também às práticas de lazer e de sociabilização não religiosas, o que irá se acentuar a partir do Período Imperial, mesmo que as festas religiosas tradicionais ainda fossem muito presentes.

5.3 Período Imperial

Apesar da evasão populacional que atingiu Vila Rica após o enfraquecimento da atividade mineradora, observa-se que ao longo do séc. XIX ela foi gradualmente foi se recuperando e, durante o Império (1822-1889), foi se sofisticando e se transformando em um importante centro cultural. Ainda em 1821 ela se tornou Capital da Província de Minas Gerais (e não mais da capitania) e, em 1825, foi elevada à categoria de cidade, recebendo o título de Imperial Cidade de Ouro Preto, sendo a terceira a receber o título, logo após as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1839 foi nela inaugurada a primeira Escola de Farmácia da América Latina e, em 1876, a Escola de Minas[79], sendo esses importantes marcos na área das ciências no país.

No século XIX a cidade acabou atraindo a visita de muitos viajantes estrangeiros, como Saint Hilaire, Taunay, Mawe, Burmeister, Gardner e Burton, que deixaram como legado importantes registros da então Imperial Cidade. Alguns, talvez os que visitaram a cidade no primeiro quartel do século, se mostraram decepcionados com o estado de desenvolvimento urbano local, questionando os nomes que o assentamento recebeu em sua história (Villa “Rica” e “Imperial Cidade” de Ouro Preto), mas não ignoraram a beleza e a singularidade do sítio que encontraram. Gardner (1846) se mostrou impressionado com o número de fontes e chafarizes, existentes, segundo ele, em quase todas as ruas (ver FIGURA 96), assim como com a beleza das araucárias plantadas no caminho para o Jardim Botânico, cuja criação discutiremos mais adiante[80].

O inglês Richard Burton, cujo relato sobre Ouro Preto talvez seja o mais longo e abrangente, parece ter sido o que melhor compreendeu o espírito local, dizendo não ter encontrado um ar tão decadente quanto o observado pelos primeiros viajantes, mas reconheceu a modéstia do que os mineiros chamavam de “cidade”, talvez por falta de melhor exemplo:

---

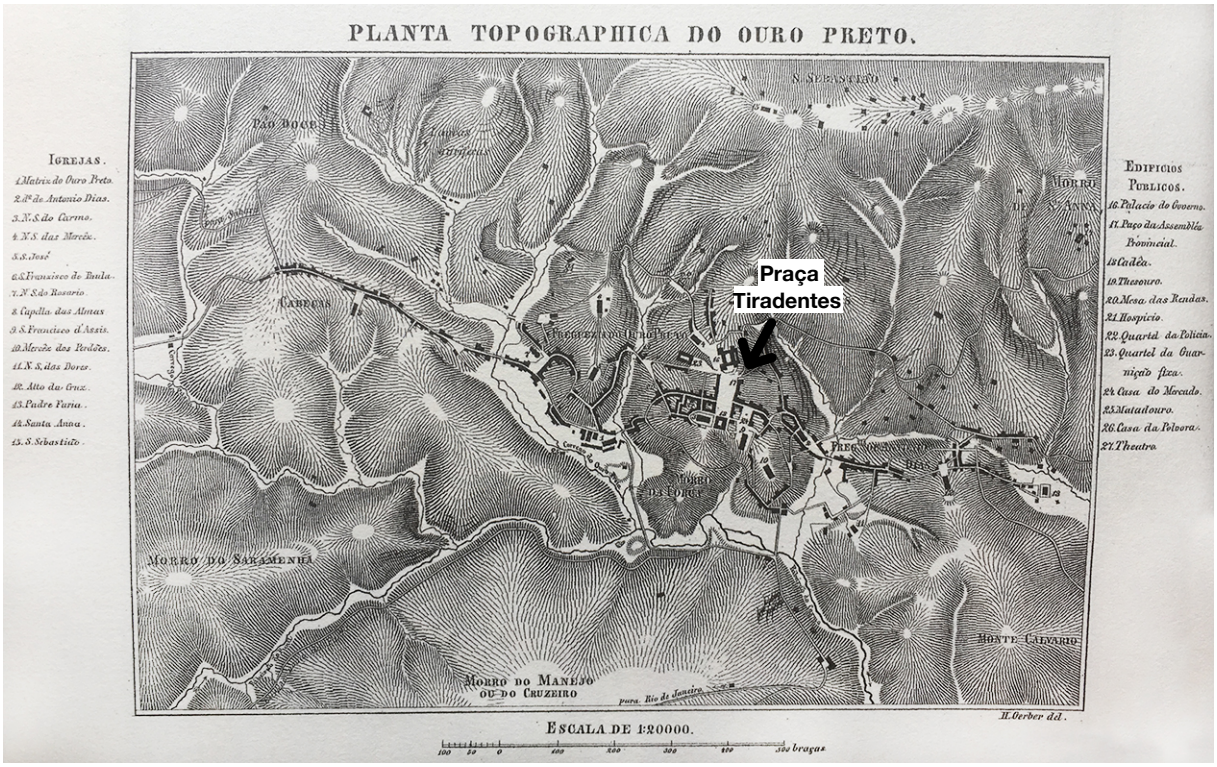
[79] Achamos importante destacar que, embora localizadas na região central, essas escolas ainda não ocupavam os imponentes edifícios pelos quais ficaram posteriormente mais conhecidas. A transferência para os endereços da Rua Costa Sena e da Praça Tiradentes, respectivamente, ocorreram apenas no Período Republicano, após a transferência da capital do estado para Belo Horizonte, momento no qual as duas grandes edificações foram esvaziadas e cedidas para esses fins educacionais.

[80] Gardner se refere ao segundo jardim botânico implantado na cidade, localizado na região do Passa Dez.

> It is nothing but a great village, a kind of "Aldeota", a single street built after the fashion of Minas along the highway, and near the water required for gold washing. Thus it resembles a provincial town, and there are many in Minas which equal it in population and exceed it in importance. […] The prospect wants all the grace and grandeur of a city. Yet it is singular, it is full of "surprises", and it is, to a certain extent, romantic and picturesque, thoroughly Mineiro.[81] (BURTON, 1869, p.343).

Ao observarmos a *Planta Topographica do Ouro Preto*, desenvolvida por Henrique Gerber em 1862 (FIGURA 98), época próxima à visita de Burton pela cidade, pode-se melhor compreender a impressão registrada pelo inglês. Apesar de sua fama pregressa de glória e riqueza, no Período Imperial efetivamente a cidade ainda se caracterizava pela ocupação tímida ao longo de algumas poucas ruas, por uma grande praça e por ranchos distribuídos nos morros. As opções de lazer ainda eram escassas e grande parte dos eventos sociais ainda eram ligados à religião, mas a cidade, através de seus adros e largos, era um sítio que convidava à contemplação de sua paisagem única.

Figura 98: Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto em 1862 (de H. Gerber)



Modificado pela autora.
Fonte: GERBER, 2013.

---

[81] Não é nada senão uma grande vila, uma espécie de "Aldeota", uma única rua construída à moda de Minas ao longo da rodovia e perto da água necessária para a lavagem de ouro. Assim se assemelha a uma cidade provincial, e há muitas em Minas que se equiparam em população e superam sua importância. […] A paisagem carece de toda a graça e grandeza de uma cidade. No entanto, é singular, está cheio de "surpresas", e é, até certo ponto, romântica e pitoresca, minuciosamente Mineira. Tradução da autora.

Burton foi o único viajante estrangeiro que parece ter tido a curiosidade de contabilizar e registrar a quantidade de espaços públicos existentes na antiga capital mineira, fazendo uma curiosa distinção sobre a percepção de "praça" entre os ingleses e franceses. Apesar de não mencionar seus nomes e localizações, afirmava que na cidade existiam apenas cinco praças segundo a concepção britânica, e trinta e cinco segundo a francesa que, segundo ele, considerava como praça qualquer alargamento de ruas[82]. Além de parecer atento à questão do espaço público, anunciou previamente um dos principais problemas a serem enfrentados pela cidade - a incapacidade de crescer e de se adequar às conveniências modernas:

> Amongst its many disadvantages we may observe that carriages cannot be used, and that even riding is not safe in the city; there is no ground for extension, the streets are too narrow for rails, and the country is unfit for the iron horse. […] The sooner another site for a capital is found the better, but it is not easy, have already said, to point out a locality suitable for the purpose.[83] (BURTON, 1869, p. 358-359.)

De qualquer maneira, mesmo que a Imperial Cidade de Ouro Preto não tenha perpetuado o ritmo de crescimento pelo qual passou a Vila Rica do Período Colonial, percebemos que durante esse período histórico o tecido urbano testemunhou interessantes experiências no tocante ao espaço público, refletindo algumas tendências internacionais de criação de espaços públicos ajardinados e, ao mesmo tempo, criando novos espaços secos tradicionais em áreas já consolidadas.

5.3.1 A criação do Jardim Botânico de Ouro Preto

Em 1825 foi criado, através de portaria imperial, um novo jardim botânico em Ouro Preto, mas em terreno bem diferente do primeiro. Situado em ampla área no Passa Dez, o Jardim Botânico de Ouro Preto não se destinava à pesquisa botânica, mas aos interesses econômicos da cidade e da Província[84] e também, como atestou Henrique Gerber (1863), como local de lazer. Aparentemente

---

[82] Aproveitamos para lembrar que no momento no qual Burton visitou a cidade de Ouro Preto, tanto a França, quanto a Inglaterra viviam uma época de florescimento dos espaços públicos ajardinados. A França tinha maior tradição, efetivamente, de praças do tipo seca, resultado das várias demonstrações de poder e riqueza que seus governantes fizeram questão de deixar impressas na sua capital, principalmente durante e após o período barroco (*Place de l'Étoile, Place de la Concorde, Place Vendôme, Place de l'Hôtel de Ville, Place de la République, Place de la Bastille*, entre outras). Essas se manifestavam como grandes espaços livres pavimentados, ou como pequenos largos, muitos de origem medieval, que posteriormente foram dotados de ornamentos cívicos e/ou artísticos. Já a Inglaterra, que já tinha a tradição de grandes parques reais urbanos (Hyde Park, Regent's Park, Green Park) que no século XIX começaram a ser abertos ao público, vinha desenvolvendo um modelo mais compacto de espaço livre ajardinado - os *squares*, citados no Capítulo 2. Apesar de não se configurarem inicialmente como espaços públicos (e alguns ainda não o são), esses eram espaços paisagísticos ajardinados e de formas regulares que posteriormente influenciaram a produção de muitos espaços públicos pelo mundo, inclusive, os pequenos parques de bairro criados durante a Reforma Haussmanniana de Paris (1852-1870). Já os antigos jardins reais ingleses serviram de inspiração para a criação dos grandes bosques parisienses periféricos criados durante a Reforma, como o *Bois de Boulogne* e o *Bois de Vincennes*.

[83] Entre suas muitas desvantagens, podemos observar que as carruagens não podem ser usadas, e que até mesmo andar a cavalo não é seguro na cidade; não há terreno para expansão, as ruas são muito estreitas para trilhos, e o sítio não é apto para o cavalo de ferro [locomotiva a vapor]. [...] Quanto mais cedo for encontrado um outro sítio para a capital, melhor, mas não é fácil, já disse, apontar uma localidade adequada para o propósito. Tradução da autora.

[84] PEREIRA, 2015.

esse jardim não sobreviveu até o final do século XIX, mas diferentemente de seu antecessor, chegou a ser bastante produtivo e se tornou uma referência, ainda que durante pouco tempo, como espaço público para a população local.

> Além de servir para um belo lugar de recreio aos habitantes da capital, existem nele plantações de chá que produzem anualmente cerca de 6 a 8 arrobas de chá de diversas qualidades. Também há um colmeal que dá 3 a 4 arrobas de cera por ano. Em tempos anteriores experimentaram-se ali a plantação de amoreiras e a criação do bicho da seda. A primeira prosperou bem, a segunda, porém, talvez por falta de conhecimentos práticos dos que dela trataram, não deu resultado satisfatório. (GERBER, 2013, p. 163. Texto original de 1863)

Cláudio de Lima, na obra comemorativa do Bicentenário de Ouro Preto[85], tece muitos elogios ao segundo jardim, dizendo que mesmo que na época esse já estivesse em ruínas, havia registros que, em seu auge, nele se encontravam centro e onze espécies, essências vegetais raras vindas da Índia e da Oceania, e que "Todas as plantas estavam dispostas com arte em terraços, sustentados por muros de pedra, que se comunicavam por escadarias" (LIMA, 1911, In: DRUMMOND, 2011, p. 127). Segundo o autor, a causa mais provável do abandono desse jardim botânico e de sua relevante produção de chá foi a ascensão da cultura cafeeira, que demandava bem menos esforços e gerava lucros maiores, além do desinteresse do poder público em mantê-lo ativo[86].

Um dos motivos que podem igualmente ter influenciado o declínio do segundo jardim botânico da cidade foi a distância em que esse se encontrava das suas centralidades, dificultando um acesso mais natural e quotidiano da população a esse, característica ainda considerada de risco para qualquer espaço público. No entanto, observamos que outra breve experiência de espaço público ajardinado também marcou a história da cidade imperial mas, por mais central que fosse sua localização e por mais integrada que fosse às dinâmicas urbanas, essa não teve um destino muito mais feliz do que o do espaço de cultivo e lazer criado no Passa Dez.

---

[85] In: DRUMMOND, 2011.

[86] O terreno do jardim botânico imperial foi posteriormente dividido como conseqüência da abertura da Rua Padre Rolim, atualmente a principal via de acesso ao centro histórico de quem vem da rodovia BR356. Parte do terreno foi doada à FEBEM, atualmente extinta, e há planos para que nele se desenvolva um centro administrativo municipal.

5.3.2 O Jardim da Praça da Independência

Como discutido previamente, vimos que os jardins botânicos atuaram como precursores de alguns tipos de espaços públicos ajardinados, entre eles, o parque urbano e o passeio público, ambos muito característicos da cultura urbana européia dos séculos XVIII e XIX[87].

---

[87] As origens desses modelos remontam ainda às Revoluções Inglesas, que fizeram com que parte da aristocracia britânica se isolasse em suas grandes propriedades rurais, ao invés de permanecerem concentradas nas cortes reais, como ocorria na França. Assim, observa-se que, principalmente na metade do século XVIII, alguns grandes proprietários começaram a investir relevantes recursos em melhorias em suas terras, tratando a parte mais vinculada às suas residências como jardins de passeio, diferenciando-os sutilmente das áreas agricultáveis e de pastagem que os rodeavam. O tratamento paisagístico dos grandes jardins da aristocracia rural teve várias fontes de inspiração (entre as mais influentes, o naturalismo e o orientalismo), e buscava criar um contraste não apenas com os jardins clássicos franceses - de composição excessivamente geométrica e formal, mas também com o panorama urbano industrial. Este tipo de jardim, de formas naturais e orgânicas - fruto da valorização da paisagem pastoril e pitoresca, apesar de custoso e minuciosamente planejado, tinha um aspecto despretensioso, sendo a antítese de Versalhes. No entanto, para a aristocracia rural, esses jardins também serviam como uma demonstração de riqueza e de elevado nível cultural, distanciando-os ainda mais das demais classes socioeconômicas (BOULTS; SULLIVAN, 2010). Vale aqui lembrar que uma das principais formas de diferenciação social na época era não apenas o acúmulo de capital, mas, principalmente o alto nível cultural e de instrução (a tradicional dupla *wealth and taste* - riqueza e bom gosto), ainda restrito à aristocracia.

Esses jardins de natureza idealizada foram muito associados aos princípios do romantismo que, em resposta aos impactos da industrialização (esgotamento das áreas verdes, grande adensamento populacional e edilício, distanciamento do campo, e vários tipos de poluição), prezavam pela fuga do caos urbano em áreas verdes de paisagens idílicas. No entanto, as grandes propriedades nas quais os jardins paisagísticos ingleses eram encontrados eram restritas a poucas pessoas, não servindo de ambientes de refúgio quotidiano para a população em geral, muito menos para as classes operárias. A partir das reformas sociais do século XIX, a coroa britânica ordenou que, pelo menos os jardins de grande parte das propriedades reais em Londres fosse aberto ao público, assim como suas adequações ao uso como parques, incentivando também a proliferação desses. É interessante observar, no entanto, que todas essas áreas se situavam em endereços mais nobres, sendo os bairros residenciais operários desprovidos de espaços similares. Em 1847, na cidade de Liverpool, na Inglaterra, foi criado o primeiro parque público criado expressamente para esse fim (não sendo uma conversão de antiga área verde real), o Birkenhead Park, de autoria de ninguém menos que Joseph Paxton (o criador do famoso Palácio de Cristal, edifício de ferro e vidro que marcou a Primeira Exposição Universal, realizada de maio a outubro de 1851, no Hyde Park, em Londres). A criação desse, entretanto, não visava apenas oferecer um espaço de lazer à população local, mas também valorizar os terrenos próximos a ele e incentivar suas ocupações (BOULTS; SULLIVAN, 2010). Percebemos que, embora não fosse a especulação a razão principal para sua criação, a construção do Central Park, em Nova York, também valorizou enormemente as propriedades em seu extenso limite.

A partir da metade do século XIX outros grandes parques urbanos começaram a ser inseridos no contexto das grandes cidades européias e americanas, em resposta às consequências negativas da industrialização, mas também por influência das novas classes dominantes. Diferentemente da aristocracia rural do século XVIII, as novas elites não eram sustentadas pelo campo, mas pela indústria, sendo assim essencialmente urbanas. Sendo desprovidas de grandes propriedades, essas demandavam espaços de passeio, desfile social e descanso na cidade, próximas a seus locais de residência e também dos equipamentos culturais os quais frequentavam, reproduzindo assim os costumes das antigas cortes reais. Assim, verificamos que os primeiros parques urbanos, mas também as primeiras praças ajardinadas, tem origem mais direta nesses "jardins de passeio", funcionando, segundo a cultura da época, não somente como locais de lazer passivo, mas também como bolsões verdes - locais fundamentais para a higiene das grandes cidades. Boults e Sullivan (2010) afirmam também que, graças às poucas áreas verdes disponíveis nas grandes cidades, as populações usavam os cemitérios como áreas de descanso e passeio, como o Père Lachaise em Paris (1804). Esses se tornaram elementos comuns (ou, no mínimo, desejáveis) principalmente depois da Reforma Haussmanniana de Paris, na qual a criação de uma densa rede de praças ajardinadas e parques fazia parte do conjunto de ações de modernização da antiga cidade medieval. Nessa reforma, segundo o direcionamento de Jean-Charles-Adolphe Alphand, todos os espaços verdes seguiriam a mesma linha compositiva, diretamente inspirada no jardim paisagístico inglês. Parques de maiores dimensões seriam criados a leste, a oeste, ao norte e ao sul (alguns desses foram estabelecidos em antigas áreas verdes reais, previamente destinadas apenas à frequentação dos membros da corte para a caça e o passeio, como o Bois de Boulogne, na extremidade oeste da cidade), e vários outros pequenos jardins seriam distribuídos ao longo da malha urbana, criando assim áreas de respiro e lazer por toda a cidade. Acreditava-se, inclusive, que a abertura desses espaços ao grande público teria também outro impacto social, pois ao intermediarem áreas residenciais mais ricas e mais pobres, fariam com que, no convívio de classes, os menos instruídos pudessem se educar observando e imitando os mais privilegiados (BOULTS; SULLIVAN, 2010).

No Brasil o primeiro espaço ajardinado urbano a ser aberto ao público foi o Passeio Público do Rio de Janeiro, criado em 1783, ainda com um desenho inspirado no jardim clássico francês. Após um período de decadência, este foi totalmente remodelado em 1862 por Auguste François Marie Glaziou[88], quando ganhou novo desenho inspirado nos jardins ingleses[89]. Iniciativas como essa se alastraram por outras cidades brasileiras apenas na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, perpetuando a imitação do gosto europeu mesmo quando este já se mostrava obsoleto, incompatível com as mudanças culturais aqui manifestas. Assim, observamos que os passeios públicos, em bem maior número que os parques (cujos custos de manutenção eram incompatíveis com a maioria das realidades urbanas brasileiras), representaram uma espécie de moda citadina no Período Imperial. Esses se tornaram um anseio das elites locais de muitas cidades, influenciadas principalmente pela cultura parisiense, que começaram a pressionar os poderes locais para a criação de equipamentos similares.

Na Ouro Preto imperial essa tendência foi expressa com a criação, em 1880, de um pequeno passeio público que ocupou metade da então Praça da Independência[90] (um dos antigos nomes conferidos à Praça Tiradentes), e que teve a duração de um pouco mais de uma década (FIGURA 99). No entanto, através das poucas imagens existentes desse jardim, pode-se perceber que esse não oferecia muitas condições de apropriação, possuindo uma escala muito menor que a dos passeios públicos europeus, se assemelhando a uma miniatura daqueles. O Jardim da Praça da Independência, aparentemente, manteve-se como um elemento majoritariamente estético na praça e observamos que após sua demolição não foram mais produzidas iniciativas como essa na cidade.

Percebemos que hoje o centro histórico não dispõe de sobreviventes das iniciativas de embelezamento urbano através da vegetação, tão características do século XIX em outros centros urbanos. Seus jardins públicos são, na verdade, canteiros, em maioria oriundos de embelezamentos discretos feitos em pequenas ilhas viárias ou espaços residuais ao longo dos séculos XX e XXI, sendo mais característicos dos períodos republicano e turístico.

---

[88] Engenheiro, paisagista e botânico francês que trabalhou no Brasil entre 1858 a 1897, desempenhando, entre outros, a função de Diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial. Fonte: Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/index.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

[89] SAKATA; MACEDO, 2010.

[90] Mais detalhes sobre esse espaço podem ser consultados na análise da Praça Tiradentes presente no Apêndice deste trabalho.

Figura 99: Jardim da Praça da Independência na segunda metade do séc. XIX

Essa fotografia intitulada "Largo da Praça" ilustra uma das poucas iniciativas de ajardinamento da cidade de Ouro Preto no século XIX. No centro deste jardim gradeado vemos a Coluna Saldanha Marinho, primeiro monumento em homenagem à Inconfidência Mineira, que hoje se encontra implantado na Praça Cezário Alvim, no bairro do Pilar. Autor: Guilherme Liebenau. s./d.
Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, 2017.

5.3.3 O Morro da Forca

Outro espaço que, apesar de ter começado a ser utilizado como espaço de sociabilização de forma um pouco macabra, marcou o Período Imperial, foi o Morro da Forca. A prática do enforcamento como pena capital foi se arrefecendo durante o império, principalmente sob a administração de Dom Pedro II, que graças a seu caráter mais humanista, não via com bons olhos esse tipo de punição. No entanto, parte da sociedade escravagista ainda reconhecia nos enforcamentos um meio necessário para conter as revoltas dos cativos, exigindo que esses fossem feitos em local bastante visível para que servissem de exemplo para os outros escravos. Assim, em Ouro Preto, os enforcamentos que até então ocorriam no bairro do Cabeças, foram transferidos para a grande elevação existente entre os fundos da Casa de Câmara e Cadeia e o Córrego do Funil, que a partir de então começou a ser chamada de *Morro da Forca*. Apesar de ser um espaço marcado por esse uso singular durante o império, o Morro da Forca é hoje um dos principais mirantes do centro histórico e, como veremos nos próximos sub-capítulos, muitos planos não concretizados já foram feitos para sua ocupação.

5.3.4 O impacto das novas tecnologias sobre o sistema de espaços públicos

Em relação aos espaços públicos pré-existentes, observa-se modificações relevantes em alguns desses ainda no final do século XIX, pois no ano de 1887 iniciou-se grande parte das obras de infraestrutura subterrânea da cidade, dentre as quais a canalização das águas para abastecimento doméstico, o que deixou muitos dos antigos chafarizes inutilizados. Isto fez com que se esses se

tornassem apenas peças decorativas, e não mais elementos essenciais à sobrevivência, provocando o desaparecimento substancial de algumas formas de apropriação em alguns largos. Alguns espaços públicos muito tradicionais, como a Praça Tiradentes, o Largo do Coimbra e o Largo do Cinema[91], notáveis pelo seu acúmulo de funções e bom posicionamento na malha urbana, se mantiveram como espaços ainda bastante dinâmicos, mesmo com a desativação dos chafarizes, mas outra ameaça à sua vitalidade viria atingi-los apenas dez anos mais tarde, com a transferência da capital do estado para Belo Horizonte.

No final do Período Imperial a cidade testemunhou uma breve retomada de crescimento graças a inauguração da linha férrea em 1888. Essa não provocou um grande *boom* de desenvolvimento, como ocorrido em outras cidades, mas também não passou desapercebida. Situada no encontro dos bairros Pilar e Barra, a chegada da ferrovia impulsionou não apenas a economia local, mas também uma tímida expansão da cidade em direção ao sul, provocando a abertura de algumas poucas vias, praças e largos, como o Largo Frei Vicente Botelho (caracterizada como praça nesta pesquisa) e a Praça Prefeito Amadeu Barbosa (que no Período Colonial ainda possuía aspecto de largo).

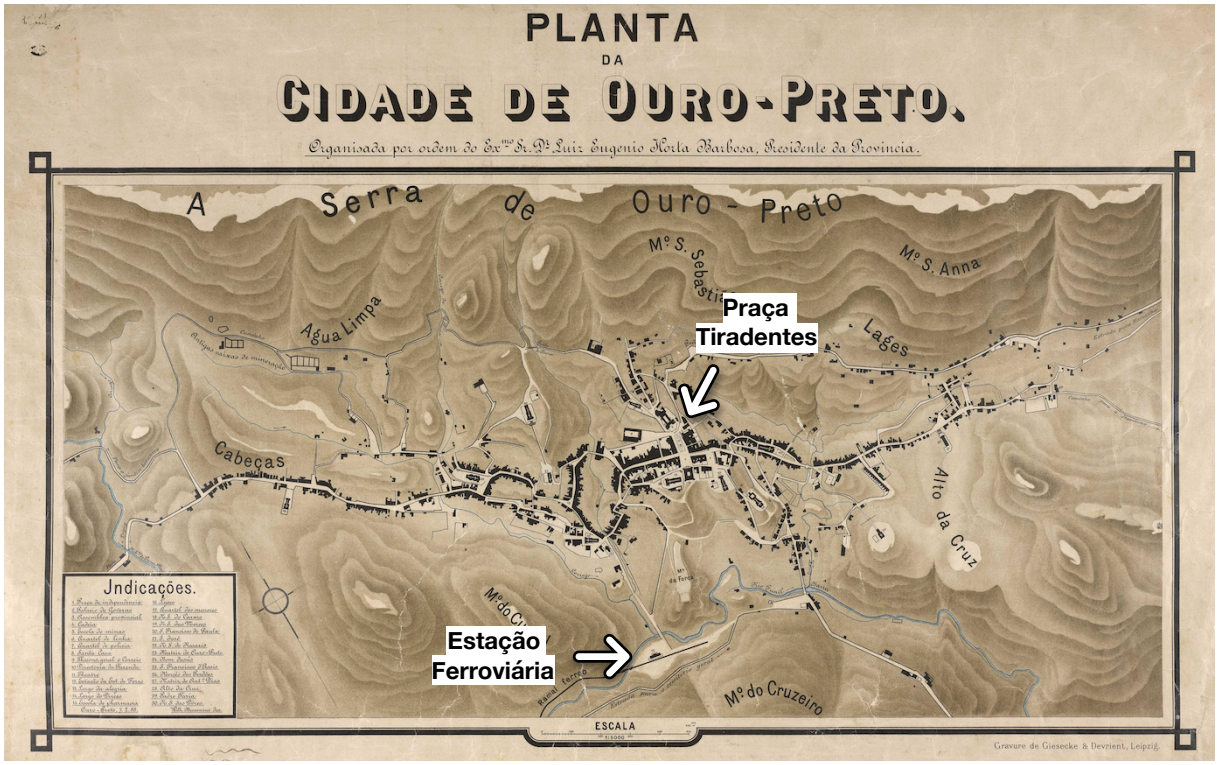
Apesar desses acontecimentos, ao compararmos o mapa de Gerber com o de Brosenius (FIGURAS 98 e 100), verificamos que o tecido urbano se desenvolveu muito pouco no intervalo de mais de 20 anos que os separam, refletindo a estagnação econômica da cidade e sua pequena capacidade de atrair mais habitantes, mesmo com o desenvolvimento dessas novas tecnologias e com a absorção de novas funções, como a educacional. Assim, observamos que no Período Imperial a expansão em direção ao sul (Barra e Morro do Cruzeiro) se deu ainda de forma lenta, ganhando relevância apenas na metade do século XX, já no Período Republicano, quando outras atividades impulsionaram o crescimento da cidade.

Mesmo que tenham sido poucos os espaços públicos criados nessa época, e que algumas das experiências mais inovadoras não tenham subsistido à passagem do tempo, vemos que essas foram relevantes para a compreensão dos anseios da sociedade do Período Imperial. Essas experiências também foram importantes no anúncio de novos costumes e práticas sociais que amadureceram com a mudança de regime e com a chegada do século XX, se espacializando mais significativamente na cidade republicana.

---

[91] Nomes atuais.

Figura 100: Mapa da Imperial Cidade de Ouro Preto em 1888 (de W. Brosenius)



Modificado pela autora.
Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, 2017.

5.4 Período Republicano

Se a cidade de Ouro Preto ainda conservou certa importância durante o regime imperial, na chegada do regime republicano, o reconhecimento dos problemas de infra-estrutura, abastecimento e a dificuldade de expansão da zona urbana fizeram com que essa perdesse o posto de capital do estado de Minas Gerais em prol de Belo Horizonte, criada especialmente para esse fim. Além das questões técnicas, funcionais, higiênicas, políticas e econômicas, destacaram-se também as questões estéticas e simbólicas, pois "a velha cidade não servia mais, por ser incompatível com a imagem de racionalidade e progresso que o positivismo republicano propagava e exigia" (MENICONI, 1999, p.65). Assim, observamos que a chegada da República marcou fortemente a história da cidade. O processo de esvaziamento decorrente da transferência da sede do governo estadual para Belo Horizonte[92] perdurou por algumas décadas, período no qual Ouro Preto passou por um segundo e mais intenso processo de decadência, sendo o crescimento retomado apenas na segunda metade do século XX, com o surgimento de novas vocações econômicas.

[92] Segundo Meniconi (1999), mais de 45% da sua população emigra a partir da inauguração da nova capital.

5.4.1 A importância dos espaços públicos no Plano de Melhoramentos da Capital

No final do séc. XIX, a escolha de outro sítio para a capital dividiu opiniões, colocando em questão não apenas a perda da sede do estado, mas também o destino da antiga cidade. Um dos maiores defensores da manutenção de Ouro Preto como capital, Diogo de Vasconcellos[93], juntamente com outros "anti-mudancistas"[94], chegou a traçar algumas interessantes estratégias para evitar a transferência para Belo Horizonte. Criou, em 1891, uma Empresa de Melhoramentos da Capital que, em seis ou sete anos, deveria remodelar a cidade através de várias intervenções[95], muitas delas baseadas na "modernização adequada" da cidade através da criação de espaços públicos mais condizentes com aqueles tempos e com a própria relevância da cidade em nível nacional. Essas intervenções, no entanto, já evidenciavam um caráter de conservação, pois deveriam respeitar a paisagem colonial do núcleo antigo, sendo implantadas em suas então margens, nas áreas consideradas de expansão. Entre as propostas destacava-se a do arrasamento do Morro da Forca até o nível do chamado Caminho Novo[96], sendo que o platô resultante da obra deveria abrigar futuramente a construção de edifícios e de embelezamentos urbanos, e até mesmo de um novo Passeio Público para a cidade[97].

Muitas outras propostas relacionadas a criação de espaços públicos chegaram a ser colocadas, como a construção de um "largo em frente ao theatro, para ser plantado" (INTENDENCIA..., 1891, p.4)[98], evidenciando a influência dos já mencionados valores paisagísticos do séc. XIX; ou então a construção de "duas grandes praças, uma em frente à igreja de Antônio Dias[99] e outra defronte a Matriz do Pilar, além do estabelecimento de praças menores por toda a cidade" (NATAL, 2007, p. 45)[100]. Entretanto, as ações efetivamente presentes no contrato das obras a serem efetuadas[101] seriam, além do desmonte do Morro da Forca: o aterro do vale do Ribeirão do Funil e a construção

---

93 Intelectual e político conservador de orientação monarquista; à época, Presidente da Câmara de Ouro Preto.

94 Como eram chamados os contrários à mudança da capital.

95 NATAL, 2007.

96 Hoje, Rua Xavier da Veiga. Essa foi a única obra grande devidamente iniciada do conjunto previsto no "Plano de Melhoramentos da Capital", de 1892, que criou o pequeno platô hoje existente no referido morro e que, muito antes de ser concluída, provocou o esgotamento dos recursos municipais.

97 Informações mais detalhadas sobre a história do Morro da Forca e demais propostas de intervenção nesse estão disponíveis no Apêndice deste trabalho.

98 Essas e outras informações sobre os Melhoramentos da Capital encontram-se disponíveis em muitos números do jornal *O Estado de Minas Geraes: Orgão Official* que foram publicados nos anos 1890.

99 Efetivamente construída apenas no século XXI, em frente ao adro, no lugar do conjunto de casas demolidas ainda na primeira metade do século XIX.

100 Destaca-se o levantamento de muitas outras propostas elaborado por Natal (2007), em extensa pesquisa nos Livros de Atas da Câmara Municipal de Ouro Preto.

101 Disponível na Coleção Obras de Melhoramentos da Capital no APMOP.

nele de casas; a construção de um teatro para seiscentos espectadores; de um matadouro; de um mercado em ferro e vidro com local para abrigo de tropas; o empreendimento de reparações no antigo mercado; o alargamento da Rua do Jangadeiro[102] e recuo do muro da Igreja do Carmo, melhorando o calçamento que ia do Teatro até a Cadeia passando pelo Congresso[103]; instalação de uma linha de bondes pelas ruas onde isto se fizesse possível e, se necessário, de um elevador para melhorar a conexão entre a estação ferroviária e a "cidade"; o repovoamento da cidade com colonos nacionais ou estrangeiros; e o estabelecimento de fábricas industriais.

Assim, vemos que era inegável a vontade de se desenvolver a cidade, fazendo com que a antiga cidade colonial pudesse se adequar às demandas da sociedade republicana às vésperas da chegada do século XX. Percebe-se que nesse período era clara e onipresente a discussão acerca da criação de novos espaços públicos, como se esses fossem elementos indissociáveis do progresso e da boa urbanização. Como previamente mencionado, muitas dessas iniciativas não foram realizadas, mas ainda em 1891 a cidade já recebeu a instalação do sistema de energia elétrica, a primeira linha telefônica e os primeiros calçamentos de paralelepípedo, grandes avanços para a época[104], alguns de grande impacto para uma melhor fruição do espaço urbano.

Podemos destacar também a criação de uma Planta de Melhorias, claramente baseada na nova urbanística européia, na qual se propunha a criação de um *boulevard* fartamente arborizado, que seccionaria ao meio um jardim com paisagismo inglês localizado em seu centro[105] (FIGURAS 101 e 102). Este *boulevard*, que na prática serviria de via sanitária com a canalização (mas não cobertura) do Córrego do Ouro Preto[106], seria, em conjunto com o Passeio Público do Morro da Forca, o novo destino intendido para as elites ouropretanas. Este fato pode ser evidenciado através da análise do estilo eclético das edificações propostas no projeto, assim como do tipo de uso que essas deveriam abrigar. Em uma delas podemos ler "Café Paris - Restaurant" e no desenho em planta podemos identificar a implantação da nova sede da Câmara Municipal e do

---

[102] Atual Rua Costa Sena.

[103] Que na época ocupava o edifício para onde se mudou, alguns anos depois, a Escola de Farmácia.

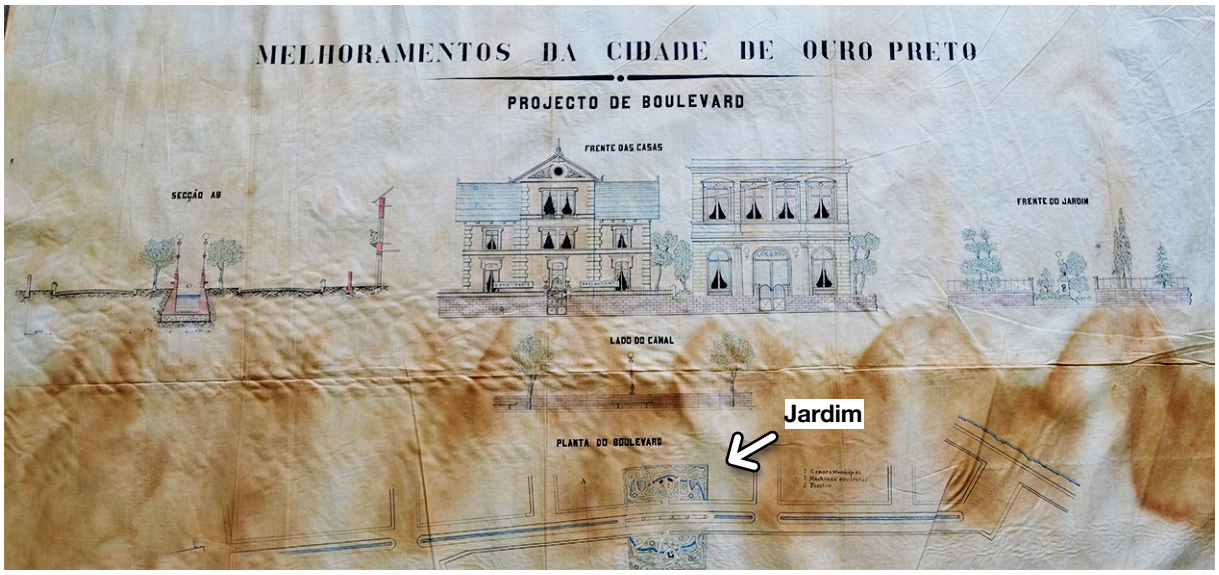
[104] NATAL, 2007. O calçamento das ruas, quando existente, ainda era feito com seixos muito irregulares e com eventuais capistranas.

[105] A criação do *boulevard* como imaginado não se concretizou. Entretanto, posteriormente, em uma área similar àquela representada no projeto, vemos que houve efetivamente a canalização do Córrego do Ouro Preto para dar lugar a uma via sanitária que recebeu o nome de Rua Diogo de Vasconcellos, idealizador do projeto original. O desenho não tem todas as informações necessárias para se afirmar com certeza que se trata do mesmo espaço, mas há muitos indícios que seja essa a região, antigamente chamada de Praia do Circo, na qual se imaginou a construção do *boulevard*.

[106] O controle da vazão do Córrego Ouro Preto se fazia urgente na época, pois frequentemente ocasionava a inundação das edificações e atividades instaladas na região conhecida como Fundos do Ouro Preto, Praia do Manejo, ou Praia do Circo, que ia dos fundos da Igreja do Pilar até a Estação Ferroviária. (NATAL, 2007)

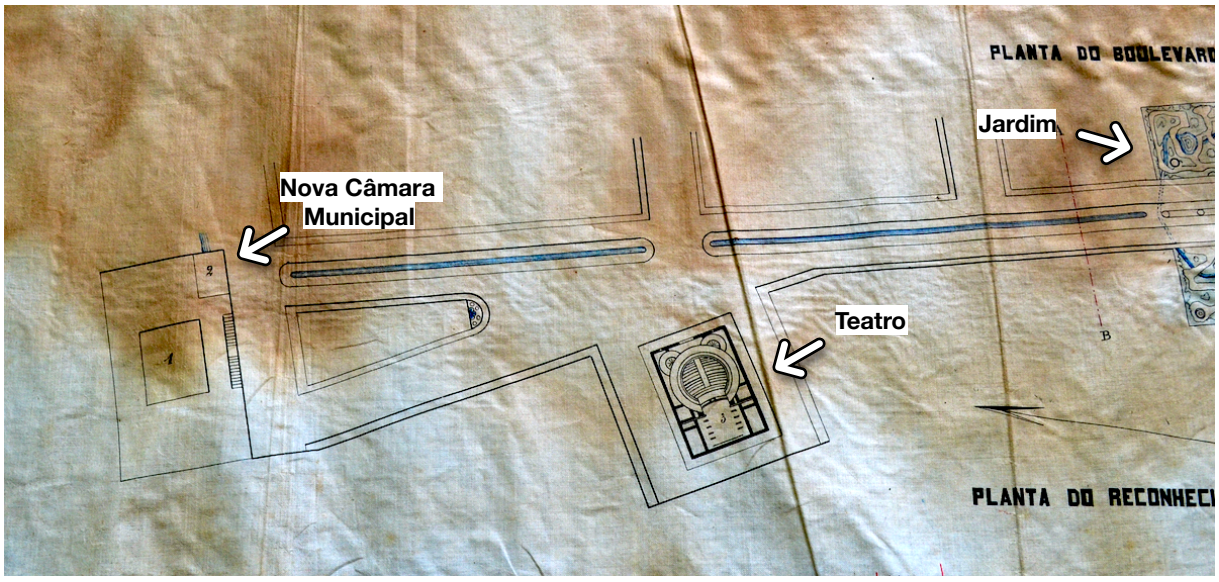
novo Teatro na região, em uma das extremidades do boulevard. Dessa forma, o projeto consolidaria uma divisão do tipo "cidade alta-cidade baixa" tão tradicional a outras cidades de origem colonial portuguesa no Brasil, sendo que a cidade-baixa seria não apenas o *locus* do comércio, mas também da cultura e do desfile urbano, contrapondo cidade-colonial e cidade-republicana. No entanto, não se vê nessas iniciativas a preocupação com uma democratização desses lugares, cujos projetos parecem ter se espelhado exclusivamente nos ideais europeus da elite burguesa, refletindo a cultura de espaços públicos dominante na época.

Figura 101: Planta de Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto



Nessa planta, que faz parte da coleção Obras de Melhoramentos da Capital, podemos ver o projeto para o boulevard, com a canalização do Córrego do Ouro Preto e a implantação de jardim em estilo inglês. Autor desconhecido. 1892.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2017.

Figura 102: Planta de Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto (ampliação)



Podemos observar que na porção norte do *boulevard*, à esquerda do previsto jardim, seriam implantadas a nova sede da Câmara Municipal e também o novo Teatro Municipal. Planta disponível no APMOP. Autor desconhecido. 1892.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2017.

Outra iniciativa relevante desse período foi a criação de um plano de expansão da cidade em direção ao Morro do Cruzeiro, contradizendo o argumento dos chamados "mudancistas" de que a cidade não poderia crescer. Em 1893, a Empresa de Melhoramentos da Capital encomendou o plano ao engenheiro João Francisco Blaksley, que desenvolveu um projeto de quarteirões regulares capaz de abrigar mais de 53.000 habitantes no mencionado morro[107]; que seria dotado de planos inclinados e conectado ao Morro da Forca por bondes, de trilhos assentados em um viaduto de 331m de comprimento, passando a 76m de altura do Ribeirão do Funil[108].

Através da divulgação de todos esses projetos, a animação inicial com a modernização da cidade parece ter sido intensa, mas o investimento nessas obras foi aos poucos perdendo seus defensores - talvez pelo reconhecimento de que não haviam condições financeiras o suficiente para tal[109], mas também porque parte das classes dominantes finalmente foi embora da cidade para a recém inaugurada Belo Horizonte[110]. O abandono dos habitantes provocou o esvaziamento de grande parte do centro antigo, provocando o arruinamento de muitas edificações e uma grande decadência econômica, dificultando a sobrevivência dos que ali permaneceram e impactando enormemente a vitalidade dos espaços públicos existentes.

5.4.2 A construção do Monumento a Tiradentes

Alguns anos antes da transferência da sede do estado para a nova capital, observa-se que junto ao investimento no eixo sul da cidade, que visava provocar sua modernização e ressignificação, a praça principal da cidade também foi alvo de uma intervenção ao mesmo tempo simbólica e morfológica. Com a República, observa-se que a então esquecida figura de Tiradentes, mártir da Inconfidência Mineira, é escolhida como um dos símbolos do novo regime, ultrapassando sua relevância local e atingindo reconhecimento nacional. Seu nome é conferido à antiga Praça da Independência, nome que refletia o Período Imperial, e no centro dessa é lançada, em 1892, a pedra fundamental do Monumento a Tiradentes, inaugurado apenas em 1894[111].

---

[107] Hoje região da Bauxita, que efetivamente se tornou o vetor de expansão da cidade, abrigando, entre outros, os *campi* do IFMG e da UFOP.

[108] MENICONI (1999).

[109] Em 1893 a cidade passa por expressiva crise econômica e financeira, muito dela resultante do início das obras e da má administração dos recursos provenientes do município, mas também do Governo do Estado. As obras cessaram definitivamente em 1895 (NATAL, 2007).

[110] A nova capital é oficialmente inaugurada em 12 de dezembro de 1897.

[111] A intenção de se edificar um novo monumento em glória aos Inconfidentes coincide com a promulgação da Primeira Constituição Mineira republicana, em 1891. O atraso na contratação e execução da obra, entretanto, fez com que essa não pudesse ser inaugurada ainda em 1892, data do centenário da execução de Tiradentes, ocorrendo apenas dois anos depois. Fonte: APMOP. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/search?q=Monumento+a+Tiradentes>. Acesso em: 21 mar. 2018.

O Monumento a Tiradentes criou, pela primeira vez, uma certa inversão de pontos focais na praça, marcando seu centro com um elemento vertical de grande porte (19m de altura), desviando assim a atenção do observador dos dois grandes prédios administrativos locados em suas extremidades, ambos símbolos do poder colonial. Pela primeira vez criou também uma área assentável e de livre apropriação em seu centro, permitindo não apenas o descanso do corpo no recinto da praça, mas também definindo pontos de contemplação de seu entorno edificado e incentivando as pequenas formas de sociabilização quotidianas. Desde então, percebe-se que a parada junto ao monumento, ainda que momentânea, se tornou uma prática rotineira, tanto por aqueles que a visitam, quanto por aqueles que frequentam quotidianamente o local por motivos de trabalho ou outros.

5.4.3 A arborização dos espaços públicos

Mesmo com a transferência da capital, observamos que as tentativas de modernização da antiga Imperial Cidade, ainda que tímidas, se perpetuaram por mais alguns anos. No final do séc. XIX e nos primeiros anos do séc. XX, a cidade recebeu arborização em algumas das suas principais vias, como a Rua das Flores; em alguns dos adros mais relevantes, como o da Igreja de São Francisco de Assis e o de Nossa Senhora do Carmo; e até mesmo em seu principal espaço público - a Praça Tiradentes (FIGURA 103). Essa arborização era um reflexo não apenas dos ideais de modernidade dos séc. XIX e XX, mas também um indício de que os hábitos de sociabilização em Ouro Preto, e de que a relação com o próprio espaço urbano, começavam a mudar[112].

Observamos, no entanto, que essas intervenções ainda pareciam ser muito desarticuladas de conhecimentos técnicos, ou que, por mais que se intentasse "civilizar" a vida urbana, os hábitos locais não refletiam os costumes vistos em cidades mais ajardinadas, cujo desfile em passeios públicos e *boulevards* fazia efetivamente parte do quotidiano[113]. Junto à arborização da praça não foram implantados bancos ou quaisquer outros tipos de assento, salvo o já mencionado na base do Monumento a Tiradentes, o que nos faz indagar se os governantes locais não detinham muita informação sobre a ambientação de praças, se havia uma reticência efetiva a conferir uma paisagem mais moderna ao antigo espaço público, ou se havia um receio em limitar sua

---

[112] Mais detalhes sobre o plantio e a remoção dessas árvores se encontram disponíveis no Apêndice, na análise da Praça Tiradentes e também de outros espaços que receberam arborização nessa mesma época, como o Adro da Igreja São Francisco de Assis e o Largo Orlando Trópia.

[113] Percebe-se na Figura 103 que as copas das árvores plantadas na Praça Tiradentes, embora pudessem ter oferecido bastante sombreamento ao árido platô, eram constantemente mantidas podadas, muito provavelmente para que não se ampliassem horizontalmente e não obstruíssem a visão do casario. No entanto, o formato alongado (ou cônico), aparentemente não natural à morfologia daquelas espécies, não criou um conjunto paisagístico muito harmônico, transparecendo a falta de domínio técnico daqueles que decidiram sob seu plantio e manutenção.

flexibilidade de uso e apropriação ao dotá-la de mobiliários fixos, ainda que pudessem incentivar um maior número de atividades de permanência no quotidiano. De qualquer maneira, todas as árvores parecem ter sido removidas ainda nos anos 1930, pois depois dessa época não encontramos mais registros dessas em nenhum mapa ou fotografia.

Figura 103: Praça Tiradentes arborizada na década de 1920

Podemos observar nesta imagem, que retrata a visita do então Presidente da República Epitácio Pessoa à Ouro Preto, a existência de árvores de grande porte já bem desenvolvidas na Praça Tiradentes, indicando que no momento da foto elas já poderiam ter sido plantadas há mais de quinze ou vinte anos. Autor desconhecido. 1922.
Fonte: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2017.

5.4.4 A opção pela paisagem colonial

O corte das árvores que permearam alguns dos espaços Públicos de Ouro Preto no início do século XX muito provavelmente esteve associado ao início de uma contra-corrente, oposta às iniciativas de modernização, que despontou na década de 1930, na qual começou-se a valorizar a cidade como cidade histórica, cidade-monumento, e relíquia de tempos passados. Segundo essa corrente, a decadência inicial pode ter impactado negativamente a cidade em alguns aspectos, mas foi esta justamente a responsável pela preservação de grande parte do seu patrimônio histórico, considerada sua última grande riqueza.

Como discutido no Capítulo 3, o reconhecimento do valor histórico e artístico da cidade pelos chamados Modernistas e pelas próprias gestões municipais do início dessa década fez com que fossem empreendidas várias medidas de congelamento da paisagem colonial, e até de reversão de interferências mais recentes. Assim, as edificações em estilo eclético que trouxeram ares mais sofisticados a alguns dos principais espaços públicos da cidade, como no Largo do Cinema (o

antigo edifício do Banco de Comércio e Indústria e o antigo Liceu, hoje Ministério Público e Cine Vila Rica, respectivamente), no Largo do Coimbra (Mercado Municipal, já demolido), no Largo Orlando Trópia (Escola Estadual Pedro II), no Largo de Marília (Escola Marília de Dirceu) e também na Praça Tiradentes (antigo edifício do Fórum, hoje CAEM) foram ou demolidas, ou despidas de seus ornamentos característicos e transvestidas com acréscimos "coloniosos" para que não destoassem do antigo conjunto edificado.

Como consequência maior, vemos que a preocupação de alguns grupos com o desaparecimento da paisagem colonial da cidade e a rejeição à modernização do tecido mais antigo não apenas provocou interferências pontuais na paisagem urbana, mas suscitou, a partir de então, uma série de medidas voltadas à conservação do patrimônio colonial, algo pioneiro no Brasil[114]. No entanto, acreditamos que ela também tenha provocado um grande impacto no sistema de espaços livres de uso público existente, decidindo, baseado em princípios mais estéticos do que sociais ou funcionais, o destino de vários dos adros, largos e praças antigos. Assim, relegou-se a esses a tarefa de cumprir mais uma função de cenário do que de espaço de fruição da cidade e da coletividade. Desta forma, tendo recriado no tecido mais antigo uma paisagem colonial condizente com as expectativas da população mais conservadora e também dos turistas, grupo que começava a crescer, destinou-se às áreas de expansão a tarefa de responder as reais necessidades da população da era republicana, buscando construir ali espaços públicos ajardinados e melhor equipados para as demandas de lazer e sociabilização dos novos tempos.

5.4.5 O desenvolvimento do eixo Pilar-Barra: novos usos e praças ajardinadas

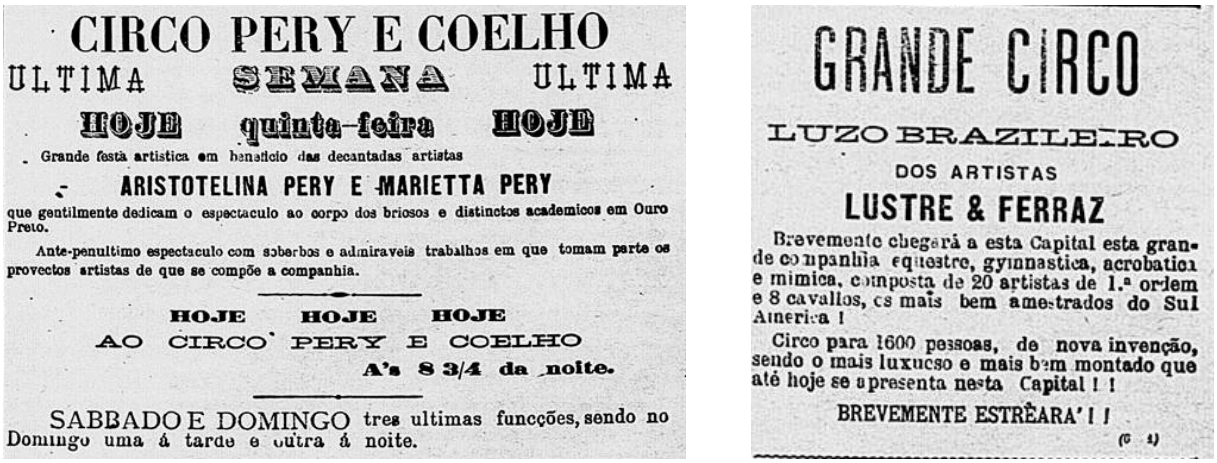
Se no tecido urbano que se desenvolveu orbitando em volta da Estrada Tronco iniciou-se um processo de congelamento, vemos que, mesmo que grande parte das obras presentes no Plano de Melhoramentos da Capital não tenham se efetivado, no Período Republicano a cidade realmente apresentou um crescimento em direção ao vetor sul. Este foi incentivado não apenas pela disponibilidade de terrenos ainda ocupáveis, mas também graças à implantação da Estação Ferroviária, ação de relevância derradeira do Período Imperial na cidade. Assim, o parcelamento das áreas atrás da Igreja do Pilar e a abertura da Rua Diogo de Vasconcellos conectou essa que foi uma das primeiras áreas de ocupação da antiga Vila Rica ao acesso à ferrovia, inaugurando também novos usos e fluxos.

A região onde tinha sido planejada a construção do boulevard e de seu jardim central na Planta de Melhorias de 1892 teve uma ocupação lenta e gradual ao longo do século XX. Ainda no final do século XIX, essa área nas margens do Córrego do Ouro Preto ainda se configurava como um

[114] Como descrito nos planos e ações de conservação de Ouro Preto analisados no Capítulo 3.

grande vazio, de ocupação inibida pelas frequentes enchentes provocadas pelo curso d'água ali presente. Até que a canalização do córrego pudesse facilitar a edificação e o uso regular dessas áreas, percebe-se que essa região, chamada anteriormente de Fundos do Ouro Preto, foi intensamente utilizada para a instalação de estruturas efêmeras, que trouxeram à cidade novas formas de entretenimento e de sociabilização (FIGURA 104). Os circos, presentes na cidade desde o fim do Período Imperial, e mais tarde, os parques de diversão, eram atividades itinerantes que requeriam grandes áreas planas para sua instalação e funcionamento, indisponíveis nas áreas mais antigas e tradicionais da cidade. Mesmo que, em termos de área, a Praça Tiradentes pudesse acolhê-las, o tempo de permanência dessas estruturas na cidade (geralmente indo de algumas semanas até alguns meses) faria com que a praça principal de Ouro Preto ficasse impossibilitada de servir a outros fins, sendo assim, evitada.

Figura 104: Anúncios de espetáculos de companhias circenses nos jornais de Ouro Preto do final do século XIX



CIRCO PERY E COELHO

ULTIMA SEMANA ULTIMA

HOJE quinta-feira HOJE

Grande festa artistica em beneficio das decantadas artistas

ARISTOTELINA PERY E MARIETTA PERY

que gentilmente dedicam o espectaculo ao corpo dos briosos e distinctos academicos em Ouro Preto.

Ante-penultimo espectaculo com soberbos e admiraveis trabalhos em que tomam parte os provectos artistas de que se compõe a companhia.

HOJE HOJE HOJE

AO CIRCO PERY E COELHO

A's 8 3/4 da noite.

SABBADO E DOMINGO tres ultimas funcções, sendo no Domingo uma á tarde e outra á noite.

GRANDE CIRCO

LUZO BRAZILEIRO

DOS ARTISTAS

LUSTRE & FERRAZ

Brevemente chegará a esta Capital esta grande companhia equestre, gymnastica, acrobatica e mimica, composta de 20 artistas de 1.ª ordem e 8 cavallos, os mais bem amestrados do Sul America !

Circo para 1600 pessoas, de nova invenção, sendo o mais luxuoso e mais bem montado que até hoje se apresenta nesta Capital ! !

BREVEMENTE ESTRÊARA' ! !

Fonte: (CIRCO..., 1984c) e (GRANDE..., 1894)

Os vazios hoje fragmentados e conhecidos pelos nomes Praça Barão do Rio Branco, Praça Juvenal Santos e Praça da UFOP, juntos configuravam uma área que foi denominada no Período Republicano como Praia do Circo, nome que até hoje é utilizado por parte da população para se referenciar àquela região[115]. Dissociados das antigas práticas religiosas e cívicas, os espetáculos oferecidos pelos grupos circenses dinamizaram não apenas a vida social da população local, esmaecida pelo esvaziamento provocado pela inauguração da nova capital, mas evidenciaram o gosto pela novidade que a efemeridade e a rotatividade de companhias proporcionava. Deram também significação a essa porção baixa da cidade, desvinculada de grandes monumentos religiosos e históricos, o que lhe confere até hoje um ambiente mais leve e descontraído.

[115] Mais informações sobre a Praia do Circo se encontram disponíveis nas análises das praças supracitadas no Apêndice deste trabalho.

Com o passar dos anos e com a retomada do crescimento da cidade, essa região foi sendo ocupada por residências e também por equipamentos de maior porte, como o Parque Metalúrgico, ligado à Escola de Minas. Aos poucos se tornou também uma espécie de centro administrativo, quando no último quartel do século XX começou a abrigar várias repartições do poder público municipal. Esses novos usos e as transformações advindas do progresso trazido pelo século XX impulsionaram uma urbanização mais formal da área, fazendo com que no lugar de muitos antigos vazios que ainda guardavam aspectos de largos ou de áreas residuais, fossem criadas pequenas praças ajardinadas. Este foi o caso da Praça Barão do Rio Branco, da Praça Juvenal Santos, da Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães e até mesmo do tratamento da Praça Américo Lopes, antigo vazio situado ao lado da Igreja do Pilar.

Todos esses espaços receberam, no Período Republicano, um tratamento que lhes conferia um ar bucólico, de ajardinamento simples e acabamentos em pedra, quase como uma tentativa de modernizar esses espaços que, ao mesmo tempo, respondesse aos novos valores estéticos urbanos sem criar grandes contrastes com o cenário colonial vizinho. Se destaca apenas o projeto da praça ajardinada situada na Praça Cezário Alvim (antigo Largo ou Praça da Estação). Apesar do espaço ocupado por ela ter sido criado a partir da implantação do prédio da Estação Ferroviária, consideramos que sua utilização como espaço de lazer e encontro tenha ocorrido verdadeiramente no Período Republicano, pois nos primeiros anos de funcionamento, a ferrovia ainda teve um funcionamento muito tímido e intermitente, sendo o espaço em volta da edificação apenas um vazio disforme. Apenas no início do século XX este espaço público começou a ser mais frequentado, recebendo melhorias que comprovaram sua relevância para a população da época. Assim, em 1925, o antigo largo recebeu ajardinamento na porção exatamente em frente à estação, de projeto de inspiração eclética, delicado e romântico.

Ao crescimento da ocupação no vetor Pilar-Estação, somou-se o crescimento no vetor Antônio Dias-Barra-Estação, criando uma circulação ao longo dos Córregos do Ouro Preto e do Funil que integrou a parte baixa da cidade. Esse aumento dos fluxos e de ocupação impactou também alguns espaços públicos de origem imperial, que foram repaginados segundo o gosto republicano, como ocorreu na Praça Prefeito Amadeu Barbosa[116], ao mesmo tempo que criou, no antigo Largo do Jogo da Bola, a Praça de Esportes de Ouro Preto, atual OPTC (Ouro Preto Tênis Clube, hoje não mais aberto ao público de forma indiscriminada). É curioso observar que o modelo de praça de lazer passivo predominou em toda essa região, e que, mesmo após algumas intervenções, em nenhuma das praças criadas ou transformadas no Período Republicano encontramos

[116] As transformações sofridas pelas praças Prefeito Amadeu Barbosa, Cezário Alvim, Barão do Rio Branco, Juvenal Santos, entre outros espaços citados nesse capítulo encontram-se descritas e ilustradas no Apêndice deste trabalho. Essas informações encontram-se, no entanto, detalhadas nas análises de cada um desses espaços públicos.

equipamentos dedicados ao lazer ativo - uma demanda muito latente nas cidades a partir da segunda metade do século XX. Assim, vemos que durante todo esse período a adaptação às novas demandas foi finalmente repelida da parte mais antiga do centro histórico (da "cidade alta"), mas também não chegou a se desenvolver plenamente na parte mais recente ("cidade baixa"), deixando uma lacuna a ser preenchida no período subsequente.

5.4.6 As novas vocações da cidade e as conseqüências do crescimento urbano

Durante a primeira metade do século XX percebemos que a cidade sofreu, efetivamente, com a estagnação provocada pelo esvaziamento populacional e pelo declínio econômico. Esta foi em parte salva pelas atividades educacionais que nela permaneceram, continuando a atrair estudantes de muitas regiões. Apesar das antigas escolas criadas na era imperial já caracterizarem o município como *locus* de ensino, essas faziam parte de um conjunto mais amplo de atividades, próprias a uma capital de estado. Após a perda do papel de capital, essas escolas se mantiveram na cidade e ganharam endereços privilegiados[117], colaborando para que o centro antigo se mantivesse vivo. Durante todo esse século, Ouro Preto continuou a se desenvolver como um importante centro de formação educacional, de alcance regional e nacional, graças também à criação, em 1944, da Escola Técnica Federal de Ouro Preto[118] (atual IFMG).

Ainda na primeira metade do século XX, outro acontecimento impactou a cidade, tendo múltiplos desdobramentos até a época atual. Graças à riqueza mineral de seu subsolo, o município se tornou mais uma vez um pólo de extração, desta vez voltada não ao ouro, à pedra-sabão ou ao quartzito, mas ao ferro e à bauxita. A criação da Elquisa - Electro Chimica Brasileira S.A. em 1934, foi facilitada pela administração municipal que, em regime de concessão, forneceu terras para a implantação de suas instalações na região periférica de Saramenha, desconectada do caminho-tronco e das dinâmicas ouropretanas[119]. Adquirida em 1950 pela ALCAN - Aluminium Limited, as atividades minerais e metalúrgicas da antiga Elquisa se tornaram importantes fontes empregadoras, responsáveis por grande parte da redinamização da cidade, que passou de 8.751 habitantes em 1950 para 25.252 habitantes em 1970[120]. Apesar de novas áreas habitacionais terem sido estabelecidas no entorno imediato da indústria de beneficiamento, deslocadas do centro histórico,

---

[117] O antigo Palácio dos Governadores foi cedido para a Escola de Minas, assim como a antiga Assembléia Provincial (atual CAEM - Centro Acadêmico da Escola de Minas), também localizada na Praça Tiradentes. O prédio do Congresso Mineiro, ainda novo na época da transferência da capital, foi destinado ao funcionamento da Escola de Farmácia, hoje transformado em Museu da Farmácia.

[118] Que funcionou anexa à Escola de Minas da Praça Tiradentes até 1964, quando ganhou campus próprio na Bauxita, nas antigas instalações do 10º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro. Fonte: IFMG. Disponível em: <http://www.ouropreto.ifmg.edu.br/instituicao/historico>. Acesso em: 19 nov. 2017.

[119] ROCHA, 2013.

[120] MENICONI, 1999.

essas ainda se viram dependentes dele para toda e qualquer atividade de comércios e serviços, provocando nesse impactos diversos.

Verificamos que a expansão em direção à Saramenha foi também ratificada nas últimas décadas do século XX pela transferência das atividades da Escola Técnica para a região da Bauxita em 1964 e pela criação, em 1969, da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, unindo as tradicionais Escola de Farmácia e Escola de Minas. A UFOP foi agraciada com um dos primeiros terrenos explorados pela Elquisa para a instalação de seu *campus*, e começou, desde então, um processo de expansão gradual de seus cursos, fazendo com que a cidade se destacasse novamente no cenário nacional, atraindo uma população semi-flutuante considerável e fomentando toda uma economia ligada à logística educacional[121].

O crescimento das atividades educacionais foi aos poucos alterando o perfil da cidade, fazendo com que houvesse um aumento da demanda por novos espaços de lazer tanto passivo quanto ativo, ou pela adaptação dos espaços livres existentes a esses fins. No entanto, como previamente mencionado, percebemos que ao longo do Período Republicano foram criados poucos espaços públicos que oferecessem atrativos mais adequados à cultura da época, como brinquedos infantis e equipamentos desportivos. Os poucos equipamentos desse tipo criados até os anos 1980 podem ser avistados apenas em áreas mais periféricas, distantes do centro histórico. A grande atratividade da Praia do Circo também se esmaeceu com o declínio da própria atividade circense e com a ocupação formal dessa porção do bairro do Pilar. Assim, vimos que as adições e intervenções no sistema de espaços públicos que marcaram o período propiciaram atividades voltadas majoritariamente ao descanso, à contemplação e a pequena sociabilização, cumprindo uma função mais voltada ao embelezamento urbano do que ao desfrute real da experiência urbana, como se houvessem sido criadas um século mais tarde do que deveriam. Desta forma, não representam, até os dias atuais, equipamentos de forte atração nem para os turistas, nem para a população local, se configurando, com poucas exceções, como espaços de caráter muito local e de pequeno dinamismo.

Concluindo, observamos que o estabelecimento e desenvolvimento de novas atividades em Ouro Preto trouxe novas funções à cidade, fazendo com que esta não restasse exclusivamente como um memorial dos tempos passados; entretanto, essas atividades provocaram um crescimento

---

[121] Atualmente a Universidade conta com atividades em 3 campi, um em Ouro Preto, um em Mariana e um em João Monlevade, oferecendo 42 cursos de graduação e 34 de pós-graduação. Segundo informações disponibilizadas pela PRECAM (Prefeitura do Campus), apenas no campus de Ouro Preto, situado no Morro do Cruzeiro, em terreno previamente mineirado pela Elquisa, circulam diariamente cerca de 13.340 pessoas, entre alunos, professores, funcionários e visitantes.

urbano dissociado da produção de novas áreas significativas de lazer e encontro. Assim, durante todos os períodos de ascensão e declínio citados, verificamos que o centro histórico permaneceu como grande centralidade funcional e simbólica do município e da região[122], sendo também o local de maior concentração de espaços livres de uso público da cidade. Com a retomada do crescimento, verificamos não apenas a expansão do tecido em direção ao eixo sul, mas também a recuperação de boa parte de seu centro histórico, não apenas pela revitalização de seus edifícios mais relevantes, mas igualmente pela reocupação do tecido residencial parcialmente abandonado no final do século XIX[123]. A reocupação mais expressiva do tecido central, entretanto, provocou a longo prazo uma grande valorização dos imóveis ali localizados, resultando em uma forte segregação socioespacial, forçando a expansão da malha urbana igualmente em direção às regiões de morro, de sério risco geológico e de infra-estrutura precária, causando também um grande impacto negativo na paisagem da cidade.

Assim, por mais que se tentasse preservar a paisagem da cidade histórica, verificamos que o espraiamento do tecido no modelo da ocupação informal fez com que o crescimento urbano não fosse acompanhado de um real desenvolvimento, fazendo com que a população dos novos bairros, e das expansões de bairros antigos, ficassem dependentes do centro antigo para quase todas as atividades. Isso provocou um saturamento dos equipamentos urbanos e comunitários existentes, sentido, principalmente, nas redes de saneamento básico e viárias, impactando fortemente os espaços públicos de toda a nossa área de estudo. Assim, a degradação dos morros circundantes do centro, a sobrecarga dos córregos para o esgotamento sanitário, e a saturação das vias com diversos tipos de veículos fez com que a cidade histórica atingisse o ápice dos conflitos com as realidades contemporâneas, o que provocou também uma saída emergencial para a sua conservação - a criação de medidas concretas de preservação e o investimento na sua promoção como destino turístico internacional.

---

[122] Verificamos que esse nunca deixou de ser um espaço das elites, mesmo com a grande evasão provocada pela mudança da capital do estado para Belo Horizonte. Durante alguns anos, muitas casas ficaram abandonadas e entraram em processo de ruína, mas não houve um deslocamento significativo das famílias mais abastadas remanescentes para outras áreas da cidade. No entanto, o esvaziamento acabou provocando uma maior diversificação de seus habitantes, pois algumas casas abandonadas foram ocupadas informalmente por uma população de renda mais baixa.

[123] Nesse período a própria Universidade Federal de Ouro Preto, ainda nas figuras da Escola de Minas e da Escola de Farmácia, se tornou proprietária de muitos casarões antigos do centro, revertidos em edifícios administrativos e repúblicas estudantis.

5.5 Período Turístico

Como previamente discutido no Capítulo 3, a cidade de Ouro Preto já havia sido considerada monumento nacional em 1933, e desde então vinha aumentando progressivamente sua atividade turística. Entretanto, verificamos que apenas depois da sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, o turismo atingiu proporções realmente relevantes. Desde então, vemos que a cidade se encontra constantemente cheia de turistas, em especial nos finais de semana e datas festivas. A forte presença destes no centro histórico, inclusive, faz um contraponto muito positivo no período das férias escolares, quando a cidade passa por um certo esvaziamento, pois uma boa parte dos estudantes da universidade não permanece em Ouro Preto. Assim, percebemos que não apenas as atividades econômicas se equilibram, mas também a cidade e seus espaços públicos raramente ficam com uma aparência muito deserta[124].

O reconhecimento da UNESCO foi um marco importante, pois não somente fez com que a cidade recebesse muito mais turistas, desenvolvendo mais oportunidades de geração de emprego e renda, mas também fez com que a conservação do seu patrimônio fosse levada mais a sério, o que impactou significativamente os espaços livres de uso público do centro histórico. Vimos que foi justamente nessa fase que os limites da preservação foram melhor definidos, assim como a regulamentação da proteção ao conjunto histórico. Desde então, percebemos que a conservação dos imóveis e dos espaços públicos vem se aprimorando cada vez mais, em especial no século XXI, afastando o aspecto de degradação presenciado nas décadas passadas.

Em relação ao tecido urbano, verificamos uma maior tentativa de controle do espraiamento em direção aos morros, e também o fortalecimento de algumas subcentralidades, especialmente a da Bauxita, desafogando em parte as atividades centrais. Um desafogamento mais significativo da área central, no entanto, ainda permanece como um desafio para a estrutura urbana. Percebe-se que ao longo do tempo, por mais que tenham se desenvolvido subcentros de pequeno porte em vários bairros, o centro antigo ainda se manteve uma referência para várias atividades, e por mais que se tenham criado algumas áreas de lazer fora da ZPE, os espaços públicos centrais ainda se apresentam como aqueles de maior vitalidade. No entanto, ao mesmo tempo em que guardam em seu entorno uma série de comércios, serviços e instituições voltadas às demandas da população, no quotidiano os espaços públicos parecem ainda responder apenas à função de cenário e de local de passagem que lhes foi destinada no chamado Período Republicano, oferecendo atividades de lazer aos cidadãos apenas durante os eventos do calendário religioso-cultural.

---

[124] Com exceção dos fins de tarde e noites de domingo, nas quais aparentemente a maior parte dos turistas já deixou a cidade e os moradores se recolhem aos espaços privados. Esses são momentos nos quais a cidade tem uma aparência verdadeiramente desértica, mesmo em seus espaços de maior vitalidade.

5.5.1 A manutenção do cenário colonial nos espaços tradicionais

Observamos que o fortalecimento das medidas de conservação do patrimônio desenvolvidas no Período Turístico colaborou efetivamente para uma certa melhoria da ambiência nos espaços públicos da nossa área de estudo. Essas se concretizaram, principalmente, através de algumas ações isoladas, como a proibição da circulação de grandes veículos de carga no centro histórico e também a proibição de estacionamento na Praça Tiradentes e ao longo de alguns trechos de vias principais, como a Rua São José e a Rua Getúlio Vargas. Vemos que ainda se manteve a clara intenção de se preservar uma paisagem histórica baseada no repertório colonial, removendo grande parte das interferências indesejadas (como a fiação aérea e as placas de propaganda) e promovendo a eventual recuperação dos chafarizes (mas não necessariamente sua reativação) e de parte dos imóveis que compõe o conjunto tombado.

Apesar dessas iniciativas terem um resultado positivo, não se observou, no entanto, uma tentativa concreta de adaptação dos espaços públicos de origem mais antiga às demandas contemporâneas quotidianas de lazer e sociabilização, nem mesmo através da instalação de estruturas leves ou efêmeras, como ocorre em tantos centros históricos de outras realidades urbanas. Em nossa área de estudo, essa adaptação ocorre apenas de maneira informal em raros pontos (como na apropriação da Praça Antônio Dias aos finais de semana), e de forma institucionalizada apenas para a realização de eventos de grande porte, como o CineOP e o Festival de Inverno, entre outros, quando os espaços públicos recebem palcos, arquibancadas, barracas e outras estruturas de caráter efêmero.

Contudo, percebemos que nas últimas décadas tem-se promovido a criação de novos espaços públicos no centro histórico dotados de equipamentos voltados não apenas às atividades de lazer passivo, o que já é oferecido por muito dos espaços mais antigos, mas também de lazer ativo, até então uma grande deficiência local. Vimos que, visando atender as demandas da população local, e trazendo rebatimentos também para a atratividade turística, essas iniciativas ocorreram em grande parte devido ao crescimento da cultura de valorização do espaço público, mas também graças à sensibilidade das gestões municipais mais recentes para a questão do lazer e, principalmente, graças à criação de programas governamentais em nível federal que viabilizaram muitas dessas intervenções. Dentre elas, talvez a mais ousada e significativa tenha sido a criação de um parque urbano em pleno centro histórico.

5.5.2 A criação do Parque Natural Municipal Horto dos Contos

Como previamente introduzido, vimos que a existência de áreas verdes antropizadas, ajardinadas, e abertas ao público em meio urbano é algo relativamente recente nas cidades. A cultura da

criação de áreas ajardinadas de passeio que se desenvolveu nas cidades da Europa nos séculos XVIII e XIX, acabou se alastrando também pelos outros continentes nos séculos XIX e XX, especialmente pelos países que ainda eram, ou haviam sido, colônias européias[125]. Foi nessa época, justamente, que provocaram um impacto na produção dos espaços públicos brasileiros, quando as praças ajardinadas, e depois os parques urbanos, começaram a se proliferar pelas nossas cidades. No princípio observamos que esses eram ainda basicamente frequentados pelas elites, enquanto as classes mais populares ainda buscavam nos vazios urbanos, e em seus recursos naturais, fontes de lazer e recreação quotidiana. Como ressaltam Sakata e Macedo (2010)

> Nas várzeas, fundos de vale, banhados e riachos, o hábito do passeio, do banho, do jogo e do piquenique sempre foi muito popular. […]
>
> Os vazios urbanos, imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, que praticamente recortavam todas as cidades do país, foram, por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores da áreas de lazer urbanas formais, do tipo praticado em praças ou parques. Somente com a sua diminuição e mesmo desaparecimento, a partir da segunda metade do século XX, e com a escassez real de áreas para lazer das massas menos privilegiadas, tal tipo de equipamento urbano tornou-se uma necessidade social. (SAKATA; MACEDO, 2010, p. 24)

No entanto, como apresentado no Capítulo 2, no século XX várias mudanças socioeconômicas trouxeram consequências consideráveis para a produção de espaços públicos. A partir dele, não apenas surgiram as praças de caráter esportivo, ou recreativo, mas o programa de atividade dos parques também foi muito ampliado, fazendo com que estes se tornassem um misto de reservas ecológicas, de locais de entretenimento cultural (esculturas, murais, teatros de arena, museus e salas de exposição) e de lazer ativo (com piscinas públicas, quadras esportivas, pistas de caminhada, ciclovias, áreas com brinquedos infantis, entre outros). Os parques ganharam outros desenhos, se afastando do design pitoresco e pastoril, e se aproximaram das formas artísticas do modernismo; mantendo intactas (ou quase) grande parte da vegetação pré-existente do local e utilizando como plantas ornamentais espécies típicas da flora nativa. Esses parques não chegaram

---

[125] Nos Estados Unidos, por exemplo, a influência dos parques paisagísticos ingleses e franceses se manifestou na figura do paisagista Frederick Law Olmstead, que junto ao inglês Calvert Vaux venceu, em 1857, o concurso para a criação de um enorme parque na cidade de Nova York (ALEX, 2011). O Central Park, com 341 hectares, criou um enorme bolsão verde na densa cidade novaiorquina, servindo como uma de suas maiores referências e congregando, efetivamente, usuários de várias classes sociais. Esse ainda se conserva como um dos maiores parques urbanos do mundo e foi (ou ainda é) fonte de influência para a criação de parques em muitas cidades. Outro importante acontecimento em solo americano que também influenciou fortemente a criação de parques no século XX foi a criação dos chamados parques nacionais. Diferentemente dos jardins paisagísticos, os parques nacionais, como o de Yellowstone (1872) e o de Yosemite Valley (1864, criado inicialmente como parque estadual) eram grandes áreas de preservação do aspecto natural desses locais (BOULTS; SULLIVAN, 2010). Desta forma, ao invés de representarem áreas bucólicas de passeio quotidiano, fortemente antropizadas, expressavam a beleza natural e selvagem do próprio território, servindo de áreas de passeio ocasional, nos finais de semana ou nos momentos de férias, atraindo populações de diversas áreas do país. Consideramos que esse foi um passo importante para a modificação de valores em relação às áreas livres, incentivando o reconhecimento das belezas próprias de cada território, e anunciando uma ruptura futura com a necessidade de criar ambientes inspirados na cultura e nas práticas européias.

a perder a função de espaço de lazer passivo, mas o desfile social, por exemplo, se tornou bem menos importante do que as atividades de recreação e prática de esportes[126].

Em Ouro Preto vimos que o Período Imperial e o Republicano começaram a reproduzir na antiga cidade alguns modelos de espaços ajardinados de pequeno porte, ainda muito focados no embelezamento urbano e nas práticas de lazer passivo. No Período Republicano, entretanto, foram também delimitadas grandes áreas verdes públicas circundando a área urbana do distrito-sede, já com programas mais ambientais e/ou recreativos, como a Estação Ecológica do Tripuí[127] (não aberta à visitação) e o Parque Estadual do Itacolomi[128], ambos de responsabilidade do IEF - Instituto Estadual de Florestas, além do Parque Natural Municipal das Andorinhas (FIGURA 105). Esse parque, além de seus numerosos atributos naturais (mirantes, cachoeiras e piscinas naturais), foi recentemente redinamizado, e hoje possui infraestrutura de eventos, esportes e de recreação (auditório, campo de futebol, quadra de areia, quadra poliesportiva, playground, vestiários e churrasqueiras), além de uma programação constante que incentive a população a freqüentá-lo[129].

---

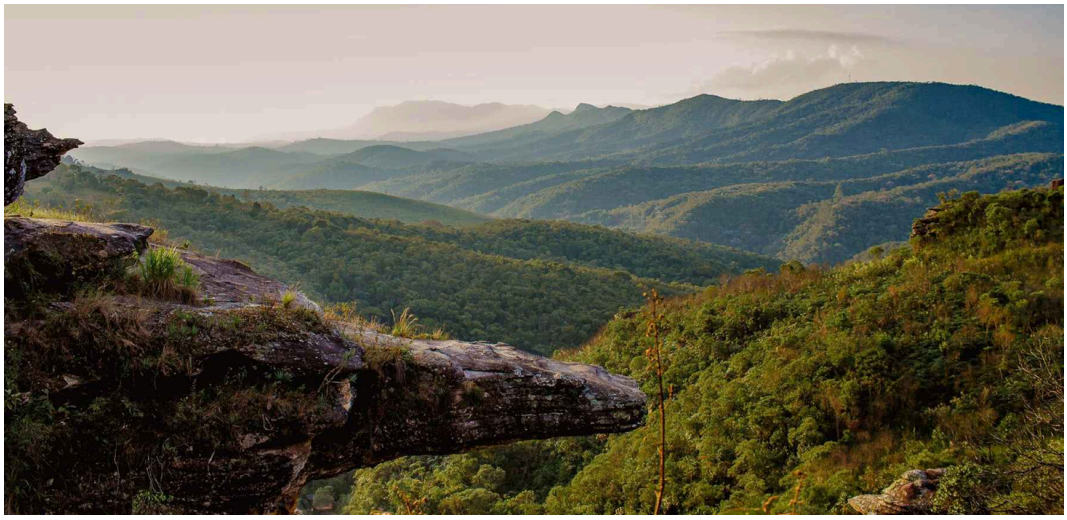
126 Observamos também que no século XX surgiram outros modelos de parque, em especial os parques temáticos, quase sempre privados, como a Disneylândia, os parques de aventuras, os parques de diversão e os parques aquáticos. Inspirados, entre outros, nas Grandes Exposições Universais e também nos parques itinerantes, esses parques temáticos tem a função de provocar um sentimento de isolamento não apenas do ambiente urbano industrializado, mas até mesmo da época atual e da cultura no qual se encontram inseridos. Os exemplares mais complexos desses parques vem sendo instalados há relativamente pouco tempo no Brasil (como o Beach Park, no Ceará, o Beto Carrero World, em Santa Catarina, e o Wet'n'Wild, em São Paulo, que requerem muito mais investimentos do que os pequenos e tradicionais parques de diversão itinerantes). Como requerem investimentos consideráveis, tanto de instalação, quanto de manutenção, e tem claro objetivo de lucro, suas taxas de entrada são altas, excluindo boa parte da população de seus recintos. Já os parques verdadeiramente públicos, salvo raras exceções no país, tem projetos modestos, prezando pelo baixo custo desde a fase inicial; e programas padrões, que raramente são baseados em pesquisas de necessidade das populações locais. Sakata e Macedo (2010) ainda salientam que os parques brasileiros tem algumas sérias deficiências em comum, que impedem um melhor aproveitamento desses pela população, como "Projetos inconsistentes, incompetência profissional, programas falhos, execução precária e materiais de segunda, todos esses fatores, além de uma crônica falta de proposições reais de implantação de sistemas de espaços livres públicos" (p.55)

127 Essa reserva, de 337 hectares, é a primeira estação ecológica criada pelo Governo do Estado de Minas Gerais e não é aberta ao público em geral, apenas à visitas escolares mediante agendamento prévio. Instituída em 1978, serve de proteção do habitat do *Peripatus acacioi*, ali descoberto em 1954 e atualmente ameaçado de extinção. Essa espécie é considerada como o "elo perdido" entre os anelídeos e os artrópodes (FEAM, 1995).

128 O parque, criado em 1967, tem cerca de 7.543 hectares e abriga o Pico do Itacolomi, com 1.772 metros de altitude. É aberto à visitação e serve de habitat natural para várias espécies ameaçadas de extinção, como o lobo-guará e a onça-parda. Esse tem, além do claro valor ambiental, também uma importância histórica, sendo seu Centro de Visitantes instalado na antiga Fazenda São José do Manso, exemplar da arquitetura colonial construída na primeira década do século XVIII e local de antiga produção de chá. Fonte: IEF. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/193?task=view>. Acesso em: 10 nov. 2017.

129 O parque, que nos últimos anos passou por um processo de grande decadência, vem sendo gerenciado desde 2016 pelo Departamento de Meio Ambiente da Fundação Gorceix, através de um convênio desta com a PMOP. Criado em 1968, este tem uma área de 557 hectares e abriga várias nascentes do Rio das Velhas. Fonte: Site oficial do parque. Disponível em: <http://www.andorinhas.gorceix.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Figura 105: Parque Natural Municipal das Andorinhas



Fonte: PARQUE NATURAL MUNICIPAL DAS ANDORINHAS, 2017.

Apesar de constatarmos que o total da área municipal dedicada a esses parques seja bem grande para a realidade ouropretana, observamos que todos esses são externos à nossa área de estudo, sendo mais próximos da realidade dos grandes parques ecológicos de alcance regional, do que dos parques urbanos. Foi a constatação da carência desse tipo de parque, de menor porte e mais acessível no quotidiano, que incentivou a criação do Parque Natural Municipal Horto dos Contos, inaugurado em 2008, contando com 5,59 hectares, e cuja porção norte coincide com parte do antigo Horto Botânico de Vila Rica. Graças a alguns problemas de instabilidade do solo, mas principalmente de gerenciamento, este parque se encontra atualmente fechado, mas tem infraestrutura para atividades culturais, esportivas e recreativas (quadras esportivas, decks, banheiros, espaços de piquenique, entre outros) além de criar uma rota alternativa de pedestres pelo centro histórico[130].

Assim, observamos que a falta de outros parques urbanos no centro histórico é bastante compreensível, pois seu tecido se consolidou em uma época anterior ao surgimento desse tipo de espaço público, e a presença do atual parque só foi possível graças à uma visão mais contemporânea de conservação histórica, que permitiu a inserção desse novo equipamento dentro do limite de tombamento. Esse também foi viabilizado graças a um poderoso investimento do Governo Federal através do *Programa Monumenta*, que arcou com mais de 90% dos seus custos de projeto e instalação[131]. Essas questões caracterizam o parque como um verdadeiro espaço público contemporâneo - transitando entre o antigo e o novo, entre as demandas da população local e também turística, e entre a conservação patrimonial e ambiental.

---

[130] Sua reabertura anda sendo discutida pela Prefeitura Municipal há alguns meses.

[131] Informações mais detalhadas sobre a criação do Parque Natural Municipal Horto dos Contos, seu projeto e seu estado atual de conservação se encontram disponíveis no Apêndice deste trabalho.

5.5.3 A discreta inserção de praças recreativo-esportivas na malha histórica

Como vimos, com o avançar dos anos, as cidades brasileiras começaram a apresentar outros modelos de espaços públicos diferentes dos espaços vazios secos característicos do Período Colonial. As reformas urbanísticas do século XIX e a proliferação dos jardins públicos urbanos de linhas românticas pelas cidades européias influenciaram muito a produção do espaço público na cultura brasileira. Surgiram assim, em nossas cidades, uma série de praças ajardinadas, adaptando as referências estrangeiras à disponibilidade de espaço e de recursos locais. Em Ouro Preto, vimos que não existem sobreviventes dos jardins urbanos no modelo romântico, mas a influência dos jardins dessa época pode ser hoje ainda encontrada na forma de pequenas praças vegetadas criadas, principalmente, no Período Republicano.

A partir da segunda metade do século XX, outra onda de inspiração estrangeira afetou a produção do espaço público no Brasil, disseminando um outro tipo de praça ajardinada - a praça modernista (esportiva e/ou recreativa). Como previamente discutido, essa não se definia mais como um jardim de passeio, centrada nos valores burgueses, mas deveria ser um espaço voltado ao lazer ativo, equipado para o desenvolvimento de atividades de recreação, de culto ao esporte, de bronzeamento, entre outros. Essa democratização do lazer, como comenta Villaça (2012) não era apenas uma medida política populista, mas era também vista como uma medida de controle da sociedade - a recreação e o esporte eram vistos como saída à delinquência juvenil; e o acesso ao lazer e ao ar puro como ferramenta de incremento à produção operária, incentivando a saúde do trabalhador para que este foste mais produtivo.

> Tal como as vias, os parques e as praças também não são mais associados à monumentalidade dos palácios e da perspectiva das avenidas. São "funcionais"; A áreas verdes passam a ter caráter utilitário de lazer e recreação, não mais o caráter estético e, muito menos, o caráter original de reservas privadas ou de jardins botânicos. O sistema viário também perde seu caráter simbólico-monumental, para adquirir o caráter utilitário de servir ao tráfego: primeiramente, o dos bondes; depois, o dos ônibus; e, finalmente, o dos automóveis. (VILLAÇA, 2012, p.111)

No entanto, observamos que no Período Republicano, o centro antigo de Ouro Preto, já consolidado e visto como digno de preservação no momento em que as demais cidades brasileiras começam a receber esses espaços públicos modernistas, conservou seus espaços públicos antigos de forma quase intocada. As poucas praças de lazer ativo da cidade foram construídas, em sua maioria, já no Período Turístico e nas áreas mais periféricas do que hoje é a ZPE (como a Praça Esportiva do Alto das Dores) e além desta (nos morros e na região da Bauxita). São exceções a Praça Carlos Antônio Nolasco (chamada também de Área de Lazer do Cabeças, um pouco mais afastada do Centro, mas ainda bem conectada a esse), a Praça da UFOP (na

Praia do Circo, região já ocupada como área de entretenimento desde o final do séc. XIX, hoje dedicando grande parte da área ao estacionamento do Parque Metalúrgico) e a Praça da Ponte Seca, no bairro do Rosário (cujo programa é pequeno e as apropriações são discretas). Podemos assim perceber que esta fase foi bastante prolífica para o sistema de espaços públicos da cidade, oferecendo equipamentos até então inexistentes no centro histórico.

No entanto, percebe-se que não foram produzidas praças do tipo mais contemporâneo, de projetos mais autorais e de desenho mais inovador, talvez por respeito às diretrizes de conservação patrimonial nacional e internacional. Mesmo as praças mais recentes, como a Praça Agostinho Ferreira Guimarães, tem aspecto mais tradicional, utilizando materiais já presentes no centro histórico e tentando criar um menor impacto possível na paisagem, apesar de dispor de equipamentos esportivos modernos fabricados em série. Apesar de compreendermos essa postura, vemos que o programa das praças, mesmo as recreativas, é pouco inovador e poucas são as que demonstram um investimento material e criativo considerável por parte do poder público. Aparentemente a administração municipal ainda não se sensibilizou suficientemente com a complexidade do projeto do espaço público, confundindo projetos discretos com projetos de relativa pobreza compositiva e funcional. Ainda sim, podemos concluir que as produções desse período foram significativas para o centro histórico e para toda a cidade, desmistificando a percepção de que ambientes protegidos pelo patrimônio sejam intocáveis e proporcionando equipamentos que, pelo menos em intenção, fossem voltados às necessidades quotidianas de lazer passivo e ativo da população local.

No próximo capítulo nos dedicaremos finalmente a analisar, entre outros fatores, de que maneira o tipo de composição temporal do sistema de espaços públicos aqui apresentado condiciona a sua apropriação hoje, assim como impõe desafios às intervenções que esses espaços demandariam para que atendessem melhor às demandas da sociedade contemporânea. Ao comparar o peso da questão histórico-patrimonial com os demais problemas presentes na área de estudo, poderemos enfim detectar se os desafios a serem enfrentados são de natureza mais geral, comuns a outros centros urbanos de origem mais recente e não tombados, ou se são mesmo especiais, próprios aos centros históricos, requerindo assim soluções mais específicas.

6 CONCLUSÕES SOBRE A CONQUISTA DO LAZER QUOTIDIANO: DESAFIOS PARA A MELHORIA DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO DO CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO

Após realizar um inventário dos vários fatores que pudessem impactar o uso dos espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto, nos propusemos, neste capítulo, a tecer um diagnóstico final sobre todos os problemas encontrados. Ao localizar esses problemas de forma mais específica, tentamos dar precisão a esse estudo, ao mesmo tempo oferecendo uma visão crítica mais holística sobre o sistema, facilitando o desenvolvimento posterior de um bom prognóstico. Assim, percebe-se que o objetivo final desse diagnóstico é servir de apoio às decisões sobre possíveis intervenções futuras na área de estudo, fazendo com que erros do passado não sejam repetidos, nem sejam colocadas propostas genéricas, incapazes de provocar melhorias efetivas no sistema de espaços públicos dessa localidade tão preciosa.

Neste capítulo final, optamos por dividir os problemas encontrados em quatro grupos: 1) Questões histórico-patrimoniais e legais, que abrangem desde a análise da estrutura temporal do sistema de espaços públicos hoje existente na área de estudo, até a interpretação da postura das cartas patrimoniais sobre as deficiências locais, e também as restrições a intervenções impostas pelas normas legais incidentes sobre o centro histórico, fazendo assim uma análise cruzada sobre os dados apresentados nos sub-capítulos 3.1, 4.4 e no Capítulo 5; 2) Questões ambientais, que resumem os principais desafios relativos às questões físico-ambientais identificadas no sub-capítulo 4.2; 3) Questões socio-espaciais, que discutem a resolução dos principais problemas apontados no sub-capítulo 4.3 e; 4) Questões político-administrativas, que refletem sobre as iniciativas já empreendidas para a melhoria do sistema de espaços públicos, apresentadas no sub-capítulo 3.2, e discutem a responsabilidade, principalmente, da administração pública municipal, mas também de outros atores, nos sucessos e fracassos já testemunhados.

6.1 Questões histórico-patrimoniais e legais

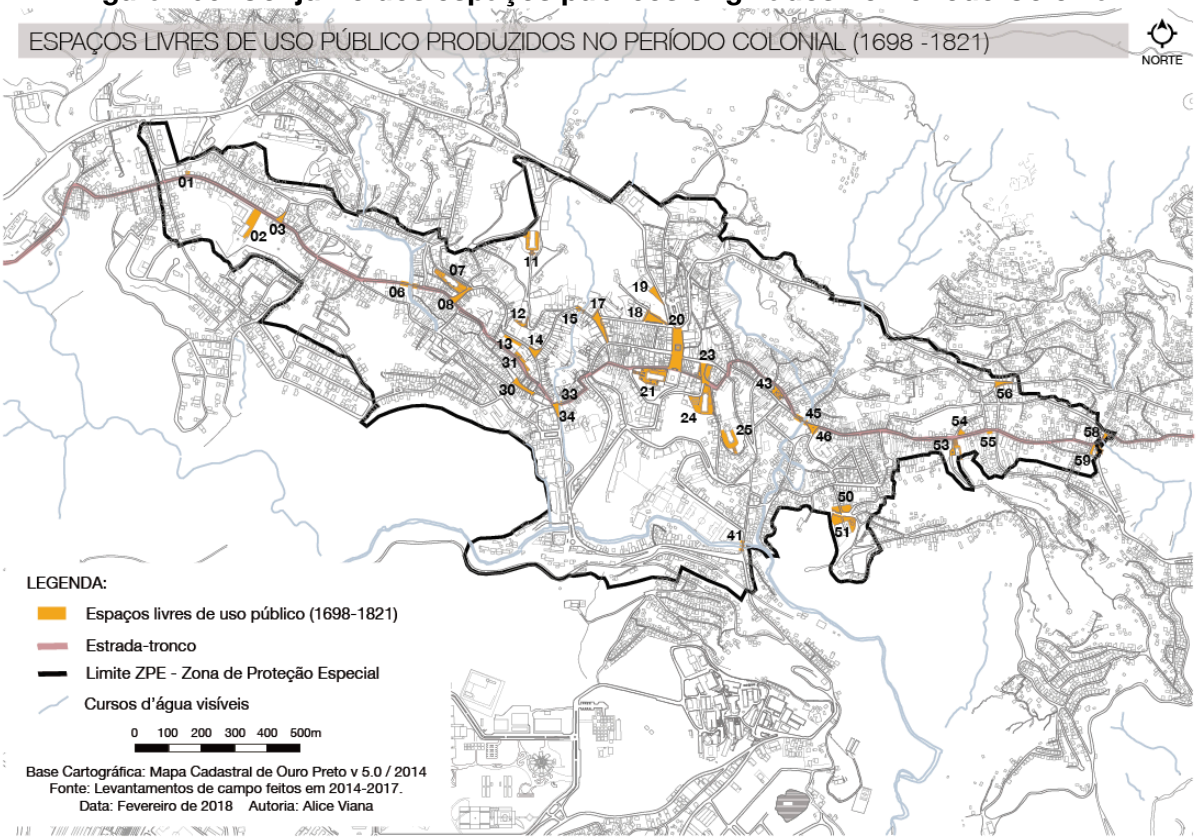
6.1.1 Análise da estrutura temporal do sistema

Após a análise da evolução da ocupação do distrito-sede através de seus quatro períodos históricos e também do levantamento da história de cada um dos ELUPs presentes na área de estudo[1], pudemos avaliar o real peso dos períodos mais antigos para a formação do sistema de espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto. Como a área de estudo deste

[1] Disponíveis de forma sistematizada no Apêndice deste trabalho.

trabalho se limita à ZPE, ou seja, ao zoneamento que concentra a maior parte do traçado histórico da cidade, seria natural que muitos dos espaços públicos nela encontrados tivessem sido originados nos séculos XVIII e XIX. Efetivamente, nosso estudo comprovou que dos 59 espaços públicos levantados nesta pesquisa, 35 (59,5% do total) começaram a ser ocupados como espaços de lazer e sociabilização ainda no Período Colonial - mesmo que de maneira bastante distinta da forma como são apropriados atualmente, e mesmo que alguns deles tenham sido alvos de intervenções que provocaram mudanças significativas em suas ambiências originais[2].

Figura 106: Conjunto dos espaços públicos originados no Período Colonial



01- Pracinha do Chafariz da Coluna; 02- Adro da Igreja de B.J. do Matozinhos; 03- Praça Padre Lobo; 06- Ponte do Rosário; 07- Adro da Igreja do Rosário; 08- Largo do Rosário; 11- Adro da Igreja de S.F. de Paula; 12- Adro da Igreja de S. José; 13- Mirante da R. Getúlio Vargas; 14- Largo da Alegria; 15- Ponte dos Contos; 17- Largo do Cinema; 18- Largo Orlando Trópia; 19- Adro da Igreja das Mercês de Cima; 20- Praça Tiradentes; 21- Adro da Igreja de N.S. do Carmo; 23- Largo do Coimbra; 24- Adro da Igreja de S.F. de Assis; 25- Adro da Igreja das Mercês de Baixo; 30- Adro da Igreja do Pilar; 31- Adro da Capela do Bonfim; 33- Ponte do Pilar; 34- Largo do Pilar; 41- Ponte da Barra; 43- Adro da Igreja de N.S. da Conceição; 45- Ponte do Antônio Dias; 46- Largo do Marília; 50- Praça da Igreja de N.S. das Dores; 51- Adro da Igreja de N.S. das Dores; 53- Adro da Igreja de Santa Efigênia; 54- Praça Dirceu Alves de Brito; 55- Pracinha do Chafariz do Alto da Cruz; 56- Largo Célio Inácio; 58- Adro da Capela de N.S. das Necessidades; 59- Adro da Capela do Padre Faria.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

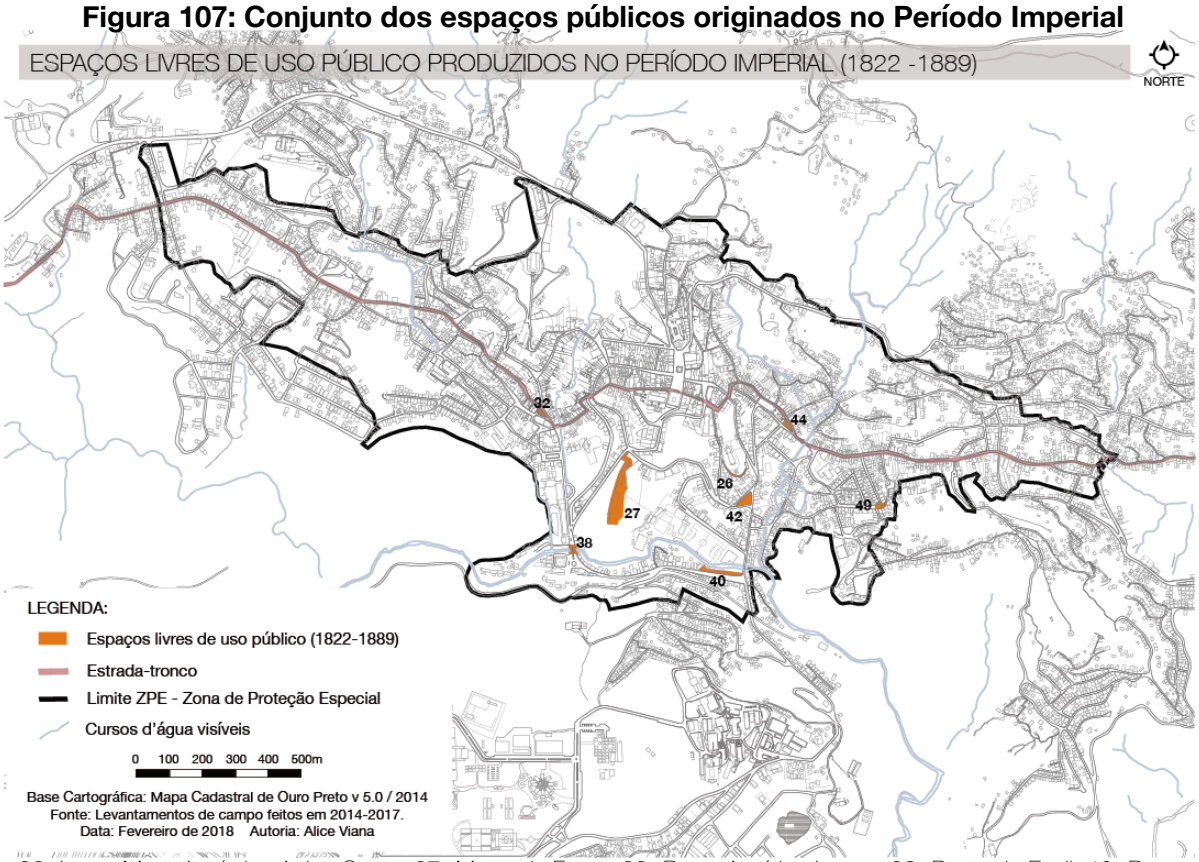
Ao observar o mapa da Figura 106, podemos observar também que grande parte dos espaços públicos originários dessa época surgiram ao longo da Estrada Tronco ou em grande proximidade a ela. Verificamos também que nesse período os tipos de espaços públicos mais produzidos

[2] Lembramos que neste levantamento foram descartadas todas as áreas que porventura tenham sido utilizadas como espaços públicos em épocas passadas mas que tenham desaparecido graças às transformações urbanas decorrentes da própria evolução da ocupação da cidade.

foram: os adros - todos eles originários do Período Colonial (nº02, 07, 11, 12, 19, 21, 24, 25, 30, 31, 43, 51, 53, 58 e 59); a maior parte dos largos (nº03, 08, 14, 17, 18, 23, 34, 46, 56); a Praça Tiradentes - a grande praça cívica da cidade (nº20), mas também outros espaços posteriormente convertidos em praças (nº01, 50, 54 e 55); um trecho de via utilizado como mirante (nº13); e cinco das seis pontes analisadas (nº 06, 15, 33, 41 e 45).

Observamos assim que, mesmo com todo o desenvolvimento técnico, científico e cultural do séc. XIX, aparentemente foi a prosperidade econômica do séc. XVIII que provocou a formação da maior parte do traçado do centro histórico, e com ela o surgimento da maioria dos seus espaços livres de uso público. Ao longo do séc. XIX, o tecido foi modestamente sendo complementado com a inserção de outros monumentos e edificações que enriqueceram o conjunto do casario colonial, mas não houveram transformações urbanísticas marcantes o bastante se comparado com o século anterior. Isto é especialmente percebido em relação ao crescimento do sistema de espaços públicos que, em contraste aos muitos adros e largos surgidos no prolífico séc. XVIII, se arrefeceu. Isso não quer dizer que não houveram transformações significativas no Período Imperial mas, infelizmente, as criações mais inovadoras e mais ambiciosas desse período - o Jardim Botânico e o Jardim da Praça da Independência, não sobreviveram à passagem dos tempos.

Figura 107: Conjunto dos espaços públicos originados no Período Imperial



26- Largo Mus. José dos Anjos Costa; 27- Morro da Forca; 32- Praça Américo Lopes; 38- Ponte do Funil; 40- Praça Pref. Amadeu Barbosa; 42- Largo Frei Vicente Botelho; 44- Praça Antônio Dias; 49- Praça Ver. Aderilho Fernandes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ainda assim, vemos no mapa da Figura 107, no Período Imperial, 08 espaços públicos ainda existentes começaram a ser utilizados como *locus* de encontro e lazer (13,5% de todo o sistema), mas poucos desses mantiveram, ao longo dos anos, sua constituição original. Assim, percebemos que dos quatro espaços inicialmente ocupados como largos, todos hoje tem aspecto de praça (nº32, 40, 42 e 44); o Morro da Forca (nº27), felizmente, teve seu uso bastante transformado, sendo hoje um mirante; dois espaços hoje denominados como largos são simplesmente parte do sistema viário, nunca tendo acolhido chafarizes ou qualquer outro tipo de mobiliário capaz de incentivar outras apropriações (nº26 e 49); e apenas a Ponte do Funil (nº38) manteve seu uso e aparência relativamente estável, ainda que tenha passado por uma reconstrução posterior visando seu alargamento.

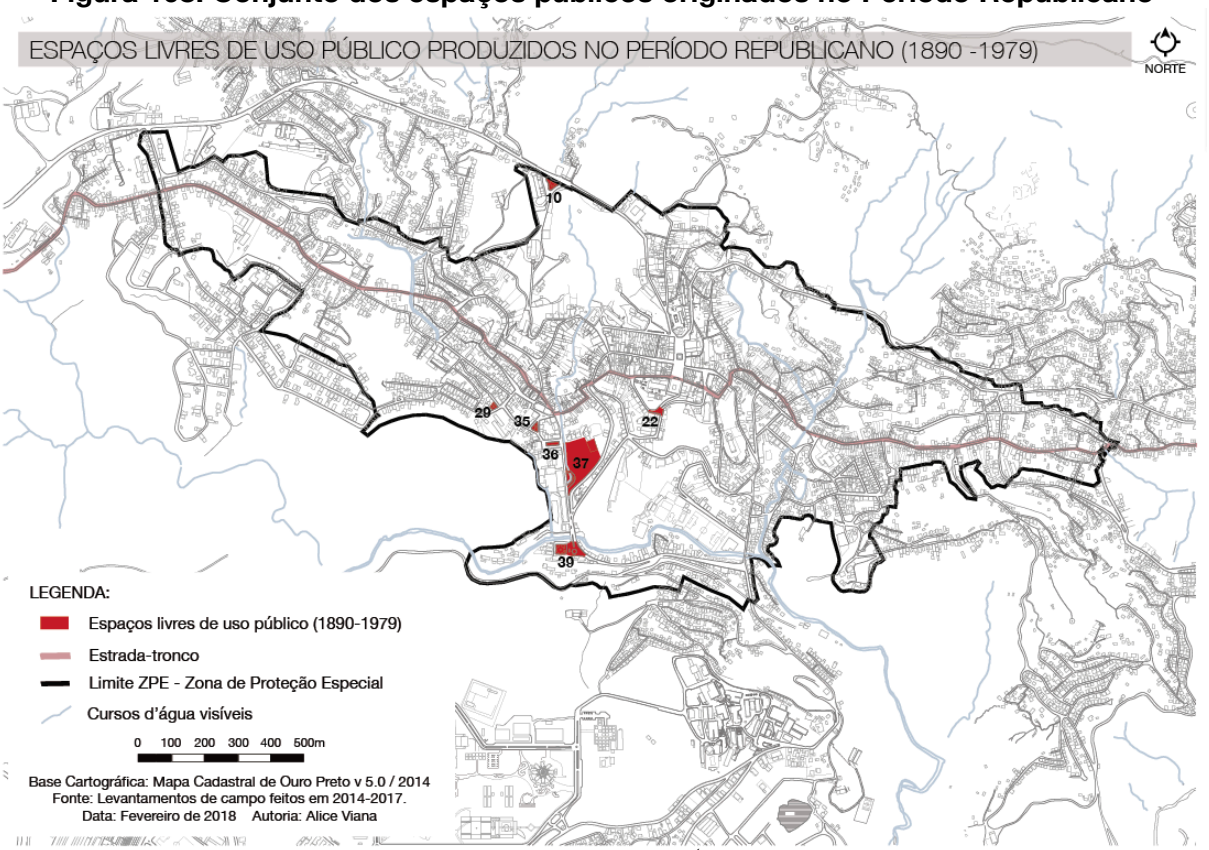
Percebemos também que, diferentemente do período anterior, apenas dois desses espaços foram implantados linearmente à antiga Estrada Tronco - a Praça Américo Lopes e a Praça Antônio Dias (nº32 e 44), pois são fruto de demolições de pequenas quadras triangulares coloniais situadas em grande proximidade às duas antigas matrizes da cidade[3]. No entanto, apesar das demolições terem dado origem a largos, nos períodos subsequentes ao Imperial, esses sofreram intervenções que lhe conferiram mobiliários e aparência mais próximos do modelo de praça ajardinada. Ainda em relação ao posicionamento na malha urbana e no próprio sistema, com exceção das duas praças supracitadas, podemos observar que os demais espaços públicos originários dessa época se encontram todos localizados mais ao sul, acompanhando o sentido de crescimento da cidade que marcou o Império e sua transição para a República. Já no mapa da Figura 108 podemos perceber que no Período Republicano a tendência de criação de espaços públicos abaixo da linha da Estrada Tronco foi continuada, em especial no trecho que liga os fundos da Igreja do Pilar até as imediações do Córrego do Funil, com exceção da Praça Presidente Tancredo Neves (nº10), que foi criada já no fim desse período, ao norte da ZPE e isolada dos demais.

Apesar de, estatisticamente, o Período Republicano ter dado origem a um número também reduzido de espaços públicos se comparado ao Período Colonial, vemos que nele muitos dos espaços mais antigos sofreram intervenções que, ora modernizaram suas aparências (como o ajardinamento da Praça Prefeito Amadeu Barbosa e da Praça Américo Lopes - nº 40 e 32), ora se esforçaram para reverter transformações e resguardar certa ambiência colonial nos espaços já transfigurados (como a Praça Tiradentes, o Largo do Coimbra, ou o Largo do Cinema - nº 20, 23 e 17). Dos sete espaços livres de uso público criados nesse período (11,8% do total do sistema) observamos que seis deles são hoje praças ajardinadas (nº10, 29, 35, 36, 37 e 39), tendo obtido

[3] Aparentemente, no Período Imperial viu-se a necessidade de valorizar as matrizes através dessas demolições dando origem a largos, ampliando assim os adros estrangulados pela densificação do tecido urbano no Período Colonial.

sua aparência atual ainda no Período Republicano, ou já no Período Turístico, como é o caso da Praça da UFOP. Como explicitado no sub-capítulo 5.5, a criação dessas praças resultou em importantes contribuições ao sistema de espaços públicos do centro histórico, pois adicionou uma nova tipologia à paisagem urbana, apesar delas ainda não representaram mudanças muito significativas de uso e apropriação devido ao seu reduzido programa e simplicidade.

Figura 108: Conjunto dos espaços públicos originados no Período Republicano



10- Praça Pres. Tancredo Neves; 22- Largo Farmacêutico Vicente Éllena Trópia; 29- Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães; 35- Praça Juvenal Santos; 36- Praça Barão do Rio Branco; 37- Praça da UFOP, 39- Praça Cezário Alvim.

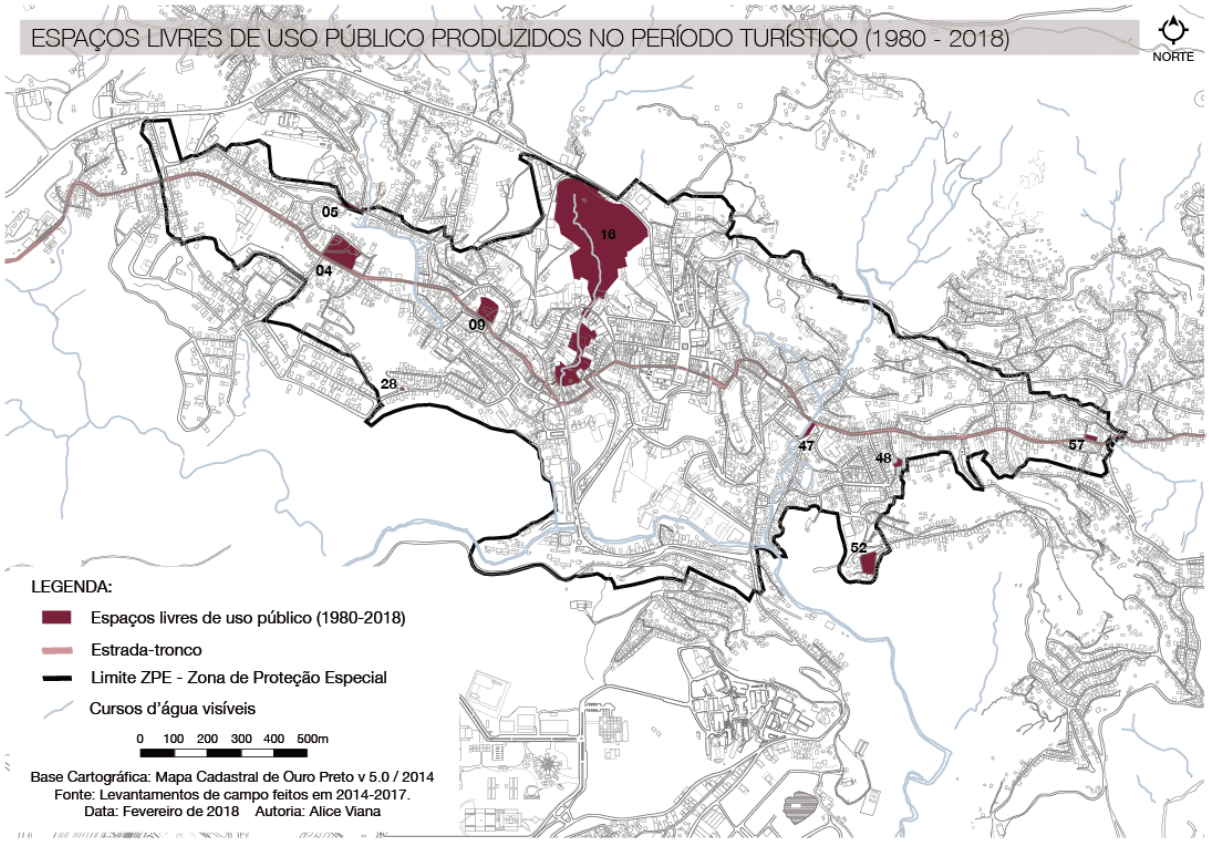
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Vemos que apenas um espaço público identificado na Fig. 108 ainda configura-se nos dias de hoje como um largo (nº22). Acreditamos que esse, apesar de ter surgido de uma expansão do traçado urbano realizada ainda no Período Imperial, apenas com a chegada da República e com a consequente transferência da Escola de Farmácia para o endereço do antigo Congresso Mineiro, tenha começado a ser utilizado como um espaço de encontro. Apesar disso, ressalta-se que esse ainda se assemelha mais a um cruzamento do que a um verdadeiro largo, e que nunca recebeu mobiliário de nenhum tipo que pudesse incentivar apropriações mais significativas, ainda permanecendo mais como um espaço de passagem.

Se no Período Imperial e no Republicano vemos que o traçado urbano se expandiu rumo ao sul, direcionando a produção de grande parte dos novos ELUPs nesse vetor, no período pós-UNESCO vemos que o padrão de inserção de novos espaços públicos mudou bastante (FIGURA

109). Tendo o traçado urbano da ZPE já se consolidado nesse momento, vemos que os novos espaços públicos foram criados ou em antigas áreas verdes ainda não ocupadas, retomando a inserção de equipamentos ao longo da Estrada Tronco e assim trazendo novidades ao espaço de origem mais colonial (nº 04, 09, 16, 47 e 57), ou então em áreas de adensamento periférico recente, que eram ainda desprovidas de áreas de lazer (nº28 e 52).

Figura 109: Conjunto dos espaços públicos originados no Período Turístico



04- Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco; 05- Largo Professor José Benedito Neves; 09- Praça da Ponte Seca; 16- Parque Natural Municipal Horto dos Contos; 28- Praça Afonso Ferreira Bretas; 47- Largo da Rua Alagoas; 48- Praça Maestro Pedro Xisto Gulherme. 52- Praça Esportiva do Alto das Dores; 57- Praça Agostinho Ferreira Guimarães.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

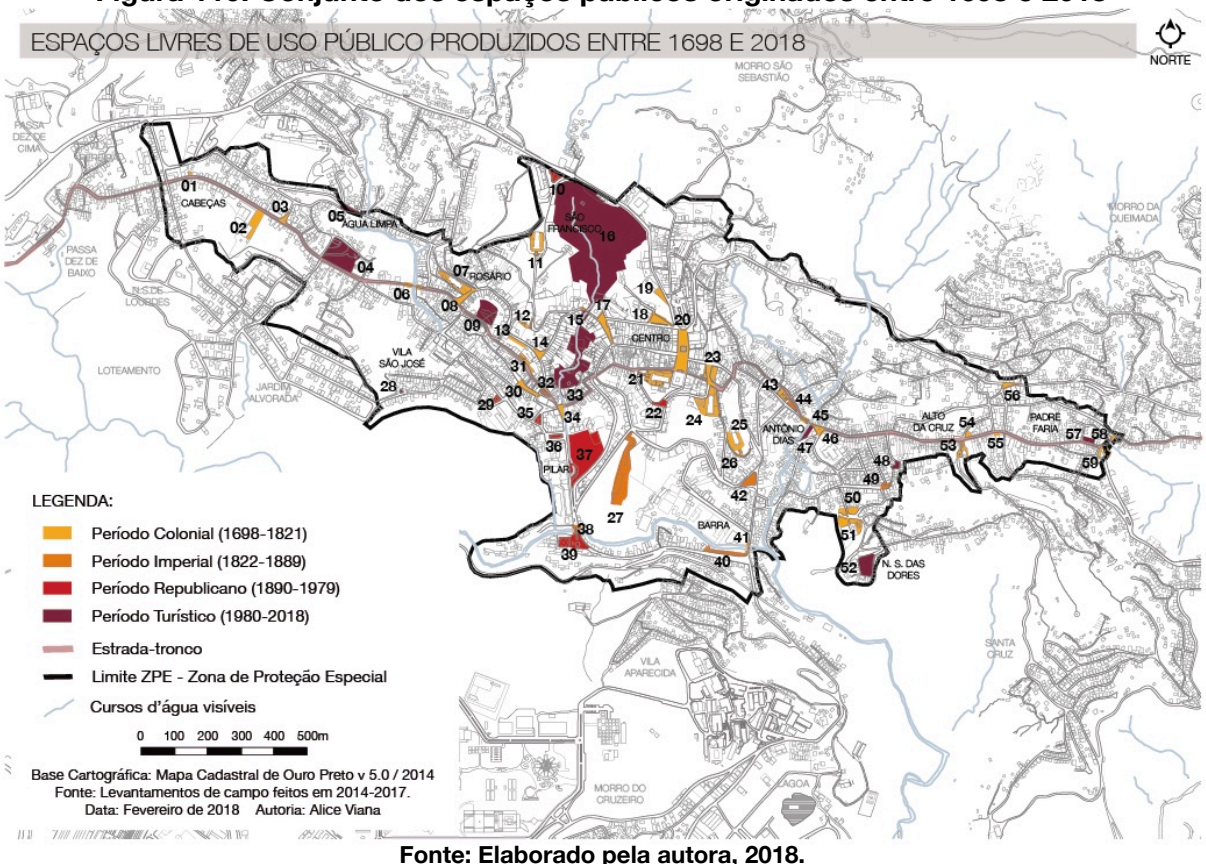
Outra questão importante de ser reconhecida é que, se o Período Turístico também não produziu um número expressivo de espaços públicos em relação ao Período Colonial (detectamos que apenas nove áreas começaram a ser ocupadas como espaço de lazer e encontro, representando 15,2% do total), em termos de área ocupada e de riqueza de programas, sem dúvida esse foi um dos períodos de maior enriquecimento para o sistema de espaços livres de uso público da área de estudo. Desses nove espaços, acreditamos que apenas um - o Largo Professor José Benedito Neves (nº05), não tenha efetivamente muito potencial para apropriações quotidianas, enquanto os demais possuem potenciais muito variados, indo desde o alcance local, como a Praça Afonso Ferreira Bretas (nº28) ou a Praça Maestro Pedro Xisto Guilherme (nº48), até o alcance regional, como o Parque Horto dos Contos (nº16). Em relação à ampliação dos programas voltados ao lazer

ativo, observamos que quatro dos novos espaços tem equipamentos específicos de recreação (nº 04, 09, 16 e 52) e quatro tem equipamentos esportivos (nº 04, 16, 52 e 57).

6.1.2 Reflexões sobre origem, atratividade e flexibilidade

Verificamos assim que os equipamentos hoje presentes no sistema de espaços públicos da ZPE contam com uma grande variedade de períodos originários, e que as adições mais recentes trouxeram ao centro histórico oportunidades de apropriações anteriormente inexistentes. Percebemos igualmente que nos últimos anos houve um investimento concreto tanto na conservação dos espaços mais antigos e mais associados com o circuito turístico (Praça Tiradentes, Largo do Coimbra, Adro do Pilar - nº20, 23 e 30) quanto na criação de novos ELUPs, mais voltados às demandas contemporâneas locais, como as praças de lazer ativo supracitadas.

Figura 110: Conjunto dos espaços públicos originados entre 1698 e 2018



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Entretanto, parece haver uma tendência a separar as atividades que os espaços mais antigos e os mais recentes acolhem, criando duas diferentes percepções de cidade, mesmo que esses não se encontrem setorizados em partes distintas do tecido urbano. Pelo contrário - podemos perceber na Figura 110 que os espaços de diferentes períodos se encontram próximos e, no geral, bem conectados. No entanto, a diferença entre suas dinâmicas, é latente, expressa no tipo de usos do entorno e no tipo de equipamentos dos quais esses dispõem: os espaços mais novos que, em teoria, seriam melhor equipados para as apropriações quotidianas (que possuem mobiliários

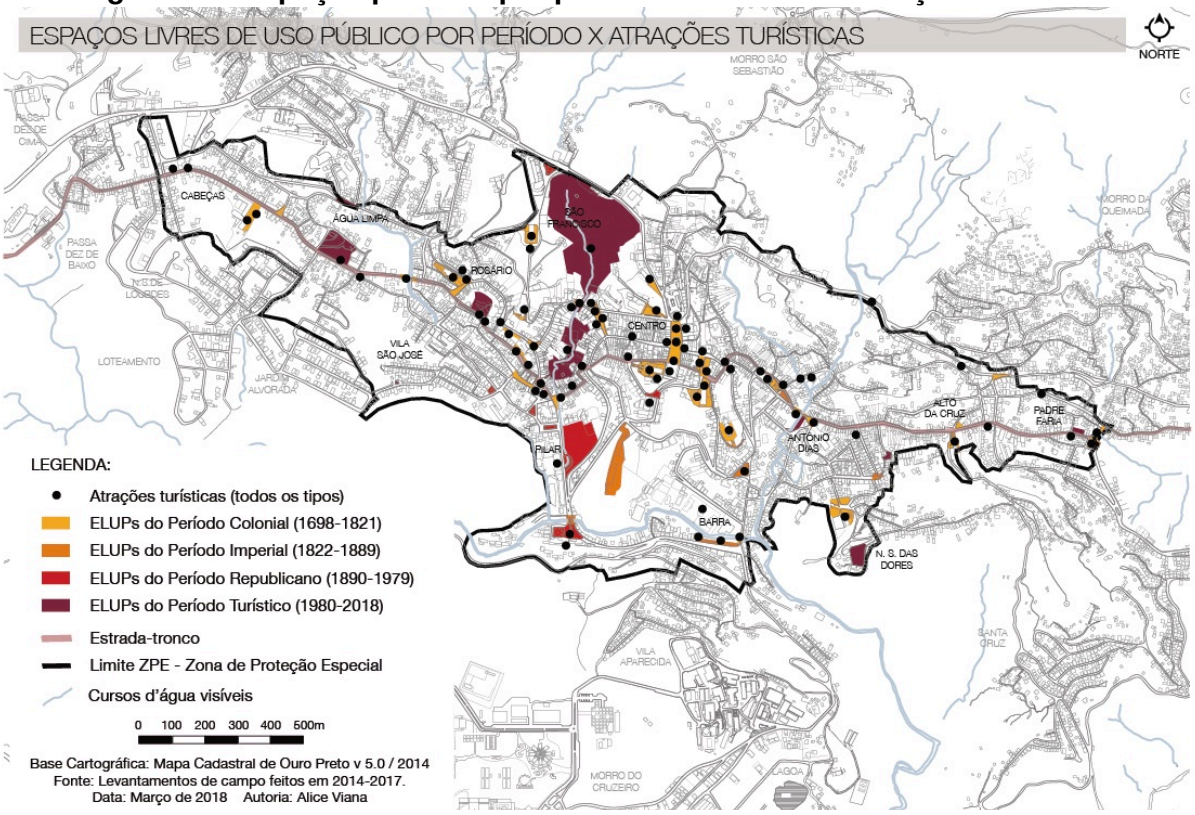
diversos voltados ao exercício do lazer passivo e ativo) parecem nunca ter um entorno muito vivo e atrativo (ex: nº04, 09 e 52), e os espaços mais antigos, de grande frequentação turística, de entornos carregados de diversidade de usos e de equipamentos geradores de fluxo, parecem raramente ter equipamentos que favoreçam efetivamente a permanência nesses locais.

A diferença no tipo de entorno que esses espaços têm pode ser visualizada nas Figuras 111 e 112, que mostram a localização das atividades turísticas e a presença de diversidade de usos em toda a área de estudo, sobrepondo essas informações previamente apresentadas no sub-capítulo 4.3 com a estrutura temporal do sistema de espaços públicos do centro histórico. Podemos perceber com clareza nesses mapas que os espaços públicos de origem colonial (em amarelo) são aqueles cujo entorno imediato possui a maior densidade de geradores de fluxo (turístico ou não) e que os espaços de origem mais recente (em cor vinho) são aqueles cujo entorno não tem muito destaque, se resumindo basicamente ao uso residencial.

Talvez, graças a essas características, tenhamos a impressão de que a população local não procura os espaços públicos mais tradicionais e mais visíveis do centro histórico para suas atividades de lazer - exceto durante alguns dos eventos do calendário anual. Na verdade, os espaços de maior visibilidade, como a Praça Tiradentes, o Largo do Cinema, o Largo do Coimbra ou o Largo da Alegria, é que não têm muito a oferecer no dia-a-dia. Seus entornos servem de lugar de trabalho e de consumo, mas seus recintos não servem suficientemente como lugares de lazer, nem passivo - por falta de maiores condições de apropriação, nem ativo - por falta de mobiliários, ou até mesmo de espaço desobstruído, para a realização de atividades de recreação e esportes. Dessa forma, contestamos a falsa mística em torno do centro histórico como um lugar do turista, como um lugar que não é convidativo ao morador de Ouro Preto. De fato, ao se analisar o tipo de ambiência oferecida pelos principais espaços públicos ali inseridos, podemos perceber que o centro histórico não é verdadeiramente convidativo a ninguém, pois não dá condições suficientes de apropriação nem à população local, nem à flutuante.

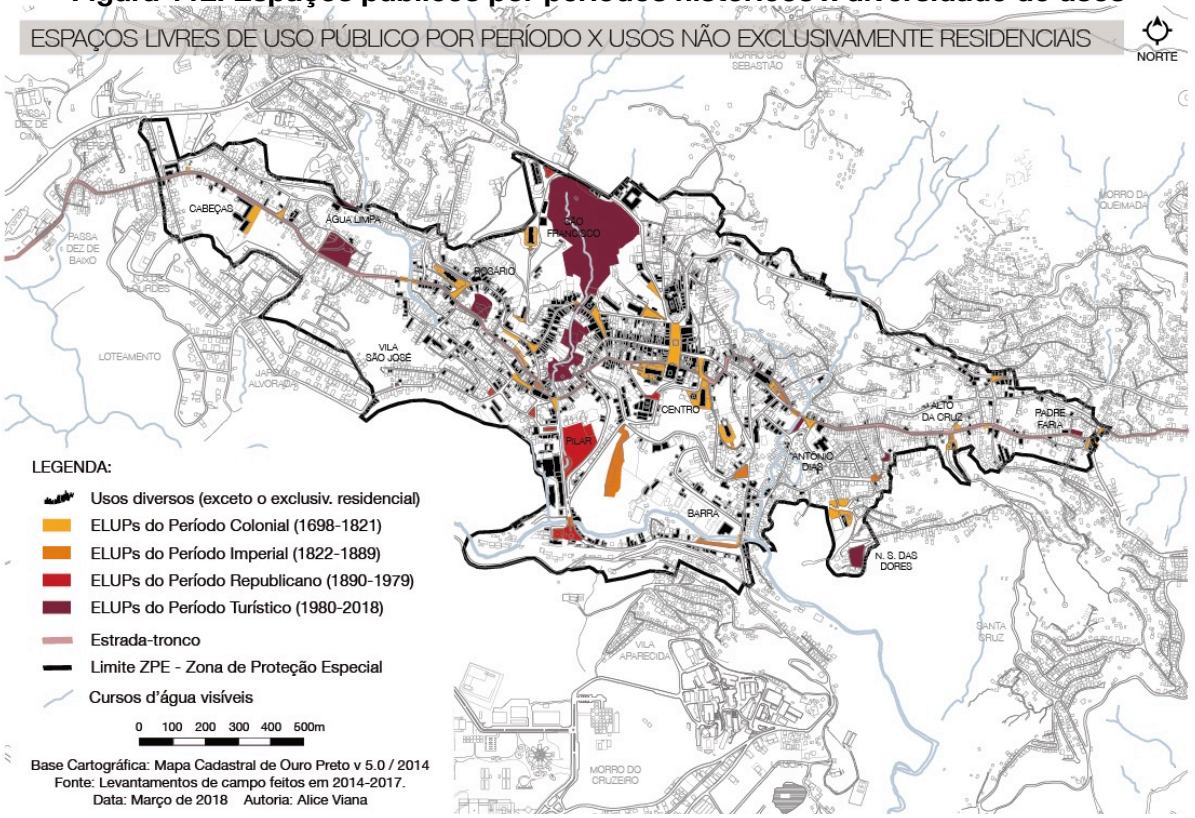
Dessa forma, podemos concluir que no sistema de espaços públicos do centro histórico existe, concretamente, uma predominância quantitativa de espaços mais antigos - criados nos Períodos Colonial e Imperial (somando 73,0%) - em relação aos Períodos Republicano e Turístico (que somam 27,0% do total), mas que essa não parece ser a razão pela qual esses não são devidamente apropriados no quotidiano. O dinamismo do entorno dos espaços mais antigos, representado tanto pela forte presença de atrações turísticas, quanto de maior densidade dos usos não-residenciais, sugeriria, inclusive, que esses fossem espaços intensamente utilizados como áreas de lazer e convivência quotidiana.

Figura 111: Espaços públicos por períodos históricos x atrações turísticas



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 112: Espaços públicos por períodos históricos x diversidade de usos



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ao se verificar as características morfológicas desses espaços, percebe-se também que o fato de serem mais antigos, em especial os coloniais, não impõe necessariamente dificuldades maiores à adaptação a novas demandas do que, por exemplo, espaços criados nos séculos XX e XXI. Muito pelo contrário; os tipos de espaços públicos mais antigos são quase todos amplos e desobstruídos - tanto os espaços ajardinados dos adros de muitas igrejas, quanto os espaços secos caracterizados pelos largos, praças e pontes - o que lhes confere grande flexibilidade espacial. Em relação à pertinência das intervenções, é interessante apenas lembrar que as pontes, para um bom funcionamento das demais atividades urbanas, têm que se manter primordialmente como espaços de circulação e que as atividades de lazer passivo são a elas complementares. Já os adros, apesar de disporem de espaços privilegiados na malha histórica central, tem mesmo restrições a adaptações a novos usos, não por motivos exclusivamente históricos ou morfológicos, mas especialmente simbólicos, pois são ainda vistos pela Igreja e pela comunidade como espaços de práticas sagradas, não tendo ainda se desvencilhado de grande parte das restrições apresentadas no sub-capítulo 5.2.

Assim, podemos perceber que, em termos morfológicos, os largos e praças secas são espaços antigos com grande potencial para o recebimento de novos usos. Em relação às limitações impostas pela condição patrimonial, vimos nos capítulos anteriores que as cartas patrimoniais há muito já vem, não somente apresentando posturas favoráveis à intervenções contemporâneas, mas inclusive, afirmando que muitas vezes são essas intervenções as ações capazes de contribuir para uma maior significação do centro histórico para a população local. Vimos que muitas vezes é o congelamento da paisagem em uma época específica quem dita o rumo das apropriações que ali vão acontecer - mais direcionadas aos interesses das comunidades locais, ou mais direcionadas às expectativas da atividade turística. No entanto, não se deve esquecer que as cartas patrimoniais não dão “carta branca” à quaisquer tipos de intervenção, mas àquelas capazes de, através da inserção de elementos contemporâneos discretos e respeitosos ao contexto histórico, permitir apropriações cada vez mais numerosas e variadas nesses espaços antigos.

No sub-capítulo 4.4 vimos igualmente que as normas legais que regulamentam as intervenções e as apropriações nos espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, estão, em sua maioria, de acordo com as posturas de preservação das cartas patrimoniais mais recentes. Uma ressalva é feita, apenas, ao Código de Posturas que, prestes a completar quarenta anos de existência, mereceria passar por uma revisão para se adequar melhor às novas diretrizes patrimoniais e às demandas mais contemporâneas pelo uso do espaço público.

Desta forma concluímos que, em relação às questões histórico-patrimoniais e legais, seria não apenas desejável, mas possível, intervir nos espaços públicos mais antigos da área de estudo, fazendo com que todo o potencial garantido pelo seu dinamismo fosse melhor aproveitado caso esses espaços fossem melhor dotados de elementos que favorecessem a permanência em seus recintos.

6.2 Questões ambientais

Uma vez reconhecido que os espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto seriam muito beneficiados com algumas intervenções, nos resta discutir sobre a natureza dessas, tentando abrigar o maior número de variáveis possíveis para que a população local e a flutuante se sentisse mais atraída por eles e mais disposta a neles permanecer. Salientamos que as sugestões aqui apresentadas, tanto neste, quanto no próximo sub-capítulo, foram baseadas na literatura específica sobre espaços livres de uso público e em nossa experiência de campo ao longo dos anos dedicados ao tema e a esta pesquisa. Reconhecemos, no entanto, que seria fortemente desejável que toda e qualquer intervenção na área de estudo fosse desenvolvida em conjunto com a comunidade local, e que essa estivesse presente em todas as etapas do processo de projeto e de implantação das intervenções.

Assim, daremos início a sugestões de intervenção que sejam respostas imediatas a alguns dos problemas detectados ao longo deste trabalho. Independentemente de existirem recursos disponíveis para aplicação imediata ou não, consideramos importante relatar aqui essas sugestões, que podem funcionar como um direcionamento para ações futuras. Entre algumas das características físico-ambientais já indicadas nesse trabalho como dignas de atenção, e cujas intervenções sobre elas trariam um rebatimento muito imediato nas apropriações nos espaços públicos, se destacam a questão hidrológica e a especificidade climática local.

6.2.1 Problemas relacionados à qualidade das águas urbanas

Em relação à hidrologia, vemos que a área de estudo ainda é rica em recursos hídricos, e mesmo que grande parte de seus elementos não sejam mais visíveis, ainda há muitos cursos d'água presentes na paisagem da área histórica central. A garantia da qualidade das águas que por eles circulam é algo que deveria ser uma das maiores prioridades de toda e qualquer gestão municipal, pois se trata de um problema antigo e que tem rebatimentos diversos na qualidade de vida da população. Assim, acreditamos que seja imprescindível a despoluição dos córregos urbanos, fazendo com que, além da resolução das urgentes questões de abastecimento de água e de saúde pública, houvesse uma grande melhoria da ambiência nos espaços públicos lindeiros a esses cursos d'água. Compreende-se, entretanto, que a resolução desse problema é algo que

transcende os limites da intervenção pontual, e até mesmo o limite da área de estudo, prescindindo de investimentos de peso para realizar a reestruturação do sistema de esgotamento sanitário indo da escala da sede municipal até a escala da microbacia a qual esses tributários pertencem.

6.2.2 A necessidade de criação de ilhas de conforto climático

Em relação ao clima local, para incentivar uma permanência mais prolongada nos espaços livres de uso público da área de estudo e assim possibilitar práticas diversas de lazer passivo e ativo, faz-se necessário o uso pontual de estruturas que protejam os usuários da insolação excessiva e dos ventos frios. Como discutido no sub-capítulo 4.2, o Centro Histórico de Ouro Preto é um sítio que tem muitos atrativos, cuja paisagem natural e cultural são ricas e cativantes, sendo valorizadas tanto pelos turistas, quanto pela população local. No entanto, a grande variação da sensação térmica ao longo do dia, a forte insolação e a condução dos ventos frios aos espaços livres faz com que a população se refugie nas bordas dos espaços públicos ou mesmo no interior das edificações. A ausência de marquises nas edificações e o alinhamento contínuo das fachadas frontais colabora para a falta de proteção às intempéries e aos demais desconfortos climáticos vivenciados pelos usuários dos espaços públicos. Assim, defendemos a instalação (e a permissão legal para tal) de estruturas móveis, como lonas tensionadas, ombrelones e similares, assim como barreiras verticais de vento que sejam removíveis, para proporcionar pequenas ilhas de conforto térmico em meio aos largos e praças da área de estudo.

6.3 Questões socio-espaciais

6.3.1 Reflexões sobre a organização sistêmica dos espaços públicos e seus impactos socio-espaciais

Antes de apresentarmos as conclusões sobre as questões socio-espaciais observadas na área de estudo, achamos pertinente apresentar algumas reflexões sobre o tipo de organização dos espaços livres de uso público encontrada no Centro Histórico de Ouro Preto. Como apresentado no sub-capítulo 4.1, vimos que, graças a diversas características do sítio, os espaços livres de uso público aqui analisados não se encontram distribuídos de forma isolada no tecido da antiga cidade mineradora, mas sim formando uma seqüência cadenciada que nos permite analisá-los como um sistema de áreas livres.

Ao estudar sistemas de espaços livres e, mais especificamente, sistemas de espaços livres de uso público, sistematizamos algumas de suas características que acreditamos ter impacto bastante direto em certas questões socio-espaciais das áreas onde se encontram. Uma delas é a

densidade de equipamentos, que faz com que a população, de forma geral, seja mais ou menos provida de espaços públicos. Uma área com uma grande densidade de espaços públicos acaba gerando uma cultura local bastante diferente daquelas nas quais esses espaços são raros, ou inexistentes, e nas quais a maior parte das atividades de sociabilização ocorre em ambientes privados e fechados. À característica da densidade, soma-se o tipo de distribuição desses espaços no tecido urbano que, quanto mais equilibrada for, idealmente mais justa será para toda a população.

Além da densidade e da distribuição, consideramos também importante analisar a hierarquia dos espaços públicos presentes no sistema (local, municipal, regional). Alguns espaços públicos possuem um número e uma variedade de mobiliários e outros equipamentos bem limitada, visando o atendimento à população que reside, trabalha ou estuda no entorno próximo; logo, tem alcance local. Nesses, de caráter mais quotidiano, imperam as relações de proximidade e a sociabilização entre conhecidos. Outros já são dimensionados e equipados para atender uma população mais diversa e numerosa que, residindo em diversas localidades, frequenta quotidianamente ou ocasionalmente esses recintos em busca de algum tipo de atividade específica que é ofertada por eles, ou em momentos de repouso entre as muitas atividades do entorno. Essa é a realidade dos espaços públicos situados nas centralidades principais das cidades, que lhes confere um alcance municipal ou até mesmo regional. Nesses, as relações sociais são mais variadas e observa-se uma forte sensação de vínculo com o espaço urbano em si, despertando também sentimentos mais cívicos. Todas as escalas hierárquicas, no entanto, são consideradas importantes para o bem estar da população de uma cidade.

A análise das funções as quais se destinam não costuma ser suficiente para se posicionar os espaços públicos em uma escala hierárquica, podendo existir, por exemplo, praças de lazer ativo tanto de alcance local, quanto regional; áreas de contemplação e sociabilização local, e também regional. A definição da hierarquia geralmente é fruto da associação do programa oferecido pelo espaço público, com sua área ou capacidade de receber população, e com seu posicionamento na cidade em relação às dinâmicas urbanas. Assim, está fortemente ligada com a ideia de atratividade, ou com raio de influência, que pode estar ligado também ao acúmulo de funções.

Vimos que os espaços públicos de uma cidade podem abrigar um grande número de funções, como as listadas no sub-capítulo 2.2, e que geralmente quanto mais funções esse absorve, mais significativo esse espaço costuma ser para a população local. No entanto, vemos que em algumas localidades essas funções não precisam estar todas concentradas em um mesmo espaço público, mas podem estar divididas em vários espaços públicos menores, desde que

esses se situem a uma boa proximidade e tenham uma boa acessibilidade entre eles, sendo assim percebidos como parte de um sistema. Assim, percebemos que a complementariedade (relativa à distribuição de funções) é, de certa forma, dependente da conectividade, que faz com que o sistema seja efetivamente percebido como tal pela população, ao contrário de vários espaços isolados que podem concorrer ou competir entre si pela atração dos usuários.

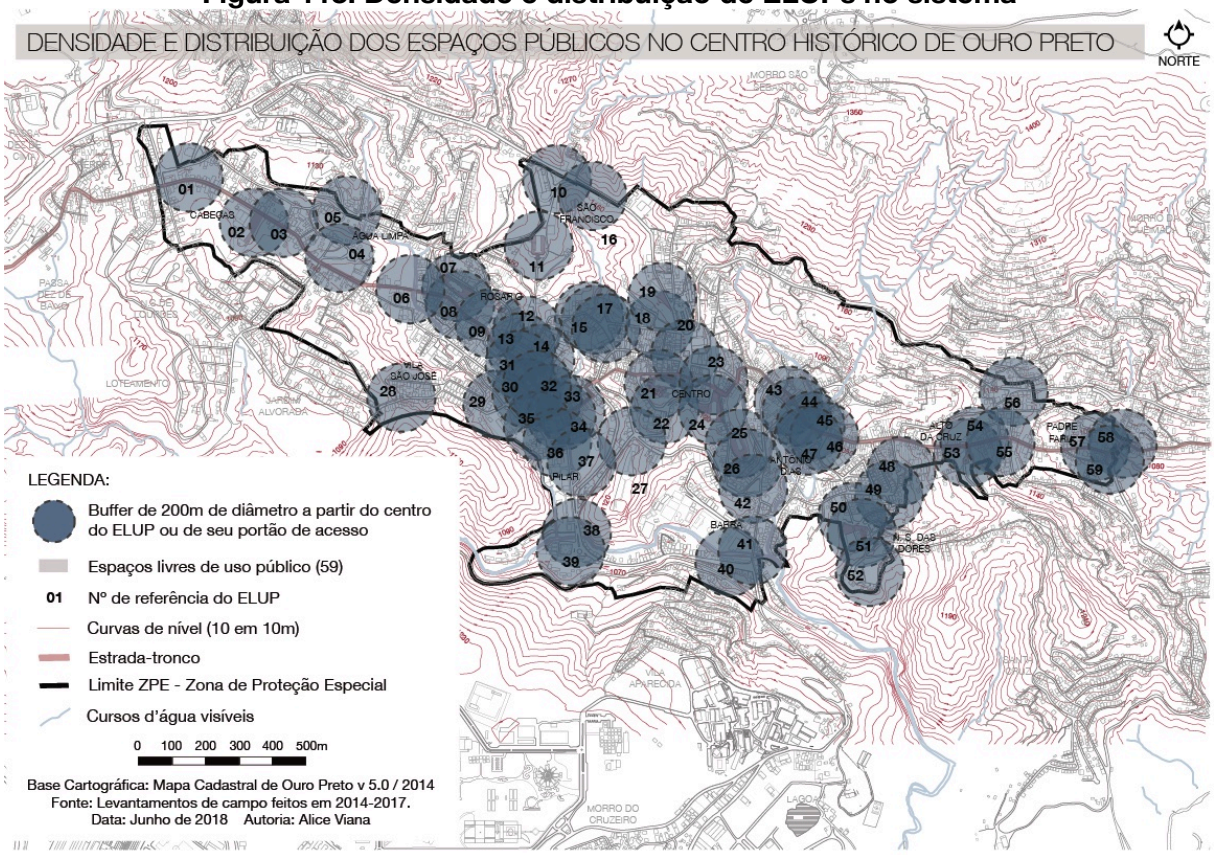
Tendo assim explicado algumas das características principais dos sistemas de espaços públicos - densidade, distribuição, hierarquia, complementaridade e conectividade, passaremos à análise de tais características aplicadas ao sistema de espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto, verificando de que maneira essas se relacionam com algumas questões socio-espaciais já levantadas.

6.3.2 Densidade e distribuição - lidando com hiatos relevantes

Como previamente apresentado nos conteúdos dos sub-capítulos 4.1 e 4.3, vimos que o sistema de espaços livres de uso público da ZPE é constituído, em grande parte, por pequenas áreas espaçadas segundo a lógica do deslocamento pedestre. Assim, podemos observar que ao longo dos principais eixos de deslocamento, existe uma grande continuidade na distribuição desses equipamentos, e que neles raramente nos deslocamos distâncias superiores a 200m sem nos depararmos com um adro, um largo, uma praça, ou outro tipo de ELUP. Essa medida é considerada por alguns autores, como Whyte (1980) como a máxima distância de polarização dos espaços públicos em relação às demais atividades que ocorrem no entorno ou, em outras palavras, é a medida máxima do seu raio de atratividade local.

No mapa da Figura 113 podemos visualizar essa distribuição dos espaços públicos e o alcance de seus raios de influência local, notando que em algumas áreas há uma grande sobreposição de raios, o que indica que essas regiões são afetadas pela ampla oferta de espaços públicos presentes no entorno, ou pela sua grande densidade. No entanto, percebemos que existem também algumas áreas completamente desprovidas desse tipo de equipamento, estando, inclusive, bem distantes de seus raios de atratividade. Os hiatos maiores se encontram presentes em três áreas de características bem distintas: na região do bairro Jardim Alvorada, no canto centro-oeste da ZPE, à esquerda da Vila São José, de urbanização mais recente e poder aquisitivo mais alto; na região sul entre os bairros Centro, Pilar e Barra, que conjuga ao mesmo tempo área de grande declividade e um grande equipamento de lazer e esportes privado (o OPTC); e na região norte-nordeste, coincidente em grande parte com o setor censitário 3, já bastante destacado no sub-capítulo 4.3, como sendo um setor populoso, de rendas mais baixas e que concentra um grande número de inativos em relação às médias da área de estudo.

Figura 113: Densidade e distribuição de ELUPs no sistema



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Através da descrição das características das áreas desses três grandes hiatos, pode-se perceber que a área que impõe uma maior pressão para a criação de espaços públicos de proximidade, estendendo assim o sistema existente em direção ao limite da ZPE, é a região norte-nordeste. A criação de espaços públicos junto às áreas urbanizadas nessa porção do território seria interessante para criar melhor qualidade urbanística em um local que, não apenas apresenta indícios de precariedade, mas que também se encontra em uma área de topografia bastante acidentada, o que compromete o acesso dessa população aos demais espaços públicos componentes do sistema. Para tanto, acreditamos que seria interessante que o poder público investigasse a existência de terrenos disponíveis nessa região, em especial, próximos a entroncamentos, a pontos de transporte público, ou a locais onde existe alguma diversidade de usos, criando novos espaços públicos em áreas onde existe maior dinamismo em escala local. O mesmo poderia ser aplicado à área do bairro Jardim Alvorada mas, no hiato da porção sul, achamos desnecessário, baseado nas características da região, providenciar mais um espaço público apenas para se densificar o sistema naquele ponto.

Além dessas três áreas, podemos perceber na Figura 113 que existem também alguns pequenos hiatos ao longo dos principais eixos de deslocamento, visíveis tanto na Estrada Tronco, quanto em áreas de desenvolvimento posterior. Alguns desses hiatos, no entanto, se encontram presentes

em áreas onde há menor densidade e menor dinamismo - ou seja, onde não há tanta pressão pela criação de espaços públicos (ex: entre os ELUPs nº01 e 02; nº04 e 06; nº28 e 29). Outros hiatos são muito pequenos, se encontram em trechos de razoável declividade, e próximo a áreas que tem em sua proximidade uma grande oferta de ELUPs (como o pequeno miolo entre os bairros Centro, Rosário e Pilar; ou ainda o trecho entre os nº23 e 43; ou entre o nº46 e o 48). O hiato linear de maior destaque se encontra na conexão entre os bairros Pilar e Barra, na recém mencionada porção sul da ZPE, que separa os ELUPs nº39 (Praça Cezário Alvim) e 40 (Praça Prefeito Amadeu Barbosa). Esse trecho, no entanto, além de ter uma densidade de ocupação razoavelmente pequena, é um espaço quase plano, de boa caminhabilidade, e a presença de comércios ao longo do caminho que conecta os dois ELUPs supracitados faz com que a distância entre eles mal seja sentida. Assim, não consideramos relevante criar espaços intermediários que possam extirpar esses pequenos hiatos, mas sim investir em outra importante característica dos sistemas de espaços públicos além da densidade, que é a complementaridade de funções.

6.3.3 Funções, hierarquia e complementariedade

Como vimos ao longo do Capítulo 5, até a metade do séc. XX, a maioria dos espaços livres de uso público presentes em Ouro Preto eram dedicados apenas às funções de circulação, eventos e lazer passivo. Os poucos espaços livres dedicados à recreação e aos esportes surgidos anteriormente a essa época, como o extinto Largo do Jogo da Bola[4], tiveram curta duração e nunca foram devidamente equipados como os espaços de lazer ativo conhecidos hoje. Esses tratavam-se de áreas livres desobstruídas que permitiam atividades mais dinâmicas, consideradas antigamente como impróprias para os adros e também para as principais praças e largos da cidade, pois atrapalhavam a circulação e as demais atividades ali existentes, como denunciado na queixa encontrada no jornal *Tribuna de Ouro Preto*, em edição de 1946 (FIGURA 114).

Figura 114: Reclamações sobre práticas esportivas/recreativas nos adros das igrejas

"Foot Ball" nas vias públicas e nos adros das Igrejas

Irregularidade muito grave esta sôbre que desejamos falar hoje: ruas estreitas e tortuosas como são as nossas, não se prestam para serem transformadas em campo de *foot-ball*, além da má impressão que essa prática esportiva em nossas ruas há de deixar nas pessôas de fóra que constantemente nos visitam. Tambem os adros das Igrejas são locais onde, habitualmente, a meninada e os marmanjos dão livre expansão às suas inclinações irrefreaveis para o esporte bretão. Mesmo os adros não se prestam para campo de *foot-ball*. Constantemente as Mesas Administrativas das diferentes igrejas se veem em dificuldade para colocação de novos vidros nos caixilhos, já que as bolas de pano ou de couro dos «craks» desocupados se encarregam de quebrar os vidros que, lá, se acham. O exemplo mais frisante da falha que apontamos, está na Igreja de São Francisco de Paula, cujas vidraças laterais e seus caixilhos estão sempre partidos pelos *chutes* desferidos pelos «Leônidas» da terra. De resto, referindo-nos, ainda, ao adro de S. Francisco de Paula, como sabem todos, é êste um lugar aprazivel e pitoresco da cidade, sempre muito frequentado, principalmente nêstes dias de calôr; ora, é lógico que os jogos animados de bola, além de porem em perigo as vidraças do templo, incomodam, naturalmente, aos que, aí, vão a passeio, às tardes dos dias úteis e durante o dia dos domingos...

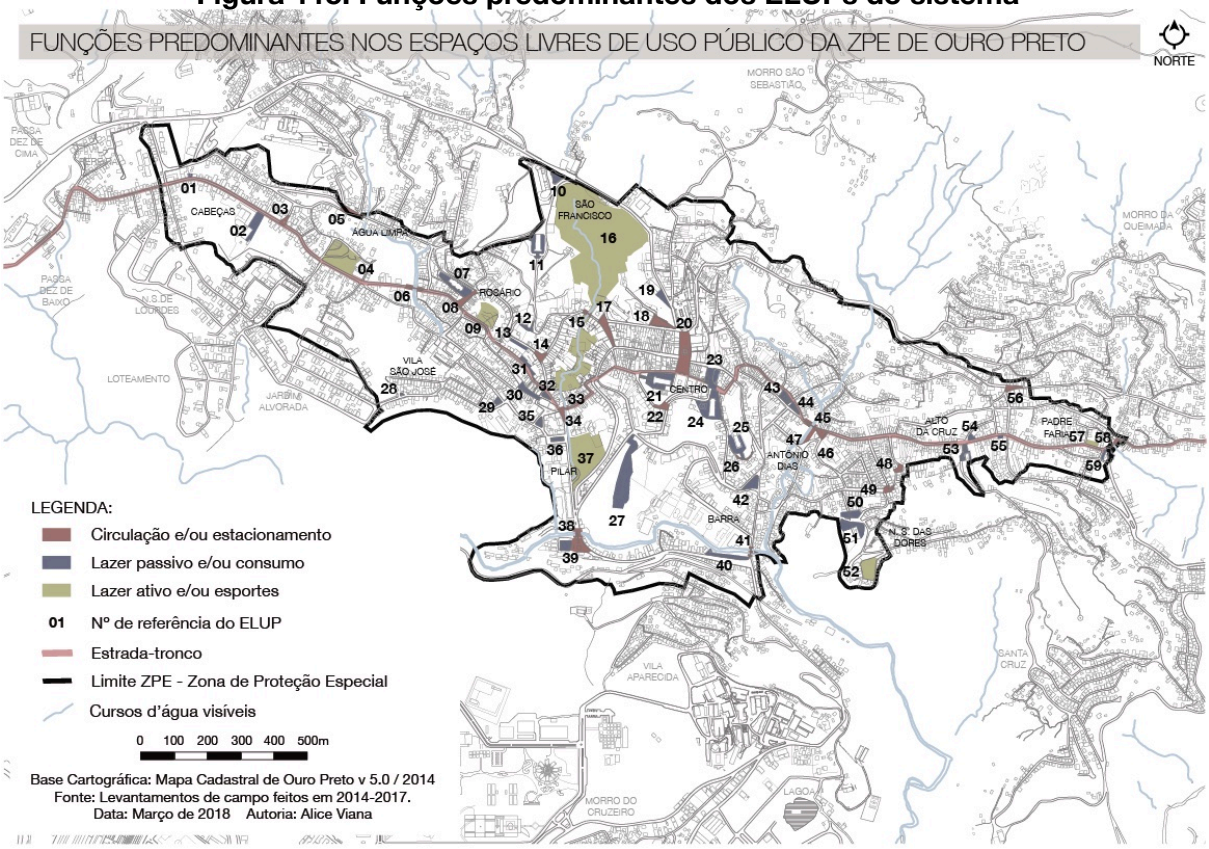
Entregamos, pois, o caso às autoridades competentes, para o devido exame e, depois, para serem tomadas as medidas coibitivas que reputamos necessárias.

Fonte: ("FOOT BALL"..., 1946)

[4] Mencionado em alguns trechos do Apêndice.

Atualmente, vimos que o centro histórico já dispõe de alguns espaços públicos que ofereçam oportunidades de lazer ativo, ampliando assim a oferta de atividades voltadas às demandas mais contemporâneas da população. Entretanto, através do mapa da Figura 115, podemos perceber que a distribuição desses espaços na malha da área de estudo é bastante desigual, sendo mais expressiva na área central da ZPE, distribuídos em um eixo vertical que liga o bairro São Francisco ao Pilar (manchas em verde). Os ELUPs de nº 16 e 37, Parque Horto dos Contos e Praça da UFOP, respectivamente, são espaços públicos bastante centrais, que concentram algumas das maiores áreas livres disponíveis no centro histórico. Sua localização e porte, associados ao tipo de equipamentos que esses oferecem (espaço para caminhada, equipamentos esportivos, quadra esportiva, equipamentos recreativos, área para montagem de espetáculos, entre outros) fazem com que esses espaços ultrapassem muito a escala local, se tornando referências municipais[5]. Os tipos de eventos acolhidos pela Praça da UFOP, citados no sub-capítulo 4.3, conferem a ela um raio de influência ainda maior, chegando a alcançar a escala regional.

Figura 115: Funções predominantes dos ELUPs do sistema



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os demais espaços públicos presentes no sistema cuja função de destaque seja o lazer ativo já possuem um caráter bem mais local. Aqueles situados na porção oeste, no entanto, são maiores,

[5] Apesar do parque se encontrar fechado já há alguns anos, acreditamos que esse tinha um enorme potencial para se tornar o verdadeiro "parque da cidade", e cremos que com sua prometida reabertura e com uma gestão mais eficiente, esse espaço público realmente alcance esse status.

melhor conectados entre si e mais bem localizados em relação às vias de maior fluxo, além de serem espaços cuja vegetação tem um lugar expressivo nas suas composições espaciais. São eles a Praça Carlos Antônio Nolasco (ou Área de Lazer do Cabeças, ELUP nº04), que dispõe de quadra esportiva, equipamentos infantis e anfiteatro; e a Praça da Ponte Seca (ou Jardim da Ponte Seca, nº09) que dispõe de equipamentos infantis e de musculação. Os localizados na porção mais ao leste são menores e mais isolados, o que lhes confere um caráter ainda mais local e periférico. A Praça Esportiva do Alto das Dores (sem nome oficial) é um espaço contemporâneo, de projeto bastante adequado ao seu entorno, oferecendo uma pequena quadra esportiva, aparelhos de musculação e de recreação infantil. Tem áreas sombreadas e uma implantação que verdadeiramente favorece a micro-escala de sociabilização (FIGURA 116). Já a Praça Agostinho Ferreira Guimarães é um espaço seco, bem localizado na dinâmica do bairro Padre Faria, mas tem composição pobre e uma grande carência de elementos que pudessem providenciar mais conforto aos seus usuários. Além disso, vemos que todos os quatro espaços citados, sem exceção, sofrem com a falta de manutenção periódica, o que minimiza muito sua atratividade.

Figura 116: Praça Esportiva do Alto das Dores

Fonte: Foto da autora. Setembro de 2017.

Apesar do número estatisticamente equilibrado de espaços dedicados ao lazer ativo em relação às porções oeste, centro e leste, percebemos que, de acordo com sua distribuição real no tecido urbano, existe uma grande área localizada entre o Centro e o Padre Faria (eixo centro-leste através da Estrada Tronco) na qual não se encontra nenhum outro equipamento desse tipo. Como pode ser observado nos mapas apresentados no sub-capítulo 4.3, essa área é formada por setores censitários populosos, de renda mais baixa, e que possuem um número mais expressivo de inativos em relação à partes mais privilegiadas da ZPE. Assim, podemos perceber que, embora disponha de vários outros espaços livres de uso público, muitos dos exemplos ali localizados são mais dedicados ao lazer passivo e à circulação, não dispondo nem de equipamentos, nem de

espaço o suficiente para o exercício do lazer ativo. Esse, no entanto, engloba atividades que são consideradas hoje como desejáveis e necessárias no quotidiano, e que deveriam ser facilmente praticáveis nos espaços públicos de proximidade, de escala local, não apenas nos momentos de exceção.

Em relação ao lazer passivo, podemos perceber que essa é a função mais bem distribuída pelos espaços públicos do sistema, principalmente por ser a função predominante em quase todos os adros da área de estudo. Como os adros tem uma série de limitações de usos e de intervenções graças ao seu papel de suporte às atividades religiosas, impelindo muitos outros usos considerados não-compatíveis com essas, vemos que esses acabaram se destinando às atividades de contemplação, de descanso e de pequena sociabilização. São exceções as datas festivas religiosas, nas quais se admite manifestações sociais mais vibrantes, e até mesmo comércio, nesses espaços. Em termos de atratividade, vemos que, além de vistas a serem contempladas, a maior parte deles dispõe, pelo menos, de áreas assentáveis (escadarias, muretas e alguns bancos), raras no tecido histórico, e que servem como indutores de permanência e de desenvolvimento das outras atividades já mencionadas.

Os adros do centro histórico, no entanto, nem sempre tem elementos geradores de fluxo (além dos templos religiosos) em suas faces limítrofes, o que faz com que muitos sejam vazios e monótonos no quotidiano, mais caracterizados como refúgios, do que como espaços dinâmicos. São exceções o Adro da Igreja de São Francisco de Assis, o Adro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o Adro da Igreja das Mercês de Cima (nº 24, 21 e 19, respectivamente), que são muito diretamente afetados pelos fluxos oriundos da Feirinha de Pedra Sabão, do Museu do Oratório, da visitação dos templos e da própria Praça Tiradentes. Todavia, vemos que, segundo as características desses fluxos, muito do dinamismo nesses espaços se deve à atividade turística.

Em relação à hierarquia, percebemos que os adros de templos mais centrais, como os supracitados, por serem mais integrados aos espaços de maior fluxo, tanto do quotidiano da população local, quanto turístico, acabam se posicionando como de relevância municipal ou regional. Percebemos que quanto mais centrais e melhor conectados às dinâmicas do entorno, mais são utilizados como espaço de apoio às atividades presentes, principalmente, na centralidade principal (região da Praça Tiradentes, da Rua Direita, da Rua Sao José, entre outras). Já os adros mais periféricos, como o da Igreja de Bom Jesus do Matozinhos, e o da Igreja de Nossa Senhora das Dores, por exemplo (nº 02 e 51), ganham relevância muito local como espaços públicos, sendo apropriados como espaços de descanso, contemplação, sociabilização e às vezes de recreação (mesmo a contragosto dos párocos), em horários diversos e por um

público reduzido, mais caracterizado por crianças, adolescentes e idosos residentes nas imediações.

Como *locus* de atividades de maior inércia, observa-se que aos adros se somam as praças ajardinadas, também, em sua maioria, dedicadas ao lazer passivo. Entretanto, apesar de não terem as mesmas restrições de uso dos espaços religiosos, vemos que, na prática, essas não necessariamente apresentam dinamismo superior do que o testemunhado em alguns dos adros mais desertos. Seja por falta de entornos mais dinâmicos; de mobiliários mais confortáveis e mais atrativos para o descanso, a sociabilização ou o entretenimento pessoal (bancos, mesas, cadeiras); ou a falta de proteção aos desconfortos climáticos; percebemos que muitas dessas praças se encontram constantemente vazias. Em algumas delas, percebemos potencial para apropriações mais numerosas e mais diversas, como a Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães (nº29), que se situa em frente a um colégio municipal; já em outras praças, acreditamos que a realização de intervenções representaria um certo desperdício de recursos, pois elas carecem de outros elementos de atração de natureza mais urbanística (fluxos de pedestre, usos diversos, entre outros) e também não comportariam a instalação de equipamentos que por si só servissem como chamativos fortes o bastante para redinamizá-las. Vemos também que, mesmo quando são frequentadas, a grande maioria se comporta como espaços de relevância muito local, não servindo como referências de lazer para a população dos quarteirões ou bairros vizinhos, muito menos para as regiões exógenas à ZPE.

No caso ouropretano, percebe-se que os espaços com maior potencial para o exercício efetivo do lazer passivo e do consumo são mesmo os largos - espaços que, curiosamente, são os que atualmente oferecem as menores condições de apropriação, se destinando, predominantemente, à circulação e ao estacionamento. No entanto, o grande dinamismo que apresentam, conferido pelos fluxos intensos e pela diversidade de usos em seus entornos, fazem com que esses sejam os espaços preferenciais para se permanecer, para encontrar pessoas, e onde o descanso se faz mais necessário. Percebe-se neles uma forte pressão por áreas de permanência ao se observar as apropriações quotidianas - as pessoas se sentam onde é possível, mas com muito desconforto: lugares muito baixos, sujos, frios ou muito ensolarados, sendo interrompidos constantemente pela passagem de pessoas ou veículos. Nota-se que os desconfortos contribuem para a pequena permanência nesses espaços e, além de reduzirem o tempo de desfrute do local, também reduzem as atividades diversas que ali poderiam se desenvolver.

Em nossa área de estudo, destaca-se o grande potencial para atividades de lazer passivo de maior permanência do Largo Orlando Trópia, do Largo do Cinema, do Largo da Alegria e do Largo

do Rosário (nº 18, 17, 14 e 08), todos conectados linearmente em um eixo de grandes fluxos na centralidade principal do município, o que lhes confere um amplo raio de atratividade. Outros largos, como o Largo Célio Inácio, o Largo do Marília e o Largo do Pilar (nº 45, 56 e 34) têm todos potencial considerável para se fortalecer como espaços de sociabilização e trocas de referência local. Não obstante, em todos os espaços supracitados vemos que lhes falta contrabalancear a presença dos carros com a inserção de áreas de estar. A mesma reflexão em relação a esses largos se aplica também à Praça Tiradentes (nº20), que apesar de dispor parcialmente de área já desobstruída de circulação e estacionamento, ainda não oferece muitas condições de permanência, apesar de todo o seu potencial para tal e de sua posição máxima na escala hierárquica de espaços livres de uso público do centro histórico.

Como brevemente introduzido no início deste sub-capítulo, consideramos que para atingir um melhor equilíbrio da oferta de atividades no sistema de espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, seria interessante realizar intervenções em alguns dos espaços públicos nele existentes fazendo com que suas funções predominantes fossem potencializadas, reequilibradas ou alteradas, dependendo de cada caso. Dessa forma, reconhecemos que, ao invés de esperar que todos os espaços públicos desempenhassem todas as funções possíveis hoje atribuídas a esses tipos de equipamentos, seria interessante investir na complementariedade desses no sistema, sugerindo intervenções pontuais para que a população local de algumas regiões não ficasse desprovida de algumas oportunidades. Nessa lógica, vemos que em um raio de poucos metros, o sistema poderia oferecer (como já oferece em algumas áreas) ao desfrute da população: espaços mais sóbrios, dedicados ao descanso e à contemplação, mas também às festividades religiosas esporádicas - os adros; espaços mais dinâmicos voltados à sociabilização quotidiana e ao consumo - os largos; espaços dedicados à recreação e as práticas esportivas, assim como com a vegetação - as praças esportivas; entre outros.

Assim, nos dedicamos à investigação caso a caso de todas as potencialidades isoladas e conjuntas dos equipamentos presentes hoje no sistema. A exemplo dos espaços secos supracitados, hoje predominantemente voltados à circulação e ao estacionamento, acreditamos que seria vital a criação de maiores condições de permanência através da inserção de elementos móveis (bancos, mesas e cadeiras, estruturas de sombreamento, entre outros), pois é neles, efetivamente, que sentimos a maior pressão dos usuários por oportunidades de apropriação. No entanto, é importante reconhecer que, como a vitalidade nesses espaços é conferida pelos fluxos, não seria recomendável interromper a circulação para a acomodação de mobiliários, mas sim, conciliar e equilibrar as funções de circulação, estacionamento e de lazer passivo (ou até mesmo, ativo, em alguns casos).

A instalação de elementos móveis nos largos e nas praças secas não somente se faz mais condizente com a condição de tombamento local, intervindo de forma mais branda no sítio histórico do que com a colocação de estruturas fixas, mas também se mostra mais adequada para o tipo de dinâmicas urbanas, e até mesmo climáticas, observadas em Ouro Preto. Assim, os ambientes de estar criados para potencializar as atividades de lazer passivo no quotidiano poderiam ser recolhidos durante alguns dos eventos que requerem mais espaço desobstruído; ou poderiam ser mudados de lugar, auxiliando como espaços de apoio em eventos menores. Poderiam também ser deslocados conforme as condições de insolação de cada estação, ou serem ampliados ou reduzidos, conforme as diferentes demandas sazonais. Já em relação ao lazer ativo, observamos que as ações para potencializar ou acrescer mais essa função aos espaços pré-existentes talvez não sejam tão simples, ou tão flexíveis, embora a reversibilidade e o nomadismo de estruturas voltadas ao esporte e à recreação não sejam inéditos.

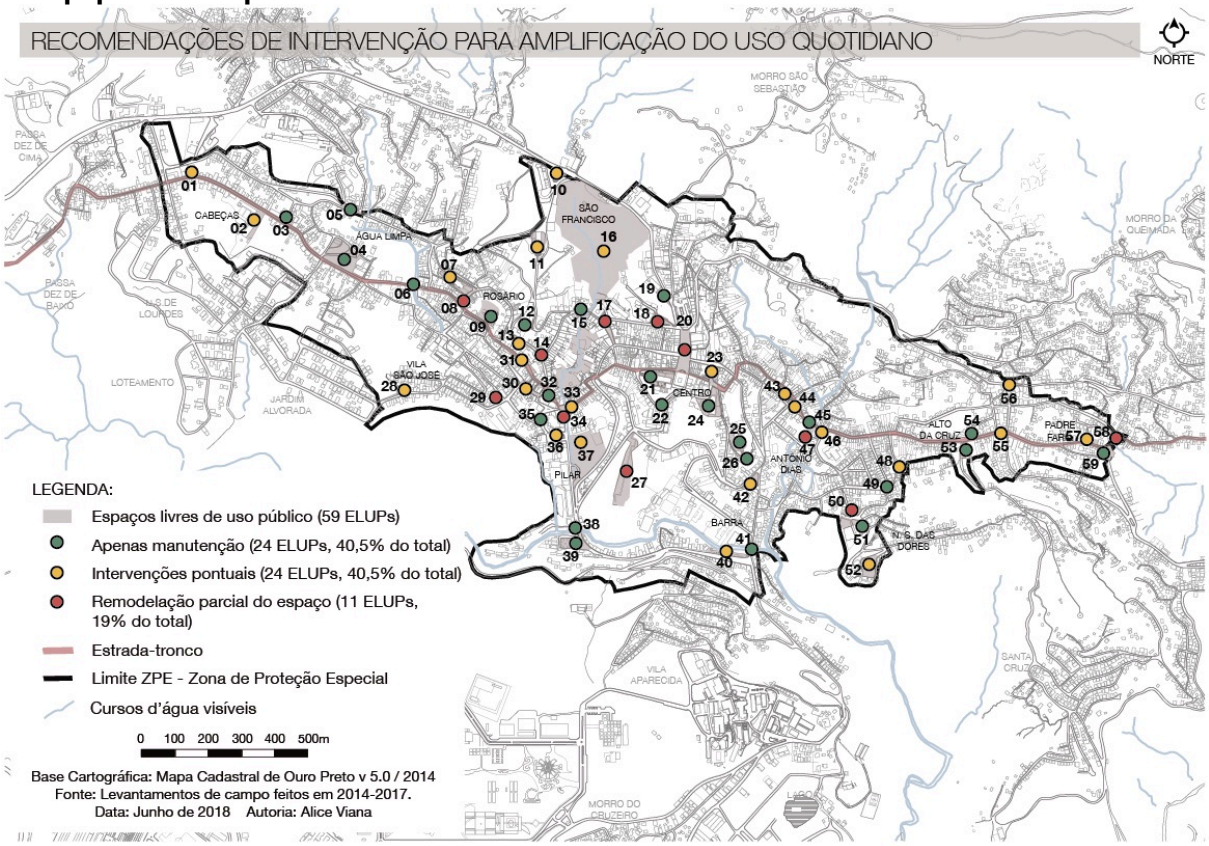
Como discutido previamente no sub-capítulo 2.2 e também em alguns outros pontos deste trabalho, nem todo espaço dedicado ao lazer ativo necessita de equipamentos que sejam exclusivamente projetados para a recreação e para os esportes. No entanto, para que essas atividades comecem a ser desempenhadas em um ambiente, muitas vezes é necessário um estímulo espacial, que pode vir de mobiliários sugestivos, ou de uma programação voltada a esses fins. Entendendo que essas atividades fazem, ou deveriam fazer parte do quotidiano da população local (sem, necessariamente, excluir os turistas), que essas nem sempre são acessíveis a todos, e que a oferta de espaços onde possam ser desempenhadas no centro histórico é relativamente pequena, consideramos que seria bastante proveitoso se o poder público investisse na qualificação de alguns dos espaços já presentes no sistema para que eles pudessem oferecer também oportunidades de recreação e esportes.

Assim, através da análise de cada um dos espaços públicos da área de estudo, apresentada com detalhes no Apêndice deste trabalho, defendemos que espaços subaproveitados como o Largo da Rua Alagoas (nº 47) recebessem intervenções capazes de lhes conferir a função de lazer ativo, preenchendo essa atual lacuna do sistema. O Largo da Rua Alagoas se situa em um plano inferior à Ponte do Antônio Dias, em grande proximidade à Escola Estadual Marília de Dirceu e a um posto de saúde, e hoje é utilizado majoritariamente como estacionamento. A conversão desse vazio em um espaço dedicado à recreação e à prática de esportes poderia, sem descaracterizar as principais visadas do eixo Igreja de Nossa Senhora da Conceição-Largo do Marília, oferecer preciosas oportunidades de lazer à população local, tão desprovida de equipamentos similares nessa área. O mesmo se aplica para alguns outros espaços que tem, nas suas imediações,

equipamentos comunitários, como os já mencionados Largo Orlando Trópia e a Praça Educadora Anna Ferreira Guimarães (nº18 e 29).

Sugestões como essas, feitas com a intenção de se potencializar o uso quotidiano dos equipamentos presentes no sistema de espaços públicos da área de estudo, foram apresentadas para cada um dos 59 adros, largos, praças, parque, pontes e mirantes do Centro Histórico de Ouro Preto. Após o levantamento do histórico e desenvolvimento de cada equipamento, do reconhecimento de seu atual estado de conservação, da observação das dinâmicas do entorno de cada um e dos tipos de apropriações mais comuns em seus recintos, foram tecidos três tipos de recomendação baseados na intensidade de intervenções consideradas necessárias e as quais acreditamos que trariam, efetivamente, um retorno positivo para a melhoria do sistema: apenas manutenção periódica (aplicável a 40,5% dos ELUPs do sistema); intervenções pontuais (também aplicável a 40,5% dos ELUPs do sistema); e remodelação parcial dos espaços (aplicável a 19% dos ELUPs do sistema)[6]. A espacialização dessas recomendações pode ser visualizada no mapa da Figura 117.

Figura 117: Recomendações para a amplificação do uso quotidiano dos equipamentos presentes no sistema de ELUPs do Centro Histórico de Ouro Preto



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

[6] Lembramos que todas essas análises se encontram disponíveis no Apêndice deste trabalho.

Através da comparação das informações apresentadas na Figura 117 com a estrutura temporal do sistema apresentada na Figura 110, podemos mais uma vez constatar que os espaços considerados como mais indicados a receber intervenções, não representam, necessariamente, aqueles de origem nos períodos mais antigos. Após a verificação da coincidência ou não das sugestões de intervenção com os períodos originários de cada espaço, vimos que existem áreas com pouco potencial de apropriação, com potencial subaproveitado, ou com potencial já suficientemente aproveitado pertencentes a todos os períodos históricos, a quase todas as localizações no perímetro da ZPE, e a todas as hierarquias. Dessa forma, confirmamos nossa impressão de que as recomendações de intervenção deveriam ser mesmo estudadas caso a caso, desprezando as possíveis sugestões genéricas que poderiam ser desenvolvidas baseadas em classificações prévias.

Em relação à viabilidade dessas intervenções, reconhecemos que, enquanto algumas seriam mais simples e mais econômicas, dependendo de boas propostas arquitetônicas e de design, de formas simplificadas de financiamento ou de pequenas colaborações público-privadas e de, talvez, algumas pequenas inclusões em uma revisão futura do Código de Posturas, outras já demandariam a revisão de aspectos mais delicados da logística do centro histórico - como a do sistema de circulações e dos estacionamentos. Sem a revisão dessa logística, no entanto, percebe-se que dificilmente seriam atingiriam os objetivos da melhoria do sistema de espaços públicos em relação às demandas contemporâneas da população, como discutiremos a seguir.

6.3.4 Os impactos dos problemas de mobilidade na conectividade do sistema

Como previamente introduzido no sub-capítulo 4.3, vemos que o Centro Histórico de Ouro Preto apresenta uma série de problemas relacionados à mobilidade. Entre eles estão a grande competitividade por espaço de circulação e estacionamento imposta pela numerosa frota de veículos particulares, o fraco serviço de transportes públicos e o baixo índice de caminhabilidade existente em quase todas as vias e demais espaços públicos nele presentes. Podemos notar que todos esses problemas se relacionam, de alguma maneira, com a questão topográfica local e com o tipo de traçado existente nessa parte do tecido da cidade. Sabemos que, como a grande declividade das vias impõe sérias dificuldades à mobilidade pedestre para uma parte da população, essa se vê fortemente impelida a utilizar os transportes motorizados, mesmo para deslocamentos de pequena distância. Consequentemente, quanto maior a demanda por transportes motorizados, em especial pelos individuais, maior cresce a demanda por espaço de circulação e estacionamento veicular, e menor é o espaço deixado para a circulação pedestre.

Como a topografia se caracteriza como um elemento permanente do sítio - ainda mais pela sua condição de espaço protegido, podemos imaginar que essa dependência veicular não tenda a diminuir, mas sim aumentar conforme a média etária da população envelheça. Ou seja, para pensar a mobilidade na área de estudo é necessário reconhecer que algum nível de motorização talvez tenha que ser mantido. No entanto, acreditamos que o uso do transporte motorizado particular tenha que ser obrigatoriamente e ativamente desmotivado para que outros modais de transporte e outras atividades sejam mais presentes no sítio, entre elas, o uso mais variado do espaço público.

A forma de desmotivar o uso do transporte particular, no entanto, tem que ser responsável e comprometida, para se garantir a sustentabilidade da iniciativa e para se proteger as dinâmicas locais das modificações acarretadas. Dentre as maneiras mais efetivas para se alcançar esses objetivos, acreditamos que seja imprescindível avançar em três eixos de ações: 1) reduzir paulatinamente os espaços de estacionamento no centro histórico, deixando apenas algumas vagas especiais em pontos estratégicos e criando bolsões de estacionamento exteriores aos limites de tombamento e em áreas-chave de conexão rodoviária; 2) ampliar a oferta de modais e de horários de transporte público de qualidade, adaptados às condições histórica e topográfica da área de estudo e; 3) investir na melhoria da caminhabilidade ao longo das vias, ampliando as calçadas, substituindo a atual pavimentação por uma com maior aderência, substituindo placas e tampas metálicas deslizantes e removendo outros obstáculos que comprometam a circulação nos passeios.

Dessa forma, ao invés de se tentar reduzir o número de veículos em circulação através de medidas como rodízio de placas ou outras maneiras punitivas e facilmente contornáveis pelas classes sócio-economicamente mais confortáveis, pretende-se inverter a prioridade dos deslocamentos como um todo. A melhoria da caminhabilidade incentivaria aqueles que não possuem necessidades especiais a se deslocar mais à pé; e o aumento da diversidade de modais, das rotas e dos horários, visaria oferecer um melhor serviço como um todo, mas também incluir os portadores de mobilidade reduzida como usuários do transporte público de maneira segura e confortável.

Acreditamos que essas medidas representem o verdadeiro desafio contemporâneo, não apenas para a melhoria dos espaços livres de uso público, mas para a preservação do Centro Histórico de Ouro Preto como um todo. Como apresentado no sub-capítulo 3.2, vimos que as questões relativas à mobilidade já foram identificadas como problemas de primeira grandeza desde os primeiros relatórios elaborados sobre Ouro Preto e, por mais que tenham havido avanços na

direção da repressão dos estacionamentos em alguns espaços de destaque, vemos que essa iniciativa isolada não é o suficiente para se criar impactos verdadeiramente positivos e duradouros no centro histórico. Assim, reconhecemos que as mudanças necessárias são de natureza complexa, pois envolvem estudos técnicos e multidisciplinares avançados, e que a implantação dessas melhorias prescinde de grandes valores, muitas vezes incompatíveis com a realidade fiscal municipal. No entanto, é importante reconhecer que buscar fontes de financiamento para implementar essas ações talvez seja uma das formas mais eficazes de preservação do patrimônio e da vida urbana de Ouro Preto, se sobrepondo a qualquer outras ações de restauro de edificações ou de requalificações urbanas já implementadas.

Além da remoção dos estacionamentos possibilitar a implementação de intervenções em espaços como os largos, provendo áreas de descanso e de sociabilização, prevê-se que o investimento na caminhabilidade traria outro impacto para o sistema de espaços públicos do centro histórico - o aumento da conectividade entre eles. Ao se trabalhar uma caminhabilidade mais fluida entre alguns espaços públicos, aumenta-se a percepção de que esses estão efetivamente conectados, e de que algumas funções podem ser mais naturalmente distribuídas entre espaços situados a uma distância confortável para o pedestre. Essas e outras ações, no entanto, precisam ser compreendidas como iniciativas interligadas, verdadeiramente sistêmicas, e preferencialmente gerenciadas por um grupo de atores comprometidos a fazer com que os espaços públicos do centro histórico ofereçam mais qualidade de vida à população.

6.4 Questões político-administrativas

6.4.1 Breve balanço sobre ações pregressas de destaque

Através de vários trechos deste trabalho, pudemos perceber que as deficiências por nós identificadas no sistema de espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto - poucas áreas dedicadas ao lazer, conflitos com excesso de veículos, falta de áreas de permanência, entre outros - não são exatamente uma novidade nem para os pesquisadores, nem para o poder público. Os estudos desenvolvidos em 1973-1975 pela Fundação João Pinheiro, entre outros, comprovam essa afirmação e nos mostram como muitos dos desafios para a melhoria desses espaços ainda se encontram presentes, mais de quarenta anos depois de sua publicação.

Pudemos perceber também que, muito recentemente (já no século XXI), algumas adições relevantes, tanto em termos de área, quanto de programa, foram efetuadas no sistema, indicando uma mudança de postura na administração municipal que, aparentemente, começou a reconhecer a importância dos espaços públicos para a qualidade de vida da população. Ao tentar mapear

temporalmente essas intervenções, identificamos que grande parte das ações mais expressivas de criação e intervenção nos espaços públicos do centro histórico ocorreu entre as gestões 2005 a 2008 e 2009 a 2012 (gestões Ângelo Oswaldo), período que coincidiu com o já citado *Programa Monumenta*. Essa simultaneidade sem dúvida nos faz atribuir o sucesso das iniciativas à existência de um programa de assistência em nível federal que ofereceu um forte suporte para a viabilização dos projetos apresentados. No entanto, outros fatores além da disponibilidade de financiamento parecem ter sido fundamentais para que as intervenções saíssem do papel.

O Sr. Ângelo Oswaldo[7], em entrevista concedida exclusivamente para esta pesquisa, nos afirmou que as algumas iniciativas em prol dos espaços públicos da cidade já haviam ocorrido quando este era Secretário Municipal de Turismo, na gestão do Prefeito Alberto Caram, ainda no final dos anos 1970. Este nos afirmou que, na época, o Sr. Caram tinha a intenção expressa de colocar em prática as propostas apresentadas pela FJP em seu plano, mas percebemos que a maioria das ações realizadas foi mais voltada à recuperação de edificações e à sua adaptação a novos usos. Um exemplo foi a aquisição de um antigo casarão na região dos Fundos do Pilar (Casarão dos Elias) para a conversão em sede da Prefeitura Municipal. Essa ação afetou diretamente o uso da Praça Barão do Rio Branco, assim como as dinâmicas no entorno, mas não se pode afirmar que tenha sido empreendida com o objetivo de se ampliar a oferta ou a qualidade de espaços de lazer no centro histórico. Apesar de existir uma maior conscientização sobre a necessidade de intervenção, uma das limitações das iniciativas dessa época foi, sem dúvida, as dificuldades financeiras em se arcar com a realização de melhorias, e observa-se que grande parte do que foi realizado dependeu de colaborações entre o poder público e a iniciativa privada[8].

Em defesa das obras realizadas nas suas gestões, o ex-prefeito afirmou que houveram muitas outras articulações além do suporte do *Projeto Monumenta*, e que várias formas de parceria e patrocínios foram empreendidas. Destacou, no entanto, que a parceria com o Governo Federal foi mesmo importante, mas que o grande diferencial das suas gestões foi a vontade política e o real esforço para se realizar melhorias nos espaços de convívio da cidade. Em entrevista com funcionários que participaram dessas gestões e que ainda se encontram lotados na Prefeitura Municipal de Ouro Preto, e também com ex-funcionários, parece um consenso o fato de que uma das ações que mais colaborou para a realização de intervenções positivas na cidade foi a transformação, em 2006, da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio em Secretaria Municipal

---

[7] Ângelo Oswaldo de Araújo Santos - ex-Secretário de Turismo da PMOP, ex-Prefeito de Ouro Preto (gestões 1993-1996, 2005-2008 e 2009-2012) e atual Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais. Entrevista realizada no dia 02 de abril de 2018 na Secretaria de Estado de Cultura, na Cidade Administrativa de Minas Gerais.

[8] A aquisição do Casarão dos Elias só foi possível porque teve a colaboração da Fundação Roberto Marinho e também da Fiat.

de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano (SMPDU). Essa ação administrativa fez com que a gestão do espaço urbano, com todos os seus desafios, fosse tratada em conjunto com a condição histórica do sítio, algo essencial para o sucesso e a sustentabilidade das ações na cidade.

Nessa época a PMOP conseguiu reunir um corpo técnico mais expressivo nas áreas específicas do patrimônio, da arquitetura e do urbanismo e, apesar das várias dificuldades impostas pela pequena estrutura administrativa, fez muitos avanços. A estrutura da SMPDU foi dividida em: Departamento de Proteção Patrimonial; Departamento de Projetos Especiais; Departamento de Regulação Urbana; GAT - Grupo de Assessoramento Técnico; Assessoria de Proteção Patrimonial; Assessoria de Projetos Especiais; Assessoria de Secretário; Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI) e; Conselho Municipal de Política Urbana (COMPURB). Desta forma, observa-se também a adoção de dois diferentes conselhos na estrutura administrativa, permitindo a participação popular de uma forma mais direta e constante nas decisões acerca do espaço urbano protegido. As competências da nova secretaria foram detalhadas no Art. 9º, no qual se localizou claramente a responsabilidade acerca dos projetos de intervenção nos espaços públicos:

> I - executar a política municipal de preservação do patrimônio histórico e artístico do Município;
> II - executar a política municipal de planejamento urbano e territorial, execução e análise de projetos, fiscalização da execução de obras de construção e parcelamento do solo no Município;
> III - coordenar as ações referentes à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico do Município no âmbito da Prefeitura Municipal de Ouro Preto e junto às demais instituições e à população;
> IV - estabelecer estratégias de proteção do patrimônio arquitetônico;
> V- planejar, coordenar, contratar, supervisionar e executar as atividades relativas à elaboração do projeto de arquitetura, urbanismo e à restauração de espaços, monumentos e prédios públicos;
> VI - realizar outras atividades relacionadas com sua área de atuação.
> (OURO PRETO, 2006, grifo da autora)

A Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano foi bastante prolífica, coordenando não apenas as intervenções viabilizadas pelo *Programa Monumenta*, mas várias outras intervenções nos espaços públicos da cidade, tentando melhor adequá-los às demandas contemporâneas (ações na Praça Prefeito Amadeu Barbosa, na Praça Antônio Dias, na Praça Cezário Alvim, entre outros logradouros). Aparentemente, manteve esse objetivo até seu desmantelamento, ocorrido em 2013, resultado da troca de gestão municipal. O novo grupo político, que ocupou o poder entre os anos de 2013 e 2016, optou por dividir novamente as responsabilidades da SMPDU em uma Secretaria de Cultura e Patrimônio e em uma Secretaria de

Obras e Urbanismo[9], voltando ao modelo de estrutura administrativo tradicional e desmontando equipes já bem articuladas e experientes em relação aos desafios urbanos locais. Desde então, observou-se um grande refreamento na discussão acerca do espaço público, e o aparente abandono de muitas das áreas de lazer, carentes de manutenção, além do fechamento do equipamento que representou o maior investimento da história do *Projeto Monumenta* - o Parque Natural Municipal Horto dos Contos.

Com uma subsequente mudança na gestão municipal (2017-2020), e com a chegada ao poder de um grupo mais alinhado com as gestões 2005-2012, percebe-se uma nova movimentação no sentido de valorizar os espaços públicos da cidade, ainda que tímida (manutenção de canteiros em praças ajardinadas, restauro e reativação do Chafariz dos Contos, discussões acerca da reabertura do Parque Horto dos Contos, entre outros de menor destaque). No entanto, através das experiências passadas e de acordo com o que já colocamos como ações desejáveis para implementar melhorias no sistema de espaços livres públicos do centro histórico, acreditamos que algumas outras medidas administrativas sejam urgentes, superando as ações isoladas e investindo novamente em um modelo de gestão mais integrado e mais organizado.

6.4.2 A necessidade de organização da gestão

No início desta pesquisa, nos deparamos com uma certa dificuldade em reunir dados sobre os espaços públicos do centro histórico junto à Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Um dos problemas encontrados, e que aparentemente se mantém após a troca de gestões, é que não existe uma sistematização oficial dos espaços públicos da cidade que contenha uma descrição de suas características, facilitando assim sua manutenção de forma organizada e preventiva. Não existe ao menos uma lista que reúna todos os equipamentos existentes e, aparentemente, a responsabilidade sobre os diversos aspectos da sua gestão ainda se encontra dividida entre várias secretarias e departamentos diferentes (Obras e Urbanismo, Meio Ambiente, Cultura e Patrimônio, Turismo, Esportes e Lazer, entre outras). Como resultado, vemos que situações como as ilustradas nas Figuras 118 e 119 são comuns, ou seja, não há um planejamento que garanta, por exemplo, a regularidade de manutenção de podas e de consertos de estruturas danificadas, fazendo com que alguns espaços públicos sejam evitados.

[9] CARMO, 2017.

Figuras 118 e 119: Praça de Lazer Carlos Antônio Nolasco

Fonte: Fotos da autora. Fevereiro de 2017.

Esse tipo de situação também faz com que a população fique refém de processos lentos e burocráticos para solicitar que reparos sejam feitos, até mesmo alguns muito simples, como a substituição de lâmpadas queimadas. Podemos comprovar a lentidão desses meios através dos documentos disponíveis na Câmara Municipal de Ouro Preto, nos quais há sucessivas reivindicações solicitando a manutenção dos mesmos espaços ao longo dos anos (QUADRO 4):

Quadro 4: Reivindicações de melhorias na Praça da Ponte Seca entre 2013 e 2018

Nº Documento	Data	Ementa	Principais reivindicações
Indicação 122	29/05/2018	Solicita serviços de capina e limpeza no Centro Histórico, sobretudo nos seguintes logradouros públicos: [...] No Jardim da Ponte Seca e nas suas imediações.	Poda de canteiros
Indicação 89	18/04/2018	Solicita providências em relação ao Jardim da Ponte Seca.	Limpeza, reparos nos brinquedos e na parte elétrica, instalação de lixeiras
Indicação 167	09/05/2017	A ser encaminhada à Secretaria de Turismo solicitando que a mesma possa manter os holofotes instalados durante a Semana Santa na Rua Cônego Simões (Pilar) projetando-os para os Jardins da Ponte Seca.	Melhorias na iluminação para garantir segurança à noite
Indicação 121	11/04/2017	A ser encaminhada ao Prefeito Municipal solicitando a limpeza emergencial dos Jardins da Ponte Seca.	Limpeza geral
Indicação 127	22/03/2017	Solicita informações se há previsão de realização de benfeitorias no Jardim da Ponte Seca, no Bairro Rosário.	Capina e limpeza, manutenção dos brinquedos, instalação de um novo portão, reparos na parte hidráulica
Indicação 74	15/04/2015	A ser encaminhada ao Prefeito Municipal solicitando a capina no parquinho da Ponte Seca.	Poda de canteiros
Indicação 250	02/09/2014	A ser encaminhada ao Prefeito Municipal solicitando providências para realização de manutenção, limpeza, capina e vigilância no período noturno no Jardim da Ponte Seca.	Manutenção, limpeza, capina e vigilância no período noturno
Indicação 375	27/06/2013	A ser encaminhada ao Prefeito Municipal solicitando manutenção, limpeza, capina e vigilância no Jardim da Ponte Seca localizado no bairro Rosário.	Manutenção, limpeza, capina e vigilância no período noturno

Fonte: Site da CMOP. Disponível em: <http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=99>. Acesso em: 10 jun. 2018.

O fato de não haver um hábito de se verificar periodicamente o estado de conservação desses espaços faz com que a frequência de sua utilização varie muito. A falta de um setor específico que seja responsável por essa tarefa faz também com que a população tenha sempre que recorrer ao auxílio da Câmara dos Vereadores para cobrar do poder executivo ações de caráter corriqueiro. No caso das várias indicações apresentadas sobre a Praça (ou Jardim) da Ponte Seca, ELUP nº09, percebe-se como exemplo das consequências da falta de manutenção dos espaços públicos para a população a referência constante a sentimentos de insegurança e desincentivo para frequentar o espaço. Nas justificativas das solicitações apresentadas no Quadro 4, encontramos textos como: "o mato está muito alto, o que tem atraído animais peçonhentos para dentro das casas, causando também insegurança das pessoas que frequentam o parquinho" (OURO PRETO, 2015); ou "Diante do estado lastimável de abandono em que o Jardim da Ponte Seca se encontra, o mesmo está sendo utilizado como ponto para uso de droga e realização de algazarras em horários inadequados." (OURO PRETO, 2017a); ou ainda "o referido Jardim não conta com iluminação à noite e vem sendo usado para práticas inadequadas e por vezes criminosas" (OURO PRETO, 2017b).

Outro problema identificado, resultante da descentralização da gestão, é a falta de diálogo entre os setores responsabilizados pela manutenção dos elementos componentes dos espaços públicos; não há um direcionamento comum a respeito do que fazer e como agir, fazendo com que constantemente podas e reparos sejam feitos à revelia dos projetos originais. A falta de diálogo, de mão-de-obra especializada, e de coordenação das ações por uma equipe consciente das dinâmicas dos espaços públicos traz diversos problemas ao sistema. Um exemplo prático é a falta de conhecimento em relação às práticas de jardinagem, o que faz com que algumas espécies ornamentais sejam removidas, ou permanentemente danificadas nos processos de "capina". Acreditamos que esses e outros problemas poderiam ser evitados caso houvesse uma centralização da gestão dos espaços públicos sob uma mesma secretaria, ou ainda melhor - sob uma fundação que se ocupasse exclusivamente dos espaços públicos do município.

A centralização da gestão poderia, entre outros: 1) propiciar o planejamento da manutenção de todos os espaços públicos segundo um calendário anual, montado de acordo com as diferentes demandas de cada tipo de espaço; 2) realizar o planejamento responsável dos gastos, prevendo as despesas mensais, sazonais e anuais necessárias para a manutenção dos canteiros, mobiliários, revestimentos e outros elementos componentes dos espaços públicos, auxiliando a inclusão desses nas leis de diretrizes orçamentárias e lutando para que sempre houvesse verba destinada para tal; 3) coordenar e manter bancos de projetos de intervenção nos espaços públicos, fazendo com que existam projetos prontos para captar recursos quando surgirem

oportunidades; 4) fazer com que houvesse participação contínua da comunidade nos processos de gestão dos espaços públicos, recebendo não apenas reclamações esporádicas a respeito da manutenção desses, mas incluindo-a nos projetos e registrando suas variadas demandas em relação aos espaços públicos locais, regionais e municipais; 5) realizar cursos de capacitação de mão-de-obra para trabalhar na manutenção desses espaços; 6) coordenar, junto com outros atores (como a UFOP e o IFMG, por exemplo), uma programação variada de atividades esportivas, recreativas e culturais para o dia-a-dia, seja de forma simultânea ou rotativa entre os espaços públicos da cidade, visando promover o uso mais intensivo desses espaços pela população local e 7) buscar outras formas de parceria capazes de prover recursos para as melhorias a serem empreendidas.

6.4.3 A importância da participação popular e da continuidade das ações

Além da necessidade de centralização da gestão dos espaços públicos, reiteramos a importância de se envolver a população local nas várias ações a serem empreendidas. Lembramos que a falta de participação da população já foi indicada como um dos motivos para a não-implementação de melhorias sugeridas em planos passados, como ocorreu com as propostas elaboradas por Viana de Lima e pela Fundação João Pinheiro. Com a inclusão da comunidade em todos os estágios de produção de novos espaços públicos, de intervenção em espaços já existentes, e de elaboração do programa de gestão, espera-se não apenas que os resultados sejam efetivos na ampliação das apropriações nos espaços públicos da cidade, mas também que a população se sinta compelida a cuidar melhor desses, sentindo-se responsável por sua gestão.

Enquanto grande parte dos problemas hoje encontrados nos espaços públicos poderia ser resolvida de forma menos burocrática caso existisse uma fundação ou setor responsável por sua gestão, outros problemas, por sua natureza mais complexa e transdisciplinar, talvez deveriam ser levadas para os conselhos municipais já existentes, como o COMPATRI, ou outro conselho específico criado para o estabelecimento desse tipo de debate. Existem alguns conflitos já históricos envolvendo diferentes visões sobre os usos de alguns espaços públicos, sendo o mais notável, o que discute a permissão de se estacionar na Praça Tiradentes. Enquanto os atores envolvidos na proteção do patrimônio e outros grupos defendem que a praça principal da cidade permaneça desobstruída de carros, outros, em especial o dos comerciantes, ainda revoltam-se com a proibição do estacionamento, argumentando que a falta de vagas afeta o desempenho de seus estabelecimentos[10].

[10] Mais informações sobre essa discussão encontram-se disponíveis na ficha da Praça Tiradentes, no Apêndice deste trabalho, tanto no corpo do texto, quanto nas notas de rodapé.

A divisão de opiniões sobre o melhor uso para a Praça Tiradentes não se resume ao estacionamento, mas também sobre sua utilização para shows de grande porte e outros eventos. Ao pesquisar os documentos da CMOP sobre o tema, nos deparamos com um curioso projeto de lei de 2012 (PL 25/12), de autoria do então vereador Flávio Andrade, que jocosamente (ou raivosamente) sugere a alteração da denominação da Praça TIradentes para "Praça da Mãe Joana", no qual se lê:

> **Art. 1º - A Praça Tiradentes passa a ser denominada como Praça da Mãe Joana, em função de sua utilização inadequada em determinadas épocas do ano.**
>
> Art. 2º - A partir da publicação desta lei, ficam permitidas:
>
> a) a instalação de palanques e estruturas metálicas monstruosas, independentemente de agredirem o espaço mais importante deste Patrimônio Cultural da Humanidade e de atravancarem o funcionamento de boa parte da cidade;
>
> b) a interdição do estacionamento público que atende a centenas de trabalhadores e usuários do comércio e dos órgãos que funcionam na referida praça e adjacências;
>
> c) a proibição do trânsito de ônibus de transporte coletivo que atendem a comunidade ouropretana em ruas adjacentes;
>
> d) a proibição da passagem de pedestres pela praça em horas específicas, para não atrapalharem os eventos realizados. (OURO PRETO, 2012)

Percebe-se pelo texto do Projeto de Lei 25/12 que o vereador representa um grupo que considera que as estruturas efêmeras montadas na praça agridem sua condição patrimonial, enquanto os veículos estacionados de forma constante, não. Independente de concordarmos ou não com essa visão, é importante saber que esses conflitos existem e que devem ser mediados através de um local no qual os vários pontos de vista sejam apresentados, e no qual sejam colocadas informações importantes sobre os temas capazes de melhor embasar o debate.

Outro conflito já bastante conhecido, e que também envolve o sensível tema da proibição de circulação e estacionamento veicular, é o que diz respeito ao Projeto de Lei 19/15 (que substituiu o Projeto de Lei 02/13). Esse projeto de lei sugeria o "fechamento aos domingos, dos meses de maio a setembro, de ruas da cidade para atividades de lazer, cultura, entretenimento e comércio" (OURO PRETO, 2015). As ruas a serem fechadas coincidem com alguns dos *clusters* identificados nos mapas apresentados no sub-capítulo 4.3 (Figuras 63 e 64, por exemplo) - ou seja, reconhecidas centralidades do centro histórico (centralidade Centro-Rosário e sub-centralidade Antônio Dias), dinâmicas durante os dias da semana, mas quase desertas aos domingos. A intenção do autor do projeto, o vereador Chiquinho de Assis, era de se promover, em finais de semana alternados entre as localidades, atividades de lazer, cultura, entretenimento e

comércio a serem coordenadas pelo Poder Executivo Municipal em parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto. Como justificativa, foi apresentado o seguinte texto:

> O presente projeto se justifica pelo fato de ser um anseio da comunidade que já vivenciou esta prática em fase experimental através de projetos idealizados pela Prefeitura e pela Associação Comercial. A necessidade de transformar esta prática em lei vem no sentido de garantir uma oferta de lazer, cultura, culminando na geração de renda.
>
> É importante destacar que este projeto se ampara em Audiência Pública promovida pela Câmara Municipal de Ouro Preto na Associação Comercial de Ouro Preto (ACEOP) e contou com enorme participação. (OURO PRETO, 2015)

Percebe-se que o projeto buscava oferecer, nos meses de menor movimento na cidade (salvo o mês de julho), uma programação constante que motivasse a população local a desfrutar melhor do ambiente urbano, fazendo das ruas e largos locais de encontro, de trocas sociais e comerciais. O fato de realizar o fechamento das vias em dias geralmente muito parados traria o menor impacto possível para o trânsito, enquanto ofereceria aos cidadãos a experiência rara de vivenciar esses espaços históricos sem carros, e ao mesmo tempo, sem prescindir da realização de eventos de grande porte. Nas experiências efetivamente realizadas, foram colocadas mesas e cadeiras nas calçadas e leitos carroçáveis dos referidos trechos, atraindo ambulantes e grupos de diferentes perfis. Uma das críticas ao evento foi que este não foi capaz, efetivamente, de atrair a população da sede como um todo, ainda refletindo as práticas sociais apenas da área central, mas é inegável que este ampliou a oferta de atividades de lazer no centro histórico.

O Projeto de Lei 19/15 foi duramente combatido pelo então prefeito, que através do Ofício nº48/2015, comunicou seu veto total à referida proposição à Câmara dos Vereadores. Através de um longo parecer jurídico em anexo a esse ofício, o projeto foi criticado por tentar engessar as práticas similares já em curso através de uma lei (definindo horários e dias específicos, independentemente da demanda e da vontade dos atores envolvidos), por concorrer com iniciativa já existente, por não refletir os reais anseios dos empresários e moradores das referidas vias, por forçar o envolvimento do Poder Executivo na coordenação, tirando a autonomia da comunidade, entre outros. Assim, percebemos que o veto possui, efetivamente, alguns pontos relevantes de serem discutidos, e que ambas as posições se apresentam, em certos aspectos, bem informadas em relação ao bom funcionamento do espaço público. Após muitas discussões, o projeto de lei foi enfim aprovado em 2016 (conhecido hoje como Lei nº999/16), mas até março de 2018 ainda não tinha sido colocado em prática, o que dá indícios de que a população não esteja tão empenhada assim no sucesso da iniciativa.

Esses e outros conflitos foram aqui expressos com o objetivo de ilustrar que, apesar de acreditarmos que as sugestões apresentadas ao longo deste capítulo seriam capazes de potencializar as apropriações nos espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, tornando-os mais adequados às demandas contemporâneas, reconhecemos que essas foram embasadas a partir de observações de campo e de critérios técnico-científicos. Dessa forma, não necessariamente refletem os anseios ou as prioridades da população em relação a esses espaços. Assim, defendemos mais uma vez que para uma maior eficiência das melhorias a serem implementadas no sistema de espaços públicos, seria apropriado centralizar as responsabilidades sob um único órgão, que além de organizar da melhor forma possível os aspectos burocráticos da gestão, se comprometesse a envolver a população de forma direta nos processos de decisão. A criação de um conselho participativo seria muito útil também não somente como mediador de conflitos como os já citados, mas para que decisões como essas não fossem tomadas como se as intervenções fossem ações isoladas, mas sim, partes de um conjunto de melhorias em um verdadeiro sistema de espaços públicos.

Por fim, gostaríamos de salientar que com a dissociação da gestão dos espaços públicos de secretarias já existentes, e com a criação de uma fundação específica para a gerência desses equipamentos, talvez se combatesse melhor um dos principais problemas detectados na área de estudo - a falta de continuidade das ações e dos programas voltados à preservação, à atualização e à criação dos parques, praças, largos e outros espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto. Percebemos ao longo deste trabalho que essas são áreas preciosas e que tem muito potencial para serem mais desfrutadas por sua população local e pelos turistas, mas que apesar de conscientes dos problemas que ainda apresentam, poucas foram as gestões municipais que se envolveram efetivamente na busca por melhorias. Assim, pior do que não lutar por formas de viabilizar intervenções importantes, foram as gestões que não se esforçaram o mínimo por manter melhorias conquistadas por gestões passadas, fazendo com que muita verba pública fosse desperdiçada e com que a população ficasse prejudicada com a instabilidade na oferta de oportunidades de descanso, de lazer e de sociabilização.

Acreditamos assim, concluindo este capítulo final, que além das diversas melhorias sugeridas, uma maior estabilidade político-administrativa firmaria um compromisso mais sério com a questão dos espaços públicos, fazendo com que esses fossem finalmente tratados como lugares no Centro Histórico de Ouro Preto, e não como meros vazios entre edificações de interesse histórico-patrimonial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da hipótese de que os espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto, apesar de seu grande dinamismo durante alguns eventos, se mantém como espaços subutilizados no quotidiano - tanto pela população local, quanto pelos turistas. Assim, buscou-se identificar as razões pelas quais esses espaços pareciam tão pouco convidativos às apropriações do dia-a-dia, sobretudo em um momento no qual os espaços públicos parecem tão valorizados pela cultura contemporânea. De início, algumas razões nos pareceram plausíveis, como o fato de grande parte dos espaços públicos ter se formado em uma época muito distinta da atual e, talvez por isso, não pudesse acomodar as demandas mais contemporâneas de lazer. Imaginamos também que a falta de atratividade para o lazer quotidiano pudesse ser uma consequência do possível congelamento desses espaços pelas leis de cunho patrimonial que, na tentativa de preservar a ambiência colonial, poderiam ter inibindo as formas contemporâneas de apropriação. Ao longo da pesquisa, no entanto, nos deparamos com questões que fugiam bastante àquelas de natureza histórica ou de tombamento, o que nos motivou a ampliar bastante a investigação.

Em um primeiro momento, ao nos dedicarmos ao reconhecimento da área de estudo, dos espaços públicos nela inseridos e das apropriações neles mais comumente observadas, algumas características já se destacaram como responsáveis (ou co-responsáveis), pela falta de atratividade desses espaços - ou pela falta de oportunidades para neles permanecer. Entre os principais fatores de inibição de permanência, destacamos: muitos carros circulando e muito espaço tomado pelo estacionamento desses, poucas (ou nenhuma) oportunidades de assento, falta de espaços de transição entre o interior e o exterior das edificações, dificuldade de se caminhar devido ao tipo de revestimento de piso e devido aos vários obstáculos presentes nos passeios. Outros aspectos, aos poucos, também foram sendo identificados, como: a falta de proteção à forte insolação, ou às frias correntes de ar canalizadas pelo casario histórico; o excesso de lixo em alguns pontos de coleta, e também preso entre os paralelepípedos; e o mau cheiro vindo dos córregos adjacentes a alguns dos principais espaços públicos visitados. Nos momentos de cansaço, não detectamos nenhuma oportunidade para tomar um café e apreciar aquelas ambiências urbanas, para ver o ir-e-vir das pessoas, ou para admirar a paisagem - nenhum estabelecimento dispunha de mesas e cadeiras no espaço público, apenas em seus interiores escuros e desconectados do movimento externo. Além de todos esses problemas, encontramos o único parque urbano da área de estudo fechado, e sem previsão de retorno às atividades. Assim, começamos o trabalho de reconhecimento já com a suspeita de que os motivos para a

subutilização dos espaços públicos não tivessem uma relação tão estreita com as condições históricas do sítio, como havíamos inicialmente imaginado.

Após meses de levantamentos de dados e de visitas a campo, finalmente chegamos ao mapeamento final, identificando 59 espaços livres de uso público na área de estudo escolhida - a Zona de Proteção Especial do Distrito-sede de Ouro Preto, considerada nesta pesquisa como o limite do centro histórico. Esse número, assim como o estudo de sua distribuição no tecido urbano, nos causou certo espanto, pois tínhamos a percepção de que os espaços públicos na área analisada eram bem menos numerosos. Talvez, essa diferença entre o total de espaços percebidos de antemão e o número real tivesse ocorrido porque, apesar de muitos espaços públicos estarem linearmente conectados e dispostos em uma cadência relativamente contínua, muitos passavam completamente despercebidos, talvez, justamente, pela falta de oportunidades de neles permanecer, nem que fosse por alguns minutos. Talvez, também, a surpresa tenha sido decorrente de uma falta de imparcialidade inicial nossa na observação desses espaços, esperando neles encontrar um tipo de espaço público idealizado, ou baseado em experiências pregressas em outras localidades.

Ao afinar nosso olhar para a realidade local, começamos a identificar as reais características dos espaços públicos contidos no limite analisado: espaços pequenos, ora conectados aos espaços de circulação (como os largos), ora servindo de refúgio aos fluxos (como alguns adros); espaços de origem colonial, como os largos e praças secas, situados a poucos metros de espaços de inspiração romântica, como as praças ajardinadas do início do século XX, ou ainda as praças com equipamentos esportivos, implantadas já no século XXI; espaços aparentemente bem próximos, mas cuja diferença altimétrica e a falta de ligação direta entre eles faz com que esses sejam facilmente acessíveis apenas aos olhos, mas prescindam de um percurso um pouco labiríntico para que sejam finalmente alcançados; entre outras tantas peculiaridades ouropretanas. Ao final, nos deparamos com um centro histórico que dispõe de um sistema de espaços livres de uso público bastante denso, composto por equipamentos que apresentam uma grande diversidade de formas, origens e funções, carregados de potenciais para serem mais apropriados, mas também repletos de problemas que dificultam essas apropriações.

Conscientes da complexidade do sistema, e receosos de se chegar a conclusões por demais genéricas, nos dedicamos a realizar dois tipos de investigação - um, em escala macro, identificando todos os condicionantes de uso relacionados ao sítio e ao sistema (físicos, socio-espaciais, históricos, entre outros); e outro, em escala micro, analisando individualmente as características arquitetônicas, urbanísticas, históricas e as apropriações em cada um dos espaços

públicos presentes na área de estudo. As análises individuais foram imprescindíveis para que obtivéssemos uma compreensão mais aprofundada das características de cada espaço, mas também serviram de embasamento para muitas conclusões sobre o desenvolvimento desse sistema de espaços públicos. Graças à extensão do material produzido, e para não prejudicar a linearidade e o foco do texto principal, optamos por apresentar essas análises em forma de apêndice. Acreditamos que as informações nele sistematizadas podem dar origem a diversas outras pesquisas sobre os espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, pois algumas questões levantadas não puderam ser suficientemente exploradas devido ao limite de prazo e ao diferente objetivo desta tese.

Após a realização dessas investigações, chegamos, enfim, às conclusões sobre as principais características que influenciam a intensidade e a natureza das apropriações quotidianas em muitos dos espaços públicos da área de estudo. Como brevemente introduzido, não encontramos apenas problemas, mas também muitas qualidades, que fazem com que esses espaços tenham potencial para serem muito mais apropriados. Como principais potencialidades, podemos destacar: a riqueza das paisagens naturais e culturais que agraciam as vistas próximas e distantes de muitos dos espaços públicos do sistema; a escala agradável, que facilita as interações; a inserção de muitos espaços em ambientes dinâmicos, cheios de vitalidade, ao mesmo tempo em que o sistema oferece, continuamente, espaços de refúgio e contemplação em ambientes mais calmos e introspectivos; a grande conectividade de muitos espaços, facilitando a percepção de um ritmo adequado ao deslocamento pedestre e à fruição do espaço urbano; e, também, a frequente presença das manifestações religioso-culturais nos espaços públicos, que formam um calendário repleto de autenticidade, refletindo o espírito do povo ouropretano e atraindo, consequentemente, um grande número de turistas o ano todo.

Apesar de tamanha riqueza, também pudemos testemunhar vários problemas, muitos deles confirmando as impressões registradas nas primeiras visitas. Entre eles, destacamos: a grande carência de mobiliários e outras estruturas que favorecessem a permanência, sobretudo nos ambientes mais dinâmicos; a inexistência de estruturas que pudessem oferecer maior sensação de conforto térmico nos ambientes mais desprotegidos; a falta de mais opções de espaços dedicados ao lazer ativo; a existência de hiatos no sistema, sobretudo em algumas áreas mais carentes; a falta de uma programação voltada ao lazer quotidiano que incentivasse a população local a frequentar os espaços públicos mais centrais; e, sobretudo, os diversos problemas ligados à mobilidade - baixo índice de caminhabilidade, transporte público deficitário e excesso de veículos particulares em alguns dos principais espaços públicos do sistema.

Graças às pesquisas realizadas e à identificação da natureza dos problemas encontrados, nos foi possível concluir que os principais responsáveis pela situação atual dos espaços públicos do centro histórico não são, de forma alguma, nem a cultura de preservação vigente, nem as normativas legais as quais o sítio se encontra sujeito. Essas são, inclusive, defensoras da atualização dos espaços públicos em prol de uma maior utilização desses pela sociedade contemporânea, desde que as intervenções não impliquem em descaracterizações das riquezas históricas e do espírito do lugar. Admitem, também, que o envolvimento da população local com os espaços protegidos prescinda de adaptações, e que parte importante da preservação envolve manter esses espaços vivos e dinâmicos. Comprovamos, igualmente, que a origem antiga dos largos, praças e outros espaços livres também não pode ser responsabilizada pela falta de condições de apropriação; muito pelo contrário, os espaços mais antigos da área de estudo - os de origem colonial - são aqueles que mais permitem a instalação de mobiliários móveis e estruturas efêmeras, pois a maioria deles tem ambientes amplos e desobstruídos de elementos fixos em seus espaços centrais.

Dessa forma, constatamos que o verdadeiro responsável pela subutilização dos espaços públicos no quotidiano é a gestão municipal. Apesar de sermos conscientes de que a resolução de muitos desses problemas seja um desafio, não podemos deixar de apontar a responsabilidade do poder público ao não colocar como prioridade de ações a melhoria da mobilidade no município, a manutenção preventiva de mobiliários e canteiros, a rápida substituição de elementos quebrados, entre outros. Um dos fatores que prejudica muito a preservação e a realização de melhorias nesses espaços é a própria desorganização da gestão, que distribui entre várias secretarias e departamentos a responsabilidade pela manutenção de espaços e de elementos neles presentes. Assim, percebemos que o poder público ainda não reconhece o conjunto de espaços públicos do centro histórico como um sistema, e não reconhece os espaços de forma isolada como lugares, mas sim, como meros vazios entre edificações. Outro problema identificado é que não há muito incentivo para a participação popular na gestão dos espaços públicos e isso colabora, inclusive, para que não exista uma forte pressão por parte dos cidadãos por ações efetivas em momentos críticos de abandono desses lugares. Um maior envolvimento da população poderia, inclusive, servir de proteção às eventuais descontinuidades políticas e à falta recorrente de compromisso com o tema dos espaços públicos na cidade.

Tendo concluído o diagnóstico sobre as principais potencialidades e principais problemas do sistema de espaços públicos do Centro Histórico de Ouro Preto, e havendo-se investigado os principais responsáveis pela sua situação atual, nos aventuramos a oferecer algumas sugestões de como superar os principais desafios para se oferecer melhores condições de apropriação

nesses espaços. A princípio, seria interessante estabelecer metas de curto (implantação imediata), médio (no prazo de um ano) e longo prazo (prazo de cinco anos). Como medidas de curto prazo, sugerimos criar, através da Secretaria de Esportes e Lazer, um grupo de atores capazes de coordenar uma programação esportivo-recreativa constante em alguns dos principais espaços públicos do centro histórico, assim como já ocorre em alguns espaços mais periféricos da ZPE. Esse tipo de iniciativa teria a intenção de reaproximar a população, aos poucos, dos espaços coletivos mais significativos, provendo opções de entretenimento ao ar livre e um maior contato com os espaços simbólicos da cidade, extirpando a ideia de que esses são locais voltados apenas para a circulação, ou para o deleite dos turistas.

A médio prazo, sugerimos uma reestruturação administrativa e a criação de uma fundação responsável por gerenciar todos os espaços públicos do centro histórico e fora deste. Seria interessante, também, revisar o Código de Posturas para regular a instalação de mais mobiliários e estruturas móveis, e buscar, por meio de parcerias locais ou não, o financiamento para a execução padronizada desses elementos, evitando assim interferências na paisagem que fossem pouco respeitosas com o entorno protegido. A longo prazo, colocamos como essencial o investimento no saneamento básico, fazendo com que o sistema de coleta e tratamento de esgotos fosse amplo e inclusivo, permitindo a despoluição dos córregos que permeiam o centro histórico. Finalmente, sugerimos uma das medidas que consideramos como uma das mais essenciais para a melhoria das condições de permanência nos espaços públicos da área de estudo - a revisão completa da mobilidade do centro histórico.

Essas sugestões foram aqui colocadas como conclusões finais de um processo de pesquisa que tinha como objetivo contribuir para a melhoria dos espaços livres de uso público do Centro Histórico de Ouro Preto, dando um suporte ao mesmo tempo teórico e técnico, segundo a visão da arquitetura e do urbanismo. Ainda assim, reconhecemos que esta pesquisa não é conclusiva, que se trata de um trabalho fruto de um processo solitário, e que, como a cidade está perpetuamente em transformação, as realidades e sugestões aqui descritas necessitariam de revisão e complementação caso fossem, efetivamente, consideradas como suporte a iniciativas de intervenção. No entanto, esperamos que esta tenha sido útil ao avanço do conhecimento na área, tanto do estudo dos espaços públicos em centros históricos, quanto no estudo da própria realidade ouropretana, e que colabore para o reconhecimento do potencial dos espaços públicos aqui levantados como espaços ricos, dignos de preservação e de atualização frente às demandas da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

1. ARTIGOS DE JORNAL:

A Actualidade

ASSEMBLEA Legislativa Provincial. Continuação da sessão de 18 de Outubro. Ajardinamento do Morro da Forca e transferencia da biblioteca. **A Actualidade: Órgão do Partido Liberal**, Ouro Preto, Anno III, nº120, 02 nov. 1880. Minas Geraes, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/230359/1663>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GOVERNO Provincial - Secretaria da Presidência: Extracto do Expediente do Mez de Fevereiro de 1881. **A Actualidade: Órgão do Partido Liberal**, Ouro Preto, Anno IV, nº40, 26 abr. 1881. Secção Official, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/1989>. Acesso em: 23 jan. 2018.

MANIFESTAÇÃO de apreço. **A Actualidade: Órgão do Partido Liberal**, Ouro Preto, Anno IV, nº39, 23 abr. 1881. Noticiário, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/1987>. Acesso em: 23 jan. 2018.

MELHORAMENTOS da capital. **A Actualidade: Órgão do Partido Liberal**, Ouro Preto, Anno III, nº20, 13 mar. 1880. A Actualidade, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/1303>. Acesso em: 23 jan. 2018.

PASSEIO Publico. **A Actualidade: Órgão do Partido Liberal**, Ouro Preto, Anno IV, nº136, 12 nov. 1881. Noticiário, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/2376>. Acesso em: 23 jan. 2018.

PASSEIO Publico. **A Actualidade: Órgão do Partido Liberal**, Ouro Preto, Anno IV, nº141, 19 nov. 1881. Noticiário, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/230359/2393>. Acesso em 23 de jan. 2018.

A Província de Minas

CAMARA municipal - Sessão Extraordinaria de 17 de janeiro de 1887. **A Provincia de Minas: Órgão do Partido Conservador**, Ouro Preto, Anno VII, nº428, 24 mai. 1887. Ouro Preto, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222747b/975>. Acesso em: 27 fev. 2018.

DIA 21 de Abril. **A Provincia de Minas: Órgão do Partido Conservador**, Ouro Preto, Anno II (Novo periodo), nº96, 16 abr. 1882. Annuncios, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/2993>. Acesso em 23 de jan. 2018.

EM bem da capital: Melhoramentos Urgentes X. Theatro, Passeio Público e Jardim Botanico. **A Provincia de Minas: Órgão do Partido Conservador**, Ouro Preto, Anno V, nº257, 17 abr. 1885. A Provincia de Minas, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/285>. Acesso em 23 de jan. 2018.

O DIA 25 de Março de 1884 em Ouro Preto. **A Provincia de Minas: Órgão do Partido Conservador**, Ouro Preto, Anno IV, nº199, 27 mar. 1884. Communicado, p. 2-3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/222747/49>. Acesso em 23 de jan. 2018.

A Ordem

15 de Novembro. **A Ordem**, Ouro Preto, Anno I, nº81, 22 nov. 1890. Gazetilha, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/031054/321>. Acesso em 23 de jan. 2018.

A União

NOVO bairro. **A União: Órgão do Partido Conservador**, Ouro Preto, Anno I, nº58, 22 mar. 1887. Noticiario, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/714640/200>. Acesso em: 14 fev. 2018.

Constitucional

HOTEL do Commercio. **Constitucional**, Ouro Preto, Anno II, nº49, 3 ago. 1867. Annuncios, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/767506/213>. Acesso em 23 de jan. 2018.

UM Municipe. **Constitucional**, Ouro Preto, Anno III, nº93, 6 jun. 1868. Publicações a Pedido, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/767506/392>. Acesso em 23 de jan. 2018.

Diário de Minas

UMA Lembrança Feliz. **Diário de Minas**, Ouro Preto, Anno II, nº307, 4 set. 1867. A Pedido, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/376523/1209>. Acesso em: 01 fev. 2018.

Estadão

UNESCO pode rever título dado a Ouro Preto. **Estadão**, [S.l.], Política, 24 set. 2002. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,unesco-pode-rever-titulo-dado-a-ouro-preto, 20020924p53930>. Acesso em: 28 de jan. 2018.

Estado de Minas

IMPASSE sobre estacionamento no Centro Histórico de Ouro Preto divide opiniões. **Estado de Minas**, [S.l.], 15 nov. 2014. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/15/interna_gerais,590244/impasse-sobre-estacionamento-no-centro-historico-de-ouro-preto-divide-opinioes.shtml>. Acesso em: 28 de jan. 2018.

WERNECK, Gustavo. Cruzeiro da Barra é restaurado e volta à paisagem de Ouro Preto. **Estado de Minas**, [S.l.], 14 set. 2017. Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/09/14/interna_gerais,900408/cruzeiro-da-barra-e-restaurado-e-volta-a-paisagem-de-ouro-preto.shtml>. Acesso em: 14 de jan. 2018.

Jornal de Ouro Preto

COLUNA social. **Jornal de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano I, nº8, 12 nov. 1982. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/849235/87>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MANSUR, Guilherme. Estação não tem mais movimento porque trem de ferro caiu da moda. **Jornal de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano I, nº6, 29 ago. 1982. p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/849235/60>. Acesso em: 13 fev. 2018.

NOSSO artesanato. **Jornal de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano I, nº4, 6 jun. 1982. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/849235/35>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PENA, Joel e PAULO, Luiz. Cidade esquece relógios públicos silenciosos. **Jornal de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano I, nº7, 10 out. 1982. p. 7. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/849235/75>. Acesso em 24 de jan. 2018.

PREFEITURA terá 1a sede própria de sua história. **Jornal de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano I, nº5, 08 jul. 1982. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/849235/52>. Acesso em: 07 fev. 2018.

RESTAURAÇÃO do Horto da Ponte dos Contos começará em setembro. **Jornal de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano I, nº5, 08 jul. 1982. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/849235/49>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SUCESSO no feirão. **Jornal de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano I, nº5, 08 jul. 1982. p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/849235/52>. Acesso em: 16 jun. 2018.

Minas Geraes

21 de abril. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno II, nº107, 20 abr. 1893. Noticiario, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1941>. Acesso em 23 de jan. 2018.

ALBINO Rodrigues de Souza. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno III, nº35, 064 fev. 1894. Annuncios, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/3705>. Acesso em: 09 fev. 2018.

CAMARA Municipal de Ouro Preto - Construcção de Obras. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno III, nº153, 08 jun. 1894. Editaes, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/4387>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

CAMARA Municipal de Ouro Preto - Acta da sessão ordinária de 24 de setembro de 1895. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno IV, nº328, 07 dez. 1895b. Secção Alheia, p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/8285>. Acesso em: 27 de fev. 2018.

CAMARA municipal de Ouro Preto - Resolução de orçamento para o exercício de 1896. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno IV, nº318, 27 nov. 1895. Secção Alheia, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/8210>. Acesso em: 14 de fev. 2018.

CAMARA Municipal de Ouro Preto: Acta da Sessão Ordinária do dia 17 de setembro de 1896. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno V, nº286, 23 out. 1896. Governo Municipal, p. 5. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/291536/10657>. Acesso em 23 de jan. 2018.

CAMARA Municipal de Ouro Preto: Acta da 3a Sessão Ordinaria aos 22 de Janeiro de 1898. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno VII, nº90, 3 abr.

1898. Governo Municipal, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/14149>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

CAPITAL Federal. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno I, nº168, 11 out. 1892. Noticiário, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1005>. Acesso em 23 de jan. 2018.

CIRCO. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno III, nº42, 14 fev. 1894. Noticiario, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/291536/3749>. Acesso em: 07 fev. 2018.

CIRCO Pery. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno III, nº54, 26 fev. 1894b. Noticiario, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/3823>. Acesso em: 07 fev. 2018.

CIRCO Pery e Coelho. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno III, nº64, 08 mar. 1894c. Noticiario, p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/291536/3873>. Acesso em: 22 mar. 2018.

COMPANHIA Tauromachica. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno V, nº125, 10 mai. 1896. Noticiário, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/291536/9362>. Acesso em: 29 jun. 2018.

COMPANHIA Equestre. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno VI, nº191, 20 jul. 1897. Noticiário, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/12514>. Acesso em: 14 fev. 2018.

CONSELHO districtal de Antonio Dias - Appenso n.1. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno V, nº283, 20 out. 1896. Seção Alheia, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/8727>. Acesso em: 27 de fev. 2018.

FESTA religiosa. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno I, nº49, 11 jun. 1892. Noticiário, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/302>. Acesso em 26 de jan. 2018.

GRANDE Circo Luzo Brasileiro dos artistas Lustre & Ferraz. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno III, nº77, 21 mar. 1894. Annuncios, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/3931>. Acesso em: 07 fev. 2018.

LABORATORIO Central Mineiro. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno V, nº283, 20 out. 1896. Noticiario, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/10633>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

MERCADO Municipal. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno VII, nº26, 27 jan. 1898. Noticiario, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/13684>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

MERCADO Municipal. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno VII, nº33, 3 fev. 1898b. Noticiario, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/13731>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

OBJECTO perdido. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno III, nº77, 21 mar. 1894b. Annuncios, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/3931>. Acesso em: 07 fev. 2018.

PRAÇA de Touros. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno V, nº130, 15 mai. 1896. Noticiário, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/291536/9389>. Acesso em: 29 jun. 2018.

PRAÇA de Touros. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno V, nº132, 17 mai. 1896b. Noticiário, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/9406>. Acesso em: 29 jun. 2018.

PROVIDENCIAS Policiaes. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno V, nº22, 23 jan. 1896. Noticiário, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/8605>. Acesso em 26 de jan. 2018.

SECRETARIA da Agricultura. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno I, nº149, 22 set. 1892. Parte Official, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/896>. Acesso em 23 de jan. 2018.

SECRETARIA da Agricultura. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno I, nº246, 31 dez. 1892. Parte Official, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1419>. Acesso em 23 de jan. 2018.

SECRETARIA da Agricultura - Terceira Seção, Dia 21. **Minas Geraes: Órgão Official dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, Anno I, nº240, 24 dez. 1892. Parte Official, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/291536/1385>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

Noticiador de Minas

MOFINA. **Noticiador de Minas**, Ouro Preto, Anno I, nº21, 10 out. 1868. A Pedido, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767042/84>. Acesso em: 01 fev. 2018.

O Bom Senso

ASSEMBLÉA Legislativa Provincial. Sessão ordinaria em 14 de abril de 1853. Pareceres de Comissões. **O Bom Senso**, Ouro Preto, Anno 2º, nº122, 25 abr. 1853. P. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/715107/129>. Acesso em: 29 jun. 2018.

O Estado de Minas

EFEMERIDES Mineiras (1696 - 1896). **O Estado de Minas**, Ouro Preto, Anno VII, nº455, 30 abr. 1896. O Estado de Minas, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/305367/949>. Acesso em 23 de jan. 2018.

O Estado de Minas Geraes

EXPEDIENTE da Secretaria do Governo do Estado de Minas Gerais. **O Estado de Minas Geraes: Orgão Official**, Ouro Preto, Anno I, nº5, 4 dez. 1889. Actos do Poder Executivo, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/766208/21>. Acesso em 23 de jan. 2018.

INTENDENCIA Municipal. **O Estado de Minas Geraes: Orgão Official**, Ouro Preto, Anno II, nº170, 10 jul. 1891. Editaes, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/305367/16>. Acesso em 01 de fev. 2018.

INTENDENCIA Municipal - Sessão do dia 9 de Julho de 1891. Presidência do Sr. Tenente Coronel Henrique Renault. **O Estado de Minas Geraes: Orgão Official**, Ouro Preto, Anno II, nº178, 22 jul. 1891. Noticiario, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/305367/47>. Acesso em 23 de jan. 2018.

PROPOSTAS abertas na sessão do conselho de intendencia municipal, realisada no dia 23 do corrente mez, para as obras de melhoramentos e emprestimo da quantia de 200:0000000, conforme o edital expedido em data de 28 de junho proximo findo. **O Estado de Minas Geraes: Orgão Official**, Ouro Preto, Anno II, nº179, 24 jul. 1891. Intendencia Municipal, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/305367/51>. Acesso em: 29 jun. 2018.

O Liberal

ARRAIÁ de Ouro Preto arrastou 15 mil pessoas para a dança. **O Liberal: Região dos Inconfidentes**, Ouro Preto, 12 jun. 2011. Disponível em: <http://www.jornaloliberal.net/noticia/arraia-de-ouro-preto-arrastou-15-mil-pessoas-para-a-danca/>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BAIRRO Padre Faria recebe a primeira academia ao ar livre da cidade. **O Liberal: Região dos Inconfidentes**, Ouro Preto, 21 jul. 2015. Disponível em: <http://www.jornaloliberal.net/noticia/bairro-padre-faria-recebe-primeira-academia-ao-ar-livre-da-cidade/>. Acesso em: 08 mar. 2018.

OURO Preto resgata livro histórico nos 300 anos. **O Liberal: Região dos Inconfidentes**, Ouro Preto, 10 jan. 2011. Disponível em <http://www.jornaloliberal.net/noticia/ouro-preto-resgata-livro-historico-nos-300-anos/>. Acesso em 24 de jan. 2018.

O Universal

CAMARA Municipal do Ouro Preto: Sessão de 5 de Setembro. **O Universal**, Ouro Preto, nº347, 2 out. 1829. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706930/2797>. Acesso em: 01 fev. 2018.

PARECER. **O Universal**, Ouro Preto, nº546, 19 jan. 1831. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706930/3688>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SR. REDACTOR. **O Universal**, Ouro Preto, Anno XV, nº97, 8 jun. 1839. Correspondência, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/706930/9108>. Acesso em: 01 fev. 2018.

Tribuna de Ouro Preto

DELEGADO quer melhorar trânsito em Ouro Preto. **Tribuna de Ouro Preto: Órgão Oficioso da Municipalidade**, Ouro Preto, Ano 01, nº04, out. 1979. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/848760/12>. Acesso em: 01 fev. 2018.

DR. GERARDO Trindade. **Tribuna de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano 01, nº12, 28 out. 1945. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767140/45>. Acesso em: 06 fev. 2018.

"FOOT BALL" nas vias públicas e nos adros das Igrejas. **Tribuna de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano 01, nº18, 13 jan. 1946. Queixas e Reclamações, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/767140/67>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MAGALHÃES, A. de. OURO Preto antigo… O Jardim da Praça e a Coluna Saldanha Marinho. **Tribuna de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano 01, nº13, 04 nov. 1945. p. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767140/47>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MAGALHÃES, A. de. OURO Preto antigo… O Mercado. **Tribuna de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano 01, nº12, 28 out. 1945. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767140/43>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MORRO da Fôrca. **Tribuna de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano 01, nº23, 10 mar. 1946. Melhoramentos da cidade, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/767140/90>. Acesso em: 29 jun. 2018.

OITO de Julho - O Dia da Cidade. **Tribuna de Ouro Preto**, Ouro Preto, Ano 01, nº04, 29 jul. 1945. p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/767140/6>. Acesso em: 01 fev. 2018.

União Postal

MONUMENTO Tira-dentes. **União Postal: Periodico Litterario e Noticioso**, Ouro Preto, Anno 01, nº16, 08 out. 1887. Noticiário, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/767514/53>. Acesso em: 29 jun. 2018.

2. CARTAS PATRIMONIAIS:

Cartas Internacionais

CARTA DE ATENAS, 1931. ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

CARTA DE ATENAS, 1933. CIAM. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

CARTA DE FLORENÇA, 1981. ICOMOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florença%201981.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DO RESTAURO, 1972. MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DO GOVERNO DA ITÁLIA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauro%201972.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DE TURISMO CULTURAL, 1976. ICOMOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DE VENEZA, 1964. ICOMOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

CARTA DE WASHINGTON, 1987. ICOMOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972. UNESCO. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972. UNEP. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DECLARAÇÃO DE SAN ANTONIO, 1996. ICOMOS. Disponível em: <http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/declaracao_de_san_antonio.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DÉCLARATION DE QUÉBEC SUR LA SAUVEGARDE DE L'ESPRIT DU LIEU, 2008. ICOMOS. Disponível em: <https://www.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_FR.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DÉCLARATION DE XI'AN SUR LA CONSERVATION DU CONTEXTE DES CONSTRUCTIONS, DES SITES ET DES SECTEURS PATRIMONIAUX, 2005. ICOMOS. Disponível em: <https://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-fr.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ICOMOS-IFLA DOCUMENT ON HISTORIC URBAN PUBLIC PARKS, 2017. ICOMOS. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/General_Assemblies/19th_Delhi_2017/Working_Documents-First_Batch-August_2017/GA2017_6-3-2_HistoricUrbanPublicParks_EN_final20170730.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ICOMOS. **International Charters for Conservation and Restoration - Monuments and Sites I** (2ª ed.). München: ICOMOS, 2004. 179 p.

LES RÉSOLUTIONS DE BRUGES: PRINCIPES DE RÉHABILITATION DES VILLES HISTORIQUES, 1975. ICOMOS. Disponível em: <https://www.icomos.org/publications/93towns7k.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

NORMAS DE QUITO, 1967. OEA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PRINCIPES DE LA VALETTE POUR LA SAUVEGARDE ET LA GESTION DES VILLES ET ENSEMBLES URBAINS HISTORIQUES, 2011. ICOMOS. Disponível em: <https://www.icomos.org/Paris2011/GA2011_CIVVIH_text_EN_FR_final_20120110.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976. UNESCO. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962. UNESCO. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

RESOLUTIONS OF THE INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON THE CONSERVATION OF SMALLER HISTORIC TOWNS, 1975. ICOMOS. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/charters-and-texts/180-articles-en-francais/chartes-et-normes/384-resolutions-of-the-international-symposium-

on-the-conservation-of-smaller-historic-towns-at-the-4th-icomos-general-assembly>. Acesso em: 13 jun. 2018.

THE BURRA CHARTER, 2013. ICOMOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

Cartas Nacionais

CARTA DE BRASÍLIA, 1995. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DE BRASÍLIA, 2010. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DE CABO FRIO, 1989. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Cabo%20Frio%201989.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DE FORTALEZA, 1997. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DE JUIZ DE FORA, 2010. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DE NOVA OLINDA, 2009. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Nova%20Olinda.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

CARTA DO RIO, 1992. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DECLARAÇÃO SÃO PAULO, 1989. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sao%20Paulo%201989.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

DECLARAÇÃO SÃO PAULO II, 1996. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sao%20Paulo%201996.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

3. DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS CONTEMPORÂNEOS:

ABREU, Raphael L. de. **Localização de Ouro Preto em Minas Gerais**. In: WIKIPEDIA: A enciclopédia livre. Wikimedia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_Preto>. Acesso em: 27 nov. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Domínio de cursos d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e da Região Hidrográfica do Rio Barra Seca**. [S/l], [S/d]. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/BaciaDoce/MapaRioDoce.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa Político do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/mapa-politico-do-estado-de-minas-gerais.pdf> Acesso em: 27 nov. 2017.

LABGEO. **Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais**. [S/l], 02 nov. 2007. Disponível em: <http://labgeo.blogspot.com.br/2007/11/mapa-das-bacias-hidrograficas-de-minas.html>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Mapa Cadastral do Município V.05. 2014**. Cedido pela PMOP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Mapa de Risco do Distrito Sede**. Cedido pela PMOP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Zoneamento Urbano / Distrito Sede. 2010**. Cedido pela PMOP.

4. DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS E ICONOGRÁFICOS HISTÓRICOS (ACERVOS):

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Aspectos da Penitenciária de Ouro Preto. 1927. Autoria desconhecida. SSA-01(05) Fundo Secretaria de Segurança e Assistência Pública. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=61334>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Cerimônia de Inauguração da Estátua de Tiradentes em Ouro Preto (MG). 1894. Autoria desconhecida. NCS-116. Coleção Nelson Coelho de Senna. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=30036>. Acesso em: 17 jan. 2018.

Correio da Cidade de Ouro Preto (MG). [S./d]. Autoria desconhecida. MM-191(02). Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29551>. Acesso em: 05 out. de 2017.

Cortejo fúnebre em Ouro Preto acompanhado por autoridades civis, militares e populares. [S./d.]. Autoria desconhecida. TG-104-027. Coleção Tipografia Guimarães. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=77>. Acesso em: 26 set. 2017.

Fachada do Museu da Inconfidência na Praça Tiradentes em Ouro Preto (MG). [S./d.]. Autor: Ferber [João de Almeida Ferber]. MM-224(01). Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29614>. Acesso em: 25 jan. 2018.

Foto do Liceu de Artes e Ofícios oferecida por sua diretoria a José Pedro Xavier da Veiga, em Ouro Preto (MG). 1898. Autor: J. Brandi. MM-212. Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29596>. Acesso em: 02 out. 2017.

Monumento a Tiradentes na praça de mesmo nome. 1922. Autoria desconhecida. AB-04-3-052. Fundo Arthur da Silva Bernardes. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=26793>. Acesso em: 23 jan. 2018.

Plano da Sesmaria e da Cidade de Ouro Preto. 1904. Autoria desconhecida. SA-047. Fundo da Secretaria da Agricultura. Acervo Cartográfico do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=365&CSRF_TOKEN=09efeec72decbf5cbd57913e89ad794676263049>. Acesso em: 09 out. 2017.

Planta de Vila Rica de Nossa Senhora do Pillar. [1800]. Autoria desconhecida. APM-079. Coleção de Documentos Cartográficos do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/viewcat.php?cid=727>. Acesso em: 30 set. 2017.

Pres. Epitácio Pessoa e comitiva após visita à Igreja de São Francisco. 1922. Autoria desconhecida. AB-04-3-058. Fundo Arthur da Silva Bernardes. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=26799>. Acesso em: 26 set. 2017.

Pres. Epitácio Pessoa sai da Estação Ferroviária em Carro Aberto. 1922. Autor desconhecido. AB-04-3-046. Fundo Arthur da Silva Bernardes. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=26787>. Acesso em: 13 fev. 2018.

Solicitação de pagamento pela obra do novo pelourinho em anexo, um esboço do projeto desenvolvido. CMOP Cx.21 Doc.03. Documentos da Câmara Municipal de Ouro Preto. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmop/brtacervo.php?cid=1109>. Acesso em: 08 out. 2017.

Trecho de Rua e Ponte da Barra com populares em Ouro Preto. 1927. Autoria desconhecida. TFC-4-005(01). Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=35578>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Vista da Praça Tiradentes por ocasião da saída da Primeira Brigada Mineira em Ouro Preto (MG). 1865. Autor: Guilherme Liebenau. MM-203. Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29583>. Acesso em: 17 jan. 2018.

Vista externa da sede do Instituto Histórico em Ouro Preto (MG). [S./d.]. Autoria Desconhecida. MM-201(02). Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://

www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29594>. Acesso em: 08 out. 2017.

Vista Frontal da Capela de Nossa Senhora do Parto em Ouro Preto (MG). [S./d.]. Autoria desconhecida. MM-211. Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29595>. Acesso em: 27 set. 2017.

Vista Lateral da Ponte dos Contos em Ouro Preto (MG). [1930-1939]. Autoria desconhecida. MM-221. Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29610>. Acesso em: 24 jun. 2018.

Vista Parcial da Cidade de Ouro Preto. [1880-1890]. Autoria desconhecida. MM-189(26). Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29541>. Acesso em: 03 jul. 2018.

Vista Parcial da Cidade de Ouro Preto (MG). [1880-1920]. Autoria desconhecida. MM-189(05). Coleção Municípios Mineiros. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29520>. Acesso em: 26 set. 2017.

Vista Parcial da Praça Tiradentes e da Escola de Minas. 1922. Autoria desconhecida. AB-04-3-053. Fundo Arthur da Silva Bernardes. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=26794>. Acesso em: 03 jul. 2018.

Vista Parcial do Passo da Paixão em Ouro Preto (MG). 1922. Autoria desconhecida. AB-04-3-060. Fundo Arthur da Silva Bernardes. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=26801>. Acesso em: 26 set. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO

Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto: Projecto de Boulevard. 1892. Coleção Obras de Melhoramento da Capital.

BIBLIOTECA NACIONAL

Escola Normal e Rua do Ouvidor. [192-]. Autoria desconhecida. Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622630/icon622630.jpg>. Acesso em: 08 out. 2017.

Igreja de Bom Jesus de Matosinhos. [192-]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622631/icon622631.jpg>. Acesso em: 25 set. 2017.

Igreja de N.S. do Carmo. [19—]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622623/icon622623.jpg>. Acesso em: 26 set. 2017.

Igreja de S. Francisco de Assis. [192-]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622632/icon622632.jpg>. Acesso em: 26 set. 2017.

Igreja de S. Francisco de Paula. [192-]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622635/icon622635.jpg>. Acesso em: 26 set. 2017.

Igreja de Sta. Ephigenia. [19—]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622622/icon622622.jpg>. Acesso em: 26 set. 2017.

Largo da Praça. [18—]. Autor: Guilherme Liebenau. Coleção D. Teresa Cristina Maria. In: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/furto/fotos_arm_3_1_4_5.jpg>. Acesso em: 14 nov. 2017.

Largo da Praça - Palaçio. [18—]. Autor: Guilherme Liebenau. Coleção D. Teresa Cristina Maria. In: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/furto/fotos_arm_3_1_4_6.jpg>. Acesso em: 17 jan. 2018.

O mercado e a Igreja de São Francisco, obra de Aleijadinho. [1880]. Autor: Marc Ferrez. Portal Brasiliana Fotográfica / Instituto Moreira Salles / Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/2571>. Acesso em: 08 out. 2017.

Penitenciária. [1921]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon629648/icon629648.jpg>. Acesso em: 25 jan. 2018.

Planta da Cidade de Ouro Preto. 1888. Autor: Wilhem Brosenius. Acervo Digital Cartográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542317/cart542317.jpg>. Acesso em 25 de set. 2017.

Praça e Estátua de Tira-dentes. [19—]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622619/icon622619.jpg>. Acesso em: 25 jan. 2018.

Vista parcial de Ouro Preto. [19—]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622611/icon622611.jpg>. Acesso em: 26 set 2017.

Vista parcial de Ouro Preto. [1921]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon651183/icon651183.jpg>. Acesso em: 06 out. 2017.

Vista parcial de Ouro Preto: da freguesia, fundo de Ouro Preto, [19—]. Autoria desconhecida. Acervo Iconográfico Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622614/icon622614.jpg>. Acesso em: 10 out. 2017.

Vista parcial de Ouro Preto: Freguesia Antonio Dias. [19—]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622613/icon622613.jpg>. Acesso em: 26 set. 2017.

Vista parcial de Ouro Preto: Freguesia, fundos de Ouro Preto, [19—]. Autoria desconhecida. Acervo Digital Iconográfico da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622610/icon622610.jpg>. Acesso em: 09 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Procissão de Páscoa: Município de Ouro Preto. 1956. Autor: Tibor Jablonsky. Biblioteca do IBGE. Catálogo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=412539>. Acesso em: 11 out. de 2017.

Procissão de Páscoa no bairro de Antônio Dias: Município de Ouro Preto. 1956. Autor: Tibor Jablonsky. Biblioteca do IBGE. Catálogo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=412541>. Acesso em: 11 out. de 2017.

Vista do Museu dos Inconfidentes, vendo-se a Igreja Nossa Senhora do Carmo (MG). 1967. Autores: Dulce Maria Alcides Pinto e José Joaquim de Sousa. Biblioteca do IBGE. Catálogo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=416214>. Acesso em: 26 jan. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Igreja de São Francisco de Assis. Entorno. [S./d.]. Autor desconhecido. F080611. Acervo Digital do IPHAN. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22880/F080611.JPG?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 out. 2017.

Igreja de São Francisco de Assis. Entorno. [S./d.]. Autor desconhecido. F080612. Acervo Digital do IPHAN. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22882/F080612.JPG?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 out. 2017.

Igreja de São Francisco de Assis [Fachada principal da Igreja]. [S./d.]. Autor: Eric Hess. F014131. Acervo Digital do IPHAN. <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/37391/F014131.JPG?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 out. 2017.

Igreja de São Francisco de Assis. Praça fronteira a São Francisco de Assis, vendo-se ao fundo a estrada construída para extração de pedra do Itacolomi. [S./d.]. Autor desconhecido. F014115. Acervo Digital do IPHAN. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/37377/F014115.JPG?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 out. 2017.

Igreja de São Francisco de Assis [Vista tomada do adro da Igreja para o largo do Coimbra]. [S./d.]. Autor: Eric Hess. F014143. Acervo Digital do IPHAN. Disponíveis em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/37421/F014143.JPG?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 out. 2017.

Praça Tiradentes. 1956. Autor desconhecido. Portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/Diversas/MG_Ouro_Preto/mg_ouro_preto_praca_tirandentes_1956.jpg>. Acesso em: 26 jan. 2018.

LABORATÓRIO DE FOTODOCUMENTAÇÃO SYLVIO DE VASCONCELLOS

Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias. 1969. Autores: Marcos de Carvalho Mazonni/Gui Tarcisio Mazonni. 1086.12651. Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de

Vasconcellos. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/laboratorio/site.html>. Acesso em: 21 set. 2017.

Fachadas de residências. 1970. Autor: Marcos Mazonni/Gui Mazonni. 1204.14056. Laboratório de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/laboratorio/site.html>. Acesso em: 08 out. 2017.

MUSEU CASA GUIGNARD

Guignard com alunos no largo de Marília em Ouro Preto. 1962. Autor: Luiz Alfredo. Acervo Museu Casa Guignard. Disponível em: <http://www.museuguignard.mg.gov.br/modules/myalbum/photo.php?lid=240>. Acesso em: 10 out. 2017.

Guignard no Largo de Coimbra em Ouro Preto. 1962. Autor: Luiz Alfredo. Acervo Museu Casa Guignard. Disponível em: <http://www.museuguignard.mg.gov.br/modules/myalbum/photo.php?lid=244>. Acesso em: 10 out. 2017.

5. ICONOGRAFIA RETIRADA DE OUTROS SITES CONSULTADOS

ABASTECIMENTO de gêneros em Ouro Preto: Mercados, mercadorias e mercadores. In: Blog do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. 21 mar. 2014. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2014/03/>. Acesso em: 09 out. 2017.

ALVES, B. Ouro Preto, Minas Gerais Brasil. [S/l.], 30 jan. 2012. Disponível em: <http://probruno.blogspot.com.br/2012/01/ouro-preto-minas-gerais-brasil.html>. Acesso em: 01 dez. 2017.

ANSALONI, Tino. Perfil do Facebook do Jornal Voz Ativa, Fotos da linha do tempo. Junho de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalvozativa/photos/a.370156296390320.86641.266461510093133/1534386653300606/?type=3&theater>. Acesso em: 27 set. 2017.

ANSALONI, Tino. Veja como foi a 2a Edição da Feira Ouropretana de Lazer Gastronomia e Arte. **Jornal Voz Ativa**, Ouro Preto, 19 set. 2017. Disponível em: <http://www.jornalvozativa.com/veja-como-foi-a-2a-edicao-da-feira-ouro-pretana-de-lazer-gastronomia-e-arte/>. Acesso em: 20 set. 2017.

ARRAIÁ de Ouro Preto arrastou 15 mil pessoas para a dança. **O Liberal: Região dos Inconfidentes**, Ouro Preto, 12 jun. 2011. Disponível em: <http://www.jornaloliberal.net/noticia/arraia-de-ouro-preto-arrastou-15-mil-pessoas-para-a-danca/>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BAIRRO Padre Faria recebe a primeira academia ao ar livre da cidade. **O Liberal: Região dos Inconfidentes**, Ouro Preto, 21 jul. 2015. Disponível em: <http://www.jornaloliberal.net/noticia/bairro-padre-faria-recebe-primeira-academia-ao-ar-livre-da-cidade/>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BALDO, Marília. **O Largo de Coimbra.** In: Espaços Públicos Barrocos - Ouro Preto - MG. [s/l.], 08 mai. 2012. Disponível em: <http://espacospublicosbarrocos.blogspot.com.br/2012/05/o-largo-de-coimbra.html>. Acesso em: 08 out. 2017.

BARRETO, Carlos. **Ouro Preto (MG) - Museu da Inconfidência**.[S.l.]: Panoramio / Google Maps, 2017. Disponível em: <https://www.panoramio.com/photo/6036758#>. Acesso em: 26 jan. 2018.

CAIS da Memória. **EXPO 98 - Exposição Internacional de Lisboa de 1998**. [S/l], 22 mai. 2015. Disponível em: <https://ocaisdamemoria.com/2015/05/22/expo-98-exposicao-internacional-de-lisboa-de-1998/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CÂMARA, Rodrigo. In: INSTAGRAM. 2018. Disponíveis em: <https://www.instagram.com/p/BhB6Pd_j0Op/?taken-by=machineta> e <https://www.instagram.com/p/BhCfiTNDRrR/?taken-by=machineta>. Acesso em: 26 mai. 2018.

CAO, Santiago. Primeira fase do Projeto de Requalificação do Pelourinho, Salvador. In: LEU (PROURB/FAU-UFRJ), Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA). **Cronologia do Pensamento Urbanístico**. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1592>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CATARINA, Érica. {Minas Gerais} Semana Santa em Ouro Preto. 24 mar. 2016. Disponível em: <https://ericatarina.wordpress.com/2016/03/24/minas-gerais-semana-santa-em-ouro-preto/>. Acesso em 26 mai. 2018.

CONHEÇA a programação do Carnaval em diferentes cidades de Minas Gerais. [S.l.]: Minas Cultural, 2016. Disponível em: <http://minascultural.com.br/arquivos/conteudo/carnaval-ouro-preto-_setic.jpg>. Acesso em: 26 jan. 2018.

FOGUETINHO, Parque Rogério Phyton Farias (1970-80). In: PINTEREST. Pinterest, 2017. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/501095896018117796/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

FREITAS, Fernando. **Reforma da Praça Tiradentes**.[S.l.]: Panoramio / Google Maps, 2011. Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/49797456>. Acesso em: 26 jan. 2018.

GARSCHA, Markus. 2016. **Congado Santa Efigênia da Nossa Senhora do Rosário, Ouro Preto, 2016.** Disponível em: <https://markusgarscha.myportfolio.com/congado-santa-efigenia>. Acesso em: 26 mai. 2018.

GASPAR, Joaquim A. File: Ouro Preto November 2009-7.jpg. [S.l.]: Wikimedia Commons, 2009. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ouro_Preto_November_2009-7.jpg>. Acesso em: 26 jan. 2018.

GODOY, Rafael G. de. **Vila Rica por Armand Julien Pallière**. Ouro Preto, 19 de mar. 2010. Disponível em <https://rafaelflaneur.files.wordpress.com/2010/03/ouro-preto_palliere1.jpg>. Acesso em 08 out. 2017.

HERMANN Burmeister. In: WIKIMEDIA COMMONS: The Free Media Repository. 20 Jan. 2011. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hermann_burmeister_igreja_sao_francisco.jpg>. Acesso em:10 jan. 2017.

HERMANN Burmeister. In: WIKIMEDIA COMMONS: The Free Media Repository. 20 Jan. 2011. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hermann_burmeister_ouro_preto_parte_baixa.jpg>. Acesso em: 04 jan. 2017.

IBIS Paris Bercy Village. In: BOOKING.COM. Booking.com, 2017. Disponível em: <https://www.booking.com/hotel/fr/ibis-paris-bercy-village.fr.html.>. Acesso em: 08 nov. 2017.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. **Museu da Inconfidência abre exposição sobre imigração italiana em MG**. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/museu-da-inconfidencia-abre-exposicao-sobre-imigracao-italiana-em-minas-gerais/>. Acesso em: 26 jan. 2018.

LANDEZINE. **Partyaardvark**. [S/l], 28 nov. 2013. Disponível em: <http://www.landezine.com/index.php/2013/11/partyaardvark-by-studio-florentijn-hofman/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

LEICESTER Square. In: WIKIPEDIA: The Free Encyclopedia. Wikimedia, 2017. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Leicester_Square>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MONTE, José Eduardo Carvalho. In: CULTURA.MG.GOV.BR. **Festejos do Reinado do Rosário envolvem Ouro Preto no domingo (14)**. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/duvidas-frequentes/story/4682-festejos-do-reinado-do-rosario-envolvem-ouro-preto-no-domingo-14>. Acesso em: 26 mai. 2018.

OURO PRETO.COM.BR. **Programação Musical com Shows nas Praças em Ouro Preto e Distritos**. Ouro Preto, 23 fev. 2017. Disponível em: <http://www.ouropreto.com.br/noticia/2040/programacao-musical-com-shows-nas-pracas-em-ouro-preto-e-distritos>. Acesso em: 02 out. 2017.

OURO Preto 1881 00. In: WIKIMEDIA COMMONS: The Free Media Repository. 06 Fev. 2015. Disponível em: < https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:Ouro_preto_1881_00.jpg&oldid=149185296>. Acesso em: 08 jan. 2017.

OURO Preto - Antigas. Acervo Digital de Públio Athayde / Álbum do Google. 21 abr. 2011. Disponível em: <https://get.google.com/albumarchive/106488202321315414440/album/AF1QipM1d5oBRrfgTYiD9xzU_mz-gJct7ZG8w_M78Kiq?source=pwa>. Acesso em: 25 set. 2017.

OURO Preto resgata livro histórico nos 300 anos. **O Liberal: Região dos Inconfidentes**, Ouro Preto, 10 jan. 2011. Disponível em: <http://www.jornaloliberal.net/noticia/ouro-preto-resgata-livro-historico-nos-300-anos/>. Acesso em: 24 jan. 2018.

OURO Preto terá 40 mil foliões por dia de festa. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 07 fev. 2018. DC MAIS. Disponível em: <http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=Ouro%20Preto%20ter%E1%2040%20mil%20foli%F5es%20por%20dia%20de%20festa&id=190410>. Acesso em: 26 mai. 2018.

PALAZZI, Daniel; CRUZ, Márcio. Praça Tiradentes recebe obras do Plano de Trânsito. [S.l.]: **Redatores - Da Informação ao conhecimento**, 20 out. 2008. Disponível em: <https://redatores.wordpress.com/2008/10/20/praca_tiradentes_ouro_preto/>. Acesso em: 28 jan. 2018.

PANORAMIO. [S./d.]. Autor: Margareth de NoronhaDisponível em: <http://www.panoramio.com/photo/116346148>. Acesso em: 21 set. 2017.

PARISIAN Panda. **How to make sport inexpensive in Paris ;)**. Paris, 15 fev. 2015. Disponível em: <https://howtosurviveinparis.wordpress.com/2015/02/15/how-to-make-sport-inexpensive-in-paris/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

PARQUE Natural Municipal das Andorinhas. Disponível em: <http://www.andorinhas.gorceix.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PARQUE Horto dos Contos. Disponível em: <http://www.hortodoscontos.com.br>. Acesso em: 24 jun. 2018.

POUSADA do Mondego. **O Museu da Inconfidência (Ibram/MinC) inaugurou as atividades de 2015 na Sala Manoel da Costa Athaide com a abertura da mostra *A Fotografia em Ouro Preto no século XIX***. Disponível em: <http://mondego.com.br/ouro-preto-e-historia-da-fotografia/>. Acesso em 03 jul. 2018.

POUSADA do Mondego. **Os blocos carnavalescos atraem a cada ano turistas de diversas partes do Mundo para Ouro Preto**. Disponível em: <http://mondego.com.br/blocos-de-carnavalhistoria-e-tradicao-em-ouro-preto/#prettyPhoto>. Acesso em 26 mai. 2018.

POUSADA do Mondego In: tripadvisor.com, 2017. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Hotel_Review-g303389-d455706-Reviews-Pousada_Do_Mondego-Ouro_Preto_State_of_Minas_Gerais.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PRADO, Miguel Arcanjo. **11ª CineOP une cinema, TV e educação em Ouro Preto.** Ouro Preto, 22 jun. 2016. Disponível em: <http://www.miguelarcanjoprado.com/2016/06/22/11a-cineop-une-cinema-tv-e-educacao-em-ouro-preto/>. Acesso em: 08 nov. 2017.

PROJETO de restauração de 22 chafarizes em Ouro Preto-MG. In: Estilo Nacional: arquitetura, cultura e preservação. Disponível em: <http://www.estilonacional.com.br/web/?portfolio=projeto-de-restauracao-de-22-chafarizes-em-ouro-preto-mg>. Acesso em: 08 mar. 2018.

PUERTO Madero. In: EXPEDIA Viewfinder. Expedia, 2017. Disponível em: <https://www.expedia.com/pictures/pampas/buenos-aires/puerto-madero.d6140917/?view=large-gallery&photo=64968>. Acesso em: 08 nov. 2017.

SEVILLA City Centre. Sevilla busca la sombra. Sevilla, [S/d]. Disponível em: <https://www.sevillacitycentre.com/sevilla-busca-la-sombra/>. Acesso em: 27 de nov. 2017.

TI INSIDE Online. **Cisco coloca legado do Porto Maravilha e das Naves do Conhecimento à disposição da prefeitura do RJ.** [S/l], 26 nov. 2017. Disponível em: <http://convergecom.com.br/tiinside/home/internet/26/09/2017/cisco-coloca-legado-do-porto-maravilha-e-das-naves-do-conhecimento-disposicao-da-prefeitura-do-rj/?noticiario=TI>. Acesso em: 08 nov. 2017.

TISO, Angélica. **Ouro Preto em Branco e Preto.** Ouro Preto, 03 jan. 2013. Disponível em: < http://ouropretoempretoebranco.blogspot.com.br.>. Acesso em: 08 jan. 2017.

UN JOUR de Plus à Paris. **Photos: Quand Paris n'était qu'un gigantesque parking à ciel ouvert.** Paris, 30 mar. 2016. Disponível em: <http://www.unjourdeplusaparis.com/paris-insolite/photos-paris-parking-a-ciel-ouvert>. Acesso em: 15 nov. 2017

6. LEIS, PORTARIAS, DECRETOS E OUTROS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS:

BRASIL. **Carta de Lei de 25 de Março de 1824**, Constituição Política do Império do Brazil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm?TSPD_101_R0=230c04c097dd3f90b864d8456399e8fdrs4000000000000000001edd1abdffff0000000000000000000000000005b20414e00e847561d>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº22.928, de 12 de julho de 1933**, que Eriqe a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937**, que Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**, que Dá nova fórma ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei 601 de 18 de setembro de 1850**, que Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm?TSPD_101_R0=50d5f8c663923e9660ea108cc2556c9fl4400000000000000001edd1abdffff0000000000000000000000000005b2040d200064b4791>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº378 de 13 de janeiro de 1937**, que Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº4.771 de 15 de setembro de 1965**, que Institui o novo Código Florestal. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10 de mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>. Acesso em: 27 de nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº10.257 de 10 de julho de 2001** (Estatuto da Cidade), que Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº312 de 20 de outubro de 2010**, que Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais e regulamenta as intervenções nessa área protegida em nível federal. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_312_de_20_de_outubro_de_2010.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

OURO PRETO. **Decreto nº13 de 19 de setembro de 1931**, que Estabelece o thypo artistico dos predios situados no perimetro da Cidade. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2013/12/preservacao-do-patrimonio-de-ouro-preto.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

OURO PRETO. **Decreto nº15 de 3 de setembro de 1932**. Disponível em: <http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2013/12/preservacao-do-patrimonio-de-ouro-preto.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

OURO PRETO. **Decreto nº32 de 30 de setembro de 1977**, que Dispõe sobre desapropriação do imóvel situado no perímetro urbano para construção do Ponto de Embarque-Desembarque (Terminal Rodoviário). Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(7624).pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

OURO PRETO. **Decreto nº112 de 26 de setembro de 1979**, que Estabelece Taxa sobre os Serviços do Terminal Rodoviário. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(3078).pdf.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

OURO PRETO. **Decreto Executivo nº1.153 de 30 de maio de 2008**, que Dispõe sobre aa circulação de veículos rodoviários automotores de passageiros, de carga ou de uso misto no distrito sede de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(8439).pdf>. Acesso em: 28 de jan. 2018.

OURO PRETO. **Decreto Executivo nº3.705 de 30 de janeiro de 2014**, que Proíbe o Estacionamento na Praça Tiradentes. Disponível em: <http://www.sistemasigla.org/arquivos/sismat/documento_acessorio/2547.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

OURO PRETO. **Indicação nº195 de 09 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sismat/00000005757.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

OURO PRETO. **Indicação nº51 de 17 de fevereiro de 2009**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000006168.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

OURO PRETO. **Indicação nº375 de 27 de junho de 2013**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000021396.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OURO PRETO. **Indicação nº250 de 02 de setembro de 2014**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000023320.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OURO PRETO. **Indicação nº74 de 15 de abril de 2015**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000023917.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OURO PRETO. **Indicação nº127 de 22 de março de 2017**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000025822.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OURO PRETO. **Indicação nº121 de 11 de abril de 2017**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000025902.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018

OURO PRETO. **Indicação nº167 de 09 de maio de 2017**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000026011.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018

OURO PRETO. **Indicação nº54 de 13 de março de 2018**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000026938.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018

OURO PRETO. **Indicação nº89 de 18 de abril de 2018**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000027093.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018

OURO PRETO. **Indicação nº122 de 29 de maio de 2018**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000027247.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018

OURO PRETO. **Lei Municipal nº28 de 8 de novembro de 1960**, que Dispõe sobre nome de rua. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(3762).pdf>. Acesso em: 02 de out. 2017.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº271 de 13 de julho de 1968**, que Dispõe sobre sobre denominação de logradouro. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(3564).pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº302 de 30 de novembro de 1968**, que Dispõe sobre nome de Logradouro. Disponível: em <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(3565).pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº304-A de 30 de novembro de 1968**, que Dispõe sobre nome de logradouro. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(11052).pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº14 de 14 de abril de 1976**, que Modifica denominação de logradouro público. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(3275).pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº178 de 21 de novembro de 1980**, que Institui o Código de Posturas de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_txt(3049).html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº08 de 17 de junho de 1985**, que Dispõe sobre denominação de logradouro público e dá outras providências. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(2855).pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº31 de 25 de setembro de 1991**, que Dispõe sobre as normas para denominação de vias e instalações públicas no Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(5993).pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº73 de 16 de dezembro de 1991**, que Dá denominação à Praça de Lazer nesta cidade. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(2187).pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº52 de 14 de junho de 1993**, que Dá denominação a Logradouro Público. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(1737).pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OURO PRETO **Lei Municipal nº14 de 10 de abril de 1996**, que Dá denominação a logradouro público no centro da cidade de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(936).pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OURO PRETO **Lei Municipal nº15 de 30 de maio de 1997**, que Dá denominação a Praça Pública situada em Frente à Igreja Santa Efigênia. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(868).pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº12 de 17 de maio de 2000**, que Dá denominação a Logradouro Público no Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(540).pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº15 de 17 de maio de 2000**, que Dá denominação a Logradouro Público no Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(498).pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº41 de 06 de dezembro de 2000**, que Dispõe sobre denominação de logradouro público no Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(525).pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal Complementar nº15 de 27 de abril de 2006**, que Altera a Lei Complementar nº02/2005, modifica a denominação da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio e da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, suas respectivas competências e dá outras providências. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sisnorm/NJ_img(5063).pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal Complementar nº29 de 28 de dezembro de 2006**, que Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_txt(5073).html>. Acesso em: 14 mar. 2017.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº442 de 01 de setembro de 2008**, que Dá denominação de "Largo Professor José Benedito Neves" o Logradouro Público no Bairro Água Limpa. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(4597).pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº447 de 23 de setembro de 2008**, que Denomina o Parque Horto dos Contos. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sisnorm/NJ_img(13060).pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº470 de 30 de janeiro de 2009**, que Dá denominação ao Terminal de Integração situado na Praça Cesário Alvim. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(4913).pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº592 de 13 de outubro de 2010**, que Dispõe sobre denominação de Largo Farmacêutico Vicente Éllena Trópia. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(12480).pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal Complementar nº93 de 20 de janeiro de 2011**, que Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_txt(12228).html> Acesso em: 14 mar. 2017.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº804 de 04 de outubro de 2012**, que Dá denominação a área pública no bairro padre Faria "Praça Agostinho Ferreira Guimarães". Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(13069).pdf> Acesso em: 08 mar. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº806 de 04 de outubro de 2012 - RETIFICADA**, que Altera a Lei Municipal nº447, de 23 de setembro de 2008, que denomina o Parque Horto dos Contos.

Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sisnorm/NJ_img(13057).pdf> Acesso em: 20 jun. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº861 de 07 de novembro de 2013**, que Dispõe sobre a denominação de "Largo Maestro Otacílio Jacinto da Cunha", a área compreendida entre a frente da Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia e a escadaria limítrofe com a Rua Henry Gorceix. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sisnorm/NJ_img(14600).pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº965 de 04 de novembro de 2015**, que Altera a Lei Municipal nº447, de 23 de setembro de 2008, que Denomina o Parque Natural Municipal Horto dos Contos, para adequá-la à Lei Federal nº9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sisnorm/NJ_img(15299).pdf>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº997 de 15 de junho de 2016**, que Declara de Utilidade Pública a Associação dos Expositores no Largo do Coimbra - ADELC. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sisnorm/NJ_img(15711).pdf>. Acesso em: 16 de jun. 2018.

OURO PRETO. **Lei Municipal nº999 de 28 de junho de 2016**, que Estabelece o fechamento aos domingos, dos meses de maio a setembro, de ruas da cidade para atividades de lazer, cultura, entretenimento e comércio. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sisnorm/NJ_img(15719).pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2018.

OURO PRETO. **Ofício Mensagem nº48 de 1º de agosto de 2015**. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000024207.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OURO PRETO. **Ofício SMG/CM nº46 de 29 de junho de 2017**. Disponível em: <http://189.90.245.99//arquivos/sismat/documento_acessorio/5877.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

OURO PRETO. **Projeto de Lei nº19 de 1973**, que Cria a FEIRA PERMANENTE DE ARTE E ARTESANATO DE OURO PRETO e determina providências. Disponível em: <http://200.97.17.194/arquivos/sismat/00000003090.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

OURO PRETO. **Projeto de Lei nº25 de 2012**, que Dispõe sobre alteração da denominação pra Praça Tiradentes. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000012592.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OURO PRETO. **Projeto de Lei nº02 de 02 de janeiro de 2013**, que Estabelece o fechamento aos domingos, alternadamente, das ruas São José e Getúlio Vargas (Centro Histórico); e Rua Bernardo de Vasconcelos, Rua do Aleijadinho e Praça Antônio Dias (Bairro Antônio Dias). Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000019711.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OURO PRETO. **Projeto de Lei nº23 de 25 de abril de 2013**, que Cria o Parque Cultural do Morro da Forca. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000021073.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

OURO PRETO. **Projeto de Lei nº19 de 06 de junho de 2015**, Substitutivo ao Projeto de 02/2013, que Estabelece o fechamento aos domingos, dos meses de maio a setembro, de ruas da cidade para atividades de lazer, cultura, entretenimento e comércio. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000024078.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OURO PRETO. **Projeto de Lei nº12 de 28 de março de 2017**, que diz que Fica criado o Parque Cultural do Morro da Forca. Disponível em: <http://189.90.245.99/arquivos/sismat/00000025850.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

7. RELATÓRIOS, MANUAIS E OUTROS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT

ABNT. **NBR9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 97 p. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

EMPRESA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS

BHTRANS. **Manual de Medidas Moderadoras do Tráfego - Traffic Calming**. Belo Horizonte: BHTRANS, 2013. Disponível em <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublicodl/Temas/BHTRANS/manual-traffic-calming-2013/manual_traffic_calming.pdf>. Acesso em 10 de ago. 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/O Lazer em Ouro Preto e Mariana (2.5)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº2 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975b..

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº3 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975c.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº4 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975d.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº5 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975e.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº6 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975f.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº7 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975g.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº8 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975h.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº9 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975i..

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº10 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975j.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº11 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975k.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº12 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975l.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº13 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975m.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº15 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975n.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº17 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975o.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº18 e 23 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº19 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975q.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº19 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1981.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº20 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975s.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº21 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975t.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Paisagismo - Unidade de Proposição nº22 - Ouro Preto (1.1)**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975u.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Relatório Síntese**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975v. 69 p (+ mapas).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Restauração - Dossier Ouro Preto-Chafariz do Alto das Cabeças**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975w.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Restauração - Dossier Ouro Preto-Chafariz em Coluna**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975x.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Restauração - Dossier Ouro Preto-Chafariz do Pilar**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975y.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana/Restauração - Dossier Ouro Preto-Chafariz do Alto da Cruz**. Belo Horizonte: IPHAN/IEPHA/PMOP/PMM, 1975z.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Proposal for the inscription of São Francisco Square in São Cristóvão/SE, Brazil, in the World Heritage List**. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossiê%20pça%20sfrancisco.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017

MINISTÉRIO DAS CIDADES - MC

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES/INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas: manual de orientação**. Brasília: IPHAN; Ministério das Cidades, 2011. 251 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES/AGENCIA ESPANHOLA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL - AECI. **Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais**. Coordenação Geral de Renato Balbim. Brasília: Ministério das Cidades; Agencia Espanhola de Cooperação Internacional - AECI, 2008. 198 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Reabilitação de Centros Urbanos**. Coordenação de Raquel Rolnik e Renato Balbim. Brasília: Ministério das Cidades, 2005. 84 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Sistemática 2012. Manual para Apresentação de Propostas (Programa 2054/Ação 20NR)**. Brasília: Ministério das Cidades, 2012.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO

LIMA, Viana de. **Rénovation et mise en valeur d'Ouro Preto: Octobre-décembre 1968**. Nº1738/BMS-RD/CLT. Paris: UNESCO, 1970. 110 p.

LIMA, Viana de. **Rénovation et mise en valeur d'Ouro Preto. Second rapport: septembre-novembre 1970**. Nº2607/RMO.RD/CLP. Paris: UNESCO, 1972. 97 p.

8. RELATOS DE VIAGENS:

BURTON, Richard F. **Explorations of the Highlands of the Brazil with a full account of the gold and the diamond mines. Also canoeing down 1500 miles of the great river São Francisco, from Sabará to the sea.** Volume I. London: Tinsley Brothers, 1869. 442 p. Disponível em http://burtoniana.org/books/1869-Explorations%20of%20the%20Highlands%20of%20Brazil/index.htm. Acesso em 04 out. 2016.

GARDNER, George. **Travels in the Interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts during que years 1838-1841.** London: Reeve Brothers, 1846. 562 p. Disponível em http://www.etnolinguistica.org/biblio:gardner-1846-travels. Acesso em 04 out. 2016.

MAWE, John. **Voyages dans l'intérieur du Brésil, particulièrement dans les districts de l'or et du diamant, faits avec l'autorisation du Prince Régent de Portugal en 1809 et 1810. Contenant aussi un voyage ao Rio-de-la-Plata, et un essai historique sur la Révolution de Buenos-Ayres.** Tome Premier. Traduction de J.B.B. Eyriès. Paris: Gide Fils, 1816. Disponível em https://archive.org/details/voyagesdanslintr01mawe. Acesso em 03 out. 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Voyages dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais.** Tome Premier. Paris: Grimbert et Dorez, Libraires, 1830. 458 p. Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98747b>. Acesso em 03 out. 2016.

TAUNAY, Hippolyte; DENIS, Ferdinand. **Le Brésil, ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume.** Tome Troisième. Paris: Nepveu, 1822. 204 p. Disponível em <http://purl.pt/28584>. Acesso em 03 out. 2016.

9. LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES, ARTIGOS E OUTRAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens**. São Paulo: SENAC, 2006. 207p.

AELBRECHT, Patricia S. "Fourth places": the contemporary public settings for informal social interaction among strangers. **Journal of Urban Design,** Vol 21, nº1, 124-152, Routledge, 2016.

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: Convívio e Exclusão no Espaço Público**. São Paulo: SENAC, 2011. 291 p.

ALEXANDER, Christopher. **A city is not a tree.** Design, London, Council of Industrial Design, nº206, 1966.

ALVES, Schirley F. N. da S. C.; GARCIA, Cecília S. G.; PAIVA, Patrícia D. de O. **História da Praça Tiradentes: o coração de Ouro Preto**. Coleção Praças da Estrada Real, Vol. 2. Lavras: UFLA, 2010. 41 p.

ALVES, Schirley F. N. da S. C.; GARCIA, Cecília S. G.; PAIVA, Patrícia D. de O. Physical transformation and social appropriations of the *Tiradentes* square in *Ouro Preto-MG*. **Ornamental Horticulture: Revista Brasileira de Horticultura Ornamental,** Vol 21, nº2, 209-220, Campinas: Sociedade Brasileira de Floricultura e Plantas Ornamentais, 2015. Disponível em <https://ornamentalhorticulture.emnuvens.com.br/rbho/article/view/670>. Acesso em 24 jan. 2018.

ANGELIS, Bruno L. D. de; CASTRO, Rosana M. de; NETO, Generoso de A. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Revista Engenharia Civil da Universidade do Minho**, Minho, Vol 1, nº20, 2004, 57-70. Disponível em <http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num20/Pag%2057-70.pdf>. Acesso em 07 dez. 2015.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 192 p.

ARAÚJO, Patrícia V. L. de. **Folganças populares: festejos de entrudo e Carnaval em Minas Gerais no Século XIX**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig; FCC, 2008. 186 p.

ASCHER, François. **Les Nouveaux Principes de l'Urbanisme: La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour**. Paris: Éditions de l'Aube, 2001. 103 p.

ÁVILA, Affonso; ÁVILA, Cristina; SIMÕES, Joseane G. **Imagens de Minas: Cidades Históricas - Ouro Preto**. Belo Horizonte: 2008, 105 p. Disponível em <https://issuu.com/sergioluz/docs/ouro_preto/59>. Acesso 16 set. 2017.

BAETA Rodrigo E. **Ouro Preto: Cidade Barroca**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BAREL FILHO, Ezequiel. **Lúcio Costa em Ouro Preto: A invenção de uma "Cidade Barroca".** 2013. 159 p. Dissertação (Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural) - Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). **De Volta à Cidade: Dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. 293 p.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2012. 377 p.

BORBA, Ricardo P.; FIGUEIREDO, Bernardino R.; CAVALCANTI, José A. Arsênio da água subterrânea em Ouro Preto e Mariana, Quadrilátero Ferrífero. **Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, Vol 57, nº1, Jan./Mar. 2004, 57-70. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672004000100009>. Acesso em 26 out. 2017.

BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. **Arquitextos**, São Paulo, ano 06, n.072.03, Vitruvius, Maio 2006. Disponível em <http://www.esdi-online.com/repositori/public/dossiers/DIDAC_wdw7ydy1.pdf>. Acesso em 07 jan. 2016

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona, 2000. 91 p. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>. Acesso em 24 mai. 2017

BOULTS, Elizabeth; SULLIVAN, Chip. **Illustrated History of Landscape Design.** New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2010. 260 p.

BOURDIN, Alain. **La Métropole des Individus**. Paris: Éditions de l'Aube, 2005. 249 p.

CABRAL, Renata C. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931. AS contribuições da delegação italiana. **Arquitextos**, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, mai. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>. Acesso em 23 out. 2017.

CALDEIRA, Júnia M. **A Praça Brasileira. Trajetória de um Espaço Urbano: Origem e Modernidade**. 2007. 434 p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CAMPOS, Kátia M. N. Vila Rica: 1714-2014 Terceiro Centenário da Abertura da Praça Tiradentes. In: **Jornal Voz Ativa**, Ouro Preto, 01 jul. 2014. Disponível em <http://www.jornalvozativa.com/1714-2014-terceiro-centenario-de-abertura-da-praca-tiradentes-por-katia-nunes/>. Acesso em 18 de jan. 2018.

CAMPOS, Kátia M. N. Vila Rica: Formas Espontâneas e Planejadas num Traçado Urbano Setecentista. In: **IX Jornada Setecentista: "Os domínios ibéricos e suas fronteiras"**, 2012, Curitiba. Disponível em <https://www.academia.edu/4081212/Vila_Rica_Formas_Espontâneas_e_Planejadas_num_Traçado_Urbano_Setecentista>. Acesso em 03 jun. 2015.

CARMO, Bárbara H. A. Os Programas de Preservação do Patrimônio CUltural (PCH, Monumenta e PAC-CH) e a esfera municipal: aproximações em Ouro Preto. In: **XVII ENANPUR: "Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?"**, 2017, São Paulo. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.3/ST%207.3-02.pdf>. Acesso em 09 jun. 2018.

CARMONA, Matthew; TIESDELL, Steve; HEATH, Tim; OC, Taner. **Public Places - Urban Spaces: The Dimensions of Urban Design**. Amsterdam: Architectural, Elsevier, 2010. 394 p.

CARVALHO, Teófilo F. de. Reminiscencias de Villa Rica: Casa das Audiências, Câmara e Cadeia (1711-1869). **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Belo Horizonte, Vol 19, 1921, 167-344. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=688&op=1>. Acesso em 07 set. 2017.

CARVALHO, Teófilo F. de. Reminiscencias de Villa Rica: Pontes celebres. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Belo Horizonte, Vol 19, 1921, 149-162. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/photo.php?lid=18450>. Acesso em 16 jan. 2018.

CARVALHO, Teófilo F. de. Reminiscencias de Villa Rica: Real Casa da Misericórdia. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Belo Horizonte, Vol 20, 1924, 339-352. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=694>. Acesso em 16 jan. 2018.

CHILDS, Mark C. **Squares: A Public Place Design Guide for Urbanists**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2006. 208 p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000. 245 p.

CLOUT, Hugh. **Histoire de Londres.** (Traduit par Jean Robert). Paris: PUF, 1999. 127 p.

COOPER-MARCUS, Clair; FRANCIS, Carolyn. Post-Occupancy Evaluation. In: MARCUS, Clair C..; FRANCIS, Carolyn (Eds.). **People Places: Design Guidelines for Urban Open Space**. New York: Wiley, 1998. p. 345-356.

COSTA, Staël de A. P.; NETTO, Maria M. G. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2015. 234p.

COTTA, Francis A. Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: organização militar nas minas gerais do século XVIII. **Mneme - Revista de Humanidades**, Caicó, V.2, nº13, 2001. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/37/28>. Acesso em 06 out. 2017.

CRUZ, Tereza Cristina de C. As Irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes. **Revista PerCursos**, Florianópolis, V.8, nº1, p.03-17, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1525>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2010. 202 p.

DELGADO, Manuel. Barcelona: o mito do espaço público. **Humboldt**, Goethe-Institut, nº147, 1995. Disponível em <http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/147/pt2940675.htm>. Acesso em 02 jun. 2017.

DELGADO, Manuel. **El Espacio Público Como Ideología**. Madrid: Catarata, 2011. 109 p.

DELGADO, Manuel. **La Ciudad Mentirosa: fraude y miseria del "Modelo Barcelona"**. Madrid: Catarata, 2011. 242 p.

DRUMMOND, Maria Francelina Silami Ibrahim. **Ouro Preto: cidade em três séculos: bicentenário de Ouro Preto: memória histórica (1711-1911)**. 2. ed. Ouro Preto: Liberdade, 2011. 428 p.

EWING, Reid et al. Streetscape features related to pedestrian activity. **Journal of Planning Education and Research,** Vol 36, nº1, SAGE, p.5-15, 2016.

FASE. **Cartografia Social Urbana: Transformações e Resistências na Região Portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Rosa Luxemburgo, 2014. 27 p. Disponível em <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Fase_Web.pdf>. Acesso em 02 jun. 2017.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 2007. 223 p.

FERRAZ, Eugênio. **A Casa dos Contos de Ouro Preto: ensaio histórico e memória da restauração no ano do seu bicentenário (ocorrido em 1984)**. Belo Horizonte: C/Arte, 2004. 184 p.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A., MAGALDI, Ana Maria B. de M.. Quitandas e Quitutes: Um estudo dobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. In: **Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas**, nº54, 1985, São Paulo. p. 50-61. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1393>. Acesso em 18 out. 2016.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM. **Plano de Manejo da Estação Ecológica do Tripuí - Ouro Preto-MG.** Volume I. Belo Horizonte: FEAM, 1995. 71 p. Disponível em <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/Plano_de_Manejo/EE_Tripui/pmvol1.pdf>. Acesso em 10 de nov. 2017.

GALIZA, Helena R. dos S. **Política Urbana Federal de Reabilitação de Centros Antigos. Debates e Diretrizes sobre Habitação e Inclusão Social.** 2009. 213 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

GALIZA, Helena R. dos S. **Reabilitação de Áreas Centrais sem Gentrificação.** 2015. 190 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GEHL, Jan. **Cities for People**. Washington, DC: Island Press, 2010. 269 p.

GEHL, Jan. **Life Between Buildings: Using Public Space**. Washington: Island Press, 2011. 207 p.

GERBER, Henrique. **Noções geográficas e administrativas da Província de Minas**. Organização e estudo crítico de Friedrich Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013. 211 p.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GOBBI, Gabriel. **A experiência de Ouro Preto: Um novo modelo de gestão para cidades históricas**. Apresentação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS, 2012, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.brasiliapatrimoniodahumanidade.df.gov.br/seminariointernacional/pdf/07_06_2012/apresentacao_gabriel_gobbi_ouro_preto.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

GOITIA, Fernando C. **Breve História do Urbanismo.** Lisboa: Presença, 2006. 209 p.

GRAÇA, Miguel S. **Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados**. 2011. Disponível em < http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/ESPACOS-PUBLICOS-USO-COLECTIVO-ESPACOS-PRIVADOS.pdf >. Acesso em 24 mai. 2017.

GRIECO, Bettina Z. Erich Hess: fotografia e patrimônio. In: **FORUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.** Belo Horizonte, v.9, nº1. Jan/Jun. 2016. Disponível em <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/174>. Acesso em 06 out. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere - An Inquiry into a Category of Bourgeois Society**. Massachusetts: MIT Press, 1991. 301 p.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

HENRIQUE, Wendel. **O Direito à Natureza na Cidade**. Salvador: EdUFBA, 2009. 184 p.

HILL, Arthur W. The History and Functions of Botanic Gardens. In: **Annals of the Missouri Botanical Garden**, Vol.2, Nº 1/2, Anniversary Proceedings, Feb. - Apr., 1915. Missouri Botanical Garden Press, 1915. p. 185-240. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/pdf/2990033.pdf>. Acesso em 5 de dez. 2017.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (1ª ed. 1936). 220 p.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2011. 510 p.

JACQUES, Paola B. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>. Acesso em 03 jun. 2017.

KOK, Glória. **Rio de Janeiro na época da Av. Central**. São Paulo: Bei Comunicação, 2005. 113 p.

KOPPKE, Karolyna de P. **Permanências setecentistas? O público e o privado no Vale dos Contos de Ouro Preto.** 2017. 273 p. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MMMD-AUTFLR>. Acesso em: 22 jun. 2018.

LAMAS, José M.R.G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LISBOA, Bruna M. **Análise Comparativa da Legislação Urbanística no Perímetro Tombado de Ouro Preto-MG.** 2017. 83 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

LOFLAND, Lyn H. **The Public Realm: Exploring the City's Quintessential Social Territory.** New Jersey: Transaction Publishers, 2009. 305 p.

LOPES, Daniel de C.; SILVA, Erminia. **Circos e palhaços no Rio de Janeiro: império**. Rio de Janeiro: Grupo Off-Sina, 2015. 154 p.

LUCON, Thiago N. **Análise Espacial das Áreas Verdes do Perímetro Urbano de Ouro Preto (MG)**. 2011. 169 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

MACHADO, Rafael P. **Os processos de (re)estruturação do tecido urbano de Vila Rica: A influência da Igreja Católica.** 2011. 256 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MACHADO, Reinaldo G. O plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. In: PEIXOTO, Elane R.; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em <http://www.shcu2014.com.br/content/plano-conservacao-valorizacao-e-desenvolvimento-ouro-preto-e-mariana>. Acesso em 15 nov. 2017.

MACHADO, Simão F. Triumpho Eucharistico. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano 06, p.985-1016, 1901. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=335&op=1>. Acesso em 02 out. 2017.

MACHADO, Simone F., FONSECA FILHO, Ricardo E. A Feira de Artesanato em Pedra Sabão enquanto produto turístico na perspectiva dos artesãos, Ouro Preto (MG). In: **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, Vol III, nº1, 2014. p. 39-65. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/279222916_A_Feira_de_Artesanato_em_Pedra_Sabao_enquanto_produto_turistico_na_perspectiva_dos_artesaos_Ouro_Preto_MG>. Acesso em 17 out. 2016.

MAGNOLI, Miranda M. Espaço Livre - Objeto de Trabalho / Open Space. In: **Paisagem Ambiente: ensaios**, n.21, 2006, São Paulo, p.175-198. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40249>. Acesso em 23 mai. 2017.

MAIA, Moacir R. de C. Histórias (re)conectadas: O Horto Botânico de Villa Rica e os jardins do antigo Palácio dos Bispos de Mariana. In: PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas; ANDRADE, Rubens de (Orgs.). **Jardins Históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015. 322 p. Disponível em <http://www.paisagenshibridas.com.br/JARDINS%20HISTORICOS%20-%20COMUNICACOESw.pdf>. Acesso em 5 de nov. 2017.

MARINHO, Marilêne A. Resistências e contra-usos do espaço público frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano - o caso do Largo de Coimbra em Ouro Preto/MG. In: **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Vol.5, Número Especial, abr. 2015. p. 105-123. Disponível em <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/1626/1230>. Acesso em 25 out. 2016.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Edições Melhoramentos, EdUSP, 1980. 151 p.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano.** São Paulo: EDUSP, 1989. 219 p.

MASSARA, Mônica (coord.). Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII. In: **Varia Historia**_Revista do Departamento de História, Vol. 5, n. 09, jun 1989. p. 141-148.

MAYOR, Sarah T. S. **O Carnaval de Ouro Preto: mercado e tradição (1980-2011)**. 2012. 201 p. Dissertação (Mestrado em Lazer) - Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MEDEIROS, Bruno F. José Pedro Xavier da Veiga e o projeto de uma identidade histórica no Arquivo Público Mineiro. In: **Intellèctus**, Ano 05, Vol II, 2006. p. 1-13. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br/coloquio/BrunoMedeiros.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018

MEHTA, Vikas. Evaluating public space. **Journal of Urban Design**, Vol 19, nº1. Routledge, p. 53-88, 2014.

MELO, Victor A. de. Mudanças nos padrões de sociabilidade e diversão: O jogo da bola do Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). In: **História (São Paulo)**, v.35, e105, 2016. p. 1-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-90742016000100514&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MELLO, Suzy de. **Barroco Mineiro.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. 287 p.

MENEZES, Ivo P. de. Os Palácios dos Governadores em Ouro Preto. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 12, nº13, p.39-58, dez. 2005. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070514090905.pdf>. Acesso em 24 jan. 2018.

MENICONI, R. **A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto**. 1999. 156 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (orgs.). **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement.** Paris: PUF, 2005.

MESQUITA, Josiane A. **Às bordas do rio da cidade colonial: qualificação de espaços livres de uso público em conexão com o rio.** 2015. 65 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. **A Fisionomia das Cidades Mineradoras.** Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2001. 13 p. (Texto para discussão nº163). Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20163.pdf>. Acesso em 25 out. 2016.

MONTE-MÓR, Roberto L. de M. **Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora.** Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2001. 14 p. (Texto para discussão nº164). Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf>. Acesso em 25 out. 2016.

MONTEIRO, Lívia N. A origem mítica das festas de Congada e as memórias da escravidão no tempo presente em Minas Gerais. **Revista do Observatório Quilombola**, Rio de Janeiro, ano 3, nº 3 - Dimensões da Escravidão, p.1-19, OQ, mai. 2016. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq/revistaoq/artigos-detalhes.asp?cod=14687&revista=3>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: Suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes, 2004. 741 p.

NATAL, Caio M. **Ouro Preto - A construção de uma cidade histórica (1891-1933)**. 2007. 239 p. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLDENBURG, Ray. **The Great Good Place: Cafés, Coffee Shops, Bookstores, Bars, Hair Salons and Other Hangouts at the Heart of a Community**. Boston: Da Capo Press, 1999. 336 p.

OLIVEIRA, Leandro D. de. **Ocupação Urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e atuais tendências.** 2010. 137 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Naturais) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

PEREIRA, Márcio M. Horto Botânico de Villa Rica: algumas considerações sobre um espaço das ciências nos sertões do ouro. In: **Anais do IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna**. Porto: CITCEM/FCT/Universidade do Porto, 2015. 15 p. Disponível em <https://ejihm2015.weebly.com/uploads/3/8/9/1/38911797/ejihm_2015_pereira,_marcio_mota.pdf>. Acesso em 5 de nov. 2017.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Vitruvius, jul. 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>. Acesso em 16 ago. 2017.

QUEIROZ, Maria da Graça S.; MACHADO, Érika P (pesq.). **Ouro Preto, Minas Gerais - Imagens**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008. 71 p.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontation de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. p. 15-60.

REIS FILHO, Nestor G. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968. p. 235.

REIS, Nestor G. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial** (Colaboradores: Paulo Bruna e Beatriz P.S. Bueno). São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000. p. 414.

RIBEIRO, Cecília. Viana de Lima em missão da UNESCO no Brasil. **Urbana - Revista do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v.5, nº6, p.52-73, mar 2013. Dossiê: Urbanistas e Urbanismo - CIEC/UNICAMP. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635087>. Acesso em 19 nov. 2017.

RIBEIRO, Daniel de A. Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de *gentrification* no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador-BA. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.16, nº32, p. 461-486, nov 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0461.pdf>. Acesso em 02 jun. 2017.

ROBBA, Fabio, MACEDO, Silvio S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP, 2010. 311 p.

ROCHA, Ana. **Reintegração de Área Urbana: Desafios e Potencialidades da Desativação Industrial - Estudo de caso Novelis, Saramenha, Ouro Preto.** 2013. 52 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001

SAKATA, Francine G.; MACEDO, Silvio S. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010. 215 p.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto: Paisagem em transformação.** 2010. 193 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANDOVAL, C. da G., ARRUDA, J.S., SANTOS, N.C. Ouro Preto: Impactos da atividade turística em uma cidade tombada. **Revista Itinerarium**, Rio de Janeiro, v.2, 2009. Disponível em <seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/download/398/364>. Acesso em 04 jun. 2015

SANTOS, Filipa Catarina A. **Características físicas e sociais dos espaços público: Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa.** 2008. 138 p. Dissertação (Mestrado em Arquitectura) - Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

SANTOS FILHO, Raphael D. dos. Espaço urbano contemporâneo: as recentes transformações no espaço público e suas consequentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano. **Arquitextos**, São Paulo, ano 05, n. 055.04, Vitruvius, dez. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/519>. Acesso em 03 jun. 2017.

SCHETTINO, Patrícia T. J. **A mulher e a casa: Estudo sobre a relação entre as transformações da arquitetura residencial e a evolução do papel feminino na sociedade carioca no final do século XIX e início do século XX**. 2012. 322 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo e suas relações com outras artes e ciências - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2014. 530 p.

SILVA, Fabiano G. **Pedra e Cal: Os Construtores de Vila Rica no Século XVIII (1730-1800)**. 2007. 192 p. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Karine F. da. **A Questão do Transporte Público do Centro Histórico de Ouro Preto-MG.** 2013. 36 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

SILVA, Lucílio L. **Educação e trabalho para o progresso da nação: o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1886-1946)**. 2009. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Belo Horizonte.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 15 p.

SITTE, Camillo. **L'art de bâtir les villes: L'urbanisme selon ses fondements artistiques.** Paris: Éditions du Seuil, 1996. 188 p.

SOMEKH, Nadia; CAMPOS NETO, Candido Malta. Desenvolvimento local e projetos urbanos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 05, n. 059.01, Vitruvius, abr. 2005. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/470>. Acessado em 25 de mai. 2017.

SORGINE, Juliana. **"Salvemos Ouro Preto". A campanha em benefício de Ouro Preto: 1949-1950.** Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, nº2. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. 342 p.

SOUZA, Marcelo L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 190 p.

TÂNGARI, Vera R.; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica B. (Orgs.) **Sistemas de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2009. 495 p.

TEIXEIRA, M.C. O Património Urbano dos Países de Língua Portuguesa. Raízes e Manifestações de um Património Comum. In: **III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica: passado & presente para o futuro**, 2009, Ouro Preto. Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/teixeira_o-patrimonio-urbano-dos-paises-de-lingua-portuguesa.pdf>. Acesso em 28 mar. 2015

TEIXEIRA, Ricardo dos S. **Uma conjuntura de aparências: a não construção de um sistema municipal de planejamento urbano em Ouro Preto.** 2015. 258 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TELLES, Pedro C. da S. Pontes do Brasil no período colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 161, n. 407, p.143-151, IHGB, abr./jun. 2000. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/131-volume-407.html>. Acesso em 05 set. 2017.

TURCI, Deolinda A. **Os saberes psicológicos na Escola Normal de Ouro Preto: 1890 a 1930.** 2014. 125 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

TINHORÃO, José R. **As Festas no Brasil Colonial.** São Paulo: Editora 34, 2000. 176 p.

VASCONCELLOS, Diogo L. A. P. de. **História Antiga das Minas Geraes.** Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904. 419 p. Disponível em: <https://archive.org/stream/historiaantigad00unkngoog#page/n0/mode/2up>. Acesso em: 30 de jan. 2018.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências.** Rio de Janeiro: MEC-Instituto Nacional do Livro, 1956. 313 p.

VICENTIM, Miguel T. **História do Cárcere e Histórias de Cárcere.** 2003. 77 p. Monografia (Bacharelado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto.

VIDE, Sebastião M. da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho**

do anno de 1707. São Paulo: Typ. 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. 526 p. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em 04 out. 2016.

VIEIRA, Liliane de C. **O colonial como marca: Aspectos da evolução urbana de Ouro Preto.** 2016. 288 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões Sobre as Cidades Brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012. 295 p.

WHYTE, William H. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Washington, D.C.: Conservation Foundation, 1980. 125 p.

XAVIER, Maria Manuela G. **Espaços Exteriores Públicos**. 2006. 191 p. Dissertação (Mestrado e Urbanismo) - Departamento de Urbanismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Disponível em <http://urbanismo-portugal.net/files/upload/Dissertacoes/manuela_xavier.pdf>. Acesso em 24 nov. 2016.

ZEISEL, J. Design: images, presentations, tests. In: ZEISEL, J. **Inquire by design: tools for environment-behaviour research.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Cap.1, p. 3-17.

ZOLA, Émile. **Au Bonheur des Dames**. Paris: Librairie Générale Française, 1998. 542 p.